

5.4 MEIO SOCIOECONÔMICO

O diagnóstico ambiental do meio socioeconômico contempla as áreas de influência do empreendimento Base Portuária E & P no Espírito Santo, dividida em ADA, evidenciando as comunidades do entorno mais próximo ao empreendimento; AID, que caracteriza a Área de Influência Direta com efeito sobre o contexto administrativo municipal englobando os municípios de Anchieta, Guarapari e de Piúma; e, AII - Área de Influência Indireta com uma abrangência regional – Microrregião Expandida Sul¹ englobando também os municípios de Alfredo Chaves e Iconha. A inclusão de Alfredo Chaves e Iconha deve-se ao fato dos mesmos sofrerem impactos decorrentes do empreendimento, mesmo que de maneira mais difusa.

O objetivo deste item é apresentar a análise da situação socioeconômica pretérita e atual dos municípios e das comunidades diretamente afetadas, frente às mudanças territoriais que devem ocorrer a partir da instalação da Base Portuária do E&P no Espírito Santo, considerando que benefícios socioeconômicos decorrerão da instalação deste empreendimento e refletir-se-ão, em especial, em aspectos relacionados à dinamização econômica e ao aumento do nível de empregos e infraestruturas.

Este relatório é resultado de sistematização de dados secundários pesquisados em instituições públicas e privadas que atuam na área e da compilação das informações coletadas em duas campanhas de campo, realizadas nos meses de agosto e novembro de 2010, nas quais foram visitados os municípios de Anchieta, Guarapari, Piúma, Alfredo Chaves e Iconha.

¹ De acordo com Secretaria de Estado de Economia e Planejamento.

Nas sedes destes municípios foram realizadas entrevistas com autoridades municipais, assim como foram feitas observações e registros das dinâmicas existentes. Durante os campos também foram aplicados questionários aos moradores de diversas localidades de Anchieta, a saber: Ubu, Parati, Nova Anchieta, Planalto de Anchieta, Mãe-Bá, Recanto do Sol, Arerá, Itapeiúna, Jabaquara, São Mateus, Baixo Pongal, Alto Pongal, Córrego da Prata e Iriri.

Na abordagem adotada é importante observar que determinados fenômenos de caráter socioeconômico só podem ser adequadamente tratados de forma regional, ao passo que outros podem atingir avaliações mais específicas e localizadas.

A metodologia de análise adotada no presente estudo considerou as proposições pertinentes ao tema na Resolução CONAMA 01/1986 que regula e estabelece as definições, responsabilidades, critérios básicos e diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.

A base de dados secundários que compõe este estudo foi coletada em fontes oficiais e idôneas (federais, estaduais e municipais). Ressalta-se que os Planos Diretores municipais, quando existentes, foram consultados, fornecendo dados sobre os zoneamentos e ocupação.

A base de dados primários é produto de duas campanhas de campo, onde foram desenvolvidas entrevistas e aplicação de questionários semi-estruturados,

utilizando-se, para tal, de metodologia de pesquisa qualitativa² onde são contatados e entrevistados os “*stakeholders*” locais.

Em relação aos dados históricos foram utilizados estudos sobre a região, principalmente aqueles realizados pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), além de outros estudos realizados por secretarias estaduais, assim como trabalhos acadêmicos.

Os dados sobre população e suas variáveis, foram consultados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tendo-se levantado algumas informações trabalhadas pelo Instituto de Pesquisas Especiais para a Sociedade (IPES). Para a análise demográfica foram consultadas e utilizadas informações de outros órgãos e entidades de referência, como: as Prefeituras Municipais da AID (Anchieta, Piúma e Guarapari), SEBRAE, FUNAI, Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), o Instituto Capixaba de Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER), e Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

O fluxo de trabalhadores e a dinâmica populacional também são pontos de especial relevância nos estudos socioeconômicos, especialmente nesta região que sofrerá movimento migratório de trabalhadores flutuantes que poderá gerar impacto sobre a dinâmica local, sobretudo em Anchieta. Para a análise deste tema foram utilizadas informações levantadas junto às entidades organizadas e

² Pesquisa qualitativa – pesquisa onde se selecionam, junto aos próprios formadores de opinião de uma dada região a ser estudada, entidades e representantes que são lideranças e formadores de opinião locais para serem entrevistados, dando ênfase à execução de uma pesquisa qualificada. Esta pesquisa tem sido muito utilizada em estudos onde o prazo de execução é exíguo e cuja finalidade extrapola os objetivos exclusivamente acadêmicos, embora esteja sendo cada vez mais empregada para este fim.

Secretarias Municipais de Anchieta, Guarapari e Piúma, além de entidades representativas das comunidades do entorno do empreendimento, em Anchieta.

Sobre os indicadores de qualidade de vida, nos aspectos relacionados à saúde, educação, segurança, transporte, saneamento e abastecimento de água, energia e esgoto, etc., a maioria dos dados foi coletada no IBGE. Além desta fonte também se utilizou informações disponibilizadas em bancos de dados existentes nos sites de ministérios federais (saúde e educação), pelas agências federais (Anatel, ANEL, etc.), por Secretarias Estaduais (saúde, segurança, e educação), por órgãos públicos estaduais como o IJSN, o Departamento de Estradas de Rodagem do Espírito Santo - DER-ES e pelas concessionárias de serviços públicos, como a Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN. Outros estudos realizados pelo IJSN também serviram de base para a caracterização urbana, em especial dos municípios da AID, o que foi complementado com visitas e observações de campo.

A primeira campanha de coleta de dados em campo objetivou a verificação da qualidade de três diferentes questionários que foram elaborados a partir de modelos já aplicados por algumas instituições, a saber: IBGE, Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - DIEESE, além de modelos de questionários utilizados em outros Estudos Ambientais de empreendimentos desenvolvidos na região.

Na segunda campanha de campo foram visitadas 15 localidades no âmbito da ADA e AID do empreendimento: Ubú, Parati, Nova Anchieta, Planalto de Anchieta, Nova Anchieta, Mãe Ba, Recanto do Sol, Arerá, Itapeiúna, Jabaquara, São Mateus, Baixo Pongal, Alto Pongal, Córrego da Prata e Iriri.

A amostragem de campo abrangeu 112 questionários aplicados em unidades domiciliares e comerciais (muito estabelecimentos comerciais integravam residências), onde se buscou identificar os entrevistados por sexo, idade, grau de escolaridade e atividade profissional, infraestrutura, acesso e qualidade dos serviços públicos e privados, as escolas e postos de saúde de todas as localidades. Os entrevistados ainda foram questionados sobre os programas e políticas públicas desenvolvidas na localidade

Foi também feito contato com autoridades municipais e do Governo Estadual (em especial do Instituto Estadual de Meio Ambiente), assim como foram encaminhados questionários às secretarias municipais e estaduais solicitando informações nas áreas de interesse deste estudo.

5.4.1 População

Os grupos populacionais da região foco deste estudo são caracterizados basicamente pela presença maciça de imigrantes europeus, remanescentes quilombolas e pescadores artesanais que compõem a base da formação populacional da região. Estes grupos também são responsáveis pelo desenvolvimento de atividades nos três setores econômicos primário, secundário e terciário.

Os itens subseqüentes abordam o contexto da ocupação histórica do território e apresentam as bases para o desenvolvimento econômico e para a dinâmica populacional dos municípios de Anchieta, Alfredo Chaves, Guarapari, Iconha e Piúma, localidades que serão diretamente afetadas pelo empreendimento.

5.4.1.1 População Absoluta e Relativa

Guarapari apresenta a maior população entre os municípios estudados e os condicionantes históricos previamente apontados justificam este fato. Anchieta vem obtendo o maior índice de crescimento, como pode ser observado na tabela seguinte:

Tabela 5.4.1-1: População Residente

Município	Ano					
	1991	2000	2006	2007	2008	2009
Alfredo Chaves	12.647	13.616	14.332	13.983	14.507	14.585
Anchieta	14.934	19.176	22.311	19.459	20.144	20.226
Guarapari	61.719	88.400	108.12	98.073	103.113	104.534
Iconha	10.172	11.481	12.448	11.496	11.872	11.901
Piúma	9.430	14.987	19.094	16.249	17.019	17.212

Fonte: IBGE. Estimativa da população.

Nos últimos nove anos, Guarapari passou por um grande crescimento demográfico (59%), segundo os órgãos municipais. Com isto a cidade se tornou dormitório do município de Vitória, sendo que este crescimento populacional tende a se ampliar com a instalação de novos empreendimentos em Anchieta. Destaca-se também Piúma com crescimento de 54%.

Neste mesmo período Anchieta teve um crescimento populacional de aproximadamente 25%, os demais municípios vizinhos tiveram crescimento médio de 8,5% (Alfredo Chaves 8% e Iconha 9%).

5.4.1.2 Densidade Demográfica

A cidade que apresenta maior densidade demográfica é Piúma, sendo o menor município em área. A população concentra-se, sobretudo, na área urbana (234,2 hab/km², em 2009). Guarapari é o segundo município com maior densidade demográfica (176,5 hab/km²), seguido de Iconha, 58,6 hab/km²,

Anchieta com 50hab/km² e Alfredo Chaves com 23,7hab/km². Este último município apresenta a maior área entre todos estudados.

Nota-se que no período analisado (2000 a 2009) não houve grande variação da densidade demográfica nestes municípios, conforme **Tabela 5.4.1-2**.

Tabela 5.4.1-2: Densidade Demográfica

Município	Ano	2005	2006	2007	2008	2009
	área	Hab./Km2				
Alfredo Chaves	616	22,1	23,3	22,7	23,6	23,7
Anchieta	405	47,4	55,1	48,1	49,8	50,0
Guarapari	592	149,3	182,6	165,6	174,1	176,5
Iconha	203	56,6	61,3	56,7	58,5	58,6
Piúma	74	203,9	259,8	221,1	231,5	234

5.4.1.3 Distribuição da População na ADA e AID por Situação Domiciliar, de Gênero e Idade (Tabela 5.4.1.3-1)

Tabela 5.4.1.3-1: Distribuição da população nos municípios da AI.

Estrutura Etária da População, por Situação de Domicílio e Sexo. Alfredo Chaves.																	
Município	Situação de Domicílio	Gênero	Faixa Etária														
			< 1	1 a 4	5 e 6	7 a 9	10 a 14	15 a 17	18 e 19	20 a 24	25 a 29	30 a 49	50 a 59	60 a 64	65 a 69	70 a 79	> 80
Alfredo Chaves	Urbana	Fem.	41	180		165	226	163	134	252	261	809	193	85	68	98	49
		Masc.	44	170	95	146	278	157	130	257	217	779	212	82	63	103	
	Rural	Fem.	66	262	109		388	262	136	339	292	978	324	103	86	126	77
		Masc.	64	224	133	204	393	225	192	424	352	1192	355	147	109	137	51
Anchieta	Urbana	Fem.	115	449	226	378	687	443	307	622	578	1776	455	171	127	169	97
		Masc.	108	457	255	343	719	439	279	664	566	1811	442	158	142	182	46
	Rural	Fem.	40	208	112	174	317	176	117	270	216	720	199	90	72	88	39
		Masc.		210	108	167	358	214	144	280	248	824	230	80	79	93	33
Guarapari	Urbana	Fem.	830	3122	1573	2181	4012	2646	1860	4186	3497	11598	2845	1084	808	988	394
		Masc.	744	3258	1694	2292	4184	2594	1860	3976	3455	11108	2864	967	810	896	263
	Rural	Fem.	33	193	96	146	266	174	107	251	228	686	214	91	65	82	41
		Masc.	42	214	100	157	286	212	123	301	264	854	274	98	76	101	36
Iconha	Urbana	Fem.	37	145	76	126	216	149	101	243	199	728	168	67	51	67	33
		Masc.	32	164	88	114	234	128	100	252	207	730	180	50	42	44	22
	Rural	Fem.	52	186	108	168	293	196	127	283	262	904	252	114	83	114	48
		Masc.	48	198	109	216	357	196	122	316	267	1055	280	109	91	92	42
Piúma	Urbana	Fem.	122	586	284	440	703	419	282	668	576	1874	494	202	161	152	74
		Masc.	128	556	308	423	748	449	282	669	576	1879	511	187	144	145	59
	Rural	Fem.	7	27	17	25	58	26	19	37	34	99	27	12	8	16	4
		Masc.	9	34	20	25	47	36	22	51	34	122	32	15	10	10	3

Fonte: IBGE, 2009 in: IJN 2010.

A) Alfredo Chaves

Este município apresenta 62% da população entre 15 e 50 anos, 22% da população está na faixa entre menor de um e 14 anos e 16% estão na faixa etária superior aos 51 anos. Este fato é compatível com a realidade das cidades deste porte no Estado.

Nota-se também que existe uma concentração do sexo feminino na área rural (57%) e de homens na área urbana. Durante as entrevistas com representantes do poder público este fato foi associado às atividades profissionais desenvolvidas pelos homens que muitas vezes mantêm a casa na área rural, trabalhando durante a semana na sede do município.

B) Anchieta

Apresenta concentração de população urbana (68%), também ocorre maior concentração do público feminino na área rural (54%). A maioria da população está na faixa de 15 a 59 anos (64%). Entre menos de 1 a 14 anos são 23% e 13% entre 60 e mais de 80 anos.

C) Guarapari

O município apresenta uma distribuição equilibrada entre a população urbana e rural de ambos os sexos, 48% de mulheres na área rural. Na área urbana 52% da população é do gênero masculino. O município é preponderantemente urbano, 93% da população.

Chama a atenção o grande número da população na idade de 10 a 14 anos na área urbana (8196 indivíduos), mais de 100% de diferença entre as faixas imediatamente subseqüentes (de 7 a 9 anos e 15 a 17 anos). A maioria da população está na faixa de 20 e 64 anos (68%). Surpreende a diminuição da população acima de 70 que compreende apenas 9% da população.

D) Iconha

O município apresenta a 59% da população na área rural. Ao contrário dos municípios analisados anteriormente a população do gênero masculino (57%) é maior do que a de público feminino. Isto se justifica, pois o município tem como principal atividade econômica a agropecuária. A população concentra-se mais na faixa de 20 a 64 anos, 48%. Mas não é discrepante em relação às outras faixas etárias, entre os 65 e mais de 80, que correspondem a 8% da população.

E) Piúma

Piúma apresenta 94% da população na área urbana, na área rural 59% da população são do gênero masculino. Na área urbana 52% da população são do gênero feminino. Na faixa etária entre 10 e 14 anos há uma discrepância em relação às faixas subseqüentes, pois enquanto nesta o número de indivíduos é de 1556, entre 7 a 9 anos é de 913 indivíduos e, entre 15 a 17 anos, é de 930. A população se concentra mais na faixa etária de 20 a 69 anos (63%). O menor número de indivíduos está entre 70 a mais de 80 anos (8%).

5.4.1.4 Migração

Para visualização dessa característica populacional são apresentadas a seguir tabelas do IBGE - Microdados do Censo 2000, que demonstram os estoques de migrantes externos, por local de nascimento e por origem, nos municípios integrantes da AII do empreendimento.

Tabela 5.4.1-3: Estoque de Migrantes Externos, por Local de Nascimento

Local de origem	Alfredo Chaves	Anchieta	Guarapari	Iconha	Piúma
MG	214	1	9.095	208	1.357
BA	213	704	10.365	237	398
RJ	123	707	4.556	242	1.16
SP	10	179	1.322	33	134
Demais estados	13.056	16.619	62.759	10.74	11.927
País estrangeiro		10	304	20	11

Fonte: IBGE. Microdados do Censo 2000.

Tabela 5.4.1-4: Estoque de Migrantes, por Origem

Ano	Local de origem	Alfredo Chaves	Anchieta	Guarapari	Iconha	Piúma
1991	Municípios do Espírito Santo	1.892	2.421	13.939	1.173	3.204
	Outros estados e países estrangeiros	244	1.526	13.436	269	1.224
	Total	2.135	3.946	27.375	1.441	4.428
2000	Municípios do Espírito Santo	2.867	3.983	17.977	1.924	4.841
	Outros estados e países estrangeiros	645	3.05	28.655	826	3.413
	Total	3.512	7.032	46.632	2.75	8.254

Fonte: IBGE. Microdados do Censo 1991/2000.

5.4.1.5 Escolaridade

Das localidades visitadas no Município de Anchieta todas apresentam escolas municipais, algumas com pré-escola e ensino fundamental 1, e as mais próximas do centro de Anchieta apresentam ensino fundamental 1 e 2. Este dado se reflete no grau de alfabetização dos entrevistados, 97,8% sabem ler, e 51 deles, em um universo de 169 moradores possuem o segundo grau completo. Dado que pode ser verificado no gráfico abaixo.



Figura 5.4.1-1: Proporção de analfabetos na ADA, NCHIETA, 2010.

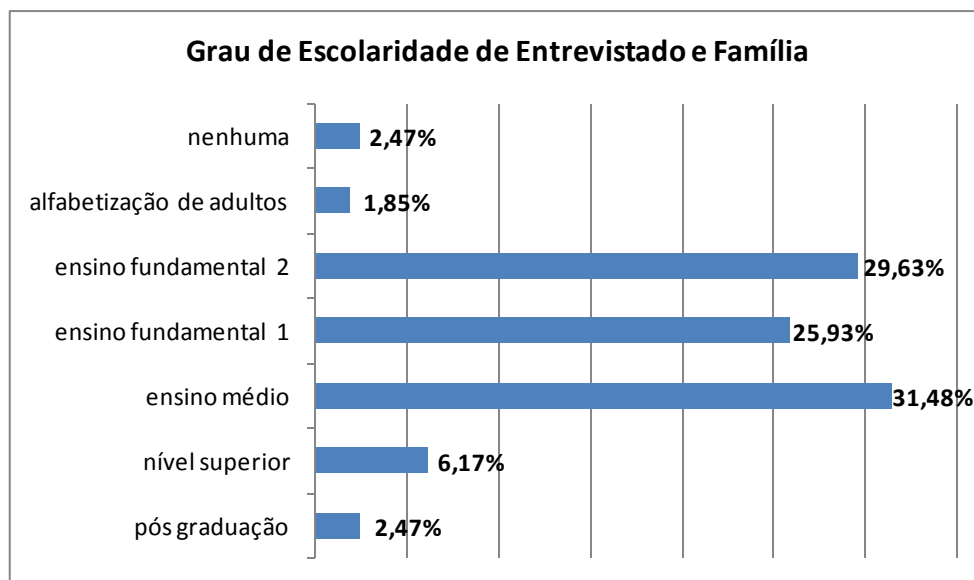


Figura 5.4.1-2: Grau de escolaridade da ADA, Anchieta, 2010.

5.4.1.6 Renda e Emprego

As tabelas seguintes apresentam a relação da situação de empregos e renda nos município e da AID e comparam com Anchieta.

Tabela 5.4.1-5: Distribuição Setorial da População Ocupada (2000)

Atividades Agrupadas	Porcentagem por Município				
	Alfredo Chaves	Anchieta	Guarapari	Iconha	Piúma
Atividades agropecuárias	65,2	27,2	10,5	40,5	12,4
Atividades industriais	6,5	17	20,5	12,6	25,6
Comércio e reparação	7,3	11,6	19,5	19,5	23,2
Atividades de prestação de serviços	20	42,1	48,9	27,2	38,7
Atividades mal especificadas	0,9	2,1	0,6	0,3	0,2

Total	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE. Microdados do Censo 2000.

Como já mencionado anteriormente Alfredo Chave e Iconha têm a base da economia nas atividades agropecuárias e a maior parte da população esta ocupada neste setor. Em Anchieta e Guarapari a população está ocupada principalmente no setor de comércio e prestação de serviços, Piúma se destaca nas atividades industriais, sobretudo aquelas ligadas ao setor pesqueiro.

Os principais centros comerciais de Anchieta estão no bairro do centro e na Av. Raula do Bairro Alvorada, também utilizam o comércio de Guarapari e Iconha.

Os supermercados de maior importância são representantes de redes estaduais, entre eles estão: Multi Market, Smart, Nosso sabor.



Figura 5.4.1-3: *Imagens do centro comercial de Anchieta, 2010.*

O maior problema enfrentado no setor comercial é a baixa qualificação, busca-se apoio do SEBRAE e SENAIE para qualificação dos serviços.

Os comerciantes locais temem a chegada dos novos empreendimentos. Há necessidade do comércio local de se aperfeiçoar e profissionalizar. O setor de hotelaria já está sofrendo modificação e se especializando em turismo de negócio.

É emergencial a ação para a segurança dos estabelecimentos comerciais, sobretudo na área urbana central do município, há registro de até quatro roubos diários a estes estabelecimentos. Os comerciantes estão investindo em segurança privada e equipamentos de segurança, é necessário o aumento da segurança policial. Este assunto vem sendo discutido no Conselho de Segurança.

Foi criada em junho de 2010 a Associação Empresarial de Anchieta que conta com 33 associados entre indústria, comércio e serviço. A SAMARCO participa desta Associação que está desenvolvendo um plano de ação envolvendo treinamento dos associados para a melhoria dos serviços, a partir da qualificação dos profissionais, melhoria das infraestruturas e fomento de parcerias com os grandes empreendimentos que estão se instalando no município.

A Associação já promoveu o evento Ação Total, que em uma semana desenvolveu palestras sobre melhoramento do comércio lojista, formação de preços etc. Ocorreu entre 26 e 28 de novembro de 2010 a 4ª PROMOVE, feira de negócios onde 95% dos participantes são comerciantes locais e o restante de cidades vizinhas.

5.4.1.7 IDH

Tabela 5.4.1-6: Relação de IDH dos municípios de AID.

Município	UF	Esperança de vida ao nascer	Taxa de alfabetização de adultos	Taxa bruta de frequência escolar	Renda per capita	Índice de esperança de vida (IDHM-L)	Índice de educação (IDHM-E)	Índice de PIB (IDHM-R)	Índice de Des. Humano Municipal (IDH-M)	Ranking por UF	Ranking Nacional
Vitória	ES	70.740	0.955	0.934	667.675	0.762	0.948	0.858	0.856	1	18
Iconha	ES	73.498	0.892	0.705	313.320	0.808	0.830	0.732	0.790	3	805
Guarapari	ES	72.021	0.911	0.796	277.926	0.784	0.872	0.712	0.789	4	817
Anchieta	ES	72.021	0.896	0.882	227.802	0.784	0.891	0.679	0.785	6	948
Piúma	ES	72.021	0.899	0.762	244.334	0.784	0.854	0.691	0.776	9	1157
Alfredo Chaves	ES	72.021	0.887	0.694	197.849	0.784	0.823	0.655	0.754	21	1761

5.4.1.8 Organização Social

Foram identificadas as seguintes organizações sociais:

Tabela 5.4.1-7: Relação de Organizações Sociais na ADA e AID.

Município	Local	Entidade
Anchieta	Anchieta - Centro	MEPES - Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo
		ASSANART - Associação Anchietaense de Artesanato
		ASSARTI - Associação de Artesanato de Iriri
		Associação dos Maricultores de Anchieta
		Colônia dos Pescadores Z4 Marcílio Dias
		Associação Iririvivo
		Associação Comunitária do Porto de Cima
		ACATA - Associação de Catadores de Caranguejo de Anchieta
		Grupo de Apoio ao Meio Ambiente
	Chapada do Á	Associação de Moradores Chapada do Á
	Monteiro	Associação de Moradores de Monteiro
	Belo Horizonte	Associação de Moradores de Belo Horizonte
	Recanto do Sol	Associação de Moradores de Recanto do sol
	Goembê	Associação de Moradores de Goembê
	Mãe-Bá	Associação Moradores de Mãe-Bá
Ubu	Jabaquara	Associação de Moradores de Jabaquara
	Ubu	Associação de Pescadores de Ubu e Parati
		Associação de Moradores de Ubu (AMU)

	Parati	Associação de Pescadores de Ubu e Parati
		Associação de Moradores do Residencial Praia de Parati (ACREPPY)
		Associação de Moradores de Parati
	Guanabara	Associação de Moradores de Guanabara
		Fórum de Entidades e Pro-Gaia
		Projeto Tamar
	Castelhanos	Associação de Moradores de Castelhanos
		Associação Pró-Melhoramento da Praia dos Castelhanos
Guarapari	Meaípe	Associação de Pescadores de Meaípe
		Associação de Moradores do Bairro de Meaípe (AMBM)
	Condados	Associação de Moradores de Condados
	Porto Grande	Associação de Moradores de Porto Grande
	Residencial Beira Mar	Associação de Moradores do Residencial Neira Mar
	Guarapari-Centro	Ass. dos Proprietários de Embarcações e Pescadores do Sul do Estado
		Colônia de Pescadores Z 3 Almirante Noronha
		Associação dos Maricultores de Guarapari (AMAGUARAPARI)
		Associação Compradores e Vendedores de Pescados
		Associação Aquícola de Guarapari (AAGRI)
		Sociedade Gaia
		Federação das Assoc. Moradores e Movimentos Populares de Guarapari (Famompog)
		AHTG - Conselho de Turismo
		Associação Ecológica Força Verde
		Fórum de Entidades

		Associação Ambientalista de Guarapari (A ÁGUA)
		Assoc. de Vela de Guarapari (AVEGUARÁ)
		OAB – 4º Subseção
		Associação Moradores Coroado
		Associação Moradores Alto Camurugi
		Associação Moradores Camurugi
Piúma	Piúma-Centro	Colônia dos Pescadores Z-9
		Coopervidas
		ADESP - Associação de Desenvolvimento Econômico Social de Piúma
		Fishes do Brazil
		Zippilima Indústria e Comércio de Pescado LTDA
	Iconha	Grupo Ambiental de Iconha (GRAMI)

Fonte: Campanha de campo em Anchieta, 2010.

5.4.2 *Análise da Dinâmica Populacional*

5.4.2.1 *Formação Histórica e Econômica dos Municípios*

A análise dos ciclos econômicos e sociais dos municípios que integram a AII do empreendimento, perpassa pela análise da dinâmica econômica do Espírito Santo. Segundo Hoffmann (2005), até o início do século XIX o Espírito Santo foi uma capitania com pouco dinamismo econômico. Muitos fatores contribuíram com este atraso relativo, o desenvolvimento das capitanias nordestinas é um deles. De acordo com Bittencourt (1987 in: Hoffmann, op. cit.), os engenhos de cana, apesar de grandes, eram poucos e incapazes de garantir uma dinâmica econômica satisfatória. A situação de atraso do Espírito Santo começa a mudar com a introdução da cultura do café no estado, em meados do século XIX, tornando-se o principal produto de exportação até a década de setenta do século XX.

Outro fator social fundamental na formação socioeconômica do estado foi a imigração. O fluxo imigratório para o Espírito Santo inicia-se com a chegada de 250 açorianos entre os anos de 1812 a 1814. O primeiro empreendimento oficial de colonização foi a Colônia de Santo Agostinho (atualmente Viana, na Grande Vitória), criada em 1822. Em 1847 é criada a Colônia Imperial de Santa Isabel, que recebe 163 alemães da Renânia (católicos, luteranos e alguns calvinistas). Novas levas de imigrantes prussianos chegam para ocupar lotes agrícolas na colônia até meados de 1860. Em 1858 verifica-se a entrada de 29 imigrantes

italianos. Dez anos depois da fundação da Colônia Imperial de Santa Isabel, ou seja, em março de 1857, chegam os primeiros imigrantes, suíços e alemães, para a Colônia Imperial de Santa Leopoldina, que logo se configuraria como uma das mais prósperas do Brasil Imperial.

Em 1875 é criada a Associação Colonial do Rio Novo. A colônia ocupou uma vasta área de terrenos devolutos (do Governo) entre os rios Itapemirim e Benevente. Os núcleos de colonização foram denominados de Primeiro, Segundo, Terceiro, Quarto e Quinto Territórios. Este último, demarcado já na margem oposta do Rio Benevente. Além dos rios acima citados, o acesso também se dava pelo porto de Piúma, por meio do Rio Iconha por onde se podiam alcançar as demarcações dos Primeiro, Segundo e Terceiro Territórios. O Rio Itapemirim foi a via de transporte para os primeiros imigrantes e dava acesso ao Primeiro Território, núcleo inicial de colonização. Por meio do Rio Benevente, que desemboca na atual cidade de Anchieta, entrou o maior contingente de imigrantes. Por ele singraram mais de oito mil italianos entre 1875 e 1900.

Com a abolição da escravidão, em 1888, o fluxo de imigrantes, que havia estacionado desde 1881, ganha um novo impulso. As novas levas de famílias camponesas são agora canalizadas para as antigas fazendas de escravos, para substituir a mão-de-obra negra no cultivo do café. Nas fazendas de café ao sul do estado, nos vales dos Rios Itabapoana e Itapemirim, são as que recebem o maior contingente de famílias imigrantes.

De fato, é a partir da criação dos núcleos de colonização oficiais e a conseqüente expansão das suas fronteiras, bem como da necessidade de mão-

de-obra nas antigas fazendas escravocratas que se verifica a ocupação do território capixaba pela colonização estrangeira.

A ocupação da área, atualmente considerada como microrregião expandida sul, tem suas raízes históricas em meados de 1500, associada aos trabalhos dos jesuítas neste território, sobretudo às obras do Padre Anchieta.

Anchieta inicialmente chamada de Reritiba ou Iiritiba (“O Lugar das Conchas”), foi fundada em 1579 pelo padre José de Anchieta, que ali passou a residir a partir de 1587, permanecendo até a data de sua morte, em 9 de junho de 1597. Em 1º de janeiro de 1759 a aldeia de Iribá recebe foro de vila, sob a denominação de Benevente. No dia 12 de agosto de 1887 a vila de Benevente é elevada à categoria de cidade, passando a denominar-se Anchieta. Algumas fontes citam 30 de dezembro de 1921 como a data da mudança definitiva do nome do município para Anchieta. O município foi criado em 11 de novembro de 1890, pelo Decreto nº 53³.

Guarapari era inicialmente uma aldeia indígena chamada de Aldeia do Campo ou do Peixe Verde, transformada em povoamento pelo padre José de Anchieta em 1565 (Daemon, 1879 in: Hoffmann, op. cit).

Em 1835 é criada a comarca de Guarapari, compreendendo a Vila de Guarapari e os Rios Itapemerim e Benevente. O município de Guarapari é criado em 1911, composto pelos distritos de Guarapari, a Sagrada Família e Todos os Santos, em 1953 são definidos os contornos do município que permanecem até hoje. Sagrada Família é incorporado ao município de Alfredo Chaves.

³ Prefeitura Municipal de Anchieta – Secretaria de Integração Econômica e Regional – Dados socioeconômicos, potencialidades e oportunidades: Anchieta, 2010: 43p

Piúma era habitada por índios Puris. Com a chegada do padre José de Anchieta, em 1585, a região passou a ser denominada de Aldeia dos Índios Puris. Logo depois, vieram os colonizadores franceses. Com o tempo chegaram os portugueses, ingleses e outros. Em 4 de maio de 1883, a região foi elevada à categoria de vila, denominada de Nossa Senhora da Conceição de Piúma. Em 24 de dezembro de 1963 foi criado o município, mas somente em 6 de julho de 1964 deu-se a sua instalação.

A colonização da atual cidade de Alfredo Chaves teve início quando Dom Pedro II doou 500 ha de terra ao guarda de honra da corte, o português Augusto José Álvares e Silva. A área foi dividida em cinco partes chamadas de Sesmarias: do Norte, do Sul, do Leste, do Oeste e Quatinga. A chamada Sesmaria Quatinga se estendia do Rio Joeba à comunidade de São Marcos. Os jesuítas construíram uma igreja e o local passou a se chamar Povoação de Nossa Senhora da Conceição.

O primeiro grupo de italianos que ajudou a colonizar o atual município de Alfredo Chaves desembarcou em Benevente (Anchieta), em 1877. De lá os europeus subiram o Rio Benevente de canoas até Jabaquara. O rio continuava navegável até a altura da Sesmaria Quatinga. Fundou-se ali o povoado de Alto Benevente, este mais tarde recebeu a denominação de Alfredo Chaves, em homenagem ao ministro da Colonização Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves.

Outros colonos mudaram para um local mais elevado que foi denominado Vila de Todos os Santos. Essa localidade, hoje distrito de Guarapari, pertencia ao Quinto Território da Imperial Colônia de Rio Novo.

Uma segunda leva de imigrantes, constituída exclusivamente de italianos ocorreu em 1878. E em 1895, veio completar o círculo imigratório, um novo grupo de imigrantes, também constituído exclusivamente de italianos e, em maior quantidade que as duas vezes anteriores.

Os imigrantes que foram levados para a colonização deste Território desembarcaram em Vitória, Benevente e Itapemirim. Muitos navios, por interesse de seus comandantes que tinham por destino os portos do sul do Brasil, arbitrariamente obrigavam seus passageiros a saltar em Benevente ou Itapemirim por puro interesse econômico.

As muitas reminiscências de italianos que se fixaram no Espírito Santo contra a vontade, e que foram desembarcados em Benevente, contribuíram para a popularização das Sesmarias e do atual município de Alfredo Chaves.

Os imigrantes que chegavam ao povoado eram abrigados na antiga cadeia conhecida como "Barracão dos Imigrantes" ou "Hospedaria dos Imigrantes". Mais tarde, novos grupos receberam alqueires de terra e foram morar no interior de Batatal, Carolina, Sagrada Família, São Marcos e Ribeirão do Cristo.

Em 1895, o recenseamento das colônias do município acusava uma população de 5.843 habitantes, e o número de residências em 1.013 casas.

No ano de 1917, o italiano, Coronel José Togneri construiu o casarão na sede da Fazenda Quatinga, que permanece preservado nos dias de hoje.

Além da exportação de café, a atividade da loja incluía a importação de produtos finos da Europa, principalmente originários da França e Itália.

Em 1922, foi realizado o serviço de abastecimento de água potável e de esgoto, e a iluminação de toda a cidade. Melhorias surgiram para os europeus,

que dedicavam grande parte do seu trabalho para a construção e organização das igrejas.

Na economia, a partir da década de 60, com a crise do café, os agricultores começam a trabalhar com a banana, um produto que se adapta facilmente ao clima e ao solo de Alfredo Chaves. Com o sucesso da bananicultura e da pecuária leiteira na região, passa a ser organizada a tradicional Festa da Banana e do Leite do Município.

5.4.2.2 A industrialização e a Construção dos Terminais Marítimos

Na segunda metade do século XX, a crise na estrutura produtiva do café, com claros limites à expansão da pequena propriedade, reforçada pela crise internacional de preços dessa commodity e a consequente política de erradicação dos cafezais, gerou enormes efeitos sociais negativos sobre a população. Um deles foi a forte migração campo-cidade, especialmente para a região da Grande Vitória, afetando também o município de Guarapari e posteriormente Anchieta. Essa população tendeu a ficar ainda mais concentrada com o advento dos grandes projetos industriais sediados nessa região e em seu perímetro. Isso provocou problemas urbanos, tais como: violência, falta de saneamento básico, déficit habitacional, desemprego e subemprego, dentre outros.

Assim, o Espírito Santo chegou aos anos 90 com grandes problemas a serem enfrentados. As concentrações das atividades econômicas, de rendimentos e populacional são parte deles.

Um marco da mudança do quadro econômico e populacional do Espírito Santo é a consolidação do Porto de Vitória como o segundo grande exportador nacional.

Com a Revolução de 1930 o interventor que governava o estado iniciou obras para ampliar o Porto de Vitória e para construção de cais de minério, este arrendado em 1942 pela Companhia Vale do Rio Doce.

Para ampliar a exportação de minério de ferro oriundo de Minas Gerais, a Companhia Vale do Rio Doce construiu o porto de Tubarão, em Vitória, com capacidade para estocar um milhão de toneladas de minério, receber navios de até cem mil toneladas e carregá-los a um ritmo de seis mil toneladas por hora. As obras foram iniciadas em 1966 e terminadas em tempo recorde. Situado dez quilômetros ao norte da capital, é um dos maiores portos de minério do mundo. Com a transferência para Tubarão da maior parte da exportação de minério de ferro, o porto de Vitória ficou liberado para outras aplicações.⁴

Com a instalação de Tubarão a região foi dotada de uma infraestrutura que propiciou o surgimento de um novo complexo industrial, do qual faz parte uma usina de pelotização de minério de ferro, com capacidade de produção de dois milhões de toneladas anuais. Em 29 de novembro de 1983, dez anos depois de iniciadas as obras, foi inaugurada a Usina Siderúrgica de Tubarão, que representou um investimento total de três bilhões de dólares. A fase foi marcada por um intenso esforço de industrialização promovido pela Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (CODES), mais tarde transformada no Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES).

⁴ Dados provenientes do site:

http://pt.wikipedia.org/wiki/História_do_Esp%C3%A9rito_Santo acessado em 12/10/2010

Instalaram-se fábricas de café solúvel, massas alimentícias, chocolates, azulejos e conservas de frutas, e aprovaram-se projetos para a implantação de fábricas de laticínios, calçados, material elétrico, óleos comestíveis e sucos cítricos⁵.

Seguindo o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) que objetivava promover a industrialização, a partir das potencialidades estaduais, voltadas principalmente aos setores siderúrgico e paraquímico, incluía-se no novo ideário de desenvolvimento nacional, no sentido de dinamizar a economia de novas regiões com potencialidades de articulação com o setor externo. Esse plano trazia uma nova concepção para a antiga temática de correção dos desequilíbrios regionais, através de um projeto de desenvolvimento voltado para abertura de frentes produtivas na conquista de mercados externos.

Nesse contexto, teve início a formulação do que veio ser a implantação dos “Grandes Projetos Industriais”, dando forma concreta à modernização econômica do Espírito Santo. A matriz dos grandes projetos tem suas bases no complexo Mina - Ferrovia - Porto e na expansão do plantio de eucalipto⁶.

Neste contexto também se insere a instalação, em 1977, da empresa Samarco Mineração. Com pouco mais de 11.000 habitantes em 1970 e uma economia de base agrícola, Anchieta se torna sede das instalações industriais de uma mineradora e da infraestrutura necessária para a atividade, com o porto de Ubu e o mineroduto Germano a Ubu. Durante um curto espaço de tempo, Anchieta migrou de município agrário para um município urbano e industrial, cujo

⁵ Fênix – Revista de História e Estudos Culturais Outubro/ Novembro/ Dezembro de 2009 Vol. 6 Ano VI no 4 ISSN: 1807-6971

⁶ Fênix – Revista de História e Estudos Culturais Outubro/ Novembro/ Dezembro de 2009 (op. cit)

território conecta-se diretamente com o mercado externo, já que a Samarco comercializa 100% de seus produtos com outros países.

A instalação da Samarco causou grandes mudanças nas características econômicas e populacionais do município. O setor agrícola deixou de ser preponderante e o setor secundário passou a representar 70,35% da riqueza do município.⁷

Em Piúma não ocorreu o desenvolvimento de qualquer atividade econômica que alterasse, de forma rápida, a dinâmica do município. Devido a uma baixa experiência e gestão turística na região, seu comércio não cresceu expressivamente, nem mesmo a sua atividade turística. O resultado é que Piúma vem caminhando, há muito, à margem das principais experiências de desenvolvimento do Espírito Santo, não tendo sido particularmente inserido na lógica de desenvolvimento do Estado, com uma agricultura inexpressiva e sem ter recebido quaisquer projetos com o objetivo de dinamizar ou profissionalizar a sua economia turística. Piúma tem sido marcada por uma estagnação econômica, embora também tenha se urbanizado a exemplo de Guarapari. (Avaliação Ambiental Estratégica – Anchieta, CEPEMAR e FUTURA, 2008)

“Os municípios de Piúma, Anchieta e Guarapari não se inseriram, senão de forma pontual, nos principais momentos do desenvolvimento do Espírito Santo. Por consequência, suas respectivas inserções na rede de cidades estadual deram-se de forma marginal.

Os vínculos dos municípios de Piúma, Anchieta e Guarapari no Espírito Santo verificam-se muito mais forte deles entre si e com os outros municípios

⁷ Prefeitura Municipal de Anchieta – Anchieta: Passos para o Futuro, 2006: 118p

da região metropolitana da Grande Vitória (RMGV), do que com o restante do Estado. A tendência é de que esses municípios definam um território único e integrado à região metropolitana, e que este novo território (“RMGV ampliada”) tenha vínculos mais importantes com o mercado externo do que com todo o Estado.” (Avaliação Ambiental Estratégica – Anchieta, CEPEMAR e FUTURA, 2008)

Os municípios de Piúma, Iconha e Alfredo Chaves receberam um grande contingente de migrantes que vinham trabalhar na fase de implantação da SAMARCO. Alfredo Chaves começou a desenvolver condomínios de residência de alto padrão. Em Piúma houve um grande desenvolvimento do setor secundário, enquanto Iconha e Alfredo Chaves se especializaram na produção de alimentos.

5.4.3 Atividades Econômicas

5.4.3.1 Setores de Atividades Econômicas

Tabela 5.4.3.1-1: Indicadores do Mercado de Trabalho

Ano	Município	População total	População em idade ativa (10 anos e mais)	Aposentados	População economicamente ativa
2000	Alfredo Chaves	13.616	11.352	1.652	7.716
	Anchieta	19.217	15.808	1.81	9.524
	Guarapari	88.4	71.725	6.783	43.298
	Iconha	11.481	9.614	1.213	5.525
	Piúma	14.987	11.976	1.292	6.957

Fonte: IBGE. Microdados do Censo.

Como é possível observar, até este ponto do diagnóstico, os grandes projetos passaram a dinamizar outros ramos industriais e de serviço ligados ao mercado urbano. Os fatores de atração ligados aos investimentos industriais e de infraestrutura deslocou inúmeras pessoas para as cidades, especialmente para a região da Grande Vitória, onde se localizava a maior parte das plantas industriais. Foi com esse processo que, rapidamente, o Espírito Santo passou a ter a maior parte de sua população situada na zona urbana.

Somando isto ao crescimento das famílias na zona rural e às insuficientes oportunidades de trabalho devido ao fim da fronteira agrícola e adoção de técnicas poupadoras de mão de obra, muitas pessoas foram obrigadas a procurar melhores oportunidades de vida nos centros urbanos (Pereira Neto, 2009).

A expansão demográfica de alguns municípios capixabas pode ser mais bem visualizada pela taxa de variação da população. Nos anos 60, em razão, principalmente, dos desdobramentos da crise na estrutura produtiva no campo, da crise cafeeira e das atividades da Cia. Vale do Rio Doce, a Grande Vitória quase dobrou sua população, enquanto os demais municípios obtiveram taxa de variação negativa (-2%). Nos anos 1970, segundo Castiglioni (1989, p.190), a migração foi responsável por 63,15% do crescimento da principal aglomeração urbana do estado de 72,43% (in: Pereira Neto, *op cit*).

Tiveram grande participação nesse aspecto os incentivos fiscais e a operação de dois Fundos: o FUNRES (Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo) o qual representou grande importância na formação e desenvolvimento de arranjos produtivos locais, nos segmentos da agroindústria, mármore e granito, turismo, confecção, metal mecânico e moveleiro; e o FUNDAP (Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias) (CALIMAN, 2001, p.15).

Tabela 5.4.3.1-2: População ocupada, segundo atividades

Atividade - Seção CNAE	População ocupada por Município				
	Alfredo Chaves	Anchieta	Guarapari	Iconha	Piuma
A - agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	4.696	168	3.029	2.065	408
B - Pesca			220		
C - Outras atividades	68	602	729	13	11
D - indústrias extrativas	7	201	340	17	330
E - indústrias de transformação	239	487	2.332	348	44
F - produção e distribuição	18	66	194	6	570

de eletricidade, gás e água					
G - construção	205	627	4.466	270	45
H - comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	524	938	6.994	995	864
I - alojamento e alimentação	72	579	2.992	148	1.384
J - transporte, armazenagem e comunicação	222	323	1.402	356	369
K - intermediação financeira	26	101	174	12	180
L - atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	74	249	2.939	79	18
M - administração pública, defesa e seguridade social	191	507	1.575	175	290
N - educação	261	615	2.131	232	230
O - saúde e serviços sociais	70	222	671	89	347
P - outros serviços coletivos, sociais e pessoais	135	160	1.764	109	113
Q - serviços domésticos	390	658	3.839	187	221
Total	7.198	8.107	35.791	5.099	5.963

Fonte: IBGE. Microdados do Censo.

5.4.3.2 Perspectivas de Desenvolvimento Econômico e Populacional

O documento Avaliação Ambiental Estratégica Pólo Industrial e de Serviços de Anchieta – ES (*op. cit*) apresenta uma análise do projeto Espírito Santo 2025 que é uma iniciativa do Governo do Estado, elaborado como um Plano de Desenvolvimento, pensado a partir de metas e ações estratégicas para serem implementadas até o ano de 2025, tendo como objetivo agregar esforços na elaboração e execução de ações que impulsionem o desenvolvimento do Estado em todas as suas dimensões.

A visão de futuro do Espírito Santo no horizonte 2005-2025 teve o propósito de servir de marco referencial para a construção de uma agenda de iniciativas estratégicas que contribuísse no aumento da competitividade e no desenvolvimento sustentável do Estado. Configurada sob a forma de um cenário desejado, essa traz em seu núcleo características de uma conquista estratégica desafiadora e difícil, porém alcançável no futuro.

Apresenta um plano de metas estruturado a partir de um modelo de desenvolvimento que exige esforços de planejamento e a elaboração de indicações claras dos caminhos que levarão ao futuro desejado. Desta forma, foi elaborada uma carteira de noventa e três Projetos Estruturantes e quatro Alianças Estratégicas – iniciativas singulares, mobilizadoras e transformadoras da realidade – que, em conjunto, visaram pavimentar a trajetória rumo a esse futuro desejado. Os projetos são complementados por uma agenda de implementação e comunicação⁸.

⁸ In: <http://www.espiritosanto2025.com.br/> acessado em 12/2010

5.4.4 Infraestrutura e Serviços

5.4.4.1 Saúde

As informações reunidas acerca da situação do sistema de saúde nesses municípios serão primeiramente apresentadas em conjunto, com dados a Secretaria Estadual de Saúde, proporcionando análise comparativa. Na sequência, serão apresentados os dados por município, com informações fornecidas pelas Secretarias Municipais de Saúde.

Os sistemas de saúde nos municípios de Anchieta, Guarapari, Piúma, Iconha e Alfredo Chaves apresentam baixa tecnologia e não possuem as especializações necessárias para o atendimento dos pacientes. Em casos mais graves, os pacientes são obrigados a deslocarem-se para outras cidades, com melhor infraestrutura em saúde. Não existe articulação entre os municípios, de modo a configurar uma rede de atenção à saúde.

Guarapari apresenta uma maior oferta de equipamentos, distribuída entre redes municipal e privada. Nas demais cidades, o sistema de saúde está vinculado à rede municipal, composto em sua maioria por postos de atendimento primário.

Todos os municípios em questão são contemplados pelo Programa de Saúde da Família - PSF e Programa Agente Comunitário de Saúde - PACS, com amplo trabalho de cadastramento e acompanhamento da população. O Programa Saúde da Família é uma das estratégias de reorganização da atenção primária na saúde,

atualmente definido como Estratégia Saúde da Família (ESF), visto que a palavra programa tem idéia de final e o Saúde da Família não prevê tempo para atuação. A implantação e a qualificação da atenção básica, organizadas pela Estratégia Saúde da Família, compõem parte do conjunto de prioridades políticas apresentadas pelo Ministério da Saúde e aprovadas pelo Conselho Nacional de Saúde. A expansão e resultados obtidos com o Programa Saúde da Família mostram a adesão de gestores estaduais e municipais aos seus princípios. Opera com implantação de equipes multiprofissionais, responsáveis por um número de famílias em uma área delimitada. Atua com ações de promoção da saúde, prevenção, reabilitação, agravos mais frequentes, manutenção da saúde das comunidades e atenção integral às pessoas. Nos municípios estudados, o número de equipes do Programa Saúde da Família são: cinco em Alfredo Chaves, Iconha e Piúma; seis em Guarapari e nove equipes em Anchieta.

Tabela 5.4.4.1-1: Indicadores de Cobertura de Atenção Básica.

2009	INDICADORES DE ATENÇÃO BÁSICA			
MUNICIPIO	Modelo de cobertura	População coberta ⁽¹⁾	% da pop. Coberta	Média mensal - visitas por família ⁽²⁾
ALFREDO CHAVES	PACS	13.268	91	0,13
	PSF	1540	10,6	0,10
	Total	14.808	101,5	0,13
ANCHIETA	PSF	24.737	122,3	0,09
GUARAPARI	PACS	31.253	29,9	0,10
	PSF	27.623	26,4	0,1
	Total	58.876	56,3	0,10
ICONHA	PSF	12.763	107,3	0,08
PIÚMA	PSF	17.872	103,8	0,08

Fonte: SIAB - in: Caderno de Saúde Município - SESA/ES

Notas: (1): Situação no final do ano. (2): Como numeradores e denominadores, foi utilizada a média mensal dos mesmos.

Na região, a Estratégia Saúde da Família atinge um alto grau de cobertura da população. A exceção fica com a cidade de Guarapari que, mesmo tendo os dois modelos de cobertura – PSF e PACS, pouco mais da metade dos cidadãos têm atendimento pela Estratégia Saúde da Família, diferindo da ação que está sendo efetuada pelas Secretarias de Saúde das demais municipalidades.

Quanto à rede hospitalar, segue a **Tabela 5.4.1.4.1-2**, com o número de leitos segundo a especialidade em cada município.

Tabela 5.4.4.1-2: Leitos SUS, Segundo Especialidade

Especialidade	Número de leitos				
	Anchieta	Alfredo chaves	Iconha	Piúma	Guarapari
Cirurgia	9		6	6	14
Obstetrícia	12		4	5	18
Pediatria	13		6	6	16
Clínica Médica	20		10	9	28
Total	54	0	26	26	76

Fonte: SESA/ES.

Conforme exposto na **Tabela 5.4.1.4.1-2**, os municípios de Anchieta, Guarapari, Iconha e Piúma apresentam uma baixa capacidade física instalada quanto aos leitos em relação à população total das cidades, indicando um déficit de oferta no setor. A presença de poucas especialidades médicas evidencia a carência do atendimento hospitalar. O município de Alfredo Chaves não possui leitos hospitalares.

A **Tabela 5.4.1.4.1- 3** apresenta os dados de ocorrência de óbitos nos municípios Anchieta, Alfredo Chaves, Guarapari, Iconha e Piúma, segundo a base

de informações da Secretaria Estadual de Saúde do Espírito Santo, considerando as causas agrupadas e as faixas etárias da população.

Tabela 5.4.4.1- 3: Óbitos por Faixa Etária de Acordo com Grupos de Causas.

Município	Grupo de causas (2009)	Idade						
		< 1	1 a 4	5 a 14	15 a 24	25 a 44	45 a 64	> 64
Anchieta	Doenças do aparelho circulatório					2	10	26
	Neoplasias (tumores)					3	7	8
	Causas externas de morbidade e mortalidade			1		6	4	3
	Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas						1	8
	Doenças do aparelho respiratório		1				2	
	Doenças do sistema nervoso				2			1
	Algumas afec originadas no período perinatal	2						
	Algumas doenças infecciosas e parasitárias					1	1	
	Causas mal definidas							2
	Doenças do aparelho geniturinário						1	1
	Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	1			1			
	Doenças da pele e do tecido subcutâneo						1	
	Doenças do aparelho digestivo						1	
	Transtornos mentais e comportamentais					1		
Guarapari	Doenças do aparelho circulatório			1		16	52	125
	Causas externas de morbidade e mortalidade	2		1	32	43	27	10
	Neoplasias (tumores)				3	12	43	55
	Doenças do aparelho respiratório				1	4	9	40

	Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas					4	15	35
	Doenças do aparelho digestivo	1				6	15	13
	Algumas doenças infecciosas e parasitárias	1	1	1	2	6	6	11
	Doenças do sistema nervoso	1		2	1	5	2	7
	Causas mal definidas				1	2	4	5
	Doenças do aparelho geniturinário						2	8
	Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	6						
	Transtornos mentais e comportamentais					3	2	2
	Algumas afec originadas no período perinatal	3	1		1			
	Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár			1			1	2
	Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo					1	1	2
	Gravidez parto e puerpério					2		
Piúma	Doenças do aparelho circulatório					2	7	28
	Neoplasias (tumores)			1			12	7
	Causas externas de morbidade e mortalidade			1	6	6	2	4
	Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas						3	6
	Doenças do aparelho geniturinário						2	2
	Doenças do aparelho respiratório						1	2
	Algumas doenças infecciosas e parasitárias					1	1	
	Doenças do aparelho digestivo							2
	Doenças do sistema nervoso							2
	Causas mal definidas						1	
	Desconhecido						1	
	Doenças da pele e do tecido subcutâneo							1

Iconha	Doenças do aparelho circulatório				1	1	3	9
	Neoplasias (tumores)						5	9
	Causas externas de morbidade e mortalidade			1	1	1	2	2
	Doenças do aparelho respiratório							6
	Doenças do sistema nervoso							4
	Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas							4
	Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	2						
	Algumas afec originadas no período perinatal	1						
	Doenças do aparelho digestivo						1	
	Doenças do aparelho geniturinário							1
	Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár							1
Alfredo Chaves	Doenças do aparelho circulatório					1	7	18
	Causas externas de morbidade e mortalidade				1	3	3	2
	Neoplasias (tumores)				1	1	1	5
	Doenças do aparelho digestivo						2	4
	Causas mal definidas						1	4
	Doenças do aparelho respiratório							3
	Algumas afec originadas no período perinatal	1						
	Doenças do aparelho geniturinário					1		1
	Doenças do sistema nervoso							2
	Doenças da pele e do tecido subcutâneo						1	
	Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	1						
	Transtornos mentais e comportamentais					1		

Fonte: SESA/ES

A taxa mortalidade infantil é considerada um importante indicador de saúde, na medida em que reflete as condições da vida e desenvolvimento da população, devendo ser relacionada aos fatores históricos e socioeconômicos, demográficos, ambientais. Devem ser considerados ainda os fatores relacionados à nutrição e disponibilidade de saneamento básico. Como demonstrado na **Tabela 5.4.1.4.1-4**, o exame da taxa de mortalidade infantil revela que os municípios em questão possuem taxas inferiores à média nacional (29,6 óbitos por mil nascidos vivos). Anchieta apresenta o menor índice, seguido por Guarapari. É possível inferir que esse indicador é positivo e favorável à maior parte da população desses municípios.

Tabela 5.4.4.1-4: Taxa de Mortalidade Infantil

Ano	Município	Total de óbitos menores de 1 ano	Total de nascidos vivos	Taxa de mortalidade infantil
2009	Anchieta	3	348	8,6
	Guarapari	14	1.503	9,3
	Piúma		224	
	Iconha	3	132	22,7
	Alfredo Chaves	2	123	16,3

Fonte: SESA/ES

A) Alfredo Chaves

A cidade conta com um pronto atendimento, oito postos de saúde, uma unidade mista e a Unidade Básica de Saúde Centro, todos de responsabilidade do poder público. O corpo clínico é composto por 12 médicos dentro das

seguintes especialidades: cardiologia, dermatologia, neurologia, pediatria, ginecologia e psiquiatria. Contam com os seguintes profissionais da área de saúde: psicólogos, fonoaudiólogo e fisioterapeuta.

A população do município é atendida na Unidade Básica do Centro, sendo que em 2008 foram realizados 70.496 atendimentos e em 2009 foram 131.813 atendimentos.

Na cidade não há Unidade Hospitalar. No caso de tratamentos e exames complexos são realizados por meio do Centro de Referência de Especialidades Metropolitano – CRE, localizado em Vitória. O Centro possui 48 médicos para atender 17 especialidades, como oftalmologia, otorrinolaringologia, neurologia, urologia e nefrologia. Os exames são marcados nas unidades de saúde locais.

Quanto ao Programa Saúde da Família, há no município cinco equipes estando todas as famílias cadastradas. A Unidade Estratégia de Saúde da Família do Centro atende aproximadamente 1000 famílias, a Estratégia Saúde da Família do Cajá atende 850 famílias e a Estratégia Saúde da Família de Iiritimirim 780 famílias. Há uma equipe itinerante, que realiza atendimento na zona rural. Os agentes de saúde visitam periodicamente as famílias, com ações principalmente de orientação sobre hanseníase, hipertensão, diabetes, verminoses, câncer de pele e outros.

Tabela 5.4.4.1-5: Estatísticas de Nascidos Vivos e Óbitos em Alfredo Chaves

Ano	2006	2007	2008	2009	2010	TOTAL
Nascidos vivos	157	146	124	123	50	600
Óbitos	73	56	75	66	26	296

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Alfredo Chaves

As principais doenças endêmicas da região são: malária, chagas, esquistossomose, leishmaniose. As medidas tomadas para prevenção destas doenças são orientação e prevenção. As ações efetuadas para o controle de endemias (dengue, febre amarela) são o isolamento viral. Os Projetos desenvolvidos pela secretaria são focados na educação e saúde, através de palestras nas escolas. Com relação ao planejamento familiar e orientação sexual para adolescentes, não há programas desenvolvidos pela Secretaria de Saúde.

B) Guarapari

O Sistema Municipal de Saúde é estruturado e há um Conselho Municipal de Saúde, com caráter permanente e deliberativo, ao qual compete atuar na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros.

De acordo com o Plano Municipal de Saúde, 2010-2013, a infraestrutura da Secretaria Municipal de Saúde tem quarenta e oito Unidades de Saúde, sendo trinta e oito municipais, quatro contratadas e seis contratadas pelo SUS cujo objetivo é assegurar a execução das ações relativas à Gestão Plena da Atenção Básica Ampliada, para uma população de mais de 110.000 habitantes.

O Pronto Atendimento, para urgências e emergências, tem quatro médicos por plantão. Os Postos e Unidades Básicas de Saúde são para atendimento ambulatorial, consultas com especialistas, vacinação, exames, procedimentos de rotina e encaminhamentos. Em algumas Unidades de Saúde é oferecido atendimento Odontológico e na Unidade de Saúde Dr. Roberto Calmon são

realizados exames radiológicos, além de serviços de Fisioterapia e Fonoaudiologia.

Quanto aos Médicos e especialidades, atualmente existem treze médicos cujas especialidades são: três ortopedistas, seis ginecologistas, um urologista, um dermatologista, um cardiologista e um psiquiatra. E a partir de janeiro de 2011 acrescentam-se as seguintes especialidades para o atendimento dos munícipes: endocrinologia, oftalmologia, gastroenterologia, otorrinolaringologia, proctologia, nefrologia, alergologia, neuropediatria, pneumologia, reumatologia, neurologista. E altera-se o quadro, com mais um especialista: cardiologista, psiquiatra e dermatologista.

Os exames complexos oferecidos pela SEMSA são realizados através de clínicas e laboratórios contratados: tomografia, ressonância magnética, ultrassonografia, mamografia, densitometria óssea, urografia excretora, raio X, colonoscopia e eletroencefalograma. São realizados ainda exames preventivos de câncer de colo do útero e próstata.

Há no Município de Guarapari três hospitais que prestam serviços à população, dentre os quais apenas dois realizam procedimentos de atenção ao SUS com as seguintes disponibilidades de leitos: Hospitais São Judas Tadeu, com trinta leitos para o SUS e cinco particulares e a Maternidade Nossa Senhora da Conceição, com quarenta e cinco leitos para o SUS e sete particulares. O Hospital e Maternidade São Pedro é exclusivamente particular, com dezoito leitos. De acordo com a Secretaria Municipal de Saúde o Pronto Atendimento Público tem sete leitos, num total de cento e doze leitos hospitalares. Não possuem unidade de tratamento intensivo – UTI adulto ou infantil.

O Programa Estratégia Saúde da Família neste Município encontra-se composto por seis equipes, com 7.119 famílias assistidas, num total de 24.579 pessoas atendidas, segundo as informações Secretaria.

No departamento de Vigilância Ambiental há o Centro de Controle de Zoonoses, onde é feita a prevenção e o controle de agravos relacionados a fatores biológicos e não biológicos, bem como o controle e proteção da população de animais em áreas do Município. Cabe a este setor organizar e executar os serviços de investigação, orientação e promover o combate a Esquistossomose, Leishmaniose, Doenças de Chagas e Malária. O registro de casos de hanseníase vem aumentando e apresentou em 2008, segundo dados (SINAN-2008) 37 novos casos confirmados. Perfaz uma taxa 3.3:10.000 que se pode chamar de alta, de acordo com os parâmetros da Organização Mundial de Saúde, que considera a variação de 2,0 a 3,9 como taxa muito alta. A tuberculose mostra-se com o número de casos novos diagnosticados a cada ano oscilante, saltando de vinte e três casos em 2006 para quatorze, em 2008.

O município possui um Centro de Testagem e Aconselhamento – (CTA) e o Serviço de Atendimento Especializado (SAE), que assistem pacientes portadores de HIV/AIDS e de outras Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST). Trabalham com tratamento além da prevenção, orientação e educação através de campanhas, palestras e divulgação na mídia. Destina-se basicamente ao tratamento destas DST's e acompanhamento dos portadores do vírus HIV e seus familiares. A equipe é composta por médicos, enfermeiras, psicóloga, farmacêutica, assistente social e auxiliar de enfermagem. Os serviços oferecidos são: consulta médica, coleta de sangue, palestras, distribuição de medicamentos,

visita domiciliar, distribuição de preservativos, aconselhamento, ações educativas e preventivas.

C) Iconha

A Secretaria de Saúde de Iconha relaciona os equipamentos de responsabilidade do poder público. Primeiramente, as cinco Unidades Saúde da Família, todas com equipes de Saúde Bucal: Unidade Básica de Saúde de Jardim da Ilha, UBS Vale das Ocas; Unidade de Saúde da Família de Iconha; Unidade Sanitária Rural Confiança; Unidade Sanitária Rural Duas Barras. Contam com uma Unidade Móvel de Saúde (ônibus). Também apresentam uma Equipe de Saúde Mental, um Centro de Especialidades e a Policlínica.

Na rede privada encontramos os seguintes equipamentos de atenção à saúde: dois consultórios médicos, treze consultórios odontológicos, duas clínicas médicas com especialidades, dois laboratórios clínicos – que prestam serviços para a SEMUS e duas clínicas de fisioterapia. Pelo Consórcio de Saúde o município conta com médicos e seguintes especialidades: ortopedia, ginecologia, neurologia, oftalmologia, pediatria. Há ainda o Hospital e Maternidade Danilo Monteiro de Castro, da Fundação Médico Hospitalar do Trabalhador Rural de Iconha, que presta serviços para a SEMUS, através de convênio contando com seis médicos clínicos gerais.

O município realiza os exames de patologia clínica através de contrato com laboratórios instalados no município. Os exames de raios-X, sem contraste, são realizados na Fundação Médico Assistencial do Trabalhador Rural de Iconha no

Hospital. Para realização de exames complexos, o município conta com o Consórcio de Saúde que faz os exames considerados de urgência como colposcopia (com/sem biópsia), ecocardiograma doppler, eletroencefalograma, endoscopia, mamografia, ressonância, ultra-sonografia e teste ergométrico. Em nível regional, o município conta com o Centro Regional de Especialidades – CRE de Cachoeiro de Itapemirim, de Vitória e de Vila Velha que disponibilizam exames mais complexos e consultas com especialidades.

De acordo com a Secretaria de Saúde, o município apresenta 100% de Estratégia Saúde da Família, onde cinco equipes que atuam em todas as trinta e seis comunidades do Município, atendendo a população residente que corresponde a 12.571 pessoas, respectivamente 4.038 famílias.

Tabela 5.4.4.1-6: Número de Nascimentos nos Últimos 05 Anos e Taxa de Mortalidade Infantil

Ano	2005	2006	2007	2008	2009
Nascidos vivos	141	139	136	134	128
Óbitos	1	2	-	1	3

Fonte*: Secretaria Municipal de Saúde, via SINASC/2010 e SIM/ Caderno de Saúde do Município

As principais endemias da região e medidas tomadas, segundo a Secretaria de Saúde de Iconha estão descritos abaixo:

Controle do Vetor da dengue - nas localidades infestadas são realizadas visitas bimestrais pelos Agentes de Controle de Endemias a imóveis (residências, estabelecimentos comerciais, escolas e outros) e terrenos baldios, realizando tanto o tratamento e eliminação de possíveis criadouros como orientações sobre

prevenção, cuidados e responsabilidades quanto à eliminação de criadouros e cuidados com indivíduos com sintomatologia da doença.

Programa de Educação e Mobilização Social (PESMS) – ações educativas de mobilização com as comunidades, empresas, escolas, e outros, sobre as principais endemias trabalhadas no município.

Controle de Chagas – visitas e pesquisa de triatomíneos. Quando encontrado domiciliado na residência, é realizada a borrifação, além de encaminhar os insetos para o Núcleo de Entomologia e Malacológico da UFES para identificação e positividade da espécie para a doença.

Controle de Raiva – realizada vacinação de rotina, observação de animais agressores, bloqueio vacinal, encaminhamento de cérebro de animais suspeitos da doença para o IBES e campanha de vacinação;

Controle de Malária – visitas de postos de informação de malária e coleta de material para exame de todos os indivíduos procedentes de regiões endêmicas com suspeita da doença e ações educativas com orientação sobre a doença.

Controle de Febre Amarela – Ações educativas com orientação às empresas e comunidade sobre a necessidade de vacinação quando em trânsito para regiões endêmicas.

Controle de Leishmaniose – visitas às localidades com avaliação dos animais suspeitos, além de ações educativas com orientação sobre a doença.

Controle de Esquistossomose – monitoramento de exames de fezes realizados e alimentação do Programa de Controle de Esquistossomose, além de ações educativas com orientação sobre a doença.

Programa de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano – coleta mensal de água para análise, distribuição de hipoclorito de sódio em áreas sem tratamento de água, orientação quanto à limpeza e desinfecção de reservatórios de água.

Programa Municipal de Saúde Mental - foi implantado, apesar de não ser contemplado pelo Ministério da Saúde com Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, por iniciativa da gestão que se sensibilizou com questões voltadas para uso indiscriminado de álcool e drogas. O Programa é realizado por equipe multidisciplinar composta por psiquiatra, assistente social e psicólogo, que vem sendo financiada com recursos próprios da Secretaria de Saúde.

Quanto à assistência especializada em HIV/ AIDS e DST, Iconha não possui um programa específico. São realizados atendimentos básicos e os pacientes são encaminhados para a referência regional que está instalada no município de Cachoeiro de Itapemirim.

A Secretaria de Saúde apresenta séria preocupação ambiental quanto ao saneamento básico. Identificou em seus diagnósticos do PSF, cujos dados refletem nas famílias cadastradas, que 37,90% possuem fossa, 34,57% lançam seus esgotos a céu aberto e apenas 27,53% das famílias têm sistema de esgoto, tornando necessário criar proposições que instrumentalizem a qualidade de vida no município. Tais dados são reforçados pelos dados de internação do município que, em 2009, alcançou novo pico de 13,42% das internações por gastroenterites, do total de internações do município, mantendo-se muito além do parâmetro estadual que é de 2,2% das internações totais. Os dados são reflexos de falta de tratamento de esgoto, principalmente na sede do município, cujos detritos de

imóveis antigos são lançados diretamente no rio. A contaminação do rio Iconha e afluentes refletem diretamente nos gastos com internações.

D) Piúma

Existem no município de Piúma os seguintes equipamentos de saúde, todos públicos: um Hospital Municipal (sem maternidade e sem centro cirúrgico), cinco unidades básicas de saúde, um centro de especialidades, duas unidades ambulatoriais na área rural e uma unidade móvel bucal.

O Hospital Municipal Nossa Senhora da Conceição, com 30 leitos, é mantido pela Prefeitura segundo levantamento da Secretaria Municipal de Saúde, quanto a atendimentos de ambulatório, pronto socorro e das internações do período de janeiro a junho de 2010, foram um total de 18.116 atendimentos.

As oito Unidades Básicas de Saúde - USF Itaputanga, USF Centro, USF Niterói, USF Céu Azul, USN Esperança, UBS de São João, UBS de Itinga e UBS de Portinho – apresentam o número médio de atendimentos realizados mensalmente, 10.697.

O Município oferece junto à rede especializada, os serviços de dezesseis especialistas, sendo: neurologista; ortopedista; pediatra; endocrinologista; reumatologista; urologista; psiquiatra; cardiologista; ginecologista e oftalmologista. Demais profissionais da área de saúde são: fonoaudiólogo, psicólogo e assistente social. Na consolidação de todos os profissionais do Centro Médico de Especialidades, a capacidade de atendimento é em torno de duas mil

consultas por mês, sendo a especialidade de maior demanda a pediatria, seguida da ortopedia.

No trabalho da medicina preventiva, a Secretaria informa que está com duas unidades novas de PSF. O Programa Saúde da Família atua no município nas Unidades Básicas de Saúde com cinco equipes da Estratégia Saúde da Família. Os projetos de planejamento familiar estão inseridos no programa.

A principal doença endêmica no município é a dengue, com maior número de casos registrados por ano. Há registros de 356 casos no ano 2008 e 680 no ano de 2009. Com relação a vetores, existe no município, além do *Aedes aegypti*, o mosquito anofelino (três dos cinco gêneros). A ocorrência de Malária autóctone com vínculo de um caso importado, teve o último registro na década de 1990. A vigilância trabalha com o programa de controle da dengue e vigilância da malária e febre amarela. Hoje o número de funcionários existente não corresponde à necessidade.

No município quanto ao serviço de assistência especializada em HIV/Aids/ DST há o Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA), onde são feitos pré e pós-testes, colhidas amostras e encaminhadas ao laboratório. Este serviço atende demanda espontânea e encaminhamentos, inclusive gestantes que são encaminhadas ao CTA para coletar também, amostras para sorologia de outras doenças. Os soropositivos para HIV são encaminhados para a referência estadual onde realizam controle e tratamento.

E) Anchieta

A gestão do sistema público de saúde no Município de Anchieta é efetuada pelos órgãos, caracterizados a seguir. Além da Secretaria Municipal de Saúde, o sistema de saúde pública conta com a estrutura do Hospital Maternidade do MEPES (Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo), que é uma entidade filantrópica, do Centro de Atenção Psicossocial, do Pronto Atendimento Municipal, do Centro de Especialidades Unificado – CEU, do Centro de Vigilância em Saúde, da Unidade José Carone – Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA), da Sociedade Pestalozzi de Anchieta e de Unidades do Programa de Saúde da Família distribuídas no município.



Figura 5.4.4.1-1: *Secretaria de Saúde de Anchieta e Centro de Especialidades Unificado CEU.*

O Conselho Municipal de Saúde, criado pela Lei Municipal nº18, de 5 de abril de 1991, objetiva assegurar a qualidade dos serviços prestados à população,

assim como seu controle social. Tal controle se efetua por meio de apreciação e opinião na construção e investimentos de avaliação do sistema de saúde, como o Plano Municipal de Saúde, o Relatório de Gestão e a Agenda Municipal.

A Agenda Municipal de Saúde atende às demandas contidas na legislação federal ao definir os eixos a serem seguidos como referências prioritárias no planejamento em saúde. De acordo com a aprovação do Conselho Municipal de Saúde em Anchieta, os eixos prioritários são definidos como: redução da mortalidade infantil e materna; controle de doenças e agravos prioritários (diabetes, tuberculose e eliminação da hanseníase); melhoria da gestão ao acesso e da qualidade das ações em serviços de saúde; reorientação do modelo assistencial e descentralização; desenvolvimento de recursos humanos do setor de saúde; qualificação e fortalecimento do controle social; saúde bucal; cumprimento dos pactos formalizados com o gestor estadual⁹.

Segundo o levantamento de serviços de saúde efetuado pelo IBGE (2005) no município de Anchieta, existem vinte e seis estabelecimentos de saúde, sendo que vinte e um são municipais, quatro são privados e um é federal. Dos vinte e seis estabelecimentos existentes, apenas um é com internação total, vinte e dois são sem internação total e sete são com especialidades. Existem cinquenta e seis leitos para internação, todos de competência do sistema privado/SUS.

Os estabelecimentos não apresentam equipamentos como mamógrafos, Raio X, para a realização de densitometria óssea, tomógrafo, ressonância magnética, eletroencefalógrafo ou equipamentos de hemodiálise, sendo que apenas seis apresentam eletrocardiógrafo. Dos vinte e seis estabelecimentos totais, vinte e

⁹ Agenda 21 - Anchieta : passos para o futuro / Prefeitura Municipal de Anchieta. 2006. 118p

três apresentam atendimento com ambulatório total, vinte e dois com especialidades básicas e somente quatro com outras especialidades. Para o atendimento de emergência total, assim como emergência pediátrica ou obstetrícia, há apenas um estabelecimento habilitado para cada demanda de emergência.

Os tipos de estabelecimentos de saúde de responsabilidade municipal são onze Unidades Básicas de Saúde, duas Policlínicas, Unidade de apoio a diagnose e terapia, Centro de Atenção Psicossocial e Unidade de Vigilância em Saúde. Os estabelecimentos particulares são principalmente o Hospital Geral, filantrópico – MEPES, quatro Clínicas especializadas, dezenove Consultórios e quatro unidades de apoio a diagnose e terapia. Os leitos de internação existentes por 1.000 habitantes (dez/ 2009) são de 2,7 de acordo com o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNE.

A Secretaria de Saúde de Anchieta também disponibilizou as Planilhas do Programa de Agentes Comunitários da Saúde - PACS / Programa Saúde da Família - PSF, com dados referentes ao mês de julho de 2010. Estes dados das equipes de agentes comunitários são relativos ao cadastramento e acompanhamento mensal das famílias. São dados que somados aos procedimentos nas Unidades Básicas de Saúde, e consolidados pela coordenação municipal, seguem para a Secretaria Estadual de Saúde e alimentam o Sistema de Informação da Atenção Básica – SIAB, do Ministério da Saúde.

Em Anchieta, em referência ao consolidado do cadastramento familiar do Programa Saúde da Família, o município é dividido em nove microáreas, cada

uma agregando os bairros da região, rurais e urbanos. Os PSF, de acordo com as áreas, são:

- a) PSF Iriri: atende aos bairros de Iriri, Inhaúma, Boa Vista;
- b) PSF Centro I: atende o Centro – Anchieta; Alvorada; Porto de Cima; Coqueiro; Arerá/ III Barras/ Viegas; Novo Horizonte;
- c) PSF Centro II: atende Justiça II, Cantagalo; Vila Samarco; Jardim das Oliveiras; Nova Anchieta; Guanabara; Portal de Anchieta; Castelhanos; Planalto Anchieta;
- d) PSF Mãe Ba: atende Mãe Ba; Ubu, Parati;
- e) PSF Alto Pongal: atende Alto Pongal; Córrego da Prata/ Itaperoroma Alta; Alto Joelba; Dois Irmãos / 2º Território;
- f) PSF Jabaquara: atende Serra das Graças/Simpatia; Jabaquara; Limeira; Pé do Morro; Duas Barras; Jaqueira; Olivania; Irmãos Baianos/São Vicente; Itajobaia;
- g) PSF Baixo Pongal: atende São Mateus; Emboacica; Itapeuna; Itaperoroma Baixa; Baixo Pongal;
- h) PSF Recanto do Sol: atende Chapada do A; Monteiro/ Araraquara; Goembe; Belo Horizonte; Recanto do Sol;
- i) PSF III: atende Nova Esperança; Morro da Penha; Justiça I; Nova Jerusalém, Alvorada.

O Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB) tem seus dados gerados a partir do trabalho das Equipes de Saúde da Família (ESF) e Agentes Comunitários de Saúde (ACS). Os Agentes Comunitários de Saúde, através das visitas domiciliares, fazem o cadastramento das famílias, identificam a situação de

saneamento e moradia e fazem o acompanhamento mensal da situação de saúde das famílias. Com base nessas informações e mais os procedimentos realizados pelas Equipes de Saúde da Família na Unidade Básica de Saúde ou no domicílio, as coordenações municipais de atenção básica fazem mensalmente a consolidação de seus dados e os enviam para as regionais de saúde. A partir daí, seguem para as Secretarias Estaduais, sempre fazendo as respectivas consolidações¹⁰. Os dados coletados mensalmente são descritos abaixo:

Tabela 5.4.4.1-7: Consolidado do Cadastramento Familiar – Anchieta, julho 2010

DOENÇAS REFERIDAS	FAIXA ETÁRIA					
	0 A 14 anos		> 14 anos		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
ALCOOLISMO	1	0,02	224	1,15	225	1,15
DOENÇA DE CHAGAS	0	0	4	0,024	4	0,024
DEFICIÊNCIA FÍSICA	8	0,02	141	0,66	149	0,68
DIABETES	2	0,04	558	2,12	560	2,16
DOENÇA MENTAL	4	0,11	121	4,51	125	4,62
EPILEPSIA	5	0,02	52	2,23	57	2,25
HIPERTENSÃO ARTERIAL	12	0,07	2505	10,3	2517	10,4
HANSENÍASE	0	0	4	0,02	4	0,02
MALÁRIA	0	0	0	0	0	0
TUBERCULOSE	1	0,02	1	0,02	2	0,04

¹⁰ <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/siab/siabfdescr.htm>. Acesso em: 28 de setembro de 2010.

CONDIÇÃO REFERIDA	FAIXA ETÁRIA					
	10 a 19 anos		mais de 20 anos		TOTAL	
GESTANTE	Nº	%	Nº	%	Nº	%
	25	0,1	263	1,05	288	1,15

Fonte: PACS/PFS.

Os dados apresentados são uma amostra pontual e um exemplo do acompanhamento mensal da saúde das famílias quanto às doenças referidas, feito pelos agentes de saúde. Apontam que existe uma prevalência de doenças hipertensivas na área de abrangência. Estas informações somadas aos procedimentos das Equipes de Saúde da Família nas Unidades Básicas de Saúde consolidam os dados da situação da saúde no município.

O Programa Saúde da Família está presente na totalidade das localidades. Realiza visitas regulares com a equipe multiprofissional de Saúde da Família, que é composta minimamente por um médico generalista ou médico de família, um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem e agentes comunitários de saúde. O serviço é muito bem avaliado, considerado ótimo e bom por 78% dos entrevistados.

Nas localidades pesquisadas, Alto Pongal, Arerá, Baixo Pongal, Córrego da Prata, Iriri, Itapeúma, Jabaquara, Mãe Bá, Nova Anchieta, Parati, Planalto Anchieta, Recanto do Sol e Ubu foi questionado o atendimento geral pelo sistema de saúde do município, nos aspectos qualitativos e quantitativos, relativos aos equipamentos presentes e serviços.

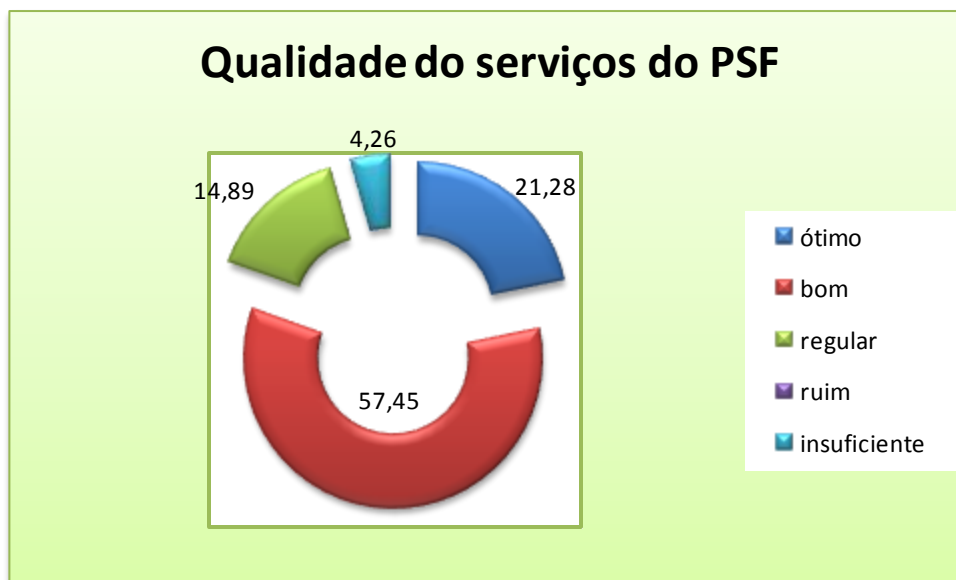


Figura 5.4.4.1-2: Qualidade dos serviços do Programa Saúde da Família

Em relação a Postos de Saúde, 80% das localidades são contempladas com o equipamento. Apenas em Arerá e Nova Anchieta não há Posto de Saúde. Nestes casos, os moradores são cadastrados em unidades na sede do município, embora no caso de Arerá, os moradores informam que o Posto de Saúde de Itapeúma é mais próximo, mas não podem ser atendidos no bairro vizinho devido ao cadastro. Em Relação ao PSF, Arerá está vinculada ao PSF Centro I e Nova Anchieta ao PSF Centro II, juntamente com bairros centrais.

Nos demais bairros, os Postos são bem estruturados, construções novas e em bom estado de conservação. Os Postos de Saúde contam com equipe básica com enfermeiras, atendentes de enfermagem e serviços de limpeza.



Figura 5.4.4.1-3: Posto de Saúde de Itapeúma

A composição da equipe médica nos Postos de Saúde apresenta variações em número e especialidades presentes, para o atendimento da comunidade. As Unidades contam com no mínimo um Clínico Geral, atendendo de uma a quatro vezes por semana. As especialidades dos profissionais são em pediatria, ginecologia, oftalmologia, dermatologia e serviço de odontologia.

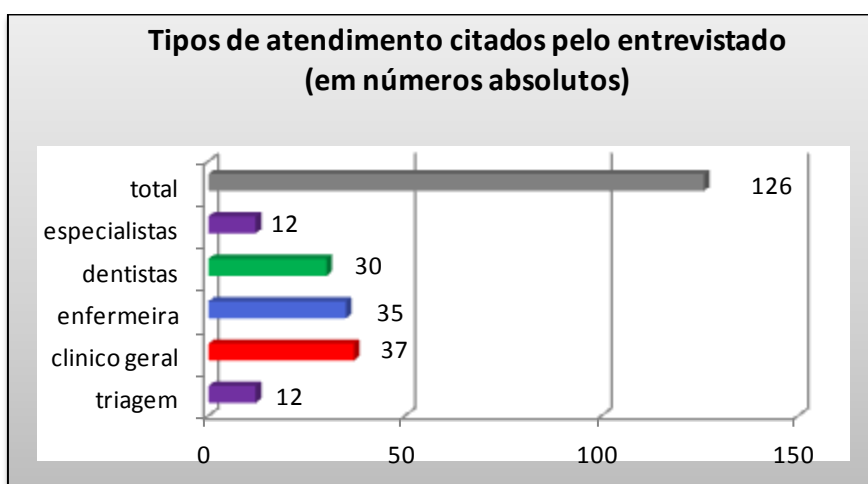


Figura 5.4.4.1-4: Atendimento de Saúde, citados em entrevistas.

Nos casos em que é necessária a consulta com especialistas, o clínico geral realiza o encaminhamento para o atendimento ambulatorial no Centro de Especialidades Unificadas de Anchieta - CEU. Exames e demais procedimentos são realizados nesta Unidade da Secretaria de Saúde Municipal. As internações ocorrem no Hospital do MEPES, que administra e mantém o Hospital Maternidade, conveniada com o SUS.

Para a capital são encaminhados os casos de cirurgia e que demandam tratamentos e/ou exames complexos. Os hospitais de Vitória são citados por entrevistados como opção pessoal para doenças que requeiram tratamentos com grau de complexidade maior. O transporte para hospitais foi citado como feito por ambulância e transporte público, 38%, igualmente nos dois casos e com veículo particular em 24%.

As principais observações sobre o serviço de saúde no município são em relação à necessidade de mais especialistas no corpo clínico dos Postos de Saúde e presença mais freqüente dos médicos (mais dias da semana). No serviço ambulatorial em Anchieta, há observações quanto à demora na marcação de exames e consultas em algumas especialidades.

O serviço de saúde é bem avaliado pela população consultada, considerado de boa qualidade. Quanto ao atendimento nos Postos de Saúde, com 79 % dos entrevistados que opinaram qualificaram os serviços como ótimo e bom. A cobertura na atenção primária está com bons níveis de eficiência.

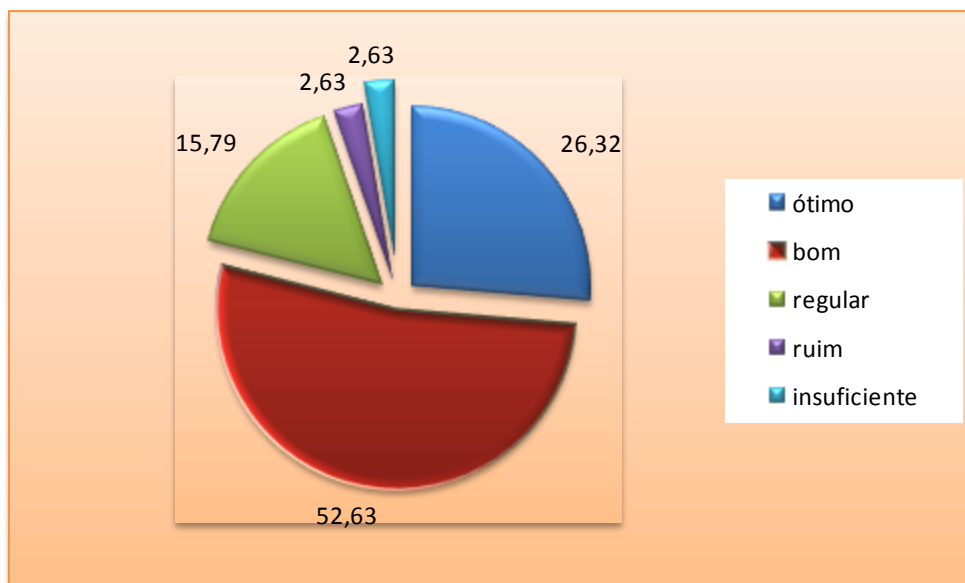


Figura 5.4.4.1-5: Qualidade do atendimento nos Posto de Saúde

As campanhas de Vacinação ocorrem regularmente, seguindo as datas dos Programas do Ministério da Saúde, em parceria com a Secretaria de Saúde do Estado, com os serviços aprovados pelos consultados.

Os dados coletados nas Secretarias de Saúde das AID e All referentes ao sistema básico de Saúde em cada município permitem constatar as deficiências e capacidade de assistência quanto à atenção básica, atendimento ambulatorial, sistema de diagnose e internação hospitalar.

O Programa Saúde da Família possui uma ampla cobertura no atendimento à população dos municípios de Alfredo Chaves, Anchieta, Iconha e Piúma. As equipes atuam em toda a área dos municípios com cadastramento, acompanhamento e levantamento dos dados consolidados, referentes à saúde das famílias, posteriormente enviados ao Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB) do Ministério da Saúde. Guarapari se apresenta como exceção por

possuir uma cobertura insuficiente, em que quase a metade da população não possui atendimento do Programa Saúde da Família.

Os municípios não possuem uma gama de especialidades médicas que atenda as demandas de saúde da população. São restritos os atendimentos por especialistas, obrigando a locomoção intermunicipal dos pacientes para Vitória, Vila Velha e Cachoeiro do Itapemirim. Os municípios carecem de tecnologia para realização de diagnósticos e tratamentos mais complexos, no sistema público de saúde.

O atendimento ambulatorial também se apresenta insuficiente, com observações dos entrevistados, como por exemplo, quanto à demora na marcação e realização de consultas e exames. O município de Anchieta apresenta um sistema ambulatorial mais organizado, o que acaba por atrair a população dos municípios vizinhos que não possuem a mesma qualidade no atendimento, sobrecarregando o sistema do município.

Em relação aos serviços hospitalares, é fato que há demanda no município de unidade hospitalar de alta complexidade. Como observado, há poucos leitos hospitalares em todos os municípios e os hospitais não são equipados para casos mais graves. Há necessidade de encaminhamento dos pacientes para procedimentos mais específicos para Hospitais de outras cidades, como acontece com consultas e exames. Não há projetos para construção de novas unidades hospitalares de alta complexidade, que visem ampliar a qualidade e quantidade do atendimento.

Segundo a Prefeitura, o sistema de saúde de Anchieta se prepara com obras e estará com estruturação suficiente até 2013, visando atender o aumento

populacional previsto pela presença dos novos empreendimentos. Uma articulação e estratégia regional de forma sistemática é preciso para o suprimento das necessidades de saúde para a população que irá se estabelecer na região.

5.4.4.2 Histórico Epidemiológico

Originalmente, o conceito original de epidemiologia se restringia ao estudo de doenças transmissíveis. Na atualidade, o conceito evoluiu e abrange todos os eventos relacionados com a saúde da população.

A epidemiologia ocupa-se das circunstâncias em que as doenças ocorrem e nas quais elas tendem a florescer. Estas circunstâncias podem ser microbiológicas ou toxicológicas; podem estar baseadas em fatores genéticos, sociais ou ambientais. Mesmo os fatores religiosos ou políticos devem ser considerados, desde que se note que têm alguma influência sobre a prevalência da doença. É uma técnica para explorar a ecologia da doença humana.

Praticamente, todos os agravos à saúde estão sendo estudados através de estudos epidemiológicos¹¹.

A) Dengue

A dengue tem se destacado como uma das mais importantes doenças re-emergentes no mundo. No Brasil, a partir da década de 1980, iniciou-se um processo de intensa circulação viral, com epidemias explosivas que atingiram todas as regiões brasileiras. Atualmente, cerca de 70% dos Municípios brasileiros estão infestados pelo mosquito *Aedes aegypti*, vetor da doença no País, onde circulam três sorotipos do vírus (DEN-1, DEN-2 e DEN-3)¹².

¹¹ www.joiville.ifsc.edu.br. Acesso em: 03 de outubro de 2010.

¹² <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/> Acesso em: 03 de outubro de 2010.

O Programa Nacional de Controle da Dengue, do Ministério da Saúde tem aspectos fundamentais na prevenção e controle à doença e atua em parceria com os estados e municípios para sua implementação.

No Espírito Santo, o Programa de Controle da Dengue é desenvolvido pela Secretaria de Estado da Saúde - SESA, que realiza um trabalho de apoio e supervisão contínuos junto aos municípios mais afetados. São feitas periodicamente visitas *in loco* nestas localidades. Quando os técnicos do Estado avaliam a situação, fazem recomendações e redefinem, em conjunto com eles, as estratégias de enfrentamento. Reúne os municípios com maior incidência da doença.

Em reuniões, são apresentados aos prefeitos, secretários de saúde e coordenadores da Vigilância Epidemiológica, a situação epidemiológica, o ciclo do mosquito e os principais criadouros.

O ranking dos cinco municípios mais afetados é feito pela SESA a partir da incidência de casos e não mais em relação às notificações absolutas. A incidência calcula o número de casos de uma doença em relação ao número de habitantes. Os números absolutos não levam o número de habitantes em consideração e, portanto, não mostra a situação real de determinada localidade. É mais importante verificar a incidência, pois ela mostra o risco que a população do município está correndo. Um local com maior número absoluto de casos pode não ser o de maior risco para a população. Para o cálculo da incidência, divide-se o número de notificações pelo número da população do município e multiplica-se este valor por 100 mil.

Tabela 5.4.4.2-1: Municípios com maior incidência de Dengue no Espírito Santo¹³

Municípios	Incidência por 100.000 hab.	
Domingos Martins	93	287,89
Mimoso do Sul	63	232,82
Apiacá	18	228,89
Linhares	292	223,07
Barra São Francisco	91	220,33
São Mateus	208	206,65
São Gabriel da Palha	60	198,31
Marataizes	63	194,74
Marechal Floriano	25	189,28
Fundão	29	179,84
Pancas	33	176,57
Itaquacu	25	175,91
São Domingos Norte	14	171,78
São Roque do Canaã	18	166,88
Vila Valério	21	149,53
Alfredo Chaves	21	144,76
Jerônimo Monteiro	16	143,55
Aracruz	109	140,81
Marilândia	14	131,89
Santa Tereza	24	115,68
Jaguaré	25	108,11
Iconha	12	101,08
Espírito Santo	34.557	1000,59

Fonte: SESA/GVS/NEVAPEC

O Ministério da Saúde considera três níveis de incidência de dengue: baixa (menos de 100 casos/100 mil habitantes), média (de 100 a 300 casos/100 mil habitantes) e alta (mais de 300 casos/100 mil habitantes).

Os municípios no Espírito Santo desenvolvem as ações e atividades no combate a Dengue de acordo com informações no site da Secretaria de Saúde

¹³ Relatório da Situação Epidemiológica da Dengue no estado do espírito santo – 2009. Gerência de Vigilância em Saúde. www.saude.es.gov.br . Acesso em: 15 de maio de 2011.

“Enfrentando a Dengue” – Ações em Desenvolvimento: ações de combate à dengue, programadas pelas Secretarias Municipais de Saúde.

A Secretaria Estadual da Saúde tem em seu site um link específico do programa “ES Enfrentando a Dengue”. Nas Ações em Desenvolvimento, o acesso às ações e atividades de combate à dengue, programadas pelas Secretarias Municipais de Saúde. O **item 5.4.4.2.1** descreve com mais detalhes os programas e ações municipais de combate à dengue.

Anchieta conta com o Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social – Responsabilidade da equipe de Educação em Saúde/Vigilância Ambiental. Várias ações são desenvolvidas como: capacitação de agentes; palestras; mutirão de limpeza; capacitação interna aos agentes de combate a endemias sobre os programas atendidos pela Vigilância Ambiental.

Guarapari é o município da área estudada em que o mosquito transmissor do vírus da dengue encontrou condições favoráveis para sua reprodução, estando entre os cinco municípios com maior incidência de Dengue no estado. O cenário constatado da realidade do município, segundo a Secretaria Municipal de Saúde, registrou em 2006 apenas 2 casos, passando para 427 no ano seguinte e atingindo 1.686 casos da doença em 2008. A Secretaria de Saúde viu a necessidade de intensificar mais ainda as ações de educação em saúde, além das ações de combate ao vetor. Em novembro 2009 a Secretaria de Saúde promoveu a “Semana de Mobilização Contra a Dengue”, estimulando um processo contínuo de conscientização coletiva.

A Prefeitura de Iconha, por meio da Secretaria Municipal de Saúde desenvolveu um Plano de Trabalho para Ações de Combate ao Vetor, que tem

como objetivo diminuir a infestação do vetor *Aedes aegypti* e mantê-la abaixo de 1%, dando ênfase a um modelo de gestão integrada do controle de vetor. As principais ações são: educação em saúde; atividades de bloqueio de caso e as visitas dos Agentes Comunitários de Saúde; Plano de Saneamento Ambiental – de atividade intersetorial com as Secretarias de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente; Semana de Mobilização, (outubro/09), com o projeto “Lutando contra a Dengue” nas escolas; Stand instalado no centro da cidade com orientações sobre a doença, possíveis criadouros e a distribuição de material educativo.

Píuma desenvolve o projeto “Dengue – Prevenção” com alunos da escola “Professora Filomena Quitiba”. Em 2009, foram realizadas ações educativas na comunidade. A Secretaria Municipal de Saúde ajudou no fornecimento de dados e informações sobre a dengue. Para a Supervisora Geral da Dengue no município, Margarete da Cruz Coelho, a maior causa da proliferação de focos do mosquito transmissor é a falta de conscientização.

B) Tuberculose

É uma doença infecto contagiosa que atinge preferencialmente os pulmões, podendo em menor proporção atingir outros órgãos como: olhos, rins, cérebro, ossos, intestino, gânglios linfáticos e outros. É causada por uma bactéria chamada *Mycobacterium tuberculosis*, também conhecida como Bacilo de Köch, em homenagem ao seu descobridor o médico Robert Köch e BAAR - Bacilo

Álcool Ácido Resistente, por suas características tintoriais, as quais são utilizadas na realização do exame de escarro para confirmação diagnóstica.

Na prevenção desta doença a vacina BCG, aplicada em criança ao nascer, possui uma boa eficácia na prevenção da doença evitando principalmente que os indivíduos vacinados não desenvolvam formas graves da doença como Tuberculose Meningéa (Localizada nas meninges) e Tuberculose Miliar (disseminação difusa pulmonar), quando infectado com o Bacilo; esses dois tipos de Tuberculose podem causar a morte. O reforço (2ª dose da vacina) deve ser aplicado na faixa etária de 6 a 12 anos, com o objetivo de atingir os mais altos níveis da cobertura vacinal.

O controle da doença é prioridade do Governo Federal e as responsabilidades estão divididas nos três níveis de Governo: Federal, Estadual e Municipal, obedecendo a competência de cada instância regulamentada pela Lei 8080 de 09/90 - Lei Orgânica da Saúde. Existe também o Plano Nacional de Controle de Tuberculose, publicado pelo Ministério da Saúde que normatiza as ações de controle de Tuberculose.

O Programa Estadual de Controle da Tuberculose /SESA¹⁴, vem implantando estratégias para o controle da doença junto aos municípios do estado com as medidas abaixo listadas:

- Dose Diretamente Observada (DOT);
- Pactuação da atenção básica.

¹⁴ www.saude.es.gov.br/. Acesso em: 19 de setembro de 2010.

Através do Programa Saúde da Família dos municípios, os casos de Tuberculose são cadastrados e acompanhados mensalmente com as visitas do Agente de Saúde da localidade.

5.4.4.2.1 Programas e Ações Ambientais de Combate a Dengue

Anchieta

Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social – Responsabilidade da equipe de Educação em Saúde e Vigilância Ambiental. Visa sensibilizar os moradores das localidades positivas a adotarem os procedimentos de prevenção adequados e necessários em relação à proliferação do mosquito transmissor da dengue.

Objetivo do Programa: diminuir o índice de infestação predial.

Ações desenvolvidas: Capacitação Teatro; capacitação de agentes; palestras; conscientização em imóveis onde a larva foi encontrada; Apresentação teatral sobre Qualidade da água e Dengue, entrevista nas rádios, Mutirão de limpeza nos bairros; Distribuição de mudas de plantas repelentes; Pedágio Educativo e distribuição de mudas de citronela; capacitação interna aos agentes de combate a endemias sobre os programas atendidos pela Vigilância Ambiental.

Iconha

A Prefeitura, pela Secretaria Municipal de Saúde desenvolveu um Plano de Trabalho para Ações de Combate ao Vetor.

O período de execução deste plano de trabalho, de um ano, iniciou-se em outubro de 2009 e teve fim em julho de 2010. Tem como objetivo diminuir a infestação do vetor *Aedes aegypti* e mantê-la abaixo de 1%, dando ênfase a um modelo de gestão integrada do controle de vetor,

As metas estabelecidas envolvem: Nº de imóveis a serem trabalhados no período; Pesquisa entomológica; índice de infestação predial; ações de educação em saúde; atividades de bloqueio de caso: 100% de casos; nº de visitas dos Agentes Comunitários de Saúde e o Plano de Saneamento Ambiental – identificação, através dos levantamentos de índice, dos criadouros e realização de atividade intersetorial com as Secretarias de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

A Semana de Mobilização, em outubro/09, teve a Implantação do Projeto “Lutando contra a Dengue” nas escolas de 1ª a 5ª série do município de Iconha; divulgação da “Mobilização contra a Dengue” na rádio comunitária e rádio regional, carro de som, faixas e comunicados enviados as Instituições Religiosas do município; apresentação de teatro sobre Dengue nas escolas; Stand instalado no centro da cidade com orientações sobre a doença, possíveis criadouros e distribuição de material educativo.

Guarapari

Em novembro 2009 a Secretaria de Saúde promoveu a “Semana de Mobilização Contra a Dengue”, estimulando dentro de um processo contínuo de conscientização coletiva, mudanças profundas de valores na comunidade.

Guarapari ostenta o título de “Cidade Saúde” e ao longo dos anos este foi um dos seus maiores atrativos turísticos. Entretanto, o mosquito transmissor do vírus da dengue encontrou condições favoráveis para sua reprodução na cidade. Em resposta ao cenário constatado da realidade do município, através do acompanhamento dos indicadores epidemiológicos e, dando continuidade ao Programa, vê-se a necessidade de um próximo passo no sentido de intensificar mais ainda as ações de educação em saúde, além das ações de combate ao vetor.

Piúma

O site da Sesa informa a ação dos alunos da escola “Professora Filomena Quitiba”. Por meio do projeto “Dengue – Prevenção”.

A Secretaria Municipal de Saúde ajudou no fornecimento de dados e informações sobre a dengue. Para a Supervisora Geral da Dengue no município, Margarete da Cruz Coelho, a maior causa da proliferação de focos do mosquito transmissor é a falta de conscientização. “Se cada um fizesse a sua parte nós teríamos sucesso maior no combate à dengue. O melhor caminho é não deixar o mosquito transmissor nascer. Devemos acabar com os criadouros”, explica.



Figura 5.4.4.1.2-1: Secretaria Municipal de Saúde de Piúma

5.4.4.3 Educação

Para avaliar a educação nos municípios será apresentada a infraestrutura geral, nas instâncias do ensino público e privado (**Tabela 5.4.4.3-1**). Verifica-se também aos aspectos quantitativos, em números de matrículas e número de escolas considerando pré-escola, ensino fundamental e ensino médio. Para permitir uma avaliação qualitativa do sistema educacional dos municípios estudados, o presente estudo também apresenta o principal índice relativo à educação no país, Índice de Desenvolvimento de Educação Básica – IDEB. O ensino superior será descrito quanto às instituições presentes nos municípios.

Nessas localidades o poder público representa a base do sistema educacional. A rede municipal é responsável pelo ensino pré-escolar e pela maior parte do ensino fundamental, onde há participação do governo estadual. A rede estadual atende a integralidade do ensino médio.

Nestes municípios, a rede de ensino privada tem uma participação relativa no número de matrículas, ainda pequena, havendo espaço para o estabelecimento das escolas particulares, da pré-escola ao ensino médio, vinculado a conjuntura econômica e de desenvolvimento dos municípios.

A situação do ensino, matrículas e rede escolar nos municípios de Anchieta, Guarapari, Piúma, Iconha e Alfredo Chaves apresenta alguns aspectos em comum, como o atendimento insuficiente, sobretudo para a faixa etária correspondente ao ensino médio. As matrículas são em números reduzidos em relação ao ensino fundamental e a continuidade dos alunos no sistema escolar.

Tabela 5.4.4.3-1: Rede de Escolar dos Municípios da AID

ANCHIETA – ES (2010)			
Escolas de Educação Infantil – Rede Municipal			
NOME	ENDEREÇO	TELEFONE	INFORMAÇÕES ADICIONAIS
EMEIEF Barro Branco	Duas Barras, s/n, CEP 29230-000	(28) 35367100	
CMEI Enide Corrêa Guaitolini	Rua Helena Medeiros, s/n, Mãe Ba CEP 29230-000	(28) 35365030	Diretora: Andressa B. S. Silva
CMEI Limeira	Rua Principal, s/n, Distrito de Jabaquara CEP 29230-000		Diretora: Rosimere M. Rocha
CMEI Padre José de Anchieta	Rua Sérgio Correa de Jesus, s/n, Nova Jerusalém CEP 29230-000		Diretora: Elisângela M. Simões
CMEI Professora Jocelina Nogueira	Rua Paulo Diniz, s/n, Alvorada, CEP 29230-000	(28) 35361409	Diretora: Luciane da C. Nogueira
CMEI Tom e Jerry	Rua Diógenes Costa, s/n, Iriri, CEP 29230-000	(28) 35341665	Diretora: Marilza B. Pimentel
Rede privada conveniada com o Poder Público Municipal			
CEI Criança Feliz – MEPES	Ponta dos Castelhanos, s/n, CEP 29230-000	(28) 35361151	Coord: José C. Capeline
CEI Francisco Giusti – MEPES	Bairro Alvorada, s/n, CEP 29230-000	(28) 35361151	Coord: José C. Capeline
CEI Pingo de Gente	Inhaúma, s/n, CEP 29230-000	(28) 35361151	Coord: José C. Capeline
CEI Xodó das Titias	Jabaquara, s/n, CEP 29230-000	(28) 35361151	Coord: José C. Capeline
Escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental – Rede Municipal			
EMEIEF Alto Joeba	Alto Joeba, s/n, CEP 29230-000	(28) 35366431	
EMEIEF Alto Pongal	Rua Vergílio Lorencini, s/n, Alto Pongal, CEP 29230-	(28) 35366180	Diretor: Gelson Calenzani

	000		
EMEIEF Belo Horizonte	Belo Horizonte, s/n, CEP 29230-000		
EMEIEF Córrego da Prata	Córrego da Prata, s/n, CEP 29230-000		
EMEIEF Élon Garcia	Ubu, s/n, CEP 29230-000	(28) 35365195	Diretora: Noeme P. Almeida
EMEIEF Emboacica	Emboacica, s/n, CEP 29230-000		
EMEIEF Goembê	Goembê, s/n, CEP 29230-000	(28) 35367186	Diretora: Delceni e S. Pompermayer
EMEIEF Itaperoroma Alta	Itaperoroma Alta, s/n, CEP 29230-000		
EMEIEF Itaperoroma Baixa	Itaperoroma Baixa, s/n, CEP 29230-000		
EMEIEF Itapeúna	Itapeúna, s/n, CEP 29230-000		
EMEIEF Itajobaia	Itajobaia, s/n, CEP 29230-000		
EMEIEF Nova Esperança	Rua das Gabirobas, s/n, Nova Esperança s/n, CEP 29230-000	(28) 35363521	Diretora: Marta L. S. Cortez
EMEF Olivânia	Olivânia, s/n, s/n, CEP 29230-000		
EMEIEF Parati	Rua Manoel Miranda Garcia, s/n, Parati, s/n, CEP 29230-000	(28) 35365174	Diretora: Maíra G. M. Alcântara
EMEIEF Praia dos Castelhanos	Rua Guaraci Gomes, s/n, Praia dos Castelhanos, s/n, CEP 29230-000	(28) 35362795	Diretora: Gecimar e S. Rodrigues
EMEIEF Profª. Ady Lyrio Marchezi	Dois Irmãos, s/n, s/n, CEP 29230-000	(28) 35367130	
EMEIEF Profª. Edma M. M. Mulinari	Baixo Pongal, s/n, s/n, CEP 29230-000		Diretora: Regina M. S. Lorencini
EMEIEF Recanto do Sol	Rua Bahia, s/n, Recanto do Sol, s/n, CEP 29230-000	(28) 35365383	Diretora: Rosana R. H. Rosa
EMEIEF Rosalino Simões	Chapada do A, s/n, s/n, CEP 29230-000		

EMEIEF São Mateus	São Mateus, s/n, s/n, CEP 29230-000		
EMEIEF Simpatia	Simpatia, s/n, s/n, CEP 29230-000	(28) 35363008	Diretora: Vandecilda Miranda
Escolas de Ensino Fundamental – Rede Municipal			
EMEIEF Alta Pompermayer	Serra das Graças, s/n, CEP 29230-000		
EMPSG Amarílis Fernandes Garcia	Av. Rauta, s/n, Alvorada, CEP 29230-000	(28) 35362916	Diretor: Paulo R. Antunes
EMEF Boa Vista	Boa Vista, s/n, CEP 29230-000		
EMEIEF Fazenda Dois Irmãos	Fazenda Dois Irmãos, s/n, CEP 29230-000		
EMEF Irmã Terezinha Godoy de Almeida	Av. Anchieta, nº. 50, Centro, CEP 29230-000	(28) 35362077	Diretora: Ângela M. do N. B. Salarini
EMEF Limeira	Rua Beira Quadra, s/n, Limeira, Distrito de Jabaquara, CEP 29230-000	(28) 35367163	Diretora: Rosimere Martins Rocha
EMEF Manoel de Paula Serrão	Rua José Waldir Trotta, nº. 355, Iriri, CEP 29230-000	(28) 35341299	Diretor: Jeferson M. Silva
EMEF Mateus Ernesto Francisco	Inhaúma, s/n, CEP 29230-000		
EMEF Oiti	Duas Barras, s/n, CEP 29230-000		
EMEIEF Pé do Morro	Pé do Morro, s/n, CEP 29230-000		
EMEIEF Ponta dos Castelhanos	Rua São Vicente, s/n, Ponta dos Castelhanos, CEP 29230-000	(28) 35363189	Diretora: Iolanda de A. e Silva
EMEIEF Profª. Maria Luiza Flores	Rua Helena de Medeiros, s/n, Mãe Ba, CEP 29230-000	(28) 35365144	Diretora: Claudina Freire da Cruz Nestor
EMEF Professor Tio Liliu	Rua Asdrúbal Soares, s/n, Alvorada, CEP	(28) 35361925	Diretora: Ednéa C. G. Araújo

	29230-000		
EMEFM Prof ^a . Zuleika Flores da Purificação	Rua Beira Campo, s/n, Jabaquara, CEP 29230-000	(28) 35367115	Diretor: Vander Paulo Lara da Silva
Escolas de Ensino Fundamental e Médio – Rede Municipal			
EEEFM Coronel Gomes de Oliveira	Rua das Gabirobas, s/n, Nova Esperança, CEP 29230-000	(28) 35361859	Diretora: Márcia Gonçalves Azavedo
Rede privada conveniada com Poder Público Municipal e Estadual			
Escola Família Agrícola de Olivânia	Olivânia, s/n, CEP 29230-000	(27) 32691241	Diretor: Feliquex Bissa Meriguette
ALFREDO CHAVEZ – ES (2010)			
Escolas de Ensino Fundamental – Rede Municipal			
NOME	ENDEREÇO	TELEFONE	INFORMAÇÕES ADICIONAIS
EMUEF Almerinda Brunoro	Rua Principal – São Marcos	(27)3269 2166	Bernadete Brunoro de Souza
EMUEF Assunta Bom Destino	Ibitiruí	(27)9979 5477	Lucimar da P. A. Peçanha
EMUEF Boa Vista	Boa Vista	(27)9966 2974	Alciane Carriço Dona
EMUEF Caco do Pote	Caco do Pote	(27)3269 2029	Marlene Maria Oliozi
EMUEF Carolina	Carolina, Matilde	(27)9937 2397	Romanita M. Sartori Marotto
EMUEF Córrego Fortuna	Córrego Fortuna, São Bento de Urânia	(27)9983 5211	Maria das Dores Savergnini Pianzoli
EMUEF Córrego São Brás	Córrego São Brás, Matilde	(28)3528 4351	Verônica Antônia Mion Fávero
EMUEF Independência	Independência, Sagrada Família	(27)9953 2195	Maria Aparecida F. F. Vilela
EMUEF Ipê Açu	Ipê Açu	(27)9976 8289	Regina M. B. B. Cordeiro
EMUEF Quarto Território	Quarto Território	(27)9959 0788	Maria dos Anjos Petri Rossato

EMUEF Quinto Território	Quinto Território	(27)9268 4486	Dejanilce de L. N. Grasse
EMUEF Ribeirão de Santo Antônio	Ribeirão de Santo Antônio		Marlene Baltazar
EMUEF Ribeirão do Cristo	Ribeirão do Cristo	(27)3269 2032	Roseli dos S. das Chagas
EMUEF Santa Luzia de Urânia	Santa Luzia de Urânia, São Bento de Urânia	(27)32884052	Jucelene Braga da Vitória
EMUEF Santa Maria do Engano	Santa Maria do Engano, Ibitiruí	(27)3269 3001	Renilda Helena Fiorin Casagrande
EMUEF Santo Antônio de Joebinha	Santo Antônio de Joebinha	(27)9907 6110	Sônia Aparecida O. Prêmoli
EMUEF São Francisco de Urânia	São Francisco de Urânia, São Bento de Urânia	(27)3269 2125	Salma Coimbra Gratieri
EMUEF São Martinho	São Martinho, Matilde	(27)9953 7907	Alessandra de S. Colodetti
EMUEF São Roque de Maravilha	São Roque de Maravilha, Matilde	(27)3269 2285	Ozília Marotto
EMUEF Sitio São José	Sítio São José, São Bento de Urânia		Antonina Tomazini Simoura
EMUEF Vila Nova de Maravilha	Vila Nova de Maravilha	(27)3269 2153	Rita de Cássia Sartori Silva
EMUEF Vila Nova do Ribeirão	Vila Nova do Ribeirão	(27)9883 8240	Lorena Pilon
EMEF Engano	Ibitiruí	(27)3269 3001	Rogéria Lúcia Fiorin Gagher
EMEF São Bento de Urânia	São Bento de Urânia	(27)9719 2159	Carlas Zequini Cebin
EMEF Sagrada Família	Sagrada Família	(27)3269 5001	Jocélia Maria Mozer Bissoli
EMEF Crubixá	São João	(27)9922 6961	Lizete Benicá Sartori
EMEF Celita Bastos Garcia	Nova Mântua	(27)9875 8081	Fernanda A. D. Casale Berro
EMEF Felipe Módolo	Matilde		Patrícia Grillo
EMEF Fazenda	Fazenda Aparecida,	(27)3288	Celiane da P. B.

Aparecida	Ribeirão do Cristo	1426	Entringer
EMEF Ana Araújo	Rua Guilherme Paterlini, nº. 18, Sede Alfredo Chaves	(27)3269 1668	Chirley Cristina Sant' Anna Nascimento Partelli
GUARAPARI – ES (2010)			
Escolas de Educação Infantil – Rede Municipal			
NOME	ENDEREÇO	TELEFONE	INFORMAÇÕES ADICIONAIS
CEMEI Acidolino Borges	Rua Carlos Lindemberg, s/n, Independência	33620163	Diretora: Laurecena B. Silva
CEMEI Doralice Gaio Alves	Av. Vitória, s/n, Jabaraí	33613587	Diretora: Martha H. O. Ramos
CEMEI Ilcléia Fernandes B. Ávila	Rua da Conceição, s/n, Lagoa Funda	88013076	Diretora: Mirian Simões Marques
CEMEI Maria Gama dos Santos	Rua Projetada, s/n, Aeroporto	33615984	Diretora: Neusa Brito Nossa
CEMEI Maria Igñês Aleixo Pinna	Rua Agenor Alves dos Santos, nº. 399, Nossa Senhora da Conceição	92340230	Diretora: Luciana Wandekoken B. Arpini
CEMEI Maria José Loureiro Vicente	Rua Montes Claros, nº. 147, Meaípe	32721815	Diretora: Simone Scarpato Rocha
CEMEI Tercília Astori Gobbi	Rua Mathias Coutinho, nº. 203, Itapebussu	98449117	Diretora: Messilda R. S. Costa
CEMEI Vovó Arlete	Rua Rio Grande do Sul, s/n, Camurugi	99079822	Diretora: Elza Helena Matos
CEMEI Vovó Neuza	Rua Gerson da Silva Freire, nº. 16, Ipiranga	98644302	Diretora: Parasceves P. Pinto
CEMEI Yeda Vieira Leal Torres	Rua das Fragatas, nº. 5, Santa Mônica	92275049	Diretora: Jaqueline L. A. Faria
Escolas de Ensino Fundamental e Educação Infantil – Rede Municipal			
EMEF Benedita Martins de Souza	Rua Otávio dos Santos, s/n, Ipiranga	32613093	Diretora: Eliani dos S. Ataíde
EMEF Cândida Soares Machado	Rua Villas Boas, s/n, Nossa Senhora da Conceição	33615507	Diretora: Gilvanir B. Noronha
EMEF Constantino	Quadra 19, Lote 5,	33614107	Diretor: Eduardo

José Vieira	Alberto Simão Nader		
EMEF Dalzira Meriguette Merízio	BR 101, Km 345, Rio Grande	33629947	Diretora: Thaís Cecília Wandekoken
EMEF Darcy Ribeiro	Rua São Tomé, s/n, São José	33623650	Diretora: Adriana S. Carmeti
EMEF Elizário Lourenço Dias	Rua Carlos Lindemberg, s/n, Coroadó	32612088	Diretora: Maria Luiza Nossa
EMEF Florisbela Lino Bandeira	Rodovia do Sol, nº. 1893, Aeroporto	33625257	Diretora: Benilda C. Esteves
EMEF Francisco Araújo	Loteamento Santa Izabel, s/n, Quadra 4, Perocão	32621011	Diretor: Leonardo S. Zuqui
EMEF Maria Ramallete Corrêa	Rua Carlos Lindemberg, s/n, Coroadó	33614999	Diretora: Rita de C. L. Neves
EMEF Marinalva Aragão Amorim	Rua Girassol, s/n, Santa Mônica	32622786	Diretora: Josela C. dos Santos Simões
EMEF Pedro Juvenal Machado Ramos	Rodovia Jones dos Santos Neves, nº. 3461 A, Muquiçaba	33611774	Diretora: Lindamara Belmok Gaigher
EMEF Presidente Costa e Silva	Rua Munir Abud, nº. 543, Praia do Morro	33616730	Diretora: Davimar Á. de Lima
EMEI Clorionício Ramallete	Rua Projetada, s/n, Adalberto Simão Nader	97311160	Diretora: Nádia Roberta
EMEI Maria Inês Julião Gottardo	Rua Carlos Lindemberg, s/n, Coroadó	88090826	Diretora: Izaura de Melo Souza
EMEIEF Acle Zouain	Av. Independência, s/n, Kubitscheck	32625580	Diretora: Rosimere Mezadri
EMEIEF Adalgiza Fernandes Marilha	Rua Projetada, s/n, Condados do Meaípe	32721800	Diretora: Tatiana N. Garcia
EMEIEF Ana Rocha Lyra	Praça Antonio Jorge Assef, s/n, Muquiçaba	33614820	Diretora: Fernanda C. Santos
EMEIEF Arlindo Gobbi	Praça Dom Cavati, s/n, Todos os Santos	32720150	Diretora: Ana P. V. Gobbi
EMEIEF Eugênio Deoclécio Borges	Rua do Campo, nº. 50, Una	88688980	Diretora: Cecília P. Dalmagré

EMEIEF João Batista Celestino	Estrada 477, s/n, Porto Palmeiras	99915478	Diretora: Maria L. Mantovani
EMEIEF Jorge Boueri Sobrinho	Rua Mantenópolis, nº. 22, Bela Vista	33614151	Diretora: Ângela M. Ferraz
EMEIEF José Albérico Lantiman	Rio Claro, s/n	33301031	Diretora: Marta E. L. Barnabé
EMEIEF Lúcia Sasso Bandeira	Rua ABC, s/n, Lagoa Funda	32620836	Diretora: Rosângela P. Carneiro
EMEIEF Maria Lino Ramos	BR 101, Km 344, Reta Grande	33640013	Diretora: Lauriane Belmok
EMEIEF Maria Veloso Calmon	Rua Brasília, s/n, Camurugi	32614288	Diretora: Marluce Emilio
EMEF Rosa Simões de Almeida	Alameda Cassiano Simões, nº. 48, Jabaraí	32622615	Diretora: Ana Lúcia Arpini
EMEIEF Zilnete Pereira Guimarães	Av. Ana Porto Simões, nº. 475, Praia do Morro	33629938	Diretora: Shirley P. Corrêa
EMPEF Amarelos	Amarelos, s/n	99593002	Coord: Enizabel
EMPEF João Lima da Conceição	Samambaia, s/n	33640000	Coord: Ângela Brambati
EMPEF Lucio Rocha de Almeida	Nova Guarapari, s/n,	32721850	Coord: Wanda
EMPEF Ormy Loureiro de Almeida	Lameirão, s/n	33615267	Coord: Patrícia Chaia
EMPEF Cleria Belo Lyra	Barro Branco, s/n		Coord: Miriam Paula
EMPEF Emília Ana Lyrio	Porto Grande, s/n		
EMPEF Francisco Honorato	Taquara do Reino, s/n		
EMPEF Glaudomira Ramalhete Corrêa	Barro Branco, s/n		
EMPEF Iguape	Iguape, s/n		
EMPEF Otávio Pinto Ribeiro	Jabuticaba, s/n		
EMPEF São João do Jaboti	São João do Jaboti, s/n		
EMUEF Ana	Andano, s/n		

Coutinho de Almeida			
EMUEF Antonio Pavesi	Bairro do Limão		
EMUEF Augusto Westphal	Tartaruga		
EMUEF Baia Nova	Baia Nova, s/n		
EMUEF Campo Grande	Laje das Pedras, Campo Grande		Coord: Imaculada
EMUEF Lourenço Brambati	Buenos Aires, s/n		
EMUEF Pedro Antonio Wandekoken	Arraial de Jaboti, s/n		
EMEUF Rio Calçado	Rio Calçado, s/n		
EMEUF São Domingos Venturini	Lagoa Dourada, s/n		
Escolas Particulares			
Instituto Educacional Jesus Menino	Rua Santana do Iapó, nº. 233, Muquiçaba	32610584	Diretora: Maria da Glória L. Rocha
Escola Carlos Drummond de Andrade	Rua Ana Porto Simões, nº. 541, Praia do Morro	33612828	Diretora: Arly B. Secchim
Escola Máxima	Rua Manoel Lopes Camioli, nº. 01, Muquiçaba	33617373	Diretor: Pedro Lucci
Escola de 1º. Grau Rui Barbosa	Rua Epaminondas de Almeida, nº. 480, Parque da Areia Preta	32610997	
Escola Os Pequerruchos	Rua Jacinto de Almeida, nº. 410, Parque da Areia Preta	33614446	
Escolinha Vovó Maria	Rua Mathias Coutinho, nº. 137, Itapebussu	33615295	Diretora: Maria Claudia P. Conceição
Centro	Jardim Santa Rosa,	32612222	Diretora: Maria

Educacional Cultura Infantil	s/n		Aparecida Nossa
Espaço Infantil Cantinho do Céu	Rua José Barcelos de Mattos, nº. 449, Parque Areia Preta	33610366	Diretora: Éster de Souza Dias
Centro Educacional Souza Marques – CESM	Rua Olimpio Simões, nº. 855, Itapebussu	33611872	
Escola Americano Batista	I – Olaria; II – Areia Preta, s/n	33622148	
Centro Educacional Guarapari – CEG	Rodovia Jones dos Santos Neves, s/n, Sol Nascente	32612821	Tânia Márcia Simões Carnetti
Centro Recreativo Magnólia Mattos	Rua do Trabalho, s/n, Centro		
Pequeninos/Centro Educacional Saber	Rua Cachoeiro de Itapemirim, s/n, Ipiranga	32613732	

ICONHA – ES (2010)

Escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental – Rede Municipal

NOME	ENDEREÇO	TELEFONE	INFORMAÇÕES ADICIONAIS
PEM. Astéria Siqueira Miranda	Rua Astéria Miranda, nº. 42, Centro CEP 2928-000	(28)3537 1941	Juliana Rangel Matos
CM. Professora Zeca	Bom Destino, s/n CEP 29280-000	(28)3537 2922	Luciana A. Fonseca Lovati
CM. Sinhá Rosa	Av. Danilo Monteiro de Castro, s/n CEP 29280-000	(28)3537 1962	Maria da Penha M.da Silva
CM. Vovó Sida	Rua Pedro Biancardi, nº. 146 CEP 29280- 000	(28)3537 3631	Flávia Nunes de Lima
EMEF Duas Barras	Rua Gercy Tosi, s/n, Duas Barras CEP 29280-000	(28)3537 5048	Euciane C. Bianchi Nicolini
EMPEF Marcelino Biancardi	Rua Adelson José Biancardi, nº. 36, Ilha do Côco CEP	(28)3537 3647	Eliane Vitorino Carlito

	29280- 000		
PEM. Franz Gaismayer	Bom Destino, s/n CEP 29280-000	(28)3537 3431	Márcia Cardoso Donateli
PEM. Vovó Pina	Pedra Lisa Alta, s/n, Rural CEP 29280- 000		Maria Marta Bianchini Viera
PEM. Dalmolim	Palmital, s/n, Rural CEP 29280-000		Jurlene Barcelos
PEM Aprender Sorrindo	Tocaia Baixa, s/n, Rural CEP 29280- 000		Ernande Biancardi
PEM. Campinho	Campinho, s/n, Rural CEP 29280-000		Alexandra Marinho Wingler
EMEF Pedra D'Água	Bom Destino, s/n CEP 29280-000	(28)3537 2260	Jacqueline Salvador Munaldi
EMEF Duas Barras	Rua Gercy Tosi, s/n, Duas Barras CEP 29280-000	(28)3537 5048	Euciane C. Bianchi Nicolini
EMPEF Marcelino Biancardi	Rua Adelson José Biancardi, nº. 36, Ilha do Côco CEP 29280-000	(28)3537 3647	Eliane Vitorino Carlito
EMEF Padre Assis	Rua José de Paula Beiriz, nº. 267, CEP: 29280-000	(28) 35371695	Rosângela Scheidegger
EMUEF Monte Belo	Monte Belo, s/n, Rural CEP 29280- 000		Erenice Bianchine
EMUEF Campinho	Campinho, s/n, Rural CEP 29280-000		Regina Marvila Linhares
EMUEF Córrego do Lopes	Córrego do Lopes, s/n, Rural CEP 29280-000		Adriana Mongim Puton
EMUEF Inhaúma	Inhaúma,s/n Rural CEP 29280-000		Lilian Godoy
EMUEF Mundo Novo	Mundo Novo, s/n Rural CEP 29280- 000		Flaviane Nunes Francisco
EMUEF Pedra Lisa Baixa	Pedra Lisa Baixa, s/n Rural CEP 29280- 000		Vera Calanzani

EMUEF Pedra Lisa Alta	Pedra Lisa Alta, s/n Rural CEP 29280-000		Rosimary Guarino Tinoco
EMUEF Tocaia Baixa	Tocaia Baixa, s/n, Rural CEP 29280-000		Alexsandra F. de Almeida Luziane Veronez Bonadiman
EMUEF Palmital	Palmital, s/n, Rural CEP 29280-000		Euciane Smider Donateli
EMUEF Venezuela	Venezuela, s/n, Rural CEP 29280-000		Maria Elizabete Marchiori
EMEF Pedra D'Água	Bom Destino, s/n CEP 29280-000	(28)3537 2260	Jacqueline Salvador Munaldi
EMEF Duas Barras	Rua Gercy Tosi, s/n, Duas Barras CEP 29280-000	(28)3537 5048	Euciane C. Bianchi Nicolini
EMPEF Marcelino Biancardi	Rua Adelson José Biancardi, nº. 36, Ilha do Côco CEP 29280-000	(28)3537 3647	Eliane Vitorino Carlito
EEEFM Cel. Antônio Duarte	Av. Danilo Monteiro de Castro, nº. 229, Centro CEP 29280-000	(28)3537 1180	Mateus Vitorazzi
MEPES – Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo	Campinho, s/n, Rural CEP 29280-000	(28)9272 1338	Carla Souza Santos
EEEFM Cel. Antônio Duarte	Av. Danilo Monteiro de Castro, nº. 229, Centro CEP 29280-000	(28)3537 1180	Mateus Vitorazzi
PIÚMA – ES (2010)			
Creches, Escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental – Rede Municipal			
NOME	ENDEREÇO	TELEFONE	INFORMAÇÕES ADICIONAIS
Creche Casulo	Rua Des. Leal		

Menino Jesus	Fagundes, nº.15, Acaica		
Creche Casulo Chapeuzinho Vermelho			Rua Cafarnaun, s/n, Céu Azul
Creche Casulo São Judas Tadeu			Av. Guido Brunini, s/n, Monte Alegre
Creche Carmelita Pedroza			Rua do Campo, s/n, Niterói
EMEI Jardim da Infância Nossa Senhora da Conceição			Rua Guilherme Serrano, nº. 1113, Centro
EMEI Célia Maria Hehr X. Nunes			Rua Augusto da Costa Oliveira, nº. 612, Monte Aghá
EMEI Ângela Paula P. Pedroza			Rua Ozias Pedro Senna, nº. 13, Niterói
EMEF Lacerda de Aguiar			Rua Hermínia Clemente Gonçalves, nº. 822, Centro
EMEF Céu Azul			Rua Cafarnaun, s/n, Céu Azul
EMEF Manoel dos Santos Pedroza			Rua Jorge Feres, nº. 15, Niterói
EMEF São João da Boa Vista			São João de Ibitiba, s/n, Zona Rural
EMEF Itinga			Itinga, s/n, Zona Rural
EMEF José de Vargas Scheffer			Fazenda Boa Vista, s/n, Niterói
Centro Educacional Paulo Freire			Acaica, s/n
EEEFM Profª. Filomena Quitiba			Av. Mimoso do Sul, Centro

Tabela 5.4.4.3-2: Educação nos Municípios

SISTEMA EDUCACIONAL/ 2009										
MUNICÍPIO	REDE ADMINIST.	PRÉ ESCOLA			FUNDAMENTAL			MEDIO		
		Matric.	%	Escolas	Matric.	%	Escolas	Matric.	%	Escolas
Alfredo Chaves	Municipal	316	100,0	11	1408	79,2	30		0	
	Estadual	-	-	-	317	17,8	1	870	82,9	1
	Particular	-	-	-	54	3,0	1	180	12,1	1
	Total	316	100,0	11	1779	100,0	32	1.050	100	2
Anchieta	Municipal	1.061	82,0	27	3.590	98,1	35	-		
	Estadual	-	-	-	-	-	-	727	86,6	1
	Particular	233	18,0	4	68	1,9	1	113	13,4	1
	Total	1.294	100,0	31	3.658	100,0	36	840	100	2
Guarapari	Municipal	3.056	82,0	31	12.167	84,9	46			
	Estadual						10	3.166	83,0	7
	Particular	669	18,0	15	2.163	15,1	9	648	17,0	4
	Total	3.725		46	-	-	71	3.814	100	11
Iconha	Municipal	634	100,0	11	1182	74,4	14	-	-	-
	Estadual				375	23,4	1	405	100	1
	Particular				35	2,2	1			
	Total	634		11	1.592		16	405	100	1
Piúma	Municipal	565	92,8	6	2.559	90,0	4			
	Estadual				198	7,0		585	97,8	1
	Particular	44	7,2	1	85	3,0	1	13	2,2	1
	Total	609		7	2.843		5	598	100	2

Fonte: Secretarias Municipais de Educação/ Censo Escolar/IBGE

Na pré- escola, a rede municipal de Alfredo Chaves e Iconha atendem a totalidade das crianças matriculadas. Em Anchieta o atendimento é de 87%. Em Guarapari esse índice é de 67% e em Piúma é de 86%. Quanto aos demais níveis de ensino, a totalidade das escolas públicas é superior a 90%, exceto Guarapari.

A avaliação qualitativa é baseada no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. O Ministério da Educação instituiu o IDEB, criado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais – INEP em 2007. Este índice representa a reunião num só indicador, de dois conceitos igualmente importantes para a

qualidade da educação: fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações dos estudantes em língua portuguesa e matemática. É uma importante ferramenta para acompanhamento das metas de qualidades do Plano de Desenvolvimento da Educação, PDE, que estabeleceu para o Brasil em 2022, o IDEB de 6,0 – média comparável aos países desenvolvidos.

A série histórica de resultados do IDEB se inicia em 2005, a partir de quando foram estabelecidas metas bienais de qualidade a serem atingidas não apenas pelo País, mas também por escolas, municípios e unidades da Federação. Agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do INEP a possibilidade de obter resultados que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e as médias de desempenho nas avaliações do INEP, o SAEB – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios.¹⁵

A **Tabela 5.4.4.3-3** apresenta os resultados do IDEB para os anos iniciais e anos finais do ensino nos cinco municípios. Os campos ressaltados na tabela mostram os casos em que o índice observado superou as metas previstas, indicadas na série à direita na tabela.

¹⁵ <http://portalideb.inep.gov.br/index>. Acesso em: 10 de dezembro de 2010.

Tabela 5.4.4.3-3: Índices observados e metas projetadas – IDEB

ÍNDICES NA AVALIAÇÃO DO MEC – IDEB											
	4ª série/5º ano										
	IDEB observado			Metas projetadas							
MUNICÍPIO	2005	2007	2009	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
ALFREDO CHAVES	4,7	5,2	5,8	4,7	5,0	5,4	5,7	5,9	6,2	6,4	6,7
ANCHIETA	4,2	4,1	5,1	4,2	4,6	5,0	5,3	5,5	5,8	6,1	6,3
GUARAPARI	3,8	4,2	4,6	3,8	4,2	4,6	4,9	5,2	5,4	5,7	6,0
ICONHA	4,5	4,6	4,9	4,5	4,9	5,3	5,5	5,8	6,0	6,3	6,5
PIÚMA	4,1	4,5	4,8	4,2	4,5	4,9	5,2	5,4	5,7	6,0	6,2
	8ª série/9º ano										
	IDEB observado			Metas projetadas							
ALFREDO CHAVES	4,3	4,8	4,4	4,3	4,4	4,7	5,1	5,5	5,7	5,9	6,2
ANCHIETA	3,1	2,9	4,5	3,1	3,3	3,6	4,0	4,3	4,6	4,9	5,1
GUARAPARI	3,4	3,6	3,5	3,4	3,6	3,8	4,2	4,6	4,9	5,1	5,4
ICONHA	4,1	4,7	5,2	4,1	4,3	4,5	4,9	5,3	5,5	5,8	6,0
PIÚMA	3,6	4,1	4,0	3,7	3,8	4,1	4,5	4,9	5,1	5,4	5,6

Fonte: MEC - INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Na maioria dos índices observados nestes municípios, houve a superação da meta já em 2007, confirmado na medição de 2009. Os municípios em pauta superaram metas já nos dois biênios auditados. Destes, apenas Anchieta não ficou com índices positivos em 2007, superando em 2009 e atingiu a meta esperada para 2011 nos anos iniciais e para 2017 nos anos finais. Guarapari, não alcançou em 2009 a meta quanto aos anos finais.

O IDEB, índice de recente instituição, já se mostra incorporado e fator de relevância no sistema de ensino da região, sendo seus resultados positivos apontados tanto nas Secretarias de Educação, como em outros órgãos dos municípios. Alfredo Chaves detém o 2º melhor índice do País no IDEB.

Iconha, na classificação por escolas, colocou a Escola Municipal de Ensino Fundamental Duas Barras, da Rede Municipal de Ensino, como a melhor do Estado no ensino fundamental II. Foram avaliadas no Estado 628 escolas de 5ª a 8ª série e, dentre as 30 primeiras classificações, a Rede Municipal de Ensino de Iconha ocupou três posições.

A) Alfredo Chaves

Em Alfredo Chaves, de acordo com a Secretaria de Educação, as escolas estão bem estruturadas, a Secretaria tem sede nova e moderna. Atuam na rede municipal de ensino 176 professores, sendo que 98% possuem habilitação específica para o cargo do magistério. No ensino fundamental, 97,8% dos alunos concluíram o curso, e a taxa de evasão fica em 4% ao ano. Desde 2007, o município atende ao cumprimento da Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre a educação obrigatória a partir de 6 anos de idade, com duração de 9 anos.

Com base nos dados do Censo Demográfico do IBGE em 2000¹⁶, a taxa de analfabetismo, calculada segundo a referência como indicadores educacionais da população de 15 anos ou mais, atinge 11,8%. O analfabetismo funcional, definido na mesma referência como a porcentagem de pessoas de um determinado grupo etário que possui uma escolaridade de até 3 anos de estudo, em relação ao total

¹⁶ IJSN. Instituto Jones Santos Neves. Perfil Municipal Metr pole Expandida Sul/Microrregião Administrativa 3. 2009. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br>. Acesso em: 6 de agosto de 2010.

de pessoas do mesmo grupo etário, atinge 27,4%. No mesmo documento, é ainda indicada a média de anos de estudo de 5,4 anos.

Alfredo Chaves mantém convênio com EADCON (empresa dedicada ao ensino à distância), atendendo 130 alunos nos cursos de Pedagogia, Serviço Social, Administração e Contabilidade com metodologia de ensino superior à distância.

B) Guarapari

Conforme dados levantados, no município de Guarapari atuam na docência em todos os níveis de ensino 1415 professores, sendo 735 efetivos, 665 com designação temporária e 15 celetistas. A Secretaria Municipal de Educação afirma que as instalações precisam sofrer reformas e ampliações, além de construção de novas escolas, sobretudo para a Pré Escola, pois a maioria dos prédios é alugada. Estão em execução as obras de escolas de educação infantil e educação fundamental como a EMEF “Floribela Lino Bandeira” e a EMEIEF “Ana Rocha Lyra”, com finalização prevista para 2011. A taxa de analfabetismo é de 12,13 %, e o analfabetismo funcional atinge 30,7%, com média de anos de estudo em 5,5 anos.

Guarapari é a cidade que concentra um grande número de Instituições de ensino superior, todas da rede privada, oferecendo uma ampla diversidade de cursos como segue:

- ☐ Faculdade Pitágoras: cursos de bacharelado e licenciatura em Administração, Ciências Contábeis, Direito, Computação,

Comunicação Social, Engenharia (várias modalidades), Farmácia e Turismo;

- ☐ Faculdades de Ciências da Saúde de Guarapari – Faculdades Doctum de Guarapari ministram cursos de: Direito, Educação Física, Enfermagem, Nutrição, Pedagogia, Sistemas de Informação;
- ☐ Faculdade de Tecnologia - CET FAESA tem cursos de Comércio Exterior, Gestão Financeira, Recursos Humanos, Logística, Marketing e Tecnologia em Petróleo e Gás;
- ☐ AESG – Administração de Ensino Superior de Guarapari;
- ☐ FACON – Faculdade de Comunicação Social de Guarapari;
- ☐ Faculdade J. Simões;
- ☐ Faculdade de Direito de Guarapari;
- ☐ Faculdade de Turismo de Guarapari.

C) Iconha

O município de Iconha conta com 120 professores na rede municipal, quarenta e um professores na escola Estadual e seis na rede privada, num total de 167 profissionais docentes no sistema de ensino. A Prefeitura coordena o transporte escolar gratuito dos alunos.

Há Projetos da Secretaria de Educação com outras Secretarias Municipais: Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural e SAAE; Secretaria de Saúde: Projeto Dengue. E Projetos da Secretaria em parceria com o

Poder Público Estadual/ Federal: Projetos Campeões de Futuro – Atletismo e Voleibol.

As ações da Secretaria de Educação que mereceram destaque são: classificação no IDEB, investimento na qualidade da Alimentação Escolar, adquirindo produtos da Agricultura Familiar; oportunidade aos professores de participação em Congressos de Educação Infantil e Séries Iniciais; Implantação do Projeto Escola em Movimento – Musicalização, Atividades Circenses e Capoeira, Implantação do Projeto “Mais tempo para aprender”; aquisição de material didático do Sistema Aprende Brasil de Ensino do Grupo Positivo.

Apresenta uma taxa de analfabetismo de 11,56%, a taxa de analfabetismo funcional é de 27,35%, e a média de anos de estudo é de 5,43 anos.

D) Piúma

O Município de Piúma, conforme informação da Secretaria de Educação, tem sob sua responsabilidade direta, seis escolas municipais para a pré-escola e quatro para o ensino fundamental. O sistema estadual participa com uma escola do ensino fundamental e ensino médio.

A Secretaria de Educação tem projetos em várias instâncias como: Programa Escola Ativa, Projeto Pro Letramento (formação continuada); Projeto Ler Escrever e Contar; CBC – conteúdos básicos curriculares; Encontros Pedagógicos por área de conhecimento; Música e Ballet; Festa do Folclore (parceria com Secretaria de Cultura), até passeios dos estudantes a cidades históricas de Minas Gerais, visita a eventos culturais em São Paulo e outros.

Quanto à Educação Profissional, Piúma possui a oferta de cursos técnicos para Meio Ambiente, Enfermagem e Segurança do Trabalho, por meio de uma escola privada. Há também a disponibilidade de 120 vagas, em uma escola Estadual de Ensino Médio, para o curso técnico em Turismo e Hospitalidade.

Neste município, encontra-se a Escola de Ensino Fundamental e de Pesca – ESCOPESCA, uma experiência diferenciada de ensino. É um Pólo de Educação Ambiental, que atende crianças e adolescentes de diversas comunidades pesqueiras da região. Foi criado em 1992 com o objetivo de desenvolver e implementar projetos e ações de Educação Ambiental ligados à preservação da Mata Atlântica, seus ecossistemas associados e costeiros.

No Pólo da ESCOPESCA os alunos permanecem na escola em tempo integral. Orientados por professores e/ou instrutores, desenvolvem atividades de educação ambiental que conduzem a uma práxis educativa pró-ativa, que favorece o resgate da cultura da pesca com utilização de técnicas de exploração dos recursos naturais marinhos com sustentabilidade, a inserção econômica, social e cultural e a melhoria da qualidade de vida, com respeito às potencialidades naturais do meio nos procedimentos de sua utilização. Entre as diversas ações estão: oficinas de iniciação profissional, construção de hortas e viveiros e organização de um telecentro¹⁷.

Com atividades iniciadas em 2010, está instalada no município uma unidade do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, o IFES/Piúma. Possibilita a formação de profissionais na área de Processamento de Pescado, oferecendo 160 vagas para estudantes que estejam concluindo a 9ª

¹⁷ <http://www.meioambiente.es.gov.br/default.asp?pagina=16799>. Acesso em: 10 de agosto de 2010.

(nona) série do ensino fundamental, em curso que integra o ensino médio (2400 horas) e o ensino técnico (1000 horas). Os cursos ministrados são: Técnico em Pesca e Técnico em Piscicultura. Além da unidade de ensino, o IFES/Piúma conta com o Centro de Tecnologia em Aquicultura e Pesca – CETAP, com Núcleo de Extensão e Pesquisa Aplicada.

Com base nos dados do Censo Demográfico do IBGE em 2000¹⁸, a taxa de analfabetismo em Piúma, segundo os indicadores educacionais da população de 15 anos ou mais, é de 10,6%. O analfabetismo funcional, definido na mesma referência atinge 23,8%. No mesmo documento, é ainda indicada a média de anos de estudo, 6,2 anos.

A cidade de Piúma é a única da área em foco que a Prefeitura mantém o Pólo UAB - Universidade Aberta do Brasil. É um sistema integrado por Universidades públicas, no caso UFES – Universidade Federal do Espírito Santo, que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação à distância. Os professores que atuam na educação básica têm prioridade de formação, seguidos dos dirigentes, gestores e trabalhadores do ensino do município, e demais interessados. O sistema UAB propicia a articulação, a interação e a efetivação de iniciativas que estimulam a parceria dos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal) com as universidades públicas, e demais organizações interessadas, enquanto viabiliza mecanismos alternativos da educação de nível superior.

¹⁸ IJSN. Instituto Jones Santos Neves. *Perfil Municipal* Metrópole Expandida Sul/Microrregião Administrativa 3.2009. Vitória – ES, 2009. 60p.

A UAB está com 90 alunos e oferece os seguintes cursos: Gestão Pública Municipal; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Artes Visuais, Ciências Contábeis, Dimensões da Humanização, Filosofia, Psicanálise, Física, Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça¹⁹.

Píuma conta ainda com uma escola técnica federal e uma universidade aberta ligada a Universidade Federal do Espírito Santo.

E) Anchieta

Em Anchieta, de acordo com a Secretaria Municipal de Educação, 100% das crianças estão matriculadas e o estado físico das instalações escolares é bom, pois as escolas foram reformadas e ampliadas, contando com a aquisição de novos equipamentos, como recursos pedagógicos e audiovisuais, além de novo mobiliário. Contam com 22 bibliotecas nas escolas e uma biblioteca móvel está sendo providenciada para atender as demais unidades. São sinalizadas ainda melhorias quanto à oferta de alimentação e plano de carreira dos professores. Apenas uma escola apresenta laboratório de informática, sendo que 11 laboratórios estão sendo montados. A informatização do sistema educacional, integrando a Secretaria com escolas e professores, está em fase de licitação. O transporte escolar tem 100% das escolas atendidas com frota renovada.

O Ensino Médio, conforme anteriormente citado, não tem o número adequado de escolas para o atendimento da demanda de matrículas. Há um programa denominado Escola da Família Agrícola de Olivânia, pertencente ao Movimento

¹⁹ <http://www.uab.capes.gov.br>. Acesso em: 15 de dezembro de 2010.

de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), que oferece Ensino Médio, atendendo prioritariamente alunos da zona rural, com cursos de nível técnico profissional na área agropecuária. De acordo com a Secretaria Municipal de Educação, em 2008, o município ofertava a Educação Profissional para 120 alunos, Educação de Jovens e Adultos para 384 matriculados.

Os projetos que foram premiados em concursos nacionais/estaduais são parte de Programas da Secretaria Municipal de Educação: Música nas Escolas; Banda (fanfarra); Olimpíadas de Língua Portuguesa; Ecomúsica; A Gazeta na sala de aula.

Com base nos dados do Censo Demográfico do IBGE em 2000²⁰, a taxa de analfabetismo atinge 9,7%. O analfabetismo funcional atinge 25,7%. Segundo o IBGE, a média de anos de estudo no município é de 5,9 anos.

Em Anchieta, a Faculdade Vasconcelos & Souza iniciou atividades em 2007 com curso de Pedagogia. Na modalidade de ensino superior à distância, apresenta a UNITINS, com 80 alunos no curso de Pedagogia, 17 em Serviços Sociais e 16 cursando Administração e o Instituto de Apoio e Desenvolvimento Empresarial e Educacional – IADE, vinculado a Universidade de Uberaba – Uniube.

Nas localidades visitadas na incursão em campo no município de Anchieta, verificou-se que em relação aos equipamentos do sistema de educação, há escolas municipais presentes em todas as localidades, exceto Arerá. Em Nova Anchieta, há apenas uma unidade no nível da pré-escola. O prédio onde

20 IJSN. Instituto Jones Santos Neves. Perfil Municipal Metrôpole Expandida Sul/Microrregião Administrativa 3. Vitória – ES, 2009. 60p.

funcionará a Escola de ensino fundamental está concluído, sem ter iniciado as atividades de ensino.

A distribuição das escolas nas comunidades visitadas é assim apresentada:

- ☐ Pré escola: em todas as comunidades, exceto Arerá;
- ☐ Ensino fundamental I: Córrego da Prata, Itapeúma, Recanto do Sol, São Mateus;
- ☐ Ensino fundamental I e II: Mãe Bá, Baixo Pongal, Alto Pongal, Ubu, Parati, Iri e Jabaquara.

O ensino nessas escolas é considerado bom pela maior parte dos entrevistados, chegando à classificação de ótimo. A população efetuou observações como, por exemplo, a necessidade de ampliação nas instalações na Escola “Edna M.M. Mulinari” em Baixo Pongal.

Na comunidade amostral, entre os indivíduos entrevistados, o índice de alfabetização é elevado, ficando em 98% (acima da taxa indicada pelo IBGE para o município). Considerando o nível de escolaridade dos membros dos domicílios é possível inferir que a maioria possui o ensino fundamental completo, tendo apenas para uma parcela dos entrevistados a escolaridade no nível do Ensino Médio.

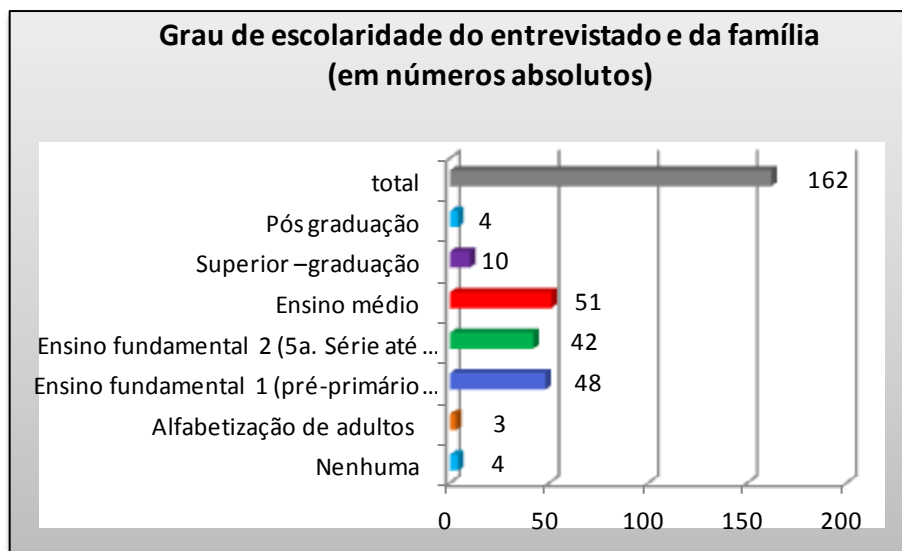


Figura 5.4.4.3-1: Grau de escolaridade do entrevistado e da família.

O Transporte Escolar Municipal é reputado como eficiente, conduzindo os alunos para as escolas distantes das moradias, principalmente nas comunidades rurais. O sistema possui também uma função importante no transporte entre bairros, no caso de ausência de escolas com níveis mais elevados, em cada localidade, dando seqüência ao currículo escolar, seja para o ensino fundamental ou o ensino médio.

A eficiência do transporte escolar permite o prosseguimento nos estudos para crianças e adolescentes de Anchieta. A viabilização da continuidade dos estudos também ocorre para os estudantes universitários. Há transporte gratuito oferecido pela Prefeitura, atendendo os alunos de faculdades em outros municípios.

O Programa de Alfabetização de Adultos acontece em quatro bairros: Mãe Bá, Baixo Pongal, Ubu e Recanto do Sol. Atende não só moradores destes bairros como os cidadãos de localidades vizinhas que, para freqüentar as aulas, contam com este transporte.

Há boa disponibilidade de estabelecimentos de ensino público na região, com qualidade elevada, conforme indicações do IDEB e outros índices. Destaca-se a totalidade no oferecimento do ensino pré-escolar em Iconha e Alfredo Chaves.

O crescimento da população e conseqüentemente de crianças em idade escolar com a instalação dos empreendimentos, irá promover aumento da demanda por matrículas, o que representaria, em um primeiro momento, um ônus para o sistema público de ensino.

Em Anchieta, projetos visando atender a demanda foram citados, entre eles: uma Escola de Ensino Fundamental para atender 1500 alunos; a escola no bairro de Planalto Anchieta (já concluída) e a expansão da escola no bairro Recanto do Sol. O sistema de ensino tem previsão de atendimento total aos alunos do município até 2013.

As Secretarias de Educação dos municípios demonstram preocupação com o aumento da solicitação de matrículas no sistema educacional. No entanto, os projetos atuais podem ser insuficientes quanto ao aumento significativo na demanda prevista. Decorre que a manutenção da qualidade de ensino observada e percentual de alunos matriculados pode ter mudanças em breve. O sistema não vem se preparando para uma significativa elevação da população escolar, em vista do esperado crescimento populacional vinculado aos empreendimentos previstos para a região.

5.4.4.4 Transporte

O sistema de transporte coletivo, nos municípios da AID e All, operam através do sistema intermunicipal e interestadual de passageiros, gerenciados pelo Governo do Estado, através do DER/ES e pelo Governo Federal, através da ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres. O transporte coletivo é operado por empresas particulares. A principal é a Viação Sudeste, empresa do ramo de transportes de passageiros. Possui hoje 28 linhas municipais e intermunicipais em nove municípios do sul do Espírito Santo, entre os quais Anchieta, Guarapari, Iconha, Alfredo Chaves e Piúma, transportando em média 350.000 passageiros por mês²¹.

No município de Alfredo Chaves o transporte coletivo é atendido pelas empresas que atuam no transporte intermunicipal, como as Viações Alvorada e Sudeste. Como informa a Coordenação de Planejamento da Prefeitura, o fluxo de passageiros é baixo e há um déficit na questão de disponibilidade de horários. Não há terminais de ônibus

Apenas Guarapari possui sistema de ônibus urbanos. O serviço municipal local apresenta um nível de cobertura territorial razoável, sendo complementado pelo serviço intermunicipal rodoviário estadual, que em alguns casos, superpõe itinerários de suas linhas sobre as linhas municipais. A questão do transporte público tem organização diferenciada e maior participação do poder público. O Procurador Geral do Município divulgou o Projeto de Lei que vai alterar aspectos importantes no serviço e regulamentá-lo, conforme determinação do Poder

²¹ www.viacaosudeste.com.br. Acesso em: 01 de outubro de 2010.

Judiciário. Atualmente o projeto aguarda votação na Câmara Municipal. Este visa a solução definitiva dos problemas e questionamentos de toda ordem e deve ser executado através de concorrência pública. Entre os aspectos previstos no Edital de Concorrência, há uma outorga paga ao Município, o cumprimento do Plano de Transporte, a construção de abrigos nos pontos de ônibus e bilhetagem eletrônica. A concessão deverá ter o prazo de 20 anos, prorrogável por igual período.

A aprovação do Projeto de Lei representa o cumprimento à determinação Judicial para regularização do Transporte Urbano no Município. A fiscalização, tanto pela Administração Municipal quanto pela população será imprescindível para o cumprimento das normas²².

Em Iconha, cidade cortada pela BR-101, há grande oferta de ônibus por empresas particulares de várias linhas intermunicipais e interestaduais como Viação Sudeste, Planeta, Alvorada, Águia Branca e Itapemirim. A Prefeitura faz o transporte escolar, como nos demais municípios.

Em Piúma, o serviço de transporte coletivo municipal não possui estrutura organizacional formal/institucional por parte do Poder Público local. A demanda por viagens municipais é atendida por linhas do sistema de transporte coletivo intermunicipal, com origem em Guarapari e da Região Metropolitana de Vitória. De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento, o fluxo diário de usuários nas linhas é em média de 2.000 pessoas que utilizam o serviço gerido e operado pelo sistema de transporte coletivo do município integralmente com a iniciativa privada.

²² www.guarapari.es.gov.br. Acesso em: 10 de outubro de 2010.

O déficit de atendimento na área de transporte gira em torno de 10%. A cidade tem um terminal rodoviário bem estruturado.

O sistema de transporte de passageiros de Anchieta compete ao município, mas não apresenta uma organização técnica e de gestão e operação da circulação formal ou institucional. O transporte da população, nas áreas urbanas e rurais, é quase inteiramente atendido por linhas de ônibus intermunicipais estaduais e interestaduais. A maior parte destas linhas tem origem em Guarapari, Vitória e Vila Velha. Não se verifica também a existência de equipamentos básicos elementares de suporte operacional do serviço de transporte, como pontos de ônibus adequados, ou ainda terminais rodoviários de ônibus urbanos ou interurbanos. A rede de serviços de transporte do Município não conta com qualquer forma organizada de integração (operacional ou tarifária), tendo linhas superpostas em trechos dos itinerários. Algumas indústrias instaladas em Anchieta fretam ônibus para o transporte de seus funcionários, sem regulação por parte do Poder Público. O transporte escolar é feito pela Prefeitura com apoio financeiro do Governo do Estado. A população é servida por duas companhias, Sudeste e Planeta, que atendem as comunidades.

No centro da cidade há uma agência da Viação Sudeste. A viação Planeta, que trabalha os mesmos itinerários, também tem passagens vendidas no local. Há um quadro com origem/ destino e horários das linhas intermunicipais. As linhas têm origem em Guarapari, Piúma, Marataízes e Cachoeiro do Itapemirim. Há também linha de micro ônibus que atendem alguns bairros rurais de Anchieta, com horários entre 06:00h até 20:00h. Outras localidades não têm nenhum tipo de transporte, o que leva a um isolamento das comunidades em relação à sede do

município e, em alguns casos, provoca a ligação com outros municípios mais próximos. Não há um terminal de ônibus estruturado, os coletivos estacionam na via pública, em frente à agência.

A Secretaria Municipal de Infraestrutura informou que a Prefeitura é responsável pelo transporte escolar, e atende 100% do município. Também ressaltou o serviço de transporte gratuito pela municipalidade para os estudantes universitários, que freqüentam faculdades em outros municípios como Cachoeiro de Itapemirim, Vitória e Guarapari.

O transporte coletivo alcança 80% dos bairros estudados, sendo a freqüência de circulação dos ônibus consideravelmente variável, com mais de cinco vezes ao dia em 55% das localidades, duas a quatro vezes por dia em 42%, e há casos de apenas um ônibus por dia. Principalmente nas comunidades rurais, o transporte é relatado como deficitário, com poucos horários de circulação das linhas, insuficiente e mesmo inexistente, como é o caso de Córrego da Prata.

Nos bairros mais próximos da sede do município, que fazem parte da rota dos ônibus intermunicipais, os moradores classificam o serviço como médio e bom. Foi citado que muitas vezes o coletivo demora muito e quando vem, como são duas empresas trabalhando o mesmo itinerário, chegam dois veículos em seqüência, um de cada empresa. De modo geral, metade da população está satisfeita com os serviços.

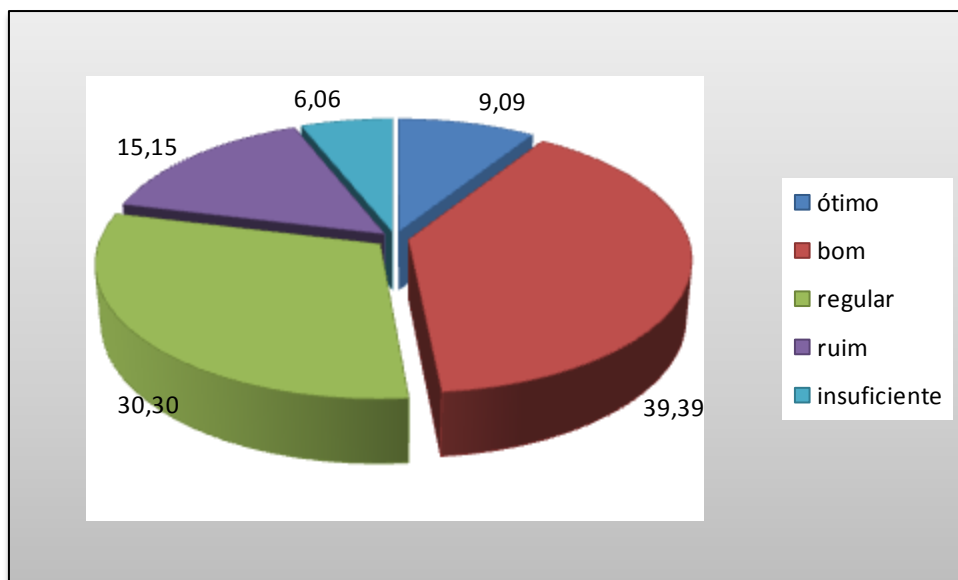


Figura 5.4.4.4-1: Qualidade dos serviços de transportes

Não há opção de outros tipos de transportes coletivos para metade das pessoas consultadas, 29% opta pelos serviços particulares de Vans que abrangem poucas localidades, de maneira irregular, sendo considerada uma prestação de serviço ruim. A utilização de táxi foi citada por 12%.

Grande parte da população, cerca de 80%, utiliza outros meio de transporte, particulares, especificados na **Figura 5.4.4.4-2**, a seguir. Predomina o uso do automóvel seguido pela motocicleta, veículos presentes em número considerável de famílias, tanto na área rural como urbana.

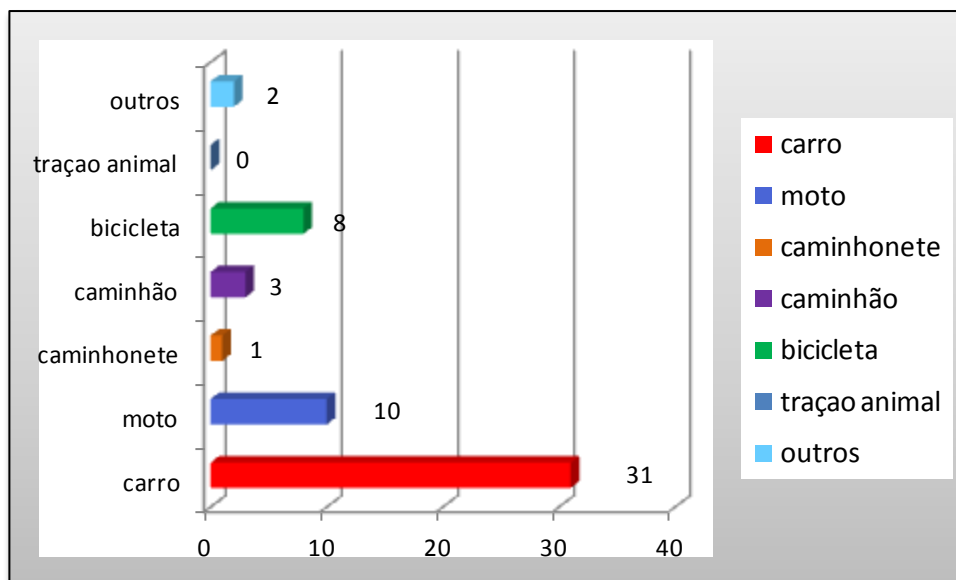


Figura 5.4.4-2: Meios de transportes utilizados (números absolutos)

O transporte coletivo de má qualidade é questão relevante também com relação ao turismo, atividade econômica importante para a região. É necessário promover a expansão, adequação e melhoria dos meios de transporte para apoiar o turismo e outras atividades econômicas relacionadas. Da mesma forma, é necessário que o poder público assuma a gestão e estruturação do processo de um sistema de transporte coletivo eficiente para a população atual. Tendo em vista o aumento da demanda prevista com os novos empreendimentos.

5.4.4.5 Saneamento

5.4.4.5.1 Água e Esgoto

Os serviços de abastecimento de água e sistema de coleta e tratamento do esgoto doméstico nos municípios Anchieta, Guarapari e Piúma são realizados pela Companhia Espírito Santense de Saneamento – CESAN, presente em 52 municípios do Estado do Espírito Santo, mediante delegação do Governo do Estado e de contratos de concessões com os municípios. A CESAN não atua nos municípios de Alfredo Chaves e Iconha, onde o serviço é prestado pelo SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto.

Tabela 5.4.4.5.1-1: Formas de abastecimento de água dos domicílios particulares permanentes (2000)

Origem do Abastecimento de Água	Canalização	Número de domicílios %					
		Anchieta		Piúma		Guarapari	
Rede geral	Canalizada em pelo menos um cômodo	3.690	74,3	3.703	90	20.510	83,6
Rede geral	Canalizada só na propriedade ou terreno	53	1,1	97	2,4	390	1,6
Rede geral	total	3.742	75,4	3.800	92,4	20.900	85,2
Poço ou nascente (na propriedade)	Canalizada em pelo menos um cômodo	1.112	22,4	228	5,5	2.775	11,3
Poço ou nascente (na propriedade)	Canalizada só na propriedade ou terreno	51	1	20	0,5	315	1,3
Poço ou nascente (na propriedade)	Não Canalizada	18	0,4	55	1,3	176	0,7
Poço ou nascente (na propriedade)	total	1.181	23,8	303	7,4	3.266	13,3

Outra	Canalizada em pelo menos um cômodo					234	1
Outra	Canalizada só na propriedade ou terreno	8	0,2			17	0,1
Outra	Não Canalizada	32	0,6	10	0,3	127	0,5
Outra	total	40	0,8	10	0,3	379	1,5

Fonte: IBGE. Microdados do censo demográfico 2000. In: IJSN 2010.

A CESAN iniciou em 2004 o Programa Águas Limpas, composto por empreendimentos que visam ampliar o abastecimento de água e os serviços de coleta e tratamento de esgoto na Grande Vitória e no interior do Espírito Santo. A previsão é de que todas as obras sejam concluídas até 2011. Anchieta, Guarapari e Piúma estão contemplados neste programa.

A CESAN relacionou os seguintes projetos em andamento para os municípios que atende:

- ☐ Plano Diretor de Águas de Anchieta, Guarapari e Piúma;
- ☐ Anchieta – ampliação da coleta e tratamento do esgoto;
- ☐ Plano Diretor de Esgoto de Guarapari – obras em andamento com término em 2011, rede ampliada para atender 80% do município;
- ☐ Projeto Ampliação dos Reservatórios -- Estação de Tratamento de Água – redistribuição;
- ☐ Reservatório de Araquém – Elevatória e Adutora;
- ☐ Elevatória Rio Grande e Ampliação da Adutora do Beneventes – Plano Diretor de Anchieta: ampliar sistema Guarapari – Anchieta - Piúma.

De acordo com a Companhia, estes projetos visam o crescimento vegetativo, população de turistas e a expansão industrial da região. A capacidade do novo sistema é de 700 l/seg.

Nas áreas rurais, o abastecimento de água é realizado através de convênios da CESAN com as Prefeituras, operando em parceria, quanto a equipamentos e mão de obra para viabilizar a prestação de serviços.

A seguir, a **Tabela 5.4.4.5.1-2** com índices de atendimento e número absoluto de residências e estabelecimentos comerciais e públicos, atendidos pela concessionária CESAN na área de atuação da Companhia.

Tabela 5.4.4.5.1-2: Rede de Água e Rede de Esgoto – CESAN – 2010

REDE DE ÁGUA E ESGOTO – CESAN						
MUNICÍPIO	ÁGUA			ESGOTO		
	Índice de cobertura %	Nº residências	Estabelecimentos*	Índice de cobertura %	Nº residências	Estabelecimentos*
Anchieta	100	7.809	446	33,1	2.376	180
Guarapari	98,7	54.485	2.174	47,7	24.619	735
Piuma	100	11.177	414	53,6	6.133	244

Fonte: CESAN

*Nota - Estabelecimentos = comércio, indústria, escolas, serviço de saúde

A) Guarapari

O município de Guarapari apresenta uma infraestrutura sanitária insuficiente para o atendimento da população, sobretudo se considerado seu caráter sazonal, provocado pelos deslocamentos de turistas. O suprimento de água é realizado por sistemas integrados tendo como principais fontes os rios Jaboti, Conceição, Iguape, Oratória e Benevente, sendo que este último só é utilizado no verão, quando a produção é insuficiente, devido ao grande aumento de população sazonal. Este sistema integrado abastece a quase totalidade da população da

cidade, exceto bairros na região norte, divisa com Vila Velha, que são atendidos pelos sistemas da Grande Vitória.

O Projeto Águas Limpas, programa do Governo do Estado do Espírito Santo, em implantação através da CESAN, vai ampliar a capacidade de produção de água tratada de 270 litros/segundo para 600 litros/segundo para atender a área Central (Centro, Muquiçaba e Praia do Morro).

O Projeto Águas Limpas da CESAN, quanto ao esgotamento sanitário, prevê a ampliação e complementação do sistema de esgotos na área central e localidades. O Plano Diretor de Esgoto de Guarapari está com obras em andamento com término em 2011. A ampliação da rede de esgotos vai atender 80% do município.

B) Piúma

Quanto ao saneamento em Piúma, a Secretaria de Desenvolvimento informou que o abastecimento de água no município se dá através da CESAN-ES, atendendo 13.303 residências, 95% do município. A água tem origem no Rio Iconha e Rio Novo do Sul. O índice de atendimento de esgoto no município é de 75%, com 6.344 residências ligadas à rede de esgotos. Para sanar este déficit, a CESAN tem um compromisso assumido com a Prefeitura, via Convênio, de atender 100% até o ano de 2015.

C) Alfredo Chaves

Em Alfredo Chaves, o saneamento básico é responsabilidade do Serviço Autônomo de Águas e Esgotos – SAAE, que informa ser a captação da água para o abastecimento feita no Rio Benevente e Córrego Caeté. Realizando o tratamento convencional e distribuição por gravidade. O número de residências atendidas é de 1.900.

O índice de atendimento da rede de esgotos chega a 100% na coleta e aproximadamente 15% no tratamento, nas áreas urbanas. Na sede temos nos bairros Cachoeirinha e Imigrantes com rede de água tratada e rede de coleta de esgoto com uma ETE (Estação de Tratamento de Esgoto) em cada Bairro, com tratamento anaeróbio e uma ETE que opera com capacidade aproximada de 10%, visto que falta refazer a maior parte da rede coletora. Nas áreas rurais existem sete estações de tratamento distribuídas por vários distritos. São três localidades atendidas com Sistema de Tratamento de Esgoto: Matilde - 2 ETE's atendendo a aproximadamente 600 usuários; Ibitirui - 2 ETE's atendendo aproximadamente 400 usuários; Cachoeira Alta - 1 ETE, 300 usuários.

Para ampliar a rede de esgotos e tratar 100% do esgoto produzido na sede, há um projeto protocolado no Ministério da Saúde, via FUNASA, que adequará a rede coletora existente para a ETE. Este projeto está também no Ministério Público. A questão básica está na disponibilidade dos recursos necessários, junto às autoridades de governo – Estadual e Federal, para voltarem seus esforços na construção destes sistemas de saneamento (ETA e ETE).

D) Iconha

No Município de Iconha, o saneamento é feito pela SAAE (autarquia municipal) que desenvolve atividades em parceria com a prefeitura, que garante o abastecimento para toda a cidade. Todo planejamento das atividades é feito pelo SAAE. A água é captada no Rio Iconha e 100% da água distribuída na área urbana é tratada.

A rede de esgoto é deficitária. Existem seis ETEs (Duas Barras, Bom Destino, Solidão, Morada, Vale do Sol, BR-101) com estruturas responsáveis pela coleta de 70% do esgoto. Os dejetos decantados são coletados por uma empresa de Guarapari, a cada dois anos. A água excedente é despejada no rio Iconha. Na zona rural, as famílias utilizam, em geral, as nascentes para abastecimento de água e o esgoto é mantido em fossas.

Informações da Secretaria Municipal de Saúde demonstram preocupação com a questão do saneamento. Em seus diagnósticos identificaram que 37,9% das famílias cadastradas possuem fossa, 34,6% lançam seus esgotos a céu aberto e apenas 27,5% das famílias, tem sistema de esgoto. Tais dados são reforçados pelo número de internações do município que, em 2009, alcançou novo pico para gastroenterites, 13,4% das internações totais do município, e muito além do parâmetro estadual que é de 2,2% das internações totais.

Os dados apresentados são reflexo da falta de tratamento de esgoto, principalmente na sede do município, cujos detritos de imóveis antigos são lançados diretamente no rio. A contaminação do Rio Iconha e afluentes refletem diretamente nos gastos com internações.

Quanto à situação de drenagens, nas cidades e núcleos urbanos em questão, existem muito poucos dispositivos de macro drenagem concebidos e/ou implantados de forma racional. As redes de micro drenagem que existentes geralmente são unitárias e transportam também o esgoto sanitário, principalmente em virtude da inexistência de rede coletora separadora. Atualmente, são necessárias ações que visem a implementação de uma rede integrada²³.

E) Anchieta

Para o abastecimento do município de Anchieta a CESAN coleta a água do manancial do Rio Pongal, pertencente à Bacia Hidrográfica do Rio Benevente. A estação de tratamento está situada no balneário de Iriri, sendo considerada suficiente para o abastecimento da população durante a maior parte do ano. Já nos meses de alto fluxo turístico existe uma interligação do sistema Iriri aos sistemas de produção e distribuição Ubu (poços profundos), bem como o da cidade de Piúma, de modo a garantir a normalidade ao abastecimento de água de toda a região litorânea (Iriri, Inhaúma, Área Central, Guanabara, Parati e Ubu).

A CESAN tem predominantemente operado nas áreas urbanas das sedes municipais. Na Praia de Castelhanos o sistema de abastecimento é privado. Na faixa litorânea, algumas residências ainda utilizam poços individuais como única fonte de suprimento. No interior, a prefeitura opera 19 sistemas de abastecimento, poucos dotados de estação de tratamento convencional, sendo a maioria solução

²³ Petrobrás. Avaliação Ambiental Estratégica Pólo Industrial e de Serviços de Anchieta – Es- Futura e Cepemar / 2008

alternativa com captação em poços freáticos e simples desinfecção. Ainda há, na zona rural, poços individuais freáticos localizados em áreas inundáveis, o que representa risco de contaminação. Há insatisfações quanto ao abastecimento de água potável em algumas regiões do interior e do litoral²⁴.

Em parceria com a Prefeitura de Anchieta, a CESAN está construindo uma parte do sistema sanitário do esgoto no centro da cidade, que permitirá a coleta e tratamento em 25% dos imóveis localizados na área. A empresa investiu, desde 2008, na construção de uma estação de tratamento de esgoto, 6,7 quilômetros de redes coletoras de esgoto e três quilômetros de emissário de esgoto bruto. Também foram implantadas cinco estações elevatórias de esgoto e 580 ligações prediais, beneficiando cinco mil habitantes. Em 2009, foi concluída a segunda etapa, com a implantação de 5.294 metros de redes coletoras, 432 metros de emissário, 393 ligações domiciliares e uma elevatória, atendendo mais duas mil pessoas. Em bairros como o Balneário Iriri a cobertura é quase total, embora muitos imóveis não estejam interligados às redes de coletoras existentes.

Na área rural do município de Anchieta, na Vila de Jabaquara, há um sistema completo que será operado, assim que forem concluídas a estação de esgotos e as ligações prediais. Outros povoados localizados na área rural, como a Vila de Alto Pongal, em geral, não apresentam infraestrutura de coleta e tratamento de dejetos, não havendo atendimento público para o esgoto sanitário. Na área rural, são predominantes as soluções individuais com o tratamento através de fossas sépticas ou de fossas rudimentares, e também o lançamento indevido de esgoto a céu aberto, no solo ou corpos d'água. O povoado de Baixo Pongal é exceção

²⁴ Agenda 21 do Município de Anchieta

dentro deste quadro, apresentando um sistema coletivo de rede coletora e estação de tratamento. Quanto ao serviço de abastecimento de água, o Gerente de Serviços Urbanos da Secretaria de Infraestrutura de Anchieta reafirma ser o abastecimento e saneamento do município serviços prestados pela CESAN, e o trabalho da empresa consiste na captação, no tratamento e na distribuição de água, na coleta e no tratamento de esgotos.

A rede de água e esgoto operada pela concessionária está presente nos bairros costeiros e urbanos, como Ubu, Parati, Recanto do Sol, Mãe Bá e Iriri. Nos depoimentos colhidos nas comunidades situadas na zona rural, o abastecimento de água nas residências se dá por nascentes e poços. A destinação do esgoto é feita em fossas sépticas. Em várias localidades em áreas urbanas, com fornecimento de água através de rede geral. O mesmo não ocorre com os resíduos domésticos. É utilizado o sistema de fossas sépticas para o esgoto doméstico.

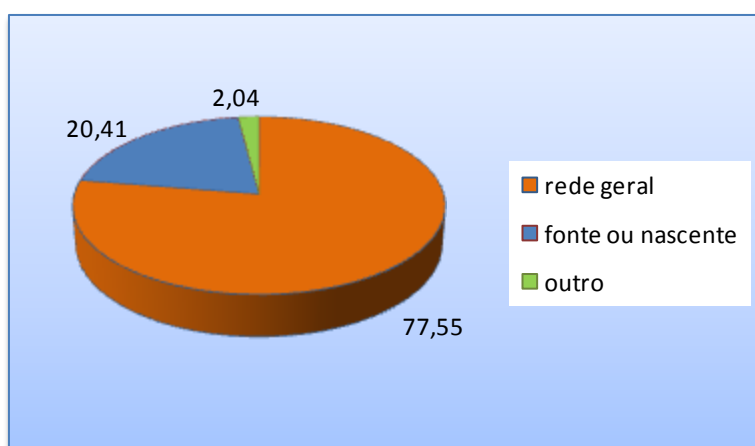


Figura 5.4.4.5.1-1: Tipo de abastecimento de água

A qualidade do abastecimento de água, nos bairros urbanos ou rurais, em geral, é reputada como boa. Nestes, as residências abastecidas com água de nascentes têm na alta qualidade do produto um trunfo. Ressaltam que não há a necessidade de filtragem para o consumo.

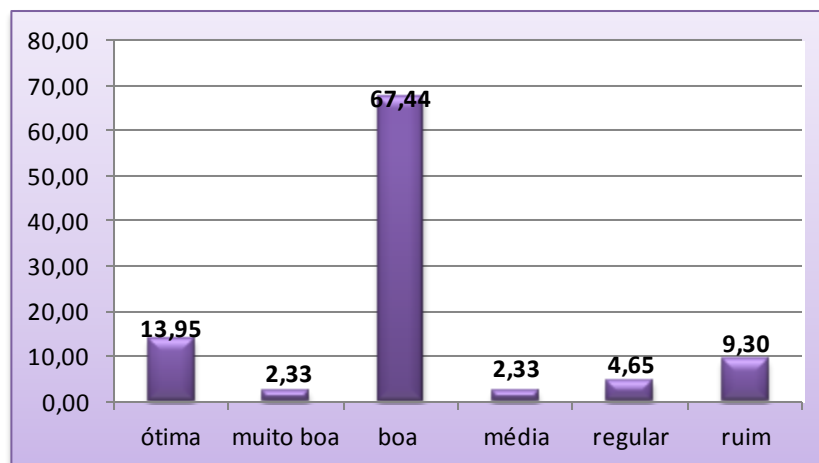


Figura 5.4.4.5.1–2: Qualidade do abastecimento de água

De acordo com a Secretaria de Infraestrutura, os problemas de abastecimento no bairro de Mãe Bá foram regularizados com a realização de obra recente. Os caminhões pipas não estão sendo utilizados para abastecer a comunidade, fato comum até há pouco tempo. Porém, nos relatos da população, foi citada a falta de água e a insuficiência dos caminhões pipas para abastecimento das moradias. A CESAN tem previsto um projeto de ampliação da tubulação para abastecimento.

Segundo os dados fornecidos pela Secretaria de Saúde, referentes a julho de 2010, PACS/PFS – Consolidado do Cadastro Familiar, a situação quanto ao abastecimento de água, saneamento básico e destino dos resíduos sólidos apresenta-se da forma seguinte:

Tabela 5.4.4.5.1-3: Saneamento- água e lixo em Anchieta

ÁGUA/ ESGOTO/COLETA DE LIXO - dados em %		
ÁGUA		
Rede Pública	Poço/Nascente	Outros
75,44	24,05	0,51
ESGOTO		
Rede de esgoto	Fossa	Céu aberto
17,16	80,31	2,55
LIXO		
Coleta Pública	Queimado/Enterrado	Céu aberto
86,39	12,33	2,52

Fonte: SMS Anchieta - PFS – Consolidado Cadastramento Familiar (julho de 2010)

Embora a amostragem seja de apenas um mês, é possível observar que as residências apresentam abastecimento de água, em uma proporção diversa da coleta de esgoto, sendo que esta se apresenta em uma proporção bastante reduzida.

Quanto aos índices de atendimento de esgoto nas localidades amostradas, este se apresenta baixo, 40% das residências são atendidas pela rede geral de esgoto.

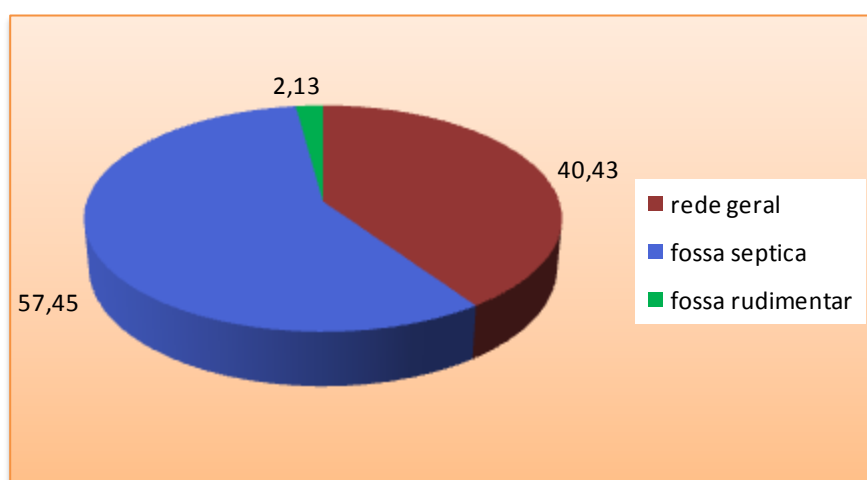


Figura 5.4.4.5.1-3: Tipo de coleta de esgoto

O déficit de saneamento básico nos municípios, evidenciado nas informações apresentadas, gera impactos socioeconômicos negativos, principalmente na área da saúde. Existe uma relação direta entre saneamento inadequado, pobreza e ocorrências de doenças causadas por veiculação hídrica, que levam a um grande número de internações e óbitos²⁵. É preciso considerar o problema ambiental com lançamento de esgoto na rede pluvial ou mesmo diretamente nos recursos hídricos e nas praias. Nas cidades com fluxo turístico acentuado no verão, o problema se evidencia, tanto para o fornecimento de água, quanto para o escoamento do esgoto.

A deficiência no setor deverá ser agravada com o acréscimo populacional previsto para Anchieta e nas cidades em que serão alternativas de residência aos trabalhadores e famílias dos novos empreendimentos. Projetos de saneamento demandam investimentos elevados pelo setor público, nas instâncias municipal, estadual e federal, assim como associação ao setor privado. Importante equacionar a questão quanto ao tempo, já que o déficit no saneamento básico atual é fato e para os próximos anos (período de implantação e operação dos empreendimentos com incremento populacional) o problema será agravado.

5.4.4.5.2 Resíduos Sólidos

A coleta do lixo é outro importante indicador da oferta e funcionamento da infraestrutura de saneamento existente nos municípios que compõem a área de

²⁵ http://www.tratabrasil.org.br/novo_site/cms/files/trata_fgv.pdf. Acesso em: 16 de janeiro de 2011.

influência do empreendimento. Em relação à coleta, transporte e destinação dos resíduos sólidos, domiciliares e públicos, estes serviços são de responsabilidade das Prefeituras e operados pela administração e/ou empresas contratadas.

Tabela 5.4.4.5.2-1 Tipo de destino do lixo dos domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio em 2000

Município	Destino do lixo	Urbana	%	Rural	%	Total	%
Anchieta	Coletado	3.567	96,59	296	23,34	3.863	77,85
	Jogado em rio, lago ou mar	-	-	16	1,3	16	0,33
	Jogado terreno baldio ou logradouro	42	1,15	80	6,32	122	2,47
	Queimado ou Enterrado	83	2,26	841	66,29	924	18,64
	Tem outro destino	-	-	34	2,75	34	0,7
	Total	3.693	100	1.269	100	4.963	100
Guarapari	Coletado	20.925	91,08	219	13,97	21.144	86,15
	Jogado em rio, lago ou mar	52	0,23	-	-	52	0,21
	Jogado terreno baldio ou logradouro	488	2,13	222	14,15	710	2,9
	Queimado ou Enterrado	1.436	6,25	1.110	70,77	2.546	10,38
	Tem outro destino	71	0,31	17	1,11	89	0,36
	Total	22.975	100	1.569	100	24.544	100
Piúma	Coletado	3.741	96,39	45	19,71	3.787	92,07
	Jogado terreno baldio ou logradouro	9	0,25	27	12,04	37	0,91
	Queimado ou Enterrado	130	3,36	158	68,25	288	7,02
	Total	3.882	100	232	100	4.114	100
Iconha	Coletado	1.282	96,09	733	41,22	2.016	64,74

	Jogado em rio, lago ou mar	-	-	31	1,78	31	1,01
	Jogado terreno baldio ou logradouro	-	-	166	9,38	166	5,36
	Queimado ou Enterrado	52	3,91	836	47	888	28,53
	Tem outro destino	-	-	10	0,62	10	0,35
	Total	1.335	100	1.779	100	3.114	100
Alfredo Chaves	Coletado	1.525	94,72	131	6,37	1.657	45,14
	Jogado terreno baldio ou logradouro	15	0,97	199	9,68	214	5,86
	Queimado ou Enterrado	69	4,32	1.667	80,93	1.736	47,31
	Tem outro destino	-	-	62	3,02	62	1,69
	Total	1.611	100	2.060	100	3.671	100

Fonte: IBGE Microdados do Censo Demográfico de 2000. In: IJSN, 2010.

A infraestrutura de saneamento dos municípios tem na coleta do lixo um importante indicador do seu funcionamento e contribuição para o saneamento básico da região. Pelos dados do IBGE-2000 (acima), Piúma tem o melhor desempenho, com 92,1% dos domicílios atendidos por coleta. Atualmente segundo a Secretaria de Desenvolvimento ES, o índice está em 95%. Seguido por Guarapari, 86,2%; Anchieta, 77,9%; Iconha, 64,7% e Alfredo Chaves, 45,1%. Ainda encontra-se grande quantidade de lixo queimado ou enterrado, como em Alfredo Chaves, cidade em que o índice de população na zona rural é alto.

No município de Guarapari o serviço é terceirizado para coleta e disposição dos resíduos pela empresa Central de Tratamento de Resíduos de Vila Velha-CTRVV, localizada no município de Vila Velha - ES.

Em Iconha a coleta de lixo é feita de forma consorciada. O lixo é coletado diariamente, na área urbana, e transportado pelo município com a utilização de

dois caminhões. O modelo mais novo deles, com compactador e capacidade de 7.000kg, serve à população, duas vezes ao dia no centro e uma vez por semana na maioria das comunidades rurais, o que leva ao índice de quase 100% de coleta do lixo em todo município. Diariamente são coletados aproximadamente 10.000kg de lixo, levados pelos próprios caminhões até Guarapari, onde é feito o transbordo para seguir para o aterro sanitário de Vila Velha. No ano de 2008 foram coletadas 2232 toneladas de lixo e em 2009, 2367 toneladas. Em 2010, até o momento, a média mensal é de 200 toneladas. O custo da coleta de lixo é de R\$80,00 por tonelada.

A questão dos resíduos sólidos tem em Iconha um problema ambiental bastante particular. O município é o maior entreposto de caminhões do estado, fator gerador de renda e de uma grande quantidade de pneus sem destinação. O grande volume deste tipo de resíduo (borracha) constitui um problema ambiental para a cidade. O governo municipal tentou fazer parceria com a REICLANIP, empresa de São Paulo que coleta pneus para processar a reciclagem, porém a empresa só faz esta coleta em cidades com população acima de 100 mil habitantes, o que inviabilizou a parceria, embora o volume de pneus seja significativo.

Em Piúma o índice de coleta de lixo no município está em 95 %. O volume gerado de lixo no município é da ordem de 12 a 14 toneladas por dia e a destinação é o Aterro Sanitário de Vila Velha. O Município não possui aterro sanitário. A coleta é terceirizada com CTRVV que opera com dois Caminhões compactadores, com quatro funcionários por caminhão.

No município de Anchieta, o serviço é terceirizado, sendo a Empresa Estrutural responsável pela varredura de ruas e praias e pela coleta domiciliar. A destinação dos resíduos também é o aterro sanitário de Vila Velha.

Quanto à reciclagem de lixo em Anchieta, esta ocorre no Bairro de Nova Esperança onde existe um projeto de reciclagem realizado desde 2008 pela Associação de Recicladores, um grupo de mulheres da Associação de Moradores de Nova Esperança. É um serviço comunitário chamado de “Unidade primária de materiais recicláveis” que fabrica e comercializa diversos produtos reciclados, em parceria com a Associação de Nova Jerusalém, com recursos provenientes do Projeto Ciranda Capixaba, patrocinado pela Petrobrás.

Em todas as comunidades estudadas em Anchieta, a coleta do lixo é de responsabilidade da Prefeitura. A regularidade da coleta é variável, de acordo com sua localização dessas comunidades. Nas localidades urbanas, pode ocorrer duas vezes por dia, como em Ubu. Uma vez ao dia em Parati, Recanto do Sol e Mãe Bá. Na área rural, uma ou duas vezes por semana, como em Alto Pongal e Córrego da Prata.

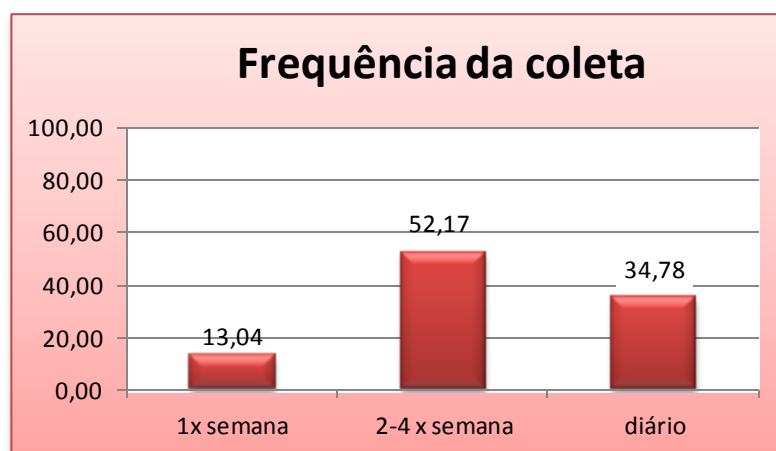


Figura 5.4.4.5.2-1: Frequência da coleta de lixo

Os entrevistados, em geral, se mostraram satisfeitos com o serviço, com 20% classificando o serviço como ótimo, 66% como bom, 8,8% como regular e apenas 4,4% como ruim. Em Nova Anchieta houve reclamações quanto ao espaçamento e demora na coleta do lixo. Nas localidades rurais, onde a coleta é semanal, acontece a queima de folhas e papel como forma alternativa de não acumular esta classe de resíduos e não sobrecarregar a coleta de lixo doméstico.

De modo geral, os serviços de coleta e destinação do lixo ainda apresentam déficit e nos períodos de ocupação maior das residências, como no verão, a questão do lixo acarreta mais problemas. O acréscimo no contingente populacional deve ser superado com medidas adequadas pelas municipalidades, ainda visto ser um serviço público terceirizado.

Os municípios da região não possuem locais para a destinação dos resíduos sólidos, aterros sanitários. O destino final de todo o lixo doméstico, comercial, rede pública e do sistema de saúde dos municípios da região é o aterro sanitário da Central de Tratamento de Resíduos de Vila Velha - CTRVV, no município de Vila Velha, na Grande Vitória.

5.4.4.6 Habitação

A urbanização nos municípios em questão apresenta taxas superiores a 50%, com exceção de Alfredo Chaves, em que a população rural em 2010 representa 53,03%.

Tabela 5.4.4.6-1: Taxa de Urbanização dos Municípios

MUNICÍPIO	ANO (dados em %)		
	1991	2000	2010
Alfredo Chaves	34,49	41,23	46,97
Anchieta	58,88	69,06	75,97
Guarapari	89,43	93,43	95,29
Iconha	34,24	41,75	58,12
Piúma	90,80	94,09	96,29

Fonte: IBGE, 2010.

Nos municípios de Anchieta, Guarapari e Piúma a configuração urbana apresenta semelhanças quanto à concentração, na dinâmica de crescimento e desenvolvimento municipal a partir das Sedes Municipais. Historicamente, as cidades citadas possuem poucos instrumentos legais de ordenamento territorial, o que dificulta ações voltadas ao planejamento urbano. De modo geral, os municípios apresentam aglomerações, originadas de núcleos veranistas e de sedes municipais expandidas, sobretudo em Guarapari e Piúma.

Sobre o déficit ocupacional, referente à área urbana²⁶, ou déficit urbano, para os três municípios, este somava 1.964 unidades, correspondendo a 4,5% do déficit urbano apresentado para o estado, o qual somava 48.422 unidades. Entre

²⁶ IJNS. Instituto Jones dos Santos Neves. Déficit e Infra-estrutura Habitacional, 2000, editado no ano de 2004, com base nos microdados amostrados Censo 2000.

eles, destaca-se o município de Guarapari, com 1.491 unidades, seguido de Piúma, com 328 unidades, e por último o município de Anchieta, com um déficit urbano de 145 unidades. Considerando a soma dos déficits rural e urbano, expressa pelo déficit total, o ranking para os municípios do estado aponta os 9º, 31º e 49º lugares para os respectivos municípios de Guarapari, Piúma e Anchieta.

Tabela 5.4.4.6-2: Domicílios Particulares Permanentes e Famílias, por Situação do Domicílio

Ano	Município	Situação do Domicílio	Número de domicílios	Número de família
2009	Anchieta	Urbana	3.693	3.798
		Total	4.963	5.175
	Guarapari	Rural	1.569	1.659
		Urbana	22.975	24.284
		Total	24.544	25.943
	Piúma	Rural	232	252
		Urbana	3.882	4.111
		Total	4.114	4.363
	Iconha	Rural	1.779	1.892
		Urbana	1.335	1.416
		Total	3.114	3.309
	Alfredo Chaves	Rural	2.060	2.173
		Urbana	1.611	1.706
		Total	3.671	3.879

Fonte: SESA/ES

A condição de ocupação domiciliar nos municípios de Anchieta, Guarapari, Piúma, Iconha e Alfredo Chaves, apresenta percentuais elevados para domicílios particulares, próprios e já pagos, tanto na área rural quanto na área urbana.

Tabela 5.4.4.6-3: Domicílios particulares segundo condição de ocupação

Ano	Município	Condição de Ocupação	Urbana	%	Rural	%	Total	%
2009	Anchieta	Próprio, já pago	2.643	71,57	944	74,43	3.588	72,3
		Próprio, ainda pagando	155	4,2	10	0,8	165	3,3
		Alugado	466	12,6	36	2,8	502	10,1
		Cedido por empregador	121	3,3	239	18,8	360	7,2
		Cedido por particular	308	8,3	40	3,2	348	7
2009	Guarapari	Próprio, já pago	15.787	68,72	1.172	74,73	16.960	69,1
		Próprio, ainda pagando	537	2,3	-	-	537	2,2
		Alugado	3.674	16	-	-	3.674	15
		Cedido por empregador	1.647	7,2	336	21,4	1.983	8,1
		Cedido por particular	1.243	5,4	53	3,4	1.296	5,3
2009	Piúma	Próprio, já pago	2.947	75,94	184	79,35	3.132	76,13
		Próprio, ainda pagando	48	1,2	-	-	48	1,2
		Alugado	528	13,6	-	-	528	12,8
		Cedido por empregador	95	2,4	35	15,1	130	3,2
		Cedido por particular	225	5,8	13	5,5	238	5,8
2009	Iconha	Próprio, já pago	821	61,55	1.558	87,63	2.380	76,45
		Próprio, ainda pagando	57	4,3	5	0,3	62	2
		Alugado	282	21,1	49	2,8	331	10,6
		Cedido por empregador	32	2,4	79	4,4	111	3,6
		Cedido por particular	136	10,2	88	4,9	223	7,2
2009	Alfredo Chaves	Próprio, já pago	1.145	71,09	1.470	71,4	2.616	71,26
		Próprio, ainda pagando	9	0,5	3	0,1	11	0,3

	Alugado	340	21,1	35	1,7	376	10,2
	Cedido por empregador	22	1,4	479	23,3	501	13,7
	Cedido por particular	84	5,2	72	3,5	156	4,2

Fonte: SESA/ES.

O Sistema Nacional de Habitação tem como objetivo principal implementar políticas e programas que promovam o acesso à terra urbanizada e à moradia digna e sustentável para a população de baixa renda, a qual compõe a quase totalidade do déficit habitacional do País. O Plano é requisito básico para que um município possa ter acesso ao repasse de recursos habitacionais do Orçamento Geral da União que, a partir de 2006, passaram a compor o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social/FNHIS.

Para efetivar a adesão ao SNHIS e se habilitar a acessar recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social é necessária a soma os instrumentos legais: o Plano Completo, a cidade deve possuir um Conselho de Habitação e o Fundo Municipal de Habitação.

Guarapari está na primeira etapa do Plano Local de Habitação de Interesse Social. O Plano Local está em consonância com o Plano Diretor Municipal, Artigo 51. A Política Habitacional do Município²⁷ tem suas diretrizes, como: viabilizar o acesso ao solo urbano e à moradia, especialmente para população de baixa renda; instituir canais de participação popular, tanto na gestão da política habitacional, como no desenvolvimento dos programas; garantir recursos necessários à execução de estudos e programas entre outras. No município, o

²⁷ Plano Local de Habitação de Interesse Social. Prefeitura Municipal de **Guarapari**, 2010. 54p.

déficit habitacional proporcional ao número de domicílios é o quinto maior do Estado, com 10,8% do total dos domicílios, segundo dados da Fundação João Pinheiro, que analisa os componentes que formam o Déficit Habitacional Básico e a Inadequação das moradias.

De acordo com os gestores municipais, há levantamentos de três áreas onde se faz necessária a intervenção urgente, por parte do poder público, sobre problemas de degradação ambiental, risco e vulnerabilidade social, são elas: Concha D'Ostra, Portal de Guarapari e Bico do Uburu. Outro ponto que traz diversas implicações no planejamento habitacional é a vocação turística da cidade. Provoca uma rápida expansão urbana e o crescimento vertical das construções de veraneio próximas às praias principais e centro, por exemplo, a Praia do Morro.

É importante considerar, no âmbito da habitação, as instalações de novos empreendimentos e muitos postos de emprego na vizinha Anchieta, como, Portos e usina mineradora. A perspectiva de crescimento populacional é fato, como citado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Expansão Econômica: como cidade de maior porte, devido à proximidade, tende a transformar-se em cidade dormitório com todo o ônus que acarreta à infraestrutura municipal. Além da possibilidade de muitas pessoas dirigirem-se à região na procura de emprego, podendo fixar-se em moradias de baixa qualidade nas periferias.

Alfredo Chaves tem no Plano Diretor Municipal, de 2007, uma seção para a Política de Habitação com objetivos especificados em seu artigo 12º, assegurando os direitos à moradia consonante com o art.6º da Constituição Federal.

Garante o acesso à moradia em áreas com infraestrutura e sem fragilidade ambiental, com utilização racional e controle do uso do solo urbano e rural. Também aborda a erradicação das áreas de risco e urbanização de assentamentos precários.

Em Piúma existem no Cadastro Municipal 12.500 imóveis cadastrados. O déficit habitacional é de 40% e não possui projetos habitacionais. O município está tentando aprovar o seu Plano Diretor Municipal, elaborado em 2007, que é fundamental para a questão habitacional. Há favelas no município na região ribeirinha, com cerca de 1.500 moradores. As taxas de migração e imigração do município são, respectivamente, de 1,5 a 2,0% ao ano e de 2,0 a 5,0 % ao ano.

Em Anchieta, a estrutura de ocupação apresenta muitas casas de veraneio, chamadas de 2ª residência, fato que confere aos bairros uma ocupação sazonal. Esta forma de ocupação resulta em ausência de equipamentos comerciais e de serviços nos bairros, com exceção para o Bairro de Iriri, causando extrema dependência da sede do município, enquanto o centro político administrativo, que polariza as atividades de comércio, serviço e institucional. Na tipologia das casas, predominam casas térreas.

Jabaquara e Pongal são distritos municipais de Anchieta, localizados no interior do município. A ocupação urbana espontânea se define por desordenamento, infraestrutura deficiente e precariedade nas condições de mobilidade da população. A tentativa de melhora das condições de planejamento urbano, por parte do poder público, veio através da criação de um Plano Diretor Municipal, Lei nº 13/2006, prevendo um ordenamento territorial do município por meio do zoneamento urbano.

Segundo a Secretaria de Assistência Social, Gerência de Habitação, o município de Anchieta elaborou o Plano de Habitação no ano de 2010, por ter necessidades na área habitacional quanto à regularização fundiária, com elevada incidência de áreas sem documentação regularizada, loteamentos irregulares e descaracterizados, não identificados pela municipalidade, dificuldade no acesso individual a financiamentos para construção e melhorias de imóveis.

A Prefeitura já está realizando o recadastramento de todos os imóveis do município, buscando a implantação do programa de georeferenciamento do território para elaboração de um projeto piloto de regularização fundiária. As ações municipais visam ainda melhorias na capacidade de fiscalização e maior arrecadação tributária do município.

Em Anchieta, segundo dados do Programa Saúde da Família – Consolidado do Cadastro Familiar, nas nove micro-áreas do Programa, a situação das residências quanto ao tipo de construção, mostra que quase a totalidade dos domicílios é de alvenaria.

Tabela 5.4.4.6-4: Total de casas amostradas – 9008 - Tipo de casa em porcentagem

	Tijolo/ Adobe	Taipa revestida	Taipa não revestida	Madeira	Material Aproveitado	Outros
%	98,86	0,52	0,12	0,29	0,08	0,29

Fonte: PSF- Consolidado Cadastro Familiar

A Secretaria de Infraestrutura identifica problemas habitacionais e de moradias precárias devido à migração e mobilidade para o trabalho, já atraídos pelos novos empreendimentos.

Verifica-se a predominância das residências de alvenaria, particular e permanente. Há casos de casa própria construída em terreno “invadido”, origem de fluxos migratórios mais antigos (acima de uma ou duas décadas), casas fruto de doação de programas habitacionais da Prefeitura, e áreas coletivas familiares, onde em um mesmo terreno, pertencente ao membro mais velho da família, os descendentes constroem suas casas e habitam. Foram abordadas proporcionalmente propriedades urbanas e propriedade em bairros rurais, com 30% de propriedades agrícolas. Há uma porcentagem de 91,67% de casas próprias contra 4,17% no regime de locação.

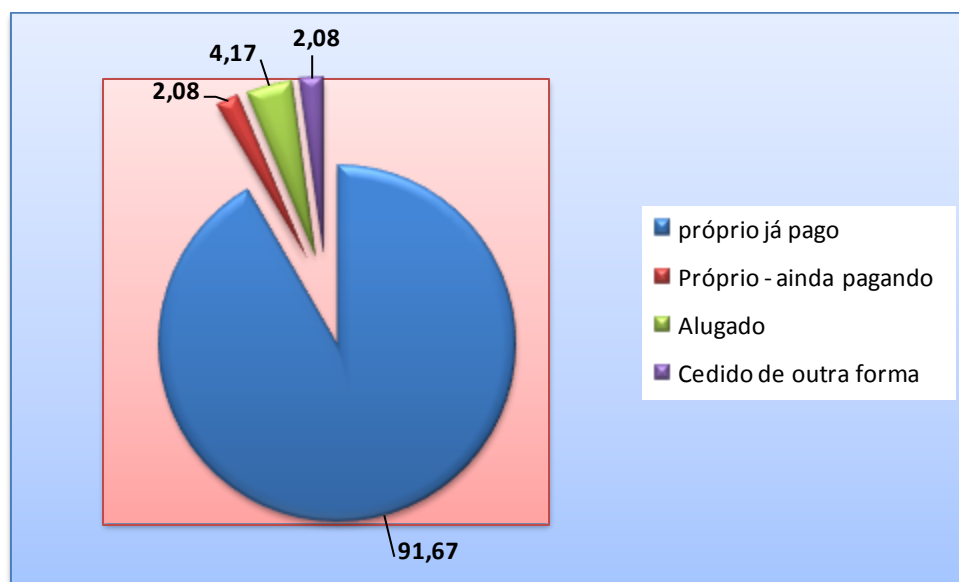


Figura 5.4.4.6-1: Condição do domicílio

A percepção dos problemas habitacionais é distinta entre os moradores das localidades rurais e urbanas. Na região urbana foi verificada grande preocupação com a questão habitacional, como decorrência da migração em busca de oportunidade de empregos. Tais problemas se expressam na formação de favelas e invasão de terrenos, como ocorreu no passado, a exemplo do bairro Recanto do Sol, há 20 anos. Atualmente, são apontados os bairros de Nova Anchieta e Planalto Anchieta como objeto de preocupação dos moradores.

Nas localidades rurais a questão habitacional local não é vista como um problema atual, ou mesmo um problema presente em um futuro próximo. No entanto, a população está consciente e preocupada com a questão de moradia na área urbana do município.

O principal fator que influi para o déficit habitacional é a alta taxa de urbanização, sobretudo quando não há planejamento urbano efetuado de forma estratégica pelos municípios. No caso da instalação dos novos empreendimentos, que estão diretamente relacionados com o aumento da ocupação urbana, nos municípios de Anchieta, Guarapari e Piúma, o déficit habitacional tende a aumentar.

As cidades não apresentam um planejamento devidamente adequado às demandas habitacionais, no tempo previsto para a instalação dos novos empreendimentos. O agravamento da questão ocorrerá com o início das obras de implantação dos empreendimentos, período em que a mobilização de mão-de-obra é grande e a infraestrutura habitacional não se apresenta adequada.

5.4.4.7 Comunicação

Na área de comunicação o município de Alfredo Chaves possui cobertura do sistema de telefonia fixa da empresa Telemar, na sede e em algumas localidades rurais, 25 telefones públicos, e a telefonia móvel está representada pela Oi, Vivo, Claro, Embratel e Tim. O município possui ainda, na sede, uma agência dos Correios e Telégrafos Central e oito agências comunitárias (AGC), uma emissora de rádio (FM) – (Sociedade Alfredense de Rádio Difusão LTDA – 91,7), “Radio Comunitária de Alfredo Chaves Cultura FM” e uma estação repetidora de televisão que transmite os sinais da Rede Globo, Sistema Brasileiro de Televisão, Rede Bandeirantes e Rede Record.

Em Guarapari, a telefonia fixa é Telemar e todas operadoras de telefonia celular. A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos tem duas Agências, uma Agência dos Correios Franqueada de Muquiçaba (ACF) e três agências comunitárias. As rádios 1450 AM SIM Guarapari, Radio Colina FM e a Band FM são transmitidas nas localidades. A cidade tem uma emissora de televisão, a TV Guarapari - canal 09 (VHF), com produção de dois programas sendo que a programação diária retransmite a TV Cultura e TVE Brasil.

No município de Iconha opera a Telemar na telefonia fixa, e celular as Oi, Vivo, Claro e Tim. Está tramitando no Congresso Nacional “a autorização para a Associação Radiofônica Comunitária de Iconha, executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade²⁸.

²⁸ www.camra.gov.br. Acesso em: 15 de agosto de 2010.

Em Piúma, a Telemar trabalha com telefones fixos residenciais e telefones públicos instalados. Operadoras de celular são a Tim, Oi, Vivo, Embratel e Claro. Conta com apenas uma Agência da Empresa Brasileira de Correios. A emissora é a Rádio Piúma Fm 87,9 MHZ., através da Associação Rádio Comunitária de Piúma, entidade mantenedora a Radio Piúma 97,9 FM, Rádio Praia de Piúma.

No município de Anchieta a concessionária responsável pela oferta de telefonia fixa é a Telemar e móvel as empresas Oi, Tim, Claro e Vivo. De acordo com a Agenda 21 de Anchieta, os serviços de telefonia apresentam cobertura deficitária, tanto na telefonia fixa, quanto para celulares, principalmente no interior, do ponto de vista de confiabilidade e qualidade do serviço. Tais problemas se estendem para a comunicação via internet, já que no município o acesso disponível é discado e, mais recentemente, via rádio.

Tabela 5.4.4.7-1: Número de telefones privados e públicos fixos – Telemar

LOCALIDADE	Nº DE TELS. PARTICULARES	Nº DE TELS. PÚBLICOS
Anchieta-sede	2.218	83
Iri	647	57
Jabaquara	73	11
Ubu	228	26
Alto Pongal	128	5
Mãe-Bá	135	9
Córrego da Prata	24	1
Baixo Pongal	0	1
Belo Horizonte	0	1
Chapada do A	0	1
TOTAL	3.353	197

Fonte - ANATEL

Em Anchieta, a Empresa Brasileira dos Correios e Telégrafos (ECT) disponibiliza seus serviços por meio de uma Agência Central, localizada na sede do município e por meio de outras seis agências comunitárias, situadas em bairros da cidade e em comunidades no interior. Apenas a agência central está capacitada para prestar todos os serviços postais. Entre as dificuldades existentes para qualificação dos serviços postais está a falta de identificação de logradouros e de numeração dos imóveis. Ainda no município de Anchieta, encontram-se algumas rádios: Web Rádio Anchieta, de funcionamento exclusivo via internet, e a 97,9 FM SIM Anchieta.

As localidades de Anchieta são atendidas pelos sinais de televisão e rádio, a população não encontra dificuldade no acesso a estes serviços de comunicação.

A telefonia fixa, responsabilidade da empresa Telemar, atende toda a região, sendo que os usuários do sistema são 37,5% dos pesquisados. A telefonia móvel é utilizada por 83,67 dos entrevistados e os serviços são considerados satisfatórios.

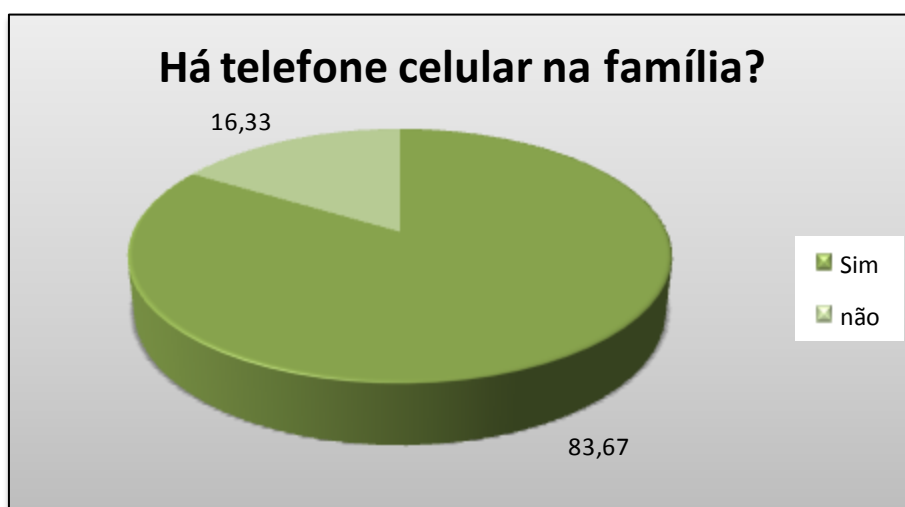


Figura 5.4.4.7-1: Porcentagem de telefones celulares

Em relação aos telefones públicos, em alguns bairros como Nova Anchieta, Recanto do Sol, Arerá a quantidade de aparelhos foi considerada insuficiente, além de problema constante de quebra dos aparelhos, com reclamações recorrentes quanto à demora no reparo do equipamento.

Nos bairros de Parati, Ubu, Alto Pongal a quantidade de telefones públicos foi dita suficiente (até mais de seis unidades por localidade), refletindo na classificação do serviço como boa e sem observações, quanto à quebra e consertos.

Há postos de Correio em duas das localidades visitadas: Ubu e Alto Pongal. Na maioria das localidades é reclamado não haver o serviço de entrega postal. Toda correspondência, contas de consumo, faturas, documentos bancários, têm que ser retiradas nas caixas postais ou agências dos Correios. Devido às distâncias e dificuldades de transporte, a população enfrenta uma variada gama de problemas com relação à entrega postal.

A comunicação quanto aos serviços de telefonia e correio nos municípios e na área amostrada apresenta um serviço razoável, com deficiência em algumas localidades, exemplificada pela insuficiência de telefones públicos em determinadas regiões. As demandas da população neste setor não vêm sendo devidamente atendidas, o mesmo ocorrendo com os correios. A telefonia e o serviço de correspondência são prestações de serviço público e direitos dos cidadãos, tendo o poder público o compromisso de melhorar as carências dos serviços no setor de comunicação.

5.4.4.8 Energia

No Estado do Espírito Santo, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) delegou à Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia do Estado do Espírito Santo (ASPE) a finalidade de regulação, controle e fiscalização da qualidade do fornecimento de energia elétrica e da distribuição do gás natural, incluindo preços, tarifas e demais condições de atendimento. De acordo com a ASPE, os aspectos que envolvem a relação entre usuário e a concessionária de gás canalizado serão objeto de regulação específica, proporcionando regras claras, capazes de estabelecer e consolidar as condições gerais de fornecimento de gás, assim como de uma política tarifária justa, no Estado do Espírito Santo. Ainda segundo a ASPE, a situação de fornecimento é de confiabilidade por se conectar ao Sistema Interligado Sul/Sudeste/Centro-Oeste através de um anel de transmissão. Atualmente o Estado produz 37% de suas necessidades, importando, conseqüentemente, 63% da energia requerida de Furnas Centrais Elétricas S/A.²⁹

A oferta de energia é operada pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica atual EDP Escelsa, antiga Espírito Santo Centrais Elétricas S/A, privatizada em 1995, e a Empresa Luz e Força Santa Maria S/A – ELFSM.

²⁹ http://www.aspe.es.gov.br/default.asp?arq=energia_no_espirito. Acesso em: 13 de setembro de 2010.

Tabela 5.4.4.8-1: Concessionárias de energia elétrica no ES

EMPRESA	ÁREA DE CONCESSÃO (Km²)	MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO (Mil)
EDP Escelsa	41.241	67	3.196
ELFSM	4.836	8	212
Ambos	-	3	-
TOTAL	46.078	78	3.408

Fonte: EDP Escelsa, 2010.

Para promover o acesso à energia elétrica, a empresa EDP Escelsa, em parceria com os governos Federal e Estadual, já investiu, dentro do Programa Nacional de Universalização e uso da Energia Elétrica, R\$ 243 milhões e levou energia elétrica a 45 mil propriedades rurais.

Para o ano de 2013 está prevista a integração de novas usinas térmicas provenientes do leilão A-5 de 2008. Com a concretização dessa previsão, será agregada cerca de 1.500 MW de capacidade instalada, elevando para cerca de 3.060 MW a capacidade de geração de energia elétrica no ES.

Nos municípios de Anchieta, Guarapari, Piúma, Iconha e Alfredo Chaves a EDP Escelsa é a concessionária responsável pelo fornecimento de energia. Segundo a empresa, atualmente a energia que abastece o Estado do Espírito Santo é majoritariamente proveniente do Sistema Interligado Nacional – SIN. Uma parcela é gerada no próprio Estado do Espírito Santo, por meio de Usinas Térmicas e Hidráulicas, e o restante no SIN. A capacidade instalada das usinas existentes no ES é da ordem de 1.553 MW, sendo 672 MW de autoprodutores e o restante (881 MW) de Produtores Independentes.

Quanto ao esquema da transmissão e distribuição da energia elétrica, a região de Anchieta, Guarapari, Piúma, Iconha e Alfredo Chaves é atendida por sete subestações de distribuição derivadas de linhas de 138 kV e 34.5 kV.

A **Tabela 5.4.4.8-2**, com dados fornecidos pela EDP Escelsa, mostra o números de unidades consumidoras de energia elétrica nas áreas urbanas e rurais da região em estudo. As informações referem-se ao total de unidades consumidoras, entre residenciais, comerciais e industriais.

Tabela 5.4.4.8-2: Unidades consumidoras energia elétrica

MUNICÍPIO	URBANA	RURAL	TOTAL
Alfredo Chaves	2.828	2.560	5.388
Anchieta	9.313	1.382	10.695
Guarapari	56.313	2.989	59.302
Iconha	3.080	1.805	4.885
Piúma	11.269	183	11.452
TOTAL	82.803	8.919	91.722

Fonte: EDP Escelsa

A rede de iluminação pública é de responsabilidade das Prefeituras, cabendo ao órgão responsável a instalação, manutenção, conservação dos postes, fiação e luminárias. Em Anchieta, a cidade é iluminada desde 1922, há uma significativa demanda não atendida por expansão e manutenção, diante da insuficiência da receita das taxas de Contribuição de Iluminação Pública (CIP), além de uma desatualização tecnológica. Em Piúma o órgão responsável pelo sistema de iluminação pública é a Secretaria de Serviços, e o percentual de vias do município com iluminação, é de 98%.

A EDP Escelsa vem fornecendo eletrificação rural a todos os Distritos dos municípios em pauta. Nas localidades de Anchieta a totalidade das residências amostradas tem fornecimento de energia elétrica, através da rede da empresa concessionária.

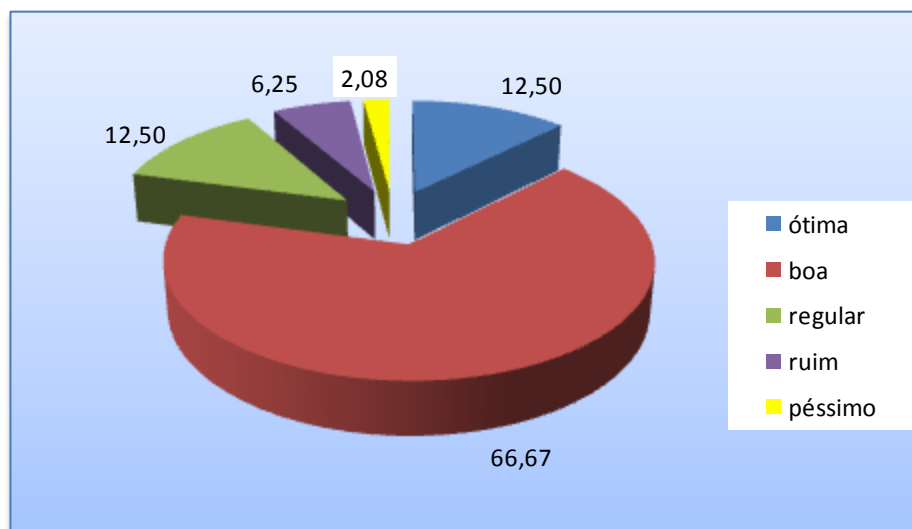


Figura 5.4.4.8-1: Qualidade do serviço de luz

O serviço foi considerado bom, sem ressalvas em quase todas as abordagens. No Recanto do Sol a distribuição de energia foi avaliada como péssima. Provavelmente, dado o número de empresas no entorno do bairro, ocorrem variações e quedas de energia que provocam a queima nos aparelhos domésticos. Algumas observações foram feitas em relação ao custo, considerado muito alto no Recanto do Sol e em Nova Anchieta.

Não obstante essa observação particular do parágrafo anterior, nos municípios estudados o fornecimento de energia pela EDP Escelsa é uma prestação de serviço em que não levanta ressalvas, tanto pela população quanto pelos órgãos municipais.

5.4.4.9 Pólos Industriais e Comerciais

A região onde se localizam os municípios da AID e All possui, como setores da economia mais fortes o comércio e serviços, com destaque para o comércio exterior e a distribuição de produtos em larga escala. Os grandes projetos industriais previstos para a região, até 2014, têm demandado melhores infraestruturas para ampliar a atividade. Tais empreendimentos se caracterizam pela expansão dos setores minerosiderúrgico, de petróleo e de logística.

O turismo é também uma atividade forte, pela presença de muitos atrativos naturais, entre praias, cachoeiras e montanhas. É fonte para a oferta da região como centro de negócios. Esforços também têm sido feitos para a diversificação das atividades turísticas, sobretudo em Guarapari, visando a manutenção dos serviços também nos períodos denominados de baixa estação.

A) Alfredo Chaves

O município de Alfredo Chaves, de acordo com a Coordenadoria de Projetos da Prefeitura, tem 93 empresas incluindo empresas prestadoras de serviços. O setor da Indústria, restringe-se às de pequeno porte, beneficiamento de café e cereais, fábrica de aguardente (cachaça), de ferramentas agrícolas, de estrutura metálica, fábrica de farinha de mandioca, agroindústria artesanal rural (biscoitos), fábrica de blocos, manilhas e pré-moldados. O maior destaque fica com o envasamento de água mineral e a Cooperativa de Laticínios de Alfredo Chaves (CLAC), com seus 119 produtores.

O comércio, de médio porte, dispõe de uma associação, a ACIAAC (Associação Comercial, Industrial e Agroindustrial de Alfredo Chaves), que possui 77 associados e aos quais proporciona uma série de serviços. Foi criado no final de 2010 um selo de inspeção municipal (SIM), que deve certificar todas as atividades produtivas.

A Prefeitura, juntamente com a Superintendência dos Projetos de Polarização Industrial – SUPPIN e a Fundação Ceciliano Abel de Almeida – FCAA, está desenvolvendo um estudo de viabilidade técnica e econômica para implantação de um pólo industrial.

A rede bancária é composta por: Banco do Brasil, Banco do Espírito Santo e SICOOB (Sistema das Cooperativas de Crédito integrantes do Banco Cooperativo do Brasil) e um Banco Postal – Bradesco.

B) Iconha

Iconha é conhecida como a cidade com maior número de caminhões e carretas por habitantes do Brasil. A economia da região é baseada na agricultura, sendo um dos maiores plantadores de banana do Estado, produzindo também café e outros produtos da fruticultura. As principais empresas estão relacionadas ao setor de transportes. Destacam-se a Jolivan Transportadora, Paganini e Poloni. No setor de autopeças, está presente a União Multiplan, AP Autoquariana, Capria e Içante e a Pneus União.

A rede bancária é composta por: Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Banestes, SICOOB – Sistema de Cooperativa de Crédito do Brasil.

C) Guarapari

Guarapari tem no turismo a base de sua economia, recebendo milhares de turistas provenientes de várias regiões brasileiras. As atividades terciárias, devido principalmente à intensidade do turismo, têm uma vasta rede hoteleira, bons restaurantes, lanchonetes sorveterias e casas noturnas.

De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento e Expansão Econômica, o município tem cerca de 100 mil habitantes e atinge 600 mil na temporada. O Plano de Desenvolvimento do Turismo elaborado está em desenvolvimento. O setor do comércio é principalmente vinculado a esta atividade, que impulsiona o avanço em infraestrutura necessária para desenvolver as demais atividades econômicas. O modelo de desenvolvimento de Guarapari foi delineado com base na estimulação do setor turístico e na criação de condições favoráveis à diversificação da estrutura produtiva com ampliação dos atrativos de infraestrutura turística. Houve também significativo crescimento no comércio e indústria ligados à construção civil.

O Plano de Desenvolvimento do Município – PDM prevê área de logística para o Pólo Industrial, já existe o local e estão sendo elaborados os estudos para sua implantação. O Pólo irá desenvolver serviços, equipamentos e manutenção relacionados em função dos empreendimentos de Anchieta e população

agregada. A Secretaria do Desenvolvimento e Expansão Econômica considera que as empresas devem estar pactuando políticas de contratação com a municipalidade, com patrocínios e responsabilidades sociais.

A rede bancária é composta por: Banco do Brasil, Banestes, Caixa Econômica, Bradesco, HSBC, Itaú Unibanco, Santander e Banco 24 horas em posto de gasolina.

D) Piúma

Em Piúma a base da economia é o Turismo e a Pesca, segundo dados fornecidos pela Secretaria de Desenvolvimento, havendo 600 estabelecimentos comerciais registrados e 1200 não registrados.

As principais empresas/indústrias instaladas no município são do setor pesqueiro: Indústria do Peixe – Ziplima, Fisch e Estrela do Mar. Também a indústria Cortume, a Exótica e Indústria de pré-moldados.



Figura 5.4.4.9-1: Indústria de Peixes Fish ES.

Quanto aos projetos para atração de novas empresas, há o Pólo Empresarial de Piúma, administrado pela Superintendência dos Projetos de Polarização Industrial (SUPPIN). Novo convênio foi assinado em 2010 pelo o diretor geral da Suppin, William Galvão Lopes e o prefeito de Piúma, Ricardo Costa, objetivando a cooperação técnica e administrativa para elaboração de estudos e projetos, assim como a implementação de ações em parceria para reestruturação, complementação das obras de infraestrutura e dinamização do pólo empresarial local.

A rede bancária é composta por: Banestes, Banco do Brasil e SICOOB-Sistema de Cooperativa de Crédito do Brasil.

E) Anchieta

Anchieta é o centro dos grandes empreendimentos já instalados, previstos e em fase de instalação, compostos por novos terminais portuários, ampliação do parque de pelotização de minério, unidade de tratamento de gás natural, ramal do gasoduto, terminal de apoio *offshore* para as atividades de exploração e produção de petróleo e gás, ramal da ferrovia litorânea sul e complexo metalmecânico. Já se observa no município a presença dos fornecedores e prestadores de serviços para os novos empreendimentos. A empresa Vale é responsável pela Companhia Siderúrgica Ubu, pelo projeto do Terminal Marítimo de Anchieta e da Ferrovia Litorânea Sul. A Samarco Mineração possui quatro usinas de pelotização. À Petrobrás cabe a Unidade de Tratamento de Gás – UTG Sul Capixaba, já em operação, e o projeto da Base Portuária do E&P no Espírito Santo.

Segundo os dados da Agenda 21³⁰, baseados nos microdados do IBGE (2003), Anchieta possui 290 estabelecimentos comerciais, sendo que 265 atuam no varejo e apenas 25 atuam no atacado. Quanto aos serviços, são registrados 238 estabelecimentos. No comércio, há uma demanda incrementada sazonalmente pela atividade turística, entre hotéis, pousadas, restaurantes, bares e lanchonetes, entre outros.

A rede bancária local é composta por: Banco do Brasil, Banestes, Caixa Econômica Federal, SICOOB - Sistema de Cooperativa de Crédito do Brasil.

Nas comunidades de Alto Pongal, Arerá, Baixo Pongal, Córrego da Prata, Iriri, Itapeúma, Jabaquara, Mãe Bá, Nova Anchieta, Parati, Planalto Anchieta, Recanto do Sol e Ubu o comércio se caracteriza por mercearias e mercados, padarias, *lan houses*, farmácias, restaurantes, bares, lanchonetes, oficinas e lojas. A maior concentração desses serviços está nos bairros mais urbanizados.

Nas localidades costeiras, com vocação turística, há concentração da oferta de estabelecimentos de alimentação e hospedagem, em especial no bairro de Ubú, que conta com hotéis, pousadas e restaurantes, além de lanchonetes e sorveterias.

Os moradores dos bairros, com as poucas ofertas de estabelecimentos comerciais usualmente fazem suas compras de produtos alimentícios, vestuário, material escolar e demais produtos básicos, na sede do município.

As necessidades de serviços nas localidades foram apontadas pela população, com destaque para a demanda de mercados de grande porte e preços reduzidos, além de farmácias.

³⁰ Agenda 21 - Anchieta : passos para o futuro / Prefeitura Municipal de Anchieta. 2006. 118p

5.4.4.10 Políticas Públicas para as Áreas Urbanas e Rurais

O município de Anchieta elaborou dois importantes documentos que pautam as políticas públicas em caráter amplo, de forma simultânea, complementar e integrada: Agenda 21 – Passos para o Futuro e o Plano Diretor do Município.

Com início em julho de 2005 e conclusão em setembro de 2006, a Agenda 21, um Plano de Desenvolvimento Sustentável de longo prazo, foi construída de forma participativa pela sociedade, através de um processo constituído de uma série de atividades como pesquisas, estudos, debates, oficinas e seminários.

A Agenda 21 de Anchieta foi promovida por oito instituições representativas do município, órgãos públicos, representação empresarial, sindical e associações comunitárias.

O documento apresenta os seguintes tópicos:

- Diagnóstico – Anchieta de Hoje;
- Visão de Futuro – Anchieta De Amanhã;
- Estratégias e Projetos – O que Fazer;
- Implantação da Agenda 21 – Próximos Passos.

Em maio de 2010 foi formado o novo Conselho da Agenda 21³¹, para o biênio 2010/2012. O novo Conselho é composto por vinte e um membros, representando os diferentes segmentos da sociedade civil organizada, poder público e iniciativa privada. Antes da votação, o ex-presidente Antônio Ferrari e o ex-vice-presidente apresentaram um relato dos trabalhos que foram desenvolvidos na primeira gestão (2008/2009), destacando a importância do trabalho do Conselho como um

³¹ www.Anchieta.es.gov.br – mais notícias – 14/05/2010. Acesso em: 28 de setembro de 2010.

espaço democrático de debate e formulação de políticas públicas para a promoção de um desenvolvimento sustentável para o município.

Na ocasião, também chamaram atenção para o assunto referente aos novos desafios que o município vai enfrentar com a instalação dos grandes empreendimentos na região, exigindo esforços da sociedade junto ao poder público para compreender o processo e atuar de forma articulada para o crescimento industrial não comprometer as condições essenciais de qualidade de vida da população do município e do entorno.

O Conselho gestor da Agenda 21 está constituído e atuante, conforme exemplo de participação no documento da Prefeitura de Anchieta - Secretaria de Integração Econômica e Social “Dados Socioeconômicos, Potencialidades & Oportunidades” agosto/2010.

No mencionado documento encontram-se, no Item - Políticas Públicas de Ação e Fomento, as ações em andamento assim elencadas:

- a) Qualificação profissional: Centro Integrado SENA/SES/IEL: capacitação de mão-de-obra especializada; Casa do Trabalhador (nova sede do SINE); transporte de estudantes para faculdades em outros municípios; concessão de bolsas de estudos.
- b) Capacitação Empresarial: Instalação da Agência de Desenvolvimento Regional do SEBRAE; Empreendedorismo na grade curricular do ensino fundamental; Concessão de Micro Crédito (Parceria BANDES); Empretec - Empreendedorismo para servidores públicos e Municípios; Consultorias tecnológicas e gerenciais em parceria com SEBRAE/FINDES.

- c) Seleção de Investimentos: Pólo Empresarial de uso Misto – Industrial, Comercial ou de Serviços; Modelo de Gestão Condominial Público/Privado; Análise de Propostas de Novos Projetos Empresariais; Avaliação de Planos de Negócios Empresariais; Participação em eventos de negócios estaduais, nacionais e internacionais; Elaboração de sistemas de monitoramento e consolidação de indicadores de Resultados; Estudos sobre a nova cadeia produtiva do petróleo e serviços portuários; Construção de Modelo de Governança Regional (consórcio regional formado pelos Municípios com impactos diretos - Anchieta, Guarapari, Alfredo Chaves, Iconha e Piúma).

O Plano Diretor do Município de Anchieta³², elaborado simultaneamente com a Agenda 21, tem no Capítulo II – Da Política Urbana e Territorial, a SEÇÃO V - Da Política de Meio Ambiente. Esta contempla amplamente o tema, definindo os princípios da política de meio ambiente, traçando as diretrizes, definindo os objetivos e as ações estratégicas da política municipal do meio ambiente.

A reforma administrativa da Secretaria da Prefeitura Municipal de Anchieta, ocorrida em janeiro de 2010, incorporou a Comissão da Agenda 21 e do Plano Diretor Municipal em sua gerência de planejamento. A coordenação informou que há a necessidade de criar uma instituição de planejamento, tendo em vista os novos empreendimentos, que abarcam cerca de noventa e cinco projetos estruturantes tais como a UTG-Sul Capixaba (Unidade de Tratamento de Gás); CSU (Companhia Siderúrgica de Ubu); Base Portuária da Petrobrás; Terminal

³² Documento disponível - www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/programas-urbanos. Acesso em: 12 de agosto de 2010.

Marítimo de Anchieta (TMU); o ramal ferroviário e 4ª Usina da Samarco. A gerência de planejamento está desenvolvendo, junto aos representantes dos empreendimentos o Plano de Desenvolvimento de Fornecedores (PDF), como forma de atender a necessidade de divulgação dos empreendimentos a Prefeitura sinaliza a criação de um Plano de Comunicação Social do Município.

A Secretaria Municipal de Infraestrutura está executando, em vários bairros, o programa do orçamento participativo. Em reuniões com os moradores, cada localidade optou pela realização de uma obra considerada prioritária, como calçamento de ruas, urbanização de praças, construção de alambrados em campos esportivos, cantina e palco entre outras. Em 2010, a Prefeitura cumpriu um calendário de entrega das obras nas comunidades.



Figura 5.4.4.10-1: Inauguração da pavimentação de ruas, obra do orçamento participativo, bairro de Parati/ novembro de 2010.

Os programas da Secretaria de Ação Social do município de Anchieta são vinculados ao Programa do Ministério de Desenvolvimento Social. Os Programas da Ação Social desenvolvidos atualmente são:

- a) PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, atendendo a faixa etária de 6 a 16 anos, com atividades esportivas, lúdicas, reforço escolar, artes e música. Conta com três unidades, a saber:
 - Mãe Ba: Projeto Cidadão do Futuro (crianças e adolescentes) atende 36 crianças;
 - Centro: (localizada na Escola Bairro Justiça¹) atende 100 crianças;
 - Jabaquara: capacidade para 50 vagas.
- b) CRAS - Centro de Referência da Assistência Social é a unidade pública estatal localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social. Constitui espaço de concretização dos direitos sócio-assistenciais. Realiza o trabalho de atenção básica, preventiva.
- c) CREAS – Centro de Referência e Assistência Especializada - Atua nas situações quando os direitos já foram violados. Trabalham com a questão da violência, em idades diversas e com a questão relacionada às drogas e dependência química.
- d) Bolsa Família – Trabalham com o cadastramento, realizando as visitas familiares, verificação da frequência escolar, pesagem de crianças. Existe um número de vagas determinado e é efetuado o cadastro para as famílias em espera.

- e) Cesta Básica – A Secretaria realiza o cadastramento das famílias beneficiadas e procede a distribuição.

O município de Anchieta conta com Conselhos Municipais, que se reúnem regularmente na “Casa dos Conselhos”, local inaugurado em março de 2010. Essa sede aperfeiçoou o trabalho dos Conselhos.

Nas localidades pesquisadas em Anchieta, 66% da população entrevistada tem conhecimento de políticas públicas que atuam em sua comunidade. Considerando as esferas federal, estadual e municipal, a abordagem evidenciou que, as mais reconhecidas pela população são principalmente o Programa Saúde da Família, o Programa Bolsa Família e também os programas da Secretaria de Ação Social do município, como o PETI, Cidadão do Futuro, a distribuição de cestas básicas e o programa habitacional. As obras realizadas pela Secretaria de Infraestrutura com o orçamento participativo também foram citadas.

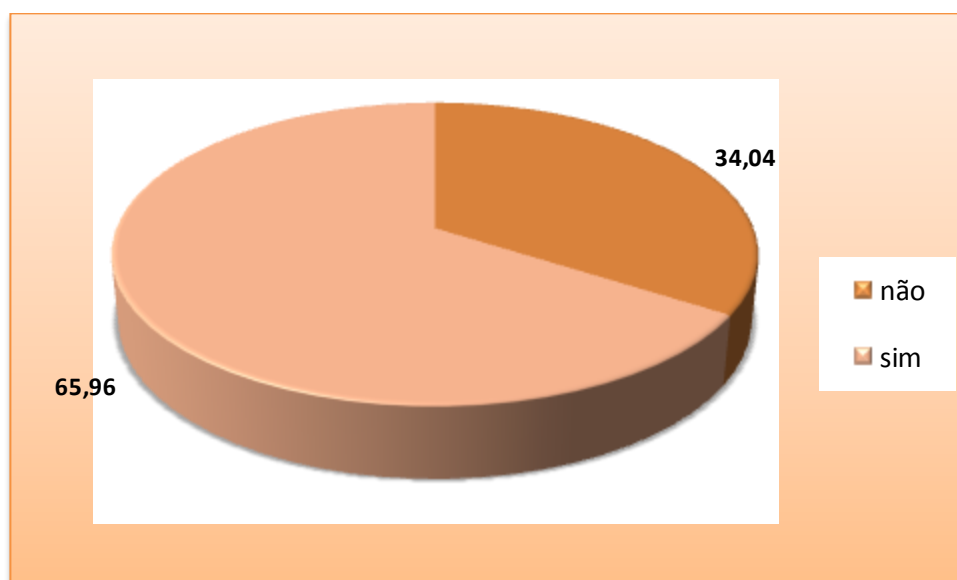


Figura 5.4.4.10-2: Conhecimento de políticas públicas que atuam na localidade

No entanto, a população demonstra forte sentimento de insuficiência de atuação do poder público nas localidades, referindo-se, em geral à Prefeitura como a esfera governamental mais próxima e reconhecida. O Governo Estadual é considerado ausente na área, fato questionado por entrevistados e o Governo Federal somente é reconhecido nos programas assistenciais amplos como o Bolsa Família. A observação recorrente nas comunidades rurais é quanto à pavimentação das estradas vicinais ou ruas onde o bairro é parcialmente calçado.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Sul – CONDESUL

O CONDESUL está sendo constituído (dezembro 2010) pelos municípios de Anchieta, Guarapari, Alfredo Chaves, Iconha e Piúma com a finalidade de realizar ações estratégicas para a sustentabilidade da região. Esta associação, para a execução e gestão de programas e serviços comuns, será regulamentada em projeto de lei, encaminhado para avaliação das Câmaras Municipais dos municípios participantes.

Os objetivos do CONDESUL são:

- Criar elos entre os empresários locais, grandes empresas e fornecedores;
- Identificar as necessidades de uma nova infraestrutura para a região em decorrência dos pólos siderúrgicos e de petróleo e gás;
- Estruturar sistema de parcerias entre municípios e instituições de ensino para capacitação de mão de obra; e

- Identificar as melhores políticas e medidas para melhor aproveitamento dos resultados da implantação dos pólos.³³

³³ [http:// www.Anchieta.es.gov.br](http://www.Anchieta.es.gov.br). Acesso em: 30 de novembro de 2010.

5.4.5 Uso e Ocupação do Solo

5.4.5.1 Dinâmica Territorial

Atualmente, o conceito de território é discutido sob várias visões, que vão desde considerá-lo como uma forma estática até a visão que o percebe “como realidade complexa e dinâmica, em permanente transformação, reflexo das dinâmicas físicas, socioeconômicas e culturais do contexto local”, conforme apontou Gehlen e Riella (2004).

Neste relatório, optou-se por adotar este último conceito que inclui a idéia de “território constituído como espaço social produzido e delimitado por um entorno que o ordena”, e que, “como tal, pode ser uma ferramenta, um recurso do desenvolvimento econômico e social” (Ibidem).

Segundo Milton Santos (apud MARTINS, 2007), os elementos do espaço estão submetidos a variações quantitativas e qualitativas. Desse modo os elementos do espaço devem ser considerados como variáveis. A cada momento histórico, cada elemento muda seu papel e sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado da sua relação com os demais elementos e com o todo. Isto significa que eles variam e mudam seu valor segundo o movimento da História.

Assim, considerando que os empreendimentos são novos elementos que se inserem no espaço, podemos dizer, que estes introduzem novos valores e relações societárias, modificando as funções de cada elemento do espaço, tais como o homem, o trabalho, a família, a produção de bens e serviços, as

instituições, leis, normas e ordens, legitimações, infraestrutura, idéias e imaginários.

A interrelação entre esses elementos altera o espaço como um todo, configurando um novo quadro, um novo território em constante modificação que se faz pela relação dialética entre o todo e as partes do território que, com a globalização, abarca o regional, o nacional e o transnacional como elementos em constante relação.

A perspectiva de análise da realidade, a partir do conceito de território como espaço de relações sociais e não só como espaço geográfico, no sentido lato da palavra, permite ver as relações que o espaço trava com as diversas instâncias da sociedade, sendo, ao mesmo tempo, produto e produtor delas.

“Desta forma, a abordagem da realidade sob o enfoque de território leva a repensar a dicotomia elaborada, na modernidade, entre rural e urbano e suas respectivas funções. A agregação de novos valores, não necessariamente econômicos, às atividades agropecuárias – como, por exemplo, a qualidade nutritiva e a sanidade dos alimentos – se soma à preservação ambiental e ao desenvolvimento cultural das tradições, das identidades e de novas organizações societárias. A questão da competitividade adquire novos significados e traz novos valores, inclusive simbólicos. Outras atividades no território encontram coerência em escala local e regional, como agro ecoturismo, artesanatos, agroindústrias “caseiras”, valores estéticos ambientais. Nesta perspectiva, a problemática da nova ruralidade situa-se como construção de uma distinta funcionalidade do rural e, portanto, repõe as interações societárias no espaço” (GEHLEN e RIELLA, 2004).

A dinâmica dessas interações societárias descritas pelos referidos autores, é notória na cidade de Anchieta e região, que possuem praticamente, a mesma estrutura, ou estruturas. São sociedades baseadas na agricultura familiar, na pesca, no artesanato e no desenvolvimento do turismo. A questão fundiária, a necessidade de regulação das terras, a “nova ruralidade”, as agroindústrias caseiras, a estética ambiental, a agropecuária e o desenvolvimento do agroecoturismo, e novas organizações surgem como novos valores impostos por uma realidade que se delineia com a entrada, também, dos empreendimentos e recursos econômicos injetados na economia local.

Esta realidade que se pretende, pode ao mesmo tempo oferecer possibilidades de reconhecimento e valorização das especificidades locais e regionais, ou proporcionar chances de inclusão do particular no global, pelas oportunidades de desenvolvimento de potencialidades locais e regionais que as valorizam e lhes dão visibilidade (Op. cit.).

Notório foi, nas campanhas de campo e em todas as cidades, a preocupação com o patrimônio espiritual. De acordo com Jacques Le Goff (1992), é a soma dos patrimônios: natural, material e imaterial. Estas três instâncias possuem uma relação sinérgica entre si. Uma pressupõe a outra e vice-versa. Este conjunto chamado espiritual garante a identidade do indivíduo, do grupo e da sociedade. Foi definido pelo autor “como aquilo que faz um povo ser o que é”. Desta forma, podemos inferir que a organização do território influi no desenvolvimento cultural, nas tradições, nas várias identidades que já existem e se formam com a entrada de novos imigrantes, dos novos empreendimentos, e das relações destes com o meio ambiente.

Não por acaso, nas pesquisas de campo, a violência, as drogas e a miséria são sempre atribuídas aos imigrantes, por não serem elementos identificados como pertencentes àqueles grupos ou sociedades. Para além deste fato, a preocupação com a identidade surge como uma resposta à homogeneização da cultura, às leis de mercado que ameaçam as identidades locais.

“Cada lugar do globo reage diferentemente ao processo de globalização; certos pontos dos planetas aparecem como espaços letárgicos vindos de uma lógica pretérita, isto é, lugares que incorporam muito incompletamente a modernização, e, outras áreas passam a dispor do conteúdo técnico, científico-informacional adequado às tarefas do novo regime de acumulação” (SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L, 1997).

No caso de Anchieta e região, tanto a ADA, a AID como a AII se constituem em lugares que vivem realidades pacatas, e que vão receber empreendimentos de alta tecnologia, com demandas de conteúdo técnico, científico e informacional necessário para sustentar uma lógica contemporânea, destoante com a atual realidade local. O problema que se coloca é a relação e sobrevivência destes diferentes modelos no mesmo espaço.

O Plano Diretor dos municípios de Anchieta, Guarapari e Alfredo Chaves se propõem a uma nova organização do espaço, a partir do enfoque do território, tentando estabelecer planos e ações para ordenar os espaços diante do cenário que se apresenta.

No entanto, deve-se ter em mente que a perspectiva de pensar sob a ótica da territorialidade como um espaço social em constante construção deve considerar que o território determina e é determinado pelas variantes inseridas no espaço, constituído das relações naturais, materiais e simbólicas.

Cabe ressaltar que os Planos Diretores dos municípios de Iconha e de Piúma ainda estão sendo elaborados.

Assim, por meio de dados primários coletados nas campanhas de campo, entrevistas, além de dados secundários e pesquisa, propõe-se aqui, relatar a dinâmica territorial dos municípios em questão, ressaltando suas especificidades.

A) Anchieta

De acordo com Abe (2006), as transformações territoriais das plantas industriais a serem implantadas em Anchieta geram impactos territoriais urbanos, ambientais naturais, econômicos, sociais e culturais oriundos do desenvolvimento econômico acelerado.

Com isto, afirma Alvarenga (2010) há o aumento descontrolado na malha urbana ocasionando espaços desordenados e irregulares, aumento de lixo doméstico, de transporte coletivo e individual, que somado à especulação imobiliária, gera problemas históricos, como práticas de injustiça social, urbanizações ambientalmente comprometedoras, socialmente excludentes, de periferização das populações de baixa renda e condomínios de luxo para as classes mais ricas.

A autora completa advertindo que os municípios em geral enfrentam muitas dificuldades com a gestão cotidiana dos processos de ocupação e crescimento urbano desde problemas ambientais decorrentes de ocupação indevida, tensões em torno do solo urbano envolvendo diferentes classes sociais, conflitos relativos à convivência de usos (como indústrias poluentes e bairros residenciais), até a proliferação de ocupações irregulares e em situação de risco.

Este panorama foi brevemente relatado nas entrevistas sobre a percepção dos moradores dos bairros pesquisados em relação à modificação do território de Anchieta e o impacto do crescimento populacional.

É consenso a percepção de que o crescimento populacional está fora do controle das autoridades, e que aumentou, nos últimos cinco anos, devido aos grandes empreendimentos que atraem pessoas em busca de trabalho.

Assim, perguntando sobre problemas habitacionais, o morador de Mãe-Bá, de 35 anos, técnico em Mecânica, entrevistado na primeira visita ao campo, afirmou que: “começou aparecer favelas e invasão de terrenos por pessoas que não têm onde morar. Isto cria lixo, gato (instalações clandestinas de energia, água e outros serviços) e começa a desordenar o lugar, afetando a comunidade”. Da mesma forma, outro entrevistado, de Alto Pongal, 54 anos, funcionário público, disse que o problema de falta de moradia aumentou devido “à falta de emprego e renda, afetando indiretamente a comunidade, pois isto faz aumentar o roubo e o uso de drogas”.

Já para o morador de Itapeúma, motorista particular de uma empresa em Anchieta, 33 anos, os problemas de moradia “estão começando a aparecer, como

por exemplo, um protesto de invasão de área em Ubu”, que, segundo ele, deve-se ao “desenvolvimento da cidade”.

O crescimento populacional provoca um aumento no volume de lixo doméstico, na demanda por transporte coletivo e individual, por água, esgoto, saneamento básico e alimentação, energia elétrica e demais serviços, como comércio, saúde e educação.

Estas questões foram diagnosticadas nas entrevistas, tanto na zona urbana quanto na rural, onde os moradores reconhecem os impactos ambientais e as necessidades que deles surgem, apontando, principalmente, para a falta de água, esgoto e saneamento, bem como para a necessidade de melhoria dos serviços de transporte, segurança, saúde, educação e comércio local.

Se a situação atual já demonstra estes problemas, é certo que com a previsão de crescimento populacional de 7,534 vezes³⁵, decorrente da migração de trabalhadores do meio rural ou de outras cidades, crescerá a demanda por terra urbanizada, moradias e equipamentos sócio comunitários de consumo individual e coletivo, tal como apontou Alvarenga³⁶.

Dentro desta perspectiva foi elaborado em Anchieta (2006), o Planejamento Estratégico da Cidade, seguido do Plano Diretor Municipal com base no Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025, que tem como proposta a reestruturação econômica estadual que englobará toda região metropolitana e principalmente as cidades pólo, Aracruz e Anchieta.

34 ABE, André Tomoyuki. Avaliação do Plano Diretor Municipal de Anchieta. Relatório Técnico no. 2. Disponível em [http://www.observatoriodasmetrópoles]. Consulta em 16/08/2010.

35 Ibidem, pg 2.

36 ALVARENGA, Andréa Curtiss. É possível um desenvolvimento urbano sustentável no município de Anchieta - ES? In [HTTP://: www.simpro-es.org.br]. Consulta em 16/08/2010.

Para Alvarenga (Op. Cit.), as novas ordens econômicas e sociais impostas à cidade de Anchieta têm que ser debatidas, pois demanda uma reestruturação urbana sem precedente com o crescimento de sua malha urbana, acréscimo das necessidades básicas, como: saúde, educação, transporte, moradia, lazer e trabalho.

Em 2007, foi publicado pela imprensa³⁷ que o início do projeto do pólo industrial na região de Anchieta se daria após a publicação de um decreto assinado pelo governador do Estado, Paulo Hartung, prevendo a desapropriação de uma área com cerca de 2.500 hectares, atualmente uma região rural, próxima à Samarco Mineradora, para a criação do novo pólo. A implantação do pólo industrial e a desapropriação dos terrenos seriam feitas em um prazo de cinco anos.

De acordo com o Relatório Municipal nº 2, o Governo do Estado, através do Decreto nº1.247-S/2007, desapropriou uma área de 2.536 ha para constituir o Pólo Industrial e de Serviços de Anchieta - PISA, destinado a abrigar as instalações da CSU, da Vale, e de outras atividades por ela geradas, que se ligam às atividades siderúrgica, ferroviária e petrolífera.

Recentemente, a presidente da ONG Progaia, Ilda de Freitas, afirma que “não existe nem ao menos um PDM do pólo”³⁸, se referindo ao pólo industrial.

³⁷ Notícias Capixabas

³⁸ Entrevista disponível na internet: [www.seculodiario.com.br]. Consulta em 10/01/2011.

B) Guarapari

De acordo com a avaliação do Plano Diretor do Município, assim como diversas outras cidades localizadas no litoral brasileiro, Guarapari teve seu desenvolvimento atrelado à sua orla, que se constitui um dos seus recursos mais importantes do ponto de vista ambiental e turístico, sendo que o desenvolvimento do turismo refletiu diretamente na economia e no crescimento urbano, principalmente a partir da segunda metade do séc. XX.

De acordo com o mesmo:

“A dinâmica do turismo demandou o incremento de novas atividades urbanas e a ampliação da infraestrutura física da cidade, promovendo a sua requalificação e reposicionamento no contexto da rede urbana e economia regional do Estado. Porém, em paralelo ao incremento da atividade turística, ocorreu um processo acelerado de ocupação do solo provocado tanto pela expansão da atividade imobiliária voltada para o mercado de média e alta renda, formado principalmente por consumidores externos, de outras cidades tanto do próprio Estado e de outras partes do País, como pela oferta de terrenos localizados na periferia urbana, voltados para as famílias de baixa renda. A expansão do setor imobiliário associado à exploração turística, com um grande incremento na indústria da construção civil, implicou no desdobramento de um acentuado processo de ocupação e verticalização da área central da cidade e da sua orla marítima, como resultado de uma atividade empresarial de caráter altamente especulativo” (VARGAS, P. S. P, 2007).

O crescimento urbano ocorreu de forma bastante desordenada impactando o meio ambiente e a infraestrutura da cidade, formando uma nova configuração espacial.

Como afirmou Vargas (2007):

“(...) com congestionamento da área central da cidade e dos bairros mais densamente urbanizadas, no uso indiscriminado do solo de maneira predatória, no surgimento de diversos loteamentos irregulares ou clandestinos, no contraste entre as demandas da população flutuante e local, bem como nas diferenças entre o meio urbano e rural (...) fez com que a sede municipal e sua orla fossem perdendo gradativamente boa parte da qualidade ambiental, atratividade turística e atividades tradicionais que possuía antes. Os impactos da urbanização descontrolada também se fizeram notar nas regiões mais interiores do seu território, que carecem de infraestrutura adequada e padrões mínimos de habitabilidade, sobretudo nos bairros mais periféricos que abrigam as famílias de baixa renda” (Ibidem).

Atualmente, de acordo como o referido autor, o processo de crescimento urbano desordenado permanece com a má administração dos recursos disponíveis, sem levar em conta a preservação ambiental e a valorização e utilização das potencialidades naturais e socioeconômicas que se verificam no seu território.

A implantação das indústrias e atividades produtivas ligadas ao comércio internacional, siderurgia, indústria do petróleo e gás e o turismo, somados aos investimentos de porte, anunciados pelas grandes companhias, que operam no

território do Espírito Santo (como a ampliação do aeroporto de Vitória e a construção de um Centro de Convenções de grande porte na Capital), fará com que as cidades dessa região venham a ter um crescimento acentuado nos próximos anos.

De acordo com as entrevistas, há um grande temor, por parte da governança de Guarapari, que o município se torne uma “cidade dormitório”.

Acredita-se que o número de trabalhadores no município vai aumentar significativamente, aumentando a violência e os problemas sociais.

A região agrícola não está organizada de forma a responder às demandas dos novos empreendimentos. O município possui apenas uma cooperativa que atende às necessidades da população atual.

A juventude não quer ficar no campo, dado o imaginário criado de que as novas empresas possibilitarão uma vida melhor por meio dos trabalhos oferecidos, muito embora a Escola Família Agrícola de Olivânia, fundada em 1969 na divisa de Guarapari e Anchieta, esteja investindo na educação rural, cujo objetivo é preparar os jovens para permanecerem no campo.

C) Piúma

De acordo com dados do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), o setor de serviços é o que tem maior peso em Piúma, sendo o turismo a maior fonte de renda. Em entrevistas com a governança, o número médio de visitantes ao município em épocas de férias é de 40.000 a 50.000 em janeiro e de 90.000 a 120.000 no carnaval.

Esta variante muda sobremaneira o cenário da cidade, pois este inchaço não gera receita direta para os cofres públicos e sim para os restaurantes e ambulantes cadastrados. Os turistas se hospedam em casas de temporadas. A falta de água é um problema constante durante a temporada. As vias de acesso ficam congestionadas. O valor do imóvel é muito baixo devido ao número de moradias (mais de 60%) que são destinadas para temporada; o alto número de população flutuante aumenta os custos municipais com saúde, além do aumento no consumo de drogas, estupro e roubo.

Muitos imóveis são alugados para hospedagem de trabalhadores da SAMARCO e UTG-Sul.

A cidade não possui um planejamento para o turismo que já vem crescendo há algum tempo. Em relação aos novos empreendimentos, o Plano Diretor do Município ainda está em fase de aprovação. Nota-se que o impacto negativo será alto, dada a falta de estrutura da cidade para responder as demandas atuais, como por exemplo, a constatação de que houve aumento na geração de esgoto e lixo com a construção da 3ª usina da SAMARCO.

Vale ressaltar que somente 50% do esgoto são tratados, utilizando-se bacias de decantação e a água sobressalente é despejada no Rio Iconha. Há uma grande necessidade de um cadastro fundiário, pois há bairros e residências que não são cadastrados na Prefeitura.

Com a expectativa da implantação dos empreendimentos já existe uma procura grande por imóveis.

D) Alfredo Chaves

O território de Alfredo Chaves é marcado por ser uma região montanhosa, mas com uma forte ligação com o litoral sul, considerando a distância da sede com a BR-262, em 32 km através da ES-376 e a proximidade com a BR-101, em 11,9 km. Desta forma, tudo o que acontece em seu entorno influi diretamente na dinâmica do município.

Assim, o aumento da violência é considerado uma consequência dos novos empreendimentos em Anchieta, por atraírem imigrantes para a região. As atividades de transbordo, produção de alimento e mesmo as culturais na região produzem uma relação de interdependência entre os municípios. Tanto, que há projetos como o “Espírito Santo Sem Chão” - Consórcio Cone Sul para redução do custo de coleta, transporte e a destinação final do lixo, que tem como objetivo diminuir o impacto ambiental, pensado para atender a toda região.

O turismo vem despontando como alternativa econômica em razão das cachoeiras e atividades como vôo livre e parapente, praticados na rampa de Cachoeira Alta. No entanto, falta investimento em políticas públicas para o desenvolvimento de um turismo sustentável, regularização e fiscalização das atividades, manutenção adequadas às vias de acesso aos pontos turísticos.

O desenvolvimento do turismo pode vir a ser um grande ponto de organização do território de Alfredo Chaves, inclusive na minimização dos impactos negativos causados pelos empreendimentos, pois se constitui em uma variante que pode funcionar de forma a contribuir para a receita do município,

exigindo regularização do uso do solo (atualmente desordenado), melhoria da rede de saneamento básico e controle das agressões ao meio ambiente.

Com a regularização da ocupação, evita-se a especulação imobiliária, que é um fator crescente em Alfredo Chaves, onde grandes condomínios de luxo não pagam impostos, geram muito lixo, resíduos de obra de construção civil, além da supervalorização da terra, que faz aumentar até mesmo o aluguel na cidade.

Acredita-se que, como impacto positivo dos novos empreendimentos em Anchieta, os baixos impostos de Alfredo Chaves possam atrair indústrias para o município. Por outro lado, a maior preocupação é com a ocupação irregular, como já vem ocorrendo nos bairros mais vulneráveis, onde há um maior número de problemas com drogas, menores infratores, alcoolismo, prostituição infantil, violência contra a mulher e crime ambiental.

O impacto negativo é esperado nas áreas da saúde, sociais e do meio ambiente.

E) Iconha

O elemento que pode ser visto como a introdução de uma variante no território de Iconha e que deve ser levado em conta no processo de industrialização da região, enquanto resposta a um possível impacto negativo, é a produção agrícola e agropecuária.

Iconha tem como principais atividades econômicas a produção de café, banana e leite. Apresenta uma produtividade média de 32 sacas por hectares, e está entre os municípios com maior produtividade média do Espírito Santo.

A agropecuária agrega valores de sustentabilidade ecológica ao agronegócio desenvolvendo a agroecologia, em que a produção orgânica é referência no Estado (mais de 60% da produção agropecuária é orgânica). Os produtores recebem apoio e qualificação das associações Tapu Ecológico e Vero Sapore.

Em um estudo realizado por pesquisadores³⁹ da Universidade Federal do Rio de Janeiro sobre a agricultura em Iconha, foi relatado que:

“(...) a agricultura orgânica reorganiza e redefine o processo de exploração de recursos naturais, contemplando às necessidades da agricultura familiar e pequena produção, ao gerar empregos na zona rural, melhorar a qualidade de vida dos produtores rurais, diminuir a contaminação ambiental e contribuir para melhoria da saúde da população (...) é evidente que (1) não basta a opção pela agricultura familiar com caráter orgânico de produção e (2) que é necessário uma crítica profunda ao padrão tecnológico dominante. É necessário perceber, não a presença humana como causa dos problemas ambientais da agricultura, mas sim, sua atividade inadequada, a qual, como está, deve ser modificada na forma de uso dos recursos naturais” (MEDEIROS, MATOS E CARVALHO, 2007 : 1326).

Neste sentido, os autores consideram Iconha como mantenedora e difusora do movimento agroecológico, com proteção e conservação dos recursos naturais da região, principalmente, através de dois grupos ali estabelecidos, o Grupo de

³⁹ MEDEIROS, Índia Clara L. S.; MATOS, Marize B. de.; CARVALHO, Acácio Geraldo. A agricultura orgânica no município de **Iconha**: relato de caso sobre grupos GAOI e Vero Sapore e sua relação com o ambiente. In Rev. Bras. de Agroecologia/out. 2007 Vol.2 No.2,p. 1323.

Agroprodutores Orgânico de Iconha (GAOI) e a Associação de Produtores Agroecológicos Orgânicos (Vero Sapore).

Desta forma, há a necessidade de profissionalização dos produtores rurais associando tecnologias para aumento da produtividade, melhoria da qualidade e melhor gestão da propriedade rural, visando com isso à diminuição dos custos de produção e aumento da lucratividade dos envolvidos na atividade. Iconha tem grande potencial para aumentar a produtividade na atividade cafeeira, devido à qualidade do solo e à adequada precipitação pluviométrica e distribuição de chuva (FERRÃO, 2001).

No estudo aqui citado, os autores afirmam que:

“(...) um dos relatos mais interessantes foi o do reaparecimento de várias espécies de pássaros, micos e outros pequenos mamíferos, que há muito não eram vistos. Levando a crer que a microbiota e invertebrados dos solos também aumentaram, considerando questão todos num mesmo sistema, participando do reequilíbrio. (...) Cerca de 90% das famílias utilizam adubação verde com leguminosas. (...) Mesmo não estando todos devidamente certificados, já produzem de forma mais conscienciosa, não utilizando agrotóxicos ou fertilizantes químicos em seus produtos, e adotando práticas conservacionistas para a manutenção da biodiversidade, do solo e qualidade das águas (...)”⁴⁰

O desenvolvimento da agroecologia e da produção agrícola pode ser uma alternativa para os possíveis impactos negativos, gerando emprego, renda e

⁴⁰ Op. Cit. P. 1326.

melhoria nos serviços e preservação do meio ambiente e de áreas de preservação permanente, tanto é que o PDSL (Plano de Desenvolvimento Local) está atualizando a legislação municipal com foco na melhoria e no plano de ação das cadeias produtivas, sobretudo na agropecuária.

5.4.5.2 Caracterização e Conflitos de Uso do Solo

As **Tabelas 5.4.5.2-1 a 5.4.5.2-8** baseiam as próximas análises acerca do uso do solo, no que se refere às atividades agrícolas dos municípios de Anchieta, Guarapari, Alfredo Chaves, Piúma e Iconha. Foram coletadas do Instituto Jones Neves dos Santos. A **Tabela 5.4.5.2-9** resume os dados, a partir dos valores absolutos da produção agrícola, separados por suas distintas atividades.

Tabela 5.4.5.2-1: Área Colhida das Lavouras.

Município	Unid Med Área Colhida	Tipo de lavoura	Área colhida
Alfredo Chaves	ha	Lavoura temporária	504
	ha	Lavoura permanente	6.630
Anchieta	ha	Lavoura temporária	585
	ha	Lavoura permanente	3.842
Guarapari	ha	Lavoura temporária	330
	ha	Lavoura permanente	5.162
Iconha	ha	Lavoura temporária	385
	ha	Lavoura permanente	5.498
Piúma	ha	Lavoura temporária	128
	ha	Lavoura permanente	422

Fonte: IBGE/PAM.

Tabela 5.4.5.2-2: Produtividade da Lavoura Permanente.

Nota: Quantidade por ha de área colhida.				
Ano	Município	Unidade	Produto	Quantidade por ha
2008	Alfredo Chaves	Tonelada	Banana	80
		Tonelada	Borracha (látex coagulado)	10
		Tonelada	Cacau (em amêndoa)	06
		Tonelada	Café (em grão)	13
		Mil frutos	Coco-da-baía	100
		Tonelada	Goiaba	180
		Tonelada	Laranja	100
		Tonelada	Limão	220
		Tonelada	Maracujá	200
		Tonelada	Palmito	20
		Tonelada	Tangerina	64
		Tonelada	Uva	150
	Anchieta	Tonelada	Banana	60
		Tonelada	Borracha (látex coagulado)	12
		Tonelada	Cacau (em amêndoa)	06
		Tonelada	Café (em grão)	13
		Mil frutos	Coco-da-baía	80
		Tonelada	Maracujá	180
		Tonelada	Palmito	20
	Guarapari	Tonelada	Banana	70
		Tonelada	Borracha (látex coagulado)	13
		Tonelada	Cacau (em amêndoa)	02
		Tonelada	Café (em grão)	13
		Mil frutos	Coco-da-baía	140
		Tonelada	Goiaba	280
		Tonelada	Laranja	122
		Tonelada	Limão	220
		Tonelada	Manga	300
		Tonelada	Maracujá	300
		Tonelada	Palmito	20
		Tonelada	Tangerina	70

	Iconha	Tonelada	Banana	100
		Tonelada	Borracha (látex coagulado)	13
		Tonelada	Cacau (em amêndoa)	05
		Tonelada	Café (em grão)	21
		Mil frutos	Coco-da-baía	95
		Tonelada	Laranja	105
	Piúma	Tonelada	Borracha (látex coagulado)	15
		Tonelada	Café (em grão)	10
		Mil frutos	Coco-da-baía	80
		Tonelada	Maracujá	200

Fonte: IBGE/PAM.

Tabela 5.4.5.2-3: Produtividade da Lavoura Temporária.

<i>Nota: Quantidade por ha de área colhida.</i>				
Ano	Município	Produto	Unidade	Quantidade
2008	Alfredo Chaves	Alho	Tonelada	50
		Batata-inglesa	Tonelada	120
		Cana-de-açúcar	Tonelada	700
		Feijão (em grão)	Tonelada	08
		Mandioca	Tonelada	200
		Milho (em grão)	Tonelada	20
		Tomate	Tonelada	500
	Anchieta	Arroz (em casca)	Tonelada	50
		Cana-de-açúcar	Tonelada	300
		Feijão (em grão)	Tonelada	08
		Mandioca	Tonelada	180
		Milho (em grão)	Tonelada	30
	Guarapari	Arroz (em casca)	Tonelada	30
		Cana-de-açúcar	Tonelada	650
		Feijão (em grão)	Tonelada	07
		Mandioca	Tonelada	200
		Milho (em grão)	Tonelada	21
		Tomate	Tonelada	500
	Iconha	Arroz (em casca)	Tonelada	15
		Cana-de-açúcar	Tonelada	300
		Feijão (em grão)	Tonelada	07
		Mandioca	Tonelada	150
		Milho (em grão)	Tonelada	18
	Piúma	Cana-de-açúcar	Tonelada	300
		Feijão (em grão)	Tonelada	06
		Mandioca	Tonelada	200
		Milho (em grão)	Tonelada	28

Fonte: IBGE/PAM.

Tabela 5.4.5.2-4: Quantidade Produzida da Extração Vegetal.

Ano	Município	Produto	Unidade	Quantidade
2008	Alfredo Chaves	Lenha	Metro cúbico	48
		Madeira em tora	Metro cúbico	18
	Anchieta	Lenha	Metro cúbico	670
		Madeira em tora	Metro cúbico	7
	Guarapari	Carvão vegetal	Tonelada	408
		Lenha	Metro cúbico	141
		Madeira em tora	Metro cúbico	68
	Iconha	Lenha	Metro cúbico	77
		Madeira em tora	Metro cúbico	43

Fonte: IBGE/PEVS.

Tabela 5.4.5.2-5: Quantidade Produzida da Lavoura Permanente.

Município	Produto	Unidade	Quantidade
Alfredo Chaves	Banana	Tonelada	20.000
	Borracha (látex coagulado)	Tonelada	10
	Cacau (em amêndoa)	Tonelada	3
	Café (em grão)	Tonelada	5.122
	Coco-da-baía	Mil frutos	400
	Goiaba	Tonelada	36
	Laranja	Tonelada	400
	Limão	Tonelada	110
	Maracujá	Tonelada	200
	Palmito	Tonelada	20
	Tangerina	Tonelada	64
	Uva	Tonelada	75
Anchieta	Banana	Tonelada	4.500
	Borracha (látex coagulado)	Tonelada	600
	Cacau (em amêndoa)	Tonelada	8
	Café (em grão)	Tonelada	3.080
	Coco-da-baía	Mil frutos	1.760
	Maracujá	Tonelada	108
	Palmito	Tonelada	40
Guarapari	Banana	Tonelada	14.630
	Borracha (látex coagulado)	Tonelada	1.521
	Cacau (em amêndoa)	Tonelada	4
	Café (em grão)	Tonelada	1.982

	Coco-da-baía	Mil frutos	3.500
	Goiaba	Tonelada	364
	Laranja	Tonelada	730
	Limão	Tonelada	132
	Manga	Tonelada	150
	Maracujá	Tonelada	450
	Palmito	Tonelada	80
	Tangerina	Tonelada	70
Iconha	Banana	Tonelada	25.000
	Borracha (látex coagulado)	Tonelada	39
	Cacau (em amêndoa)	Tonelada	1
	Café (em grão)	Tonelada	6.138
	Coco-da-baía	Mil frutos	200
	Laranja	Tonelada	84
Piúma	Borracha (látex coagulado)	Tonelada	55
	Café (em grão)	Tonelada	330
	Coco-da-baía	Mil frutos	320
	Maracujá	Tonelada	100

Fonte: IBGE/PAM.

Tabela 5.4.5.2-6: Quantidade Produzida da Lavoura Temporária.

Município	Produto	Unidade	Quantidade
Alfredo Chaves	Alho	Tonelada	10
	Batata-inglesa	Tonelada	24
	Cana-de-açúcar	Tonelada	4.200
	Feijão (em grão)	Tonelada	83
	Mandioca	Tonelada	1.600
	Milho (em grão)	Tonelada	320
	Tomate	Tonelada	5.000
Anchieta	Arroz (em casca)	Tonelada	100
	Cana-de-açúcar	Tonelada	6.000
	Feijão (em grão)	Tonelada	36
	Mandioca	Tonelada	5.400
	Milho (em grão)	Tonelada	60
Guarapari	Arroz (em casca)	Tonelada	30
	Cana-de-açúcar	Tonelada	3.900
	Feijão (em grão)	Tonelada	50
	Mandioca	Tonelada	2.600
	Milho (em grão)	Tonelada	105
	Tomate	Tonelada	250
Iconha	Arroz (em casca)	Tonelada	30
	Cana-de-açúcar	Tonelada	450
	Feijão (em grão)	Tonelada	135
	Mandioca	Tonelada	900
	Milho (em grão)	Tonelada	180
Piúma	Cana-de-açúcar	Tonelada	900
	Feijão (em grão)	Tonelada	36
	Mandioca	Tonelada	600
	Milho (em grão)	Tonelada	22

Fonte: IBGE/PAM.

Tabela 5.4.5.2-7: Quantidade Produzida da Silvicultura.

Ano	Município	Produto	Unidade	Quantidade
2008	Alfredo Chaves	Lenha	Metro cúbico	1.753
		Madeira em tora para outras finalidades	Metro cúbico	6.629
		Madeira em tora para papel e celulose	Metro cúbico	19.329
	Anchieta	Carvão vegetal	Tonelada	3.200
		Lenha	Metro cúbico	7.117
		Madeira em tora para outras finalidades	Metro cúbico	100
	Guarapari	Carvão vegetal	Tonelada	1.548
		Lenha	Metro cúbico	1.560
		Madeira em tora para outras finalidades	Metro cúbico	201
	Iconha	Lenha	Metro cúbico	1.047
		Madeira em tora para outras finalidades	Metro cúbico	726

Fonte: IBGE/PEVS.

Tabela 5.4.5.2-8: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente.

Ano	Município	Atividade	Unidade de Medida	Valor
2008	Alfredo Chaves	Lavoura permanente	Mil Reais	27.175
		Lavoura temporária	Mil Reais	4.941
		Extração vegetal	Mil Reais	3
		Silvicultura	Mil Reais	1.712
	Anchieta	Lavoura permanente	Mil Reais	14.689
		Lavoura temporária	Mil Reais	1.767
		Extração vegetal	Mil Reais	21
		Silvicultura	Mil Reais	2.587
	Guarapari	Lavoura permanente	Mil Reais	19.591
		Lavoura temporária	Mil Reais	1.183
		Extração vegetal	Mil Reais	318
		Silvicultura	Mil Reais	1.219
	Iconha	Lavoura permanente	Mil Reais	32.163
		Lavoura temporária	Mil Reais	668
		Extração vegetal	Mil Reais	7
		Silvicultura	Mil Reais	91
	Piúma	Lavoura permanente	Mil Reais	1.481
		Lavoura temporária	Mil Reais	229

Fonte: IBGE/PAM/PEVS.

Tabela 5.4.5.2-9: Valor da Produção Agrícola em Moeda Corrente – Ano 2008.

ATIVIDADES	VALOR POR MUNICÍPIO (em R\$ 1.000,00)				
	ALFREDO CHAVES	ANCHIETA	GUARAPARI	ICONHA	PIÚMA
Lavoura permanente	27.175	14.689	19.591	32.163	1.481
Lavoura temporária	4.941	1.767	1.183	668	229
Extração vegetal	3	21	318	7	
Silvicultura	1.712	2.587	1.219	91	

Fonte: IBGE/PAM/PEVS.

A) Anchieta

Na avaliação do Plano Diretor do Município de Anchieta, consta “que foi definido um novo perímetro urbano que distingue a Macrozona de Uso Multifuncional Rural (MUMR). Internamente foram delimitadas a macrozona industrial e de expansão (MIE) e a macrozona urbana (MU). As áreas especiais de interesse ambiental (AEIA) permeiam todos os territórios”.⁴¹

“Cada uma das macrozonas foi subdividida em zonas ou áreas especiais de categorias diversas, estruturadas ainda pelas diversas categorias de vias regionais, urbanas parques e rodovias, assim como os eixos comerciais destinados a atuar como corredores de atividades”⁴².

As tabelas abaixo apresentam a estrutura de categorias de zoneamento:

Tabela 5.4.5.2-10: Zoneamento de Áreas Especiais e Área Rural

Perímetro	Macrozonas / Vias	Zonas / Áreas	Categorias
	Áreas Especiais	Áreas de Especial Interesse Ambiental	AEIA
		Áreas de Especial Interesse de Preservação Cultural	Centro Histórico Sítio Arqueológico Salinas
Áreas especiais		Áreas de Especial Interesse Sócio-Cultural	AEISC
			AEIS 2
			AEIS 3
			AEIS 4
	Via		Via Parque
	Rodovia	Rodovia Federal	BR-101

⁴¹ ABE, André Tomoyuki. Avaliação do Plano Diretor Municipal de **Anchieta**. Relatório Técnico no. 2. Disponível em [http://www.observatoriodasmetrópoles]. Consulta em 16/08/2010.

⁴² Ibidem

Rural	Macrozona de uso Multifuncional Rural	Zona rural de Turismo Ecológico	ZRTE
		Zona rural de Agricultura e Pecuária	ZRAP
	Vias Regionais	Rodovias Estaduais	ES 146 e ES 479
		Vias Arteriais Regionais Variante	VARV
		Vias Arteriais Regionais Estaduais	VARE
		Vias Arteriais Municipais	VAM
	Macraozona Industrial	Zona de Expansão Industrial	ZEI 1

Fonte: Avaliação do Plano Diretor

Tabela 5.4.5.2-11: Zoneamento Urbano

Perímetro	Macrozonas / Vias	Zonas / Áreas	Categorias
Urbano	Expansão		ZEI 2
		Zona Industrial Consolidada	ZIC
	Macrozona Urbana	Zona de Urbanização Consolidada	ZOC 1
			ZOC 2
		Zona de Urbanização Controlada	ZUC 1
			ZUC 2
		Zona de Urbanização Prioritária	ZUP
		Zona de Expansão Urbana	ZEU
		Eixos Comerciais	EC 1
			EC 2
	Vias Urbanas	Via Arterial Urbana	VAR 1
			VAR 2
			VAR 3
		Via Coletora Dupla	
		Via Coletora Simples	
		Vias Locais	
		Vias Prioritárias de Pedestres	
		Vias de Circulação de Bicicletas	

Fonte: Avaliação do Plano Diretor

As atividades econômicas configuram o espaço na medida em que a sociedade se organiza, materialmente e imaterialmente, a partir dessas relações, determinando o uso e a ocupação do solo.

Apresenta-se aqui um mapa que mostra a ocupação do solo em Anchieta elaborado por Simone Battestin⁴³ para sua dissertação de mestrado, intitulada “Ser jovem e ser agricultor: A agricultura familiar como perspectiva e projeto de vida para filha e filhos de agricultores no município de Anchieta- ES”, defendida na Universidade Federal de Viçosa, no ano de 2009. A autora estuda a formação da agricultura familiar em Anchieta e as relações sociais, econômicas e culturais que a envolve como trabalho, imaginário social, organização da família, relação campo /cidade, êxodo rural, entre outras, tendo como recorte o olhar do jovem agricultor, como pensam e se comportam na sociedade contemporânea.

Afora a ocupação da zona costeira, o mapa por ela utilizado para demonstrar o uso e ocupação do solo em Anchieta nos fornece dados referentes às comunidades pesquisadas: Recanto do Sol, Nova Anchieta, Planalto Anchieta, Itaperoroma, Arerá, Córrego da Prata, AltoPongal, Baixo Pongal, Itapeúma e São Mateus.

⁴³ Gerente Operacional de Agricultura e Abastecimento da Secretaria de Agricultura, Pesca e Abastecimento do município de Anchieta,

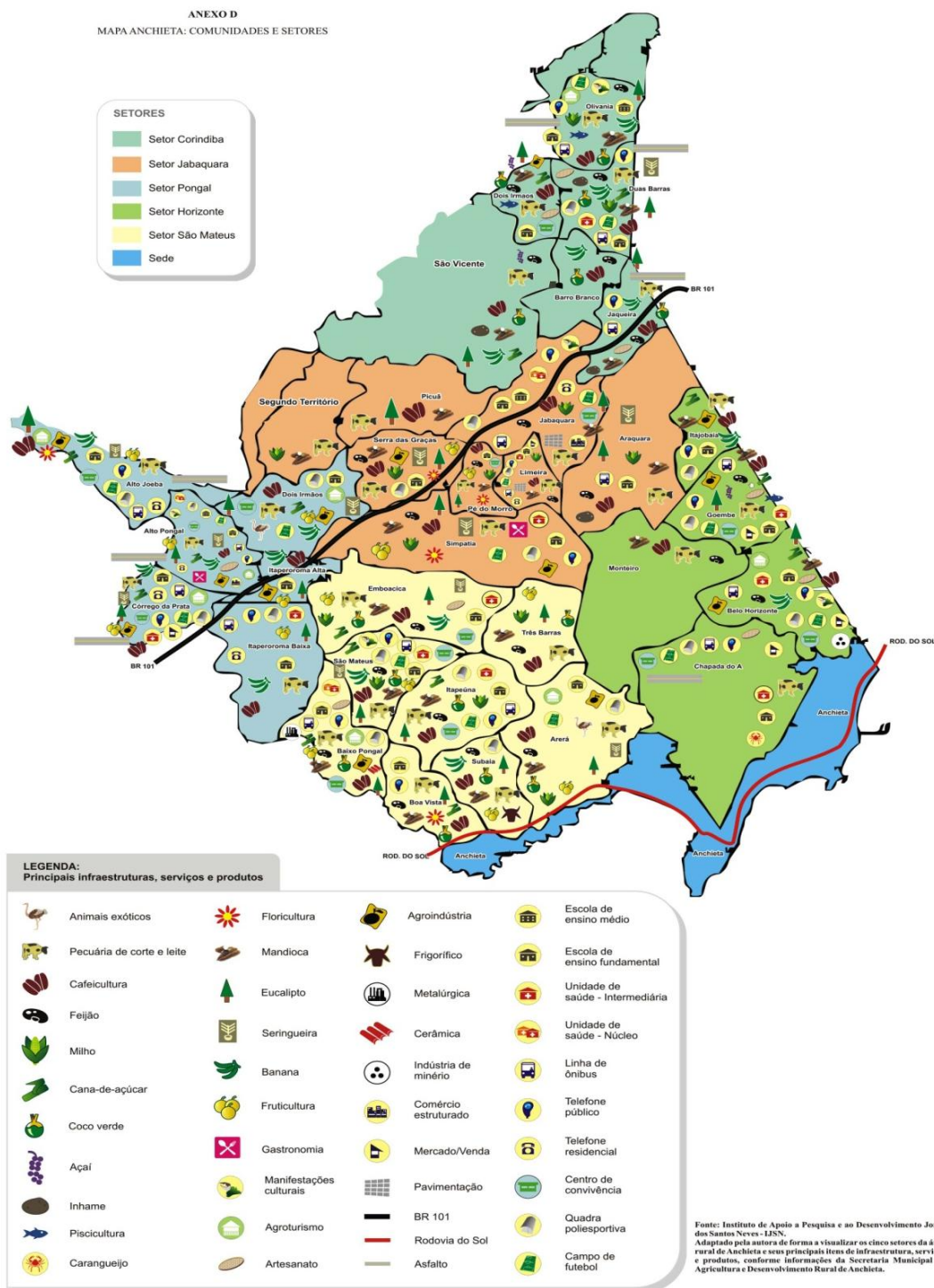
ANEXO D
MAPA ANCHIETA: COMUNIDADES E SETORES

Figura 5.4.5.2-1: *Uso e ocupação do solo em Anchieta (Fonte Battestin, Simone. In "Ser jovem e ser agricultor: A agricultura familiar como perspectiva e projeto de vida para filha e filhos de agricultores no município de Anchieta - ES, 2009).*

Em relação à pesca em Anchieta, de acordo com Vieira⁴⁴, a extração dos moluscos dos costões rochosos é ainda hoje uma atividade existente no município, exercida principalmente por mulheres (denominadas marisqueiras, atualmente pescadoras profissionais artesanais na atividade da mariscagem). Outra forma de obtenção desse molusco é por meio da mitilicultura.

A autora ressalta que a pesca tem exigido dos pescadores viagens mais longas, dispendendo cada vez mais de tempo e mais dinheiro, ou seja, más condições para a atividade, além da redução do volume de pescado ao longo dos anos. Como alternativa para complementação da renda, foi incentivada a maricultura, primeiro com as marisqueiras e, posteriormente, com os pescadores.

Acentua ainda que, este quadro diz respeito aos pescadores que residem na sede de Anchieta, havendo outras comunidades que dependem da pesca no litoral do município, tais como Inhaúma, ao sul, com pesca em alto mar e marisqueiras tradicionais (extração na pedra), e Ubu e Parati com pescadores artesanais. Há ainda a pesca de camarão, catadores de caranguejo (principalmente em Chapada do A e Nova Jerusalém) e piscicultores na lagoa de Mãe-Bá.

Em entrevista realizada na Secretaria de Agricultura, Pesca e Abastecimento do Município de Anchieta, foram levantados alguns problemas, programas da Secretaria, bem como algumas questões sobre o contexto social em que se inserem as relações de uso e ocupação do solo pelos grandes empreendimentos, tais como:

⁴⁴ Vieira, Luciane Cristina Zanol. A ferro e fogo: análise dos conflitos ambientais em Anchieta/ES. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (Programa EICOS), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000, pg.60.

- A falta de informação sobre os novos empreendimentos.
- De onde será tirado o material para a construção do porto, as pedras, por exemplo?
- Desapropriação de áreas para fazer o Porto como BH, Chapada do A (onde os moradores vivem da cata do caranguejo), Recanto, Parati e Ubu.
- Em Parati e Ubu, os pescadores estão entrando com um pedido de indenização porque não podem mais pescar e são obrigados a comprar o peixe.
- A pesca enquanto atividade econômica é o sustento de pequenos pescadores artesanais. É grande, porém mal organizada, com um nível baixo de escolaridade e são muito manipulados pelos políticos. Grande consumo de álcool.
- Os jovens das famílias de pequenos agricultores trabalham na lavoura, mas já estão saindo para estudar, adquirir tecnologia para investir na produção.
- Os grandes proprietários não moram em Anchieta, têm baixa tecnologia e não aceitam as mudanças.
- O campo se esvaziou; falta gente para trabalhar, embora haja maquinário, tecnologia e terra.
- De uma população total de 22.0000, a rural ocupa de 16 a 20%.
- As mudanças que ocorreram na organização social e a pluriatividade no campo, muitas vezes, afirma a produção agrícola no sentido de que o homem do campo busca novas tecnologias para trazer para o campo

e, muitas vezes, leva o homem a morar no campo e trabalhar na cidade.

- Os descendentes de italianos têm pressa em adotar alta tecnologia porque acreditam que vão ter que aumentar a produção para os que vêm de fora.
- Muitos jovens sonham e querem ser funcionários públicos, o que leva ao êxodo rural.
- Imaginário de um emprego na indústria que tira o homem do campo.
- Indiretamente, houve um superaquecimento do preço da terra; fica muito caro para regularizar e, às vezes, mais caro que o valor da terra, o que gera muita especulação imobiliária.
- Os agricultores familiares não estão preparados para comercializar para uma empresa, para vender direto para um consumidor. Eles não estão organizados, tanto em qualidade, quanto em logística. Falta capacidade operacional.
- O uso de agrotóxicos no café envolve muito conflito de uso, porém sem enfrentamentos entre os envolvidos. Eles reclamam para os técnicos da prefeitura, mas não há denúncias, é tudo velado. Normalmente o agrotóxico não é aplicado pela família, mas por pessoas contratadas pelo dono da terra.
- As terras não têm registro de posse, o que impede que os pequenos agricultores se beneficiem dos programas governamentais direcionados a eles, gerando uma estagnação na produção.
- Houve alteração do PDM em 2010 para poder instalar a Retroárea.

- Anteriormente o zoneamento exigia um distancia mínima de 100m, agora passou a 30m.
- Houve modificação no zoneamento, limitando as construções em até três andares e em Castelhanos até cinco andares.
- Expansão dos loteamentos horizontais sobre tudo ao sul da Ponte de Anchieta em direção a Iriri. A área de ocupação nos terrenos destes loteamentos deve ser entre 65% e 75%.
- Houve invasão pelos moradores de Nova Anchieta e Planalto de Anchieta sobre áreas da APA municipal, o zoneamento da APA ainda não foi aprovado.
- Uso de agrotóxicos das propriedades agropecuárias.
- Não há mão de obra no campo, os agricultores não têm escolaridade e não têm a posse da terra.
- A violência no campo é de roubo, invasão de propriedade, violência doméstica e violência contra a mulher que normalmente encoberta.

Diante desta realidade a Secretaria de Agricultura, Pesca e Abastecimento trabalha em parceria como o Sindicato dos trabalhadores Rurais, o INCAPER (Instituto de Estudo e Pesquisa em Extensão Rural) e o MEPES no desenvolvimento de projetos que envolvem:

- A capacitação do homem, principalmente a juventude. Incentivo à vida no campo. Os técnicos da Secretaria vão às áreas e analisam o solo, distribuem sementes para os pequenos produtores poderem produzir;

- Programa para os moradores da Chapada do A: a prefeitura vai oferecer tickets para farmácia ou em espécies. Está em trâmite uma legislação garantindo a caça de caranguejo para eles;
- Alternativa para o agronegócio é preocupação tanto da governança como das comunidades para o desenvolvimento da agroindústria que envolve a produção de café, banana coco, maracujá, milho, feijão, pupunha;
- 100 % da produção da zona rural é subsidiada pela Secretaria em insumos e tecnologia;
- O potencial agrícola de Anchieta deve ser adaptado às novas condições econômicas e sociais, pois é o que caracteriza o município de Anchieta.

Outros exemplos de conflitos relacionados com o uso do solo ocorrem no Monte Urubu (remanescente de Mata Atlântica situado no interior do município de Anchieta), envolvendo empreendedores e comunidades locais. A Lagoa Mãe-Bá, a maior do Estado, já é “utilizada como depósito de efluentes industriais pela Samarco Mineração S/A,”⁴⁵ e provoca conflitos com a comunidade ribeirinha local.

⁴⁵ Disponível na internet: [www.séculodiário.com.br] Ed. 19/02/2010. Consulta em 10/08/2010.



Figura 5.4.5.2-2: Lagoa Mãe Bá, Anchieta, 2010.

Da mesma forma, nos bairros Recanto do Sol, Nova Anchieta, Parati e Ubu, foi relatado pelos moradores, a poluição do ar pelo minério da Samarco como causa de problemas respiratórios e tosse.

Já em entrevista com um pescador aposentado de Ubu, a reclamação foi que “não se via o que se vê agora, como a construção do Porto, que atrapalha a pesca.”

Na zona rural, um morador de Córrego da Prata que estava sendo entrevistado, disse que em toda a região agrícola de Anchieta há conflitos de uso do solo em relação “as diferenças de opinião sobre o uso de agrotóxicos”, completando que, no que diz respeito a conflitos de ocupação de solo só ocorrem em Jabaquara. Demonstrando os conflitos de uso, salientou que a maior modificação no território de Anchieta, foi: “que a SAMARCO derrubou 10% da mata, a capoeira, e transformou em pasto.” Assim, constata-se, nas entrevistas,

que os conflitos se dão por interesses opostos e acirram a luta pelo poder do território.

No mapa de uso e ocupação do solo de Anchieta apresentado a seguir é possível visualizar que há uma predominância de área de pastagem em todas as regiões, exceto ao Norte, onde ainda restam floresta natural primária ou secundária avançada ou média e vegetação natural secundária e área de agricultura. Ao sul, a concentração de área urbana é no litoral, há a presença de manguezais, rios e florestas plantadas em crescimento, com pouca floresta e vegetação natural primária ou secundária. No oeste e centro-oeste quase toda área é de pastagem, na região sudeste há predomínio de floresta plantada em crescimento e no centro, algumas áreas alagadas e pouca de agricultura. Pequenas áreas de restinga herbáceas estão espalhadas ao sul e sudeste.

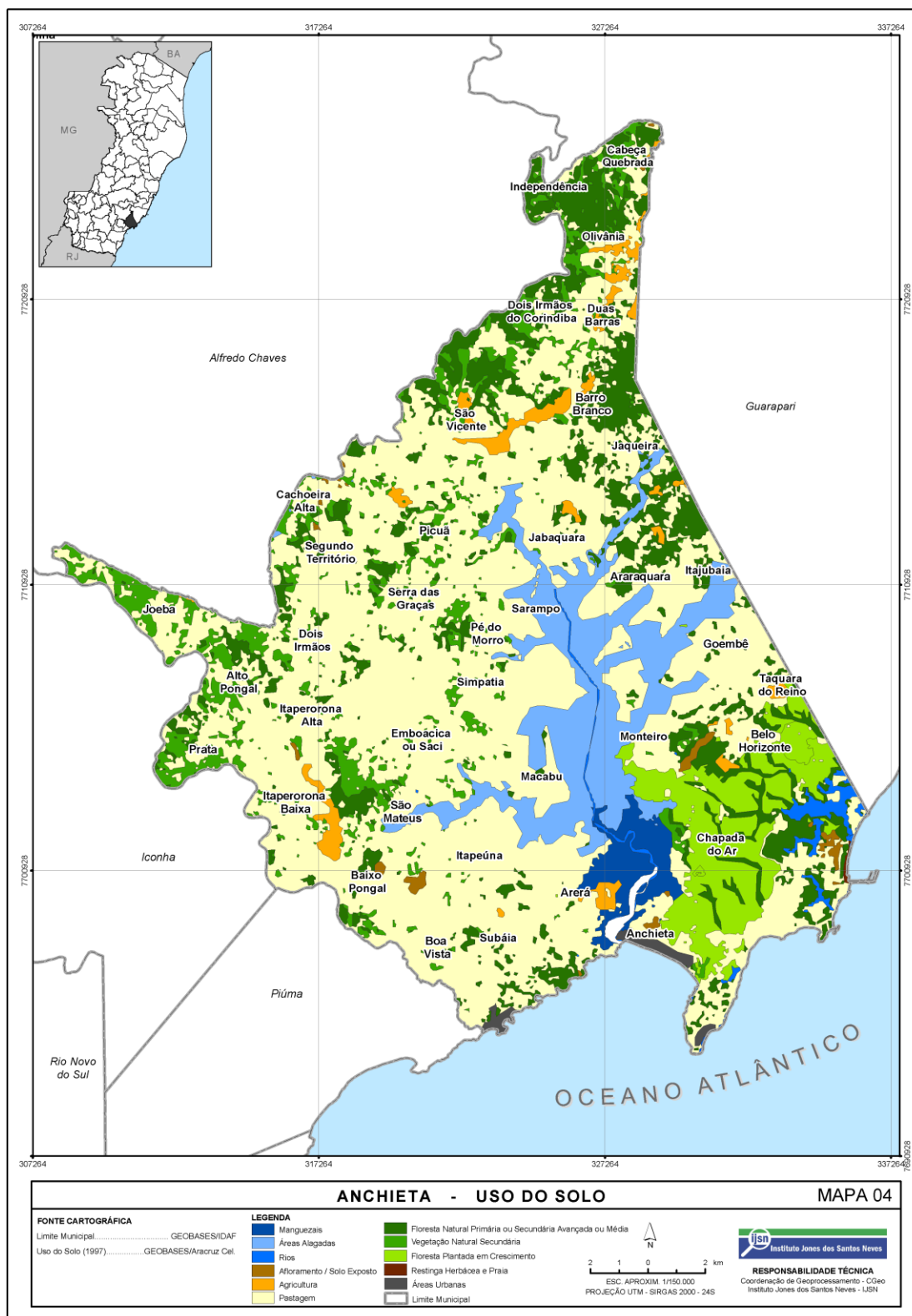


Figura 5.4.5.2-3: *Uso do solo em Anchieta (Fonte : Instituo Jones dos Santos Neves)*

B) Guarapari

Segundo informações obtidas na Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Expansão Rural de Guarapari:

- Setenta por cento da zona rural de Guarapari é ocupada por pequena propriedade que medem por volta de 100 hectares;
- Sessenta por cento deste percentual não são legitimadas. Um grande número não entrou com inventário e, portanto, não tem registro;
- A falta de regularização fundiária é um limite, um grande problema para Guarapari, pois impede que os produtores se beneficiem de direitos e legislações no âmbito federal, estadual e municipal que lhes são destinadas.
- A estrutura fundiária, de acordo com Secretaria de Agricultura, é extremamente pulverizada apresentando, em sua maioria, pequenas e médias propriedades, caracterizando a exploração em regime de economia familiar, conforme a tabela a seguir:

Tabela 5.4.5.2-4: Distribuição Fundiária de Guarapari

DISTRIBUIÇÃO FUNDIÁRIA	Nº
Até 50 há	1.055
De 50 a 100 há	200
Mais de 100 há	101
Total	1.356

Fonte: Secretaria de Agricultura e Pesca de Guarapari, 2010.

Principais atividades econômicas:

- Plantio de banana e café basicamente;
- Pecuária de corte e leite;
- Produção de seringueira (látex prensado em forma de cubo para facilitar o transporte), sendo a cidade a maior produtora do Estado;
- Aumento do cultivo do palmito pupunha (importante atividade econômica).

Os produtores rurais, dadas às dificuldades hoje existentes, deixam de efetuar ou fazem de forma empírica as correções e adubações em suas culturas comprometendo os níveis de produtividade e utilizando insumos inadequados ou em excesso.

A seguir, apresenta-se o mapa do uso do solo em Guarapari, verificando-se ao norte a predominância de floresta natural primária ou secundária avançada e vegetação secundária até o centro, com esparsas áreas de agricultura e pastagem. No nordeste predomina a pastagem, um pouco de restinga e áreas alagadas, com pouca agricultura e área urbana. Ao sul e sudeste, maior concentração urbana, poucas áreas alagadas, rios e agricultura e muita pastagem.

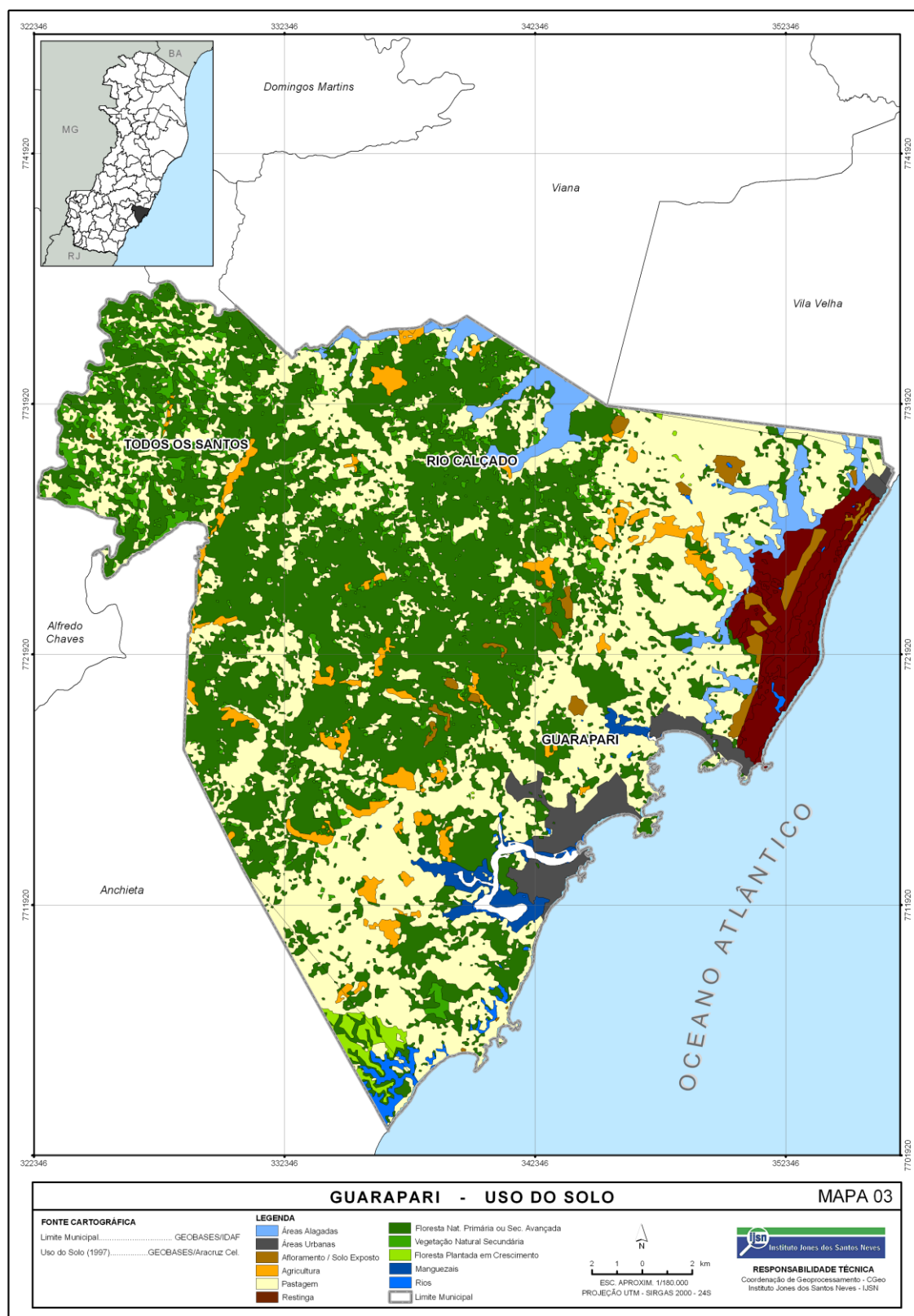


Figura 5.4.5.2-4: *Uso do solo em Guarapari (Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves).*

Programas:

- Programa de incentivo a fruticultura (parceria entre a Prefeitura, o INCAPER e Fábrica de Polpa, Grupo SAMER); propõe-se a distribuir 6.000 mudas de acerola para pequenos produtores, cada um terá 150 a 200 pés; incentivo ao plantio de maracujá;
- Criação de uma Cooperativa em parceria com o município de Piúma para a fruticultura;
- PRONAF Capixaba: com recursos do orçamento do Estado que é repassado aos municípios, serão compradas máquinas, solicitadas pelos pequenos produtores que evitam o uso de agrotóxicos;
- Parceria com a Secretaria de Educação oferece cursos na Zona rural de capacitação profissional, aumentando a renda na zona rural.

De acordo com a avaliação do Plano Diretor⁴⁶, os maiores conflitos causados pelo crescimento desordenado da cidade são:

- O congestionamento da área central da cidade e dos bairros mais densamente urbanizadas (como é o caso da Praia do Morro);
- O uso indiscriminado do solo de maneira predatória, no surgimento de diversos loteamentos irregulares ou clandestinos;
- Demandas da população flutuante e local, bem como nas diferenças entre o meio urbano e rural;
- O crescimento acelerado e sem planejamento adequado da cidade fez com que a sede municipal e sua orla fossem perdendo gradativamente

⁴⁶ Vargas, Paulo Sergio de Paula . Avaliação do Plano Municipal Direto, 2007, p.5 e 13. In [www.Observatóriodasdasmetrópoles.net] Consulta dia 10/12/2011.

boa parte da qualidade ambiental, atratividade turística e atividades tradicionais que possuía. Surgimento de diversos loteamentos irregulares ou clandestinos;

- Os impactos da urbanização descontrolada também se fizeram notar nas regiões mais interiores do seu território, que carecem de infraestrutura adequada e padrões mínimos de habitabilidade, sobretudo nos bairros mais periféricos que abrigam as famílias de baixa renda;
- Ocupação intensiva da área central e orla marítima por edifícios verticais de apartamentos;
- A exclusão urbana de parte da população de menor renda que passaram a ocupar áreas das margens de rios e mangues;
- Especulação imobiliária que resultaram na má definição de calçadas e vias públicas, falta de áreas de lazer, etc.;
- A maior parte das vias públicas não possui drenagem e pavimentação, na grande maioria dos bairros não existem áreas públicas para a prática de esportes e lazer, o trânsito na cidade não flui adequado, faltam vagas de estacionamento, principalmente na área central da cidade, falta arborização e outros equipamentos de qualificação do espaço urbano;
- O aumento crescente da periferia urbana coloca a necessidade de viabilizar programas de habitação voltados para a população de baixa renda.

Guarapari até 2007 não tinha um Plano Diretor Municipal. Em decorrência da dinâmica territorial causada pelo processo de industrialização acelerada, foi elaborado em 2007, o Plano Diretor Municipal⁴⁷, e de acordo com sua avaliação, ele propõe uma nova ordenação do território, estabelecendo o macrozoneamento e políticas para o planejamento do uso e ocupação do solo (**Anexo 5.4.5.2-2**).

C) Alfredo Chaves

Segundo um estudo do IPES⁴⁸, em Alfredo Chaves, por exemplo, onde há a predominância da agricultura familiar, ocorre um conflito em relação à agricultura patronal, pois a produção da agricultura familiar não é usada somente para subsistência e é menos competitiva que a agricultura patronal.

Da mesma forma, a especulação imobiliária de empreendimentos ilegais, destinados a fins urbanos são implantados em área rural. Muitos foram autorizados pelo poder público municipal, mas não se encontram registrados nos respectivos cartórios de imóveis. Outros foram implantados sem aprovação municipal e, por consequência, não estão registrados em cartório. São empreendimentos clandestinos que afetam os territórios que vêm sofrendo processos acelerados de transformação, com impactos substanciais, comprometendo a sustentabilidade da região serrana.

Em um município serrano, a quase totalidade dos loteamentos não cumpriu a legislação pertinente ao parcelamento do solo, a Lei nº 6766/79. Não destinaram

⁴⁷ Seção II, Do Macrozoneamento, pg. 35. Plano Diretor de Anchieta.

⁴⁸ IPES (Instituto de Apoio Pesquisa Desenv. Jones Santos Neves) In Macrozoneamento, 2004, p. 79.

áreas para uso público nem cumpriram com o que reza a lei sobre construção das obras de infraestrutura. Apresentaram rede de energia elétrica, mas não disponibilizaram rede de água, tampouco construíram esgotamento sanitário nem tornaram viável o escoamento de águas pluviais. As vias de circulação encontram-se pessimamente pavimentadas.

As alternativas de solução propostas para o uso da água vêm da utilização de nascentes, e o esgotamento sanitário é resolvido por iniciativas individuais, como a construção de fossas sépticas. Tanto uma alternativa quanto a outra se constituem em ameaças à sustentabilidade da região e foram evidenciadas na primeira pesquisa de campo que diagnosticou que, em Anchieta, dentre 33 famílias, 21 utilizam a fossa séptica e quatro utilizam poço ou nascente para a captação de água.

Tal modalidade de uso e ocupação do solo é consequência do processo acelerado de industrialização e afeta toda a região que engloba Anchieta, Iconha, Piúma, Alfredo Chaves e Guarapari.

A concentração fundiária resultante da instalação de grandes empresas produz o êxodo rural, esvaziando o campo, provocando a monocultura e causando violências de todos os tipos: doméstica, familiar, de gênero, de relações intersubjetivas, de violação dos direitos humanos entre outras, ocasionadas pela miséria, desemprego, expropriações e trabalhos ilícitos e pelo poder econômico social e midiático.

A seguir, o mapa de uso do solo de Alfredo Chaves mostra que há uma área grande, principalmente ao norte e nordeste de floresta natural primária ou secundária avançada, bem como de vegetação natural secundária. Pequena

concentração urbana ao sudeste, áreas de agricultura esparsas por todas as regiões, pequenas áreas alagadas ao sudeste e áreas de solo exposto ao norte. A área de pastagem é maior no sul e sudeste, avançando para o centro, norte e nordeste.

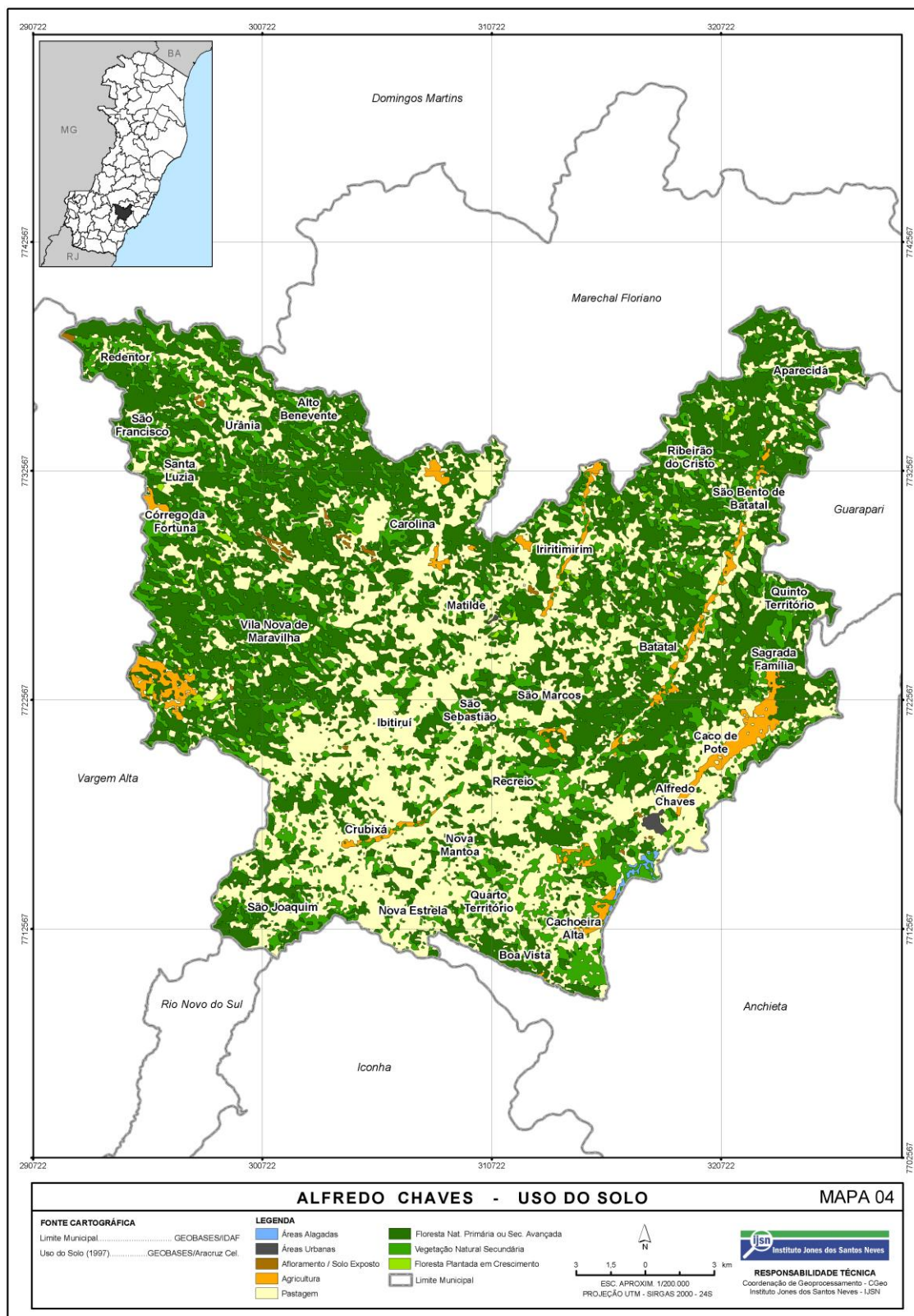


Figura 5.4.5.2-5: Uso do solo em Alfredo Chaves. Fonte: Instituto Jones dos Santos Neve.

Das entrevistas com a governança em Alfredo Chaves, destacam-se:

- A maioria das terras está legalizada. Mais de 2000 proprietários têm cadastro com bloco de notas, gerando ICMS.
- A banana é isenta de imposto, o café é guiado, mas paga imposto;
- Há pequenos proprietários, mas a produção é grande;
- Há 2300 nascentes;
- O aterro sanitário é fora da cidade e levado para Vila Velha;
- Não há informação sobre o terminal Portuário de Ubu;
- Temor que a cidade vire dormitório;
- Impostos baixos podem atrair moradores e indústrias;
- A ocupação é desordenada com especulação imobiliária (que gera muito lixo e resíduos de obra, construção civil), condomínios grandes, de luxo;
- Supervalorização da terra, mesmo aluguel na cidade, aumentou muito;
- Parcelamento do solo é irregular;
- Falta política pública para incentivar a permanência do homem no campo e valorização dos produtos;
- Conflito de uso de agrotóxico;
- Conflitos de herança;
- Crime ambiental: desmatamento terraplanagem, corte de morros para construção em áreas que não podem edificar;
- Não tem fiscalização. A arrecadação do município é pequena;

- Desconhecimento da população sobre, por exemplo, o uso de terraplanagem, sobre o que seja unidade de conservação, causando o uso e ocupação irregular;
- A cidade não tem um zoneamento;
- Conflito de uso da água na época do inverno, na seca;
- A preocupação é a ocupação, pois o município não consegue manter a estrutura necessária para uma demanda maior do que aquilo que tem;
- Áreas de cultivo são mínimas gerando a ocupação em unidades de conservação permanente, pois precisam sobreviver. Isto leva a processos, multas, etc.;
- Não tem área para resíduos sólidos no município;
- O município é basicamente rural e tem um potencial turístico muito grande;
- Há uma preocupação com o turismo sustentável que ainda não foi desenvolvido na cidade.

O Plano Diretor Municipal de Alfredo Chaves, que foi elaborado em 2007, aponta para necessidade de macrozoneamento do território, estabelece diretrizes para preservação do patrimônio material e imaterial, políticas públicas para o uso e ocupação nas áreas urbanas e rurais, edificações, bens públicos e privados, política ambiental e de habitação, ZEIS, política de desenvolvimento econômico e social, impacto de vizinhança, estratégia de ocupação do solo e parcelamento.

D) Piúma

Figura 5.4.5.2-6: *Carnaval em Piúma. (Fonte: Rota da Costa e da Imigração, Secretaria de Turismo do Governo do Estado do Espírito Santo, 2006)*

As entrevistas realizadas com a governança do município de Piúma resultaram na obtenção dos seguintes dados:

- O aumento da população na temporada: recebem cerca de 45.000 a 50.0000 pessoas em janeiro. No carnaval, de 90.000 a 100.000;
- 70% dos imóveis estão vazios;
- Problema fundiário, bairros e residências que não são cadastrados na prefeitura;
- Presença de áreas rurais, onde as propriedades não possuem rede coletora, os efluentes gerados são encaminhados às fossas sépticas ou são lançados nos cursos d' água;

- A economia é voltada para agropecuária, pesca, artesanato de conchas e turismo. O café e a mandioca são as culturas de maior peso econômico. É o terceiro produtor de pescado do Estado. A pecuária tem predominância da produção leiteira. As rodovias: ES-375 e ES-060 (Rodovia do Sol) e a BR 101, cruzam o município;
- Aumento de mais de 70% de imigrantes⁴⁹.

O projeto da Rodovia Variante Guarapari – Piúma (Estr. ES-375)⁵⁰ que visa estabelecer uma nova ligação rodoviária entre as mesorregiões Central e Sul Espírito Santense, criando uma alternativa ao tráfego da BR-101 e a Rodovia do Sol (ES 060), em função dos novos empreendimentos, aponta alguns conflitos:

- A maior parte das drenagens a serem interceptadas pela rodovia passa por áreas rurais;
- A área de influência da rodovia tem o uso do solo predominantemente rural, com pastagens intercaladas por manchas de vegetação remanescentes;
- A variante Guarapari-Piúma-São José do Frade, percorre áreas com características predominantemente rurais, representadas por aglomerados urbanos e rurais, compostas basicamente de pastagens e algumas culturas agrícolas do tipo seringueiras, cafezais, cana de açúcar e outras;
- A rodovia passará por sítios arqueológicos que poderão desaparecer, de forma reversível e irreversível ameaçando o patrimônio imaterial.

⁴⁹ Elaboração de projeto de engenharia rodoviária para implantação da Variante Guarapari RODOVIA: VARIANTE/ TRECHO: GUARAPARI - PIÚMA (ENTR. ES-375) - ENTR. BR-101/ES-488 (SÃO JOSÉ DO FRADE)

⁵⁰ *Ibidem.*

- O projeto da rodovia passa por algumas nascentes na área do empreendimento e corta o rio Iconha.

O mapa do uso do solo em Piúma mostra a seguir que a maior parte do município é de área de pastagem em todas as regiões, sendo que no centro há predominância de áreas alagadas. No sudeste, encontra-se a área urbana e pequena restinga ao Sul. Pouquíssimas ou quase nada de floresta nativa primária e secundária e vegetação natural secundária.

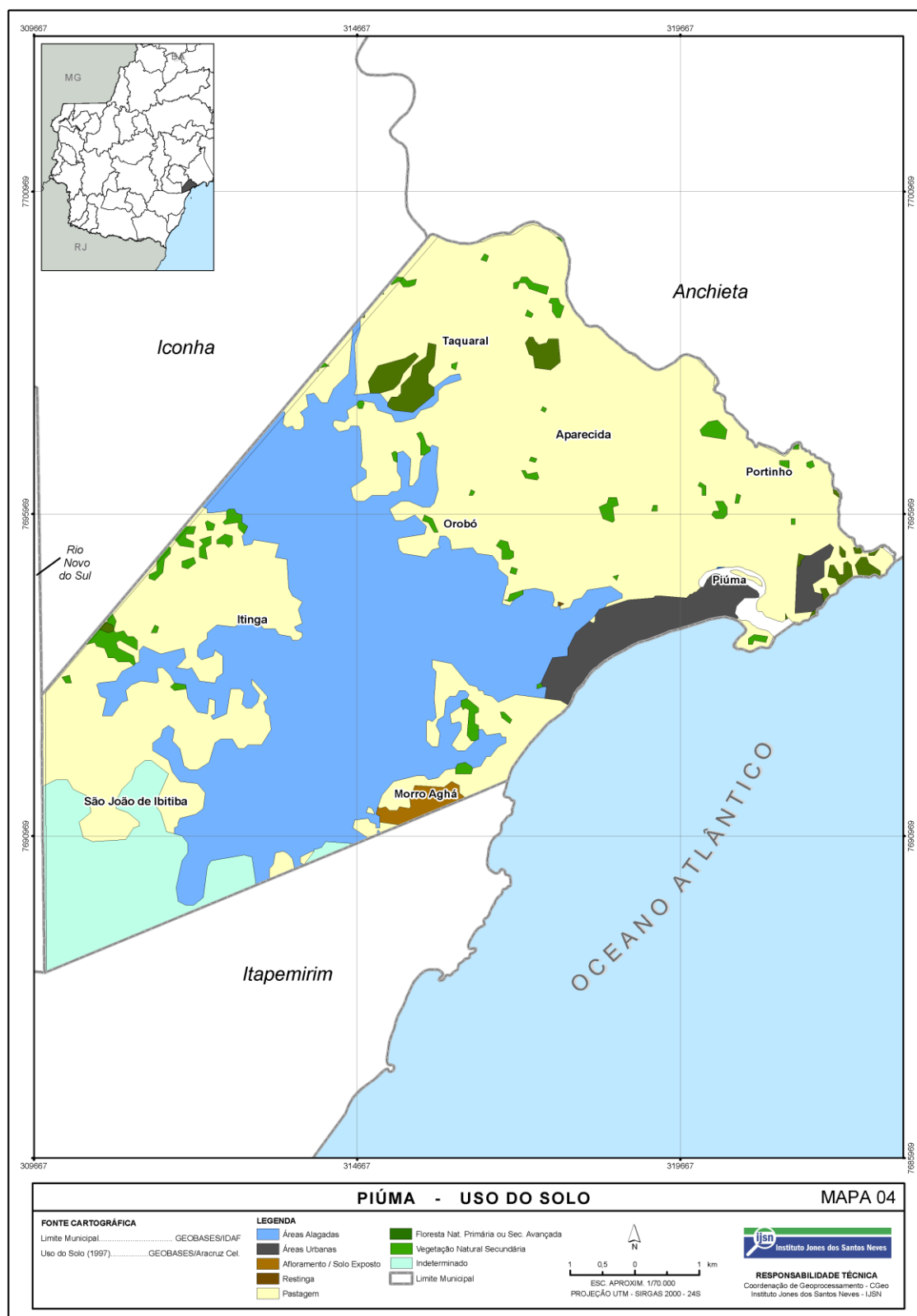


Figura 5.4.5.2-7: *Uso do solo em Piúma (Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves)*

E) Iconha

De acordo com os levantamentos efetuados, verifica-se que no Município de Iconha:

- Ainda não há um macrozoneamento. O PDSL (plano de desenvolvimento Local) está atualizando a legislação municipal, com foco na melhoria e plano de ação das cadeias produtivas, sobretudo agropecuária;
- A produção agrícola é de pequenos agricultores familiares, diferenciando os que utilizam a produção convencional e os que utilizam a produção orgânica;
- Há conflitos em relação ao uso indiscriminado de agrotóxicos e inseticidas;
- A paisagem das propriedades inseridas no sistema orgânico de produção se difere em muito daquelas ditas modernizadas, as quais são facilmente reconhecíveis pela monotonia das monoculturas;
- Diminuição do plantio de subsistência;
- Os jovens não querem trabalhar no campo;
- Pneus dispensados de forma inapropriada pela grande quantidade de caminhões que atravessam o município e utilizam os serviços oferecidos pelos postos e borracharias da BR-101 no trecho urbano do município de Iconha.

O mapa abaixo apresenta o uso do solo em Iconha, onde não se visualizam as áreas de agricultura orgânica por tratar-se de um mapa de 1997. Neste é possível visualizar a grande área de pastagem por todo município, principalmente no sudeste, onde não resta nada de floresta nativa e nada de floresta plantada em crescimento. Toda área verde é de vegetação secundária, pouco ou quase nada de floresta nativa, pequena área de agricultura e afloramento. Concentração urbana ao sudeste.

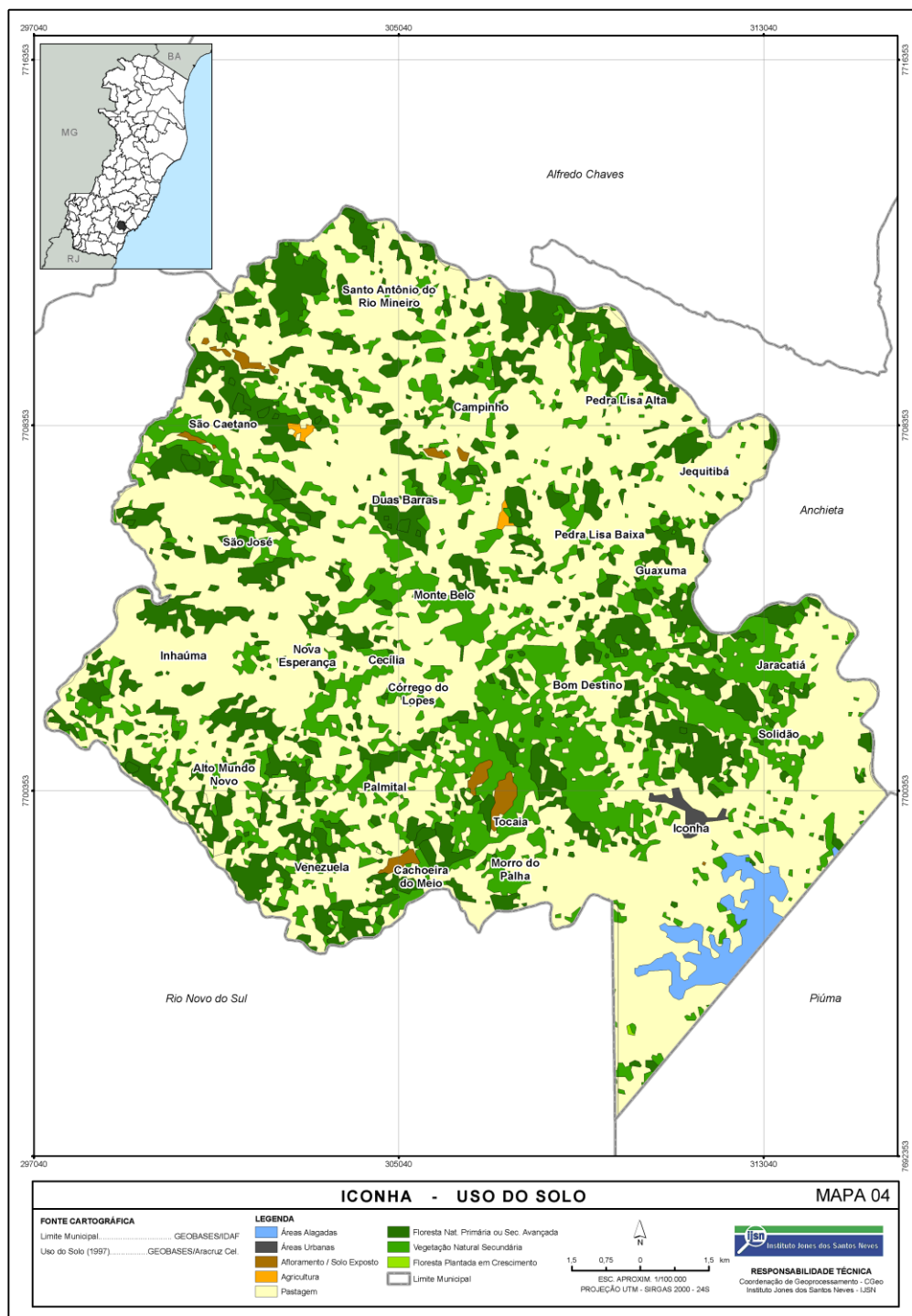


Figura 5.4.5.2-8: Mapa de uso do solo de Iconha. Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves.

5.4.5.2.1 Comunidade Recanto do Sol

Neste EIA dar-se-á destaque à comunidade do Recanto do Sol, devido a sua localização, próxima ao empreendimento Base Portuária E&P, sendo incluída na Área de Influência Direta do empreendimento.

A comunidade está situada à direita da ES-060, direção Norte-Sul, com acesso pelo trevo localizado nas proximidades de Ubú, até atingir a estrada asfaltada (ES-146), Ubu-Jabaquara, que conduz até a entrada desta localidade.

A comunidade do Recanto do Sol surgiu há 17 anos, segundo informações do atual líder comunitário do bairro. Inicialmente, alguns migrantes da Bahia, especialmente de Camacã, compraram terrenos no local e foram seguidos por outros que ocuparam áreas próximas. Também foi mencionado que, há algum tempo, alguns lotes foram cedidos pela Prefeitura Municipal para abrigar pessoas de outras regiões e estavam invadindo a área. Atualmente, segundo relatos obtidos em conversas informais, o bairro está constituído por muitos habitantes que vieram do próprio município de Anchieta e proximidades, não se caracterizando como um bairro de migrantes baianos, como anteriormente era conhecido.

Dados municipais indicam a existência de cerca de 950 habitantes na localidade. No entanto, pelos dados da entidade comunitária local, haveria aproximadamente 2000 pessoas residindo na Comunidade Recanto do Sol. Ultimamente é difícil dimensionar o número de habitantes, conforme relata o representante local, devido à chegada de muitas pessoas de diversos locais, em

função das obras civis que ocorreram recentemente em Anchieta e das obras anunciadas para breve.

O movimento econômico associado à instalação da Samarco na região proporcionou melhores possibilidades para o comércio local. Um exemplo deste processo foi a instalação de uma pousada e um restaurante à beira da estrada, dentro da localidade. Em relação à infraestrutura básica da comunidade de Recanto do Sol, o abastecimento de água é realizado pela CESAN. Segundo os moradores, o serviço é deficitário. Existem reclamações quanto à má qualidade da água, muitas vezes com excesso de cloro.

A comunidade conta com um posto de saúde, base do Programa de Saúde da Família – PSF. Nele também ocorrem atendimentos de enfermagem e de odontologia diariamente. Há também atendimento pelo Programa de Saúde da Família - PSF. Um agente de saúde percorre as casas e realiza controles rotineiros de saúde, tentando prever possíveis quadros com necessidade de atendimento mais complexo. Uma enfermeira e uma pequena farmácia auxiliam no atendimento à comunidade.

Sobre os esgotos domésticos, todas as casas contam com fossa séptica, ainda que, próximo do bairro se localize uma ETE da CESAN, na interseção da Rodovia do Sol com a estrada que liga Recanto do Sol com Jabaquara.

O lixo produzido nas residências é coletado pela prefeitura três vezes por semana (nas segunda, quarta e sexta-feira). Além disso, às segundas-feiras funcionários da Prefeitura Municipal de Anchieta executam a limpeza das ruas do. Atualmente o bairro possui cobertura total de energia elétrica, serviço fornecido pela ESCELSA.

Os moradores de Recanto do Sol estão representados pela Associação de Moradores de Recanto do Sol, entidade que registra uma crescente participação nas ações de melhoria e de organização do bairro. Vale destacar também a organização, embora informal, das Mulheres Sonhadoras de Recanto, demonstrando a mobilização dos moradores do bairro para causas comuns.

Outros projetos do bairro também refletem a capacidade de mobilização dos moradores, como: Escolinha de Futebol, Propaganda em Movimento (apresentação de capoeira patrocinada por empresas com fornecimento de camisetas), Cooperativa Comunitária para a venda de produtos de limpeza das mulheres do bairro etc. Além dos projetos relacionados, estão sendo previstos outros em prol de melhorias para a comunidade.

O bairro conta com um centro comunitário, com salão para reuniões populares, uma sala para escritório, uma cantina e instalações sanitárias.

A estrutura comercial do bairro é diferenciada da maioria dos outros bairros de Anchieta. Possui um comércio diversificado com lojas de variedades, lan house, padaria, mercearia, bares e lanchonete.



Figura 5.4.5.2.1-1: Comunidade Recanto do Sol.

Foi realizado levantamento em campo, na Unidade de Pronto Atendimento no centro de Anchieta. Segundo os depoimentos, a maior parte dos moradores exerce atividades ligadas à Samarco, muitos são funcionários ou prestadores de serviço. Devido à proximidade com esta empresa, foi relatado que os maiores problemas de saúde são relativos a problemas respiratórios, como bronquite, por exemplo. O atendimento na área da saúde foi considerado satisfatório e as principais causas de mortalidade são homicídio ou problemas de saúde.

O bairro possui duas escolas, de nível primário e médio, localizadas no centro da comunidade. Na escola que oferece o Ensino Médio se desenvolve o Programa de Alfabetização de Adultos no período noturno.



Figura 5.4.5.2.1-2: Associação comunitária Recanto do Sol – sede.

O transporte foi descrito como péssimo, pelos poucos horários de ônibus com destino ao centro de Anchieta sem opção de linhas.

O serviço de coleta de lixo foi considerado razoável, por não ser constante, ocasionando o acúmulo de lixo que pode permanecer por dias nas ruas. O motivo do aumento do lixo, segundo os entrevistados, é o aumento de migrantes no bairro.

A questão da migração foi apresentada pelos moradores tradicionais como problemática. Segundo estes, a chegada de pessoas oriundas principalmente da Bahia trouxe problemas tanto para a segurança como na disponibilidade de habitações, identificada como deficitária. Não existe rede oficial de esgotos e freqüentemente o bairro sofre com a falta de água por períodos de dois a três dias consecutivos.

O crescimento da população teve sua causa justificada pelo aumento da oferta de emprego nos grandes empreendimentos da região, provocando invasões em Ubú e em Anchieta. Este processo já causa pressão sobre os serviços urbanos essenciais, como coleta de lixo doméstico, abastecimento de água, alimentação, serviços domésticos, educação, saneamento básico, moradia, além do aumento do transporte individual.

A distribuição de energia foi avaliada como péssima devido ao número de empresas próximas, ocasionando freqüentes quedas de energia que danificam aparelhos domésticos.

A entrada da droga na comunidade foi considerada uma ameaça à segurança dos moradores. A prostituição de menores foi relatada como violência recorrente no bairro, decorrente do fluxo de caminhões, sendo o tráfico de drogas apontado como presente, tanto ao campo como na cidade, considerada mais violenta. Em geral, a comunidade foi considerada pelos entrevistados como pouco violenta.

5.4.6 Violência Urbana e Rural

Entre outros fatores, os conflitos de uso do solo que ocasionam violências relatadas anteriormente, transformam o Estado do Espírito Santo no segundo mais violento do Brasil, perdendo apenas para Alagoas.

No entanto, de acordo, com Adorno (2010), não há dados nacionais sobre delinquência, crime e violência urbana. Os únicos dados nacionais disponíveis alcançam os homicídios. Porém não estão baseados em registros policiais. Dizem respeito à mortalidade por causas externas, dado extraído dos registros oficiais de óbito, cujo armazenamento é de responsabilidade do Ministério da Saúde.⁵¹

Sobre os dados da violência na zona rural, diz o referido autor que parece não ser diferente, embora o trabalho na agricultura e em cultivo ilícito, a exploração sexual e a violência doméstica afetem de forma dramática crianças e adolescentes das áreas rurais por todo o Brasil.⁵²

Estas afirmações foram comprovadas pelas entrevistas com o Secretário de Segurança Pública e Social de Anchieta, Sr. Hermann Damázio Doellinger Filho, que orientou os trabalhos na busca de dados na Polícia Militar e outras instituições como o IEMA e o Instituto Jones dos Santos Neves (IJNS). Conforme verificado, no que diz respeito aos dados oficiais bem como nas entrevistas realizadas com os moradores da cidade e região, apenas algumas formas de

⁵¹ ADORNO, Sergio. Exclusão socioeconômica e violência urbana. Disponível na internet [www.scielo.br]. Consulta em 12/08/2010.

⁵² J IULIANELLI, Jorge Atílio coordenador do Programa Trabalhadores Rurais e Direitos da KOINONIA Presença Eumênica e Serviço. Disponível na internet: [www.koinonia.org.br/comunicacao-publicacao.asp] Consulta em 3/09/20011.

violência são reconhecidas, inferindo a idéia de que a sociedade em geral não identifica as diversas formas de violências e as relações intersubjetivas subjacentes às mesmas.

O Secretário relatou sobre uma reunião que tinha ocorrido entre ele, o Prefeito e mais 66 moradores oriundos de Córrego da Prata, Alto Pongal e Baixo Pongal, Itaperoroma e Joeba. Esta havia se dado em virtude de um roubo de 20 computadores ocorrido em uma escola de uma das comunidades. Na ocasião, manifestou-se a preocupação e o medo crescente da violência à mão armada e o aumento do tráfico de drogas, roubo e furto. Estes tipos de violência foram os mais citados por todos os entrevistados, como ameaça e ocorrência.

Dado que a violência em si, traz relações intersubjetivas, apenas alguns tipos de violência são percebidos e veiculados como tal. Das entrevistas realizadas, apenas um morador do Bairro Alto Pongal, de 54 anos, funcionário público, se sente ameaçado pelo desrespeito aos direitos humanos e o identifica tanto na zona rural como urbana.

A violência doméstica, contra a mulher, crianças e idosos, não foi sequer citada. Mesmo diante deste dado, não se pode afirmar a inexistência destas. Seria necessária uma pesquisa específica sobre o tema para um diagnóstico correto sobre a violência em suas várias formas, levando-se em conta dados culturais das comunidades.

Já a exploração do trabalho infantil, na forma de prostituição, foi relatada pelo morador do bairro do Recanto do Sol, como sendo freqüente e ocasionada pelos “caminhoneiros que ficam no bairro por conta da SAMARCO”.

De acordo com o Secretário de Segurança Pública e Social, as localidades do Recanto do Sol, Mãe Bá, Planalto Anchieta e Nova Esperança são os bairros mais violentos de Anchieta.

Segundo ele, “todas as comunidades sofrerão impacto devido ao aumento da população ocasionado pelos empreendimentos. Já houve um aumento da população, em que muitos que vieram de fora com a expectativa de outros empregos. Em Mãe Bá e Recanto do Sol a prostituição é forte e acentuada”.

Ele afirmou que “depois da 3ª usina da SAMARCO a violência cresceu. Foram afetadas, essencialmente, a pesca artesanal, a região agrícola, e o turismo. As pessoas falam que primeiro vem a empresa, depois vêm os serviços.” Completando, diz que a população está altamente politizada e informada, mesmo no campo, pois os filhos estão na cidade e levam as informações para os pais.

Ressaltou que o índice de tráfico de drogas é “exacerbado” e que o uso do “crack é preocupante”.

O Secretário ainda levantou questões como a ameaça da perda de identidade da população, que se organiza em pequenas propriedades agrícolas e atividades pesqueiras. Para ele “deveriam ser criadas novas leis e ditames para que sejam licenciadas as empresas. E que a população não pode deixar de ser assistida”.

Colocou enfim, uma questão diante dessas perspectivas: “como vamos treinar este pessoal e seus filhos? Como eles vão ser treinados?”

Sobre a violência no campo foram apontados roubos e pequenos furtos, o tráfico de droga e as brigas em bares. As comunidades, em sua maioria, foram consideradas pouco ou nada violentas, mas com a percepção de uma mudança social em que a violência é crescente.

Em 2006, no Estado do Espírito Santo, foi lançada a Campanha Internacional contra violência no campo com o intuito de “denunciar o modelo de desenvolvimento agrário concentrador de terra e renda que promove a exclusão social e produtiva, a degradação do meio ambiente e é gerador da violência no campo”.⁵³ Crianças e adolescentes são usados em muitos casos para aplicar produtos químicos tóxicos na agricultura, de acordo com Julianelli (2006).

Em Anchieta, não houve reconhecimento por parte dos entrevistados deste tipo de violência no campo, mas da mesma forma já citada neste estudo, não se pode afirmar a não existência dela.

Na cidade a mesma percepção acontece, sendo que apenas uma pessoa apontou para a ocorrência de todas as formas de violência tanto no campo como na cidade.

O professor Adilson Neves (2009), em artigo denominado: “O caos da violência no Espírito Santo” salienta que é “um Estado que tem crescido economicamente de maneira exemplar, mas que está atraindo investimentos sem ter uma política vigorosa de combate a criminalidade”.

Esta afirmação é conferida pelos moradores entrevistados que afirmam a necessidade de aumento nos serviços de segurança pública. Eles reconhecem apenas uma Delegacia de Polícia, a da PM, e a ronda que é realizada pela Polícia Civil.

Já o secretário de Segurança Pública diz que tem duas delegacias, da Polícia Civil e da Polícia Militar, sendo a demanda por esta última, grande, e o número de

⁵³ Comissão da Pastoral da Terra. Disponível na internet em: [www.cptnac.com.br].
Consulta em 12/08/2010.

PM's insuficiente. Quanto à Guarda Civil, diz que há um pedido para dobrar o número de servidores e serviços.

Este panorama relatado confirma a necessidade de uma política pública de segurança que atualmente é incapaz de suprir as demandas e que não comporta as expectativas previstas para o aumento da população decorrente dos novos empreendimentos. No Plano de Desenvolvimento⁵⁴, Espírito Santo 2025, afirma-se que: “O Espírito Santo vem assistindo, nos últimos 20 anos, a uma considerável escalada dos índices de criminalidade e violência em todo o Estado”.

Em matéria publicada no site da Comissão da Pastoral da Terra, o Espírito Santo está entre os quatro estados em que a violência aumentou em dois indicadores simultaneamente, isto é, tanto no número de famílias despejadas como no número de prisões. Este fato diz respeito à presença dos latifúndios empresariais monocultores.

Como já citamos, não há dados específicos sobre os diversos tipos de violência no Estado do Espírito Santo. No “Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros - 2008” discutem-se apenas a violência por homicídio e as mortes por armas de fogo e por acidentes de transporte.

Tendo em vista os impactos socioeconômicos e ambientais, os municípios de Guarapari, Alfredo Chaves, Iconha, Piúma e Anchieta devem se preparar para receber os empreendimentos e responder as novas demandas, evitando as suas consequências adversas.

Como afirma Adorno (*Op. cit*), ao mesmo tempo em que a sociedade brasileira se tornou mais densa e mais complexa, a desigualdade de direitos e

⁵⁴ Disponível na internet em [www.espiritosanto2025.com.br]. Consulta em 20/10/2010.

acesso à justiça agravou-se proporcionalmente, acentuando os conflitos sociais e aumentando a taxa de violência nas suas diversas modalidades. Isto não é diferente no Estado do Espírito Santo, pelo contrário, é notório, dada a sua característica como pólo emergente.

O que se percebe é a falta de estrutura para uma mudança tão acentuada onde uma estrutura social econômica e cultural se encontra ainda num estado pretérito baseado na pequena propriedade agrícola e na pesca em relação ao tempo e velocidade que permeiam os empreendimentos, baseados numa lógica futura.

A quebra abrupta das estruturas sociais, da família, do modo de produção e de trabalho, abre uma brecha para o consumo de droga e a marginalização de indivíduos exigindo outro modo de pensar a vida, outra cultura para que sejam inseridos tão rapidamente nas novas redes de relações estabelecidas pelo mercado.

Para obter informações sobre a rede de atendimento aos vários tipos de violência nos municípios de ADA e AI foram realizadas entrevistas com a governança: secretarias de Ação Social, Assistência Social, Conselho Tutelar e Promotoria da Justiça, de acordo com a disponibilidade destes serviços e atendimento de cada local.

O trabalho buscou identificar os tipos de violência, seu reconhecimento, e a relação com as mudanças econômicas e sociais na região.

A) Anchieta

- População vem crescendo ostensivamente nos últimos anos com a migração;
- Aumento no índice de usuários de drogas, principalmente, o crack e o álcool, bem como o incremento da gravidez precoce e de moradores de rua;
- De um ano e meio para cá, surgiram os “flanelinhas” que, quando não são atendidos, depredam os carros e ameaçam as pessoas;
- A idéia de desenvolvimento atrai o tráfico e traz homens que se envolvem com drogas e relacionamentos sexuais;
- Há um grande número de adolescentes envolvidos com drogas;
- A miséria aumentou muito de três a quatro anos com a vinda de imigrantes sem emprego e sem qualificação que encontram, em Anchieta, atendimento escolar e de saúde pública de qualidade. A creche de Anchieta, por exemplo, é um modelo para o Estado do Espírito Santo, sendo que estes fatores fazem com que os imigrantes permaneçam na cidade, pois muitas vezes são provenientes de lugares que não tem este tipo de atendimento;
- Inserção dos adolescentes, tanto do campo, quanto da cidade na rede de tráfico;
- Presença de ocupação desordenada devido à imigração. Foram criados bolsões de pobreza como: Recanto do Sol, Nova Anchieta, Planalto Anchieta, Guanabara, parte de Mãe-Bá e Limeira, tendo estes

dois últimos um índice altíssimo de usuários de drogas, prostituição e crime. Acredita-se que isto ocorra por estarem mais próximos da BR-101 e de Guarapari.

- A maior demanda da Assistência Social é a distribuição da cesta básica (2000 por ano) para bairros muito vulneráveis; e também a procura por habitação, que tem como maior demanda o bairro Planalto Anchieta com muita invasão;
- A orientação judiciária nos casos de pedidos de internação de adolescentes usuários de droga é de encaminhamento para a proteção ao adolescente em Vitória;
- A rede de atendimento existe só para violência contra criança e adolescente;
- A Delegacia não encaminha casos de mulher vítima de violência. São poucas mulheres que denunciam, mas os assistentes sociais acreditam que o índice de violência contra a mulher seja alto, pois o alcoolismo é alto e muitos casos são relatados pelos agentes de saúde do Programa da Saúde e da Família e outros informantes. Outra fonte são os casos de separação que chegam ao assistente social encaminhados pelo Judiciário, em sua maioria, decorrentes de violência doméstica;
- A Secretaria atende por volta de 4000 pessoas por ano, sendo uma média de 300/350 por mês, sem contar os que são atendidos pelo outros programas como CRAS, os Conselhos da Criança e do Idoso, os PETS, o programa de habitação, o Infocentro, que oferece cursos

técnicos de informática para jovens, uma política de inclusão social que atende por volta de 960 jovens por ano.

- Segundo o Conselho Tutelar:
- Há um número de crianças que sofre violência decorrente da violência contra a mulher. Embora a delegada de polícia dê bastante atenção aos casos de violência doméstica, as mulheres não têm coragem de denunciar. Não existe um atendimento específico para mulher vítima de violência, dos 103 casos de famílias registrados durante um ano (2009-2010), que envolvem várias crianças, 50 são casos de crianças vítimas de violência decorrente da violência contra a mãe. Deste número, foram detectados três casos de abandonos, 10 de abusos sexual, 6 de droga e o restante envolve vários tipos;
- 80% dos casos são provenientes da cidade e 20% da zona rural;
- Na cidade, em primeiro lugar, vêm os casos de drogas e adolescente; em segundo lugar, a violência doméstica (agressão física); em terceiro, a ausência da escola e, por último, o abuso sexual;
- No campo, em primeiro lugar está a ausência na escola, em segundo, o desleixo (falta de alimentação ou em hora errada, falta de banho), em terceiro, o abuso sexual;
- O abuso sexual em sua maioria é praticado na família;
- O Conselho tem registro de cada caso, mas não tem este arquivo organizado, com classificação em tipos de violência. Falta método de classificação, às vezes uma criança sofre vários tipos de violência;

- A prostituição infantil é grande, principalmente no bairro Recanto do Sol. Crianças de 10 a 15 anos se prostituem para conseguir droga, o crack, principalmente. Muitas delas são levadas pela própria mãe, às vezes porque esta é usuária de droga ou porque busca uma renda extra;
- As mães só procuram o Conselho Tutelar quando a filha é ameaçada de morte pelos traficantes ou por denúncia alheia. A maioria é denunciada por vizinho ou parente próximo;
- Adolescentes usuários de droga são encaminhados para Vitória, não tendo atendimento adequado.

Há uma pequena rede de atendimento, que envolve; Conselho Tutelar – Assistência Social, CREAS (Guarapari) – Promotoria – Escolas - Secretaria de Saúde - CRAS (Assistente Social e Psicólogo) – CRAE - (Secretaria da Educação) - “Lar Renascer”.

- O Conselho afirma que consegue acompanhar os casos até o final do atendimento;
- O “Lar Renascer”, que abriga crianças de até 12 anos, saindo do abrigo, relata que muitas retornam ao local de origem ou vão para Guarapari, que tem um projeto em Cariacica de atendimento a jovens;
- Em casos de abuso sexual, as crianças são atendidas em Guarapari pelo CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social), pelo Programa Sentinela, que tem um atendimento especializado;

- Em Anchieta o CRAES atende às crianças com problemas na escola, oferecendo fonoaudiólogo e assistente social;
- Acreditam que com os novos empreendimentos o número de violência tende a crescer.

B) Iconha

Em relação à criança e o adolescente há casos contínuos de vítimas de maus tratos, evasão escolar, gravidez na adolescência, situação de abandono, abuso sexual e negligência, de acordo com dados do Conselho Tutelar e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

A utilização de drogas lícitas e não lícita é uma realidade preocupante. O município é cortado pela BR-101 que facilita o tráfico de drogas.

Há ainda a ausência de Casa de Passagem/Abrigo para acolhimento de crianças e adolescente, que por motivos diversos devem ser retirados de seu ambiente familiar. Desemprego, pobreza, são fatores que influenciam negativamente todos os membros e seu convívio social.

No município existem ainda crianças e adolescentes, no meio rural, que deixam a escola para trabalharem na lavoura, com o objetivo de fortalecer a renda familiar.

Outra situação marcante é o fato das mães precisarem trabalhar e deixam seus filhos sozinhos em casa, é onde muitos ficam na rua, ociosos e correndo o risco de envolvimento com drogas, exploração sexual, doenças, acidentes domésticos etc.

De acordo com o estudo elaborado em parceria com o Ministério das Cidades, Iconha integra o grupo “02”, de acordo com sua capacidade administrativa, e a porcentagem de receitas próprias aplicadas nos anos de 2002 a 2005 equivale a 5% da arrecadação. Tem o Conselho Gestor do fundo Municipal de Habitação e o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, criado por lei, mas ainda não ativos.

Grupos sociais em funcionamento com o objetivo de fomentar as questões habitacionais também não atuam em Iconha. Segundo a tipologia do Plano Nacional de Habitação, Iconha é considerada pertencente do grupo “J”, caracterizado por pequenas cidades, com espaços rurais pobres e com baixo dinamismo.

Não há áreas consideradas como assentamentos precários, porém existem loteamentos irregulares, moradias precisando de reformas e ou ampliação, novas unidade habitacionais a serem construídas, comunidades precisando de infraestrutura ou complementação desta. Como não há Plano Diretor Urbano, as ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) não estão delimitadas e, por consequência, o município não possui lugar destinado à construção de novas habitações de interesse social.

A SEMADES não dispõe de um diagnóstico da real situação do déficit habitacional, o que dificulta o planejamento de futuras ações.

As políticas públicas municipais de assistência social estão organizadas da seguinte forma:

- a) A proteção Social Básica é oferecida através do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) que tem caráter preventivo e

processador da inclusão social, com objetivos de assegurar direitos e propiciar a construção da autonomia das famílias. É a porta de entrada das demandas sociais. Nessa modalidade estão incluídos os serviços, programas e projetos, locais de acolhimento, convivência e socialização e os benefícios de prestação continuada.

- b) A Proteção Social Especial é oferecida pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), onde é realizado o atendimento destinado às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, por maus-tratos físicos e/ou psíquicos, por abuso sexual e pelo uso de substâncias psicoativas etc.
- c) O Serviço de Alta Complexidade, na modalidade de abrigo para crianças e adolescentes, é oferecido através de um convênio com a prefeitura de Piúma, onde as crianças e adolescentes em situação de risco são encaminhados à Casa de Passagem “Lar Bem Te Vi”.
- d) O Programa NOSSO CRÉDITO é o principal projeto municipal de incentivo o empreendedorismo, objetivando a inclusão econômica e social. Visa atender a uma parcela de empreendedores de pequenos negócios; microempresas nos setores de comércio, produção e serviços; pequenos produtores rurais e suas famílias; associação e cooperativas legalizadas de produção ou de serviços, cidadãos estes que atuam na formalidade e informalidade, e que precisam de dinheiro para ampliar seu empreendimento, mas não são atendidos pelas instituições bancárias.

- e) O Programa de Transferência de Renda Bolsa Família (Programa Federal) atende famílias com renda mensal por pessoa de $\frac{1}{2}$ salário mínimo, num esforço do exercício de direitos sociais básicos nas áreas de saúde e educação, por meio do cumprimento das condicionantes, o que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações.
- f) O Benefício de Prestação Continuada, estabelecido pela LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social e destinado a pessoas portadoras de deficiência, incapazes para a vida independente, para o trabalho e idosos com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção, nem tê-la provida por sua família.

A secretaria atende com subvenções sociais:

- O Grupo da 3ª Idade “Reencontro com a Vida”, na modalidade de Proteção Social Básica, visando proporcionar assistência e promoção social aos idosos.
- O Lar do Idoso “José de Paula Beiriz” na modalidade de Proteção Social Especial de Alta complexidade por tratar-se de abrigo.
- A Associação Pestalozzi de Iconha, de apoio à pessoa portadora de deficiência.

Tipos de violência no município

Violência física, moral, financeira, psicológica, sexual e negligência.

Rede de atendimento às vítimas de violências

Rede de proteção às crianças e adolescentes: é a mais articulada e conta com a atuação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-COMDCAI, Conselho Tutelar, CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), Ministério Público; as outras redes de proteção ao idoso, à mulher e ao deficiente estão em processo de construção e articulação, tendo como base de atuação, nesse momento, as ações principalmente do CREAS, M.P. e Polícia Civil.

Diferenças entre a violência no campo e na cidade

Não há nenhum estudo conclusivo e nem dados específicos sobre a diferença entre a violência do campo e da cidade, sendo os dados registrados em uma base de dados única. Contudo, vale ressaltar que existe registro de violência tanto no campo quanto na cidade.

C) Alfredo Chaves

As informações desse município foram obtidas por meio de entrevistas com a governança: Secretarias de Ação Social, Assistência Social, Conselho Tutelar e Promotoria da Justiça.

Tipos de violência no município

Há registros de violência doméstica, abuso e exploração de criança e adolescente, violência contra a mulher, Violência /negligência contra o idoso, dentre outras.

Rede de atendimento às vítimas de violências

Há rede com a saúde, educação, ministério público, poder judiciário, conselho tutelar, e demais órgãos. No entanto, não foi especificado.

Diferenças entre a violência no campo e na cidade

Não há diferença, pois o município é predominantemente rural.

Distribuição de cesta básica

O benefício eventual, na forma de auxílio alimentação, constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, através da concessão de uma cesta básica de alimentos, para minimizar a vulnerabilidade provocada pela falta de condições socioeconômicas da população com problemas de subsistência, famílias em situação de risco pessoal e/ou social.

A concessão do benefício se dá através do plantão social realizado na secretaria, sendo este, um serviço de referência para a cidade nas situações de

urgência e emergência. Através do plantão social realizado pelo assistente social é analisado cada caso, por meio de um conjunto de critérios para concessão do referido benefício. Por ano, esta entrega uma média de 70 (setenta) cestas básicas.

Cadastrados para o Bolsa Família

O município de Alfredo Chaves possui os seguintes dados referentes ao ano de 2009:

- Números de beneficiários até dezembro de 2009: 903 beneficiários
- Total de famílias cadastradas até dezembro de 2009: 1.371 beneficiários

Programas de políticas públicas para a assistência social no município

Segue abaixo o diagnóstico situacional da política da assistência social ressaltando que o município encontra-se em nível de gestão básica e tendo implantado os seguintes programas, projetos e serviços:

a) Proteção Social Básica

Ação Integral ao Idoso;

Público alvo: 90 Idosos;

Ações realizadas: bailes, passeios, encontros festivos (jantares), carnaval na 3ª idade, realizações de palestras, oficinas de trabalhos manuais.

b) Projeto Qualidade de Vida na 3ª idade

Público Alvo: 76 idosos

Ações realizadas: aulas de ginástica de segunda a quinta-feira, no centro de convivência da 3ª idade.

c) Proteção Social Básica à Infância / Ações Sócio Educativas com Familiares

Público Alvo: Criança de zero a seis anos/ familiares

Ações realizadas: cursos de qualificação social e profissional, palestras sócio educativas.

d) Programa Pro Jovem Adolescente

Público Alvo: 50 adolescentes 15 a 17 anos;

Ações realizadas: ações sócio-educativas que visam garantir a convivência familiar e comunitária e criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional.

Traçado metodológico: convivência social, participação cidadã e mundo do trabalho.

e) Programa BPC na Escola (Grupo Gestor: Ação Social; Saúde; Educação e Direitos Humanos)

Público Alvo: Beneficiários de zero a dezoito anos;

Ações realizadas: mapeamento para inclusão dos beneficiários na rede de ensino.

f) Programa de Atenção Integral a Família – PAIF - Centro de Referência da Assistência Social - CRAS

Público Alvo: famílias em situação de vulnerabilidade social;

Ações realizadas: cadastramento e atendimento realizados de famílias em situação de vulnerabilidade social, mapeamento da rede de proteção social,

campanhas sócio-educativas, atendimentos individuais; grupos e oficinas de convivência e trabalho sócio-educativos; visitas domiciliares; estudo e pareceres sociais; cursos de geração de renda e qualificação profissional.

g) Programa de Proteção Social Especial de Alta e Média Complexidade

Pessoa com Deficiência – Associação Pestalozzi

Público Alvo: pessoas portadoras de deficiência;

Ações realizadas: prevenção, habilitação e reabilitação, equiparações de oportunidades e proteção.

h) Proteção a Criança e ao Adolescente

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI

Publico alvo: 100 crianças e adolescentes de 06 a 15 anos de idade;

Ações realizadas: atividades sócio-educativas, como: oficinas de reforço escolar, artesanato, coral, teatro, congo, capoeira, tv/vídeos, brinquedoteca, sala de jogos, biblioteca, computação, recreação;

Ações com as famílias: reuniões mensais, palestras, atendimentos individuais aos alunos e familiar responsável, cursos de qualificação profissional.

i) Serviços de Acolhimento Institucional

Público Alvo: crianças e adolescentes de zero a dezoito anos em situação de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção.

Ações realizadas: atendimento especializado e condições institucionais para o acolhimento em padrões de dignidade, funcionando como moradia provisória até que seja viabilizado o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para família substituta.

j) Programa Nossa Casa – governo do estado do Espírito Santo/IDURB

Público Alvo: famílias de baixa renda que apresentam um déficit habitacional, sem condições dignas de moradia;

Ações a serem realizadas: Construção de 50 Unidades Habitacionais.

k) Projeto Costurando Novas Oportunidades

Público Alvo: Associação de Costureiras - 20 mulheres;

Ações realizadas: confecção de roupas.

l) Projeto Nosso Crédito

Público Alvo: Empreendedores municipais;

Ações realizadas: disponibilização de linha de financiamento para empreendedores formais e informais do município.

m) Projeto de qualificação profissional e social

Público Alvo: População com maior dificuldade de acesso ao mercado de trabalho (baixa renda e menor escolaridade);

Ações realizadas: cursos profissionalizantes.

n) Projeto - cursos do plano territorial de qualificação - PLANTEA/ES

Público Alvo: População com maior dificuldade de acesso ao mercado de trabalho (baixa renda e menor escolaridade);

Ações realizadas: cursos de qualificação social e profissional em consonância com as potencialidades e vocações locais, levando em consideração o desenvolvimento de arranjos e cadeias produtivas como forma de ampliar as oportunidades de geração de trabalho e renda.

o) Projeto “Arte e qualidade de vida”

Público Alvo: 50 alunos da Associação Pestalozzi;

Ações realizadas: Aulas de capoeira; Aulas de dança; Curso de teatro; Curso de bordado.

p) Projeto Compra Direta da Agricultura Familiar

Público Alvo: 530 alunos das seguintes Instituições: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil PETI, Creche Pequerruchos, Creche Comecinho de Gente, Creche Infância Feliz, Associação Pestalozzi, Jardim de Infância José de Anchieta.

Ações realizadas: Aquisição de alimentos da agricultura familiar e sua destinação para o atendimento das demandas de suplementação alimentar de programas sociais locais, com vistas à superação da vulnerabilidade alimentar de parcela da população.

q) Projeto Benefícios Eventuais: auxílio natalidade e funeral

Público Alvo: Famílias com renda per capita de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo.

Ações realizadas: aquisição urna funerária e enxoval de bebê para atender o plantão social.

r) Projetos Inclusão Digital

Público Alvo: Comunidade em geral;

Ações realizadas: Cursos Básicos de Informática.

s) Projeto Ação Comunitária "cidadania em campo"

Público Alvo: Comunidade em geral;

Ações realizadas: Mutirão de serviços integrados com foco na promoção e fortalecimento da cidadania.

t) Plantão Social

Público Alvo: Famílias em situação de vulnerabilidade social;

Ações realizadas: concessão de benefícios assistenciais e eventuais.

u) PROCON municipal

Público Alvo: Comunidade em geral;

Ações realizadas: atendimentos/orientações voltados para a defesa do consumidor.

v) Assistência jurídica

Público Alvo: Pessoas com renda de até 03 (três) salários mínimos.

Ações realizadas: Assistência judiciária gratuita Expectativas do município em relação aos novos empreendimentos

Os novos empreendimentos podem trazer ao município oportunidades de empregos para a população, processos de qualificação profissional e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida, através da emancipação das famílias que estão em situação de vulnerabilidade, por estarem fora do mercado de trabalho formal.

Por outro lado, a cidade não está preparada para receber empreendimentos ou ser indiretamente atingida com estas novas demanda, por ser um município de pequeno porte e sem infraestrutura, principalmente, no que diz respeito à habitação.

D) Guarapari

Violência no campo

- Pequenos furtos, roubos e arrombamentos.

- Crescimento significativo do uso e tráfico de drogas.

Acredita-se que a droga seja um reflexo da globalização e seu consumo, de fácil acesso para o homem do campo e da cidade.

Na cidade

Todos os tipos de violência. Alto índice de homicídio.

E) Piúma

O alto número de população flutuante na temporada aumenta o consumo de drogas, estupro e roubo.

De acordo a Secretaria de Assistência Social não há serviços de atendimento às vítimas de violência. A Secretaria não tem recursos humanos, como advogado, psicólogo para implantar o CREAS que trabalha diretamente com a questão da violência.

Em 2007 houve muita denúncia de mães que exploravam as próprias filhas. O município recebeu por volta de 3000 homens por conta de duas empreiteiras, o que ocasionou a prostituição infantil e gravidez precoce.

Piúma não está preparada para receber os empreendimentos. A Saúde não suporta a demanda e há um grande consumo de crack.

Há bolsões de pobreza, como o Bairro Céu azul, uma invasão onde a maioria dos moradores vieram do Rio de Janeiro e Bahia.

A falta de estrutura é tanta que existem processos de pedido de cesta básica, parados no sistema jurídico, desde 2008.

Há um contingente grande de trabalhadores informais que só conseguem trabalho no verão.

5.4.7 *Uso dos Recursos Naturais*

Na região das ADA, AID e AII resta muito pouco de vegetação nativa. Em relação aos recursos hídricos, o principal agente é o Rio Benevente.

A Bacia do Rio Benevente é formada pelos municípios de Anchieta, Alfredo Chaves, Iconha, Guarapari e Piúma. Tem uma área de drenagem de aproximadamente 1.260 km², e sua disponibilidade hídrica é estimada em 30 m³/s (Estação Fluviométrica do Benevente).

Sua foz está localizada na cidade de Anchieta, onde se situa um dos maiores manguezais do Espírito Santo, e sua nascente encontra-se na localidade de São Bento de Urânia, no município de Alfredo Chaves, percorrendo 56 quilômetros até desaguar no Oceano Atlântico, em Anchieta.

Segundo a SEAMA⁵⁵, a demanda de água, como um dos principais recursos naturais, é um fator preocupante, pois estudos de especialistas apontam que as águas do Rio Benevente que abastece as cidades os municípios em questão não serão suficientes para abastecer o complexo industrial que será implantado.

A agricultura praticada na região, principalmente para produção do café e da banana, além das pastagens nas encostas, e de verduras, degradam o solo. Os esgotos domésticos dos municípios em sua quase totalidade são lançados, sem tratamento, no rio e seus afluentes, comprometendo todos os municípios da região.

⁵⁵ Secretaria de Estado do Ambiente e Recursos Hídricos . Disponível na internet em [\[www.meioambiente.es.gov.br\]](http://www.meioambiente.es.gov.br). Consultado em 10/08/2010.

A bacia vem sofrendo em sua parte baixa um processo muito rápido de ocupação. A principal atividade em suas margens é a agropecuária, destacando-se a cultura do café.

A metrópole expandida sul abrigará os pólos industriais e empresariais, cujos empreendimentos levarão o município em direção a transformações, não só na sua estrutura econômica, mas também de seu território e toda relação de territorialidade, assim como das suas áreas ambientais, como o mangue, as lagoas, as praias entre outros.

Contrariando as expectativas da SEAMA, em dezembro de 2010, a Companhia Espírito Santense de Saneamento publicou um relatório (**Anexo 5.4.7-1**) com a perspectiva para atendimento da demanda por abastecimento de água da Base Portuária do E&P me Anchieta/ES. Este documento retrata o sistema de abastecimento necessário para o atendimento da demanda futura esperada, considerando a implantação de diversos empreendimentos aliados ao da Petrobras, além do conseqüente crescimento populacional. Considera-se, então que, no foco do relatório da CESAN, foi descrita uma alternativa técnica que garanta o abastecimento das plantas industriais em questão e população, com seus custos e prazos estabelecidos.

A proposta da CESAN contempla um sistema de grande porte (700 l/s), modular, com uma primeira etapa para 250 l/s, que inclui a demanda da Petrobras, além do atendimento às demais indústrias ligadas a ela, bem como a população de Anchieta.

O documento propõe a participação da Petrobras no aporte financeiro relativo aos 60 l/s solicitados pela empresa por ofício à companhia de saneamento. O

valor inicial, estimado em R\$ 23 milhões de reais, sendo este integralmente amortizado a partir do faturamento de água a ser fornecida.

A) Anchieta

De acordo com Inventário Turístico de Anchieta⁵⁶, realizado no ano de 2005, o manguezal do Rio Benevente é o mais preservado do estado, onde são encontrados o Manguê Vermelho, o Manguê Seriba e o Manguê Branco. As árvores são acompanhadas por um pequeno número de outras plantas, tais como a Samambaia do Manguê, o Hibisco e a Gramínea Spartina. Ricas comunidades de algas crescem sobre as raízes aéreas das árvores, na faixa coberta pela maré. Os troncos permanentemente expostos e as copas das árvores são pobres em plantas epífitas.

A Secretaria de Pesca e Meio Ambiente de Anchieta mantém um viveiro para produção de mudas tradicionais do município, sendo vários tipos de espécies frutíferas, vegetação de restinga e mata ciliar.

Quanto à fauna, destacam-se as várias espécies de caranguejo, ostras, camarões, robalos e tainhas, assim como as aves migratórias, que também escolhem o manguezal para procriação. Nos meses de outubro a fevereiro, as tartarugas marinhas procuram o litoral de Anchieta para alimentação e para completar o seu ciclo produtivo, monitoradas pela equipe de SEMPA (Secretaria de Pesca e Meio Ambiente de Anchieta) e do Projeto TAMAR.

⁵⁶ Disponível na internet em: [http://turismo.descubraoespiritosanto.com.br/_midias/pdf/106-4b843c39eff00.pdf]. Consulta em 10/08/2010.

Outro ponto importante é a Estação Ecológica de Papagaio, local onde podem ser vistos ninhos de papagaios verdes e vermelhos e onde as garças brancas costumam fazer revoadas. O município mantém um Programa de maricultura, onde são produzidas toneladas de mexilhões.

Entidades ambientalistas do sul ressaltam que o rio não tem capacidade para abastecer os grandes projetos anunciados. A vazão atual do rio é de 30 metros cúbicos por segundo, na foz, e 18 metros cúbicos por segundo, em Jabaquara, onde seria captada a água que abasteceria o antigo projeto da Baosteel e que atualmente irá abastecer o atual projeto da Companhia Siderúrgica de Ubu, sob a responsabilidade da Vale S/A..

A malha hídrica do município possui cursos pequenos e poluídos, sobretudo pelo uso de agrotóxicos nas propriedades agropecuárias. Está em fase de elaboração o projeto de lei que institui o Preço Sobre Serviços Ambientais Municipal que, associado ao plano da Bacia do Rio Benevente, através do respectivo Comitê, buscará um enquadramento dos múltiplos usos da água em relação às atividades, agrícola, pecuária, lazer, abastecimento etc. O desenvolvimento do PSA no município está fundamentado no Programa de Produtores de Água (PRODUTORES), proposto pelo IEMA. Outro projeto é o “Águas de Anchieta”, focando basicamente a foz do rio Benevente.

Os dados obtidos em campo ressaltam a afirmação de Alvarenga⁵⁷ de que “em Anchieta, os efeitos das mudanças já podem ser sentidos pelos mais de 20 mil moradores do município (IJSN)”.

⁵⁷ IJSN. Instituto Jones Santos Neves. Disponível em: [\[http://www.ijsn.es.gov.br/\]](http://www.ijsn.es.gov.br/) in ALVARENGA, Andréa Curtiss É possível um desenvolvimento urbano sustentável no município de Anchieta - ES?

A expectativa de aumento para 100 mil habitantes da população de Anchieta, segundo Alvarenga, indica o colapso dos recursos naturais existentes na região de Anchieta pelo aumento e concentração da população na cidade, fazendo com que ela dependa mais de recursos externos e gerando mais impacto em seu entorno.

Um exemplo que reforça esta afirmação é o relato de moradores da região agrícola de Anchieta, como de uma moradora de Itaperoroma, de 62 anos, que afirmou que “os jovens estão saindo do campo, querem ir para a cidade, além do solo estar seco”, indicando outra relação do homem com a terra, que não é de subsistência e, portanto, de colapso de uma cultura e a gênese de outra, que terá custos e danos para se formar.

B) Guarapari

Guarapari tem um grande potencial de recursos hídricos: duas bacias (Benevente e Jucu) e pequenos córregos que deságuam no município, fazendo com que quase todas as propriedades tenham nascentes. A maior parte delas está precisando de um programa de recuperação, dado o excesso de desmatamento em seu entorno. Junto a isso, há a necessidade de reflorestar as margens dos rios, cujos leitos estão desprotegidos.

Quanto ao uso da vegetação, atualmente, há pouca supressão devido à legislação que insere multas que inviabilizam o uso, pois resta muito pouco da mata nativa.

De acordo com um estudo⁵⁸ realizado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro sobre a evolução temporal da cobertura vegetal ocorrida no município de Guarapari, num período de quase três décadas - de 1976 a 2006 -, em 1977 o município apresentava aproximadamente 506 km² de cobertura vegetal, ou seja, 85,5% de sua área total. Já no ano de 2006 foram encontrados 378 km² de cobertura vegetal, representando 63,9% da área do município, uma redução de 25% quando comparado com os dados de 1977.

Atribui-se esta devastação da vegetação nativa pertencente à Mata Atlântica ao grande crescimento demográfico da região.

Em 1980, segundo o censo do IBGE, a população do município de Guarapari era de 38.500 habitantes. No período de 1980 a 2006, o crescimento da população foi de 280%, contando atualmente com cerca de 110 mil habitantes. Esse crescimento demográfico, provavelmente, foi o principal responsável pela diminuição significativa da cobertura vegetal no município (Op. Cit.).

O estudo aponta outras duas pesquisas, de CUNHA et al.² Anais do VIII Congresso de Ecologia do Brasil, 23 a 28 de Setembro de 2007, Caxambu – MG (2006)⁵⁹ e de LUCHIARI (2001)⁶⁰. O primeiro mostrou uma maior ocupação das unidades de uso “mata secundária” e “capoeira” na microbacia do Córrego do Orató, e o segundo, concluiu que:

⁵⁸ SÁ, Mariana Médice Firme e SALAMENE, Samara e FRANCELENO, Márcio Rocha a evolução temporal da cobertura vegetal no município de Guarapari, ES. In Anais do VIII Congresso de Ecologia do Brasil, 23 a 28 de Setembro de 2007, Caxambu – MG.

⁵⁹ CUNHA, A.M.; LANI, J.L.; AMARAL, E.F.; REZENDE, S.B.; RIBEIRO, L.S. Mosaico digital de aerofotos não-convencionais na avaliação de recursos naturais: estudo de caso. Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental, v.10, n.1, p.182-187, 2006.

⁶⁰ LUCHIARI, A. Identificação da cobertura vegetal em áreas urbanas por meio de produtos de sensoriamento remoto e de um sistema de informação geográfica. Revista do Departamento de Geografia, v.14, p.47-58, 2001.

"(...) a quantidade de cobertura vegetal está relacionada às características socioeconômicas da população, sendo um indicador da qualidade de vida. Geralmente, locais onde há concentração da população de classe média e média alta, apresentam índices elevados de cobertura vegetal, ao contrário do que ocorre nas áreas urbanas destinadas à classe populacional de menor renda, onde esses índices são bem menores "(Op. Cit.)

Foi concluído que o município de Guarapari apresentou uma redução de 25% na cobertura vegetal entre os anos de 1977 e 2006, principalmente devido à expansão urbana ocorrida nesse período.

Outro estudo realizado recentemente pela Fundação SOS Mata Atlântica e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), mostra que, na região metropolitana de Vitória, 150 hectares de mata atlântica foram suprimidos entre 2005 e 2008, sendo que deste total 68 hectares foram no município de Guarapari

C) Alfredo Chaves

A nascente do Rio Benevente localiza-se em Alfredo Chaves e corresponde a 62% da bacia no município. O município coleta toda água para abastecimento desta bacia.

As cachoeiras formadas pelos afluentes do Rio Benevente são: a Engenheiro River (Matilde), com potência estimada em 2000 hp, localizada no Distrito de Matilde, a Bela Vista, a Piritinga, a Itacema, a Vovó Lúcia, a Da voz, a Santa Maria Madalena e a Santa Maria do Engano.

- 50% da área do município possuem cobertura vegetal natural;

- Todo o esgoto vai para o Rio Benevente;
- O município não possui licenciamento ambiental para construção civil;
- Mais de 90% do município está em área de APP;
- Os recursos naturais são utilizados para o agroturismo, para o ecoturismo e para o turismo de aventura.

D) Iconha

O município faz parte de duas bacias hidrográficas. Uma delas é a Bacia do Rio Benevente, com área de drenagem de aproximadamente 1260 km², da qual também fazem parte os municípios de Anchieta, Alfredo Chaves, Guarapari e Piúma. A outra é a Bacia do Rio Novo, com área de drenagem de aproximadamente 722 km², da qual também fazem parte os municípios de Itapemirim, Piúma, Rio Novo do Sul e Vargem Alta. A água usada para abastecer o município é captada no rio Iconha e 100% da água servida na área urbana é tratada.

A vegetação primitiva era representada principalmente pela Floresta dos Tabuleiros, parte integrante da Floresta Atlântica de planície e encosta. Esta cobertura natural sofreu intensa degradação, devido à implantação das pastagens para a criação extensiva de bovinos e de lavouras de café e banana.

As serras e cachoeiras são utilizadas como atrativo turístico e para a prática de esportes como, asa delta, vôo livre, rapel entre outros.

E) Piúma

No município de Piúma, é notável a presença de áreas rurais, onde as propriedades não possuem rede coletora, os efluentes gerados são encaminhados às fossas sépticas ou são lançados nos cursos d' água.

Cinquenta por cento do esgoto é tratado através de bacias de decantação. A água sobressalente é despejada no Rio Iconha.

O Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias (INPH) fez um estudo sobre o caso de Piúma. Depois da conclusão, foi elaborado um projeto que prevê a instalação de uma barra de contenção no canal de Itaputanga e o aumento da faixa praiana em 1500 metros de comprimento por 50 metros de largura. O projeto total tem um custo de R\$ 14 milhões.

O IEMA é o órgão responsável pelo monitoramento das praias.

No carnaval, de 4 a 5 km da orla são ocupados por 6 trios elétricos. A cidade é visitada por até 250 mil turistas. No verão, há problema de falta de água.

Foram plantadas, até 2010, mudas de espécies nativas do Bioma Mata Atlântica em áreas de nascentes.

A produção pesqueira vem sofrendo perdas crescentes, ainda não contabilizadas, que estão associadas aos poluentes de indústrias de Anchieta, mas também decorrem da pesca predatória, que utiliza o arrasto e puçá. O pescador muitas vezes não tem consciência dos problemas que a pesca predatória tem causado.

O município tem em seu planejamento os seguintes projetos relacionados ao controle e regulamentação do uso dos recursos naturais presentes em seu território:

- Programa de Recuperação de Áreas Degradadas, aprovado no final de 2010, deve atuar na recuperação de áreas urbanas (sobretudo nas encostas) e em áreas rurais, priorizando áreas em processo adiantado de erosão;
- Plano Diretor Municipal, em processo de aprovação;
- Projeto para recuperação de nascente.

5.4.8 Turismo e Lazer

No sentido de potencializar os atrativos turísticos da região a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico e Turístico (SEDETUR) coordena os trabalhos voltados à promoção da Rota do Sol e da Moqueca, contemplando os atrativos naturais, além de aspectos da tradição e história local, integrando no circuito os municípios de Serra, Vitória, Vila Velha e Guarapari.

As informações sobre infraestrutura de lazer e turismo foram coletadas nos Inventários turísticos dos municípios que integram a AII e por meio de entrevistas com a governança local. No município de Anchieta os dados foram complementados pelas campanhas de campo.

5.4.8.1 Anchieta

A) Informações turísticas constantes de Inventário Oficial

No inventário de turismo do município de Anchieta, são descritos os seguintes atrativos naturais:

A.1) Praia de UBU

- Localização: Ubu, urbana.
- Atividades ocorrentes no atrativo: banho de mar e esportes náuticos.
- Origem dos visitantes: local, municipal, entorno regional e outros estados.

Maior visitação no verão.

- Descrição do atrativo: urbanizada, com calçadão e quiosques, não perdeu muito seu ar de pacata vila de pescadores. Uma enseada de águas calmas e claras que, em forma de ondas fracas, que molham uma faixa de areia fina e compacta. Presença de Arrecifes ao sul. Ao norte, o Pontal de Ubu avança adentro, oferecendo uma belíssima vista panorâmica.



Figura 5.4.8-1: Praia de Ubu, Anchieta, 2010.

A.2) Praia do Além

- Localização: Ubu, não urbana.
- Atividades ocorrentes no atrativo: banho de mar e surf.
- Origem dos visitantes: local, municipal e entorno regional. Maior visitação no verão.
- Descrição do atrativo: a longa faixa de areia fofa e amarela foi dividida ao meio pelas instalações de um porto de exportações de pelotas de minério de ferro,

produzidas numa usina local. Margeada pela Rodovia do Sol, que se prolonga por cima da falésia, é muito indicada para aquelas que gostam de praticar o surf.

A.3) Praia de Parati

- Localização: Ubu. Não urbana.
- Atividades ocorrentes no atrativo: Wind surf, mergulho e banho de mar. Visita à base do Projeto TAMAR.
- Origem dos visitantes: local, municipal, entorno regional e outros estados. Maior visitação no verão.
- Descrição do atrativo: antiga Vila de Pescadores, na Praia de Parati é comum o aluguel de casas para veraneio. A praia apresenta um mar de águas tranquilas e transparentes, boas para banhos em todos os períodos das marés, sendo que durante as marés baixas, graças à presença de recifes, surgem piscinas naturais. Bom local para mergulho e prática de esportes náuticos, com a pesca de arremesso e para a prática de Wind surf. Areia fofa, águas claras, ondas fracas e uma grande presença de algas e corais. Acesso por pequeno trecho de estrada de chão a partir da rodovia asfaltada.



Figura 5.4.8-2: Barco na Praia de Parati. Anchieta, 2010

A.4) Praia de Guanabara

- Localização: entre Ubu e Castelhanos. Não urbana.
- Atividades ocorrentes no atrativo: Wind surf, mergulho e banho de mar. Visita à base do Projeto TAMAR.
- Origem dos visitantes: local, municipal, entorno regional e outros estados. Maior visitação no verão.
- Descrição do atrativo: Guanabara, a 6 km da Sede de Anchieta, possui 2,5km de extensão. O acesso pode ser feito pela Rodovia do Sol ou por estrada de terra no sentido Parati-Anchieta. Oferece boa infraestrutura receptiva com a presença de hotéis, pousadas e restaurantes. Com águas claras, ondas médias e recifes, é boa para a pesca artesanal. Durante as marés baixas formam-se piscinas naturais de águas quentes. A praia possui este nome devido ao naufrágio do navio Guanabara, em 1910, cujo destroços ainda estão no local, a cerca de 900 metros da praia, sendo um bom ponto de mergulho,

podendo ser observado durante as marés baixas. A Praia de Guanabara abriga ainda uma pequena base do Projeto TAMAR, em consequência da grande incidência de desova de tartarugas da espécie *Caretta caretta*.

A.5) Praia das Castanheiras

- Localização: Centro.
- Atividades ocorrentes no atrativo: pesca e caminhadas.
- Origem dos visitantes: local e municipal. Maior visitação no verão.
- Descrição do atrativo: oferece boa infraestrutura receptiva com hotéis, pousadas e restaurantes. Possui 2km de extensão, apresenta mar calmo de águas escuras, devido a proximidade com a foz do Rio Benevente. As ondas são pequenas e fracas, propiciando boas condições para banhos. Fica na parte central da cidade onde estão partes dos restos mortais do Padre José de Anchieta. Muito usada para vôlei e futebol. Ao norte, muda o nome para Praia do Porto Velho.

A.6) Praia dos Castelhanos

- Localização: Castelhanos. Área urbana.
- Atividades ocorrentes no atrativo: banhos e esportes náuticos.
- Origem dos visitantes: local, município, entorno regional e outros estados. Maior visitação no verão.
- Descrição do atrativo: a formação de piscinas naturais atrai crianças e adultos. A areia escura e batida se estende por uma faixa larga, tocada por ondas fracas. Presença de vegetação rasteira e recifes. Na parte sul pela Ponta dos

Castelhanos, tem-se acesso à praia da Boca da Baleia. Na parte norte é possível acampar. Presença de casas de veraneio, restaurantes, bares e quiosques.

A.7) Praia da Areia Preta

- Localização: Iriri, urbana.
- Atividades ocorrentes no atrativo: banho de mar e esportes náuticos.
- Origem dos visitantes: local, municipal, entorno regional e outros estados. Maior visitação no verão.
- Descrição do atrativo: Areia Preta é também conhecida por Ilmenita, um dos elementos que formam a monazítica e que, por ser de coloração negra, dá cor escura ao dourado da areia. Faz parte do balneário de Iriri, sendo a mais frequentada pelos moradores locais e muitos turistas que para lá se deslocam durante todo o ano, principalmente nos meses de verão.

A.8) Praias Costa Azul, Namorados e Santa Helena

- Localização: Iriri, urbana.
 - Atividades ocorrentes no atrativo: banho de mar e esportes náuticos.
- Origem dos visitantes: local, municipal, entorno regional e outros estados. Maior visitação no verão.
 - Descrição do atrativo: três pequenas praias da parte urbana do balneário de Iriri, todas disputadíssimas no verão. São delimitadas por costões rochosos em suas extremidades, todas formando pequenas enseadas de areia dourada, água cristalina e mar calmo. Locais excelentes para

mergulho. Ocupadas por casas de veraneio, pousadas, bares, restaurantes e área de camping.

A.9) Praias dos Coqueiros, Mar Vila, Balanço e Inhaúma

- Localização: entre Iriri e Anchieta, não urbana. Estado de conservação: bom.
- Atividades ocorrentes no atrativo: banho de mar.
- Origem dos visitantes: local, municipal e entorno regional. Maior visitação no verão.
- Descrição do atrativo: uma característica da região é a sequência de praias, todas em forma de enseadas marcadas por costões rochosos. Acesso por pequeno trecho de estrada de terra, a partir da rodovia asfaltada. Quando próximas à Sede do município, as praias apresentam a areia amarela na tonalidade escura.

A.10) Rio Benevente

- Localização: urbana.
- Atividades ocorrentes no atrativo: atividades do ecoturismo e turismo de aventura.
- Origem dos visitantes: local, municipal, entorno regional e outros estados. Maior visitação no verão.
- Descrição do atrativo: o rio foi uma das principais portas de entrada para imigrantes que colonizaram as serras capixabas. Começa a ser explorado turisticamente, com passeios de barco que saem da foz e sobem o rio, emoldurado por um extenso manguezal. Bem conservada, a área é protegida

pela Brigada de Educação Ambiental da Prefeitura de Anchieta. O percurso quase sempre ganha a companhia de garças, socós e marrecos. No afluente Rio dos Patos, o barco faz uma parada para a visita às ruínas de possível salina construída no século XVII.



Figura 5.4.8-3: Vista do Rio Benevente, Anchieta, 2010.



Figura 5.4.8-4: Vista do Rio Benevente, Anchieta, 2010.

A.11) Lagoa Azul

- Localização: Rodovia do Sol- Ubu, não urbana.
- Atividades ocorrentes no atrativo: banho de mar e banho de lagoa.
- Origem dos visitantes: local, municipal e entorno regional. Maior visitação no verão.

A.12) Cachoeira da Luz e do Cafundó

- Localização: São Mateus do Sul. Área não urbana.
- Atividades ocorrentes no atrativo: banho.
- Origem dos visitantes: local e municipal. Maior visitação no verão.

A.13) Estação Ecológica de Papagaio (Manguezal de Anchieta)

- Localização: foz do Rio Benevente, próximo ao Centro urbano, urbano e não urbano.
- Atividades ocorrentes no atrativo: contemplação da natureza e caminhada.
- Origem dos visitantes: local, municipal, entorno regional e outros estados. Maior visitação no verão.
- Descrição do atrativo: formado nas águas do Rio Benevente, onde há em um dos roteiros deste esplendido ecossistema, uma atração histórica que tem sido muito procurada por turistas. Trata-se de ruínas formadas por 32 colunas, algumas arredondadas, outras quadradas, atribuídas a antigas salinas, exploradas pelos índios no século XVI e XVII. O Manguezal de Anchieta é considerado um verdadeiro berçário para varias espécies de peixes como o robalo, que procuram suas águas para ali viver e se alimentar durante a fase

de crescimento. Em Anchieta o passeio pelo manguezal pode ser feito em barcos que saem do cais junto à colônia de pescadores.

Entre os atrativos turísticos de Anchieta destacam-se os Sítios arqueológicos do:

A.14) Poços Jesuítas

- Atividades ocorrentes no atrativo: contemplação da construção e atividades religiosas.
- Origem dos visitantes: local, municipal, entorno regional e outros estados. Maior visitação no verão.
- Descrição do atrativo: há três poços jesuítas na cidade. Conta a lenda que o Padre Anchieta, ao retornar de uma viagem com os índios, bateu com o seu cajado na pedra e fez jorrar água com poderes de cura. Neste local está o poço dos Castelhanos ou Anchieta, na Ponta dos Castelhanos. Outro poço é o do Coimbra, com aproximadamente 250 anos de existência. Localiza-se no alto do morro, depois da Igreja Nossa Senhora da Penha. Os moradores utilizavam esta água antes do abastecimento domiciliar pela CESAN. O terceiro é o do Quitiba, cujas águas permanecem de boa qualidade, localizando-se a poucos metros do Centro.

Algumas outras edificações de Anchieta também recebem o reconhecimento do inventário turístico, tais como:

A.15) Colégio Maria Matos - Atividades ocorrentes no atrativo: contemplação do edifício e de seu acervo

A.16) Igreja de Nossa Senhora da Assunção - Atividades ocorrentes no atrativo: atividades religiosas e visitas ao museu. Origem dos visitantes: local, municipal, entorno regional, outros estados e outros países. Maior visitação no verão. Descrição do atrativo: construções de relevante importância religiosa, histórica e arquitetônica, e um dos principais monumentos da fé católica no Brasil. A Igreja de N. Sra. da Assunção foi concluída em 20 de janeiro de 1588, com pedras extraídas dos arrecifes, sob argamassa de cal de mariscos e óleo de baleia, com três naves, o que na época era raro em arquitetura jesuítica, fazendo parte ainda da igreja uma espaçosa residência dividida e pequenos quartos de dormir para os sacerdotes. O quarto do Padre Anchieta ficava num anexo a igreja, sendo hoje o local onde se encontra instalado o Museu Nacional de Anchieta, cujo acervo é formado por peças usadas pelo padre, cartas, sermões, a famosa gramática da língua Tupi, editada em 1597, a imagem de Nossa Sra. de Assunção e também um pequeno osso da tibia do beato, que ali morreu em 1597. Devotos, estudiosos e pesquisadores de todo o mundo podem percorrer os mesmos caminhos estreitos por onde andou Anchieta. A visita ao conjunto arquitetônico é, para muitos, emocionante, pois trata-se de um contato direto com as raízes da civilização brasileira. O acesso ao santuário é feito através de estreita rua calçada com paralelepípedos que poderá ser facilmente encontrada na parte central da cidade, à margem esquerda do Rio Benevente, de frente para a praia do Centro.

A.17) Ruínas do Rio Salinas: Atividades ocorrentes no atrativo: contemplação das ruínas e paisagem do entorno e *treking*. Origem dos visitantes: local,

municipal, entorno regional e outros estados. Maior visitação no verão. Descrição do atrativo: estas ruínas localizam-se na margem esquerda do Rio Salinas, afluente do Rio Benevente, e possuem 32 colunas redondas e quadradas. Supõe-se que o local tenha sido uma salina clandestina, por isso são chamadas de Ruínas Misteriosas. Ali perto existe um cemitério indígena e vestígio do que pode ter sido uma das maiores aldeias indígenas do Brasil, a Aldeia de São Pedro, com 9 mil integrantes quando os portugueses chegaram.

O local é mal conservado e de difícil acesso, com muito mato em volta. Situadas a poucos quilômetros de Anchieta, no meio de um bosque de eucaliptos, pode-se chegar até as ruínas pela estrada de rodagem ou pelo Rio Benevente.

No que se refere às instituições culturais identificadas em Anchieta, destacam-se:

A.18) Museu do Padre Anchieta - Atividades ocorrentes no atrativo: atividades religiosas e visitas ao museu Origem dos visitantes: local, municipal, entorno regional, outros estados e outros países. Maior visitação no verão. Descrição do atrativo: um dos mais antigos e históricos templos do Brasil, onde nela havendo vivido e falecido venerável Padre José de Anchieta, cujo nome deu lugar a localidade.

A.19) Biblioteca Municipal - Atividades ocorrentes no atrativo: pesquisas bibliográficas e leitura.

A.20) Casa de Cultura - Atividades ocorrentes no atrativo: Visita do acervo e pesquisa. Origem dos visitantes: local, municipal e entorno regional. Maior visitação no verão. Descrição do atrativo: construção de 1927 que expõe documentos da época da escravidão e objetos usados pelos italianos que aportaram na cidade no século XIX. Além disso, o visitante pode encontrar fotos, cartas e documentos do município. Livros com mais de cem anos, todas as obras do Padre Anchieta, todas as obras sobre ele e todas as cartas dos jesuítas até 1759 também estão no local.



Figura 5.4.8-5: Casa de Cultura de Anchieta, 2010.

No que se refere às tradições culturais marcantes do município de Anchieta, pode-se destacar:

A.21) Artesanato - Produzido com materiais diversos, grande parte desta produção utiliza matéria prima disponível na natureza, tais como Madeira (móveis

artesanais, esculturas e objetos decorativos); .Cipó (cestos, principalmente na zona rural); Fibra de Coco (luminárias, bijuterias e vários objetos); Conchas: (bijuterias e objetos decorativos). O artesanato típico do município engloba cestarias, balaios, tipitis, peneiras, conchas e rendas de bilros. Tudo é feito com conchas, pedra, madeira, linhas, miçangas, corais, coco, ouro, tecidos e etc. O SEBRAE/ES possui banco de dados com nome, endereço e tipo de trabalho de todos os artesãos do município.

A.22) Pesca Artesanal

Praticada em todas as comunidades litorâneas do município, a pesca de arrasto é um dos mais tradicionais traços da cultura local. Através dos barcos e das redes, confeccionados artesanalmente na região, essas comunidades retiram a maior parte de seu sustento dessa atividade.

A pesca artesanal e maricultura ocorre em todo litoral e possui grande importância na economia local. O município possui uma das mais ativas colônias de pesca do estado. A maricultura implantada nos últimos anos tem contribuído para a melhoria da renda dos pescadores locais. No município de Anchieta funciona uma fazenda marinha de cultivo de sururu e a venda dos mariscos.

A.23) Música e dança

Nesse aspecto cultural, são destaques a Banda de Congo de Anchieta e a Banda de Congo São Benedito Sol e Lua.

Os congos são grupos compostos de homens e mulheres, em número variável, que tocam e cantam em dias de festas de São Benedito, nas puxadas de

mastro ou em festas eventuais. A puxada, o levantamento e a fincada do mastro atraem muito devotos. A fase inicial, processada dias antes da festa, com a presença da banda de congo, é a derrubada da árvore escolhida como mastro. No dia do santo, o mastro, adornado com bandeirinhas, flores e fitas, com o quadro do orago no topo é transportado pelos fiéis.

O levantamento e a fincada se dão ao som dos cantos da banda de congo e espocar de foguetes. De modo geral, a indumentária é simples composta por calça e camiseta para os homens e vestidos longos para as mulheres. Na maioria dos grupos aparecem mulheres representando a Rainha e conduzindo a bandeira do orago: São Benedito, São Sebastião ou Nossa Senhora do Rosário. Apresentam-se no período de 25 de dezembro a 20 de janeiro. As cantigas, sobre temas variados, guardados na memória ou improvisados, são entoadas de forma alegre e irreverente. Os instrumentos são também em número variável, determinados de acordo com os elementos do grupo: chocalhos, cuícas, congos, casacas, tambores, caixa, triângulos, pandeiros e ganzás.

A.24) Festas gastronômicas/de produtos

Festival de Frutos do Mar de Iri.

A.25) Festas religiosas

Dia de Nossa Senhora de Assunção. Localização: Igreja de Nossa Senhora. Festa em louvor a padroeira do município quando acontecem ladainhas, procissões, apresentação de autos escritos pelo Padre Anchieta e etc. Paralelo ao evento acontece a festa profana com músicas e comidas típicas.

Por fim são identificados no inventário turístico os equipamentos e serviços presentes no município:

A.26) Hotéis: Hotel Pontal de Ubu, Hotel Porto Velho, Hotel e Restaurante Castellanos, Tanrú Praia Hotel, Hotel Onda Azul, Hotel Flor da Europa, Coqueiros Praia Hotel, Hotel Espadarte, Hotel Ilmenita, Hotel Marlin Azul, Hotel Juliana, Hotel Portal da Lua, Hotel e Restaurante Morubixaba, Hotel Pontal das Rochas. Hotel Aquário, Hotel Castelhanos.

A.27) Pousadas: Pousada Big Mar, Pousada Santa Helena, Pousada João de Barro, Pousada Meméia, Pousad'oca, Pousada do Mauro, Pousada Tortuga, Pousada Aconchego, Pousada Ubu, Pousada Corais de Ubú, Pousada do Sol, Pousada das Ostras, Pousada Aba-Ubu, Pousada das Bromélias, Pousada Sol e Mar, Pousada Beira Mar, Pousada Iriri, Pousada e Restaurante, Recanto da Pedra, Pousada Castanheiras, Pousada Passos de Anchieta.

A.28) Restaurantes: Restaurante Peixada do Garcia, Refugio das Gaivotas, Sabor na Brasa, Castelmar Restaurante e Pizzaria Hotel e Restaurante Castelhanos, Muvuca do Macarrão, Restaurante Português, Restaurante Delicia Mineira, Cabana Frutos do Mar, Tenda da Serpia, Restaurante Maré Alta, Restaurante Recanto da Pedra, Restaurante Recanto, Restaurante Doce Prazer. Restaurante Maringá, Bar e Restaurante Ilmenita Restaurante João de Barro, Pizzaria Almirante, Pizzaria Manjerição, Pizzaria Cheiro de Mar,

Restaurante Casquinhas, Restaurante Tutti Boni, Recanto da Galinha ao Molho Pardo.

A.29) Bares/Cafés/Lanchonetes: Sorveteria Maresias, Polar Sorvetes no Cascão, Doceria e Sorveteria Garcia, Lanchonete Ponto de Encontro, Bar Parati Jamaica, Cantinho Doce Jesus, Lanchonete Natural, Bar Mar e Sol, Lanchonete e Petiscaria Fonseca, Meleipes Bar e Restaurante, Pastelaria Canacayana, Bar Lanchonete Cachoeiro.

A.30) Casa de Chá/Confeitarias: Paraqui Padaria e Mercearia, Padaria e Confeitaria Pão Francês, Lanchonete e Padaria Tavares, Padaria e Confeitaria Casa Oliveira, Padaria Anchieta, Padaria Delicias da Vida, Padaria Mundo dos Pães.

A.31) Quiosques e Barracas: Quiosques da Praia da Areia Preta , 15 Quiosques, Sorveteria Gelatelo, Sorveteria Verão Azul, Casa de Sorvetes, Sorveteria Tia Nona.

A.32) Agenciamento: Agências de Viagens: Marco Nunes Turismo e Paradise Turismo Receptivo.

A.33) Locais e Templos de Manifestações de Fé: 1ª. Igreja Batista de Anchieta, Assembléia de Deus, Igreja Maranata, Grupo Espírita Atualpa Barbosa

Lima, Igreja Evangélica Assembléia de Deus Central, Paróquia Nossa Senhora da Assunção, Centro Espiritualidade Padre Anchieta.

B) Informações Obtidas Junto a Governança Local:

Junto à governança local foram obtidas as seguintes informações concernentes ao turismo em Anchieta:

B.1) Equipamentos de Cultura Consolidados

- Casa da Cultura – exposições, oficinas, cursos e, oferece material para pesquisa histórica;
- Santuário do padre Anchieta – visitação, material para pesquisa histórica e religiosa. Atualmente o Museu do padre José de Anchieta, anexo a Igreja Matriz, conjunto arquitetônico tombado pelo IPHAN na década de 40; abriga relíquia, documentos e imagens sacras;
- Biblioteca – pesquisa.

B.2) Equipamentos de Cultura em implementação

- Teatro Municipal (fase de elaboração do Projeto);
- Centro Cultural (fase: elaboração dos projetos arquitetônicos para restauro, recuperação e adaptação ao novo uso);
- Casa do Congo;
- Casa da Nona (italiana);
- Vila do Artesão.

B.3) Festas populares, cívicas e religiosas do município

Festa do Beato, Festa de São Pedro, Moda de Viola, Festa do Caranguejo, Festa da Agricultura Familiar, Passos de Anchieta e Passos do Imigrante, parada de 7 de setembro, Frutos do Mar.

B.4) Comunidades tradicionais

- Comunidades italianas: Alto Pongal, Alto Joeba, Jabaquara, Serra das Graças.
- Comunidade portuguesa: Belo Horizonte;
- Comunidade afro: São Mateus;
- Comunidade indígena (remanescentes): Chapada do A, Monteiro.

B.5) Principais atrativos turísticos do município e região

- Culturais – Santuário do Padre Anchieta, escadarias, Capela da Penha, poços jesuíticos, Ruínas e sítios arqueológicos (em fase de implementação), Casa da Cultura;
- Paisagístico – Praias, rios, montanhas, manguezal e falésias, Reserva do Papagaio, visita ao Ninhal de Garças;
- Náutico – passeio de escuna, barco, prática de mergulho em recifes naturais e artificiais;
- Artesanato – feiras nos balneários na temporada de verão, visita ao ateliê do artesão local.

B.6) Circuitos Turísticos

- Circuito Cultura e Fé com roteiros pelo Centro Histórico, Museu Santuário;
- Casa da Cultura, Artesanato;
- Circuito Rio Benevente até as Ruínas;
- Circuito Praias, Lagoas e Projeto TAMAR;
- Circuito Náutico recreativo e científico e do Agroturismo;
- Circuito dos Imigrantes que demandam em eventos importantes em nível nacional: Passos do Anchieta e Festa Nacional do beato Anchieta, Passos dos Imigrantes, festa da Imigração Italiana, Festival Capixaba de frutos do Mar, Festival da viola e outros.

B.7) Projetos Municipais de Apoio e Desenvolvimento ao Turismo

Em parceria com a Secretaria de Turismo a Cultura participa do COMTUR e do Plano de Desenvolvimento Turístico; Projeto de Verão, Festa Nacional do beato Anchieta; apoio as rotas dos imigrantes e Passos de Anchieta.

B.8) Parques e Praças Existentes no Município

As principais praças: na comunidade de Porto de Cima de frente ao manguezal e próximo a Casa da Cultura; Praça Central próximo ao Pórtico da Matriz com feira e artesanato; Praça de São Pedro, tradicional, em homenagem aos pescadores; Praça da Vila Samarco, na orla com conjuntos residenciais, não há comércio, próximo a sede da Prefeitura; Praça da Sereia na Comunidade de

Ubú; Praça do Artesão no Balneário turístico de Iriri; Praça de Mãe-Bá, na comunidade de Mãe Bá, no entorno da Samarco.

Tabela 5.4.8-1: Bens tombados no município.

Especificação**: (Imóveis, áreas tombadas e com potencial para tombamento, Sítios Arqueológicos e outros de igual natureza)	(já especificado na linha abaixo) Número de registro do tombamento (já concluído)	Número do processo de tombamento (em tramitação)
Igreja Nossa Senhora da Assunção	IPHAN (1943)	

Fonte: Secretaria da Cultura de Anchieta

Tabela 5.4.8-2: Processos de tombamento em trâmite.

Especificação: (Imóveis, áreas tombadas e com potencial para tombamento, Sítios Arqueológicos e outros de igual natureza)	(já especificado na linha abaixo) Número do processo de tombamento (em tramitação)
Ruínas do Rio Salinas Sítios Arqueológicos- entorno das ruínas Casarão de Quarentena da Imigração Italiana Casa de Cultura Angelina Lopes Assad Capela de Nossa Senhora da Penha	CEC nº23820799/2002 CEC nº 23820799/2002 019/2002-CEC/SECES 021/2002- CEC/SECES 024/2002- CEC/SECES

Fonte: Secretaria da Cultura de Anchieta

B.9) Prédios históricos no município

Casa da Cultura, antigo Hotel Anchieta (futura instalação do Centro Cultural); Casario de Dona Rosinha, Bar do Mudo, Peixaria do Jacaré, Mercado do Ilquinha, Prédio da Escola de Turismo (MEPES); Colégio Maria Mattos, Casarão de Quarentena. Grande parte dos casarios fica situada em Porto de Cima a outra parte no Morro da Matriz próximo ao Santuário do Beato Anchieta.

C) Dados Obtidos nas Campanhas de Campo

Dos 112 entrevistados de Anchieta, em números absolutos, 35 reconhecem as praias como um dos maiores atrativos turísticos de Anchieta, 16 o Patrimônio Natural Arqueológico e Histórico, 15 apontaram para a tranquilidade que o município oferece e 10 pessoas, a hospitalidade, como informa o gráfico.

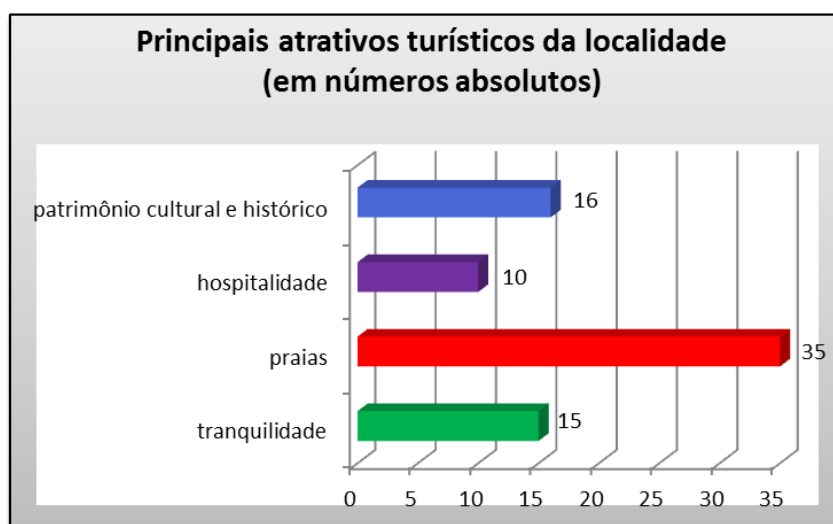


Figura 5.4.8-5: Atrativos turísticos de Anchieta, 2010. (Fonte: pesquisa de campo)

Como os maiores atrativos nas localidades interioranas foram consideradas, em primeiro lugar, as cachoeiras, seguido das piscinas naturais e depois as praias.

Especificamente, em cada localidade, os gráficos mostram, em número absoluto, o que os entrevistados consideram como maior atrativo turístico da localidade em que se inserem.

Em Ubu e Alto Pongal, dos 6 entrevistados em cada localidade 3 consideram as praias como maior atrativo turístico, 2 o patrimônio cultural e 1 considera todos

os fatores perguntados (praias, lagoas, gastronomia, tranquilidade, hospitalidade, o patrimônio cultural e histórico, cachoeiras e o fácil acesso ao local).

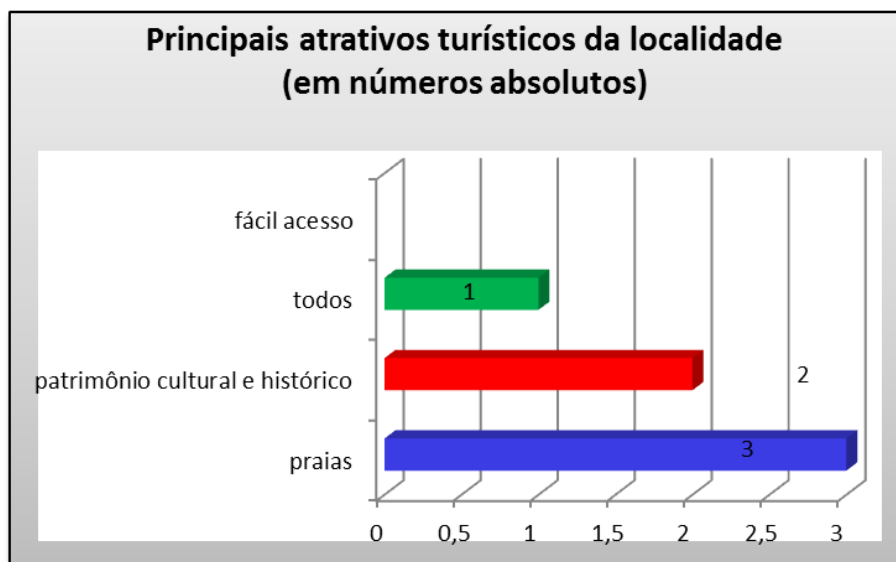


Figura 5.4.8-6: Atrativos turísticos de Anchieta, 2010. (Fonte: pesquisa de campo)

Sete pessoas foram entrevistadas entre as localidades de Baixo Pongal e Mãe Bà, São Mateus e Nova Anchieta, Córrego da Prata e Recanto do Sol e Iriri. Destes, 3 consideram as praias como maior atrativo turístico, 2 o patrimônio cultural e histórico, 1 a tranquilidade e 1 todos os fatores elencados.

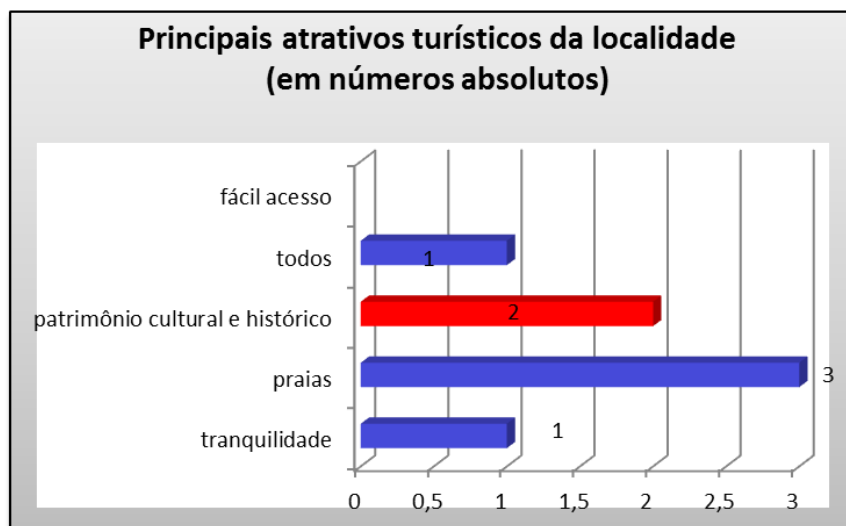


Figura 5.4.8-7: Atrativos turísticos de Anchieta, 2010. (Fonte: pesquisa de campo)

Entre as 3 entrevistas realizadas em ARERÁ, todos consideraram as praias como maior atrativo turístico.

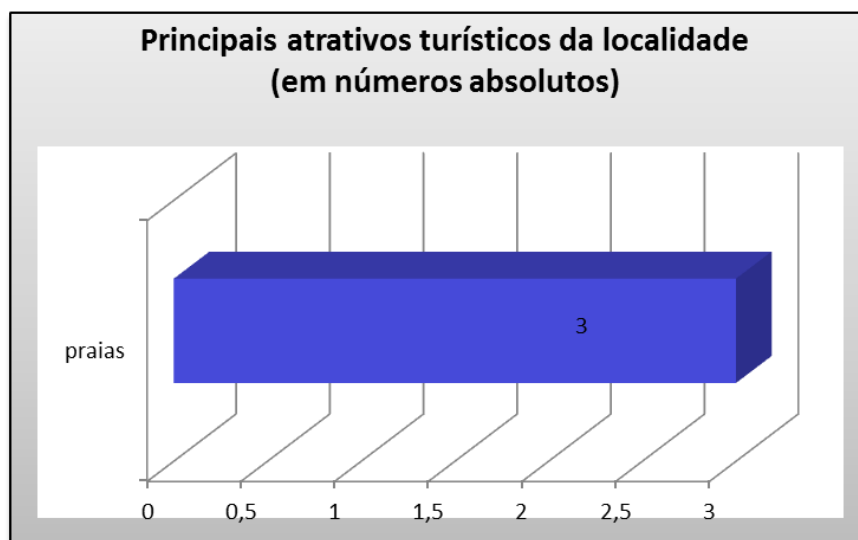


Figura 5.4.8-8: Atrativos turísticos de Anchieta, 2010. (Fonte: pesquisa de campo)

Das 6 entrevistas no Planalto Anchieta, Itapeúma e Parati, 3 consideraram as praias como maior atrativo turístico, 2 o patrimônio cultural e histórico e 1 a tranquilidade.

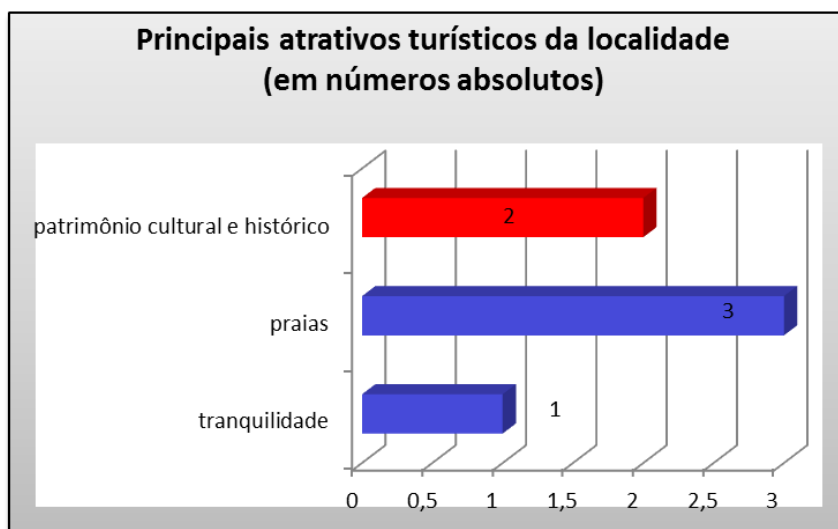


Figura 5.4.8-9: Atrativos turísticos de Anchieta, 2010. (Fonte: pesquisa de campo)

Cabe ressaltar que o maior número de entrevistados da área interiorana não reconhece atrativos turísticos em suas localidades, considerando que estes estão na região litorânea de Anchieta, embora as cachoeiras e lagoas das localidades tenham sido citadas na entrevista sobre lazer, como lugares de uso do tempo livre.

Entre o total dos entrevistados, 112, sobre a contribuição do turismo na melhoria de vida da população, 49% acreditam que o Turismo contribui de forma positiva contra 19,51 que pensam que o Turismo não contribui.

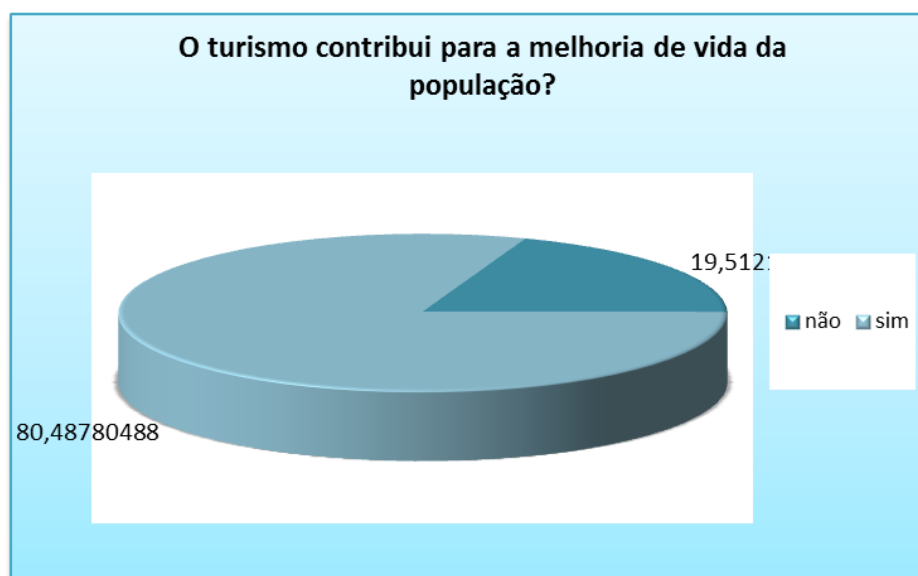


Figura 5.4.8-10: Sobre a contribuição do Turismo para a população, 2010. (Fonte: pesquisa de campo)

Nas localidades, especificamente, não é possível traçar os fatores que diferenciam e assemelham as considerações sobre a contribuição do Turismo na vida da população. Localidades distantes como Ubu e Córrego da Prata possuem uma série de diferenças no modo de viver, no lugar onde se inserem, no entanto, emitiram a mesma resposta.

Em Ubu, Arerá, Iriri, Itapeúma, Parati, Mãe Bá, Córrego da Prata e Recanto do Sol e Jabaquara foram entrevistadas 5 pessoas em cada localidade, apenas uma considera que o Turismo não contribui com a melhoria de vida da população.

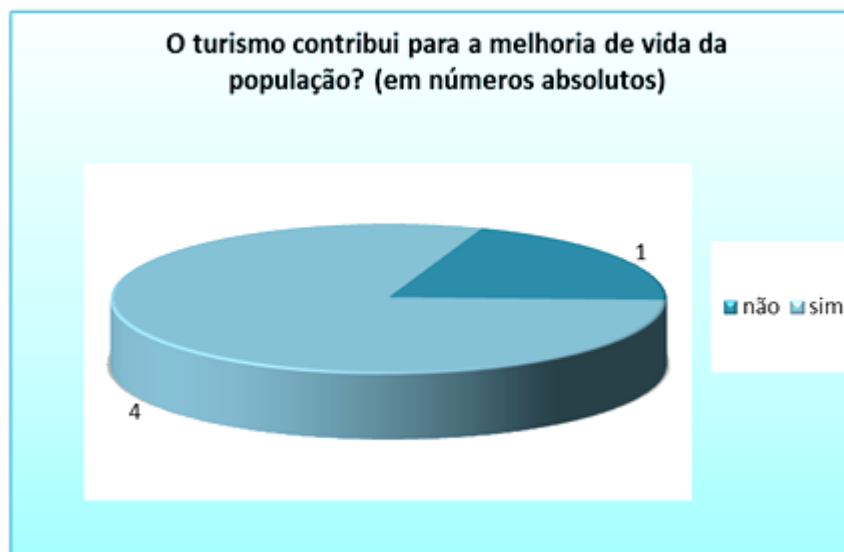


Figura 5.4.8-11: Sobre a contribuição do Turismo para a população
(Fonte: pesquisa de campo, 2010.)

Nas localidades de Ato e Baixo Pongal, São Mateus, Nova Anchieta e Planalto Anchieta 4 pessoas foram entrevistadas, todas consideram que o Turismo contribui para a melhoria de vida da população.

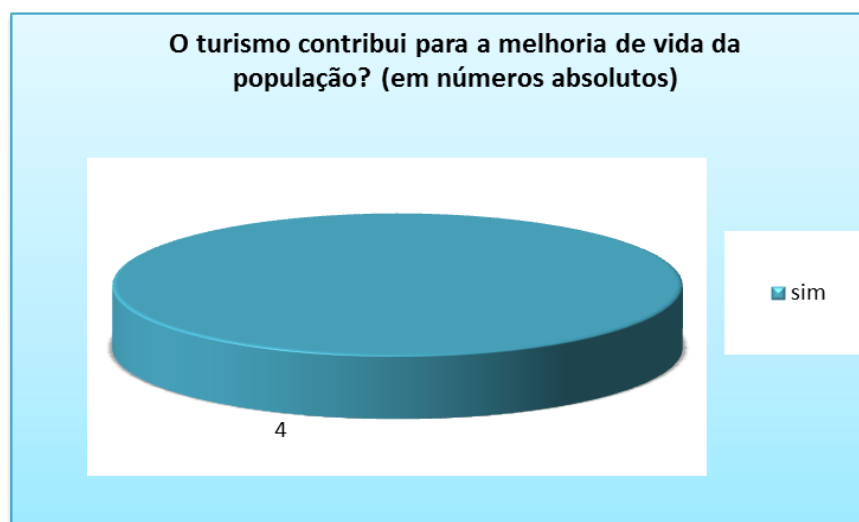


Figura 5.4.8-11: Sobre a contribuição do Turismo para a população.
(Fonte: pesquisa de campo, 2010.)

Os gráficos das localidades acima demonstram que 80 a 100% da população entrevistada acreditam que o Turismo contribui de maneira positiva na melhoria de vida da população, muito embora a população reconheça a falta de políticas públicas e de incentivo ao Turismo.

Quanto ao impacto negativo provocado pela prática do Turismo sobre o meio ambiente, dos 112 entrevistados 39,02%, acreditam que o impacto é médio, 34,15% que é baixo e 26,83% considera alto, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

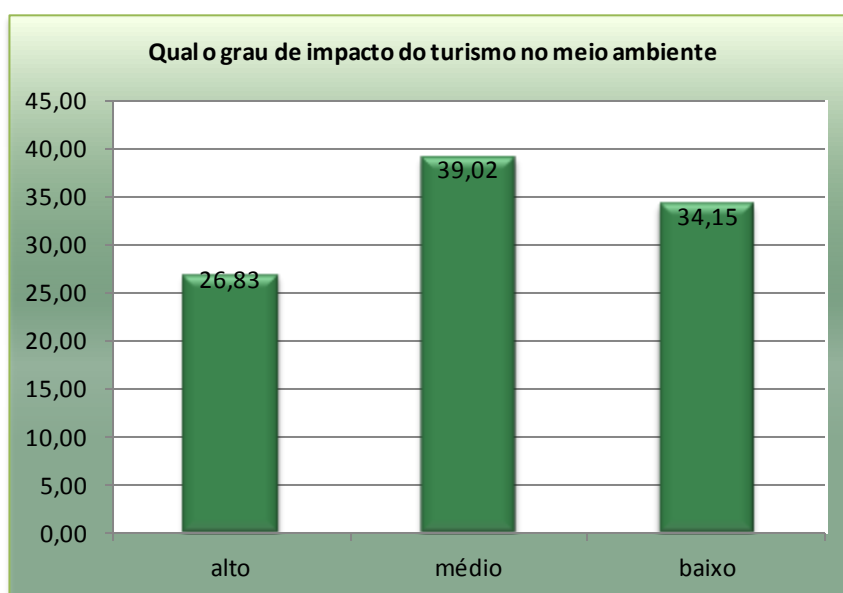


Figura 5.4.8-12 Impacto do Turismo no meio ambiente. (Fonte: pesquisa de campo)

Em Ubu, São Mateus, Nova Anchieta, Planalto Anchieta, Itapeúma Parati, Recanto do Sol, Córrego da Prata e Jabaquara, dos entrevistados em cada local, dois consideraram médio e 2 , alto o impacto negativo.

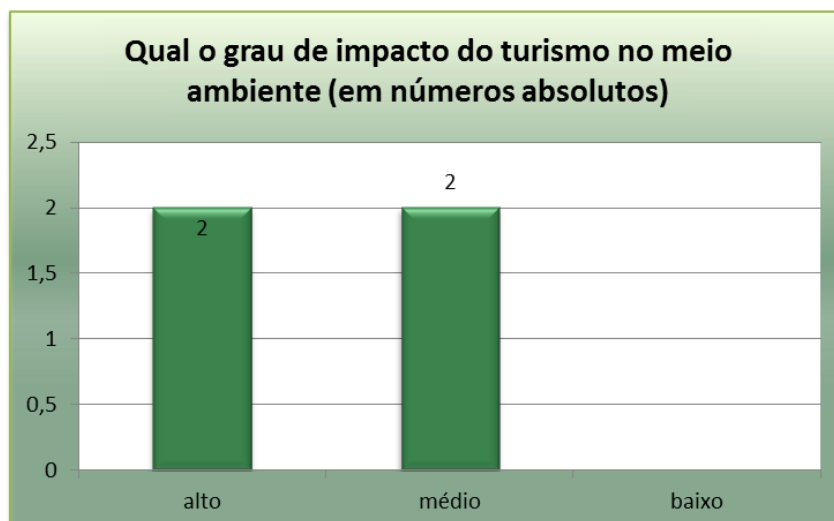


Figura 5.4.8-13: Impacto do Turismo no meio ambiente. (Fonte: pesquisa de campo)

Em Alto Pongal, 2 consideraram o impacto negativo como médio e 1, baixo. Em Baixo Pongal, 1 considerou médio e 2, baixo. Mãe Bá, 2 consideraram médio. Arerá, 1 alto e 1 baixo. Iriri teve 1 alto, 1 médio e 1 baixo, resultando no gráfico.

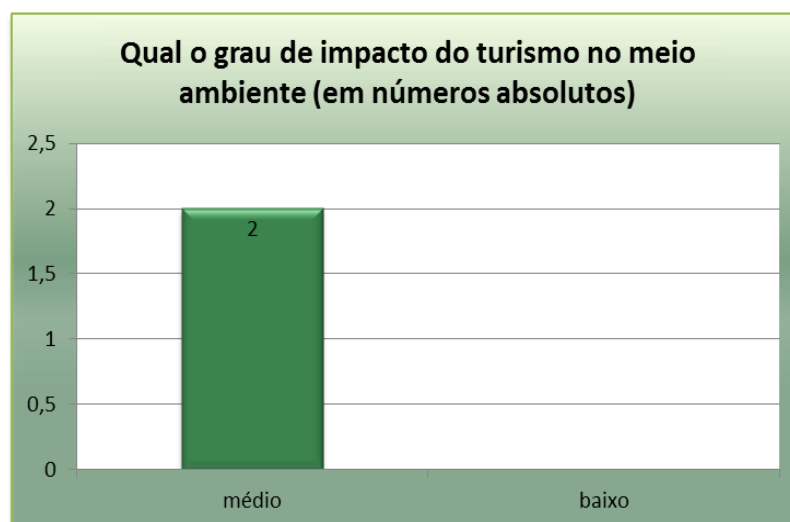


Figura 5.4.8-14: Impacto do Turismo no meio ambiente. (Fonte: pesquisa de campo)

D) Lazer em Anchieta

As atividades que a população costuma fazer em seu tempo livre foi consultada entre os 112 entrevistados. Em números brutos: 25 afirmaram que no tempo livre costumam ir à praias, cachoeiras e lagoas, 23 assistem à televisão, 16 costumam ficar com os amigos e 13, praticam algum tipo de jogo, incluindo práticas esportivas conforme demonstra o gráfico abaixo:

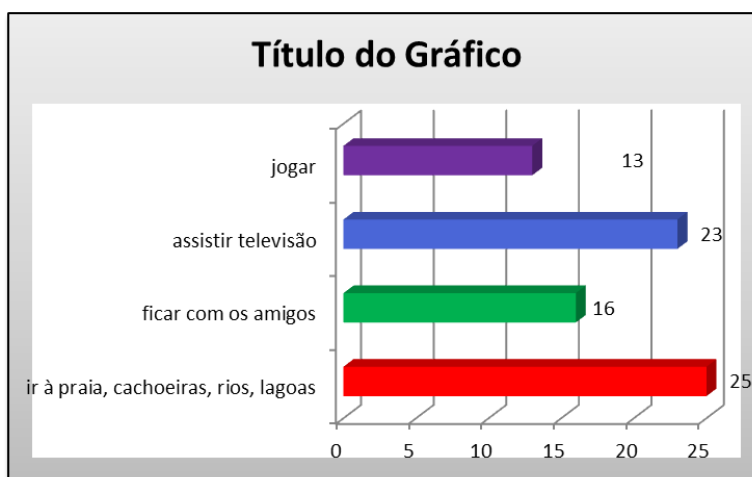


Figura 5.4.8-15: Lazer em Anchieta (Fonte: pesquisa de campo, 2010)

Especificamente, nas localidades, os gráficos demonstram como é utilizado o tempo livre pelos moradores.

Nas localidades de Ubu, Itapeúma, SãoMateus e Iriri 9 entrevistas foram aplicadas. Dentre elas 3 apontam o costume de ir á praias , cachoeiras, rios e lagoas, 3 fazem diversas atividades, 2 têm o hábito de pescar e uma ficar com os amigos nos tempos livres.

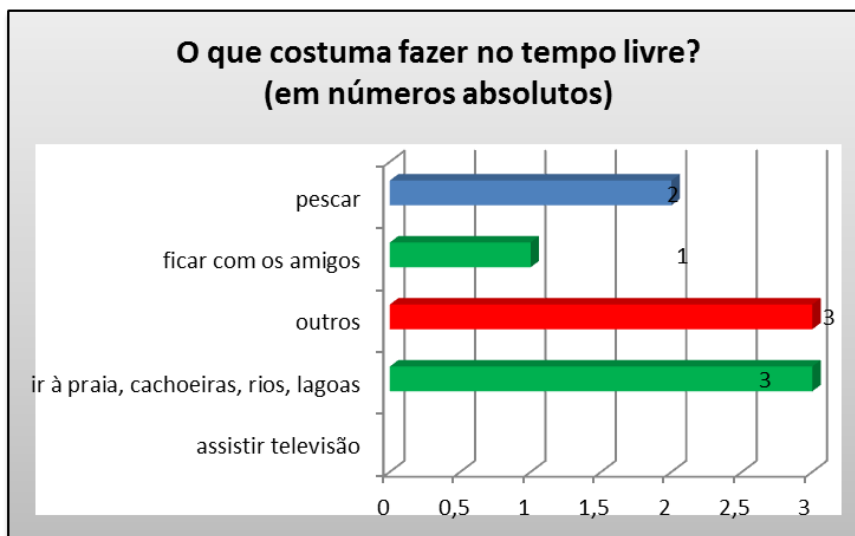


Figura 5.4.8-16: Lazer em Anchieta (Fonte: pesquisa de campo, 2010)

Em Alto Pongal, Baixo Pongal, Mãe Bá das 3 entrevistas aplicadas, todas ocupam o tempo livre indo à praia, rios, cachoeiras e lagoas conforme os gráficos abaixo.

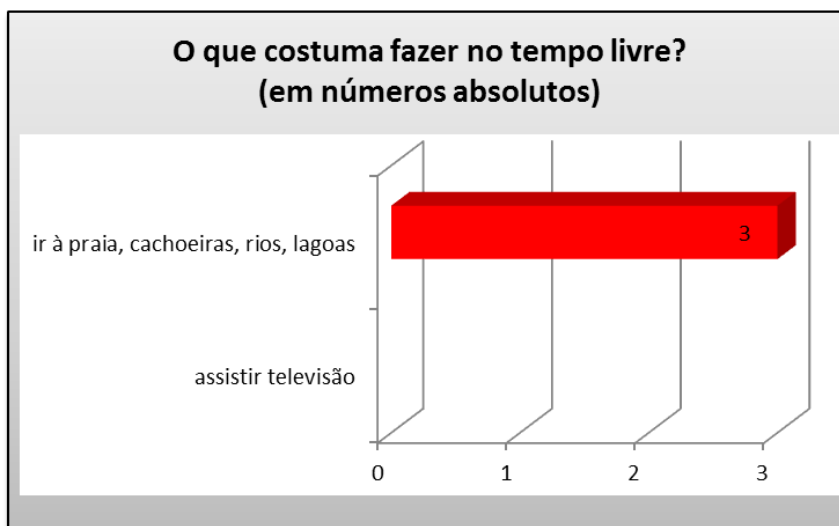


Figura 5.4.8-17: Lazer em Anchieta (Fonte: pesquisa de campo, 2010)

Das 7 entrevistas realizadas em Nova Anchieta e Planalto Anchieta, 3 vão a praias, rios, cachoeiras e lagoas, 3 fazem diversas atividades e 1 costuma ficar com os amigos no tempo livre.

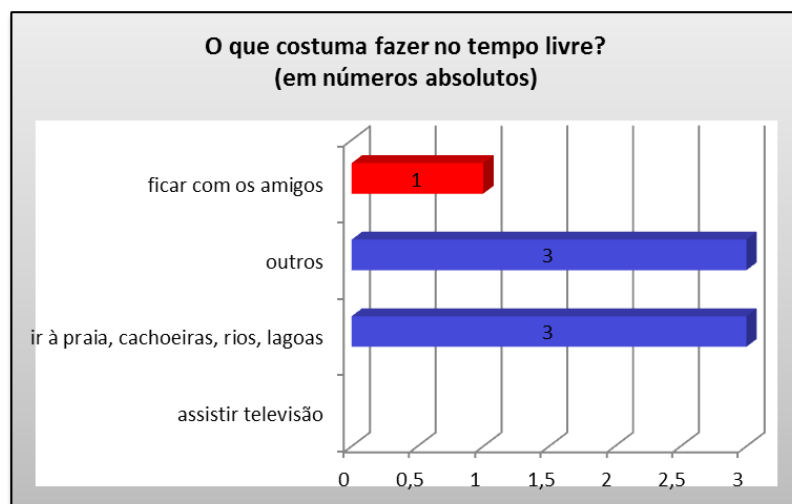


Figura 5.4.8-18: Lazer em Anchieta (Fonte: pesquisa de campo, 2010)

Foram entrevistados 7 moradores em Parati e Recanto do Sol em cada localidade. Três costumam assistir à televisão, 3 ir à cachoeiras, praia, rios e lagoas e 1 costuma fazer diversas atividades no tempo livre.

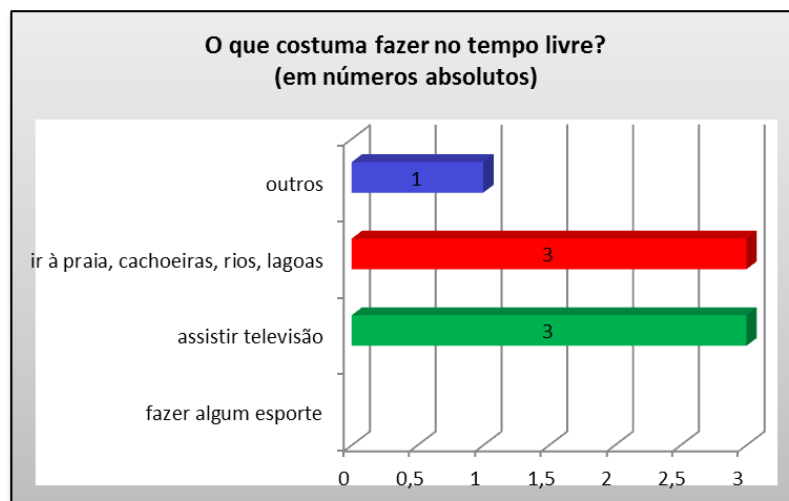


Figura 5.4.8-19: Lazer em Anchieta (Fonte: pesquisa de campo, 2010)

De 14 entrevistas nas localidades Córrego da prata e Jabaquara, 3 assistem à televisão, 3 costumam ir à praias, cachoeiras, rios e lagoas, 3 costumam jogar (incluindo jogos esportivos), 2 têm o hábito de pescar, 2 ficar com os amigos e 1 costuma fazer diversas atividades.

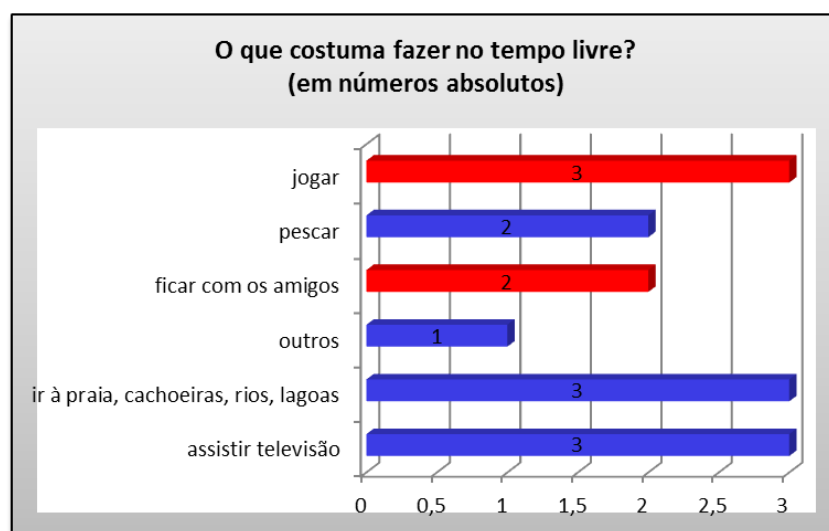


Figura 5.4.8-20: Lazer em Anchieta (Fonte: pesquisa de campo, 2010)

Embora, haja semelhanças entre comunidades que diferem tanto em localização como em sua cultura, como Córrego da Prata e Jabaquara, não há nada que justifique as mesmas práticas em relação ao uso do tempo livre pelos moradores.

Da prática do turismo como atividade de lazer, 51,1% costumam visitar lugares turísticos e 48,9% não possuem este hábito.

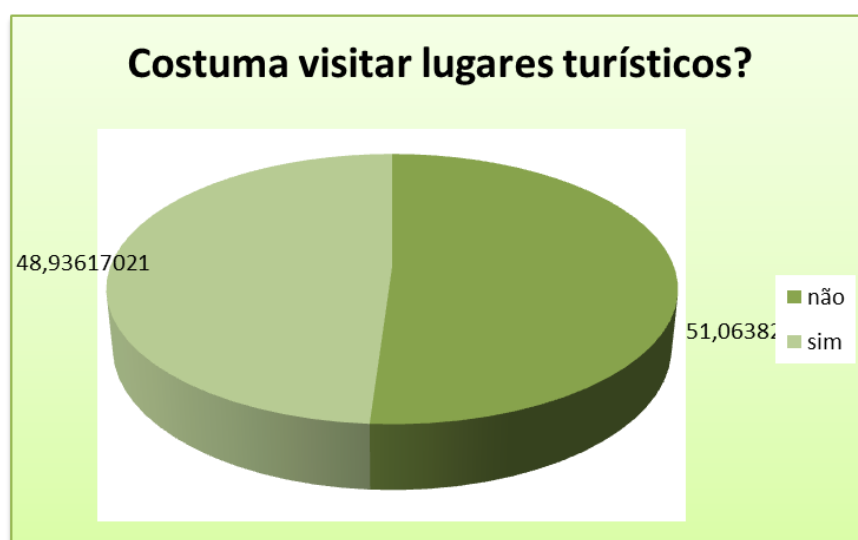


Figura 5.4.8-21: Visita da população a lugares turísticos Lazer em Anchieta (Fonte: pesquisa de campo, 2010)

Em Ubu. Alto Pongal, Baixo Pongal, Mãe Bá, Arerá. Iriri. Nova Anchieta, Planalto Anchieta, Corrego da Prata e Jabaquara foram realizadas 5 entrevistas, 3 costumam visitar lugares turísticos e 2 não.



Figura 5.4.8-22: Visita da população a lugares turísticos Lazer em Anchieta (Fonte: pesquisa de campo, 2010)

Nas localidades de São Mateus e Recanto do Sol foram consultados 3 moradores que igualmente visitam lugares turísticos.



Figura 5.4.8-23: Visita da população a lugares turísticos Lazer em Anchieta (Fonte: pesquisa de campo, 2010)

Por fim entre os consultados nas localidades de Itapeúma e Parati, nenhum afirmou visitar lugares turísticos.



Figura 5.4.8-24: *Visita da população a lugares turísticos Lazer em Anchieta (Fonte: pesquisa de campo, 2010)*

A falta de uma programação que vise uma produção cultural atrelada ao turismo foi mencionada, apontando para a necessidade de desenvolvimento de atividades voltadas às artes como o teatro, a dança, o cinema. Nas localidades pesquisadas, as festas populares e religiosas são as únicas opções culturais para a maioria da população.

A população do interior em seu tempo livre costuma freqüentar as cachoeiras e lagoas das localidades, porém a grande maioria não visualiza estes lugares como atrativos turísticos.

Os lugares turísticos mais visitados e citados, além das praias, foram as Ruínas, a Paróquia de Nossa Senhora da Assunção e o Convento em Vila Velha. É consenso a importância do turismo para melhoria da qualidade de vida da população, pois aumenta a geração de renda, proporciona mais oportunidade de trabalho, comércio e instituições de qualificação profissional, muito embora seja reconhecida a necessidade de investimento em políticas públicas dirigidas ao turismo e desenvolvimento de infraestrutura que acompanhe a demanda de

serviços de fornecimento de água, luz, transporte e comércio, assim como coleta e destinação de resíduo sólido urbano e outros.

5.4.8.2 Guarapari

No município de Guarapari, as informações foram obtidas a partir de entrevistas com a governança e no Inventário de Oferta Turística..

A) Informações obtidas junto a governança

A.1) Equipamentos de cultura

- 2 Cinemas
- 1 Biblioteca Pública Municipal
- 1 Casa da Cultura

A.2) Festas populares, cívicas e religiosas do município

- Festa de São Pedro – Junho
- Festa de Sant'Ana – Julho
- Festa da Cidade – Setembro
- Festival da Cultura - Setembro
- Carnaval – Festa Móvel

A.3) Comunidades tradicionais

- Comunidade Quilombola – Iguape.

A.4) Expressões artísticas

- Artesanato de concha e renda de bilro.

A.5) Número médio de visitantes ao município em épocas de férias

- Na alta temporada (verão): 500 mil visitantes.

A.6) Atrativos turísticos

Guarapari possui grande destaque turístico na seguinte ordem de importância na atratividade: Turismo de Sol e Praia (Ex. Praia do Morro, Praia da Bacutia, Praia de Peracanga, Praia da Bacutia, Praia da Areia Preta, Praia das Castanheiras, Praia dos Namorados, Praia de Setiba, entre outras). Na cidade também se destaca o segmento Histórico Cultural (Monumentos Históricos como: Igreja Matriz Velha, Ruínas, Poço dos Jesuítas, Cemitério São João Batista, Casa da Cultura, Radium Hotel, entre outros).

O segmento Náutico e Ecoturismo possuem uma grande potencialidade turística no balneário com passeios de escunas, prática de esportes náuticos, mergulho recreativo e esportivo, prática do turismo na natureza, parques ambientais (Parque Estadual Paulo Cezar Vinha, Parque Municipal Morro da Pescaria), esportes radicais. Uns dos atrativos que mais chamam atenção é o Turismo Rural, com propriedades para a prática de lazer e produtos caseiros que atraem fortemente os turistas e visitantes do balneário

A.7) Projetos municipais de apoio e desenvolvimento ao turismo

Em 2009, no início da nova Gestão Pública de 4 anos – 2009-2012, os funcionários da Secretaria realizaram reuniões em prol da Formação do Plano Estratégico de Gestão, para o exercício, durante estes 4 anos. Este plano foi fundamentado no Plano de Roteirização – Roteiros do Brasil – do Ministério do Turismo, bem como o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo do Estado do Espírito Santo – ES 2025. Este plano estratégico é de fundamental importância para que possamos traçar ações de curta e média duração, aliando o desenvolvimento de um Turismo qualitativo com o atendimento das necessidades de nosso turista e o prazer de bem receber nos municípios.

Em 2007/2008 foi desenvolvido em parceria com a Samarco Mineração (em atendimento à uma Condicionante Ambiental) e o Conselho Municipal de Turismo o Plano de Desenvolvimento Turístico de Guarapari 2008 – 2016. Este plano foi realizado por uma Empresa de Consultoria, denominada Grupo Novo do Município de Barretos – SP, escolhida pelo Conselho Municipal. O Plano atualmente não é muito utilizado, devido ao resultado do projeto ter sido mais um diagnóstico da situação atual e não uma projeção com ações e projetos para o desenvolvimento do turismo. Entretanto, existem algumas ações pontuais, a saber: Reestruturação da orla do Centro e Praia do Morro, criação do Parque Municipal Morro da Pescaria, Festival Gastronômico, Projetos Roteiros de Guarapari, Facilitadores Turísticos, Participação em Feiras e Eventos Nacionais, Promoção de FAMTUR, parcerias e convênios com Secretaria Estadual de Turismo, SEBRAE, SENAC e Governo Federal para Capacitação e Qualificação

dos profissionais do segmento turístico e dos proprietários e gestores dos empreendimentos.

A.8) Bens tombados no município: Antiga Matriz

B) Informações do Inventário da Oferta Turística de Guarapari

Os atrativos naturais e culturais constantes do Inventário integram os roteiros turísticos comercializados através da Rotado Sol e da Moqueca. No inventário estão identificados os seguintes atrativos naturais:

B.1) Praia de Setibão

- Localização: Parque Paulo César Vinha. Área não urbana;
- Distância da sede do município: 14 km; Acesso ao atrativo: rodoviário, não pavimentado, em regular estado de conservação e sinalizado; Acesso mais utilizado: orla de Setiba; Descrição do acesso utilizado: andando pela orla a partir de Setiba ou por dentro do Parque Paulo César Vinha; Transporte regular para o atrativo: rodoviário, contratado, em bom estado e não adaptado ou a pé, com bom acesso ao local;
- Visitação: diariamente, sem visitas guiadas, ingresso gratuito e sem autorização prévia; Acessibilidade ao atrativo: permanente; Equipamentos, instalações e serviços no atrativo: não há; Atividades ocorrentes no atrativo: prática de surf banha de sol e de mar;

- Origem dos visitantes: intermunicipal e do entorno regional. A época de maior fluxo é no verão, com surfistas e visitantes em geral. No inverno, a frequência maior é de surfistas.
- Descrição do atrativo: são cerca de 6 km de praias desertas, selvagens e com muitas ondas. Situada entre a Praia de Jetibá, de onde se parte andando em direção norte pelo litoral, e a Lagoa de Caraís. Sediavam alguns importantes campeonatos de surf e seus trechos são denominados por nomes complementares, a fim de facilitar a localização dos visitantes. A praia de Setiba, por exemplo, localiza-se no trecho que se inicia a partir da pedra que a separa da área urbana, e tem cerca de 1.000 m de extensão. Já a Praia do Estribão, é o trecho mais selvagem, praticamente sem nenhuma ação humana, sendo o ponto do litoral mais próximo às Três Ilhas.

B.2) Praia de Jetibá

- Localidade mais próxima do atrativo: Jetibá;
- Distância da localidade mais próxima: 1 km; Distância da sede do município: 12 km; Acesso ao atrativo: rodoviário, parcialmente pavimentado, em bom estado e sinalizado; Acesso mais utilizado: através da Rodovia do Sol ES-060; Descrição do acesso utilizado: são dois acessos à praia, o primeiro pela entrada de Jetibá, Rodovia ES-060, Km 40 e o segundo acesso pela entrada de Santa Mônica, praia vizinha ao local, acesso pelo litoral e por dentro do bairro de Jetibá; Transporte regular para o atrativo: rodoviário, regular, em bom estado e não adaptado;

- Visitação: diariamente, sem visitas guiadas, ingresso gratuito e sem autorização prévia; Acessibilidade ao atrativo: permanente; Equipamentos, instalações e serviços no atrativo: serviço de limpeza, locais para alimentação e hospedagem não adaptados, passeios de barco, mergulho, aluguel de caiaques, pesca de arremesso quiosques. Atividades ocorrentes no atrativo: banho de sol e de mar;
- Origem dos visitantes: intermunicipal, entorno regional e de outros estados, com maior fluxo de visitantes no verão;
- Descrição do atrativo: praia com 800 m de extensão de águas calmas e verdes, ideais para crianças; Conta com quiosques à beira-mar, equipados para atender aos visitantes com bebidas geladas e petiscos variados. Sua parte central é mais deserta.

B.3) Praia de Santa Mônica.

- Localização: Santa Mônica. Área urbana; Localidade mais próxima do atrativo: Perocão; Distância da localidade mais próxima: 1 km; Distância da sede do município: 6 km;
- Acesso ao atrativo: rodoviário, parcialmente pavimentado, em bom estado sinalizado; Acesso mais utilizado: através da Rodovia do Sol ES-060; Descrição do acesso utilizado: balneário fica às margens da Rodovia do Sol ES-060 e qualquer rua transversal à mesma leva à praia; Transporte regular para o atrativo: rodoviário, regular, em bom estado e não adaptado; Entrada do atrativo: não há entrada definida;

- Visitação: diariamente, sem visitas guiadas, ingresso gratuito e sem autorização prévia; Acessibilidade ao atrativo: permanente; Tempo necessário para usufruir o atrativo: algumas horas; Equipamentos, instalações e serviços no atrativo: instalações sanitárias, locais para alimentação e hospedagem, área de lazer e entretenimento não adaptados; Atividades ocorrentes no atrativo: práticas esportivas como futebol, frescobol, pesca, etc.;
- Origem dos visitantes: intermunicipal, entorno regional e de outros estados e outros países, com maior fluxo de visitantes no verão;
- Descrição do atrativo: praias de águas calmas e rasas, areia fina, com a coloração amarronzada, de consistência dura e firme, com castanheiras em sua orla. Limitada por um lado pelo rio Una e por outro lado pelo canal de Perocão, é perfeita para famílias e crianças em todos os períodos de marés. Há em sua orla (somente nas extremidades) quiosques, restaurantes, camping e pousadas. Com cerca de 2500 m de extensão e largura de faixa de areia variada de 20 a 35 m.

B.4) Três Praias

- Localização: Rodovia do Sol, Km 44, após bairro de Perocão. Área urbana; Localidade mais próxima do atrativo: Perocão; Distância da localidade mais próxima: 3 km; Distância da sede do município: 10 km;
- Acesso ao atrativo: rodoviário, parcialmente pavimentado, em bom estado sinalizado; Acesso mais utilizado: através da Rodovia do Sol ES-060; Descrição do acesso utilizado: no Km 44 da Rodovia ES-060 fica a entrada (paga) para o atrativo por dentro de propriedade particular; Transporte

regular para o atrativo: rodoviário, regular, em bom estado e não adaptado;
Entrada do atrativo: portaria principal, não adaptada; Visitação: diariamente, sem visitas guiadas, ingresso pago e sem autorização prévia; Acessibilidade ao atrativo: permanente; Tempo necessário para usufruir o atrativo: um dia; Equipamentos, instalações e serviços no atrativo: instalações sanitárias, locais para alimentação, área de lazer entretenimento não adaptados; Atividades ocorrentes no atrativo: banho de sol e de mar;

- Origem dos visitantes: intermunicipal, entorno regional e de outros estados e outros países, com maior fluxo de visitantes no verão;
- Descrição do atrativo: conjunto de pequenas praias, a coloração do mar verde-azul, com areia fina e escura. As praias, separadas por grupos de pedras, oferecem elementos distintos. Nas praias situadas à esquerda, formam-se ondas fortes, sendo, por isso, bastante procurada pelos surfistas. A praia à direita é totalmente calma e é ideal para famílias. O local poético e famoso, pois, na década de 70, foi palco de um importante Festival de Música Brasileira, como MPB-Shell. As Três Praias são denominadas: Praia do Saco ou Acoradouro, Praia da Leonina e praia de Mateus Lopes. O Saco ou Acoradouro (onde se localiza o ancoradouro das escunas que fazem passeio às Três Praias) é uma praia de 160 metros de extensão e faixa de areia de 10 m de largura com pequeno comércio e restaurante típico. A Praia da Leonina (nome de antiga proprietária e residente da fazenda local) é uma praia exótica, com extenso gramado sombreado por coqueiros, com cerca de 280 m de extensão, com águas claras e transparentes.

B.5) Praia do Morro

- Localização: Área urbana; Localidade mais próxima do atrativo: Centro; Distância da localidade mais próxima: 4 km;
- Acesso ao atrativo: rodoviário, totalmente pavimentado, em bom estado e sinalizado; Acesso mais utilizado: passando pelo Bairro Aeroporto; Descrição do acesso utilizado: ao chegar à Guarapari, após o semáforo do Bairro Aeroporto, entrar à esquerda e seguir em frente até chegar à avenida, que margeia toda a orla da praia; Transporte regular para o atrativo: rodoviário, regular, em bom estado e não adaptado;
- Visitação: diariamente, sem visitas guiadas, ingresso gratuito e sem autorização prévia; Acessibilidade ao atrativo: permanente; Equipamentos, instalações e serviços no atrativo: serviços de limpeza e de segurança, instalações sanitárias, locais para alimentação e hospedagem, área de lazer e entretenimento não adaptados; Atividades ocorrentes no atrativo: banho de sol e de mar;
- Origem dos visitantes: intermunicipal, entorno regional e de outros estados e outros países, com maior fluxo de visitantes no verão;
- Descrição do atrativo: é uma das maiores praias de Guarapari, com cerca de 3,6 km de extensão, o que permite uma grande diversidade de frequentadores e atividades em suas areias e águas. Num extremo da praia (sul), ondas fortes fazem a alegria dos esportistas, inclusive com campeonatos de surf e *Wind surf*. No outro extremo (norte), próximo ao Morro da Pescaria, águas calmas permitem passeios de caiaque e *banana boat*. Suas areias são finas, claras e soltas. É uma das praias mais frequentadas de Guarapari e em sua orla

encontra-se uma vasta gama de serviços de hospedagem, alimentação, passando por música ao vivo, artesanatos, moda entre outros.

B.6) Praia da Aldeia ou Aldeia da Praia

- Localização: Condomínio Aldeia da Praia. Área urbana; Localidade mais próxima do atrativo: Bairro Praia do Morro; Distância da localidade mais próxima: 2 km; Distância da sede do município: 3km;
- Acesso ao atrativo: rodoviário, totalmente pavimentado, em bom estado e sinalizado; Descrição do acesso utilizado: no semáforo do aeroporto, entrar à esquerda e seguir até a Praia do Morro. Tomar o sentido norte até o final da avenida; Transporte regular para o atrativo: rodoviário, regular, em bom estado e não adaptado;
- Visitação: diariamente, sem visitas guiadas, ingresso gratuito e com autorização prévia; Acessibilidade ao atrativo: permanente; Equipamentos, instalações e serviços no atrativo: serviços de limpeza e de segurança; Atividades ocorrentes no atrativo: banho de sol e de mar;
- Origem dos visitantes: intermunicipal, entorno regional e de outros estados outros países, com maior fluxo de visitantes no verão;
- Descrição do atrativo: a Aldeia da Praia constitui-se em um condomínio residencial de alto padrão e fechado, o que vem restringir o acesso às cinco enseadas que ficam entre a vegetação e os rochedos que compõe o local. Assim, os acessos são pelo condomínio com permissão dos moradores, ou subindo pela pedra da Praia dos Adventistas. Cada uma das pequenas enseadas forma uma praia com características distintas. A Praia dos

Capixabas é emoldurada pelas rochas e vegetação rica em gravatás (bromélias) e pequenas orquídeas roxas. A Praia dos Campistas é enfeitada por um gramado. A Praia das Conchinhas recebe este nome devido ao grande número de conchas encontradas. Na Praia do Netuno há, em contraste com as areias brancas, uma estátua de Netuno sobre as pedras dentro d'água.

B.7) Praia da Fonte

- Localização: Centro. Sede. Área urbana; Localidade mais próxima do atrativo: Centro. Sede;
- Acesso ao atrativo: rodoviário, totalmente pavimentado, em bom estado e sinalizado; Acesso mais utilizado: Avenida Beira-Mar (avenida oceânica); Descrição do acesso utilizado: Centro;
- Visitação: diariamente, sem visitas guiadas, ingresso gratuito e sem autorização prévia; Acessibilidade ao atrativo: permanente; Equipamentos, instalações e serviços no atrativo: serviços de limpeza e de segurança, instalações sanitárias, locais para alimentação e hospedagem, área de lazer e entretenimento não adaptados; Atividades ocorrentes no atrativo: banho de sol e de mar;
- Origem dos visitantes: intermunicipal, entorno regional e de outros estados e outros países, com maior fluxo de visitantes no verão;
- Descrição do atrativo: pequena enseada com 100 m de comprimento de águas calmas, em meio a grandes pedras. Funcionava antigamente como porto de uma das colônias de pescadores de Guarapari. Nas pedras existe a fonte, com

cúpula de pedras, da época da fundação da cidade (fonte dos Jesuítas). Seu acesso é difícil devido às construções particulares ao redor da praia.

B.8) Praia das Virtudes

- Localização: Centro. Área urbana; Localidade mais próxima do atrativo: Centro. Sede;
- Acesso ao atrativo: rodoviário, totalmente pavimentado, em bom estado e sinalizado; Acesso mais utilizado: Avenida Beira-Mar (avenida oceânica); Descrição do acesso utilizado: rua estreita que passa em frente ao atracadouro ou andando pela orla desde as Praias do Meio e Namorado; Transporte regular para o atrativo: rodoviário, regular, em bom estado e não adaptado; Equipamentos, instalações e atrativo: serviços de limpeza e de segurança, instalações sanitárias, locais para alimentação, hospedagem, área de lazer e entretenimento não adaptados;
- Origem dos visitantes: intermunicipal, entorno regional e de outros estados e outros países, com maior fluxo de visitantes no verão;
- Descrição do atrativo: antigamente era uma praia escondida e cercada de vegetação, o que pode ter contribuído para que as freiras viessem banhar-se no local, daí o nome das “virtudes”. Com cerca de 70 metros de comprimento, ficando entre paredões de pedras e fundo de corais é dotada de areia clara e fofa, com águas esverdeadas e propícia para mergulho.

B.9) Praia das Castanheiras

- Localização: Centro. Área urbana; Localidade mais próxima do atrativo: Centro. Sede;
- Acesso ao atrativo: rodoviário, totalmente pavimentado, em bom estado de sinalização; Acesso mais utilizado: Avenida Beira Mar (avenida oceânica); Descrição do acesso utilizado: a partir do centro da cidade direcionar-se à orla, seguindo pelas ruas do Centro. Próximo à praia encontra-se o chamado “beco da fome”, conhecido e frequentado pelos visitantes. Consiste em um acesso fácil e seguro, pela inexistência do fluxo de carros, pavimentado até a Praia das Castanheiras; Transporte regular para o atrativo: rodoviário, regular, em bom estado e não adaptado; Equipamentos, instalações e serviços no atrativo: serviços de limpeza e de segurança, instalações sanitárias, locais para alimentação e hospedagem, área de lazer e entretenimento não adaptados; Atividades ocorrentes no atrativo: banho de sol e de mar;
- Origem dos visitantes: intermunicipal, entorno regional, de outros estados e países, com maior fluxo de visitantes no verão;
- Descrição do atrativo: praia do centro de Guarapari, com 140 metros de extensão e área para futevôlei, calçadão com comércio variado, piscinas de coral natural, ideal para crianças assim como, as castanheiras que dão sombra à vontade e compõe o cenário de cartão postal;

Observações complementares: durante ano, com maior intensidade no verão, ocorrem exposição e comércio de artesanato, obras de arte, artigos de moda, tatuagens e comida.

B.10) Praia do Meio

- Localização: Centro. Área urbana; Localidade mais próxima do atrativo: Centro. Sede;
- Acesso ao atrativo: rodoviário totalmente pavimentado, em bom estado de sinalização; Acesso mais utilizado: Avenida Beira-Mar (avenida oceânica); Descrição do acesso utilizado: ruas totalmente asfaltadas e sinalizadas (sinalização não turística); Transporte regular para o atrativo: rodoviário, regular, em bom estado e não adaptado; Visitação: diariamente, sem visitas guiadas, ingresso gratuito e sem autorização prévia; Acessibilidade ao atrativo: permanente; Tempo necessário para usufruir o atrativo: algumas horas; Equipamentos, instalações e serviços no atrativo: serviços de limpeza e de segurança, instalações sanitárias, locais para alimentação e hospedagem, área de lazer e entretenimento não adaptados;
- Origem dos visitantes: intermunicipal, entorno regional, outros estados e outros países, com maior fluxo de visitantes no verão;
- Descrição do atrativo: situada no centro da cidade é separada da Praia das Castanheiras pelas piscinas de recifes de coral e da Praia da Areia Preta pela ponta do Clube Siribeira ou da Pedra da Paquera. Com águas transparentes e geladas, assim como todas as praias do centro de Guarapari, era antigamente chamada de “Praia dos Covardes” devido às suas águas calmas contrastando com as fortes ondas da Praia da Areia Preta. É uma das praias mais freqüentadas no verão, devido à calma das águas, ideal para crianças tendo infraestrutura de lazer e os quiosques do calçadão.

B.11) Praia da Areia Preta

- Localização: Centro. Área urbana. Localidade mais próxima do atrativo: Centro. Sede.
- Acesso ao atrativo: rodoviário, totalmente pavimentado, em bom estado de sinalização. Acesso mais utilizado: Avenida Beira-Mar (avenida oceânica). Descrição do acesso utilizado: ruas totalmente asfaltadas e sinalizadas (sinalização não turística). Transporte regular para o atrativo: rodoviário, regular, em bom estado e não adaptado. Visitação: diariamente, sem visitas guiadas, ingresso gratuito e sem autorização prévia. Acessibilidade ao atrativo: permanente. Tempo necessário para usufruir o atrativo: algumas horas. Equipamentos, instalações e serviços no atrativo: serviços de limpeza e de segurança, instalações sanitárias, locais para alimentação e hospedagem e área de lazer e entretenimento não adaptados. Atividades ocorrentes no atrativo: banho de sol e de mar.
- Origem dos visitantes: intermunicipal, entorno regional e de outros estados e outros países, com maior fluxo de visitantes no verão.
- Descrição do atrativo: praia mais conhecida de Guarapari. As propriedades radioativas e medicinais de suas areias monazíticas são um dos principais motivos do apelido “Guarapari, Cidade Saúde”. Hoje em dia, em sua metade próxima à pedra do Siribeira, é ponto de encontro da juventude, enquanto que nos seus pontos mais afastados ocorre a tradicional “enterrada na areia”, feita principalmente por idosos em busca de tratamento. Há iluminação noturna no seu calçadão e futuramente vai beneficiar-se do espaço aproveitado do Radium Hotel.

B.12) Praia do Riacho ou do Ipiranga

- Localização: na saída do centro da cidade em direção a Meaípe. Área urbana. Localidade mais próxima do atrativo: Centro. Sede.
- Acesso ao atrativo: rodoviário totalmente pavimentado, em bom estado e sinalizado. Acesso mais utilizado: Através da Rodovia do Sol ES-060, trecho entre o centro da cidade e Meaípe. Descrição do acesso utilizado: Rodovia do Sol. Asfaltada, sinalizada e iluminada ao sair do centro e ir para Meaípe, entrar à esquerda na orla da praia. Transporte regular para o atrativo: rodoviário, regular, em bom estado e não adaptado. Visitação: diariamente, sem visitas guiadas, ingresso gratuito e sem autorização prévia. Acessibilidade ao atrativo: permanente. Tempo necessário para usufruir o atrativo: um dia. Equipamentos, instalações e serviços no atrativo: serviços de limpeza e de segurança, instalações sanitárias, locais para alimentação e hospedagem não adaptados. Atividades ocorrentes no atrativo: banho de sol e de mar.
- Origem dos visitantes: intermunicipal, entorno regional e de outros estados e outros países, com maior fluxo de visitantes no verão.
- Descrição do atrativo: uma das praias mais extensas do município com 5.500 metros não urbanizados. Inicia-se na Praia das Pelotas (pequena enseada vizinha à Praia da Areia Preta), passa pelo Canto do Riacho (outra enseada) e vai até Nova Guarapari (onde ficam as enseadas azuis). Praia de mar aberto, com águas claras e agitadas, ideais para pesca. Suas areias são claras, grossas e soltas. Em sua metade à direita (do outro lado da Rodovia do Sol) vê-se a lagoa de Graçaí, que antigamente ligava-se à praia, na maré cheia.

B.13) Praia Enseada Azul

- Localização: Nova Guarapari. Área urbana. Localidade mais próxima do atrativo Meaípe. Distância da localidade mais próxima: 2 km. Distância da sede do município: 8 km.
- Acesso ao atrativo: rodoviário, totalmente pavimentado, em bom estado e sinalizado. Acesso mais utilizado: ruas que dão acesso ao Bairro Nova Guarapari. Descrição do acesso utilizado: ruas que derivam da Rodovia do Sol. Transporte regular para o atrativo: rodoviário, regular, em bom estado e não adaptado. Entrada do atrativo: não há entrada definida. Visitação: diariamente, sem visitas guiadas, ingresso gratuito e sem autorização prévia. Acessibilidade ao atrativo: permanente.
- Origem dos visitantes: intermunicipal, entorno regional e de outros estados e outros países, com maior fluxo de visitantes no verão.
- Descrição do atrativo: no final da Praia do Riacho, a 8 km do centro de Guarapari, localiza-se a região da Enseada Azul, composta de Três Praias: Bacutia, Guaibura e Peracanga, que se tornou uma das mais movimentadas no verão, principalmente aos finais de semana. Com mar calmo de águas esverdeadas, cada uma destas praias é atração à parte, sendo freqüentadas por tipos específicos de turistas, compondo cartões postais.

B.14) Praia de Guaibura

- Localização: Nova Guarapari. Área urbana. Localidade mais próxima do atrativo: Meaípe. Distância da localidade mais próxima: 2 km. Distância da sede do município: 8 km.

- Acesso ao atrativo: rodoviário, totalmente pavimentado, em bom estado e sinalizado. Acesso mais utilizado: através da Rodovia do Sol ES-060. Descrição do acesso utilizado: ao chegarem Nova Guarapari, entrar à direita na Avenida Viña Del Mar, próximo ao posto de gasolina Verano. Transporte regular para o atrativo: rodoviário, regular, em bom estado e não adaptado. Visitação: diariamente, sem visitas guiadas, ingresso gratuito e sem autorização prévia. Acessibilidade ao atrativo: permanente. Tempo necessário para usufruir o atrativo: dois dias. Equipamentos, instalações e serviços no atrativo: serviços de limpeza e de segurança, instalações sanitárias, locais para alimentação e hospedagem não adaptados.
- Origem dos visitantes: intermunicipal, entorno regional e de outros estados e outros países, com maior fluxo de visitantes no verão.
- Descrição do atrativo: primeira praia das Enseadas Azuis. Com areias claras e fofas, água calma e cristalina, é muito procurada pelos amantes da pesca devido a tranquilidade e pelos mergulhadores, pois a 300 m da areia está naufragado um cargueiro alemão a 8 m de profundidade, desde 1942. Na pedra que separa as praias de Guaibura e Peracanga há um mirante natural, com excelente vista.

B.15) Praia de Peracanga ou Mucunã

- Localização: Nova Guarapari. Área urbana. Localidade mais próxima do atrativo: Meaípe. Distância da localidade mais próxima: 2 km. Distância da sede do município: 8 km.

- Acesso ao atrativo: meio rodoviário, bom, totalmente pavimentado, sinalizado e adaptado. Acesso mais utilizado: através da Rodovia do Sol ES-060. Descrição do acesso utilizado: ao chegarem Nova Guarapari, entrar à direita na Avenida Viña Del Mar, próximo ao posto de gasolina Verano. Transporte regular para o atrativo: rodoviário, regular, em bom estado e não adaptado.
- Origem dos visitantes: intermunicipal, entorno regional e de outros estados e outros países, com maior fluxo de visitantes no verão.
- Descrição do atrativo: a praia possui dois nomes indígenas. Mucunã é o nome de uma planta trepadeira parasita de árvores e cujas favas, embora venenosas, eram comidas pelos indígenas e Peracanga significa osso de peixe. Recanto com enorme privacidade, onde ainda resiste uma colônia de pescadores, tem águas calmas com recifes que se mostram na maré baixa. Muito freqüentada por famílias no verão, devido a sua calmaria e aos quiosques à Beira Mar que servem petiscos e bebidas.

B.16) Praia dos Padres

- Localização: Nova Guarapari. Área urbana. Localidade mais próxima do atrativo: Meaípe. Distância da localidade mais próxima: 2 km. Distância da sede do município: 9 km.
- Acesso ao atrativo: meio rodoviário, bom, totalmente pavimentado, sinalizado e adaptado. Acesso mais utilizado: através da Rodovia do Sol ES-060. Descrição do acesso utilizado: entre Nova Guarapari e Meaípe, a esquerda fica a entrada da praia, às margens da Rodovia do Sol. Transporte

regular para o atrativo: rodoviário, regular, em bom estado e não adaptado. Visitação: diariamente, sem visitas guiadas, ingresso gratuito e sem autorização prévia.

- Origem dos visitantes: intermunicipal, entorno regional e de outros Estados e outros países, com maior fluxo de visitantes no verão.
- Descrição do atrativo: escondida atrás de um pequeno morro, coberto por uma mata, com um pequeno bosque e castanheiras, junto às águas claras e que mereceu o seguinte comentário do Doutor Silva Mello “Guarapari é mais bonito que *Côte d’Azur*”. É muito freqüentada por casais e famílias, pois o local favorece a prática de piqueniques. O acesso à praia pode ser feito de duas formas bem distintas, a primeira é estacionando o carro próximo à praia (terreno particular) e pagando uma taxa pelo acesso ao terreno particular. A Segunda, através de uma trilha cuja entrada é pela Enseada Verde, na praia vizinha de Meaípe.

B.17) Praia de Meaípe

- Localização: Área urbana. Localidade mais próxima do atrativo: Nova Guarapari. Distância da localidade mais próxima: 7 km. Distância da sede do município: 9 km.
- Acesso ao atrativo: meio rodoviário, bom, totalmente pavimentado, sinalizado e adaptado. Acesso mais utilizado: através da Rodovia do Sol ES-060. Descrição do acesso utilizado: a rodovia passa pelo bairro/balneário de Meaípe que por sua vez divide o bairro ao meio. Transporte regular para o atrativo: rodoviário, regular, em bom estado e não adaptado. Visitação:

diariamente, sem visitas guiadas, ingresso gratuito e sem autorização prévia. Acessibilidade ao atrativo: permanente. Tempo necessário para usufruir o atrativo: algumas horas. Equipamentos, instalações e serviços no atrativo: serviços de limpeza e de segurança, instalações sanitárias, locais para alimentação e hospedagem, área de lazer e entretenimento não adaptados.

Atividades ocorrentes no atrativo: banho de sol e de mar.

- Origem dos visitantes: intermunicipal, entorno regional e de outros estados e outros países, com maior fluxo de visitantes no verão.
- Descrição do atrativo: antiga aldeia de pescadores é hoje um dos locais mais freqüentados do estado, sendo que a praia já foi considerada uma das mais belas praias do Brasil pela Guia Quatro Rodas.

B.18) Manguezais de Guarapari

- Localização: litoral.
- Acesso ao atrativo: hidroviário fluvial, em estado regular de conservação e não sinalizado. Transporte para o atrativo: hidroviário contratado, em estado regular e não adaptado. Atividades ocorrentes no atrativo: caminhadas interpretativas e contemplativas e pesquisa.
- Origem dos visitantes: intermunicipal, entorno regional e de outros estados e outros países, com maior fluxo de visitantes no verão.
- Descrição do atrativo: o manguezal tem grande presença em Guarapari. Tal região é conhecida pelo cinturão verde que a envolve, sendo material para muitas pesquisas na área ambiental. Os manguezais são ecossistemas de elevada importância no equilíbrio ecológico, sendo um berçário favorável para

o desenvolvimento de muitas espécies de animais e plantas. A Estação Ecológica Estadual da Concha d'Ostra é um exemplo desta diversidade.

B.19) Ilhas Rasas

- Localização: Área não urbana. Localidade mais próxima do atrativo: Setiba. Distância mais próxima do atrativo: 7 milhas da costa. Distância da sede do município: 7 milhas da costa de Guarapari.
- Acesso ao atrativo: hidroviário marítimo. Transporte regular para o atrativo : hidroviário marítimo, contratado, em bom estado e não adaptado. Visitação: diariamente, sem visitas guiadas, ingresso gratuito e sem autorização prévia. Acessibilidade ao atrativo: permanente. Tempo necessário para usufruir o atrativo: algumas horas. Atividades ocorrentes no atrativo: mergulho submarino, tanto apnéia como autônomo (com cilindro de ar).
- Origem dos visitantes: intermunicipal, entorno regional e de outros estados e outros países, com maior fluxo de visitantes no verão.
- Descrição do atrativo: o mergulho nas Ilhas Rasas proporciona a visão das formações rochosas cobertas de esponjas coloridas, vários tipos de corais, anêmonas etc.. Juntos a um dos parciais se encontram os destroços do Veleiro Enseada e do pesqueiro Guarani, além de restos de naufrágios que eventualmente eram utilizados em treinamento pela Marinha do Brasil. Com profundidade de 8 a 22 metros oferece condições excelentes e variadas para mergulho.

B.20) Ilha Escalvada

- Localização: Área não urbana. Localidade mais próxima do atrativo: Perocão. Distância mais próxima do atrativo: 6 milhas da costa de Guarapari. Distância da sede do município: 6 milhas da costa de Guarapari.
- Acesso ao atrativo: hidroviário marítimo. Transporte regular para o atrativo: hidroviário marítimo, contratado, em bom estado e não adaptado. Visitação: diariamente, sem visitas guiadas, ingresso gratuito e sem autorização prévia. Acessibilidade ao atrativo: permanente. Tempo necessário para usufruir o atrativo: algumas horas. Atividades ocorrentes no atrativo: mergulho submarino, tanto apnéia como autônomo (com cilindro de ar).
- Origem dos visitantes: intermunicipal, entorno regional e de outros estados e outros países, com maior fluxo de visitantes no verão.
- Descrição do atrativo: no ponto de mergulho, na Ilha da Escalvada não é permitido o desembarque, pois principalmente entre os meses de maio a setembro ocorre a desova das andorinhas do mar. É na Ilha Escalvada que se situa o farol avistado de Guarapari e o principal ponto para a prática de “*Drift Dive*” (mergulho a favor da corrente, aproveitando a força das águas). Mar aberto com profundidade de 30 metros. Pedras, grutas, cânions, cardumes e diversos corais. Lago abrigado (do vento predominante nordeste). Profundidade: 8 a 18 metros.

B.21) Três Ilhas

- Localização: Área de Proteção Ambiental das Três Ilhas, em frente à Praia de Caraís. Não urbana. Localidade mais próxima do atrativo: Perocão. Distância

mais próxima do atrativo: 6 milhas da costa de Guarapari. Distância da sede do município: 6 milhas da costa de Guarapari.

- Acesso ao atrativo: hidroviário marítimo. Transporte regular para o atrativo: hidroviário marítimo contratado, em bom estado e não adaptado. Legislação de proteção do atrativo: Decreto nº 3.747-n, de 12 de setembro de 1994. Visitação: diariamente, sem visitas guiadas, ingresso gratuito e sem autorização prévia. Acessibilidade ao atrativo: permanente. Tempo necessário para usufruir o atrativo: algumas horas. Atividades ocorrentes no atrativo: mergulho submarino, tanto apnéia como autônomo (com cilindro de ar).
- Origem dos visitantes: intermunicipal, entorno regional e de outros estados e outros países, com maior fluxo de visitantes no verão.
- Descrição do atrativo: arquipélago com três ilhas, incluindo ilhotas e pedras, sendo elas: Francisco Vaz, Cambaião, Guanchimbas, Leste-oeste, Quitongo, Toaninha, Guararema, Alcabira e Pedra dos Patos. O arquipélago é a base de várias espécies de aves que ali descansam, procriam e se alimentam. Possui profundidade de 5 a 15 m e visibilidade chegando a 20 m. Descobrem-se fontes de água e piscinas naturais, corais com grande quantidade de peixes, que são rodeados pelo fundo de areia clara, entre os quais é comum achar linguados, tartarugas e arraias. As visitas são controladas e em algumas ilhas o desembarque é proibido.

B.22) Rios que banham o Município

- Localização: passam por áreas urbanas e não urbanas. Acesso ao atrativo: rodoviário, parcialmente pavimentado, em bom estado e não sinalizado.

- Descrição do acesso utilizado: é possível o acesso aos rios por diversos caminhos, dependendo do rio. Mas nenhum destes possui estrutura de embarque e desembarque. Transporte para o atrativo: não há transporte regular. Visitação: diariamente, sem visitas guiadas, ingresso gratuito e sem autorização prévia. Acessibilidade ao atrativo: permanente. Tempo necessário para usufruir o atrativo: depende da disponibilidade dos interessados, podendo ser horas ou dias. Atividades ocorrentes no atrativo: passeios em embarcações e pesca esportiva.
- Origem dos visitantes: intermunicipal, entorno regional e de outros estados e outros países, com maior fluxo de visitantes no verão.
- Descrição do atrativo: o município é banhado pelos rios Jaboti, Meaípe, Perocão, Uma, Calçado, Claro, da Prata, Corindiba e Conceição.

B.23) Lagoa de Caraís

- Localização: Parque Estadual Paulo César Vinhas. Área não urbana. Localidade mais próxima do atrativo: Setiba. Distância da localidade mais próxima: 6 km. Distância da sede do município: 14 km.
- Acesso ao atrativo: rodoviário, parcialmente pavimentado, em regular estado e sinalizado. Acesso mais utilizado: através do Parque Estadual Paulo César Vinhas. Descrição do acesso utilizado: asfalto até Setiba (balneário) ou até a entrada do parque. A partir deste trecho, andar pela trilha aproximadamente uma hora. Transporte regular para o atrativo: a pé, com bom acesso ao local. Legislação de proteção do atrativo: Lei Federal nº 4903 – 16/05/94 e Lei Estadual nº 2993 – 06/06/90.

- Entrada do atrativo: centro de recepção, portaria principal, adaptado, posto de informações e guarita. Visitação: diariamente, sem visitas guiadas, ingresso gratuito e sem autorização prévia. Acessibilidade ao atrativo: permanente. Tempo necessário para usufruir o atrativo: algumas horas. Atividades ocorrentes no atrativo: banho e pesca.
- Origem dos visitantes: intermunicipal, entorno regional e de outros estados e outros países, com maior fluxo de visitantes no verão.
- Descrição do atrativo: caminhando pelas trilhas da reserva que margeiam o mar, chega-se a esta lagoa de águas escuras e calmas. Contornada pela vegetação de restinga, há vários atrativos, como pedras, parte alagada, mar e lagoa. É invadida nas marés mais altas e fica com águas salobras. No ponto de ligação com o mar pode-se perceber que o afloramento granítico similar a uma tartaruga desovando, denominada Pedra da Tartaruga. O passeio pela lagoa é uma forma de se desfrutar da natureza e das paisagens existentes no local.

B.24) Lagoa Vermelha, ou do Milho ou da Coca-Cola

- Localização: Parque Estadual Paulo César Vinhas. Área não urbana. Localidade mais próxima do atrativo: Ponta da Fruta. Distância da localidade mais próxima: 5 km. Distância da sede do município: 21 km.
- Acesso ao atrativo: rodoviário, parcialmente pavimentado, em regular estado e sinalizado. Acesso mais utilizado: através da Rodovia do Sol ES-060. Descrição do acesso utilizado: saindo da Rodovia ES-060, no balneário de

Ponta da Fruta, descer à esquerda. Acesso regular para o atrativo: a pé com bom acesso ao local.

- Legislação de proteção do atrativo: Lei Federal nº 4903 – 16/05/94 e Lei Estadual nº 2993 – 06/06/90. Visitação: diariamente, sem visitas guiadas, ingresso gratuito e sem autorização prévia. Acessibilidade ao atrativo: permanente. Tempo necessário para usufruir o atrativo: algumas horas. Equipamentos, instalações e serviços no atrativo: locais para alimentação não adaptados. Atividades ocorrentes no atrativo: banho e pesca.
- Origem dos visitantes: intermunicipal, entorno regional e de outros estados e outros países, com maior fluxo de visitantes no verão.
- Descrição do atrativo: seu nome vem da cor de suas águas, que são avermelhadas pela presença de lanolina e tanino, dois compostos naturais presentes no local. Ideal para banhos, pescas e piqueniques, embora esteja ameaçada pelo urbanismo crescente.

B.25) Lagoa Mãe Bá

- Localização: às margens da Rodovia ES-060. Área não urbana. Localidade mais próxima do atrativo: Porto Grande. Distância da localidade mais próxima: 5 km. Distância da sede do município: 10 km.
- Acesso ao atrativo: rodoviário, parcialmente pavimentado, em regular estado e sinalizado. Acesso mais utilizado: através da Rodovia do Sol ES-060. Descrição do acesso utilizado: pela Rodovia ES-060 (Rodovia do Sol) cerca de 2 km após a entrada principal do Balneário Enseada Azul, acesso pelo lado esquerdo da via, no sentido Guarapari para Meaípe. Acesso regular para o

atrativo: a pé com bom acesso ao local. Visitação: diariamente, sem visitas guiadas, ingresso gratuito e sem autorização prévia. Acessibilidade ao atrativo: permanente. Tempo necessário para usufruir o atrativo: algumas horas. Equipamentos, instalações e serviços no atrativo: locais para alimentação e hospedagem não adaptados. Atividades ocorrentes no atrativo: banho e pesca.

- Origem dos visitantes: intermunicipal, entorno regional e de outros estados e outros países, com maior fluxo de visitantes no verão.
- Descrição do atrativo: é a segunda maior lagoa do Estado e serve também como divisa natural dos municípios de Guarapari e Anchieta. Local próprio para banho, pesca e piqueniques.

B.26) Cachoeirinha ou Cachoeira do Zanon

- Localização: sede Rodovia BR-101. Área urbana. Localidade mais próxima do atrativo: Sede. Distância da localidade mais próxima: 2 km. Distância da sede do município: 2 km.
- Acesso ao atrativo: rodoviário, totalmente pavimentado, em bom estado e não sinalizado. Acesso mais utilizado: através da Rodovia BR-101, Sul. Descrição do acesso utilizado: no trevo de Guarapari, na BR-101, entrar à direita e seguir por 1 km até o atrativo. Transporte regular para o atrativo: rodoviário, contratado, em bom estado e não adaptado. Visitação: diariamente, sem visitas guiadas, ingresso pago e sem autorização prévia. A entrada é paga.
- Origem dos visitantes: intermunicipal, entorno regional e de outros estados, com maior fluxo de visitantes no verão.

- Descrição do atrativo: situada a apenas 1 km da Rodovia BR-101, a cachoeirinha é uma alternativa aos banhos de mar em Guarapari. Os proprietários da área fomentaram a infraestrutura com pousada, áreas de lazer com churrasqueiras, campo de futebol, bar, banheiros e vem atraindo assim, visitantes ao local.

B.27) Cachoeiras de Buenos Aires

- Localização: Vila de Buenos Aires. Área não urbana. Localidade mais próxima do atrativo: Vila de Buenos Aires. Distância da localidade mais próxima: 2 km. Distância da sede do município: 7 km.
- Acesso ao atrativo: rodoviário, parcialmente pavimentado, em regular estado e não sinalizado. Acesso mais utilizado: acesso na Rodovia BR-101, no trevo de Guarapari. Descrição do acesso utilizado: até o trevo da BR-101 é sinalizado e asfaltado. Após, estrada de terra com conservação, variando de boa a regular em função também das chuvas. Transporte regular para o atrativo: rodoviário, contratado, em bom estado e não adaptado.
- Origem dos visitantes: intermunicipal, entorno regional e de outros estados, com maior fluxo de visitantes no verão.
- Descrição do atrativo: região montanhosa a 7 km do trevo conta com um conjunto de atrativos como propriedades e paisagens rurais repletas de riachos, áreas de Mata Atlântica, mirantes com vista para o litoral, trilhas e cachoeiras. Muito procurada por amantes e praticantes do *mountain bike*.

B.28) APA de Setiba

- **Localização:** entre a região nordeste do Município de Guarapari e extremo sul do Município de Vila Velha. Área não urbana. Localidade mais próxima do atrativo: Setiba. Distância da localidade mais próxima: 3 km. Distância da sede do município: 12 km.
- **Acesso ao atrativo:** rodoviário, totalmente pavimentado, em bom estado e sinalizado. Acesso mais utilizado: através da Rodovia do Sol ES-060. Transporte para o atrativo: rodoviário, regular, ônibus com frequência de 1 em 1 hora, em bom estado e não adaptado. Descrição do acesso utilizado: pode visitar a APA, somente pelo acesso da entrada do parque que fica no Km 37,5 da Rodovia Estadual ES-060, próximo a Setiba, na lateral direita da pista sentido Guarapari – Vila Velha.
- **Legislação de proteção do atrativo:** Lei Federal nº 4903 – 16/05/94 e Lei Estadual nº 2993 – 06/06/90. Entrada do atrativo: centro de recepção, portaria principal, posto de informações e guarita. Visitação: janeiro e dezembro, de domingo a Sábado, das 8h às 17h, com visitas guiadas, ingresso gratuito e com autorização prévia. Atividades ocorrentes no atrativo: caminhada contemplativa e interpretativa e pesquisa.
- **Origem dos visitantes:** intermunicipal, entorno regional e de outros estados e outros países, com maior fluxo de visitantes no verão.
- **Descrição do atrativo:** a APA de Setiba é um espaço territorial, especialmente protegido, situado entre o extremo sul do Município de Vila Velha a Ponta da Fruta (Vila Velha) e região nordeste do Município de Guarapari, Setiba (Guarapari), compreende um espaço de 12.960 hectares incluindo uma seção

continental, com o Parque Estadual Paulo César Vinha em seu interior, e outra marítima, que abrange a área do Arquipélago das Três Ilhas. As visitas só podem ser feitas pela área do Parque Estadual Paulo César Vinhas, que mantém estudos de manejo no local, sendo as visitas nestas áreas planejadas e monitoradas em prol a um controle ambiental eficaz. A diversidade biológica nessas áreas tem sido motivo de muita atenção por parte das várias entidades que se engajaram na luta pela conservação dessa região. A administração e fiscalização da APA de Setiba ficam a cargo de um Conselho de Gestão, integrado por representantes do Governo Estadual, da Prefeitura Municipal de Guarapari, da Prefeitura Municipal de Vila Velha e de Organizações Não Governamentais sem fins lucrativos, cujos objetivos e atividades tenham afinidade com os objetivos e atividades a serem desenvolvidas para a implantação e funcionamento da APA de Setiba. A APA de Setiba tem como objetivos: conservar toda a sua área, incluindo o Arquipélago das Três Ilhas, constituído pelas Ilhas Quitongo, Cambaião Guararema, Leste-oeste e Guanchumbas.

B.29) Parque Estadual Paulo César Vinha

- Localização: Rodovia do Sol, Km 37, Setiba. Área não urbana. Localidade mais próxima do atrativo: Setiba. Distância da localidade mais próxima: 3 km. Distância da sede do município: 12 km.
- Acesso ao atrativo: rodoviário, totalmente pavimentado, em bom estado e sinalizado. Acesso mais utilizado: através da Rodovia do Sol ES-060. Transporte para o atrativo: rodoviário, regular, ônibus com frequência de 1 em 1 hora, em bom estado e não adaptado. Descrição do acesso utilizado: a

entrada do Parque fica no Km 37,5 da Rodovia Estadual ES-060, próximo a Setiba, na lateral direita da pista sentido Guarapari –Vitória.

- Legislação de proteção do atrativo: Lei Federal nº 4903 – 16/05/94 e Lei Estadual nº 2993 – 06/06/90. Entrada do atrativo: centro de recepção, portaria principal, posto de informações e guarita. Visitação: janeiro e dezembro, de domingo a sábado, das 8h às 17h, com visitas guiadas, ingresso gratuito e com autorização prévia. Acessibilidade ao atrativo: permanente. Tempo necessário para usufruir o atrativo: um dia. Equipamentos, instalações e serviços no atrativo: serviços de informações, limpeza e segurança, instalações sanitárias e alojamento com cozinha para pesquisadores, não adaptados, guia de turismo/conductor e estacionamento. Atividades ocorrentes no atrativo: caminhada contemplativa e interpretativa e pesquisa.
- Origem dos visitantes: intermunicipal, entorno regional e de outros estados e outros países, com maior fluxo de visitantes no verão.
- Descrição do atrativo: o Parque Estadual Paulo César Vinha localiza-se em Setiba (Guarapari), foi criado para proteger espécies de plantas e animais que estavam sendo ameaçadas pelo desmatamento, assim como para ser um lugar aberto a visitas, pesquisa e conhecimento. Com cerca de 1500 ha de praias, florestas, lagoas, dunas e alagados, faz parte da APA de Setiba em sua feição continental. No Parque há três lagoas, sendo que a de maior destaque é a Caraís (área aproximada do espelho d'água: 32,6 ha), que em determinadas épocas do ano tem abertura para o mar, permitindo assim trocas de água e nutrientes, favorecendo a flora e a fauna do local. Há dunas com mais de 15 m de altura, móveis pela ação do vento que, associadas às

planícies de restinga e planícies alagadas compõem um complexo quadro, permitindo a ocorrência de inúmeras espécies. Há uma rica vegetação de Mata Atlântica litorânea a manguezais, passando por mata de restinga e planícies cactáceas, entre outras. Encontram-se mais de 120 espécies de aves como o Martim Pescador, Carcará, Gavião, Garças, Cegonha ou Maguri, consideradas extintas no Espírito Santo desde 1981, segundo Augusto Ruschi.

B.30) Parque Morro da Pescaria

- Localização: Praia do Morro. Área urbana. Localidade mais próxima do atrativo: sede. Distância da localidade mais próxima: 3 km. Distância da sede do município: 3 km.
- Legislação de proteção do atrativo: Lei Municipal 1673/97 – 29/07/97. Processo nº047/89-CEC, tombado em 02/01/1992, inscrito no Livro de Tombo Paisagístico, às páginas 05 v e 6 sob o nº 14. Resolução nº01/97-CEC - Proc. 47/89. Entrada do atrativo: portaria principal e pela guarita. Visitação: diariamente, sem visitas guiadas, ingresso gratuito e sem autorização prévia. Acessibilidade ao atrativo: permanente. Atividades ocorrentes no atrativo: observação da fauna e flora local e realização de caminhadas ecológicas.
- Origem dos visitantes: intermunicipal, entorno regional e de outros estados e outros países, com maior fluxo de visitantes no verão.
- Descrição do atrativo: Área de Proteção Ambiental, situada dentro da gleba urbana de Guarapari, junto à praia mais movimentada do município, a Praia do Morro. O Parque tem 110 ha, coberto por vegetação de restinga e Mata

Atlântica, entre suas atrações destacam-se as Três Praias, os mirantes naturais e a proximidade com os restos de naufrágios (Vitória 8B), outros pontos de mergulho e além da lagoa fazem parte desta reserva. As praias justificam seus nomes: Praia da Concha, com extensão de 100 m e 15 m de largura, tem suas areias todas cobertas por conchas, a Praia da Raposa, fica em frente à Ilha da Raposa (um dos pontos de mergulho) e na Praia Vermelha há areias vermelhas por serem originária da Granada, um mineral. Dos mirantes avista-se a Ilha da Raposa e a Praia do Morro e o Centro de Guarapari. A guarita fica a 100 metros da entrada do parque, na altura do píer.

No Inventário, além dos atrativos naturais, são destaques os seguintes atrativos culturais:

B.31) Poço dos Jesuítas

- Localização: Morro da Atalaia. Bairro Centro. Área urbana. Localidade mais próxima do atrativo: Bairro Muquiçaba. Distância da localidade mais próxima: 2 km.
- Acesso ao atrativo: rodoviário, totalmente pavimentado, e bom estado e não sinalizado. Acesso mais utilizado: Atalaia. Descrição do acesso mais utilizado: subindo o morro da Atalaia. Transporte para o atrativo: rodoviário, regular. Existe um ônibus que passa de 15 em 15 minutos, em bom estado e não adaptado.
- Visitação: diariamente, sem visitas guiadas, ingresso gratuito e sem autorização prévia. Acessibilidade ao atrativo: permanente. Tempo necessário

para usufruir o atrativo: algumas horas. Atividades ocorrentes no atrativo: contemplar a paisagem e beber da água do poço.

- Origem dos visitantes: intermunicipal, entorno regional e de outros estados e outros países, com maior fluxo de visitantes no verão.
- Descrição do atrativo: poço construído pelos jesuítas em 1587, que ainda está em funcionamento. Acredita-se que a água do poço tem poderes curativos. Em 1988, através do projeto “Arte e Cultura” foi encaminhado ao Conselho Estadual da Cultura. Atualmente, encontra-se em estado de tombamento. Também chamado de Poço de Frente e Poço de Beber.

B.32) Grutinha Sant’ Ana

- Localização: Morro da Igreja Velha. Bairro Centro. Área urbana. Localidade mais próxima do atrativo: Bairro Muquiçaba. Distância da localidade mais próxima: 2 km.
- Acesso ao atrativo: rodoviário, totalmente pavimentado, em bom estado e não sinalizado. Acesso mais utilizado: Centro. Detalhamento do acesso mais utilizado: subir a ladeira Dom João Cavati. Transporte para o atrativo: rodoviário, regular, de 10 em 10 minutos, em bom estado e não adaptado. Atividades ocorrentes no atrativo: contemplação da paisagem.
- Origem dos visitantes: intermunicipal, entorno regional e de outros estados e outros países, com maior fluxo de visitantes no verão.
- Descrição do atrativo: a gruta foi construída em 1942. Hoje guarda os quadros de Sant’ Ana e Nossa Senhora Menina e uma imagem de Nossa Senhora de

Lourdes. Considerada patrimônio afetivo do município, ficou abandonada por muitos anos e em 1991 foi restaurada e entregue à comunidade.

Quanto às edificações que integram o patrimônio turístico e cultural de Guarapari, constam os seguintes destaques:

B.33) Radium Hotel

- Localização: Praia da Areia Preta. Área urbana. Localidade mais próxima do atrativo: Bairro Muquiçaba. Distância da localidade mais próxima: 2 km.
- Atividades ocorrentes no atrativo: visitação externa.
- Origem dos visitantes: intermunicipal, entorno regional e de outros estados e outros países, com maior fluxo de visitantes no verão.
- Descrição do atrativo: antigo hotel cassino que foi tombado pelo patrimônio histórico e hoje está em estado de abandono. Não há serviços oferecidos, sendo somente possível a apreciação visual externa. Em 01/07/1990, o Conselho Estadual da Cultura formou uma comissão e o hotel está protegido desde 1998. A obra teve início em 1947, em uma área de 10.000 metros quadrados, em frente à Praia da Areia Preta no centro da cidade. Foi inaugurada em 1953, como um dos mais chiques hotéis cassino do país. Com a proibição dos jogos em 1954, o hotel entrou em decadência e foi tombado como patrimônio histórico afetivo.

B.34) Igreja Nossa Senhora da Conceição

- Localização: no morro da igreja. Bairro Centro. Área urbana. Localidade mais próxima do atrativo: Bairro Muquiçaba. Distância da localidade mais próxima: 2 km. Distância da sede do município: sede.
- Acesso ao atrativo: rodoviário, totalmente pavimentado, em bom estado e não sinalizado. Detalhamento do acesso mais utilizado: subir o popular morro da igreja velha. Transporte para o atrativo: rodoviário, regular, de 5 em 5 minutos, em bom estado e não adaptado.
- Legislação ou registro/patente da realização: registrada no SPHAN em 16/09/1970 pelo processo nº. 382- I46 inscrição 428. Livro de tombo histórico folha 70. Entrada do atrativo: porta, parcialmente adaptada.
- Visitação: na época de janeiro a dezembro, todos os dias, das 9h às 17h e fora do verão aos domingos, na missa que acontece às 17h30, sem visitas guiadas, ingresso gratuito e sem autorização prévia. O museu funciona permanentemente, mas a visitação só se realiza quando é agendada. Acessibilidade ao atrativo: temporária. Equipamentos, instalações e serviços no atrativo: instalações sanitárias não adaptadas. Atividades ocorrentes no atrativo: visitação externa e ao acervo de peças sacras e atividades religiosas.
- Descrição do atrativo: construída em 1585, pelo Padre Jesuíta José de Anchieta, hoje funciona também como museu sacro, com um acervo de peças originais do século XVIII.

B.35) Igreja Sant'Ana

- Localização: em frente à Balneário de Meaípe. Área urbana. Localidade mais próxima do atrativo: Nova Guarapari. Estado de conservação: regular. Atividades ocorrentes no atrativo: contemplação do patrimônio cultural e natural e atividades religiosas.
- Origem dos visitantes: intermunicipal, entorno regional e de outros estados e outros países, com maior fluxo de visitantes no verão.
- Descrição do atrativo: construída em 1619, no alto de uma pedreira, esta pequena igreja tem o mar a seus pés. Sua localização estratégica, em Meaípe, permitiu a guarda da costa de Guarapari e dificultou os ataques dos índios. Restaurada diversas vezes, após sucessivos abandonos, marca passagem da catequese dos jesuítas em Guarapari.

B.36) Igreja Nossa Senhora da Conceição (ruínas)

- Localização: no morro da igreja. Bairro Centro. Área urbana. Localidade mais próxima do atrativo: Bairro Muquiçaba. Distância da localidade mais próxima: 2 km.
- Acesso ao atrativo: rodoviário, totalmente pavimentado, em bom estado e não sinalizado. Detalhamento do acesso mais utilizado: subir o popular morro da igreja velha. Transporte para o atrativo: rodoviário, regular, ônibus de 5 em 5 minutos, em bom estado e não adaptado.
- Legislação ou registro/patente da realização: tombado pelo Conselho Estadual CEC- 26/11/1984. Processo nº049/88-CEC, tombado em 29/11/1989, inscrito no Livro Tombo Histórico, às pág. 29 v e 30, sob o nº 173.

- Entrada do atrativo: não há entrada definida. Visitação: diariamente, sem visitas guiadas, ingresso gratuito e sem autorização prévia. Acessibilidade ao atrativo: permanente.
- Origem dos visitantes: intermunicipal, entorno regional e de outros estados e outros países, com maior fluxo de visitantes no verão.
- Descrição do atrativo: a Igreja Nossa Senhora da Conceição foi construída por pedras sobrepostas, unidas por uma massa feita de barro, areia, conchas trituradas e óleo de baleia, datada de 1677. Nunca foi inaugurada, pois antes disso pegou fogo. Também situada no Morro da Igreja, o que restou do prédio chegou a ser um cemitério, uma horta para os alunos da escola pública e sua torre serviu como cadeia. Hoje, restam apenas as ruínas e o campanário. O monumento foi tombado pelo CEC.

Em relação a outras tradições culturais de Guarapari, destacam-se:

B.37) Gastronomia Típica

- Moqueca Capixaba. Origem: indígena;
- Torta Capixaba. Origem: indígena.

B.38) Artesanato de Guarapari

Em Guarapari, o artesanato é produzido com materiais diversos. Grande parte desta produção utiliza matéria prima disponível na natureza. Materiais utilizados: Madeira – são feitos móveis artesanais, esculturas e objetos decorativos, réplicas de barcos e caravelas.

B.39) Banda de Congo São João de Jaboti

- **Localização:** localidade de São João de Jaboti. Área não urbana. Localidade mais próxima do atrativo: Distrito de Rio Grande. Distância da sede do município: 28 km. Distância da localidade mais próxima: 10 km.
- **Acesso ao atrativo:** rodoviário, não pavimentado, em estado regular e não sinalizado. Descrição do acesso utilizado: pela Rodovia BR-101 entrada à direita nas proximidades do distrito Rio Grande, 8 km de estrada de chão. Transporte para o atrativo: rodoviário, regular, ônibus, em estado regular e não adaptado.
- **Visitação:** nos festejos de Nossa Senhora da Penha, nos meses de março ou abril; de Santa Izabel, no mês de maio; no de São João, mês de junho e; de São Benedito, no mês de dezembro, sem visitas guiadas, ingresso gratuito e sem autorização prévia. Acessibilidade ao atrativo: temporário.
- **Origem dos visitantes:** intermunicipal. Não integra roteiros turísticos comercializados.
- **Descrição do Atrativo:** os congos ou bandas de congos são grupos compostos de homens e mulheres, em número variável que tocam e cantam em dias de festa, nas puxadas, fincadas e retiradas de mastro ou em festas eventuais. Nesta localidade ocorre a puxada, o levantamento e a fincada do mastro que atraem muitos devotos. Porém, a fase inicial, processada dias antes da festa, com a presença da banda de congos, é a derrubada da árvore escolhida como mastro. No dia do santo, o mastro, adornado com bandeirinhas, flores e fitas, com o quadro do santo no topo, é transportado pelos fiéis.

O levantamento e a fincada se processam ao som dos cantos da banda de congo e espocar de foguetes. De modo geral, a indumentária é simples composta por calça e camiseta para os homens e vestidos para as mulheres. Na maioria dos grupos aparecem mulheres representando a Rainha e conduzindo a bandeira do santo: São Benedito, São Sebastião ou Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora da Penha. Apresentam-se as cantigas, sobre temas variados, guardados de memória ou improvisados, são entoadas de forma alegre e irreverente.

Os instrumentos são também em número variável, determinado de acordo com os elementos do grupo: chocalhos, cuícas, congos, casacas, tambores, caixa, triângulos, pandeiros e ganzás.

B.40) Expomar

- Localização: Ilha das Gaivotas, s/nº, próxima à ponte de acesso ao centro de Guarapari. Localidade mais próxima do atrativo: Ponte de Guarapari, sede do município.
- Acesso ao atrativo: rodoviário, parcialmente pavimentado, em regular estado e não sinalizado e hidroviário marítimo, em bom estado e não sinalizado. Acesso mais utilizado: pela ponte de Guarapari. Descrição do acesso utilizado: pela ponte de Guarapari, se rodoviário e pelo canal de Guarapari, se hidroviário. Transporte para o atrativo: rodoviário, regular, ônibus de 5 em 5 minutos, em bom estado e não adaptado ou hidroviário contratado.
- Origem dos visitantes: intermunicipal, regional, de outros estados e países, com maior fluxo no verão e feriados.

- Descrição do atrativo: aquário com uma grande biodiversidade marinha, conta com tubarões, mais de 100 espécies vivas, mini manguezal, com sistemas de mares e aquários de água doce com piranhas do pantanal, peixe elétrico do Amazonas, traíras e tucunarés. Realizam também mergulhos em alto mar e venda de souvenir.

B.41) Planet Sub

- Localização: Clube Siribeira (entre a Praia da Areia Preta e do Meio). Área urbana. Localidade mais próxima do atrativo: Praia da Areia Preta.
- Acesso ao atrativo: rodoviário, parcialmente pavimentado, em bom estado e não sinalizado ou hidroviário marítimo, em bom estado (há um píer no Siribeira). Acesso mais utilizado: adaptado, pelo portão do Siribeira. Descrição do acesso utilizado: pelo Clube Siribeira, e pelas praias do Centro. Transporte para o atrativo: rodoviário, regular, ônibus de 5 em 5 minutos, em bom estado e não adaptado.
- Entrada do atrativo: centro de recepção, portaria principal. Visitação: de janeiro a dezembro todos os dias, das 14h às 18h horas, visitas guiadas, ingresso gratuito e sem autorização prévia. Acessibilidade ao atrativo: permanente. Equipamentos, instalações e serviços no atrativo: informações, limpeza, instalações sanitárias, guia de turismo /monitor /condutor, lazer e entretenimento. Atividades ocorrentes no atrativo: apreciação de espécies marinhas e aulas de mergulho.
- Origem dos visitantes: intermunicipal, regional, de outros estados e países, com maior fluxo no verão e feriados.

- Descrição do atrativo: aquário localizado no Siribeira Clube e oferece apreciação de espécies marinhas e aulas de mergulho em uma piscina que reproduz o fundo do mar.

B.42) Caminhada Passos de Anchieta

- Localização: todo o litoral do município. Áreas urbanas e não urbana. Acesso ao atrativo: rodoviário, não pavimentado, em bom estado e sinalizado. Acesso mais utilizado: pela praia e não adaptado. Descrição do acesso utilizado: pelas praias, à beira mar. Transporte para o atrativo: a pé, em bom estado e não adaptado. Entrada do atrativo: posto de informações e atendimento médico não adaptado.
- Visitação: no mês de junho, sem visitas guiadas, ingresso pago e com autorização prévia. Acessibilidade ao atrativo: temporário. Tempo necessário para usufruir o atrativo: três dias. Equipamentos, instalações e serviços no atrativo: serviços de informações, sinalização, limpeza, segurança, guia de turismo/condutor, instalações sanitárias, locais para alimentação e hospedagem. Atividades ocorrentes no atrativo: caminhada e apreciação da paisagem, não sendo possível a participação de cadeirantes. Entretanto, portadores de necessidades especiais visuais e auditivas podem participar com o auxílio de outras pessoas.
- Origem dos visitantes: intermunicipal, regional, de outros estados e países, com maior fluxo no feriado de Corpus Christi, no verão, feriados, no mês de junho data móvel em comemoração ao Padre José Anchieta.

- Descrição do atrativo: a caminhada dos passos de Anchieta estende-se por um caminho de 100 km que margeia o litoral de Vitória a Anchieta. O caminho percorre os mesmos pontos que o Padre Jesuíta José de Anchieta percorreu no século XVI, e tem a duração de dois a quatro dias. Desde 1998 os passos de Anchieta são organizados pela Associação Brasileira dos Amigos do Passos de Anchieta – ABAPA, uma ONG que cuida da manutenção das trilhas, promovendo esta rota nos seus aspectos ambientais históricos, culturais, turísticos e espirituais.

B.43) Campeonato Internacional da Pesca Oceânica do Marlim Azul

- Localização: alto mar. Área não urbana. Localidade mais próxima do atrativo: Praia de Guarapari. Acesso ao atrativo: hidroviário marítimo, bom e não sinalizado. Acesso mais utilizado: píer da Praia do Morro e Centro não adaptado. Transporte para o atrativo: hidroviário marítimo, contratado.
- Entrada do atrativo: posto de informações, não adaptado. Visitação: no mês de janeiro, sem visitas guiadas, ingresso gratuito, com autorização prévia. Acessibilidade ao atrativo: temporário. Tempo necessário para usufruir o atrativo: três dias. Equipamentos, instalações e serviços no atrativo: serviços de informações e lazer não adaptados. Atividades ocorrentes no atrativo: pesca oceânica do Marlim Azul.
- Origem dos visitantes: intermunicipal, regional, de outros estados e países, com maior fluxo na data do evento.
- Descrição do atrativo: uma vez ao ano é realizado, no mar de Guarapari, o Campeonato Internacional de Pesca Oceânica do Marlim Azul. Competição

muito bem organizada, que conta com participantes do estado, de outros estados e outros países, que divulga o nome de Guarapari como um dos melhores lugares para pesca esportiva.

B.44) Carnaval

- Localização: Centro, Praia do Morro e enseada Azul. Áreas urbanas.
- Acesso ao atrativo: rodoviário, totalmente pavimentado, em bom estado e sinalizado. Acesso mais utilizado: pela orla. Descrição do acesso utilizado: nas praias citadas. Transporte para o atrativo: rodoviário, regular de 10 em 10 minutos, em bom estado e não adaptado.
- Visitação: data móvel, sem visitas guiadas, ingresso gratuito e sem autorização prévia. Acessibilidade ao atrativo: temporário. Tempo necessário para usufruir o atrativo: mais de três dias. Equipamentos, instalações e serviços no atrativo: serviços de limpeza e de segurança, instalações sanitárias não adaptadas e locais para alimentação e hospedagem parcialmente adaptados. Atividades ocorrentes no atrativo: carnaval de rua e desfile de escola de samba.
- Origem dos visitantes: intermunicipal, regional, de outros estados e países, com maior fluxo no verão e feriados.
- Descrição do atrativo: o carnaval de Guarapari oferece, além da festa, desfile das escolas de samba locais e dos blocos, sendo um dos mais famosos do balneário o Bloco da Cachorra Doida.

B.45) Festa da Cidade

- Localização: Centro. Área urbana. Localidade mais próxima do atrativo: Bairro Muquiçaba.
- Acesso ao atrativo: rodoviário, totalmente pavimentado, em bom estado e não sinalizado. Acesso mais utilizado: pela Avenida Manoel Teixeira de Melo. Descrição do acesso utilizado: pela Rodovia do Sol ES-010 no sentido Vitória Guarapari, à direita entrar na Avenida Manoel Teixeira de Melo. Transporte para o atrativo: rodoviário, regular, ônibus de 5 em 5 minutos e não adaptado.
- Entrada do atrativo: não há entrada definida. Visitação: 19 de setembro, sem visitas guiadas, ingresso gratuito e sem autorização prévia. Acessibilidade ao atrativo: temporário.
- Origem dos visitantes: intermunicipal, regional, de outros estados e países, com maior fluxo na data do evento.
- Descrição do atrativo: no dia se comemora a festa da cidade, com a realização de shows e outros entretenimentos. Evento realizado no centro, utilizando a estrutura da cidade. A festa só tem duração em um dia e é considerado feriado municipal, no dia 19 de setembro. Acontece a entrega do diploma do cidadão guarapariense, desfile escolar, missa e shows com bandas regionais.

B.46) Abertura Oficial do Verão

- Localização: Centro, Praia do Morro. Áreas urbanas.
- Acesso ao atrativo: rodoviário, totalmente pavimentado, em bom estado e sinalizado. Acesso mais utilizado: pela orla da Praia do Morro, no sentido ao

Centro. Transporte para o atrativo: rodoviário, regular, em bom estado e não adaptado.

- Visitação: dia 20 de dezembro, sem visitas guiadas, ingresso gratuito e sem autorização prévia. Acessibilidade ao atrativo: temporário. Tempo necessário para usufruir o atrativo: um dia. Equipamentos, instalações e serviços no atrativo: serviços de limpeza, de segurança e de lazer e entretenimento e locais para alimentação e hospedagem parcialmente adaptados. Atividades ocorrentes no atrativo: palco com atrações diversas.
- Origem dos visitantes: intermunicipal, regional, de outros estados e países, com maior fluxo no verão e feriados.

B.47) Corpus Christi

- Localização: Rua Joaquim da Silva Lima. Bairro Centro. Área urbana. Localidade mais próxima do atrativo: Bairro Muquiçaba.
- Visitação: no mês de junho, durante o feriado de Corpus Christi, sem visitas guiadas, ingresso gratuito e sem autorização prévia. Acessibilidade ao atrativo: temporário. Tempo necessário para usufruir o atrativo: três dias. Equipamentos, instalações e serviços no atrativo: serviços de limpeza, de lazer e entretenimento e locais para alimentação e hospedagem parcialmente adaptado. Atividades ocorrentes no atrativo: missa, procissão e a confecção dos tradicionais tapetes de Corpus Christi.
- Origem dos visitantes: intermunicipal, regional, de outros estados e países, com maior fluxo em junho, data móvel.

- Descrição do atrativo: no feriado de Corpus Christi são realizadas celebrações nas igrejas, além da confecção de tapetes com mensagens religiosas pelas ruas da cidade, pelas escolas do município e também pela comunidade.

Em relação aos maiores atrativos turísticos, verifica-se que os locais mais visitados são: as Ruínas, o Poço dos Jesuítas, a praia do Meio, a praia de Areia Preta, a de Guaibura, praia das Virtudes (pontos de mergulho), a praia de Meaípe, bem como a Ilhas das Gaivotas, a Ilha Escalvada e as Ilhas Rasas (pontos de mergulho).

Guarapari é um município que tem como uma de suas maiores atividades econômicas o Turismo, sendo que quase todas as suas atividades integram a Rota do Sol de da Moqueca.

Assim, em razão da grande atratividade e mobilidade que encerra as atividades turísticas e da sua proximidade com o município de Anchieta, onde está prevista a implantação da Base Portuária do E&P no ES, as interferências entre as atividades evidenciam uma forte ligação entre as mesmas, requerendo uma avaliação rigorosa desse aspecto em toda a área de influência do empreendimento.

5.4.8.3 Iconha

As informações foram obtidas a partir de entrevistas com a governança e o Inventário de Oferta Turística de Iconha.

A) Informações Obtidas junto à Governança

Como resultado das entrevistas realizadas junto à governança do Município de Iconha, foram levantadas as seguintes informações relacionadas às atividades de turismo e lazer:

A.1) Equipamentos de cultura

O município conta com o Espaço Cultural Zoe Rodrigues Misságia que possui Biblioteca Pública Municipal, Museu Histórico Municipal, Telecentro Comunitário, Galeria de Artes Marcantônio Villaça, Banda Musical 13 de junho e Instituto Histórico e Geográfico de Iconha.

É um espaço aberto ao público onde mantém viva a cultura local e atende a população com cursos, oficinas e exposições.

A.2) Festas populares, cívicas e religiosas

- Maio – Festa da Polenta na comunidade de Solidão e Campeonato de Vôlei Livre;
- Junho – Festa Religiosa de Santo Antônio;
- Julho – Festa dos Caminhoneiros;
- Dezembro – Festa da Emancipação Política, Festa Agropecuária e Festival de Bandas e Fanfarras.

A.3) Comunidades tradicionais

A maioria das comunidades é de origem italiana, por esse motivo realiza-se a Festa da Polenta na Comunidade de Solidão.

A.4) As expressões artísticas

Banda Musical 13 de Junho, Concurso Rainha dos Caminhoneiros e Artesanato com fibras de bananeira e palha de café.

A.5) Número médio de visitantes ao município em épocas de férias

Por ser cortada pela BR 101 e pela rodovia ES 375 passam pelo município milhares de turistas na época das férias, onde muitos desses aproveitam para conhecer as belezas naturais da cidade.

A.6) Atrativos turísticos

Rampa Vôo Livre, belezas naturais do município como cachoeiras, montanhas e piscinas naturais.

A.7) Museus

O Museu Histórico Municipal está localizado no Espaço Cultural Zoé Rodrigues Misságia e seu acervo é composto por peças trazidas pelos imigrantes italianos e portugueses uma vez que a história de Iconha é fundamentada na herança cultural destes povos.

A.8) Parques e praças

Parque de Exposição Jaime Paganini (Rodovia do Contorno), Parque de Exposição ASCAMES (BR 101), Praça Osvaldo Santiago (Centro) e Praça Santo Antônio – Centro.

A.9) Bens tombados

Espaço Cultural Zoé Rodrigues Misságia.

- 1938 – Criação do Grupo Escolar de 4º classe, ao qual é dada a denominação de “Cel Antônio Duarte” (Decreto nº 9109, D.O. de 13/02/1938);
- 1979 – Aprovação da extensão das séries 5º a 8º, na Escola de 1º grau “Cel Antônio Duarte”. (Resolução CEE 23/85, D.O. de 25/04/1985);
- 1983 – Instalação do Subnucleo Regional de Educação;
- 1992 – Criação e instalação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- 1994 – Funcionamento da Escola de 2º Grau “Padre Assis”;
- 1998 – Instalação da Casa da Cultura;
- 2002 – Inauguração do Espaço Cultural Zoe Rodrigues Misságia.

B) Inventário de Oferta Turística de Iconha

Localizado às margens da Rodovia BR 101, na região sul do Estado do Espírito Santo, o município de Iconha tem sua colonização embasada pelos italianos, que iniciaram sua vinda no final do século XIX.

Muito conhecido pela Festa do Caminhoneiro e pela produção de banana, o município de Iconha possui grandes empresas de transporte de cargas, que

atuam com uma grande gama de itens atendendo a diversas localidades brasileiras.

Mesmo com a perda de territórios por emancipações, ainda existem atrativos tais como a arquitetura colonial italiana em Campinho, Duas Barras e Inhaúma, que despertam grande interesse dos visitantes. Outra atração é a Cachoeira de Salto Grande, na estrada para o município de Vargem Alta. Outro destaque é o trabalho gestado pelo SEBRAE/ES por meio de seu Núcleo de Artesanato, que utiliza a grande oferta de banana para a confecção de itens artesanais com o uso de sua fibra, bem como o processamento desta matéria-prima na agroindústria local, agregando valor ao cultivo da banana.

No inventário os principais atrativos turísticos, naturais e culturais, são assim elencados:

B.1) Serra de Crubixá

- Localização: Crubixá, não urbana. Localidades mais próximas do atrativo: Bom Destino. Distância da localidade mais próxima: 2 km. Distância da Sede do município: 8 km.
- Acesso ao atrativo: rodoviário, parcialmente pavimentado, em estado regular e não sinalizado. Descrição do acesso utilizado: a partir do centro da cidade, seguir pela Rodovia BR-101, sentido Vitória, por 4 km, e entrar à esquerda sentido Bom Destino. Transporte regular para o atrativo: contratado. Entrada do atrativo: estrada vicinal.
- Visitação: diariamente, sem visitas guiadas, ingresso gratuito e sem autorização prévia. Acessibilidade do atrativo: permanente. Tempo necessário

para usufruir o atrativo: horas. Atividades ocorrentes no atrativo: contemplação. Origem dos visitantes: local e municipal.

- Descrição do atrativo: o local oferece possibilidade de contemplação da paisagem local e do entorno, onde o relevo é acidentado e com diferentes formações rochosas. Percebe-se, ainda, a vegetação de Mata Atlântica.

B.2) Serra de Solidão

- Localização: Solidão, não urbana. Localidade mais próxima do atrativo: Sede. Distância da localidade mais próxima: Sede. Distância da Sede do município: 12 km.
- Acesso ao atrativo: rodoviário, parcialmente pavimentado, em bom estado e não sinalizado. Descrição do acesso utilizado: pela Rodovia BR-101, sentido Vitória, entrar à esquerda 5 km após a Sede, em trecho não pavimentado, passando por Solidão. Transporte regular para o atrativo: contratado. Entrada do atrativo: estrada vicinal.
- Visitação: diariamente, sem visitas guiadas, ingresso gratuito e sem autorização prévia. Acessibilidade do atrativo: permanente. Tempo necessário para usufruir o atrativo: horas. Equipamentos e serviços no atrativo: rampa de vôo livre. Atividades ocorrentes no atrativo: contemplação e vôo livre.
- Origem dos visitantes: local, municipal e do entorno regional.
- Descrição do atrativo: a altitude média da Serra, no local onde há a rampa de vôo livre, é de cerca de 500m. Dali percebe-se parte da vegetação de Mata Atlântica e das localidades próximas. Durante a Festa da Polenta de Solidão

acontecem saltos de vôo livre em maior número, quando o local é visitado por grupos organizados desta modalidade.

B.3) Serra de Venezuela

- Localização: Venezuela, não urbana. Localidade mais próxima do atrativo: Palmital. Distância da localidade mais próxima: 2 km. Distância da Sede do município: 7 km.
- Acesso ao atrativo: rodoviário, parcialmente pavimentado, em estado regular e não sinalizado. Descrição do acesso utilizado: na Rodovia BR-101, no sentido Rio de Janeiro, entrar em trecho não pavimentado em direção a Venezuela. Transporte regular para o atrativo: contratado. Entrada do atrativo: estrada vicinal.
- Visitação: diariamente, sem visitas guiadas, ingresso gratuito e sem autorização prévia. Acessibilidade do atrativo: permanente. Tempo necessário para usufruir o atrativo: horas. Atividades ocorrentes no atrativo: contemplação.
- Origem dos visitantes: local e municipal.
- Descrição do atrativo: a Serra de Venezuela é ideal para contemplação da paisagem, entre montanhas e aspectos da flora local. Próximo dali está a Cachoeira de Venezuela.

B.4) Serra de Tocaia

- Localização: Baixo Tocaia, não urbana. Localidade mais próxima do atrativo: Sede. Distância da localidade mais próxima: 9 km. Distância da Sede do município: 9 km.
- Acesso ao atrativo: rodoviário, parcialmente pavimentado, em estado regular e não sinalizado. Descrição do acesso utilizado: a partir do Centro da cidade, seguir por 2 km pela BR-101, sentido Rio de Janeiro, entrar à esquerda para Baixo Tocaia. Transporte regular para o atrativo: contratado. Entrada do atrativo: estrada vicinal.
- Visitação: diariamente, sem visitas guiadas, ingresso gratuito e sem autorização prévia. Acessibilidade do atrativo: permanente. Tempo necessário para usufruir o atrativo: horas. Atividades ocorrentes no atrativo: banho e contemplação.
- Origem dos visitantes: local e municipal.
- Descrição do atrativo: a região de Baixo Tocaia, onde se localiza a Serra de Tocaia, é um local com belas paisagens proporcionadas pelo relevo desuniforme, complementado pelos remanescentes da Mata Atlântica. A Serra é visualizada de vários pontos da estrada de acesso, e apresenta propriedades particulares no entorno, que concentram grande parte do seu cultivo nas plantações de café.

B.5) Serra de São Caetano

- Localização: São Caetano, não urbana. Localidade mais próxima do atrativo: Duas Barras. Distância da localidade mais próxima: 3 km. Distância da Sede do município: 17 km.
- Acesso ao atrativo: rodoviário, parcialmente pavimentado, em estado regular e não sinalizado. Descrição do acesso utilizado: pela Rodovia BR- 101, sentido Rio de Janeiro, entrar sentido localidade de São Caetano, em trecho não pavimentado. Transporte regular para o atrativo: contratado. Entrada do atrativo: estrada vicinal.
- Visitação: diariamente, sem visitas guiadas, ingresso gratuito e sem autorização prévia. Acessibilidade do atrativo: permanente. Tempo necessário para usufruir o atrativo: horas. Atividades ocorrentes no atrativo: contemplação.
- Origem dos visitantes: local e municipal.
- Descrição do atrativo: o atrativo permite visualização de toda a região do entorno, onde se percebe remanescentes da Mata Atlântica com áreas ainda intocadas, montanhas e pedras.

B.6) Bacia Hidrográfica de Iconha

- Localização: todo o município, área urbana e não urbana.
- Acesso ao atrativo: rodoviário, totalmente pavimentado, em bom estado de conservação. Detalhamento do acesso mais utilizado: atravessa todo o município, passando pela Sede urbana. Transporte para o atrativo: rodoviário, em regular estado e não adaptado.

- Visitação: diariamente, sem visitas guiadas, com ingresso gratuito e sem autorização prévia. Acessibilidade ao atrativo: permanente. Tempo necessário para usufruir o atrativo: horas. Com fluxo de visitação constante. Equipamentos e serviços no atrativo: no entorno há instalações sanitárias, locais para alimentação não adaptados, serviço de limpeza, telefone público e outros. Atividades ocorrentes no atrativo: contemplação da paisagem.
- Origem dos visitantes: local, municipal e do entorno regional.
- Descrição do atrativo: o município de Iconha é abrangido por duas Bacias Hidrográficas. Uma delas é a Bacia do Rio Benevente, com área de drenagem de aproximadamente 1260 km², da qual também fazem parte os municípios de Anchieta, Alfredo Chaves, Guarapari e Piúma. A outra é a Bacia do Rio Novo, com área de drenagem de aproximadamente 722 km², da qual também fazem parte os municípios de Itapemirim, Piúma, Rio Novo do Sul e Vargem Alta.

B.7) Cachoeira do Meio

- Localização: Sede, não urbana. Localidade mais próxima do atrativo: Sede. Distância da localidade mais próxima: 3 km. Distância da Sede do município: 3 km.
- Acesso ao atrativo: rodoviário, parcialmente pavimentado, em estado regular e não sinalizado. Descrição do acesso utilizado: BR-10, sentido sul, entrar em acesso não pavimentado a direita, 2 km após a Sede, onde está o atrativo. Transporte regular para o atrativo: rodoviário, intermunicipal regular, em bom estado e não adaptado.

- Visitação: diariamente, sem visitas guiadas, ingresso gratuito e sem autorização prévia. Acessibilidade do atrativo: permanente. Tempo necessário para usufruir o atrativo: horas. Equipamentos e serviços no atrativo: local para alimentação e estacionamento. Atividades ocorrentes no atrativo: banho e contemplação.
- Origem dos visitantes: local e municipal.
- Descrição do atrativo: cachoeira com 3 quedas, rodeada por plantações de banana e café, formando um poço para banho entre grandes pedras. Oferece áreas com sombra nas proximidades.

B.8) Cachoeira de Venezuela

- Localização: Venezuela, não urbana. Localidade mais próxima do atrativo: Palmital. Distância da localidade mais próxima: 4 km. Distância da Sede do município: 9 km.
- Acesso ao atrativo: rodoviário, parcialmente pavimentado, em estado regular e não sinalizado. Descrição do acesso utilizado: na Rodovia BR-101, sentido Rio de Janeiro, entrar em trecho não pavimentado em direção a Venezuela. Transporte regular para o atrativo: contratado.
- Visitação: diariamente, sem visitas guiadas, ingresso gratuito e sem autorização prévia. Acessibilidade do atrativo: permanente. Tempo necessário para usufruir o atrativo: horas. Atividades ocorrentes no atrativo: banho e contemplação.
- Origem dos visitantes: local e municipal.

- Descrição do atrativo: localizada na região da Serra de Venezuela, oferece possibilidade para banho e apresenta águas límpidas.

B.9) Cachoeira de Salto Grande

- Localização: Salto Grande, não urbana. Localidade mais próxima do atrativo: Bom Destino. Distância da localidade mais próxima: 2 km.
- Acesso ao atrativo: rodoviário, parcialmente pavimentado, em estado regular e não sinalizado. Descrição do acesso utilizado: a partir da BR-101, sentido Rio de Janeiro, entrar sentido Bom Destino. Transporte regular para o atrativo: contratado. Entrada do atrativo: estrada vicinal.
- Visitação: diariamente, sem visitas guiadas, ingresso gratuito e sem autorização prévia. Acessibilidade do atrativo: permanente. Tempo necessário para usufruir o atrativo: horas. Atividades ocorrentes no atrativo: banho e contemplação.
- Origem dos visitantes: local e municipal.
- Descrição do atrativo: local com remanescentes da Mata Atlântica nas proximidades da cachoeira, de águas límpidas e com trechos que escorrem lentos. Oferece uma bela paisagem.

B.10) Cachoeira de São Caetano

- Localização: São Caetano, não urbana. Localidade mais próxima do atrativo: Duas Barras. Distância da localidade mais próxima: 3 km. Distância da Sede do município: 17 km.

- Acesso ao atrativo: rodoviário, parcialmente pavimentado, em estado regular e não sinalizado. Descrição do acesso utilizado: pela Rodovia BR-101, sentido Rio de Janeiro, entrar para São Caetano, em trecho não pavimentado. Transporte regular para o atrativo: contratado. Entrada do atrativo: estrada vicinal.
- Visitação: diariamente, sem visitas guiadas, ingresso gratuito e sem autorização prévia. Acessibilidade do atrativo: permanente. Tempo necessário para usufruir o atrativo: horas. Atividades ocorrentes no atrativo: banho e contemplação.
- Origem dos visitantes: local e municipal.
- Descrição do atrativo: o atrativo está localizado na região da Serra de São Caetano, com áreas de vegetação intocada e águas propícias para banho.

B.11) Espaço Cultural Zoé Rodrigues Misságia

- Localização: Sede, Avenida Coronel Antônio Duarte, s/n, urbana. Localidade mais próxima do atrativo: Sede. Acesso ao atrativo: sinalizado, não adaptado. Rodoviário, bom. A pé, bom. Transporte para o atrativo: rodoviário, de boa qualidade e não adaptado.
- Legislação de proteção ao atrativo: tombamento estadual decreto 9.105, de 13/02/38. Entrada do atrativo: portaria principal, não adaptada.
- Visitação: segunda-feira a sexta-feira, de 7h às 18h. Acessibilidade do atrativo: permanente. Tempo necessário para usufruir o atrativo: horas. Equipamentos e serviços no atrativo: informações, limpeza e instalações sanitárias, não adaptadas. Atividades ocorrentes no atrativo: visitação e pesquisa.

- Origem dos visitantes: local, municipal e do entorno regional.
- Descrição do atrativo: o espaço cultural Zoé Rodrigues Misságea abriga em suas dependências o Museu Histórico Municipal e Museu Fotográfico de Iconha. Possui 113 valiosas peças portuguesas, italianas e fotografias históricas. Está localizado próximo à Praça Municipal e foi inaugurado no ano de 2000.

B.12) Gastronomia típica

- Macarrão Caseiro, Origem cultural: italiana;
- Polenta, Origem cultural: italiana;
- Sanduíche de Pernil de Porco, Origem cultural: multiracial.

B.13) Artesanato do Município de Iconha.

- Localização: Sede, Distrito e localidades. Área urbana e não urbana.
- Visitação: durante todo o ano, visitas não guiadas, ingresso gratuito e sem autorização prévia. Equipamentos e serviços no atrativo: informações, limpeza e instalações sanitárias não adaptadas. Atividades ocorrentes no atrativo: produção e venda de artesanato.
- Origem dos visitantes: local, municipal e do entorno regional.
- Descrição do atrativo: o artesanato em Iconha é produzido com materiais diversos. A maior parte utiliza matéria-prima de fácil localização no município. Principais utilizadas: Fibra de Bananeira – objetos utilitários e/ou decorativos. Bucha Vegetal - produção de peças decorativas. Trabalhos manuais – bordados, tricô, crochê e retalho. Biscuí – ímãs de geladeira, enfeites e outros

objetos utilitários. O destaque do artesanato de Iconha é a produção com fibra de bananeira. Os produtos feitos com a fibra de bananeira são: luminárias, fruteiras, pratos de parede, cestas, revisteiras, porta objetos, porta canetas, almofadas de fibra, bolsas, jogos americanos, descansos de prato e painéis, “souplat” e fios.

B.14) Festa da Polenta de Solidão

- Localização: Solidão, não urbana. Distância da Sede do município: 7 km.
- Acesso ao atrativo: rodoviário, parcialmente pavimentado, em bom estado e não sinalizado. Descrição do acesso utilizado: pela BR- 101, sentido Vitória, entrar à esquerda 5 km após a Sede, em trecho não pavimentado.
- Visitação: maio, sem visitas guiadas, acesso gratuito e sem autorização prévia. Acessibilidade do atrativo: temporário. Tempo necessário para usufruir o atrativo: 2 dias. Equipamentos e serviços no atrativo: serviços de limpeza, instalações sanitárias e locais para alimentação não adaptados.
- Origem dos visitantes: local, municipal e do entorno regional. Maior fluxo de visitação na data do evento.
- Descrição do atrativo: são realizadas missas em latim e italiano, música regional e almoço típico no segundo dia de festa.

B.15) Festa Agropecuária e de Agronegócios

- Localização: Avenida Coronel Antônio Duarte, Centro, urbana.

- Acesso ao atrativo: rodoviário, totalmente pavimentado, em bom estado e não sinalizado. Descrição do acesso utilizado: no Centro da cidade. Entrada do atrativo: portaria principal, parcialmente adaptada.
- Visitação: data móvel, sem visitas guiadas, acesso gratuito e sem autorização prévia. Acessibilidade do atrativo: temporário. Tempo necessário para usufruir o atrativo: 3 dias. Equipamentos e serviços no atrativo: há serviços de limpeza, instalações sanitárias e locais para alimentação não adaptados.
- Origem dos visitantes: local, municipal e do entorno regional. Maior fluxo de visitantes na data do evento.
- Descrição do atrativo: realiza shows musicais, exposição agropecuária, exposição e venda de equipamentos agrícolas e outros.

B.16) Festa dos Caminhoneiros

- Localização: Avenida Coronel Antônio Duarte, Centro, urbana.
- Acesso ao atrativo: rodoviário, totalmente pavimentado, em bom estado e não sinalizado. Descrição do acesso utilizado: no Centro da cidade. Estado de conservação: bom. Entrada do atrativo: portaria principal, parcialmente adaptada.
- Visitação: julho, sem visitas guiadas, acesso gratuito e sem autorização prévia. [Acessibilidade do atrativo: temporário. Tempo necessário para usufruir o atrativo: mais de 3 dias. Equipamentos e serviços no atrativo: há serviços de limpeza, instalações sanitárias e locais para alimentação não adaptados.
- Origem dos visitantes: local, municipal e do entorno regional. Maior fluxo de visitação na data do evento.

- Descrição do atrativo: São realizadas missas, carreatas pela cidade, eleição da Miss Caminhoneiro, shows musicais, bingo, sorteios e outros.

B.17) Festa da Cultura Italiana

- Localização: Praça da Cultura, Sede, urbana.
- Acesso ao atrativo: rodoviário, totalmente pavimentado, em bom estado e não sinalizado. Descrição do acesso utilizado: no Centro da cidade. Entrada do atrativo: entrada indefinida, parcialmente adaptada.
- Visitação: setembro, sem visitas guiadas, acesso gratuito e sem autorização prévia. Acessibilidade do atrativo: temporário. Tempo necessário para usufruir o atrativo: 2 dias. Equipamentos e serviços no atrativo: serviços de limpeza, instalações sanitárias e locais para alimentação não adaptados.
- Origem dos visitantes: local, municipal e do entorno regional. Maior fluxo de visitação na data do evento.
- Descrição do atrativo: apresentações de dança e música típica, missas, pratos da culinária italiana e outros.

B.18) Festa de Emancipação do Município

- Localização: Avenida Coronel Antônio Duarte, Centro, urbana.
- Acesso ao atrativo: rodoviário, totalmente pavimentado, em bom estado e não sinalizado. Descrição do acesso utilizado: no Centro da cidade. Entrada do atrativo: portaria principal, parcialmente adaptada.
- Visitação: novembro, sem visitas guiadas, acesso gratuito e sem autorização prévia. Acessibilidade do atrativo: temporário. Tempo necessário para usufruir

o atrativo: 1 dia. Equipamentos e serviços no atrativo: serviços de limpeza, instalações sanitárias e locais para alimentação não adaptados. Atividades ocorrentes no atrativo: lazer.

- Origem dos visitantes: local, municipal e do entorno regional. Maior fluxo de visitantes na data do evento.
- Descrição do atrativo: festa cívica com atividades diversas, missas, shows, lazer infantil e outros.

B.19) Festa do Padroeiro Santo Antônio

- Localização: Centro, Sede, Praça da Igreja Matriz.
- Acesso ao atrativo: rodoviário, totalmente pavimentado, em bom estado e não sinalizado. Descrição do acesso utilizado: no Centro da cidade. Entrada do atrativo: portaria principal, parcialmente adaptada.
- Visitação: 13 de junho, sem visitas guiadas, acesso gratuito e sem autorização prévia. Acessibilidade do atrativo: temporário. Tempo necessário para usufruir o atrativo: horas. Equipamentos e serviços no atrativo: serviços de limpeza, instalações sanitárias e locais para alimentação não adaptados. Atividades ocorrentes no atrativo: atividades religiosas.
- Origem dos visitantes: local e municipal. Maior fluxo de visitação na data do evento.
- Descrição do atrativo: realiza procissão, almoço comunitário e missa especial.

B.20) Festa da Sexta-Feira Santa

- Localização: Avenida Coronel Antônio Duarte, Centro, urbana.

- Acesso ao atrativo: rodoviário, totalmente pavimentado, em bom estado e não sinalizado. Descrição do acesso utilizado: no Centro da cidade. Entrada do atrativo: portaria principal, parcialmente adaptada.
- Visitação: abril, sem visitas guiadas, acesso gratuito e sem autorização prévia. Acessibilidade do atrativo: temporário. Tempo necessário para usufruir o atrativo: horas. Equipamentos e serviços no atrativo: serviços de limpeza, instalações sanitárias e locais para alimentação não adaptados. Atividades ocorrentes no atrativo: atividades religiosas.
- Origem dos visitantes: local e municipal. Maior fluxo de visitação na data do evento.
- Descrição do atrativo: Encenação da “Vida e Morte de Nosso Senhor Jesus Cristo” em local público.

B.21) Festa de Corpus Christi

- Localização: Bom Destino e Campinho, não urbana. Distância da localidade mais próxima: Sede. Distância da Sede do município: 15 km.
- Acesso ao atrativo: rodoviário, parcialmente pavimentado, em bom estado e não sinalizado. Descrição do acesso utilizado: estrada que leva para Vargem Alta (ES-375). Entrada do atrativo: entrada indefinida, parcialmente adaptada.
- Visitação: dia de Corpus Christ, sem visitas guiadas, acesso gratuito e sem autorização prévia. Acessibilidade do atrativo: temporário. Tempo necessário para usufruir o atrativo: horas. Equipamentos e serviços no atrativo: serviços de limpeza, instalações sanitárias e locais para alimentação não adaptados. Atividades ocorrentes no atrativo: atividades religiosas.

- Origem dos visitantes: local e municipal. Maior fluxo de visitação na data do evento.
- Descrição do atrativo: a comunidade confecciona tapetes de Corpus Christ nas principais ruas das localidades, e também há missas e procissão.

Seguem as demais informações sobre a infraestrutura de serviços que tem sua interface com as atividades turísticas e de lazer em Iconha:

- **Hospedagem:** Hotel União.
- **Restaurantes:** Restaurante Cicilioti. Restaurante Mama Dida. Restaurante e Lanchonete Esplanada.
- **Bares/ cafés/ lanchonetes:** Bar Almeida: Bar e Lanchonete Kamare; Lanchonete Beira Rio; AKI AGORA Bar e Lanchonete; Maroni's Bar.
- **Casas de chá / confeitarias:** Padaria 2000; SP Massas Super Pão; Padaria e Confeitaria Logui.
- **Agência de viagens e turismo:** Ramos Tour.
- **Auditórios / Salões / Salas:** Cerimonial Vêneto e Tokaia do Valle.
- **Lazer e entretenimento:** Praça da Igreja Matriz e Praça Gevandir Sabino da Cunha.

- **Clubes:** Bella Vista Campestre Clube E Tokaia do Valle.

- **Entidades, associações e prestadores de serviços turísticos:**

ASSOARTI – Associação de Artesãos de Iconha – ES.

ACII – Associação da Cultura Italiana de Iconha.

ASCULPI – Associação da Cultura Portuguesa de Iconha.

- **Atrativos Turísticos Mais Visitados:**

A Serra da Solidão, onde é praticado o vôo livre, a Cachoeira do Salto Alto e a Festa dos Caminhoneiros, pois a cidade é conhecida nacionalmente como a “cidade dos caminhões”.

Juntamente com Anchieta, Alfredo Chaves, Piúma, Itapemirim, Marataízes e Presidente Kennedy, Iconha compõe a Rota da Costa e da Imigração.

O Turismo é pouco desenvolvido em Iconha e existe um potencial a ser desenvolvido que pode gerar emprego e renda e, sobretudo se constituir num elemento chave junto à agroecologia que vem se desenvolvendo no município, constituindo um tripé: Agroecologia, Turismo e Sustentabilidade, que pode vir a reduzir os impactos negativos gerados pela rápida transformação que a região vai sofrer com a implantação dos novos empreendimentos em Anchieta, dentre os quais a Base Portuária prevista pela Petrobras.

5.4.8.4 Alfredo Chaves

As informações foram obtidas a partir de entrevistas com a governança e o Inventário de Oferta Turística de Alfredo Chaves.

A) Entrevista com a Governança

A.1) Equipamentos de cultura

- Biblioteca;
- Câmara Municipal;
- Auditório do CRAS;
- Auditório da Secretaria de Educação;
- Auditório da Igreja Católica Nossa Sra. da Conceição;

A.2) Festas populares, cívicas e religiosas

- Carnaval de rua
- Festa do Clube do cavalo (rodeio)
- Festa Italiana
- Festa da banana e do leite
- Festa da Nossa Sra. Da Conceição
- Festa de São Benedito
- Baile do Sábado de Aleluia
- Encontro vôleiros da comunidade São Marcos.
- Festa da uva e do vinho

A.3) Natal som e luz festas Juninas

- Festa do Inhame
- Festa do Santo Reis

A.4) Comunidades tradicionais

A colonização de Alfredo Chaves foi de italianos, negros, sírios e portugueses. Quase todas as comunidades mantêm as tradições dos antepassados.

A.5) Expressões artísticas

- Artesanato de madeira, fibra de bananeira. Tecidos (bordados)
- Grupo de teatro
- Grupos de Dança
- Capoeira
- Congo
- Corais italianos
- Grupos de Roda de viola
- Orquestra
- Banda e Fanfarra

A.6) Número médio de visitantes em épocas de férias

Em época de férias, é comum a população do município ter um aumento significativo, tendo em vista que alunos que saem para estudar em outras cidades retornam para passar as férias no município. Da mesma forma, pessoas que

saem para trabalhar voltam para as férias e a visitação de turistas é bastante grande, com uma média de mais de mil pessoas nos finais de semana.

A.7) Principais atrativos turísticos

Cachoeiras, montanhas, rios, pousadas. Região de montanha, mas próxima das praias.

A.8) Projetos municipais de apoio e desenvolvimento ao turismo

- Feira do artesanato
- Projetos junto ao SEBRAE de incentivo a construção e melhoria de pousadas.
- Projetos junto a Secretaria de Turismo para a construção do acesso ao mirante da Cachoeira Engenheiro Reeve (Matilde).
- Convênio com a Secretaria de estado da Cultura para a restauração da estação Ferroviária de Matilde, onde funcionará um pequeno museu ferroviário, um café e apresentações culturais nos finais de semana

A.9) Museus

- Projeto do Museu Ferroviário na Estação de Matilde.

A.10) Parques e praças

- Praças: Colombo Guardiã e praças nos distritos e comunidades do interior: Ibitiruí e Sagrada Família.
- Parque: Eco- Park e Reserva Outrem – Matilde
- Parque e Pedra da Reserva Particular Natural do Gururu- sede, Eco – Park Alto Gururu localizado a 3 km da sede.

A.11) Bens tombados

Estação Ferroviária de Matilde, a esfera do tombamento é federal, pois trata-se de bem pertencente à extinta rede ferroviária federal. O tombamento está sendo feito pelo IPHAN junto a SPU (Superintendência de Patrimônios da União).

A.12) Prédios históricos

- Atual sede da Administração Municipal.
- Casa onde funciona a Secretaria de Turismo e Cultura.
- Parte antiga da Escola Municipal “Ana Araújo”.
- Existem outros prédios (Igrejas e casarões) que não pertencem à municipalidade, mas fazem parte da história do município.

B) Inventário da Oferta Turística do Município de Alfredo Chaves⁶¹

B.1) Atrativos naturais

- Rampa Natural de Voo Livre
- Pedra do Gururu
- Vale Santa Maria Madalena
- Ilha Togneli

B.2) Rios

- Rio Benevente.

⁶¹Disponível na internet em [<http://www.es-acao.org.br/midias/pdf/1264.pdf>]. Consulta em 10/01/2011.

B.3) Lagoas

- Lagoa das Garças

B.4) Cachoeiras

- Cachoeira Iracema
- Cachoeira Piripitinga
- Cachoeira Engenheiro Reeve - Matilde
- Cachoeira Pinón/ Daroz
- Cachoeira Vovó Lúcia

B.5) Fontes hidrominerais e/ ou termas

- Fonte D'água Dupote
- Fonte Nova Estrela

B.6) Atrativos culturais

- Estação Ferroviária de Matilde
- Casarão Togneli

B.7) Música e dança

- Bandas de Congo

B.8) Festas

- Festa da Banana e do Leite
- Círculo Natalino

- Festa da Imaculada Conceição
- Festa do São Benedito

B.9) Arquitetura religiosa

- Capela Nossa Senhora da Penha

B.10) Equipamentos e serviços turísticos

- **Hotéis:** Hotel Beneventes Falls; Pousada Brasil de Papel; Pousada e Chalé da Dona Áurea; Chalés da Prainha; Pousada Vales das Cachoeiras; Hotel e Restaurante Avenida
- **Meios de hospedagem extra-hoteleiros:** Camping Balacobaco
- **Restaurantes:** Restaurante Boldrini; Doce Mel Restaurante e Restaurante do Peninha
- **Bares/ cafés/ lanchonetes:** Bar e Merceria Pardin; Bar e Merceria Boldrini; Bar Doce Mel; Bar Beira Rio; Bar do Mariani e Bar São João.
- **Casa de chá/ confeitarias:** Padaria Salvador Pesini
- **Parques, pavilhões e exposições:** Parque de Exposições Reginaldo Roque Giori

- **Auditórios/ salões/ salas:** Salão Paroquial; Auditório da Cooperativa de Laticínios de Alfredo Chaves; Salão Azurro.
- **Lazer e entretenimento:** Parques, Jardins e Praças; Praça Colombo Guardia; Ginásio Poliesportivo Antônio Grassi; Ginásio Macrina; Estádio Municipal Carlos Soares Pinto.
- **Outros serviços e equipamentos turísticos**
AVLAC – Associação de Vôo Livre de Alfredo Chaves.
- **Feriados e datas comemorativas municipais**
08/12 - Padroeira Imaculada Conceição;
- **Postos de abastecimento:** Posto São Geraldo e Posto Irmãos Volponi.
- **Locais e templos de manifestações de fé:** Igreja Nossa Senhora da Conceição.
- **Atrativos Turísticos Mais Visitados**
Rampas de vôo livre sendo que a Rampa Natural de vôo livre em Cachoeira Alta é considerada uma das melhores do Brasil, sendo referência para pilotos capixabas, nacionais e estrangeiros.

Cachoeira de Matilde, oficialmente denominada Engenheiro Reeve, que possui uma sequência de quedas, sendo a última delas como mais de 70 m. de altura. É famosa no Espírito Santo, visitada por adeptos do trekking e do rapel.

Festa da Banana e do Leite, cuja programação destaca as atividades agropecuárias da região, entre as quais a cultura da banana, além de bailes e shows.

As festas comemorativas, bem como shows e bailes atraem a população dos municípios vizinhos como Iconha, Anchieta, Piúma e outros.

O município integra a Rota da Costa e da Imigração, juntamente com Anchieta Iconha, Piúma, Itapemirim, Marataízes e Presidente Kennedy. Esta rota tem como estratégia principal incentivar o turismo interno. O objetivo é enaltecer os imigrantes do Sul do Estado, que chegaram ao Espírito Santo pelo Porto de Anchieta, e ainda destacar o turismo de aventura.

O desenvolvimento do Turismo em Alfredo Chaves já vem sendo discutido, como uma forma de aumentar a receita do município, bem como colaborar com a regulamentação das terras e evitar os crimes ambientais que ocorrem na região. Assim pode vir a ser um elemento chave para minimizar os impactos causados pelos novos empreendimentos na região.

5.4.8.5 Piúma

As informações foram obtidas a partir de entrevistas com a governança e o Inventário de Oferta Turística de Piúma.

A) Entrevista com a Governança

A.1) Equipamentos de Cultura

- Biblioteca Municipal (Agenor Miranda)
- Espaço Cultural – Abriga o acervo histórico e cultural do Município

A.2) Festas populares, cívicas e religiosas

- Festaban (Festival de Bandas e Fanfarras)
- Festa dos Pescadores (Homenagem a São Pedro)
- Festa do Folclore
- Festa de N^a S^a da Conceição (Emancipação Política)
- Festa do Natal
- Réveillon
- Carnaval

A.3) Expressões artísticas

- Bandas e Fanfarras
- Grupo as Pastoras
- Bloco do Me
- Banda Pedro Vianna

A.4) Número médio de visitantes ao município em épocas de férias

- Réveillon (de 90.000 a 120.000 pessoas)
- Janeiro (de 45.000 a 50.000 pessoas por quinzena)

- Carnaval (de 90.000 a 150.000 pessoas)

A.4) Principais atrativos turísticos do município e região

- Atrativos Naturais (ilhas, Praias e Montanhas - monte Aghá)

A.5) Projetos municipais de apoio e desenvolvimento ao turismo

Conforme informado em entrevista com a governança, ficou registrado que a municipalidade está trabalhando em vários projetos (Circuito Turísticos, Equipamentos Turísticos, etc.)

A.6) Parques e praças

- Praça das Conchas (Centro)
- Praça Dona Carmem (Av. Beira Mar)
- Acaiaca Praça Oenes Taylor (Centro)
- Praça de Niterói (Bairro Niterói)
- Praça Thomas Dolton (Centro)

A.7) Bens tombados no município

Tombamento Patrimônio Natural integrante da cadeia de ilhas: Ilha do Meio, Ilha dos Cabritos e dos franceses disposto na Lei nº Decreto 2.947 de 17/12/1974 e Decreto nº 19/85 – CEC, em 18/11/1989 Conselho Estadual de Cultura / ES

A.8) Prédios históricos

- Capela de São Pedro e Igreja Nossa Senhora da Conceição (sem registro histórico).

B) Inventário de Oferta Turística do Município de Piúma

De acordo com o Inventário, destacam-se os principais atrativos naturais e culturais relacionados com o turismo e lazer no município:

B.1) Monte Aghá

- Localização: Praia do Aghá. Localidades mais próximas do atrativo: Itaipava. Distância da localidade mais próxima: 4 km. Distância da Sede do município: 6 km.
- Acesso ao atrativo: sinalizado, não adaptado, rodoviário, parcialmente pavimentado e em bom estado. Descrição do acesso utilizado: Avenida Beira mar, em Piúma, seguir em direção a Itaipava. Transporte para o atrativo: rodoviário contratado.
- Legislação de proteção do atrativo: Tombado como Patrimônio Paisagístico pelo CEC, Lei Nº de 1986. Solicitado pelo Centro Cultural de Piúma e APA Guanandy.
- Visitação: diariamente, sem horário definido, sem visitas guiadas, acesso gratuito e sem autorização prévia. Entrada do atrativo: estrada não pavimentada e não adaptada. Acessibilidade do atrativo: permanente. Tempo

necessário para usufruir o atrativo: horas. Atividades ocorrentes no atrativo: pesca, lazer, caminhadas e contemplação da natureza.

- Origem dos visitantes: local, municipal, do entorno regional e de outros estados. Maior fluxo de visitação no verão.
- Descrição do atrativo: Monte Aghá domina toda a paisagem com sua imponência, servindo de marco seguro à navegação em todo o litoral sul. Com 340 metros de altura e uma forma cônica, o monte atrai jovens e adultos para a prática de caminhadas. As correntes de ar ascendente na face leste do monte permitem também a prática de vôos livres, embora o acesso ao ponto mais alto ainda seja precário para o transporte dos equipamentos. O nome “Monte Aghá”, em puri antigo, quer dizer “lugar de se ver Deus”. Os debochados dizem que os índios faziam boas farras no cume do monte, antes da chegada dos moralistas padres jesuítas na região e que, depois das bebedeiras com cauim e ervas alucinógenas, viam muitas coisas em cima da montanha. Outra versão do nome do Monte é “Monte Solitário”. A fauna e flora encontrada no Monte são de suma importância, riquíssima em bromélias e canela de ema, também são encontrados animais silvestres.

B.2) Morro do Ilkyara

- Localização: parte sul do balneário na Rodovia do Sol. Localidade mais próxima do atrativo: Monte Aghá. Distância da localidade mais próxima: 500 m. Distância da Sede do município: 6 km.
- Acesso ao atrativo: não sinalizado, não adaptado, rodoviário, parcialmente pavimentado e em bom estado. Descrição do acesso utilizado: Rodovia do

Sol, em direção a Itapemirim. Transporte para o atrativo: rodoviário contratado. Entrada do atrativo: estrada não pavimentada e não adaptada.

- Visitação: diariamente, sem horário definido, sem visitas guiadas, acesso gratuito e sem autorização prévia. Acessibilidade do atrativo: permanente. Tempo necessário para usufruir o atrativo: horas. Equipamentos e serviços no atrativo: Hotel Ilkyara. Atividades ocorrentes no atrativo: contemplação da natureza.
- Origem dos visitantes: local, municipal, do entorno regional e de outros Estados. Maior fluxo de visitação no verão.
- Descrição do atrativo: um dos pontos mais altos da cidade possui uma antiga construção de um hotel. Tornou-se um mirante com vista panorâmica de 360 graus em direção à Ilha de Piúma.

B.3) Morro da Torre ou Morro do Americano

- Localização: Bairro Protinho Localidade mais próxima do atrativo: Iriri. Distância da localidade mais próxima: 6 km. Distância da Sede do município: 3 km.
- Acesso ao atrativo: não sinalizado, não adaptado, rodoviário, parcialmente pavimentado e em bom estado. Descrição do acesso utilizado: pelo Bairro Portinho. Transporte para o atrativo: rodoviário contratado. Entrada do atrativo: estrada não pavimentada e não adaptada.
- Visitação: diariamente, sem horário definido, sem visitas guiadas, acesso gratuito e sem autorização prévia. Acessibilidade do atrativo: permanente.

- Origem dos visitantes: local, municipal, do entorno regional e de outros estados. Maior fluxo de visitação no verão.
- Descrição do atrativo: proporciona visão panorâmica do Rio Piúma seu manguezal, ilhas marítimas e do balneário de Piúma.

B.4) Praia do Lameirão (Ponta do Camarão)

- Localização: Avenida Beira Mar. Centro. Em frente à Ilha do Gambá. Localidades mais próxima do atrativo: Sede. Distância da Sede do município: 500 m.
- Acesso ao atrativo: sinalizado, não adaptado, rodoviário, totalmente pavimentado e em bom estado ou hidroviário marítimo/fluvial. Descrição do acesso utilizado: Avenida Beira Mar. Transporte para o atrativo: rodoviário intermunicipal regular, em bom estado e não adaptado ou hidroviário marítimo/fluvial contratado.
- Visitação: diariamente, sem horário definido, sem visitas guiadas, acesso gratuito e sem autorização prévia. Acessibilidade do atrativo: permanente. Tempo necessário para usufruir o atrativo: horas. Atividades ocorrentes no atrativo: banho de sol e de mar, pesca e lazer.
- Origem dos visitantes: local, municipal, do entorno regional e de outros estados. Maior fluxo de visitação no verão.
- Descrição do atrativo: pertence à Ilha do Gambá.

B.5) Praia do Coqueiral

- Localização: Avenida Beira Mar. Centro. Localidade mais próxima do atrativo: Centro. Distância da localidade mais próxima: 1 km. Distância da Sede do município: 1 km.
- Acesso ao atrativo: sinalizado, não adaptado, rodoviário, totalmente pavimentado e em bom estado. Descrição do acesso utilizado: Avenida Beira Mar. Transporte para o atrativo: rodoviário intermunicipal regular, em bom estado e não adaptado. Entrada do atrativo: não há entrada definida
- Visitação: diariamente, sem horário definido, sem visitas guiadas, acesso gratuito e sem autorização prévia. Acessibilidade do atrativo: permanente. Tempo necessário para usufruir o atrativo: horas. Equipamentos e serviços no atrativo: serviços de limpeza e de segurança, telefone público, estacionamento, equipamentos de lazer e entretenimento, instalações sanitárias, locais para alimentação e para hospedagem não adaptados. Atividades ocorrentes no atrativo: banho de sol e de mar, pesca e lazer.
- Origem dos visitantes: local, municipal, do entorno regional e de outros estados. Maior fluxo de visitação, no verão.
- Descrição do atrativo: praia calma.

B.6) Praia do Corujão

- Localização: Avenida Beira Mar. Centro. Ao sul. Localidade mais próxima do atrativo: Praia de Coqueiral. Distância da localidade mais próxima: 05 km. Distância da Sede do município: 03 km.

- Acesso ao atrativo: sinalizado, não adaptado, rodoviário, totalmente pavimentado e em bom estado. Descrição do acesso utilizado: Avenida Beira Mar. Transporte para o atrativo: rodoviário intermunicipal regular, em bom estado e não adaptado.
- Visitação: diariamente, sem horário definido, sem visitas guiadas, acesso gratuito e sem autorização prévia. Acessibilidade do atrativo: permanente. Tempo necessário para usufruir o atrativo: horas. Equipamentos e serviços no atrativo: serviços de limpeza e de segurança, telefone público, estacionamento, equipamentos de lazer e entretenimento, instalações sanitárias, locais para alimentação e para hospedagem não adaptados. Atividades ocorrentes no atrativo: banho de sol e de mar, pesca e lazer.
- Origem dos visitantes: local, municipal, do entorno regional e de outros estados. Maior fluxo de visitação no verão.
- Descrição do atrativo: praia funda, boa para velejar.

B.7) Praia Maria Neném

- Localização: Avenida Beira Mar. Centro. Localidade mais próxima do atrativo: Monte Aghá. Distância da localidade mais próxima: 5 km. Distância da Sede do município: 5 km.
- Acesso ao atrativo: sinalizado, não adaptado, rodoviário, parcialmente pavimentado e em bom estado. Descrição do acesso utilizado: final da Avenida Beira Mar. Centro. Transporte para o atrativo: rodoviário intermunicipal regular, em bom estado e não adaptado.

- Visitação: diariamente, sem horário definido, sem visitas guiadas, acesso gratuito e sem autorização prévia. Acessibilidade do atrativo: permanente. Tempo necessário para usufruir o atrativo: horas. Equipamentos e serviços no atrativo: serviços de limpeza e de segurança, telefone público, estacionamento, instalações sanitárias e locais para alimentação não adaptados. Atividades ocorrentes no atrativo: banho de sol e de mar, pesca e lazer.
- Origem dos visitantes: local, municipal, do entorno regional e de outros estados. Maior fluxo de visitação no verão.
- Descrição do atrativo: praia funda, boa para prática de surf.

B.8) Praia do Aghá

- Localização: Monte Aghá. Localidade mais próxima do atrativo: Itaipava. Distância da localidade mais próxima: 4 km. Distância da Sede do município: 6 km.
- Acesso ao atrativo: sinalizado, não adaptado, rodoviário, parcialmente pavimentado e em bom estado. Descrição do acesso utilizado: Avenida Beira Mar, em Piúma, seguir em direção a Itaipava. Transporte para o atrativo: rodoviário contratado. Entrada do atrativo: estrada não pavimentada e não adaptada.
- Visitação: diariamente, sem horário definido, sem visitas guiadas, acesso gratuito e sem autorização prévia. Acessibilidade do atrativo: permanente. Tempo necessário para usufruir o atrativo: horas. Atividades ocorrentes no atrativo: pesca e lazer.

- Origem dos visitantes: local, municipal, do entorno regional e de outros estados. Maior fluxo de visitação no verão.

B.9) Praia do Pau Grande

- Localização: Bairro Portinho. Localidade mais próxima do atrativo: Iri. Distância da localidade mais próxima: 6 km.
- Acesso ao atrativo: sinalizado, não adaptado, rodoviário, parcialmente pavimentado e em bom estado. Descrição do acesso utilizado: na Rodovia do Sol, entre Iri e o Centro de Piúma. Transporte para o atrativo: rodoviário contratado. Entrada do atrativo: estrada não pavimentada e não adaptada.
- Visitação: diariamente, sem horário definido, sem visitas guiadas, acesso gratuito e sem autorização prévia. Acessibilidade do atrativo: permanente. Tempo necessário para usufruir o atrativo: horas.
- Origem dos visitantes: local, municipal, do entorno regional e de outros estados. Maior fluxo de visitação no verão.
- Descrição do atrativo: praia propícia à prática de surf e pesca de robalo.

B.10) Praia Doce

- Localização: Sede – Centro, em frente à Escola de Pesca.
- Acesso ao atrativo: sinalizado, não adaptado, rodoviário, parcialmente pavimentado e em bom estado. Descrição do acesso utilizado: final da Avenida Beira Mar. Transporte para o atrativo: rodoviário contratado. Entrada do atrativo: estrada não pavimentada e não adaptada.

- Visitação: diariamente, sem horário definido, sem visitas guiadas, acesso gratuito e sem autorização prévia. Acessibilidade do atrativo: permanente. Tempo necessário para usufruir o atrativo: horas. Equipamentos e serviços no atrativo: ginásio poliesportivo, quiosque e pousada. Atividades ocorrentes no atrativo: banho de sol e de mar.
- Origem dos visitantes: local, municipal, do entorno regional e de outros estados. Maior fluxo de visitação no verão.
- Descrição do atrativo: praia de águas calmas com ancoradouro para atracadouro de barcos. Esta exatamente na foz do Rio Piúma.

B.11) Boca da Barra

- Localização: Sede – Centro, final da Avenida Beira Mar entre a Ilha do Gambá e o Morro do Ramiro.
- Acesso ao atrativo: sinalizado, não adaptado, rodoviário, parcialmente pavimentado e em bom estado. Descrição do acesso utilizado: final da Avenida Beira Mar ao lado da Ilha do Gambá. Transporte para o atrativo: rodoviário contratado. Entrada do atrativo: estrada não pavimentada e não adaptada.
- Visitação: diariamente, sem horário definido, sem visitas guiadas, acesso gratuito e sem autorização prévia. Acessibilidade do atrativo: permanente. Tempo necessário para usufruir o atrativo: horas. Atividades ocorrentes no atrativo: banho de sol e de mar.
- Origem dos visitantes: local, municipal, do entorno regional e de outros Estados. Maior fluxo de visitação no verão.

- Descrição do atrativo: Foz do Rio Piúma e entrada de barcos de pesca, suas águas não são tão calmas o que propicia a prática de surf, sendo também é um bom local para pesca.

B.12) Ilha do Gambá

- Localização: na parte central/norte da Ilha de Piúma. Localidade mais próxima do atrativo: Escola de Pesca - Sede do município. Distância da localidade mais próxima: 200 m.
- Acesso ao atrativo: sinalizado, não adaptado, hidroviário marítimo/fluvial e em estado regular. Descrição do acesso utilizado: Praia do Coqueiral. Transporte para o atrativo: hidroviário contratado.
- Legislação de proteção ao atrativo: Tombado como Patrimônio Paisagístico pelo CEC, através da resolução nº 03/86 CEC. Em função da Lei nº 2947 de 17 de dezembro de 1974, que engloba as Ilhas do Meio, de Fora (Cabritos) e dos Franceses. Lei Nº de 1986, solicitado pelo Centro Cultural de Piúma.
- Visitação: diariamente, sem horário definido, sem visitas guiadas, acesso gratuito e sem autorização prévia. Acessibilidade do atrativo: permanente. Tempo necessário para usufruir o atrativo: horas. Atividades ocorrentes no atrativo: pesca, lazer, mergulho, trilhas e passeios de barco.
- Origem dos visitantes: local, municipal, do entorno regional e de outros Estados. Maior fluxo de visitação no verão.
- Descrição do atrativo: refúgio para aves e animais marinhos. Neste local natural se desenvolvem as conchas que são utilizadas para o artesanato local.

B.13) Ilha do Meio

- Localização: em frente à Praia de Coqueiral. Localidade mais próxima do atrativo: 800 m. Distância da localidade mais próxima: 500 metros da Praia de Coqueiral. Distância da Sede do município: 800 m.
- Acesso ao atrativo: sinalizado, não adaptado, hidroviário marítimo/fluvial e em estado regular. Descrição do acesso utilizado: Praia do Coqueiral. Transporte para o atrativo: hidroviário contratado.
- Legislação de proteção ao atrativo: Tombado como Patrimônio Paisagístico pelo CEC, Lei Nº de 1986, solicitado pelo Centro Cultural de Piúma. Lei Nº 2947 de 17 de dezembro de 1974, regulamentada através da resolução Nº 06/89 CEC.
- Atividades ocorrentes no atrativo: pesca e lazer.
- Descrição do atrativo: rica em bromélias e orquídeas. Própria para pesca de arremesso. Quando a maré está baixa, pode-se caminhar da praia até a ilha.

B.14) Ilha dos Cabritos

- Localização: em frente à Praia de Coqueiral. Localidade mais próxima do atrativo: Praia de Coqueiral – Sede do Município. Distância da Sede do município: 900 m do continente.
- Acesso ao atrativo: sinalizado, não adaptado, hidroviário marítimo/fluvial e em bom estado. Descrição do acesso utilizado: Praia do Coqueiral. Transporte para o atrativo: hidroviário contratado. Entrada do atrativo: atracadouro, não adaptado.

- Legislação de proteção ao atrativo: Tombado como Patrimônio Paisagístico pelo CEC, Lei nº 2947 de 17 de dezembro de 1974, solicitado pelo Centro Cultural de Piúma, regulamentada pela resolução nº 06/89.
- Visitação: diariamente, sem horário definido, sem visitas guiadas, acesso gratuito e sem autorização prévia. Acessibilidade do atrativo: permanente. Atividades ocorrentes no atrativo: pesca
- Origem dos visitantes: local, municipal, do entorno regional e de outros estados. Maior fluxo de visitação no verão.
- Descrição do atrativo: sua praia é pequena e de águas cristalinas. Possui saída de barco da praia ou da Ilha do Gambá. É coberta por matas nativas com trilhas rústicas, próprias para caminhadas.

B.15) Rio Piúma

- Localização: no entorno da cidade. Distância da Sede do município: 200 m.
- Acesso ao atrativo: não sinalizado, não adaptado, rodoviário, parcialmente pavimentado e em bom estado. Descrição do acesso utilizado: entorno da cidade. Transporte para o atrativo: rodoviário, regular, não adaptado, em bom estado.
- Legislação de proteção ao atrativo: o ecossistema manguezal é um ambiente costeiro frágil e área de preservação permanente nos termos da Lei nº 4.771, de 15 de setembro 1965, com a definição especificada no inciso IX, art. 2º da Resolução do CONAMA nº 303, de 20 de março de 2002, que orienta para a necessidade de um sistema ordenado de planejamento e controle para preservá-los e considerar a importância dos manguezais como ecossistema

exportador de matéria orgânica para águas costeiras, o que faz com que tenham papel fundamental na manutenção da produtividade biológica, além de contribuir para a geração de renda e emprego das comunidades do seu entorno.

- Visitação: diariamente, sem horário definido, sem visitas guiadas, acesso gratuito e sem autorização prévia. Acessibilidade do atrativo: permanente. Tempo necessário para usufruir o atrativo: horas. Atividades ocorrentes no atrativo: banho de rio, pesca e contemplação da natureza.
- Origem dos visitantes: local, municipal, do entorno regional e de outros estados. Maior fluxo de visitação no verão.
- Descrição do atrativo: sua nascente fica localizada na Serra de Richmond, em Vargem Alta. Faz parte da Bacia do Rio Novo. Às margens ribeirinhas a vegetação e o mangue servem para refúgio das garças e outros pequenos animais, como: camarão, pitú, caranguejo e peixes. O Rio Piúma foi, no passado, totalmente navegável até a cidade de Iconha, de onde vinham enormes barcos com toneladas de sacas de café para exportação, que escoaram no Porto de Piúma, o 3º maior do Estado em 1700 e chegaram à indústria naval.

B.16) Lagoa da Conceição

- Localização: parte norte/leste do município, divisa com município de Anchieta. Localidade mais próxima do atrativo: Praia de Iriri. Distância da localidade mais próxima: 200 m. Distância da Sede do município: 4 km.

- Acesso ao atrativo: sinalizado, não adaptado, rodoviário, parcialmente pavimentado e em bom estado. Descrição do acesso utilizado: na Rodovia do Sol, entre Iriri e o Centro de Piúma. Transporte para o atrativo: rodoviário contratado. Entrada do atrativo: estrada não pavimentada e não adaptada.
- Visitação: diariamente, sem horário definido, sem visitas guiadas, acesso gratuito e sem autorização prévia. Acessibilidade do atrativo: permanente. Tempo necessário para usufruir o atrativo: horas. Equipamentos e serviços no atrativo: quiosque e chuveiro. Atividades ocorrentes no atrativo: banho.
- Origem dos visitantes: local, municipal, do entorno regional e de outros estados. Maior fluxo de visitação no verão.
- Descrição do atrativo: lagoa de água-doce que se mistura com a água do mar tornando-se salobra. Própria para banho.

B.17) Santa da Pedra – Nossa Senhora da Conceição

- Localização: Sede - Boca da Barra.
- Acesso ao atrativo: rodoviário, totalmente pavimentado, sinalizado, não adaptado. Descrição do acesso utilizado: final da Avenida Beira Mar, entre a Ilha do Gambá e o Morro do Ramiro. Transporte para o atrativo: rodoviário, regular, não adaptado, em bom estado de conservação.
- Visitação: diariamente, sem visitas guiadas, sem autorização prévia, sem ingresso. Acessibilidade do atrativo: permanente. Tempo necessário para usufruir o atrativo: horas. Atividades ocorrentes no atrativo: contemplação e atividades religiosas.

- Origem dos visitantes: local, municipal, do entorno regional e de outros estados. Sendo o fluxo de visitação no verão.
- Descrição do atrativo: protetora dos pescadores a imagem da santa foi doada por um padre jesuíta em 1950, a santa está localizada em um caixa de vidro encima da uma pedra no meio do canal da foz do Rio Piuma e pode ser vista da Praia Doce.

B.18) Sítio Arqueológico Vale do Orobó

- Localização: ao lado do Monte Aghá. Localidade mais próxima do atrativo: Monte Aghá. Distância da localidade mais próxima: 1 km. Distância da Sede do município: 8 km.
- Acesso ao atrativo: rodoviário, totalmente pavimentado, sinalizado, não adaptado. Descrição do acesso utilizado: do Centro da cidade, seguir pela Estrada da CESAN. Transporte para o atrativo: rodoviário, regular, não adaptado, em bom estado de conservação.
- Legislação de proteção ao atrativo: APA Guanandy. Lei nº 4701 de 01/12/1992 e regulamentada pelo decreto nº 3738 de 12/08/1994.
- Visitação: diariamente, sem visitas guiadas, sem autorização prévia, sem ingresso. Acessibilidade do atrativo: permanente. Tempo necessário para usufruir o atrativo: horas. Atividades ocorrentes no atrativo: contemplação e pesquisa.
- Origem dos visitantes: local, municipal, do entorno regional e de outros estados. Sendo o fluxo de visitação no verão.

- Descrição do atrativo: sítio arqueológico de um antigo aldeamento indígena, onde foram encontrados varias peças de grande valor histórico que, atualmente estão em exposição no espaço cultural de Piúma. O sitio arqueológico esta em uma área de preservação, as margens do Rio Piúma, fora da cidade e recomenda-se a contratação de um guia local para a visita ao local.

B.19) Porto Alcides Abrahão – Porto das Garças

- Localização: Bairro Tamarino. Sede.
- Acesso ao atrativo: rodoviário, totalmente pavimentado, sinalizado, não adaptado. Descrição do acesso utilizado: saindo da ponte sentido praia, se pega a primeira rua à esquerda (Rua Jair Novaes), próximo ao mercado de peixe. Transporte para o atrativo: rodoviário, regular, não adaptado, em bom estado de conservação.
- Visitação: diariamente, sem visitas guiadas, sem autorização prévia, sem ingresso. Acessibilidade do atrativo: permanente. Tempo necessário para usufruir o atrativo: horas. Atividades ocorrentes no atrativo: contemplação e atividades religiosas.
- Origem dos visitantes: local, municipal, do entorno regional e de outros estados. Sendo o fluxo de visitação no verão.
- Descrição do atrativo: ancoradouro de barcos de pesca, praça dos pescadores onde eles tecem suas redes e se preparam para a pescaria, no local também está localizado uma base do Projeto Salvamar, da empresa Samarco, que tem

por objetivo a reciclagem do óleo dos barcos de pesca, evitando que ele seja despejado no mar ou no rio.

B.20) Instituições Culturais

- Biblioteca Municipal Elizeu Xavier Nunes
- Casa da Cultura
- Espaço Cultural
- Núcleo de Concha: desenvolvimento de produtos artesanais. O núcleo sedia oficinas de trabalhos artesanais em conchas, com exposição permanente.
- Escola de Pesca.
- MEPES - Escola Família Agrícola e Centro de Formação.
- EFTUR - Escola Família de Turismo, Gastronomia e Hotelaria: a escola ministra em regime de internato cursos de formação nas áreas agrícola, hotelaria e gastronomia e possui um centro de convenções com capacidade para 200 pessoas com toda infraestrutura de comunicação e mídia, além de dormitório.
- EXÓTICA – Fábrica de pergaminho: curtume de pele de cabra para fabricação de pergaminhos, exportados para países da Europa, América do Norte e Oceania. Os pergaminhos são utilizados na restauração de livros antigos e raros e diplomas, também são utilizados na fabricação de abajures artesanais com base de concha na cidade de Piúma.

B.21) Gastronomia Típica

- Moqueca Capixaba. Origem cultural: indígena
- Torta Capixaba. Origem cultural: indígena.

B.22) Artesanato do Município de Piúma

O artesanato de Piúma é produzido com materiais diversos, prevalecendo a matéria-prima vinda do mar. Além das fibras são feitos artesanatos utilizando-se conchas, mosaicos de pastilhas de cerâmica, objetos de cerâmica, pinturas em tecidos e objetos, bordados, escultura em cimento e bijuterias. Vale ressaltar que o artesanato de concha se destaca.

B.23) Jongo de São Benedito

O Jongo é um ritual em louvor a São Benedito, tem mais de um século de encenação pelos negros devotos, constituindo a mais rica herança da cultura negra presente em nosso folclore.

É uma espécie de samba de roda do qual participam homens, mulheres e crianças e tem como principal característica a movimentação no sentido anti-horário. Como instrumentos musicais os Jongueiros utilizam tambores, reco-reco, casacas e caixas, na maioria das vezes confeccionada artesanalmente pelos próprios componentes do grupo.

B.24) Feiras e Mercados

- Feira cultural (de Artesanato).
- Feira do Sol.
- Feira Piúma Praia.
- Feirart.

B.25) Artesanato de Conchas

Piúma é o maior produtor de artesanato de conchas do Brasil. Cerca de 95% do artesanato em conchas produzido e consumido no Brasil é de Piúma. A produção local de artesanato de conchas começou com Dona Carmem, a 1ª artesã. Os primeiros colares eram de pequeninos búzios, chamados “um atrás do outro”, que até hoje são produzidos, e são considerados os mais genuínos produtos do artesanato local.

À partir dela surgiram várias oficinas, catadeiras e vendedores, chegando a 3.000 (três mil) artesãos em Piúma. E no bairro de Itaputanga, a tradição é, desde tempos imemoriais, a produção de um colar de sementes de linhaça, muito apreciados pelos turistas.

B.26) Estaleiros de Piúma

- Localização: Porto de Piúma. Avenida Beira Rio. Sede.
- Acesso ao atrativo: rodoviário, totalmente pavimentado, sinalizado, não adaptado. Descrição do acesso utilizado: chega-se pela Avenida Beira Mar ou Rio Mar. Transporte para o atrativo: rodoviário, regular, não adaptado, em bom estado de conservação. Entrada do atrativo: portaria das empresas de contração naval.
- Visitação: de segundas a sexta-feira, das 7h30 às 18h, sem visitas guiadas, sem autorização prévia sem ingresso. Acessibilidade do atrativo: temporária. Tempo necessário para usufruir o atrativo: algumas horas em cada empresa. Equipamentos e serviços no atrativo: instalações sanitárias e telefone público. Atividades ocorrentes no atrativo: construção de barcos de pesca e escunas.

B.27) Eventos programados

- Mundo Mágico do Circo
- Festa do Folclore.
- Festival de bandas de Fanfarra e Bandas Furiosa.
- Motocar

B.28) Equipamentos e serviços turísticos hospedagem

- Hotel Aruanã.
- Hotel Solar de Brasília.
- Hotel Monte Aghá.
- Hotel Coliseu.
- Hotel Polonini's.
- Pousada Haras Monte Aghá.
- Pousada e Restaurante Avenida.
- Pousada Colibri.
- Pousada Maré Cheia.
- Pousada Rio Mar.
- Pousada dos Coqueiros.
- Pousada Barbada.
- Pousada Luizamar.
- Pousada Pontal do Aghá.
- Pousada Santana.
- Pousada Conchas de Piúma.
- Vivendas do Sol.

- Pousada Camambu.
- Pousada Estrela do Mar.
- Pousada Caxiada.
- Pousada Arrastão. Início da atividade 1985.
- Pousada Toca do Pescador.
- Pousada Don Manoel.
- Pousada Lua Cheia.
- Pousada Ilha do Sol.
- Pousada Dona Thiana.
- Pousada Veredas.
- Pousada Praia Linda.
- Pousada Poloninis.
- Pousada Escallo.
- Camping Acaiaca.
- Camping, Albergue e Colônia de férias:
- Apart Camping Mar a Mar.

B.29) Restaurantes

- Restaurante Onda de Peixe.
- Restaurante K-Tempero.
- Restaurante Fogão a Lenha.
- Restaurante da Nely.
- Restaurante Ki Delícia.
- D'Angelis Restaurante.

- Restaurante Alegria de Viver.
- Mister Pizza.
- Restaurante Estrela do Mar.
- Restaurante Bella Itália.
- Pizzarella Pizzaria e Restaurante.
- Restaurante Fogão Mineiro.
- Restaurante Veredas.
- Rancho Restaurante.
- Restaurante e Pizzaria do Lula.
- Ancoradouro Restaurante e Pizzaria.
- Restaurante Verdes Mares
- Restaurante Barraco /Novo

B.30) Bares/Cafés/Lanchonetes

- Bauru Lanches.
- Mister Lanches.
- Belabarock.
- Cantina de Minas.
- Xaxa Praia Bar.
- Artes Lanches.
- Pastelaria da Hora.
- Bar do Jonas Restaurante e Pizzaria.
- Orla do Mar Lanchonete.
- Lanchonete Sete Lagoas.

- Bar do Tião.
- Tigrão Lanches Pizzas.
- Cantinho dos Amigos Bar.
- Pastelaria e Caldo de Cana Sabor.
- Bujarrona Lanches.

B.31) Casa de Chá/Confeirarias

- Padaria Sabor Tropical.
- Padaria Bona.
- Padaria Pão Total.
- Açougue Panificadora da Cidade.
- Padaria Sabor e Arte.
- Padaria Confeitaria Lanchonete
- Padaria da Cidade.
- Sorveteria Marquinho Mania.
- Rico's Sorveteria.
- Sorvetes Gelatelo.
- Sorveteria Kibon.
- Sorveteria Ilha Doce.
- Polar Sorvetes.
- Kibon Sorveteria.
- Sol Neve Sorvetes.
- Sorvetes Gelatelos.
- Polar Sorvetes e Lanches.

B.32) Pavilhões e Exposições

- Praça de Eventos Guido Brunnine,
- Auditório/Salões/Salas.
- Centro de Convenções do Mepes

B.33) Parques, Jardins e Praças

- Praça Dona Carmem.
- Praça das Conchas.
- Praça Thomas Dutton.
- Praça do Mercado.
- Praça Guilherme Thompson.

B.34) Estádios, Ginásios e Quadras

- Ginásio da Escola de Pesca
- Ginásio Lacera Aguiar.
- Ginásio Manuel do Santos Pedrosa.

B.35) Entidades, Associações e Prestadores de Serviços Turísticos

- Associação dos Pescadores
- Associação das Marisqueiras.
- ASAPI – Associação dos Artesãos de Piúma.
- Feirart – Projeto Mosaico.

B.36) Feriados e Datas Comemorativas Municipais

- Nossa Senhora da Conceição e Emancipação em 08/11.
- São Pedro em 25/06

B.37) Lojas de Artesanato e Suvenires

- Arte Praia.
- Artesanato da Praia.
- Art Praia.
- Arte Praia.
- Fajoma Artesanato e Souvenires.

B.39) Shopping Centers e Centros Comerciais

- Galeria Centro Comercial
- Edifício Polonini.
- Shopping da Praia.

B.40) Postos de abastecimento

- Posto Texaco.
- Posto Praia Linda.
- Posto Santana.

B.41) Locais e Templos de Manifestações de Fé

- Igreja Evangélica Assembléia de Deus.
- Primeira Igreja Batista de Piúma.
- Igreja Sagrada Família.

B.42) Atrativos Turísticos Mais Visitados

Os maiores atrativos turísticos de Piúma são as praias do centro (Lameirão, Coqueiral, Corujão e Maria Neném) e o carnaval.

Juntamente com os municípios de Anchieta, Alfredo Chaves, Itapemirim, Marataízes e Presidente Kennedy, é um dos municípios que compõe a Rota da Costa e da Imigração, que tem como estratégia principal incentivar o turismo interno.

Em Piúma, não existem políticas públicas para o desenvolvimento do turismo de forma sustentável, muito embora o município tenha um forte potencial natural para isto.

Torna-se necessário um planejamento e desenvolvimento da infraestrutura para que possa sustentar os momentos de pico, como no verão, em que vive um colapso demográfico e diversificar as atividades turísticas de forma a gerar emprego e renda e, assim, aumentar a receita, o que poderia vir a ser um fator preponderante para os impactos negativos causados pelos empreendimentos a serem instalados em Anchieta.

5.4.9 Populações Tradicionais e Atividade Pesqueira

5.4.9.1 Introdução e Metodologia

O presente tópico é resultado do levantamento e caracterização das comunidades pesqueiras e remanescentes de quilombolas diretamente ou indiretamente afetadas pela construção da base portuária, apresentando as características sócio-demográficas, tradição, cultura, vulnerabilidade social e expectativas com relação ao empreendimento.

A área de interferência do empreendimento compreende os municípios capixabas de Anchieta, Guarapari e Piúma, com especial atenção para a região costeira, que sofrerá, provavelmente, os maiores impactos e transformações. Cabe então identificar e caracterizar as populações tradicionais cuja economia depende, direta ou indiretamente, das áreas marinhas e estuarinas, pescadores artesanais, coletores/catadores de moluscos, crustáceos etc.

No que diz respeito à pesca na região de interesse do empreendimento, são apresentados os dados sobre a condição da pesca e situação do ofício na região, suas nuances e especificidades, áreas de pesca (**Figura 5.4.9.1-1**), espécies capturadas, aparelhos e petrechos de pesca, nível de tecnologia, associativismo, organizações formais, políticas públicas, problemas e expectativas.

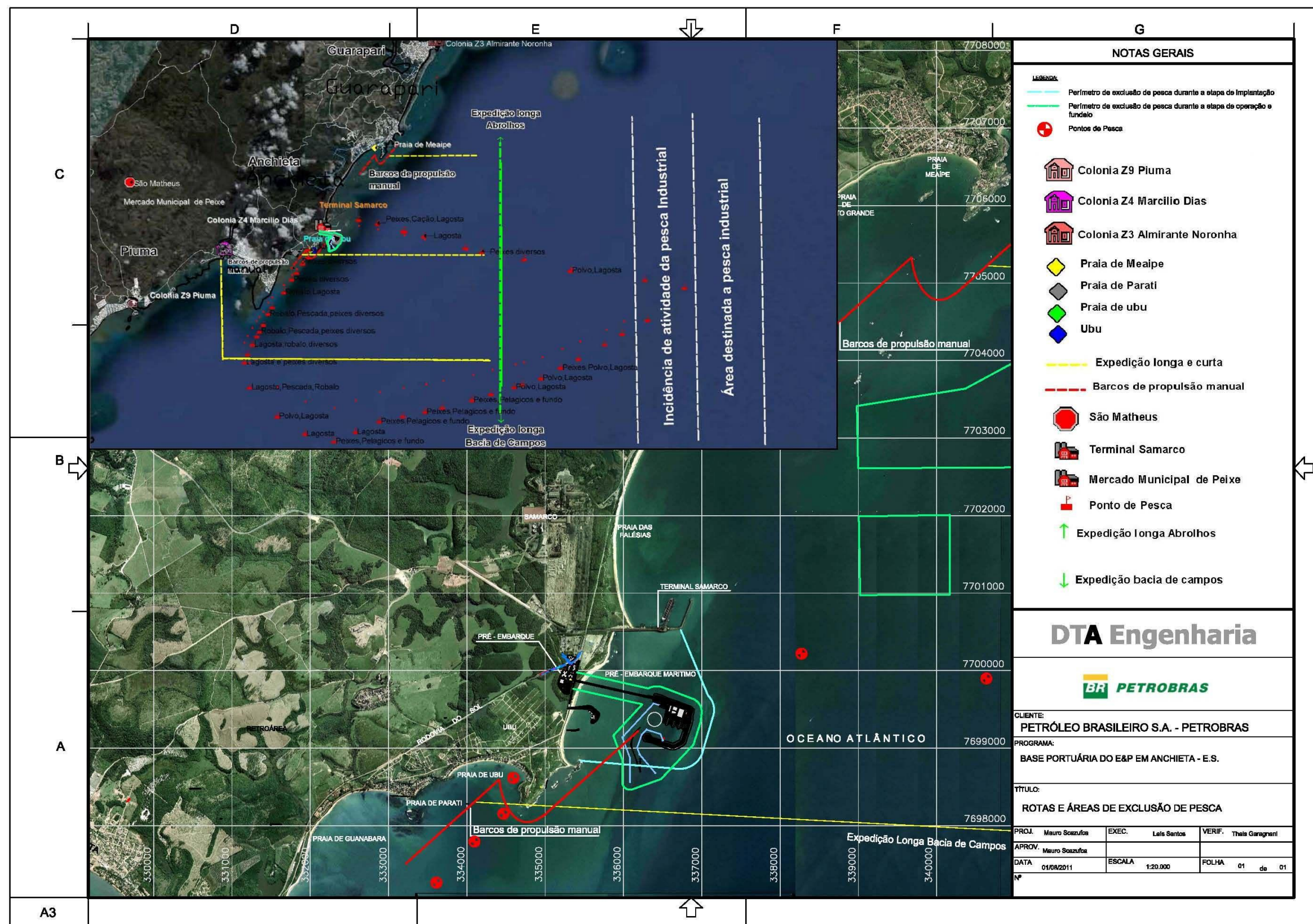


Figura 5.9.1-1: Mapa de Áreas de Pesca na Área de Influência do Empreendimento.

Por meio do mapeamento das áreas de pesca e dos tipos de pescados extraídos por estas populações, visam avaliar o impacto que o empreendimento vai gerar junto à pesca artesanal, à organização social, às tradições culturais e às condições de subsistência destas comunidades.

Para o desenvolvimento deste trabalho foram utilizadas duas técnicas de coleta de dados a fim de contemplar os dois levantamentos distintos que deveriam ocorrer: o primeiro levantamento diz respeito à condição da pesca artesanal como atividade econômica de subsistência; o segundo é um levantamento das condições sociais da comunidade de pescadores artesanais, e da população quilombola.

O levantamento da condição do pescado foi realizado por engenheiro de pesca, conhecedor das especificidades da região, e que caracterizou as seguintes variáveis junto à população tradicional:

- Tipo de pescado;
- Defeso;
- Cumprimento da legislação;
- Tipo de embarcação;
- Frota e suas condições;
- Rotas e áreas de pesca.

Foram coletadas informações do pescado e das áreas de pesca. As áreas de pesca foram georreferenciadas a partir de informações de pescadores, que conduziram o reconhecimento de cada uma destas áreas. Além disso, foram levantadas as informações sobre o histórico do volume de pescado da região, no

sentido de verificar se já existe uma condição inexorável da extinção da atividade de pesca artesanal na região.

O levantamento da condição social ocorreu em duas etapas distintas. Na primeira etapa foram realizadas entrevistas em profundidade junto às autoridades públicas das Secretarias de Pesca e Agricultura, Meio Ambiente, Ministério Público e representantes das associações de pescadores localizados na região do empreendimento, sendo levantadas as seguintes informações:

- Presença de pesca artesanal;
- Presença de comunidades quilombolas;
- Presença e mapeamento de associações de pescadores;
- Organização social e tradições;
- Religião e Cultura;
- Relação com o passado;
- Acesso a serviços públicos e assistência social;
- Presença de fatores de vulnerabilidade social;
- Expectativas em relação ao futuro.

Na segunda etapa, através de inserções diretas às comunidades envolvidas, foi realizado um levantamento quantitativo sócio-demográfico e da percepção que estas populações tradicionais possuem sobre o empreendimento em questão, ou seja, de que forma as comunidades vêem as mudanças na região, suas expectativas em relação à pesca artesanal e demais atividades como alternativa para subsistência. Nesse momento, foram aplicados questionários estruturados para obter-se representatividade estatística das informações levantadas.

A amostragem foi intencional por interceptação, em pontos de concentração de pescadores, catadores e marisqueiros, nas comunidades diretamente afetadas pelo empreendimento.

5.4.9.1.1 Rotas de pesca

De acordo com pescadores locais, as correntes marítimas e o vento não influenciam nas rotas até os locais de pesca. As rotas utilizadas pelos pescadores locais em dias normais de pesca podem ser alteradas por causa do nível da maré, onde existam áreas de baixa profundidade. Pode-se afirmar que os pescadores na região deslocam-se por corredores até chegarem a pontos específicos de pesca.

De acordo com pescadores locais, cada vez mais, eles têm se deslocado para pesqueiros mais distantes e profundos, fazendo viagens mais longas, tendo assim muito mais custos em sua produção. Isso ocorreu porque segundo eles, houve muita degradação (poluição) costeira e os pesqueiros tradicionais mais costeiros ficaram escassos de peixes e que o pescado migrou para áreas mais profundas, ou seja, com isso, ao longo do tempo, as rotas de pesca foram mudando. A presença do terminal marítimo da SAMARCO e as áreas de fundeio já estão previstas nas rotas de pesca. Para embarcações de maior alcance esses limites já estão claramente definidos. Para as embarcações que não possuem motor o terminal marítimo não é uma preocupação, pois a pesca limita-se a trechos muito próximos a costa de suas praias de origem.

Em geral não é possível determinar rotas fixas utilizadas pelos pescadores, pois cada embarcação procura a rota que lhe proporcione uma quantia de pescado que viabilize a que expedição possa ser a mais rápida possível economizando combustível e tempo no mar. A pesca artesanal acumula um saber não científico que determina a relação do pescador com o oceano. Dessa forma, não existem critérios racionais estabelecidos que determinem qual rota será utilizada. Os pescadores procuram as rotas mais próximas a costa que lhe permitam atingir os pontos de pesca almejados no menor tempo possível sem que a embarcação corra o risco de encalhar em regiões mais rasas. Para embarcações que possuem motorização.

5.4.9.1.1.1 Barcos de expedição longa

As embarcações de Anchieta com autonomia para mais 15 dias em mar não costumam pescar na costa capixaba. Inúmeros donos de embarcações deste porte costumam pescar no litoral sul da Bahia, na região de abrolhos; e no norte do litoral do Rio de Janeiro na região da Bacia de campos.

As rotas destas embarcações margeiam a costa e a navegação até os pontos de pesca ocorre numa faixa entre 1 a 3 milhas do continente. Entre estas embarcações é possível notar que pouquíssimas possuem instrumentos de navegação como GPS. Os pescadores costumam utilizar sistemas de rádio comunicação e a orientação é basicamente visual de acordo com as referências geográficas, como morros, pontas, bacias e outras formações geográficas.

5.4.9.1.1.2 Barcos de expedição curta

As embarcações “vai e volta” e promovem o arrasto de superfície ou de fundo atuam basicamente em toda a costa do municípios da área de influência do empreendimento. As embarcações costumam sair da suas praias de origem, por volta das três ou quatro horas da manhã e regressam entre onze e treze horas. Nesse caso, elas disputam áreas de pesca entre 1 a 5 milhas da costa.

Não existe ponto fixo de arrasto e cada pescador ou mestre da embarcação possui pontos definidos associados a um conhecimento de décadas na atividade da pesca artesanal. Não é possível determinar as rotas de pesca com precisão, entretanto é possível verificar que as rotas de pesca são determinadas para áreas de pesca específicas. Na região de Anchieta, com exceção dos pescadores de Parati e Ubu, os pescadores com embarcações desse tipo, costumam sair de sua praia de origem e descarregar no trapiche do mercado municipal de peixe de Anchieta ou na colônia Z4. As áreas de pesca concentram-se basicamente no estuário do rio Benevente.

Entre os pescadores de Parati e Ubu esse tipo de pesca ocorre muito na região conhecida como “Baixa Grande”, local onde o terminal marítimo da Petrobras será instalado. A rota utilizada para chegar ao local ocorre próximo a costa, com distância máxima de 1 milha do continente.

Os pescadores de Meaípe com estas características apresentam uma área e pesca extremamente reduzida. A área de pesca delimita-se ao norte de Meaípe até a Ponta de Ubu, região do terminal marítimo da SAMARCO. Os pescadores

disputam as áreas de pesca com os fundeio dos cargueiros que se abastecem no mesmo terminal.

Uma queixa muito comum entre os pescadores da região que trabalham com esse tipo de embarcação é a diminuição do pescado nas regiões próximas e mais rasas por conta da poluição das águas. Mesmo pescando próximo a costa o deslocamento maior tem onerado a produção.

5.4.9.1.1.3 Bateras de propulsão manual

Este tipo de embarcação é muito comum na região, porém o seu alcance é extremamente limitado. A orientação para a navegação destas embarcações é exclusivamente visual e estes barcos não se afastam mais que uma milha da costa.

Os pescadores de Anchieta, com exceção de Parati e Ubu, que possuem este tipo de embarcação costumam pescar próximo a sua praia de origem e no estuário do rio Benevente, na região que concentra o lodo originário do rio. Mesmo esses se desolam de duas a três milhas, no máximo, em direção ao estuário. Já os pescadores de Ubu e Parati que usam deste tipo de embarcação para seu ofício esses terão a sua fonte de pesca extinta. O recurso de navegação para os pescadores que fazem porto em Parati e Ubu não tem condições de percorrer grandes distâncias e fica restrita a região do “Baixo Grande”. Para os pescadores que possuem esse tipo de embarcação não existe a possibilidade de outra rota ou área de pesca próxima devido ao baixo alcance dessas embarcações.

Por fim, os pescadores com esse tipo de embarcação em Meaípe sofrem por conta dos fundeio dos navios do terminal da SAMARCO que já limitam as áreas de pesca. A condição precária das áreas de pesca já é uma realidade hoje em dia e tende a aumentar com o aumento da circulação de cargueiros na região.

5.4.9.2 Breve histórico

Tributa-se ao Apóstolo do Brasil, Padre José de Anchieta, a colonização da região atualmente compreendida pelo Município de Anchieta. Foi ele que, nos primórdios da ocupação do Território do Brasil, colocou as primeiras pedras basilares do povoamento, assentando o marco histórico do início de uma nova era para aquela parte do Estado do Espírito Santo.

No decorrer de uma viagem de inspeção a várias aldeias capixabas, no ano de 1569, Anchieta fundou a povoação de Irititaba, onde em 1579 construiu um templo dedicado a Nossa Senhora da Assunção.

Irititaba recebeu foros de Vila em 1º de janeiro de 1759, com a denominação de Benevente. Em 14 de fevereiro de 1761, transformou-se em distrito de Benevente, sede do Município do mesmo nome. Foi elevada à categoria de cidade com o nome de Anchieta, em homenagem a seu fundador Padre José de Anchieta, em 12 de agosto de 1887, através da Lei Provincial nº 6. Para alguns estudiosos da história capixaba, a mudança definitiva do nome do município para Anchieta decorreu por força de Lei Estadual nº 1307, de 30 de dezembro de 19218.

⁸ Fonte: IBGE @Cidades

5.4.9.3 Entrevistas em Profundidade

As entrevistas em profundidade, neste estudo, serviram para compreender o contexto geral das relações entre lideranças locais com o poder público e os representantes dos empreendimentos, obter dados oficiais sobre a pesca e outras atividades correlatas, compreender o nível de conhecimento sobre o empreendimento e seus possíveis impactos.

Tais entrevistas serviram como um norteador na identificação e investigação das condições das comunidades tradicionais, assim como subsídio à compreensão da visão de mundo e as transformações que as comunidades instaladas na influência direta do empreendimento têm sofrido. Este estudo tem como foco principal a questão da pesca tradicional e a condição de vida dos remanescentes de comunidades quilombolas, e assim as entrevistas focaram-se nas lideranças competentes ligadas às atividades produtivas, ou comunidades em questão. Os demais agentes deste processo também foram selecionados pela participação direta junto a estas questões.

Tabela 5.4.9.3-1: Relação de Entrevistados

NOME	APELIDO	ATUAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Sr. Adilson Ramos Neves	Russo	Presidente da Associação de Pescadores de Ubu e Parati (APUP)	
Sr. Derli		Morador da Comunidade de São Mateus	
Sra. Izabel Frade		Secretária de Agricultura e Pesca de Anchieta	Colaboraram nesta entrevista: Simone e Fernando

Sr. Jadir	Carne Seca	Presidente da Associação de Catadores	Colaborou nesta entrevista: Zeir
Sr. Jésus Montagnoli		Ex-pescador e técnico da Secretaria de Agricultura e Pesca de Anchieta	
Sr. João Gilberto		Gerente de Pesca da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca de Guarapari	Colaborou nesta entrevista: Nivaldo, Secretário Municipal
Sr. Joaquim	Quincas	Presidente da Associação de Pescadores de Meaípe e Guaibura	
Sr. Jonaci Xavier		Secretário de Serviços de Piuma	
Sr. Marcelo Pompemayer		Secretário Municipal do Meio Ambiente	
Sra. Marcilene Carneiro	Pretinha	Presidente da Colônia de pescadores e agricultores Z3 Almirante Noronha (Guarapari)	Colaboraram nesta entrevista: Eli e Dulcino
Sr. Marco Antoio Nogueira		Promotor de Justiça	
Sr. Mauro Santos		Presidente da Colônia de Pesca Z9 de Piuma	

As entrevistas pessoais foram realizadas por amostragem intencional nas áreas de concentração de pescadores, marisqueiros e catadores, bem como residentes nos bairros de São Mateus, Parati, Ubu e Meaípe. As entrevistas pessoais serviram para delinear um perfil do pescador e do remanescente quilombola; captar as principais impressões sobre o empreendimento, assim como caracterizar a condição dos moradores de acordo com a sua localidade de residência.

Foram realizadas ao todo 101 entrevistas válidas e completas, cujos resultados são apresentados de acordo com cada área de investigação, reunindo a opinião de todos os entrevistados de acordo com o instrumento de coleta. Procurou-se, neste estudo, investigar não somente a declaração dos

respondentes, mas a maneira como as relações são constituídas neste espaço e como a construção do porto é inserida neste discurso.

A amostra captou algumas das nuances que caracterizam as comunidades estudadas. A apresentação dos dados a seguir revela que cada comunidade possui características sociais próprias.

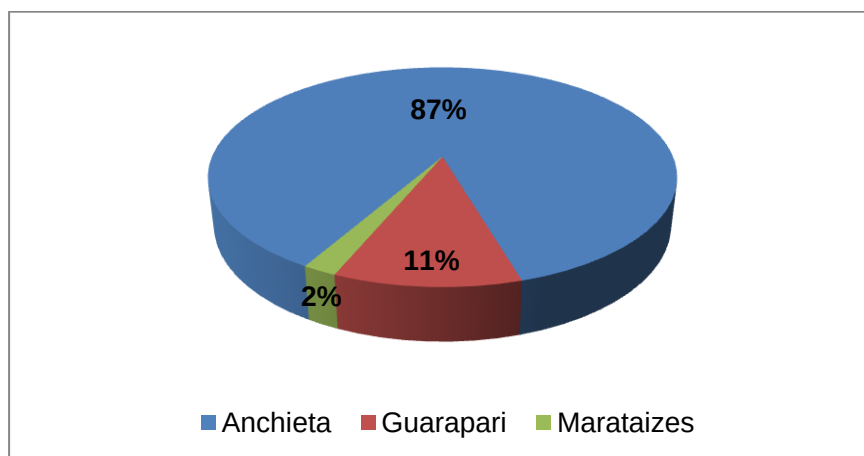


Figura 5.4.9.3-1: Cidade de residência dos entrevistados

Conforme figura acima, verifica-se que no processo de coleta aleatória detectou-se a presença de moradores do município de Marataízes. Os entrevistados em questão, no entanto, são também pescadores e trabalham em embarcações que fazem porto e pescam na costa de Anchieta.

Tabela 5.4.9.3-2: Distribuição por bairro de residência

BAIRRO DE RESIDÊNCIA	%
São Mateus (Quilombolas)	18%
Parati	17%
Meaípe (Guarapari)	11%
Ubu	10%
Alvorada	10%

Inhaúma	8%
Centro de Anchieta	6%
Coqueiro	3%
Chapada do A	3%
Nova Jerusalém	2%
Outros	14%
Total	100%

A distribuição por bairros priorizou a opinião dos pescadores residentes nas localidades alvo do estudo: São Mateus, Parati, Ubu e Meaípe. As demais entrevistas, realizadas em pontos de concentração de pescadores, servem de contraponto para compreensão das diferenças de opinião e percepção sobre o empreendimento.

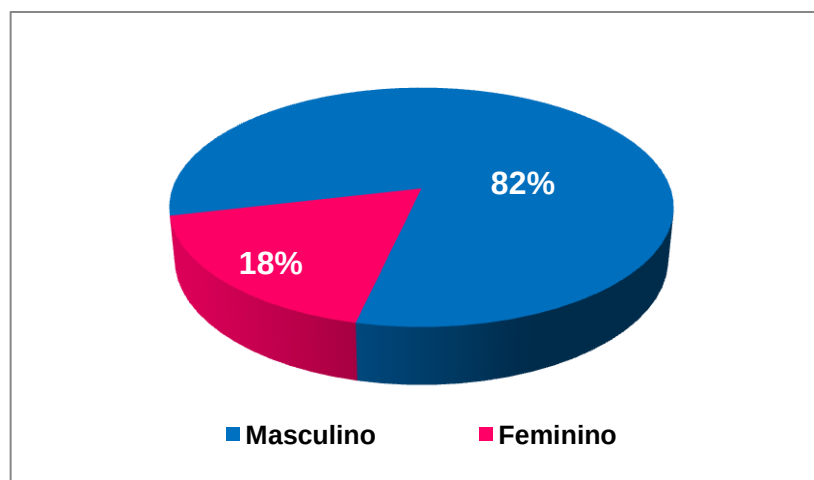


Figura 5.4.9.3-2: Distribuição por gênero

Na amostra masculina figuram, além de pescadores, catadores de caranguejo e marisqueiros, também considerados pescadores artesanais. A amostra também contempla lavradores e outras profissões em virtude da presença de moradores de São Mateus.

A amostra feminina é majoritariamente formada por marisqueiras, consideradas pescadoras artesanais, assim como outras profissões ligadas à comunidade de São Mateus.

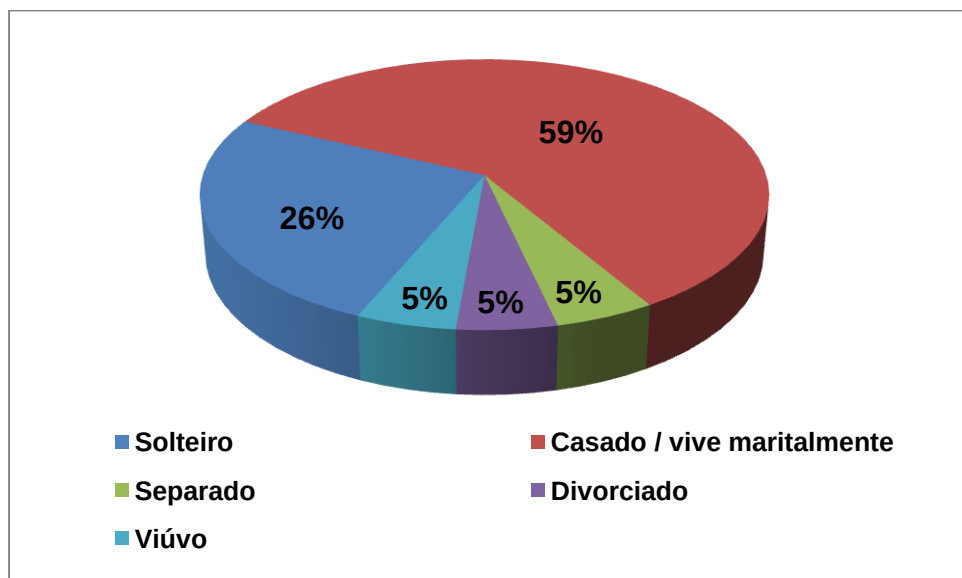


Figura 5.4.9.3-3: Estado civil

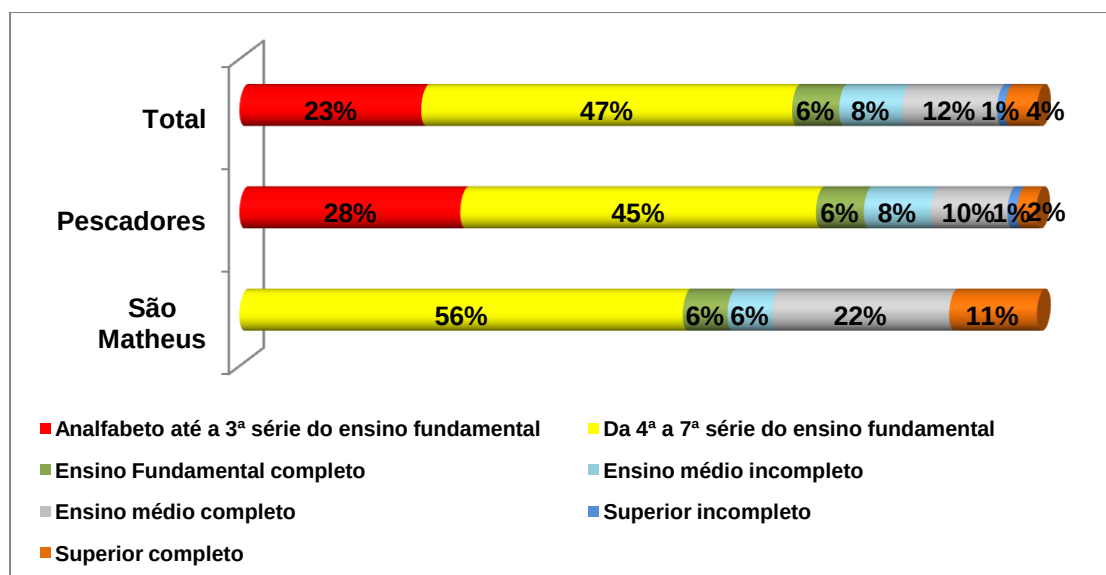


Figura 5.4.9.3-4: Escolaridade

O levantamento sobre a escolarização revela que 70% da população das comunidades estudadas possuem menos de oito anos de estudo. No geral, o nível de escolaridade é baixo. A escolaridade é um fator que precisa ser considerado neste estudo. A pesca é uma atividade que tem início muito cedo na vida do praticante e concentra os estratos populacionais com os níveis de escolaridade mais baixos. É ainda criança ou adolescente que o pescador começa a aprender o ofício.

O abandono precoce dos estudos faz com que o processo de aquisição de conhecimento torne-se mais complexo. O pouco tempo de estudo faz com que o pescador tenha mais dificuldade na elaboração de idéias e raciocínios complexos, e assim encontra maior dificuldade em vislumbrar a possibilidade de adquirir conhecimento técnico para melhoria de suas técnicas de pesca, bem como a elaboração de alternativas de emprego e complementação de renda. Abandonando a profissão de pescador, as perspectivas profissionais continuam limitadas a trabalhos fundamentalmente elementares, com poucas chances de melhoria de renda.

“Vê os cursos de capacitação, de capacitar o pessoal pra trabalhar. Nós estamos sendo oprimidos, tão acabando com a nossa área de pesca. Aí vem o curso, sai o edital do curso, pra capacitar o pessoal que trabalha na Petrobras, pra fazer curso de marinho. Aí vem 2.000 inscrições, 2.500. Vai eu, que tem prática no mar de trinta anos competir com o cara que tá na faculdade, saindo da faculdade, estudando, como que eu vou competir com um cara desses? Como que os pescadores vão competir? Eu tenho vinte e cinco anos que eu não vou à escola, mal terminei o segundo grau, que eu não tinha recurso, né. Eu vou competir hoje com os caras que saem da faculdade?”

Presidente da Associação de Pescadores de Meaípe e Guaibura

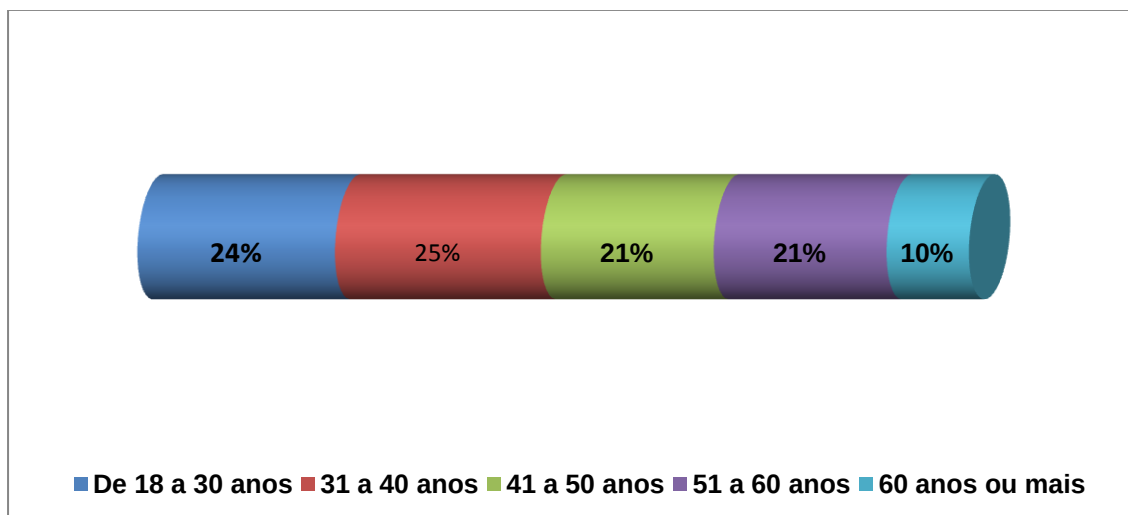


Figura 5.4.9.3-5: Distribuição por idade

A distribuição etária da comunidade pesqueira apresenta características importantes. A média de idade da população em atividade é de 43 anos. Entre os mais jovens existem pescadores e marisqueiros, o que indica que a pesca artesanal ainda é presente e tem como se reproduzir. Entre os mais velhos, destaca-se a presença de muitos trabalhadores ainda em atividade com mais de 70 anos, o que indica a necessidade tanto de pescadores como de lavradores experientes ainda exercerem suas atividades laborativas, para assim conseguir uma renda que permita minimamente garantir a sobrevivência.



Figura 5.4.9.3-6: Jovem pescador de Parati (esq.). Pescador dono de barco em Parati (dir.). (Fonte: Danilo Madjarof Sertorio)

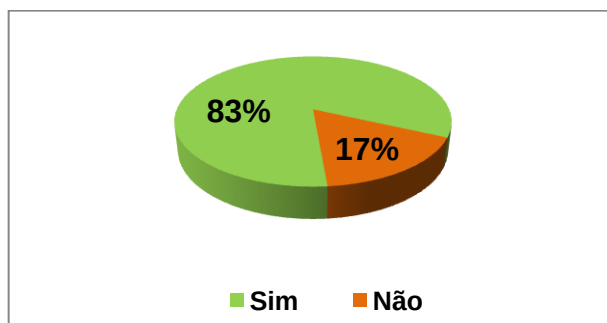


Figura 5.4.9.3-7: Presença de filhos

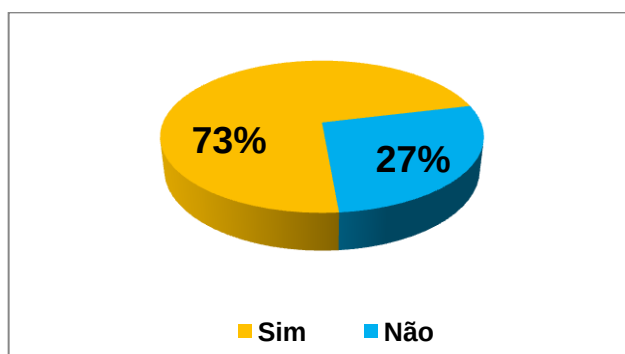


Figura 5.4.9.3-8: Dependentes no núcleo familiar

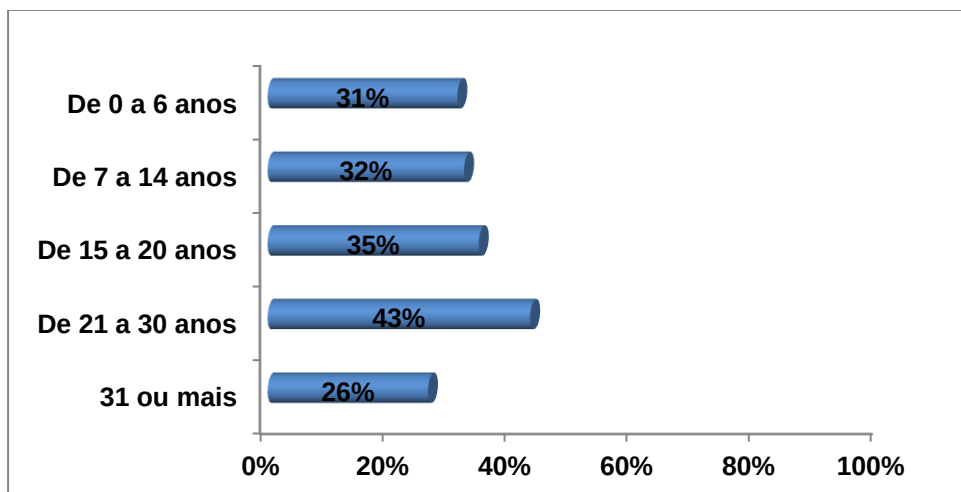


Figura 5.4.9.3-9: Idade dos filhos dos entrevistados

Entre os pescadores e remanescentes de quilombolas, mais de $\frac{1}{4}$ da população possui dependentes. A distribuição da idade dos filhos indica que uma parte destes já não acompanha os pais no ofício de pescador artesanal ou lavrador, principalmente entre os homens, ou seja, é possível notar um movimento de troca de ofício. A troca denota que num futuro próximo a pesca artesanal terá sua presença nestas comunidades bastante reduzida.

Já entre as mulheres é possível notar um espírito mais colaborativo. Todas as mulheres da amostra possuem uma atividade remunerada e são as responsáveis pelas tarefas domésticas. Em sua totalidade, as marisqueiras saem para a atividade de cata sempre acompanhadas da filha, irmã ou outra mulher. Isso ocorre para que a quantidade de marisco coletada numa saída seja suficiente para compensar a empreitada e para que a atividade possa gerar algum tipo de ganho.

“Eu sou filho de pescador, meu pai é pescador, nossa família toda é de pescador. Eu sou proprietário de barco e não deixo meu filho nem pisar no barco. Eu não quero meu filho na pesca.”

Ex-pescador e técnico da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca de Anchieta

“O futuro que eu vejo é acabar. Futuro nada, negativo. Os próprios filhos hoje eles nem querem exercer a profissão porque tão vendo o que está acontecendo, nem querem seguir a carreira dos pais. As vezes os filhos podem até querer, mas os pais que já tão na atividade não querem que os filhos sigam no mesmo caminho, do jeito que está.”

Presidente da Colônia de pescadores e agricultores Z3 Almirante Noronha

“A pesca já não está sendo uma opção não. Tem bastante ainda. Tem bastante pescador, mas os mais novos aqui não estão muito interessados mais não. A juventude de... vamos botar: de 100, acredito que 10 por cento pesca, o resto não está nem aí pra pesca. Eles não estão ligando muito mais não.”

Presidente da Colônia de Pesca Z9 de Piuma

“Olha, antigamente, eles incentivavam bastante porque era muita produção de peixe mesmo aqui. Uns 10 anos atrás era muita produção, daí incentivavam. Mas agora os pais não estão incentivando mais não. Tão botando mais pra estudar, pra se formar. Pra arrumar alguma coisa.”

Presidente da Colônia de Pesca Z9 de Piuma

“Na primeira oportunidade que eles têm, eles saem, os mais jovens. Eu tenho discutido muito com as empresas isso aí. Os pescadores jovens, eles vão se qualificar, basta vocês darem emprego a eles garantido. É claro, aquele que não servir, tudo bem. Não é positivo, mas eles se empolgam nas reuniões, nas audiências públicas quando tão falando sobre os vinte mil empregos, aí a pessoa pensa, ‘se eu estiver na empresa, eu vou crescer, com qualificação’. Então nós estamos questionando com eles, os mais velhos, que aí não tem condições de estudar mais, de se qualificar mais, esse morre na pesca, mas os mais jovens, basta eles darem uma garantia de emprego que eles vão.”

Presidente da Associação de Pescadores de Ubu e Parati (APUP)

“Eu não sou pai, eu tenho um enteado. Ele foi educado pra estudar e já arranjar um emprego em outro lugar. Esquece mar, mar é só pra mergulhar e pescar de

lazer na praia. A nossa região daqui mais uns dez anos, nós não vamos ter mais área de pesca, não temos onde pescar. Então pra que botar os filhos pra trabalhar com pesca? E vou te falar mais uma coisa: hoje, no Brasil, só vai pescar quem não tem como estudar, porque quem tiver como estudar, um pouquinho de recurso... a pesca no Brasil, em várias cidades, vai acabar. Vai acabar porque são grandes empreendimentos, vêm outros maiores ainda; porque o da Vale é maior do que o da Petrobras; a Samarco vai ampliar o porto dela; porque o meu irmão vai deixar o filho dele pescar mais? Pode mandar ele fazer um curso de ambientalista pra prestar serviço pra Petrobras amanhã.”

Presidente da Associação de Pescadores de Meaípe e Guaibura

A ocupação da população nas comunidades estudadas é quase totalmente composta por trabalhadores em funções braçais. Isso é um reflexo da baixa escolaridade.

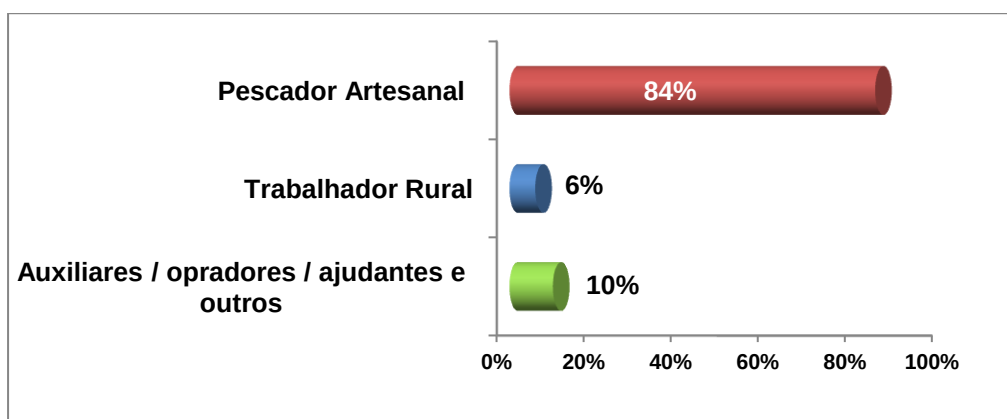


Figura 5.4.9.3-10: Ocupação

Mesmo na comunidade de São Mateus, onde o nível de escolarização é um pouco maior, pode-se notar que mais da metade da população, originária de um bairro essencialmente rural, possui ocupações elementares. A mesma migração de atividade encontrada junto aos pescadores é uma realidade junto à comunidade rural. A migração de ocupação indica que a organização social

destas comunidades, sempre ancorada pela questão do trabalho, tem perdido força em consequência deste fenômeno. As manifestações ligadas à tradição cultural correm o risco de enfraquecer e até mesmo de se perder por conta do afastamento destes ofícios.



Figura 5.4.9.3-11: À direita, morador e comerciante do bairro de São Mateus. À esquerda, desembarque de pescado em Anchieta. (fonte: Danilo Madjarof Serotorio).

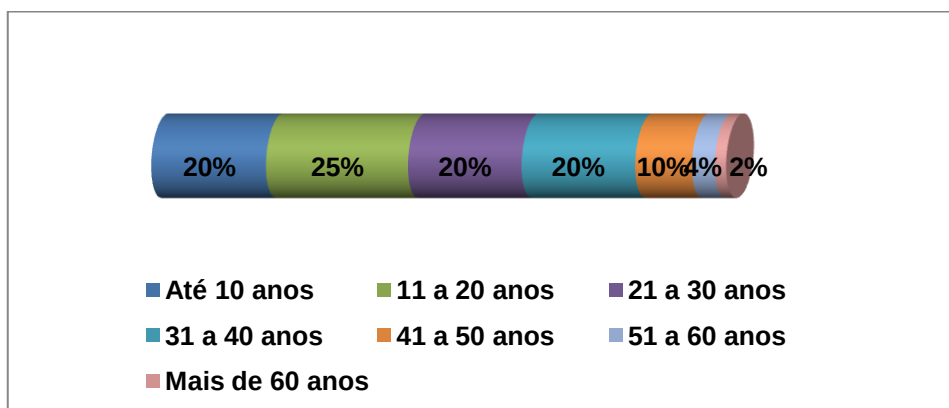


Figura 5.4.9.3-12: Tempo de profissão

O tempo de atividade de trabalho revela que uma parcela considerável da população está em idade avançada e ainda exerce uma atividade laborativa. Essa questão não indica apenas uma condição precária na obtenção de renda, mas

uma forma para que esta pessoa mantenha-se em atividade. Fica claro que o trabalho não é apenas uma fonte de renda, mas também o referencial de vida desta população. A aposentadoria significa também uma “exclusão” da vida comunitária. A questão do ofício mais uma vez reforça que a migração das atividades profissionais, quando ocorrem de fato, não é um processo simples de mudança da forma de se obter o sustento, mas a perda de boa parte das referências socioculturais.

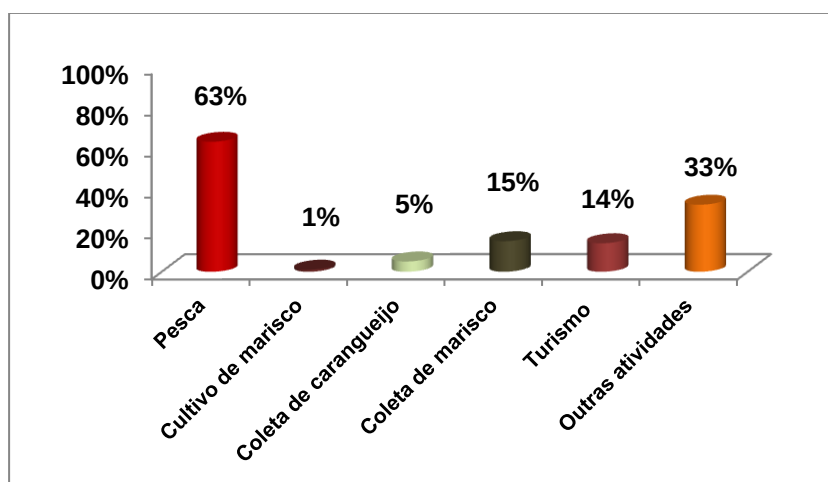


Figura 5.4.9.3-13: Pescadores artesanais e outras atividades

Dentre os pescadores artesanais é comum notar a presença de pessoas que possuem mais de um ofício ou ocupação. Dentre estas ocupações, o turismo é uma das poucas atividades que podem oferecer uma alternativa de incremento da renda. Apesar disso, é uma atividade basicamente de temporada em Anchieta, permitindo, pois, um incremento de renda delimitado pelos meses de efervescência turística na região.

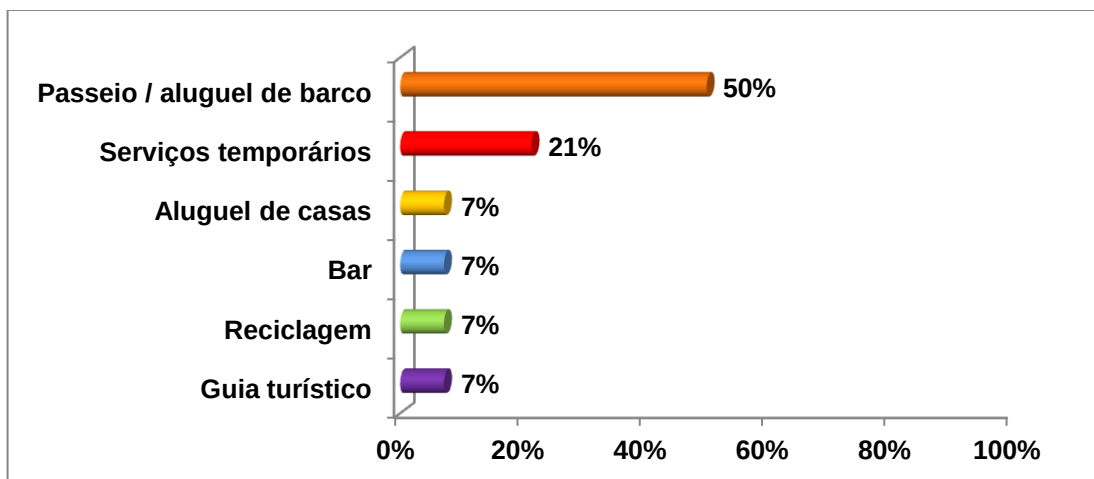


Figura 5.4.9.3-14: Atividades que o pescador exerce em períodos de temporada

A exploração do turismo por tipo de atividade revela que metade dos pescadores envolvidos com o turismo faz uso de sua embarcação ou de suas propriedades para desenvolver esta atividade. No geral, 64% dos pescadores que trabalham com o turismo envolvem-se com as atividades diretamente ligadas a este setor econômico. Os 36% restantes dedicam-se, nesta época, a trabalhos que demandam de esforço físico e não oferecem grandes fontes de ganho.

“Na temporada, a maioria [dos pescadores] vai pra praia fazer passeio, pra pelo menos render um extra por fora. Por que a pescaria, no verão aqui fracassa bastante.”

Presidente da Colônia de Pesca Z9 de Piuma



Figura 5.4.9.3-15: Entrega de caranguejos para atravessador e marisqueira de Inhaúma (fonte: Danilo Madjarof Sertorio).

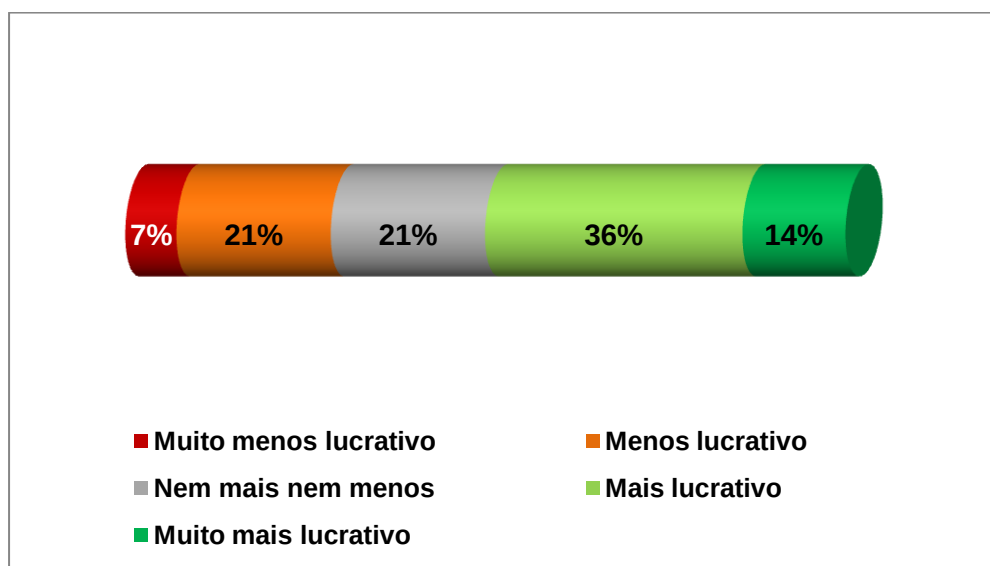


Figura 5.4.9.3-16: Lucratividade do turismo comparado à pesca artesanal

A atuação no mercado turístico pode ser considerada compensatória para 71% dos pescadores que acumulam esta atividade. Porém, vale lembrar que este tipo a atividade é mais lucrativa para o pescador que possui uma embarcação, em geral motorizada e que ofereça conforto ao turista, ou com o aluguel de casa para temporada. As demais atividades não oferecem um retorno financeiro suficiente para compensar a pesca.



Figura 5.4.9.3-17: Barco de pesca adaptado para o turismo
(Fonte: Danilo Madjarof Sertorio)

As condições de vida em Anchieta passam por um processo de modificação, por conta dos empreendimentos que acontecem na região. Anchieta é um município que tem sua organização social baseada em uma economia muito simples dentro da cadeia econômica. A população dedica-se à pesca, à agricultura familiar, ao pequeno comércio e serviços básicos que atendem uma população de pouco mais de 24 mil habitantes. A cidade também é um pólo turístico, principalmente na temporada de verão, contando assim com bairros com casas de veraneio.

As condições de vida, neste estudo, estão diretamente ligadas ao acesso a recursos financeiros sobre o volume de recursos ganhos a partir da atividade principal. A comparação com os ganhos no passado, a expectativa no futuro, a

continuidade na profissão e a expectativa da profissão como forma de subsistência apontam um pouco do que a cidade e seus recursos podem trazer.

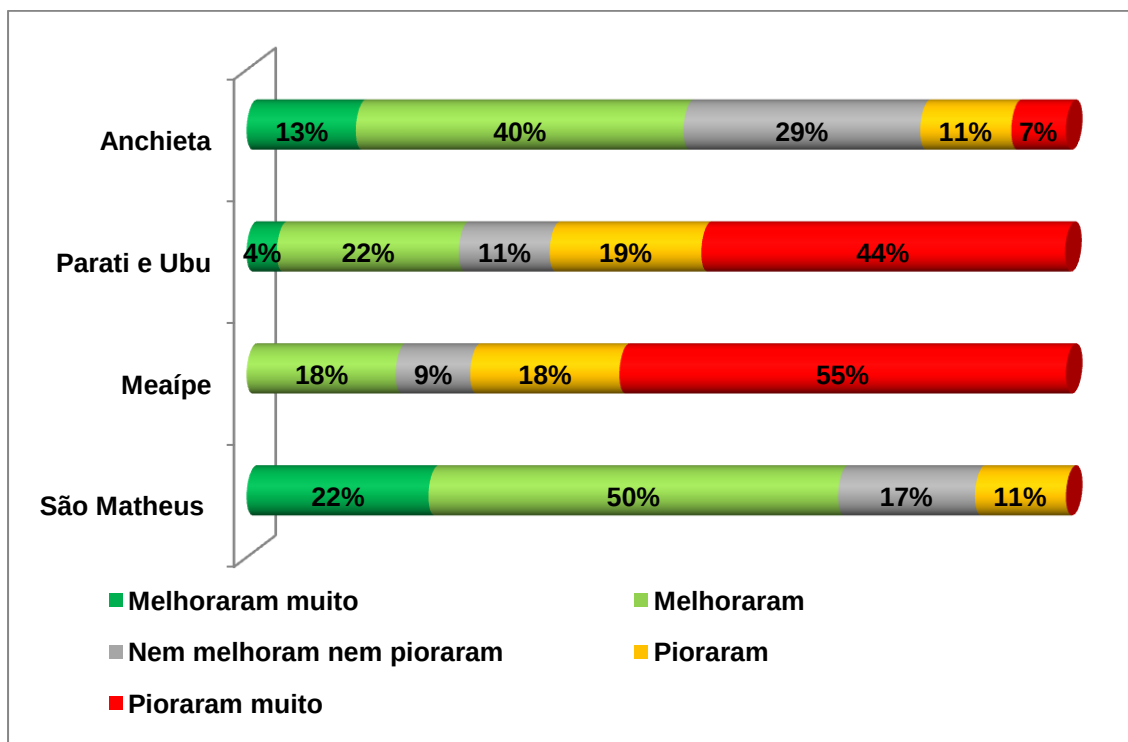


Figura 5.4.9.3-17: Renda em relação a 5 (cinco) anos atrás

Os pescadores, dependendo de sua localidade, apresentam percepções bastante diferentes de sua condição de renda. Entre os pescadores de Anchieta, mais da metade da população acredita que sua renda aumentou, em comparação com os últimos 5 (cinco) anos. Essa visão otimista no presente, em parte se explica pela safra pesqueira do último ano. O volume pescado nesse último ano foi considerado muito bom.

Entre os pescadores de Parati, Ubu e Meaípe inverte-se a situação. A maioria acredita que a renda de cinco anos para cá piorou. Os pescadores de ambas as comunidades relatam que a condição da pesca tem piorado por conta dos

impactos gerados pelo tráfego de navios e pela obras do gasoduto e do porto de Anchieta

Entre os moradores de São Mateus o quadro é ainda mais positivo do que entre os pescadores de Anchieta. Os programas de Anchieta voltados à agricultura estão muito mais desenvolvidos e disseminados. O Prefeito, de origem de uma comunidade rural, dispensa muita atenção à área rural do município.

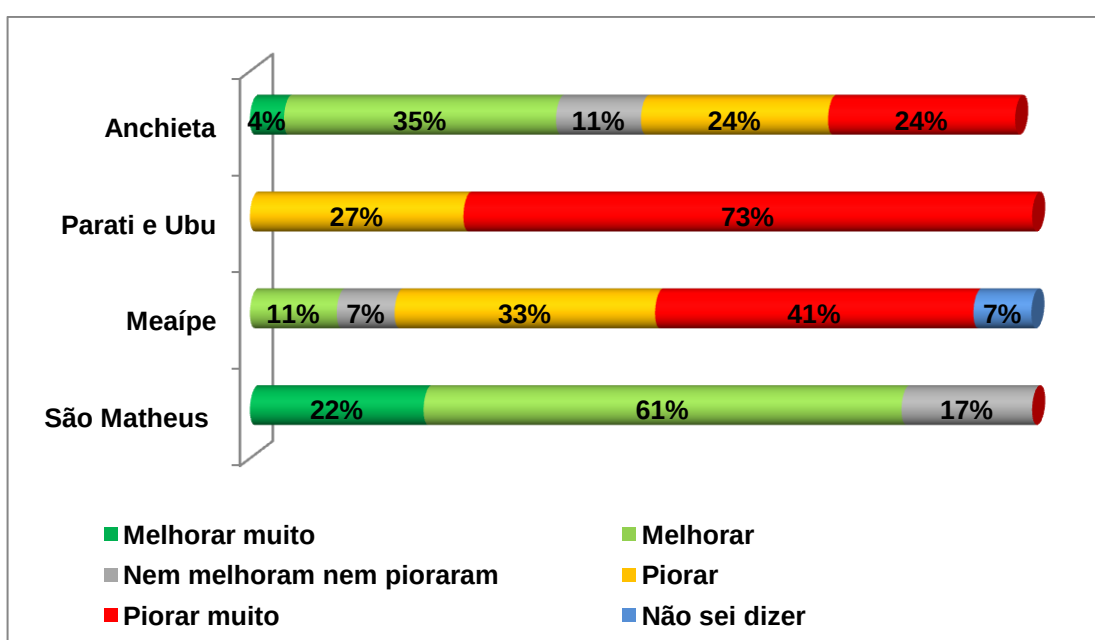


Figura 5.4.9.3-18: Expectativa de renda futura

No tocante à renda no futuro a situação entre os pescadores de Anchieta inverte-se. Quase metade dos pescadores acredita que a situação deve piorar no futuro.

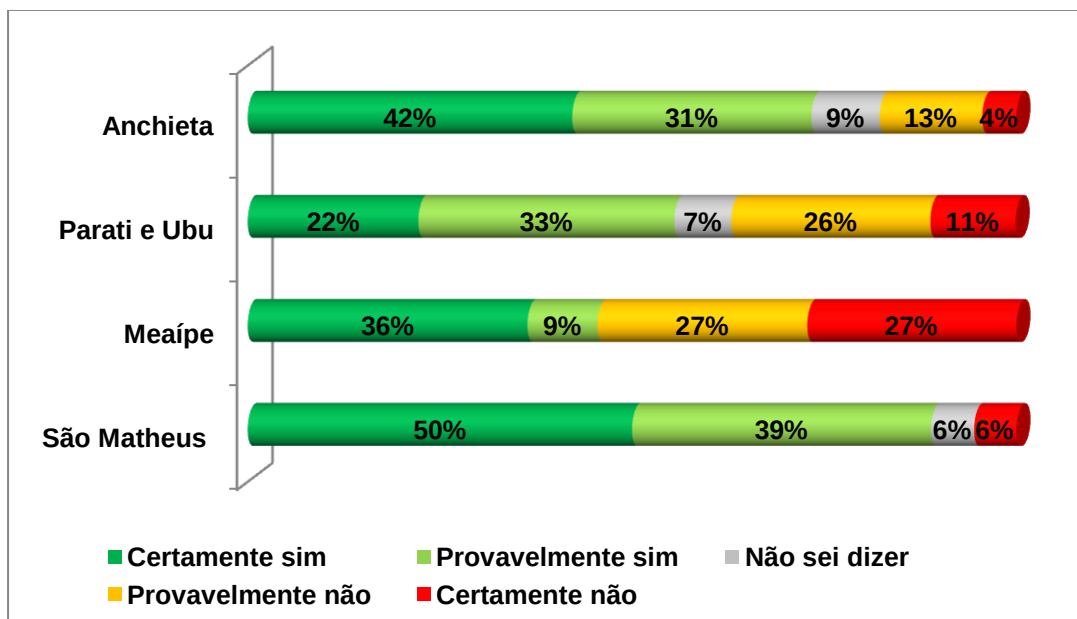


Figura 5.4.9.3-19: Permanência na atividade

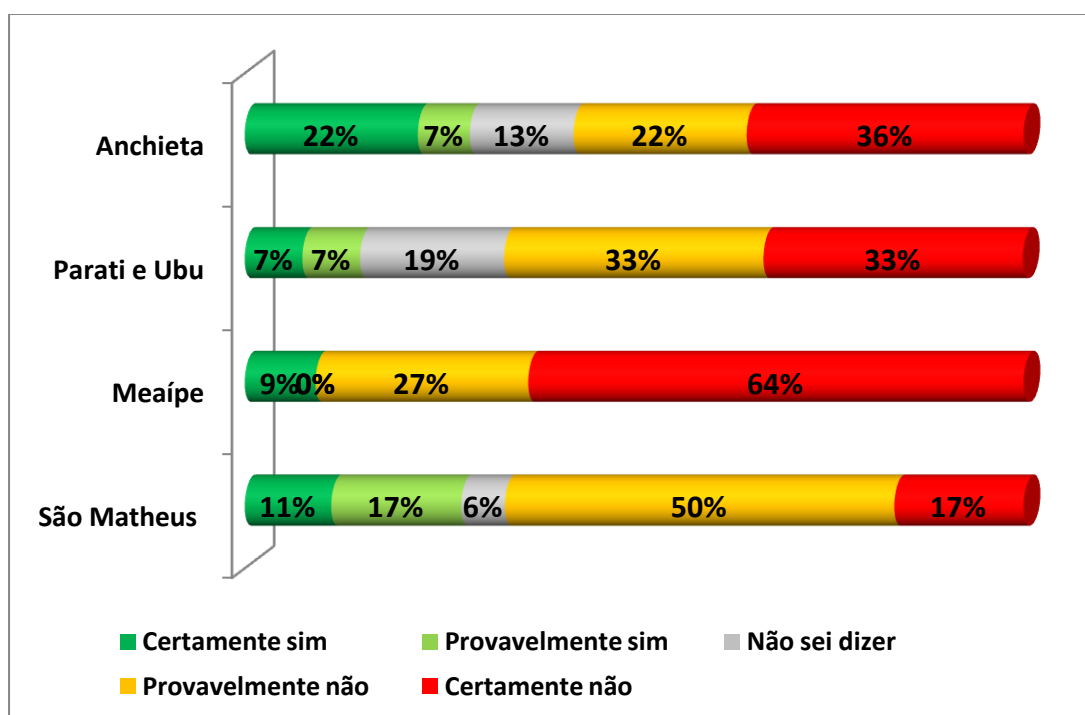


Figura 5.4.9.3-20: Atividade não trará sustento para os meus filhos

5.4.9.4 Situação da Pesca no Brasil e Sul do Espírito Santo

Ao longo do seu extenso litoral, o Brasil apresenta uma grande diversidade de ambientes, o que está relacionado com as características das atividades pesqueiras. No extremo norte, a plataforma continental varia de 180 km a 320 km de largura. Na pesca costeira, ocorrem pescarias artesanais, com destaque para as capturas de pescada amarela, caranguejos e lagostas e, nas áreas mais afastadas da costa, as pescarias industriais de camarões e pargos.

O litoral Nordeste apresenta uma plataforma estreita de largura variável, com um mínimo de 10 km na Bahia (Itacaré), alcançando cerca de 100 km no Estado do Maranhão. Em toda a região predomina a pesca artesanal, desenvolvida por um elevado número de pequenas embarcações (cerca de 40 mil) voltadas para a captura de camarões, lagostas, peixes de fundo e pequenos e médios pelágicos. Nessa região ocorre a maior participação relativa de crustáceos, de albacoras e espadarte nas capturas brasileiras. O litoral Sudeste apresenta uma plataforma com largura variável, com um mínimo na área de Abrolhos e se expandindo no sentido sul até São Paulo, com o registro de fenômenos de ressurgências na altura de Cabo Frio-RJ. A frota pesqueira dos estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro foi estimada em cerca de 4.600 embarcações, sendo a maioria de barcos com mais de 8 metros de comprimento. O litoral Sul, que se estende desde o Estado do Paraná até o Rio Grande do Sul, possui uma plataforma continental larga e plana. A presença de estoques de peixes demersais tais como: pescadas e corvinas, sardinha verdadeira, bonito barriga-listrada e camarões, favoreceu o desenvolvimento da pesca na região (IBAMA, 2006).

A atividade pesqueira envolve uma série de fatores (histórico-culturais, ambientais, sociais, políticos e econômicos) e, nesse sentido, coloca-se a necessidade de articular conhecimentos, saberes e ciências para propiciar uma visão mais integrada da pesca e perceber a riqueza deste universo (VIANNA, 2009).

Essa atividade enfrenta uma significativa crise, onde os aspectos mais visíveis podem ser observados na situação de sobre pesca em que se encontra a grande maioria dos recursos que suportam as mais importantes capturas. Esses aspectos também podem ser observados na permanente situação de falência do setor privado, nas fundamentadas reclamações dos pescadores quanto ao “desaparecimento” dos cardumes (DIAS-NETO, 2002).

Quanto à crítica situação dos estoques, estudos afirmam que acima dos 80% dos principais recursos da pesca brasileira encontram-se plenamente explorados, ou sob excesso de exploração, ou esgotados, ou se recuperando (DIAS-NETO; DORNELLES, 1996).

Paiva (1997) analisando as pescarias estuarinas e marinhas do Brasil, concluiu que o colapso da exploração pesqueira ocorreu, principalmente, em decorrência do aumento descontrolado dos esforços de pesca.

Outro fator que colabora com a crise da atividade pesqueira no Brasil é a pesca predatória, que pode ser caracterizada como a captura de organismos aquáticos de maneira que os organismos e seus habitats são prejudicados e deteriorados, afetando no equilíbrio ecológico do ambiente aquático e sua exploração sustentável.

Entre as práticas de pesca consideradas como predatórias estão: o mergulho (com uso de compressor), produtos químicos, explosivos, rede de espera de fundo (caçoeira), rede de arrasto de fundo, dentre outras. No entanto, estas práticas podem vir a ser prejudiciais para os próprios pescadores, com a ocorrência incidental de mortes e lesões corporais ocasionadas pela descompressão, no caso da pesca por mergulho.

A pesca predatória também coloca em risco a sobrevivência de muitas espécies animais, principalmente quando a atividade pesqueira é realizada durante a época de reprodução dos peixes ou do defeso. Com a captura de machos e de fêmeas em época de reprodução, as várias populações de organismos aquáticos podem diminuir drasticamente, já que, com isso, são impedidos de produzir descendentes e manter equilibrado o estoque pesqueiro. Vários estudos mostram que a mudança na composição das espécies de peixe tem efeitos nocivos em outras espécies dependentes na cadeia trófica (HAMRE, 1994).

Desta forma, a atividade pesqueira no Brasil necessita oferecer condições de exploração de outras espécies, treinamento e capacitação dos pescadores para a aplicação de técnicas sustentáveis na utilização dos recursos pesqueiros.

5.4.9.4.1 A Realidade da Pesca no Espírito Santo

O Estado do Espírito Santo representa 4,8% da linha de costa brasileira com, aproximadamente, 411 km de extensão e é composta por 14 municípios e 58 comunidades e distritos de pescadores (OLIVEIRA; SOUZA; VALLE, 2007). A

pesca capixaba contribui com 27 mil toneladas de pescados por ano, capturados no mar por 11,5 mil pescadores, com uma frota de quase 2,5 mil barcos (BRASIL, 2007).

O litoral do Estado em virtude da diversificação de ambientes costeiros e de apresentar inúmeras áreas de criadouros naturais, é responsável pela ocorrência de grande abundância de recursos pesqueiros, representados por peixes, crustáceos e moluscos. Tal situação traduz-se por uma quantidade expressiva de comunidades voltadas à exploração desses recursos (SEAP/IBAMA/PROZEE, 2005).

Diversos municípios estão passando por grandes transformações devido às atividades petrolíferas e mineradoras, contribuindo para o aumento do tráfego marítimo, além do aumento dos riscos de acidentes ambientais, principalmente em relação aos ecossistemas costeiros e marinhos. Nos municípios afetados verifica-se o fenômeno de migração, abandono e fragmentação de famílias de pescadores provenientes da falta de infra-estrutura e logística voltada para o setor de pesca, tendo como alternativas outras atividades não pesqueiras (OLIVEIRA; SOUZA; VALLE, *op. cit.*).

No município de Anchieta, área afetada por empresas petrolíferas e mineradoras, a atividade pesqueira congrega cerca de 600 famílias, com uma produção média em torno de 2.800 ton/ano. Estima-se um número de 1.250 pescadores profissionais ligados diretamente à atividade de captura, distribuídos nas sete comunidades litorâneas do município (ANCHIETA, 2006).

De acordo com os pescadores locais, a redução da produção pesqueira ocorreu devido à instalação de grandes empreendimentos na região, mas não se

sabe ao certo os reais motivos. Para estudar esse processo, a Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento de Anchieta começou, em 2008, a coletar dados sobre a pesca artesanal, que incluem informações de números de barcos que atuam na região dos empreendimentos e a quantidade de pescados capturados (BRANCO; SGANZERLA, 2010).

Essa pesquisa deverá mostrar os níveis de impactos na pesca artesanal nas regiões afetadas, para com isso, minimizar os problemas, apontando alternativas de renda para os pescadores e possíveis compensações para as perdas.

A Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento de Anchieta tem desenvolvido ações de incentivo à piscicultura, com o cultivo de tilápia (*Oreochromis spp.*) e a maricultura, com o cultivo do beijupirá (*Rachycentron canadum*) e do mexilhão (*Perna perna*) na busca de alternativas para que o pescador faça menos esforço físico, passando menos dias no mar para ficar mais tempo com a sua família, sem comprometer sua renda.

Neste trabalho, apresenta-se, detalhadamente a atividade pesqueira na região Sul do Espírito Santo, destacando os aparelhos de pesca utilizados, as espécies mais capturadas e os tipos de embarcações na área de influência de empresas petrolíferas e mineradoras – de Guarapari a Piúma no sentido Norte-Sul, com ênfase em Anchieta, que, devido à sua localização e pela presença de empreendimentos, deverá ser a mais impactada por estes.

5.4.9.4.2 A Condição Social do Pescador

A população caiçara ocupa a costa do litoral brasileiro em quase toda sua extensão. Formada basicamente pela miscigenação entre índios, negros e portugueses, desenvolveu o seu sustento por meio da pesca e o plantio de mandioca e banana. Historicamente, a população caiçara participou de alguns dos eventos mais importantes da história do Brasil, como a pilhagem e o roubo de navios que transportavam ouro para Portugal, basicamente na região do sul fluminense, mais precisamente em Paraty; assim como outros tantos eventos.

A população caiçara possui uma estrutura cultural muito particular. O primeiro ponto a destacar é a sua tendência histórica ao isolamento. Até hoje, muitas comunidades caiçaras vivem em regiões isoladas da costa brasileira, tentando manter vivas suas tradições culturais que conduzem e orientam a vida comunitária.

O isolamento deve-se ao fato de que muitas destas comunidades foram formadas por “*não cidadãos*” da colônia, sendo negros e índios duas bases de origem significativas para esta população. Devido a esta condição de abandono frente ao Estado e à necessidade de proteção por medo de sofrer intervenções repressoras, as famílias de pescadores apresentam um traço forte em sua relação com o outro: a desconfiança e a pouca conversa. Outro fato relevante que é consequência desta condição de isolamento é a baixa escolaridade de sua população. O acesso à educação ainda é limitado para boa parte dela, o que dificulta muito a formação intelectual do pescador e, em consequência disto, a

melhoria das técnicas de pesca ou produção pesqueira, bem como uma articulação mais eficiente frente às questões de interesse comum.

“Há de convir também que a classe do pescador é discriminada, de certa forma que aqui a gente não tem como negar isso aí, mas é também uma classe difícil de trabalhar porque eles, por si, por uma questão cultural, são desorganizados, eles são difíceis de trabalhar. Eles enfrentam uma série de dificuldades exatamente por essa cultura, a gente conhece a questão do pescador, o pescador é aquele que pesca lá o seu peixe e muitos deles é para sobrevivência, para manutenção da família, mas tem também aqueles que vão lá pescar e acabam saindo pro consumo de álcool e tudo o mais.”

Gerente de Pesca, Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca de Guarapari

O resultado destas barreiras históricas à atividade pesqueira e à vida no mar ainda é um ofício que requer grande esforço físico aliado a condições das mais adversas de trabalho (clima, condição do mar), assim como apresenta um alto grau de periculosidade. Nesse sentido, pode-se destacar que são comuns as ocorrências de acidentes e naufrágios, muitas vezes fatais. A pesca artesanal no Brasil é uma atividade que beira a insalubridade. Mesmo assim, o ofício possui um conhecimento técnico muito rico e confere ao pescador habilidades particulares de extrema importância para a orientação da vida social.

“Cada bairro, cada comunidade tem a sua arte, diferente da outra. É diferenciado, porque ó: a gente pesca de um jeito, eles pescam de outro. A cultura é uma diferente da outra, não tem jeito.”

Presidente da Associação de Pescadores de Meaípe e Guaibura

A tradição e reprodução cultural ocorrem por meio da oralidade. O conhecimento do ofício de pescador, assim como as demais referências sociais, é passado de pai para filho, de geração para geração. É comum aos filhos de

pescadores passarem a acompanhar o pai no mar com 7 ou 8 anos de idade e seguirem na profissão. O início precoce da vida produtiva tende a reforçar a condição de baixa escolaridade. Mesmo na atualidade, o pescador é considerado um cidadão de segunda categoria. No geral, os pescadores sofrem com várias formas de violência e discriminação por parte dos agentes do Estado (Marinha, Polícia Ambiental, Capitania dos Portos, IBAMA), da indústria da pesca e dos demais agentes que no mar encontram o seu local de produção de riqueza e geração de renda. É comum ouvir de pescadores relatos de agressões e tratamento hostil por parte desses atores, ferindo os códigos de solidariedade e conduta próprios de quem está no mar. O mar é um ambiente selvagem e a questão da solidariedade é salutar. Muitas vezes, uma negligência pode custar a vida de inúmeros chefes de família.

“O IBAMA fiscaliza, fiscaliza. Mas uma reivindicação e indignação dos pescadores é a maneira como o IBAMA fiscaliza. O IBAMA chega armado, chega com metralhadora, destrata os pescadores; é uma reclamação deles, né? Tratam os pescadores como se fossem bandidos, né? É uma reclamação constante deles para que a gente converse com o pessoal do IBAMA. Pescador não é bandido. ‘Tão’ errados? Estão. Talvez, estejam errados de estarem pescando irregularmente, mas eles sempre pescaram aqui. Hoje, a legislação mudou e talvez muitos deles (antigos) ainda não conseguiram se adaptar a essa nova legislação.”

Secretário, Secretaria de Serviços de Piúma

“Marinha que multou a gente ano passado, que a gente tava pescando pescadinha dentro do canal. Não tinha manobra nenhuma! Manobra nenhuma, Marinha só sabe prejudicar o pescador. Pra Marinha o pescador não existe, quem existe são os grandes empreendimentos.”

Presidente da Associação de Pescadores de Meaípe e Guaibura

“O IBAMA até que é um pouco razoável com os pescadores, mas a Polícia Ambiental trata os pescadores como se fosse bicho em alto mar. Eu acho que os órgãos, essas empresas que vem, poderiam olhar um pouco pelo pescador, já que o pescador não tem como bater [no sentido de se defender da PA], tinha que vir essas empresas grandes pra poder pegar esse pessoal da Polícia Ambiental. Pra ter mais assim, quando chegar em alto mar, abordar o pescador. Mas conversar com ele, não chegar apontando arma, que eles não entendem nada”.

Presidente da Colônia de pescadores e agricultores Z3 Almirante Noronha

“E o que acontece, pro pescador fica tão difícil. E as empresas quando vem buscar petróleo (...), mas eles conseguem e o pescador não. Vai o pescador chegar no pé de uma plataforma, aí depois de quinhentos metros, é pegado igual bicho no alto mar. Se eles pegarem eles antes daquele local, no pé do local, aí vai todo mundo preso. Alguns tão saindo da pesca não tantas vezes porque não está dando, mas por causa da burocracia que está tendo com os pescadores”.

Presidente da Colônia de pescadores e agricultores Z3 Almirante Noronha

“Você consegue carregar quatro a cinco covos num barquinho pequeno, e mais nada que seja isso, então fica difícil trabalhar. Já a rede não, esses já levam uma quantidade boa. Mas aí não tão deixando a gente trabalhar com a rede de pano pra não quebrar os corais, olha só. Mas o mesmo IBAMA que proíbe a gente de botar uma rede em cima dos corais libera a Petrobras de passar com o duto deles! Quando a plataforma esteve aqui quebrou muita pedra, aquilo não foi brincadeira, não.”

Presidente da Associação de Pescadores de Ubu e Parati (APUP)

Inserem-se na categoria de pescador profissional, além do pescador comum, o catador de caranguejo, o catador de marisco, os piscicultores (produtores de peixe) e os malacultores (produtores de marisco). Cada categoria conta com suas próprias técnicas e conhecimentos específicos para o exercício de sua profissão. O Estado, nos últimos anos, desenvolve um programa de institucionalização de políticas públicas voltadas à questão da pesca, com a inclusão do pescador na

categoria de agricultor familiar para o acesso a recursos e incentivos do PRONAF⁹. O registro formal do pescado junto ao Ministério da Pesca concede ao pescador o seguro defeso – salário mínimo pago no período em que as espécies que ele costuma ou possui recursos para pescar estão proibidas de serem capturadas.



Figura 5.4.9.4.2-1: *Desembarque de dourado no Mercado Municipal de Peixes de Anchieta e Arrasto de mão para a captura de camarão, praia de Anchieta (Fonte: Danilo Madjarof Sertorio)*

A questão do seguro defeso é um ponto de grande polêmica na atividade pesqueira. A burocracia para a aquisição da carteira de pescador e o cadastro junto ao seguro defeso é alvo de grandes problemas que acontecem em dois níveis distintos. O primeiro deles tem relação com a burocracia envolvida no processo para aquisição da carteira de pesca. As colônias de pesca são as entidades responsáveis para a tramitação destes processos junto aos órgãos competentes. A principal reclamação, neste ponto em especial, é a demora para a tramitação dentro do Ministério da Pesca. Existem relatos de pescadores que há

⁹ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

anos esperam expedição de seus documentos pelo Ministério. Atualmente, milhares de pescadores não têm acesso aos benefícios do seguro defeso por conta da burocracia vigente. Outro fato de relevância é a péssima condição de manipulação destes processos, inúmeros são os relatos de carteiras de pescador erroneamente produzidas. Dentre os problemas mais comuns, estão: fotos trocadas, nomes incorretos, cadastros de espécies ou licenças erroneamente expedidas.

“Se você entrar com o pedido pra poder fazer a carteirinha e tirar ela em Vitória, em uma semana já sei esse protocolo. Mas o negócio é que o Ministério da Pesca agora é o que ta demorando demais. A gente tem carteirinha que tem um ano e pouco que não veio”.

Presidente da Colônia de pescadores e agricultores Z3 Almirante Noronha

“A maioria das vezes a pessoa que precisa da carteirinha mesmo, que é o pescador, ele não consegue. E quando baixa a fiscalização com uma pessoa dessas, varia de R\$ 300 a R\$ 10.000, R\$ 11.000 de multa”.

Presidente da Colônia de pescadores e agricultores Z3 Almirante Noronha

O segundo problema é decorrente da aquisição da carteira de pescador para o recebimento dos benefícios oriundos deste trabalho. Existem muitos “não pescadores” que possuem a sua carteira de pesca sem, de fato, exercerem o ofício. A questão da presença deste tipo de irregularidade é muito comum e acaba por dividir a comunidade pesqueira. A condição fundamental para um pescador adquirir a carteira profissional é que ele tenha na documentação obrigatória a assinatura de dois pescadores que atestem a veracidade do exercício da atividade pelo requerente. No cômputo geral, existem pescadores coniventes com a fraude e outros que vêem que parte de seus pares ainda não conseguiram que

o seu documento fosse expedido, o que gera um sentimento de revolta e insatisfação.

“Por isso que tá essa bagunça que tá aí, de falso pescador. Diz que é pescador e não é pescador, pra ganhar o defeso. Quem precisa não tem, quem não precisa tem, é esse o problema. Isso aí tem muitos por aqui”.

Presidente da Colônia de pescadores e agricultores Z3 Almirante Noronha

O pescador é uma categoria profissional que apresenta uma grande instabilidade associativa. As causas desta instabilidade são diversas, citando-se entre elas a questão acima mencionada – o *não pescador*. Além disso, são muito comuns os relatos de pescadores que tiveram seus petrechos furtados por outros pescadores. O fator pessoal da liderança associativa também é um agente que corrobora com esta instabilidade, pois muitas lideranças adotam posturas inadequadas para o diálogo, por vezes truculentas e até fraudulentas. As associações trazem consigo uma personalização por conta de suas lideranças e estas, não sendo reconhecidas, acabam por enfraquecer os laços de solidariedade e ajuda mútua. A competição e o aumento da concorrência por áreas de pesca também colaboram para esta condição de instabilidade associativa.

“Eu vou até mais: o discurso não é do pescador, o discurso é da liderança. A liderança da comunidade, ela tem propósitos que também não é dela, é estimulado por organizações da sociedade civil, que nós temos a maior receptividade do mundo a elas todas, porém tem aquelas que enxergam naquilo ali, ó, ‘não, aqui você pode pedir, ali você pode fazer’, e aí começa a criar no cara uma coisa que extrapola aquela preocupação real.”

Secretário, Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Anchieta

“O Russo (APUP) já chegou num ponto em que até quando é meritoso o que ele tá pedindo já não tem mais ressonância. Ele chegou naquele ponto crítico onde uma representação da sociedade civil passa a fazer mal ao grupo que representa.”

Secretário, Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Anchieta

O pescador também é vítima de outros aspectos de vulnerabilidade social. O alcoolismo é um problema histórico e muito freqüente junto a estas comunidades. Além disso, as drogas ilícitas como a maconha e o crack¹⁰, que apresentam uma força de penetração muito grande, são cada vez mais freqüentes junto a estas populações. O uso de drogas e a ausência de programas de assistência social promovem uma série de problemas nestas comunidades, tais como: a violência doméstica, a criminalidade e o ócio improdutivo, que carrega um componente extremamente negativo para este tipo de organização: a falta de identidade enquanto trabalhador. O caçara dependente químico sofre uma dupla exclusão: como pescador e como viciado.

“O pescador ele vai pescar, ele fica quinze dias no mar, aí ele volta e ele fica à toa, fica bebendo cachaça a maioria das vezes, gastando dinheiro até o dinheiro acabar. Quando o dinheiro acaba ele vai lá de novo, pesca, vai e paga as suas contas, toma a sua cachaça, volta. Então é subsistência, ele sai quando precisa.”

Secretário, Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Anchieta

Em suma, pode-se concluir que a pesca artesanal no Brasil, em geral, é uma atividade com baixo nível de organização, de tecnologia rudimentar e marginalizada. A condição social desta população tem forçado as gerações mais jovens a migrarem de profissão, colocando em risco a pesca artesanal como

¹⁰ Substância entorpecente feita a partir da mistura de pasta de cocaína com bicarbonato de sódio.

tradição sociocultural. Nesse sentido, é salutar mencionar que a pesca artesanal não é apenas um mero ofício. Uma comunidade tradicional como esta tem no trabalho o cerne de sustentação de sua organização social. Todo o conhecimento e sua reprodução através do tempo acontecem pelo capital intelectual que o homem do mar adquiriu ao longo dos séculos de experiência prática e transmitiu aos filhos e gerações subseqüentes.

“Eles tão pensando em realocar os pescadores, eu falei pra eles, realocar não. Vocês armam um projeto de vocês lá pra construção e já armam com a indenização pros pescadores vitalícia. Como que nós vamos pescar depois? Vão realocar a gente aqui pra onde? A gente já tem dificuldade de trabalhar lá pros lados de Guarapari, que eles mexem nos aparelhos da gente. Já tem dificuldade de passar de Ubu pra lá que eles mexem em tudo que é da gente. Tão afunilando e nós vamos ficar dentro do funil, preso. Sem saber para onde ir, sem saber o quê vai fazer.”

Presidente da Associação de Pescadores de Meaípe e Guaibura

A possibilidade inerente da extinção deste ofício pode também acabar com toda uma tradição cultural que traz consigo referências sociais, religiosas, folclóricas e de costumes que caracterizam a diversidade brasileira.

“Pescadores são pessoas humildes, simples, hoje que ta sendo reconhecido, mas mal reconhecido, porque o Ministério da Pesca veio não foi pra reconhecer, foi pra acabar logo. Porque eles querem botar todos os pescadores como pescadores industriais. Acabar a artesanal, acabar com pescador artesanal. Porque o pescador industrial não precisa de defeso, ele vai ter carteira assinada, vai pagar pra poder trabalhar.”

Presidente da Associação de Pescadores de Meaípe e Guaibura

5.4.9.5 Pesca Artesanal X Pesca Industrial

A exploração dos recursos pesqueiros apresenta os mais variados padrões, contemplando desde métodos simples e, em termos unitários, de baixo impacto ambiental, como a pesca com linha e anzol, até aqueles que utilizam artes de arrasto. Estas, além de afetarem o recurso objeto da pescaria, já que, dependendo do fator de seleção, capturam tudo o que encontram pela frente e ainda causam significativas alterações no ambiente (DIAS-NETO, 2002).

A pesca marítima no Brasil pode ser classificada, segundo sua finalidade ou categoria econômica em: pesca amadora, pesca de subsistência, pesca artesanal (ou de pequena escala) e pesca empresarial/industrial.

Em linhas gerais, a pesca artesanal é aquela, realizada nos moldes da pequena produção mercantil, em que na captura e desembarque, os pescadores se organizam para o trabalho baseado na família ou pelas relações de amizade. Os equipamentos de pesca (embarcação e petrechos) são de propriedade familiar ou individual. A embarcação não é somente um meio de produção, mas é, também, um meio de transporte. O proprietário da embarcação é, normalmente, um dos pescadores que participa como os demais de toda a atividade de pesca. Os barcos geralmente têm pouca autonomia e as artes de pesca apresentam reduzida capacidade de captura, trabalhando principalmente em águas costeiras e abrigadas (DIEGUES, 1983).

Contudo, a pesca artesanal ainda explora uma grande quantidade de espécies e apresenta-se sob diversas formas: linha e anzol, rede de espera de superfície e de fundo, rede de arrasto de fundo, espinhel, cerco flutuante etc.

Essa atividade é realizada em embarcações a remo ou motorizada, sendo exercida por pescadores tradicionais.

A pesca industrial é identificada como aquela de produção capitalista dos armadores e das empresas de pesca, que visam converter o total da produção em mercadoria (ADAMS, 2000). As embarcações são motorizadas, com maior autonomia e dispõem, ainda, de equipamentos auxiliares à pesca, como equipamentos para identificação dos cardumes. Isto exige algum treinamento formal para determinadas funções. Os armadores são proprietários das embarcações e dos petrechos de pesca, e não participam de modo direto do processo produtivo - função que é delegada ao mestre do barco. Existem diferentes atribuições e os pescadores podem ser: mestre (detém o conhecimento dos pesqueiros, do melhor momento de fazer um lance, responsável pela navegação, conhece as cartas de navegação e as leis de tráfego marítimo); motorista (responsável pela casa de máquinas); cozinheiro (encarregado pela alimentação); homens de convés (com responsabilidade pelas redes e captura propriamente dita) e o gelador (DIEGUES, 1983).

No Brasil, o tipo de pesca pode variar de acordo com as condições e tradições de cada comunidade pesqueira. As características de cada região, também é um fator que define o tipo de pesca.

5.4.9.5.1 A pesca artesanal

A pesca artesanal é um capítulo especial em relação aos empreendimentos da região. A questão da pesca no Brasil tem recebido atenção especial nos

últimos anos por conta do esforço do desenvolvimento de políticas públicas que favoreçam o desenvolvimento da atividade e minimizem conflitos que se perduram há décadas.

Segundo DIEGUES (1985) os pescadores artesanais podem ser definidos como aqueles que, na captura e desembarque de toda classe de espécies aquáticas, trabalham sozinhos e/ou utilizam mão de obra familiar ou não assalariada, explorando ambientes ecológicos localizados próximos à costa, pois a embarcação e aparelhagem utilizadas para tal possuem pouca autonomia. A captura da pesca artesanal é feita através de técnicas de reduzido rendimento relativo e sua produção é total ou parcialmente destinada ao mercado. Os pescadores artesanais mantêm contato direto com o ambiente natural e, assim, possuem um corpo de conhecimento acerca da classificação, história natural, comportamento, biologia e utilização dos recursos naturais da região onde vivem. Todo o conhecimento sobre o mundo natural não se enquadra em categorias e subdivisões científicas precisamente definidas.

O pescador artesanal é classificado pelo governo federal como agricultor familiar e assim pode ter acesso aos recursos oriundos do PRONAF. Entretanto, segundo MALDONADO (1986) e DIEGUES (1995) os estudos referentes a estas comunidades devem receber atenção especial, pois apresentam diversos elementos em sua estrutura comunitária e cultural que os diferenciam do agricultor. Neste sentido, os autores sugerem que os estudos referentes a estas comunidades tenham um campo de conhecimento específico nas Ciências Sociais: a Sócio Antropologia Marítima ou Antropologia da Pesca.

A relação estabelecida entre o pescador o seu meio é envolvida por práticas sociais, culturais e possui um corpo de conhecimento especialmente distinto dos agricultores. O “povo do mar” desenvolveu sua cultura junto a um meio ambiente instável e imprevisível. O mar é um ambiente selvagem, qualquer alteração climática ou qualquer outro fator que possa alterar suas condições gerais influencia diretamente nas mais simples atitudes do pescador.

O que se pode observar, em Anchieta, Guarapari e Piúma é que este enquadramento do pescador artesanal é hoje relativizado, pois nem todos os pescadores em atividade na região se enquadram totalmente no recorte teórico acima delimitado. Mesmo assim, tanto o Estado como as linhas teóricas que estudam a pesca no Brasil, reconhecem este pescador como artesanal.



Figura 5.4.9.5.1-1: Desembarque de pescados (Fonte: Danilo Madjarof Sertorio)

A relação com o ambiente marítimo mantém-se inalterada, o homem não possui recursos técnicos ou científicos que possam alterar significativamente a

condição do mar. A principal diferença que se pode notar é que, entre os pescadores, as relações entre a pesca e o mundo do trabalho apresentam níveis de rendimento e posse muito diferentes e, em consequência disto, pode-se apontar uma estratificação do pescador.



Figura 5.4.9.5.1-2: Embarcações de Anchieta
(Fonte: Danilo Madjarof Sertorio)

5.4.9.5.2 Estratificação Social do Pescador

O pescador, hoje, não pode ser considerado uma categoria econômica e social homogênea, conforme descrito anteriormente como atividade que se assemelha às demais atividades de subsistência. Dentro da atividade pesqueira existe uma subdivisão clara, onde existem atores que exercem o papel de empreendedores e aqueles que não possuem os recursos materiais ou financeiros, sendo, portanto, subcontratados para exercer a atividade.

Dessa forma caracterizou-se o pescador segundo tabela abaixo:

Tabela 5.4.9.5.2-1: Caracterização dos pescadores

PESCADOR	POSSUI EMBARCAÇÃO	TIPO DE PROPULSÃO
Dono de Barco ou Armador	Sim	A motor
Pescador	Sim	A remo
Pescador embarcado	Não	N/A

A principal diferença que pode ser anotada neste momento é: a prática da pesca artesanal já não é de exclusividade do núcleo familiar. O dono de barco (também considerado pescador artesanal) ou o chamado armador (pessoa que investe recursos financeiros para o cruzeiro, mas não exerce atividade de pescador) contrata outros pescadores (pescador embarcado) para compor a tripulação da embarcação. Em consequência disso, fica estabelecido um “contrato” de trabalho e de risco, por meio do qual o pescador embarcado é que recebe em dinheiro, após o cruzeiro, um pagamento pelo seu trabalho. A pesca artesanal já não é de exclusividade apenas do núcleo familiar. A relação patrão e empregado está claramente presente na realização da atividade.

O risco acima mencionado está ligado à probabilidade de fracasso no cruzeiro. Tanto o dono do barco e/ou armador, como também o pescador embarcado podem voltar do mar sem a quantidade de pescado que garanta o pagamento de todos os custos. Durante o processo de entrevistas foi muito comum ouvir dos pescadores relatos de retorno à terra de mãos vazias.

“Eu tenho um barco pequeno, de dez metros e meio, a despesa dele é quatro e meio a seis mil reais. Você pensa bem: eu tenho que trazer uma tonelada e meia de pescado pra poder pagar as despesas.”

Ex-pescador e técnico da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca de Anchieta

“Um barco desse aí oh, vai pro mar e volta sem nenhum peixe é prejuízo pro dono do barco: vai ter que pagar pescador, vai ter que pagar óleo, toda a despesa cai em cima do dono. Nós não temos segurança nenhuma. Eu hoje não tenho coragem de investir em nada, eu estou tentando vender o meu [barco]. Não é fácil de vender, um barco que vale hoje mais de cem mil reais eu não consigo vender por sessenta.”

Ex-pescador e técnico da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca de Anchieta

Apesar disso, a pesca artesanal ainda mantém os traços da pesca com embarcações menores e associativismo familiar, conforme a categoria definida anteriormente. Pode-se dizer que ocorreu no enquadramento da pesca artesanal a absorção do pescador proprietário, ou armador. Categoria essa que não pode ser considerada originalmente artesanal, mas tampouco tem porte suficiente para ser classificada como pesca industrial.

Os pescadores que possuem embarcações serão separados por aqueles que possuem motor ou não, num primeiro nível e, num segundo nível, aqueles que possuem embarcação motorizada e que fazem o cruzeiro é de apenas um dia, conhecido como vai e volta. Os pescadores que possuem embarcações a remo ou pescam no vai e volta são os pescadores proprietários de embarcações que mais serão atingidos pelo empreendimento. Principalmente aqueles que residem e fazem porto nas localidades de Ubu, Parati e Meaípe. Os proprietários de embarcações com maior autonomia de navegação terão sua atividade um pouco menos prejudicada.

Os pescadores que não possuem embarcações são dependentes da associação com pescadores que possuem embarcações. Sua renda poderá variar de acordo com sua função no barco. Dentre esses, os que estão associados aos

pescadores que realizam a pesca a remo ou no vai e volta serão tão impactados quanto os proprietários destas embarcações.

Além dos fatores diretamente ligados à condição da posse de recursos para a empreitada da pesca, estudiosos do setor no Brasil tem afirmado sistematicamente que a diminuição dos estoques pesqueiros tem duas causas que se complementam: a pesca em si, que ainda mantém técnicas predatórias e que dificultam a renovação dos estoques, e o grande número de pescadores que, além de concorrerem entre si, ainda concorrem com a indústria pesqueira, que conta com embarcações e aparelhagens mais sofisticadas. Em suma, o mesmo estoque pesqueiro que atendia um reduzido número de pescadores artesanais é hoje muito mais explorado do que antigamente.

“Não é o peixe que está diminuindo, é que tem muito mais boca para comer.”

Dito popular entre os pescadores entrevistados.

“O pescador hoje ta saindo e ficando cinco, dez, quinze dias fora, porque na verdade na nossa enseada, na nossa costa, o peixe está escasso. Hoje ele vive da época do peixe, por exemplo, tem a época do baiacu, tem a época do espada, etc. Aquela pesca mesmo de você ir e matar o peroá, que era a fonte de renda grande aqui em Guarapari, isso aí já acabou.”

Gerente de Pesca, Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca de Guarapari

“Eu acho que independente do progresso e até pela própria pesca predatória durante muito tempo, hoje o nosso litoral aqui está muito prejudicado. Eu acho que a gente tem que pensar no futuro dessas pessoas com alternativas, oferecendo possibilidades inclusive para os mais novos, de cursos, encaminhamentos pra que eles tenham um futuro bom. Porque a pesca artesanal, independente de empreendimentos, grandes ou não, a tendência é acabar, às vezes até pela própria forma do progresso”

Promotor de Justiça, Ministério Público

“A gente vê mesmo no litoral do Espírito Santo. Um exemplo eram esses peixes muito procurados aqui, o peroá principalmente, e que já estão em extinção. E isso aqui antigamente sobrava, pescador dava pra gente, pras pessoas. Hoje está escasso, não há no litoral do nordeste.

Promotor de Justiça, Ministério Público

5.4.9.6 Políticas Públicas Envolvendo a Pesca

O manejo da pesca no Brasil tem sido, até o momento, caracterizado principalmente por medidas planejadas e implementadas de forma centralizada e que utiliza metodologias tradicionais, tais como o estabelecimento de épocas de defesos e regulação de tamanhos de malhas. Em poucos casos existe a participação dos usuários (comunidades, pescadores, armadores) nesse processo, como co-gestores. Como consequência deste modelo, as medidas reguladoras acabam se tornando mais um elemento de conflito social ao invés de contribuir para a sustentabilidade da exploração dos recursos vivos (MARTINS, 2002).

No Estado do Espírito Santo, o setor pesqueiro vivenciou os reflexos do cenário institucional da gestão pesqueira. No final da década de 1960 e início de 1970, o Estado apresentava um crescimento vertiginoso do setor, promovido a partir de incentivos fiscais instituídos pelo Decreto-Lei 221, de 28 de fevereiro de 1967¹¹, tendo como destaque na produção, segundo o Diagnóstico da Pesca Artesanal do Estado do Espírito Santo (1976), os Municípios de Vitória, Anchieta, Guarapari, seguidos de Conceição da Barra, Itapemirim e Piúma.

¹¹ Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.
<http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto-lei/Del0221.htm>

Com a criação do PESCART¹², no início da década de 1970, deu-se início a uma nova política para o setor através da SUDEPE¹³, mediante convênios firmados com a EMATER – ES¹⁴ no final dos anos 1970, contratando engenheiros de pesca para prestar assistência técnica e extensão pesqueira ao pescador artesanal, formando equipes com a participação de economistas domésticas, que tinham a tarefa de socializar informações as comunidades tradicionais. Passaram a ser utilizadas novas embarcações e foram introduzidas novas tecnologias, através dos engenheiros de pesca e, com os incentivos do BNCC, que criou uma linha de crédito direcionado ao pescador artesanal no início da década de 80, deu-se início ao incremento da frota com maior autonomia, principalmente no Sul do Estado, sobretudo do município de Itapemirim, nas localidades de Itaipava, Pontal, Barra e Marataízes, que demandaram inúmeros cursos para qualificar e treinar mestres na navegação, resultando num maior nível de organização e ensejando a reivindicação de uma Escola de Pesca, que foi criada no município de Piúma - ES, no final dos anos 80.

Como exemplo de mobilização no setor, podemos citar a participação dos pescadores na Constituinte da Pesca em Brasília – DF, as eleições diretas para presidentes de colônias de pesca no Estado (sendo que a primeira a realizar eleições diretas foi a Z4, no Município de Anchieta – ES, e tornou-se a segunda no Brasil, logo seguida pelas demais). O principal motivo da participação em Brasília – DF era a extinção da SUDEPE, que já estava ultrapassada em suas funções. A EMATER encerrava seu convênio com a SUDEPE e o Governo

¹² Rede de Ater Pesqueira. <http://www.mpa.gov.br>

¹³ Superintendência do Desenvolvimento da Pesca.

¹⁴ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Espírito Santo.

assumia a extensão pesqueira no Estado, tendo-se formado uma equipe de engenheiros de pesca, que passaria a atender toda a costa capixaba.

Com uma equipe formada, o Governo, através da SEAG¹⁵, planejou e executou dois entrepostos de pescado com localização na Prainha, em Vila Velha, e no município de Guarapari, os quais foram entregues aos pescadores para gerenciar. Entretanto, essa estratégia não teve bom resultado, pois os pescadores tinham reduzida capacidade para administrar a comercialização do pescado, vindo essas estruturas a serem abandonadas e quase destruídas. Hoje, estão sob comodato e foram recuperadas, sendo gerenciadas com responsabilidade, tendo sido, inclusive, beneficiadas com obras de ampliação e recuperação do patrimônio, através de convênios entre o Governo do Estado e a Cooperativa Mista de Vila Velha e a Associação dos Pescadores e Proprietários de Barcos de Pesca do Sul do Estado, que administra o entreposto de Guarapari.

Na atualidade, o ordenamento pesqueiro está dividido, principalmente, entre dois órgãos governamentais, com objetivos e linhas de conduta distintas: o Ministério de Pesca e Aquicultura (MPA) e o IBAMA.

O MPA tem o objetivo de assessorar o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento e fomento da produção pesqueira. Em especial, promover a execução de programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da pesca artesanal e industrial. Entretanto, a gestão dos recursos pesqueiros explorados ou ameaçados de extinção permanecem sob a responsabilidade do IBAMA. Grande parte dos recursos pesqueiros, alvo de inúmeras pescarias e algumas das principais espécies da fauna acompanhante

¹⁵ Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.

estão relacionados à Instrução Normativa nº 05/04, o que concede ao IBAMA a responsabilidade e poder para gerenciar a operação e área de atuação de quase a totalidade das modalidades de pesca costeira existentes em nosso litoral (VIANNA, 2009).

As informações históricas do setor pesqueiro capixaba que aqui constam, foram extraídas do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba (PEDEAG), elaborado em 2005 e divulgado em 2007 pelo governo do Espírito Santo.

“Com esse empreendimento nós não ganhamos nada, só temos prejuízo. A Samarco nada faz e nada vai fazer. Essas empresas têm medo de Ministério Público, só tem medo de justiça. Quando você fala que vai entrar na justiça eles te procuram, mas procurar pra que? Só eles têm razão, só eles podem, e a gente não pode nada. A gente vai tirar uma licença pra fazer qualquer coisa, vamos dizer assim, vou precisar fazer um quebra mar ali pra proteger os barcos, pra poder fazer um apoio pra futura Petrobras, mesmo. A gente queria fazer um quebra mar daquela ponte de pedra, lá até aquele barco branco ali, é uma polêmica. É polêmico, não vão permitir porque tem EMA, tem meio ambiente. Já tão acabando lá, que não ajuda o pescador em nada, só atrapalha. Porque não libera pra gente fazer alguma coisa aqui pra gente ter apoio? Vem outro, o milionário, e invade o mangue. Vem outro e constrói uma mansão lá.”

Presidente da Associação de Pescadores de Meaípe e Guaibura

5.4.9.7 A Pesca Artesanal em Anchieta

O trabalho de reconhecimento e investigação das populações tradicionais em Anchieta revelou aspectos de todas as comunidades, tanto as diretamente como as indiretamente afetadas. Para fins deste estudo realizou-se uma separação de acordo com o impacto do empreendimento, separação esta que trará inúmeras

contribuições para a análise da condição dos pescadores na região do empreendimento.

Destacam-se como áreas que serão diretamente afetadas pela construção da Base Portuária as seguintes comunidades: Ubu e Parati, em Anchieta e Meaípe, em Guarapari. As comunidades acima citadas apresentam uma condição diferenciada perante as demais organizações. As demais comunidades de pescadores apresentaram outra postura e opinião em relação ao empreendimento. Neste sentido, os pescadores entrevistados serão classificados em outra categoria analítica, conforme descrição a seguir.

A organização corporativa dos pescadores na região é frágil e fragmentada. Existe, em Anchieta, uma separação clara entre as próprias comunidades de pescadores. O primeiro nível de reconhecimento desta população é sua comunidade, bairro de origem: Ubu, Parati, Meaípe, Inhauma, Floriano Peixoto, Iriri, Coqueiros, etc. O espírito de comunidade reforça a tendência ao isolamento da população, principalmente do pescador. Pode-se perceber que as associações de bairro são mais articuladas entre si e os empreendimentos do que as comunidades de pescadores propriamente ditas.

Em Anchieta a colônia de pescadores Z4 possui cerca de 800 associados, divididos entre pescadores, marisqueiros e catadores. A colônia possui profissionais de diversas localidades de Anchieta, com exceção de Parati e Ubu. Essas localidades estão ligadas a Colônia Z3 em Guarapari. Esta separação tem diversas razões e várias explicações segundo cada interlocutor inserido no processo. A partir deste momento as categorias de análise serão agrupadas da seguinte forma:

- a) Ubu e Parati;
- b) Z4 Anchieta;
- c) Meaípe.

Esta proposta de separação servirá para identificar as principais correntes de opinião presentes neste estudo. A condição geográfica é uma variável dependente neste estudo, uma vez que se tornou evidente que as demandas levantadas a partir do empreendimento apresentam-se de diferentes formas, respeitando, porém, um alinhamento à comunidade que aquele pescador está inserido.

Vale ressaltar que a pesca em Anchieta apresenta algumas características que devem ser observadas. Anchieta, aparentemente, apresenta a melhor estrutura pública para o atendimento das demandas em relação à pesca. Apesar disso, a organização de informações sistematizadas está longe do ideal, existe um cadastro na Prefeitura das embarcações do município, entretanto os números declarados pelos representantes da Z4 e dos técnicos da secretaria não condizem com o registro efetivo. Apesar das comunidades estarem reduzidas a pequenos agrupamentos, a precisão dos números não é das melhores.

Uma das condicionantes da pesca na região é a predominância do vento noroeste. Após o meio dia, essa corrente de vento intensifica-se de forma rápida e perigosa. Boa parte dos pescadores sai por volta das 4 horas da manhã para poder voltar a terra até o meio dia, pois após esse horário a permanência no mar é muito perigosa. A condição naturalmente imposta ao pescador dessa região é um limitador do tempo de permanência no mar e, conseqüentemente, do volume pescado.

Outro dado relevante a ser levado em consideração é que, em relação ao cadastro de embarcações obtido através da Secretaria de Pesca de Anchieta, somente estão cadastradas as embarcações motorizadas, sendo 102 ao todo. Neste levantamento é possível observar a concentração da propriedade das embarcações registradas em nome de apenas uma pessoa. Existem pessoas que possuem até três embarcações em seu nome. Neste momento, a questão da pesca em Anchieta ganha alguns contornos paradoxais e merece atenção especial para alguns delineamentos.



Figura 5.4.9.7-1: *Embarcações em Parati (Fonte: Danilo Madjarof Sertorio)*

É possível notar a existência de uma pequena concentração de renda junto aos pescadores, o que indica que a atividade, mesmo em escala reduzida, pode promover ascensão financeira. Relatos de alguns pescadores indicam que o lucro da pesca também trouxe à família dos pescadores outras fontes de renda como a propriedade de pousadas e de outros estabelecimentos comerciais de pequeno

porte. A pesca, mesmo entre os pescadores artesanais, é uma atividade desorganizada, pois, ao mesmo tempo em que pode ser considerada uma atividade em extinção é próspera para algumas famílias.

O que fica claro é que a posse de embarcações motorizadas e um conhecimento relativamente bom das áreas de pesca é uma forma de se conseguir renda suficiente para não só a sobrevivência, mas também a ascensão financeira. O pescador dono de barco está presente em todas as comunidades estudadas, porém em Parati, Ubú e Meaípe constituem uma minoria. Segundo relatos dos pescadores que não fazem porto ou residem nas comunidades da AID, tanto proprietários como pescadores embarcados, o ano de 2010 foi muito bom para a pesca na região.

As comunidades de Parati, Ubú e Meaípe já não tem a mesma impressão sobre a atividade, pois suas áreas de pesca estão em constante conflito com as atividades do Porto da Samarco e do gasoduto da Petrobras (UTG-Sul). Além disso, a maioria dos pescadores destas comunidades ou possui embarcações a remo ou são pescadores embarcados.

Tabela 5.4.9.7-1: Número de associados por entidade

ENTIDADE	ASSOCIADOS
Colônia de Pescadores Z4 - Marcilio Dias	830
Colônia de Pescadores Z3 - Almirante Noronha	2250
Colônia de Pescadores Z9 de Piuma	800
Associação de Pescadores de Ubu e Parati	219*
Associação dos Pescadores de Meaípe e Guaibura	50
Associação dos Catadores	50

Tabela 5.4.9.7-2: Número de embarcações por entidade

EMBARCAÇÕES	TOTAL	A REMO	A MOTOR	OUTRAS
Anchieta	102	0	102	NA
Colônia de Pescadores Z3 - Almirante Noronha	150	NI	NI	NI
Colônia de Pescadores Z9 de Piuma	100	NI	NI	NI
Associação dos Pescadores de Meaípe e Guaibura	21	10	5	6

5.4.9.7.1 Atividade pesqueira

A pesca é uma atividade de grande relevância para a economia do Estado do Espírito Santo, uma vez que é responsável pela geração de aproximadamente 14.000 empregos diretos e 5.000 indiretos, e a principal fonte de emprego e renda em alguns municípios (IBAMA, 2006).

A pesca artesanal nos municípios de Guarapari, Anchieta e Piúma é praticada em três diferentes áreas de pesca (estuário, costa e oceânica), caracterizadas pela distância da costa.

A pesca estuarina é realizada nos locais junto à costa, na zona que vai da foz do rio até ao ponto de influência das marés, podendo ser até em canais de água salobra. A comunidade estuarina varia em função da época do ano e nessa região são capturadas diversas espécies de peixes e algumas espécies de camarão.

A pesca costeira é realizada nos locais não muito afastados da costa, ou na zona costeira, na faixa do oceano situada acima da plataforma continental, entre a linha de maré alta e a profundidade média de 200 metros. É a zona com maior quantidade e diversidade de pescado, sendo habitada pela maioria dos peixes mais importantes para a pesca comercial. Essa pescaria é realizada com o uso de

embarcação com autonomia de mar de até 15 dias e acontece ao longo das praias e costões e ilhas costeiras.

A pesca oceânica é realizada nos locais mais afastados da costa, com o uso de embarcações de maior autonomia de mar (até 30 dias), nas águas oceânicas, ou seja, na faixa do oceano acima de 200 metros profundidade. É a região mais afastada da costa e os peixes capturados são chamados de oceânicos e são importantes para a pesca comercial.

Entre as espécies capturadas merecem destaque, o dourado, pescadinha, cações, badejo, robalo, baiacu, xixarro, pargo, anchova, peroá, polvo, lagosta e o camarão sete barbas. Entre os recursos pesqueiros que são explorados, o caranguejo uçá e o sururu também fazem parte da atividade pesqueira de um modo geral. O preço de venda varia bastante de acordo com a espécie que é capturada e o aumenta ou diminui a renda dos pescadores (**Tabela 5.4.9.7-3**).

Os pescadores têm observado que ao longo do tempo houve uma diminuição do pescado desembarcado. Essa visão de redução dos estoques naturais costeiros é um consenso entre pescadores e autoridades vinculadas à pesca. O resultado disso é o deslocamento das atividades pesqueiras por longos trechos da costa, afastando os pescadores para regiões cada vez mais distantes e levando-os para águas cada vez mais profundas. Muitas embarcações saem em busca de áreas de pesca mais afastadas como o Sul da Bahia e Norte do Rio de Janeiro. O objetivo é buscar novas áreas de pesca e capturar uma maior diversidade de recursos. Com o passar do tempo o número de pescadores aumentou significativamente o que contribui para uma competição por áreas de pesca, reduzindo a produção desembarcada por embarcação.

Foi observado que em algumas localidades houve uma mudança das atividades tradicionais. Este fato vem acontecendo porque nas últimas décadas, a “invasão” do turismo, a especulação imobiliária, a poluição ambiental, entre outros fatores, têm resultado na expulsão e/ou deslocamento dos pescadores de seus tradicionais pontos de pesca. Já se observa que em algumas localidades da área estudada, principalmente Guarapari, a atividade pesqueira tem sido mesclada à atividade turística.

Tabela 5.4.9.7-3: Principais espécies capturadas nos municípios de Guarapari, Anchieta e Piuma com seus respectivos preços de venda

ESPÉCIE DE PESCADO	SAZONALIDADE		PREÇO DE VENDA (R\$)		
			MÉDIA	MÍNIMO	MÁXIMO
Anchova	ano todo		7,80	6,00	12,00
Araojé	jan/mar	jun/nov	3,00	3,00	3,00
Arraia	ano todo		1,90	1,00	2,50
Badejo	ano todo		13,30	2,50	20,00
Bagre	dez/mai		5,00	5,00	5,00
Baiacu	ano todo		5,36	2,50	8,00
Bonito	Abr		3,00	3,00	3,00
Cação	ano todo		7,21	1,50	10,00
Caçonete	ano todo		8,00	8,00	8,00
Camarão Branco	ano todo		20,75	15,00	25,00
Camarão Rosa	jan/mar	jun/nov	25,00	25,00	25,00
Camarão 7 Barbas			10,97	5,00	40,00
Carapeba	dez/mai		10,00	10,00	10,00
Chicharro/Xixarro	ano todo		4,36	2,50	7,00
Cioba	ano todo		6,30	3,00	8,00
Corvina	ano todo		5,70	3,50	8,00
Dentão	ano todo		4,50	4,50	4,50
Dourado	ano todo		5,27	3,00	7,00
Espada	nov/jan		2,00	2,00	2,00
Garoupa	ano todo		9,71	6,00	18,00
Lagosta	jun/Nov		19,95	11,00	30,00
Lula	ano todo		11,33	10,00	12,00

Manjuba	ano todo		2,17	1,00	3,00
Pargo	ano todo		2,90	1,50	5,00
Peroa	ano todo		7,10	3,50	12,00
Pescadinha	ano todo		5,26	2,50	9,00
Pescado	ano todo		10,71	5,00	17,00
Polvo	ano todo		15,16	3,00	40,00
Pratibu	ano todo		3,75	2,50	5,00
Realito	ano todo		6,00	6,00	6,00
Robalo	ano todo		16,92	3,00	25,00
Saioba	ano todo		8,62	7,00	11,00
Sarda	dez/mar		10,00	8,00	12,00
Sardinha	ano todo		15,00	15,00	15,00
Srioba	ano todo		6,71	4,00	10,00
Tainha	ano todo		4,84	2,25	7,00
Vaquara	ano todo		4,50	4,50	4,50
Xerelete	ano todo		5,50	5,00	6,00

*O preço de venda é o valor informado pelos pescadores locais.

No Estado do Espírito Santo existe o período do defeso para diversas espécies que são exploradas, sendo a pesca nos municípios de Guarapari, Anchieta e Piúma estruturada de acordo com as épocas do ano. O período do defeso é o momento em que a pesca fica suspensa e coincide com a época de reprodução das espécies que são exploradas. Nesse período, os pescadores artesanais têm garantido pelo Ministério do Trabalho o pagamento de seguro desemprego enquanto a proibição estiver em vigor. No entanto esse benefício só será concedido se o pescador comprovar que atua sobre a espécie proibida e que possua o seu RGP (Registro Geral de Pesca).

Nas regiões estudadas, o defeso influencia na pesca de diversos recursos como: a lagosta (*Panulirus argus* e *Panulirus laevicauda*), de 1º de dezembro a 31 de maio em todos os anos; o caranguejo uçá (*Ucides cordatus*), sempre uma semana durante os meses de janeiro, fevereiro, março e abril, coincidindo com o

período de “andada”, que é quando os caranguejos saem de suas tocas para se reproduzirem (três dias depois da lua cheia) e depois as fêmeas vão para a margem dos rios e córregos do mangue para liberarem suas larvas; o camarão sete barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*) e o rosa (*Farfantepenaeus subtilis* e *F. brasiliensis*) de 15 de novembro a 15 de janeiro e 1º de abril a 31 de maio (anualmente).

Mesmos com todas essas medidas para proteger os estoques pesqueiros, os pescadores atuam de forma ilegal ou pescando com aparelhos de pesca proibidos, como é o caso da rede caçoeira para a lagosta, ou exercendo suas atividades dentro do período de defeso, prejudicando a reprodução das espécies, o recrutamento e, conseqüentemente, as produções pesqueiras futuras. De acordo com os pescadores locais, essa prática de pesca ilegal só acontece na região pela falta de fiscalização pouco atuante ou quase inexistente.

Quanto às condições gerais de trabalho, os pescadores são afetados pela falta de estrutura do setor pesqueiro local. Apenas algumas localidades estudadas possuem estaleiro e/ou carpintaria para construção, reforma e manutenção de embarcações. A bordo, os pescadores exercem muitas atividades sob condições precárias das embarcações e quando desembarcam a produção, sobra uma pequena parcela para eles como pagamento, o que dificulta ainda mais as suas condições de vida.

Muitos pescadores que atuam nas áreas estudadas informaram que suas condições de trabalho poderiam melhorar se as empresas locais não causassem tantos problemas para eles. Como os pescadores das praias de Ubu e Parati, que relataram que a empresa Samarco há mais de 30 anos vem gerando problemas

econômicos para eles e as marisqueiras, pois esta empresa tem degradado o meio ambiente, com as dragagens e descarte do material poluído do Porto, que é despejado no mar.

5.4.9.8 Instrumentos de pesca

Os aparelhos e as técnicas utilizadas na pesca artesanal, variam em todo o Estado do Espírito Santo. Tais variações têm como objetivo a captura das espécies mais abundantes nas diversas áreas de pesca. Os aparelhos de pesca registrados foram divididos em linhas, redes e armadilhas. No que se refere às linhas, foram registrados os seguintes agrupamentos: linha de mão e anzol, espinhel de superfície e de fundo, pargueira e corrico.

Em relação às redes, os agrupamentos registrados foram: puçá, rede de arrasto de fundo e de superfície, rede de espera de superfície e de fundo, caçoeira e a tarrafa. O único aparelho de pesca do tipo armadilha observado foi o covo para a captura de lagosta. Durante a coleta de dados também foi registrado a modalidade de pesca de mergulho livre com bicheiro.

5.4.9.8.1 Pesca de linha e anzol

De acordo com os dados obtidos, as linhas e anzol apresentam diferenças pouco significantes, relativas principalmente ao uso ou não de estropo (pedaço de fio de aço que liga o anzol à linha principal ou à linha secundária, para evitar que o peixe corte a linha), de destorcedor (instrumento de latão ou de aço inoxidável

utilizado para evitar que a linha se enrole no sentido vertical) e de chumbada. A disposição desses elementos na linha também é responsável pelas pequenas diferenças encontradas nesse aparelho de pesca.

a) Linha de mão

É a forma mais simples de pesca com linha e anzol utilizada pelas embarcações da pesca artesanal no Estado do Espírito Santo e de outros estados do Brasil, sendo constituído de uma linha de nylon monofilamento, anzol e chumbada, e eventualmente, de um destorcedor e de um estropo de fio de aço flexível. As linhas de mão são usadas em pescarias de superfície ou de fundo, sendo a profundidade da linha controlada pelo uso de uma chumbada. A numeração do nylon, o tamanho da linha e o número do anzol variam conforme o peixe a ser capturado e a profundidade da pescaria, constituindo modalidades distintas. Existem variações específicas quando o recurso alvo da pescaria é o polvo, que exige embarcações com grande autonomia de mar, devido à longa distância da costa onde esses organismos são pescados.

b) Descrição geral de um espinhel

Pescaria que consiste na utilização de várias linhas com anzol, amarradas espaçadamente por destorcedores a uma linha mestra, na qual, horizontalmente esticada, se fixam duas bóias em suas extremidades. Conhecido também como espinhel fixo, "*long line*", podendo ser espinhel de superfície ou espinhel de fundo.

c) *Espinhel de superfície*

O espinhel de superfície tem como espécie alvo a pesca do Dourado (*Coryphaena hippurus*). Consiste em uma linha principal de 2,5 a 7 milhas náuticas (MN) de comprimento, com o número de anzóis variando entre 600 a 1.000 por cabo (**Figura 5.4.9.8.1-1**). Os anzóis utilizados são de tamanhos 14 ou 04 com 100% desses no modelo jota registrados em viagens de pesca em que o recurso alvo é o dourado. A linha principal geralmente é de corda de nylon trançado e a flutuabilidade do aparelho é realizada através de bóias de isopor de tamanhos variados amarradas à linha principal a uma distância que varia de 6 a 10 metros, com um par de anzóis entre cada bóia. As linhas secundárias são fixadas à linha principal, sem a utilização de “snaps”, são amarradas com a utilização de um destorcedor. Essa linha possui comprimento de 2 m, podendo conter em sua extremidade final um cabo de aço que prende o anzol, chamado de estropo. Esse estropo pode ser substituído nas reiscagens, caso o anzol seja perdido devido ao ataque de cações, espadas e outros peixes.



Figura 5.4.9.8.1-1: Caixa de espinhel de superfície usado para a captura do dourado em Anchieta- ES (Fonte: Juarez Coelho Barroso)

As extremidades do cabo principal são presas às bóias maiores (bóias bandeiras) com hastes de bambu equipadas com bandeiras de pano que ficam flutuando e amarradas a pesos (normalmente pedras) para mantê-las na vertical e controlar a deriva do aparelho que é leve, e servem de localização do aparelho na água. Dependendo do tamanho do cabo principal, outras bóias de sinalização podem ser colocadas ao longo do aparelho.

A operação é realizada durante o dia e o aparelho é lançado e recolhido manualmente. O aparelho é lançado da proa da embarcação em baixa velocidade (2 a 6 nós), variando de acordo com a dinâmica de operação de lançamento do aparelho. Os lançamentos iniciam-se de madrugada e pode haver diversos lances por dia dependendo da quantidade de captura do primeiro lance (**Figura 5.4.9.8.1-2**).



Figura 5.4.9.8.1-2: Operação de lançamento do espinhel de superfície (Fonte: Juarez Coelho Barroso)

As iscas utilizadas são pedaços de peixe (cortados em postas e inteiros) ou até mesmo iscas vivas que são capturadas e mantidas na embarcação em uma “tina” (local onde os peixes vivos são armazenados) (**Figura 5.4.9.8.1-3**). Cerca de uma hora após o lançamento, o espinhel é percorrido realizando-se uma contagem preliminar dos peixes capturados e verificando se as iscas do aparelho não foram perdidas. Dependendo do número de peixes observados, o aparelho pode ser recolhido e/ou reiscado. Em caso de boa captura, os peixes são embarcados e o aparelho é imediatamente reiscado e novamente lançado ao mar, quando a captura é baixa, o aparelho é embarcado e lançado em outro local.



Figura 5.4.9.8.1-3: *Visão frontal da “tina” onde são mantidas as iscas vivas para a utilização na pesca de espindel de superfície (Fonte: Juarez Coelho Barroso)*

O recolhimento possui uma dinâmica similar de operação ao lançamento, um tripulante vai puxando a linha mestra, enquanto outro puxa a linha secundária com o peixe (**Figura 5.4.9.8.1-4**). Em posição, um tripulante fica a postos para o recolhimento do peixe que o retira da água por meio de um “bicheiro” enquanto outro já se encontra à espera para limpá-lo. Prosseguindo ao recolhimento do aparelho um tripulante organiza o espindel e outro que organiza os anzóis na caixa. Depois de limpo, os peixes são armazenados em urnas com gelo triturado pelo gelador.



Figura 5.4.9.8.1-4: Operação de recolhimento do espinhel de superfície (Fonte: Juarez Coelho Barroso)

d) *Espinhel de fundo*

A pesca com a utilização de espinhel de fundo tem como recursos alvo peixes demersais, tais como o catuá (*Cephalopholis fulva*), a mulata (*Rhomboplites aurorubens*), o batata (*Lopholatilus villarii*), a cioba (*Ocyurus chrysurus*), o badejo (*Mycteroperca spp.*), a garoupa (*Epinephelus spp.*), etc.

O espinhel de fundo compõe-se de uma bóia bandeira em cada extremidade da caixa ligadas a pesos, chamados de garatéias, que em contato com o fundo fazem com que a linha principal permaneça no fundo e fique esticada (**Figura 5.4.9.8.1-5**). Presas a linha principal por destorcedores ou “snaps” (depende da tecnologia da embarcação e comprimento do petrecho) fixam-se as linhas secundárias com anzóis de tamanhos diferentes, nº 12, 14 e 10/0 (**Figura 5.4.9.8.1-6**).

A linha principal é composta por cabo de aço entrelaçado (1 a 1,5 cm) com 2 milhas náuticas de comprimento em média, sendo este proposital à pesca de recursos demersais devido seu peso e o sistema de pesos em suas extremidades. A linha secundária tem cerca de 1 m de comprimento, os anzóis podem ser do modelo jota ou circular. O espinhel utiliza entre 1200 e 2000 anzóis, podendo chegar a cerca de 4000 a 5000 anzóis (embarcações provenientes de outras regiões, principalmente sul do país).

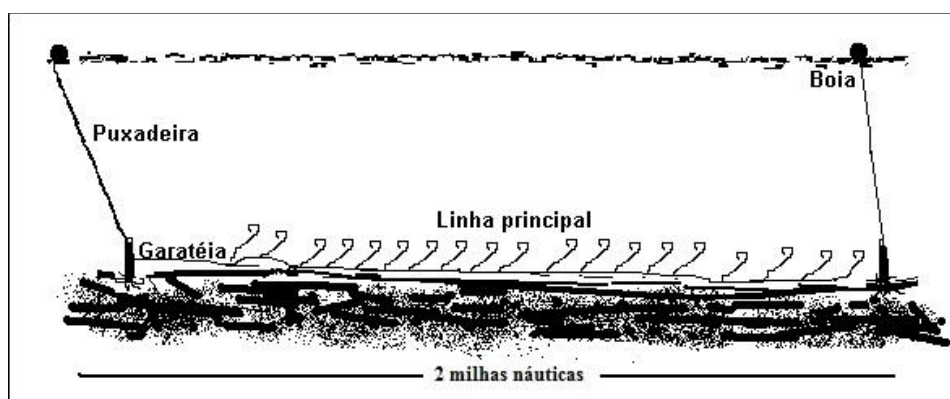


Figura 5.4.9.8.1-5: Desenho esquemático do espinhel de fundo na área de pesca e do equipamento utilizado (Fonte: Furtado Neto et al., 2006, com adaptações)

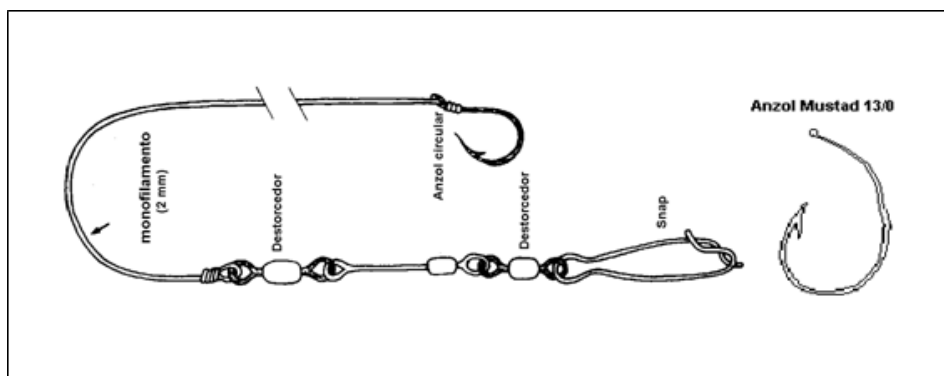


Figura 5.4.9.8.1-6: Desenho esquemático da linha secundária do espinhel de fundo com detalhe para o formato do anzol (Fonte: Furtado Neto et al., 2006)

O cabo principal encontra-se em um “tambor”, liberado por sistema hidráulico de guinchos controlados pelo motorista da embarcação. Na operação, a embarcação atua a cerca de 3 nós envolvendo a dinâmica da tripulação em liberar os anzóis da caixa, iscá-los, e liberá-los, cortar a isca e liberar e controlar o cabo principal.

A operação com o espinhel de fundo geralmente é realizada durante o dia, ocorrendo ao longo deste diversos lances que duram cerca de 2 horas. Como o aparelho é fixo, o seu lançamento possibilita a utilização de outras artes de pesca simultaneamente, como a linha de fundo ou pargueira e o corrico. A pesca só é realizada durante a noite em ocasiões de grande produtividade e a profundidades de menos de 300 m.

e) Pargueira

A pargueira é também considerada como um espinhel de fundo e sua utilização tem como recursos alvo também os peixes demersais tais como, o catuá (*Cephalopholis fulva*), a mulata (*Rhomboplites aurorubens*), o batata (*Lopholatilus villarii*), a cioba (*Ocyurus chrysurus*), o badejo (*Mycteroperca* spp.), a garoupa (*Epinephelus* spp.), etc. Algumas embarcações da frota de Anchieta realizam a pesca com pargueira a partir de pequenos botes (caíques), que partem de uma embarcação maior.

A operação de pesca é realizada durante o dia. Nesta pescaria o número de tripulantes pode chegar a 10 pescadores, equivalente ao número de caíques. São utilizadas pargueiras de 8 a 25 anzóis e tem ao final da linha principal uma garatêia (estrutura de ferro de aproximadamente 10 kg), que dá maior

sustentação ao espinhel impedindo que o mesmo seja arrastado pelas correntes. A linha principal utilizada é de nylon trançado com cerca de 1 mm de espessura emendado, por um destorcedor, à linha secundária de nylon monofilamento de espessura de cerca 0,5 mm. São utilizados anzóis de vários tamanhos desde 16 a 22.

A distância entre as linhas secundárias varia de acordo com o tipo de pargueira, porém é sempre maior do que o comprimento das mesmas para que as linhas secundárias não se enrolem umas as outras.

f) Corrico

Aparelho de pesca constituído por uma linha de nylon de número 90 a 160 e um anzol de números 11 a 23 que é preso diretamente na extremidade da linha, ou através de um estropo de aço flexível de numeração 24 a 28 e comprimento entre 15 cm e 50 cm. O uso do estropo, segundo os pescadores, é fundamental para evitar que os peixes de dentes afiados cortem o nylon.

O corrico é empregado com a embarcação em movimento, durante o deslocamento para o pesqueiro, ou quando do seu retorno para o porto de origem. A pesca realizada com esse tipo de aparelho se destina à captura de espécies de peixes pelágicos tais como cavala, dourado, agulhão-de-vela, bonito e albacoras.

As iscas, de preferência vivas, são sardinhas, olhão e agulha, amarradas ao anzol por um fio de nylon para aumentar sua resistência ao atrito com a água. Eventualmente, também são usadas iscas artificiais, com destaque para a “vassourinha” (pedaço de ráfia - fibra sintética, desfiada e presa ao anzol que, em

movimento, atraindo os peixes por parecer uma presa viva). Algumas embarcações também utilizam como isca pedaços de lona em forma de losango e pequenas chapas metálicas, usualmente chamadas de “colher”.

O corrico apresenta características diversas, variando com o local onde é utilizada. O comprimento desse aparelho varia de acordo com o local da pescaria: de aproximadamente 50 m em pescarias próximas à costa, em pequenas profundidades, a 200 m em locais mais distantes e profundos.

5.4.9.8.2 Pesca de rede

A divisão das redes apresentou o maior número de modalidades de pesca:

a) Puçá

Rede em forma de saco, com abertura fixa (boca), de armação de madeira ou metal circular. Apresenta uma haste, por meio da qual é sustentado para o manuseio. Sua abertura fica voltada para cima durante o processo de captura. É utilizado em águas rasas na borda de embarcações. Nas regiões de Guarapari, Anchieta e Píuma esse petrecho de pesca foi pouco observado.

b) Rede de arrasto de fundo

As redes de arrasto de fundo podem ser do tipo arrastão de praia ou arrasto de fundo através da utilização de uma embarcação. O arrastão de praia é uma rede de arrasto tracionada com as mãos, utilizada em praias, margens de canais e enseadas. Normalmente é levada a locais próximos da costa, através de botes

a remo, onde é solta na água, de modo que os dois cabos ficam em terra para serem arrastados pelos pescadores. É uma rede de aproximadamente 150 a 200 m de comprimento e 2 ou 3 m de altura, confeccionada com nylon mono ou multifilamento. A malha de cada rede pode variar em torno de 2,5 centímetros, com medida esticada entre nós não consecutivos, a linha de poliamida possui espessura de 0,4 mm. Esse aparelho de pesca é também conhecido em algumas regiões como tresmalho.

O arrasto de praia é direcionado para a captura de cardumes de pequenos peixes que se distribuem próximo à costa. As espécies mais capturadas em Anchieta são: tainhas, linguado, a corvina e a caratinga. Normalmente a rede é lançada nas primeiras horas do dia e puxada ainda bem cedo, por ser uma atividade rápida e dinâmica. Esta modalidade de pesca é muito comum nas praias de Ubu e Parati, área de influência direta dos empreendimentos em Anchieta.

A rede de arrasto de fundo é usada na pesca do camarão em fundos lamosos, tracionada por embarcação motorizada. É confeccionada em nylon, com três partes distintas: corpo, asas e saco. Para a abertura da boca são usadas, em cada lado, estruturas chamadas portas, que fazem com que as asas se mantenham abertas durante o deslocamento da embarcação. As portas são auxiliadas por um tangone de aproximadamente 8 m de comprimento, localizado sobre o convés da embarcação (**Figura 5.4.9.8.2-7**).

Dependendo das condições e da potência da embarcação, o arrasto pode ser simples ou duplo. Na região de Anchieta, o arrasto simples é mais comum e essa modalidade de pesca é também conhecida como rede de arrasto, rede balão ou rede de puxada.



Figura 5.4.9.8.2-1: *Embarcações que pescam com redes de arrasto de fundo para a captura de camarão (Fonte: Juarez Coelho Barroso)*

O comprimento da rede é em média, de 15m, com a boca medindo cerca de 3 m de diâmetro. Duas bóias com 15 cm de diâmetro estão dispostas na tralha superior e 50 chumbadas na tralha inferior. Esta pesca é efetuada de noite ou na madrugada e cada arrasto dura aproximadamente duas horas. São feitos em média três arrastos por noite, com intervalos durante cada atividade.

Essa pescaria é conhecida de “ir e vir” porque, geralmente os pescadores saem na madrugada e retornam próximo ao meio dia. Essa modalidade de pesca é caracterizada pela grande quantidade de fauna acompanhante que vem na rede. Com isso, depois cada arrasto, a rede é puxada para o barco e o saco é aberto para a triagem do camarão, porque junto com ele vêm também diversas espécies de peixes, chamadas na região de Anchieta de “mistura”. Essa fauna acompanhante pode ser utilizada como isca em outras pescarias.

c) Rede de arrasto de superfície

Este petrecho de pesca é pouco expressivo nas localidades de Guarapari, Anchieta e Piúma. Geralmente de maiores dimensões que as redes de arrasto pelo fundo, elaborada e armada para trabalhar na coluna d'água, perto da superfície. A seção anterior (asas e primeiros malheiros) é normalmente de grande malhagem ou formadas unicamente por cabos que conduzem os cardumes para o interior da rede.

O controle da profundidade a que a rede se encontra é efetuado por uma ecosonda colocada no cabo de pana. São redes normalmente compostas por 4 faces, ou mais, e rebocadas por uma ou duas embarcações com portas ou em parelha, respectivamente. O aumento das dimensões da rede deve-se à possibilidade de utilizar grandes malhagens, que chegam a atingir 30 metros ou mais, devido ao comportamento particular das espécies pelágicas, as quais, ao contrário das espécies mais ligadas ao fundo, são sensíveis à aproximação de um obstáculo, procurando afastar-se e não ultrapassá-lo. Nas regiões estudadas, não foi observada a atividade desse tipo de pescaria sendo realizado por duas embarcações.

d) Rede de espera de superfície e de fundo

Diversos tipos de rede de espera são encontrados nas pescarias artesanais de peixes na costa de Guarapari, Anchieta e Piúma. São redes que ficam verticalmente na coluna d'água onde o peixe é emalhado, podendo ser de deriva (opera ao sabor das correntes) ou fixa por meio de garatéias.

Possuem forma retangular e são confeccionadas em nylon monofilamento, variando entre 0,2 e 1,0 mm de espessura, ou multifilamento, variando de 1,5 a 2,5 mm de diâmetro, com malhas inteiras variando de 40 a 280 mm, dependendo da espécie a ser capturada (corvina, pescada, chicharro, serra, garajuba, cações etc), profundidade da pescaria e velocidade da corrente.

Além das diferenças observadas no número da linha usada na confecção da rede, comprimento e altura da panagem e largura das malhas, as redes de espera também diferem entre si quanto ao uso ou não de bóias de localização e de garatéias. O tipo e a quantidade de bóias usadas dependem do tamanho da rede, da profundidade em que são lançadas e da flutuabilidade desejada pelo pescador. São usados dois tipos de bóia: a de isopor, ou bóia branca como é conhecida, e a coral, ou bóia vermelha, não muito aceita por aqueles que pescam em maiores profundidades porque elas sofrem deformações quando estão sob pressão. A quantidade de chumbadas também varia entre as redes, conforme seu comprimento, local da pescaria e posição em que a rede fica na coluna d'água.

As redes podem ser de superfície, meia água ou de fundo. Redes que atuam em águas profundas ou em locais onde a correnteza é intensa devem ser mais pesadas, para alcançarem a profundidade desejada ou para não serem arrastadas pelas correntes. Para manter a rede aberta, os pescadores costumam usar uma vara, com comprimento e diâmetro em torno de 1,20 m e 3 cm, respectivamente.

Essas redes recebem várias denominações em função da espécie capturada ou tamanho da malha, mas todas obedecem ao mesmo padrão descrito anteriormente (**Figura 5.4.9.8.2-2**).



Figura 5.4.9.8.2-2: Rede de espera utilizada nas pescarias de Guarapari, Anchieta e Piuma (Fonte: Juarez Coelho Barroso)

As redes são postas geralmente à tarde e permanecem na água durante toda a noite, sendo recolhidas na manhã seguinte. O lançamento das redes é feito por dois pescadores localizados na proa, a boreste da embarcação, estando a mesma com velocidade reduzida ou ao sabor das correntes. O tempo necessário para a operação de lançamento é de cerca de 30 minutos, enquanto que o recolhimento requer de uma a duas horas.

As redes de espera são operadas em espinhel (conjunto de redes presas entre si) ou lançadas individualmente. Nas pescarias de peixes de pequeno porte

é usado um único espinhel, constituído por todas as redes transportadas. Quando o vento é mais intenso essas redes são dispostas duas a duas.

Dependendo da distância da costa, o pescador pode optar por deixar a rede por mais tempo na água, indo verificar a rede toda manhã e final de tarde em canoas a remo para saber se houve capturas. De acordo com os pescadores, quanto maior a permanência da rede dentro d'água maior é a fixação de algas, dificultando sua limpeza.

Em geral, não se utiliza isca nas pescarias com rede de espera, pois, de acordo com os pescadores, esta atrai predadores que comem e/ou danificam o peixe capturado e rasgam as redes.

e) Caçoeira

Rede de espera de fundo para a captura de lagostas, utilizada pelas embarcações motorizadas na região de estudo. As embarcações utilizam redes confeccionadas com nylon multifilamento 210/12 ou 210/18, com 1,5 m de altura, constituída entre 13 e 15 malhas, medindo cada malha estirada 130 mm. O equilíbrio é conseguido com a utilização de uma média de 35 bóias de 21g de flutuação, na tralha superior e, aproximadamente, 3 kg de chumbo na tralha inferior. Em cada rede são colocados cinco calões (pedaço de madeira de 1,20m de comprimento por 30 mm de diâmetro) que são fixadas na tralha inferior e superior da rede.

As redes podem permanecer imersas por períodos de dois a quatro dias e diversos peixes demersais também podem ser capturados (fauna acompanhante). Este aparelho de pesca é posicionado junto ao fundo e uma das suas

extremidades é fixa ao substrato por garatéias. Desta forma, toda sua extensão pode ser “arrastada” sobre o substrato, de acordo com a movimentação das correntes marinhas. São ainda utilizadas cabeças de peixe como iscas, que presas à rede para atrair as lagostas.

Este tipo de pesca é considerado altamente predatório, pois captura juvenis e praticamente toda a fauna e flora do substrato. Atualmente está proibida pelo IBAMA, que estimula o uso do Manzuá (covo). A caçoeira é também conhecida como rede de espera para lagostas ou simplesmente de rede de lagosta.

f) Tarrafa

Rede de encobrir que se abre quando lançada (formando um círculo) e se fecha naturalmente quando recolhida. Este aparelho de pesca é confeccionado por linhas de poliamida com 0,5 mm de espessura e malha de 2 cm entre os nós, com uma corda fina fixada no centro da rede e inúmeras chumbadas de 10 a 50 g presas na extremidade de fora da circunferência. O tamanho da rede pode variar de 2 a 5 metros de diâmetro, sendo uma arte de pesca individual, onde o pescador precisa saber a técnica correta de se lançar a rede de modo a cair toda aberta na água.

Com o peso do chumbo ou da corrente, a rede desce pela coluna d'água aprisionando os peixes no fundo. A rede tem que ser puxada rápido para que se feche e retenha os peixes. A pescaria é realizada com ou sem apoio de pequenas embarcações, haja vista ser mais apropriada para águas rasas. É usada nas margens dos estuários e/ou no mar e é uma atividade muito comum na área de

influência dos empreendimentos de Anchieta. As espécies de peixes capturados são o robalo, carapeba, bagre e tainha.

5.4.9.8.3 Pesca com armadilha

a) Covo (manzuá)

O covo é o aparelho de pesca permitido pelo IBAMA para a captura de lagosta no Brasil. É uma armadilha fixa, com armação de madeira (marmeleiro ou mangue), as bases são de formato hexagonal irregular (retângulo + trapézio), e armação retangular, revestida de arame galvanizado nº 18 ou poliamida monofilamento de 1 ou 1,20 mm. com malhas quadradas que medem 50 mm de lado (**Figura 5.4.9.8.3-1**). Na parte anterior existe uma abertura ou sanga, quadrada com 10 a 12 cm de lado, confeccionada com poliamida trançado.



Figura 5.4.9.8.3-1: Manzuá utilizado na pesca da lagosta
(Fonte: Juarez Coelho Barroso)

Os manzuás são operados na forma de espinhel, um conjunto de manzuás presos por alças a um cabo guia multifilamento torcido de polietileno, composto por, em média, 15 unidades espaçadas entre 15 braças (1 braça = 1,83 m), denominadas “fila de manzuás”.

A fixação do espinhel de manzuá no substrato se dá por garatéias de ferro e pedras comuns ou de cimento armado que podem alcançar até 15 kg cada, amarradas respectivamente na parte anterior e posterior do espinhel.

A sinalização dos manzuás é feita por uma bóia com bandeira, que é presa à extremidade do espinhel lançado ao mar, por um cabo de polietileno multifilamento torcido (puxadeira) e por uma bóia de isopor presa ao espinhel pelo mesmo tipo de cabo, na primeira porção a ser lançada ao mar, esta última estrutura denominada bóia do arinco. Além destas bóias para sinalização, são presas duas bóias de tamanhos menores a estas estruturas, para que assim seja possível realizar o recolhimento do espinhel de manzuás com o uso de uma garatéia de menor tamanho.

Os espinhéis de manzuás são lançados ao mar por dois pescadores localizados a boreste da embarcação. Geralmente a operação de lançamento dos manzuás ocorre durante o dia, permanecendo submersos na água durante toda a noite, devido ao hábito noturno das lagostas. O recolhimento dos manzuás ocorre no início do amanhecer, quando a embarcação se dirige para a localização dos espinhéis, esta operação ocorrendo durante o dia. Durante este procedimento os tripulantes recolhem os manzuás, colocando-os sobre o convés e, em seguida, retirando as lagostas e a sujeira presa (algas e pedaços de cascalhos presos na malha). A principal isca utilizada é a cabeça de peixe.

b) Mergulho livre com bicheiro

Pescarias realizadas com bicheiro e utensílios esportivos de mergulho, para captura de lagostas, polvo e diversos peixes. Geralmente os pescadores se equipam com máscara, nadadeiras e “snorkel” e descem ao fundo do mar a uma profundidade de aproximadamente 5m. As pescarias duram em torno de 5 horas e os pescadores se deslocam até os cabeços próximos à costa através de suas embarcações.

c) Coleta de caranguejo

A cata de caranguejo em Anchieta ocorre na região do manguezal do Rio Benevente. As espécies que são comercialmente capturadas são o caranguejo uçá (*Ucides cordatus*) e o guaíamum (*Cardisoma Guaiumi*) (Figura 8.10-10). Na região existe uma associação dos catadores de caranguejo, que tenta lutar pelos problemas e as dificuldades para exercer a atividade, com o objetivo de melhoria das condições de trabalho. Muitos catadores trabalham sozinhos, mas outros incluem na atividade suas mulheres e filhos na tentativa de aumentar a renda familiar.



Figura 5.4.9.8.3-2: *Espécies de caranguejo capturados no Rio Benevente. A) caranguejo uçá (Ucides cordatus); B) guaiamum (Cardisoma guaiumi) (Fonte: Juarez Coelho Barroso)*

Para a cata do guaiamum, caranguejo mais terrestre, são usadas latas colocadas em suas tocas. Estes, ao saírem, entram na lata e não conseguem mais sair, sendo assim capturados. Esta modalidade de pesca é também conhecida como “ratoeira”. Para a cata do caranguejo uçá, espécie mais capturada na região, foram observados duas formas de captura, o braceamento e a ratoeira.

O “braceamento” ocorre durante as marés baixas, com os catadores introduzindo o braço nas galerias para retirar os caranguejos após imobilizá-los. É uma técnica que exige muita habilidade do catador, esforço físico e contato direto com a lama (**Figura 5.4.9.8.3-3**).



Figura 5.4.9.8.3-3: Método de captura do caranguejo uçá, denominado “braceamento”
(Fonte: Juarez Coelho Barroso)

A “ratoeira” consiste em uma armadilha construída com lata de óleo ou similares, onde uma das tampas é retirada, reforçada com pedaços de madeira em cruz, e novamente fixada à lata com auxílio de pregos e de um pedaço de borracha, que funciona como dobradiça, após a colocação de folhas como iscas são colocadas nas bordas das tocas dos caranguejos (**Figura 5.4.9.8.3-4**)

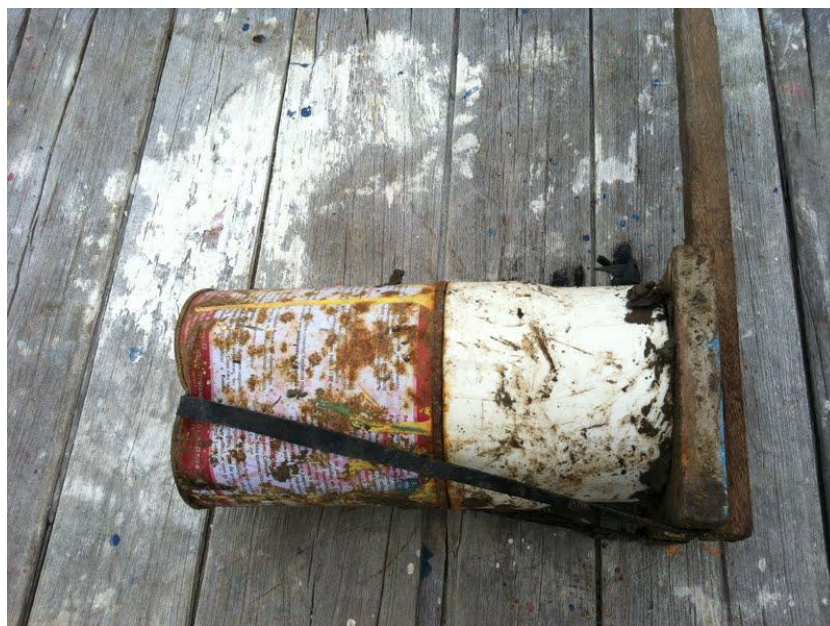


Figura 5.4.9.8.3-4: Armadilha utilizada na captura do caranguejo uca e do guaiamum, denominada “ratoeira” (Fonte: Juarez Coelho Barroso)

Quanto ao ciclo de vida do caranguejo uçá (*Ucides cordatus*), Alves e Nishida (2002), descreveram em três principais fases: a ecdise (muda), o acasalamento (andada) e a desova.

Para que o crescimento dos crustáceos ocorra é necessário que seu exoesqueleto rígido seja trocado periodicamente, sendo essa fase denominada de ecdise (muda). A liberação da “casca” ou carapaça ocorre de forma fragmentada ou íntegra. Antes da muda (pré-muda) a “casca” do caranguejo uçá apresenta uma coloração ferruginosa ou marrom escuro, nesse período o caranguejo utiliza os recursos disponíveis na antiga carapaça. Nesse período os órgãos internos apresentam coloração branco-leitosa, sendo por isso denominado pelos catadores de “caranguejo de leite”. Após sofrer a muda, a carapaça do animal apresenta-se mole, ocorrendo ingestão de água para aumentar o volume corporal

até enrijecer a nova carapaça pela deposição de cálcio e magnésio existentes na água (PINHEIRO; FISCARELLI, HATTORI, 2000).

No período do acasalamento os indivíduos saem de suas tocas e ficam andando pelos mangues em busca de um parceiro sexual, ocorrendo disputa entre os machos pelas fêmeas. Esse comportamento populacional de saída das tocas transmite a impressão que os caranguejo são mais abundantes do que em outras épocas do ano. Ao longo do litoral brasileiro, essa fase também é conhecida como “andada”, “carnaval” ou “corrida”. Os machos apresentam-se com o corpo todo coberto por uma espuma branca, provavelmente contendo feromônio de atração sexual. Este evento ocorre geralmente durante alguns dias depois da lua cheia.

Após o acasalamento, as fêmeas ovígeras apresentam o abdômen levemente abertos, devido seus ovos estarem aderidos às cerdas dos apêndices abdominais, onde estes formam uma massa de aspecto similar a uma “esponja”. As fêmeas, quando estão com seus ovos próximos a eclosão, saem das galerias e vão para a margem dos rios e córregos do mangue para liberarem suas larvas.

No município de Anchieta os catadores de caranguejos são em geral do sexo masculino com, em média, 23 anos de experiência. De acordo com eles, o caranguejo uçá é o mais capturado por ser mais abundante e o método do “braceamento” é o mais comum na região, sendo a “ratoeira” utilizada por poucos catadores.

Os catadores consideram que houve degradação do mangue e queda na quantidade de caranguejo e que os fatores que contribuíram para isso foram o

excesso de poluição no mangue e a cata indiscriminada no período de reprodução, respectivamente.

A atividade na região é exercida em média 20 dias por mês durante todo o ano e eles produzem em média 9 cordas (cada “corda” corresponde a um conjunto de 12 caranguejos amarrados entre si) por dia de pesca (**Figura 5.4.9.8.3-5**).



Figura 5.4.9.8.3-5: Catador preparando uma corda de caranguejo uçá (Fonte: Juarez Coelho Barroso)

O preço médio pago ao catador por dúzia de caranguejo é de 30 reais, saindo cada unidade por R\$ 2,50. O destino do caranguejo é quase sempre para atravessadores locais e são poucos os catadores que vendem direto para

restaurantes ou para consumidores finais, ou turistas. Esse fato torna o preço desse crustáceo cada vez mais caro para quem o consome.

d) Coleta de mariscos

A extração de mariscos é uma atividade muito antiga e permanece até hoje no município de Anchieta, sendo bastante comum na Praia do Além, que é uma área de influência direta da Base Portuária E&P no ES. Os atuantes nesta atividade são em geral do sexo feminino e são chamadas de marisqueiras, possuindo, em média, 22 anos de experiência na profissão.

A espécie de marisco mais comum e capturada na região é o sururu (*Perna perna*) e a atividade é realizada na praia através da cata no período de baixa-mar (**Figura 5.4.9.8.3-6**). De acordo com as marisqueiras da Praia do Além, a quantidade de sururu na praia vem diminuindo ao longo do tempo e isso ocorreu devido à poluição proveniente da empresa mineradora que atua na região (Samarco). Foi relatado também que o tamanho dos indivíduos coletados diminuiu bastante ao longo do tempo, fato esse que prejudica a venda do marisco e reduz a renda mensal de quem tira o sustento desta atividade.

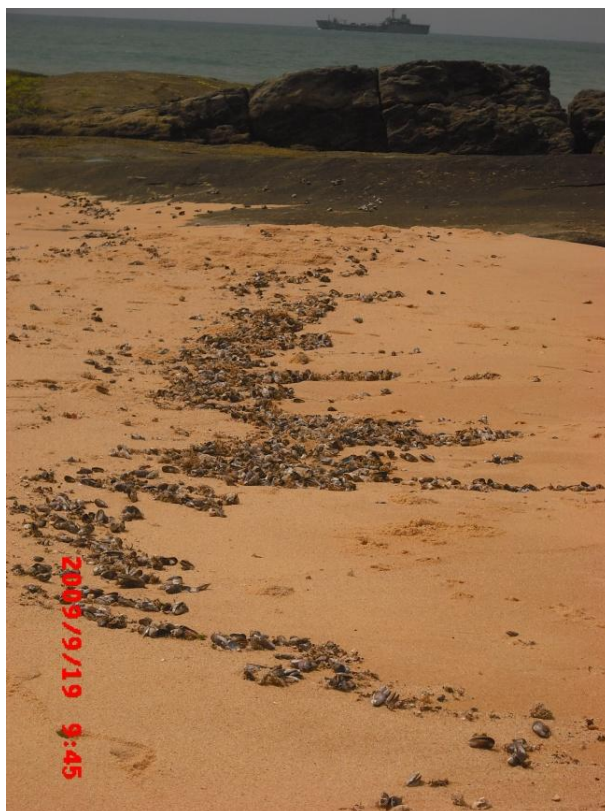


Figura 5.4.9.8.3-6: *Mariscos da espécie sururu (Pema pema) coletados na baixa mar na Praia do Além, Anchieta (Fonte: Adilson Ramos Neves, “Russo”)*

A comunidade se sente bastante prejudicada, porque não conseguem mais produzir os mariscos como antigamente e informaram que há 20 anos, a coleta do sururu ocorria quase que diariamente e com a situação atual, apenas 3 vezes por semana, pois muitas vezes as marisqueiras saem para fazer a coleta e não encontram os mariscos na praia.

5.4.9.8.4 Embarcações

As embarcações que operam na pesca artesanal na costa do Estado do Espírito Santo permanecem no mar por períodos que vão de um dia, nas chamadas pecarias de “ir e vir”, até 30 dias nas pescarias de dormida. Na pesca de “ir e vir” os pescadores saem para o mar nas primeiras horas da manhã e retornam à tarde, enquanto que nas pescarias de dormida a duração da viagem é de, no mínimo, 15 horas.

A divisão dos tamanhos das embarcações seguiu o proposto pelo IBAMA. A frota pesqueira dos municípios estudados é constituída de: a) canoas e bateiras a remo, b) embarcações com convés pequeno, que variam no comprimento de 8,0 m para baixo, c) embarcações com convés médio, medindo entre 8,0 e 10,5 m, e de d) embarcações com convés grande, medindo entre 10,5 e 20 m (Tabela 8.10-2). Essas variações no tamanho e na estrutura das embarcações definem o tipo de pescado a ser capturado e as áreas de pesca em que atuam.

Tabela 5.4.9.8.4-1: Comprimento dos barcos e sua classificação de acordo com IBAMA

COMPRIMENTO EM METROS	CLASSIFICAÇÃO	SIGNIFICADO	Nº PESCADORES
-	CAN	Canoa	2
-	BAT	Bateira	2
< 8	BCP	Barco de convés pequeno	3
8 - 10,5	BCM	Barco de convés médio	5
10,5 - 20	BCG	Barco de convés grande	8

A seguir segue a descrição de alguns tipos de embarcações que atuam nos municípios de Guarapari, Anchieta e Piúma.

a) *Canoa*

Embarcação movida a remo, sem convés ou com convés semifechado e sem casaria, possui quilha e é confeccionada com madeira de fundo chato ou não, com comprimento variável, sendo sempre menor que 8 m e em algumas regiões é vulgarmente conhecida como bateira, caíco, canoa de casco, batelão etc (**Figura 5.4.9.8.4-1**).



Figura 5.4.9.8.4-1: *Embarcação do tipo canoa utilizada na pesca do município de Anchieta – ES (Fonte: Danilo Madjarof Sertorio)*

b) *Bateira*

Embarcação movida a remo, não possui casaria, com convés fechado. Existem algumas bateiras que não têm convés, sendo semelhantes às canoas.

Possui quilha, entretanto o formato diferencia-se do bote a vela. Seu comprimento não ultrapassa 6 m (**Figura 5.4.9.8.4-2**).



Figura 5.4.9.8.4-2: Embarcações do tipo bateira utilizadas na pesca nas praias de Ubu e Parati, no município de Anchieta – ES (Fonte: Juarez Coelho Barroso)

c) Barco de convés pequeno

As embarcações que são muito comuns a este tipo de classificação são os arrastões de “peixe fresco”. Esta denominação é utilizada para referenciar os arrastões nos quais o pescado é mantido no porão em condições de peixe fresco. Deste modo, os arrastões de “peixe fresco” operam normalmente em águas não muito afastadas do local de desembarque. A maioria dos arrastões pequenos e alguns de porte médio não estão equipados com sistemas de refrigeração, mas muitos deles têm porão isolado e transportam gelo para conservar as capturas. São embarcações estruturadas para a captura do camarão sete barbas e o camarão rosa. São movidas a motor, com casco de madeira, convés fechado ou

semifechado, com ou sem casaria, de comprimento não ultrapassando 8 m, conhecida vulgarmente como barco motorizado de pequeno porte (**Figura 5.4.9.8.4-3**).



Figura 5.4.9.8.4-3: Barco de convés pequeno utilizado para a captura de camarões no município de Anchieta – ES (Fonte: Danilo Madjarof Sertorio)

d) Barco de convés médio

Estas embarcações normalmente usam redes de emalhar ou linhas e anzóis com isca ou engodo. Dependendo do método de pesca, das áreas onde operam e das espécies a capturar, encontram-se embarcações deste tipo distribuídas por diferentes classes de tamanhos. Possuem caixas para armazenar a isca (tina), convés com espaço suficiente para iscar os anzóis ou lançar as redes e um local adequado para preparar as linhas para o fundeio ou recolhimento das redes, que são as características essenciais destes tipos de embarcações. São embarcações movida a motor ou motor e vela, com casco de madeira, com casaria, convés

fechado, com comprimento variando de 8 a 10,5 m, conhecida vulgarmente como barco de médio porte ou bote a motor (**Figura 5.4.9.8.4-4**).



Figura 5.4.9.8.4-4: Barco de convés médio utilizado na pesca no município de Anchieta – ES (Fonte: Juarez Coelho Barroso)

e) *Barco de convés grande*

Essas embarcações são construídas com uma estrutura típica voltada aos recursos pelágicos, principalmente a pesca com linhas. Possuem o casco em madeira, com a casaria localizada na popa deixando a proa com maior espaço aos aparelhos utilizados para prática de pesca de linha e espinhéis. Seu comprimento varia de 10,5 a 20 m e possuem alta capacidade de carga e uma autonomia de mar de 30 dias de viagem, com alguns barcos indo além dessa capacidade devido à quantidade de tripulantes e rendimentos pesqueiros (**Figura 5.4.9.8.4-5**).

Barcos desta classificação possuem uma aparelhagem eletrônica de navegação e comunicação que auxilia na pesca tais como GPS, sonda e rádios VHF e PX, aumentando o poder de comunicação entre barcos numa área de pesca. O que facilita a troca de informações sobre cardumes e pesqueiros e mesmo sobre alterações do tempo.



Figura 5.4.9.8.4-5: Barco de convés grande utilizado na pesca no município de Anchieta – ES (Fonte: Juarez Coelho Barroso)

Os barcos que são motorizados dos municípios de Guarapari, Anchieta e Piúma, possuem uma potência de motor que variam de 1 a 250 HP e utilizam como equipamento de navegação o GPS, a bússola, a sonda e diferentes tipos de rádio para a comunicação. Os pescadores que comandam as embarcações são habilitados pela marinha como mestres e os que não comandam barcos possuem a carteira do tipo POP (Pescador profissional).

De acordo com o conhecimento prático dos pescadores, o clima da região e as leis vigentes, as embarcações passam um período fora de operação devido condições ruins de mar, que impossibilitam a navegação, reparo e manutenção das embarcações e épocas de defeso das espécies alvo. No entanto, existem pescadores que atuam em suas embarcações o ano todo, não respeitando o período do defeso e nem avaliando as condições de mar.

Os desembarques são realizados ao longo das praias, mas dentro do município de Anchieta existe um pequeno trapiche onde os peixes são desembarcados e vendidos para atravessadores, em sua grande maioria intermediários (peixarias e atacadistas), para o consumidor final, nas temporadas turísticas, para empresas de pesca e para cooperativas. A venda é sempre feita em locais afastados dos centros urbanos e o destino final do pescado é, na grande maioria, local e regional, sendo pouco vendido em âmbito nacional ou exportado. Praticamente inexistente a industrialização do pescado capturado.

5.4.9.9 Os Agentes do Estado

Neste estudo a investigação aprofundou-se junto aos representantes do Estado ligados exclusivamente a questão do pescador. Foram entrevistados os técnicos e autoridades ligados à Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca de Anchieta e Guarapari. Além disso, o Ministério Público também foi ouvido, no sentido de tutelar os agentes diretamente ligados as questões do pescador junto ao empreendimento.

O resultado mais expressivo neste nível de investigação foram as distintas formas de tratativa das questões ligadas à pesca. Como mencionado anteriormente, o desenvolvimento político institucional da pesca é recente. As secretarias, que historicamente cuidavam das questões do campo, ainda tateiam no desenvolvimento de um programa de políticas voltadas à questão da pesca. Todos os programas se encontram em fases muito iniciais de trabalho.

5.4.9.9.1 Secretaria Municipal da Agricultura e Pesca de Anchieta

A Secretaria Municipal da Agricultura e Pesca de Anchieta, assim como a estrutura municipal como um todo, preocupa-se com as questões estruturais que o município terá de enfrentar a partir da chegada de todos os empreendimentos que serão localizados no município. A Secretaria conta com agentes técnicos qualificados para as questões da agricultura e da pesca, atividade que recebe a atenção do município há pelo menos cinco anos, sendo clara a interação do agente público com as entidades de representação dos pescadores em Anchieta.

Este diálogo e sinergia desenvolvidos entre poder público e as comunidades pesqueiras – que acontece de forma sistemática e promissora – ocorre, porém, apenas com os pescadores ligados exclusivamente à Colônia de Pesca Z4. Tanto o técnico entrevistado quanto a Secretária Municipal de Agricultura e Pesca de Anchieta denotaram que existe certo desgaste na relação entre o poder executivo Municipal e a APUP (Associação dos Pescadores de Ubu e Parati), sendo esta a associação mais próxima à área de interferência direta do empreendimento portuário da Petrobras. Segundo a Secretária de Pesca, a Sra. Izabel Frade, as

relações entre o poder público e a associação de pescadores se complicaram quando a APUP “pressionou” o poder municipal para a assinatura de documentos que atestariam a ocorrência efetiva de um impacto ambiental que resultou no desaparecimento dos peixes das praias de Ubu e Parati, por conta de operações de dragagem da área portuária da Samarco realizadas na região em meados de 2005 ou 2006.

Apesar deste conflito, é possível verificar que existe uma preocupação no desenvolvimento da atividade pesqueira em Anchieta, embora severas dificuldades sejam encontradas pelos agentes públicos na criação e condução de políticas voltadas para o pescador. Dentre as iniciativas mencionadas pela secretaria estão os seguintes projetos:

- Beneficiamento para o cultivo de marisco
- Projeto Bijupirá (vide item 5.4.6.12.2)

“Minha visão hoje é que é muito importante [a pesca], principalmente quando está na safra. Quando esses barcos aí tão com boa pesca, com boa pescaria, corre um monte de dinheiro. O dinheiro corre e é bom pro comércio, é bom até pro município. Quando a pesca ta ruim, é complicado.”

Ex-pescador e técnico da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca de Anchieta

“Você sabe que quando chega o porto aqui vai diminuindo o espaço do pescador. Essa é a nossa preocupação muito grande com isso. Cada plataforma dessas que chega aqui são menos espaço para o pescador, que tem muito a perder e ninguém ta olhando pra esse lado.”

Ex-pescador e técnico da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca de Anchieta

“Foi formada uma comissão de acompanhamento das condicionantes ambientais, com a participação da sociedade civil, do poder público, da empresa e do órgão estadual de licenciamento, e nessa comissão o órgão estadual foi muito fraco no que diz respeito a exigir um pleno cumprimento do que estava sendo solicitado

nas condicionantes. Primeiro que as condicionantes já foram muito superficiais, elas já foram bastante superficiais perto do possível impacto que preconizava na hora do Estudo de Impacto. E aí depois que no cumprimento das condicionantes deu-se como cumpridas muitas questões que não estavam efetivamente cumpridas.”

Secretário, Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Anchieta

5.4.9.9.2 Secretaria Municipal da Agricultura e Pesca de Guarapari

Em Guarapari a condução das políticas voltadas à pesca apresentou-se de forma bastante distinta. O agente técnico e o Secretário Municipal pouco sabem sobre os empreendimentos e o quanto a comunidade de Meaípe (pertencente ao município) já sofre com a movimentação por conta dos empreendimentos na região. A prefeitura iniciou recentemente um processo de cadastramento de embarcações e pescadores, com prazo para o encerramento deste trabalho para daqui a três meses. A Secretaria pouco tem conhecimento sobre os empreendimentos que serão realizados na região, e o quanto as suas comunidades, assim como quais delas, podem ser afetadas. A composição deste quadro executivo é recente, circunstância esta que pode justificar tamanho desconhecimento.

“Nós iniciamos aqui um cadastro de embarcações, criamos um formulário, e tentamos sair a campo, mas o que faltou foi exatamente essa integração entre a gente da secretaria, a colônia de pescadores, as associações, e o próprio INCAPER, que é o órgão de assistência técnica que também dá assistência na área pesqueira.”

Gerente de Pesca, Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca de Guarapari

“Eu acho que um outro grupo de secretários foi convidado em alguns momentos a participar de debates e audiências, audiências públicas. Eu não me recordo de ter recebido de fato um convite específico pela Secretaria de Agricultura depois de ter assumido, que eu também assumi a Secretaria não tem tanto tempo assim. Pode ser que o secretário anterior tenha sido convidado a estar discutindo, a estar participando, mas depois que eu entrei eu realmente não fui convidado.”

Gerente de Pesca, Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca de Guarapari

“Quando a gente fala que aqui a pesca foi inserida na Secretaria de Agricultura em 2007, nós já estávamos aqui na Secretaria acostumados a lidar com quem? Com o agricultor, a gente sabia tudo. O que falta realmente na nossa estrutura são pessoas mais capacitadas e ligadas de fato ao setor da pesca.”

Gerente de Pesca, Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca de Guarapari

5.4.9.9.3 Secretaria Municipal de Serviços de Piúma

No município de Piúma a questão da pesca tem sido uma preocupação recente para as autoridades públicas. A Secretaria de Serviços engloba as atividades de Agricultura, Pesca e Artesanato do Campo e do Mar e, portanto, não há um órgão especificamente voltado para a discussão das questões pesqueiras. Não existe também um cadastro que informe o número de pescadores ou de embarcações, documento que começou a ser produzido em meados de 2010 e ainda não foi concluído.

Na visão do Secretário Jonaci Garcindo Xavier, o problema da pesca em Piúma, que vem se agravando devido à diminuição do volume de pescado, é consequência não somente dos empreendimentos realizados pela Petrobras e Samarco, mas também da pesca predatória e mal regulamentada que se exerceu durante muitos anos. Hoje a situação vem mudando devido à fiscalização por parte do IBAMA e da Marinha, que, no entanto, apresentam abordagens

agressivas no contato com os pescadores. Uma das reclamações mais freqüentes trazidas à Secretaria pelos pescadores é o fato de serem tratados como bandidos ao realizarem suas atividades, sendo abordados por agentes fortemente armados e truculentos. Segundo o Secretário, a legislação vem mudando drasticamente e dificultando o trabalho dos pescadores, que ainda não conseguiram se adaptar as novas exigências.

Com a chegada dos grandes empreendimentos a serem realizados em Anchieta e região, o Município de Piúma sofre com o crescimento da população de forma desordenada, pois o custo de vida mais barato atrai os trabalhadores e suas famílias, que em muitos casos acabam por fixar-se de forma definitiva. A infraestrutura atual do Município não tem condições de suprir as necessidades de toda esta população em crescimento e carece, portanto, de modernização. A perspectiva da Secretaria é que esta situação se agrave exponencialmente nos próximos anos.

Para o pescador, a diminuição do pescado atrelada a este postura truculenta por parte dos órgãos de fiscalização tem sido motivo para o afastamento da profissão. Os pescadores mais jovens têm continuamente migrado para empresas e estão à procura de cursos e especializações que possam auxiliá-los nestas novas carreiras, cursos estes que o município não tem condições de oferecer.

Em contrapartida, a antiga Escola de Pesca de Piuma, que oferecia o Ensino Fundamental juntamente com aprendizados da área da pesca, foi extinta em 2008 e reaberta em 2010 como a Escola Federal de Pesca, oferecendo agora o Segundo Grau e o Ensino Técnico, voltado para profissionalização. O problema que ocorre, no entanto, é que os habitantes do município possuem poucas

condições de competir com os concorrentes de todo o País, devido à precariedade do ensino de base que é fornecido nas escolas da região.

“Antes, a gente não tinha nada, a demanda era muito grande e a gente não tinha material nenhum. Em julho do ano passado, chegou o maquinário pra gente, a gente deu uma priorizada na agricultura, que ‘tava’ muito defasada e esse ano a gente começa a priorizar o setor da pesca. Durante muito tempo, a colônia ficou meio que fechada; mudou a gestão lá; o antigo diretor faleceu e as pessoas entenderam a necessidade de ter um órgão em conjunto.”

Secretário, Secretaria de Serviços de Piúma

“Muitos falam: ‘Ah, a Petrobrás foi quem espantou os peixes’. A gente sabe que é um pouco de verdade, mas não é totalmente verdadeiro isso, né? Provavelmente ela deve espantar mesmo, mas extinguir eu acho difícil. Não posso confirmar com certeza porque eu não sou dessa área, né? Mas eu acho difícil.”

Secretário, Secretaria de Serviços de Piuma

“Na realidade, a gente absorve todo o pessoal que vai trabalhar na Samarco; 70% dos funcionários de fora que vêm pra trabalhar lá, mesmo porque o aluguel é mais barato.”

Secretário, Secretaria de Serviços de Piuma

“[A Escola de Pesca] trabalha com o pescador e trabalhava com o filho do pescador. Ela dava o Ensino Fundamental de quinta à oitava série, e a criança aprendia a área da pesca: construção naval, aprendia a manusear um barco, carta náutica, eles aprendiam isso. Qual o problema que acontecia? O indivíduo saía da escola de pesca e ia pra uma escola comum, de Segundo Grau. Ou ele terminava a oitava série e ia pescar ou ele terminava e ia pra uma escola comum.”

Secretário, Secretaria de Serviços de Piuma

“Você imagina que a gente tem um instituto federal dentro do município e não tem um aluno do município estudando. Então, vamos tomar vergonha, melhorar o ensino de quinta à oitava série pra poder colocar nossos alunos. Está forçando a gente também a aumentar o grau de dificuldade ou de facilidade para os nossos alunos fazerem o curso.”

Secretário, Secretaria de Serviços de Piuma

5.4.9.9.4 Ministério Público

Junto ao Ministério Público foi realizada uma entrevista com o coordenador das questões ambientais e do diálogo entre as empresas responsáveis pelos empreendimentos e a sociedade civil organizada. O Ministério Público tem atuado como um mediador entre as comunidades e as empresas. No que tange à construção do terminal portuário, que já está envolvido em ações judiciais ainda em andamento, a posição do Ministério Público foi pragmática: somente com a realização de estudos sociais com os pescadores, demais profissionais envolvidos com a pesca e suas famílias é que o Ministério Público poderá se pronunciar em relação ao tipo de compensação que deverá ser apresentada nas discussões envolvendo empresas e pescadores.

O Ministério Público tem ainda se colocado como um agente de mediação e diálogo entre as empresas envolvidas e a sociedade civil. A iniciativa leva o nome de Fórum de Ubu, onde, numa câmara de representação, um reduzido número de pessoas periodicamente se encontra para discutir ou levantar questionamentos referentes aos empreendimentos na região. Funcionando em caráter informal, em um espaço cedido ao Ministério Público pela Câmara dos Vereadores, o Fórum é

aberto ao público e permite que qualquer munícipe, ligado a associações ou não, faça seus questionamentos e obtenha resposta das empresas.

Além do Fórum, a posição defendida pelo Ministério Público é de que algumas lideranças consideradas mais radicais e combativas devem se desarmar e conversar com as empresas. Segundo agentes do Ministério Público, algumas discussões têm servido apenas para a troca de acusações e nenhuma ação efetiva.

“Eu conheço uma [ação judicial], movida lá pela associação dos pescadores e os reclamos deles com relação aos impactos lá. O que a gente necessita aprofundar mais é que nós, do Ministério Público, queremos um estudo bem minucioso da situação real desses pescadores e de suas famílias, e de quem exerce realmente as funções, e o estudo de qual o impacto que vai ser na vida deles, principalmente com a construção do terminal portuário. Então diante desse estudo é que a gente vai fazer um trabalho de compensação.”

Promotor de Justiça, Ministério Público

“Eu digo que isso é uma obrigação nossa, de promover isso aí, de chamar para o diálogo, ver realmente o que é possível, o que é necessário, e de aproximar as duas partes (empresas e população).”

Promotor de Justiça, Ministério Público

“Nós queremos respeitar aqueles que querem continuar na pesca, e nós temos que buscar uma solução pra isso. Por isso que se nós não tivermos um estudo minucioso disso, de quantidade, quantos são que querem continuar, quantos tem capacidade física de continuar, pois é uma atividade extremamente pesada, e a gente tentar, buscar ajuda das empresas, pra ver qual é a saída que nós vamos ter para essas pessoas. Como aqueles que não querem, os filhos de pescadores que a gente tem notícia, mas não tem onde esse dado completo, que querem procurar outra vida, porque realmente é penoso e a perspectiva do sujeito ter uma vida

confortável, remuneratória a altura é muito pequena. E a tendência é piorar, independente da instalação desse projeto. Como eu falei, a tendência, por esses fatores que a gente tem vivido e esses desastres todos ambientais, é de diminuição. E a pesca pra ela ser lucrativa ela tem que ser de forma industrial, ela sai dessa categoria.”

Promotor de Justiça, Ministério Público

5.4.9.10 ASSOCIATIVISMO

Tabela 5.4.9.10-1: Associações de Pescadores

ENTIDADE	ASSOCIADOS
Colônia de Pescadores Z4 - Marcilio Dias	830
Colônia de Pescadores Z3 - Almirante Noronha	2250
Colônia de Pescadores Z9 de Piuma	800
Associação de Pescadores de Ubu e Parati	219*
Associação dos Pescadores de Meaípe e Guaibura	50
Associação dos Catadores	50

Tabela 5.4.9.10-2: Número de embarcações

EMBARCAÇÕES	TOTAL	A REMO	A MOTOR	OUTRAS
Anchieta	102	0	102	NA
Colônia de Pescadores Z3 - Almirante Noronha	150	NI	NI	NI
Colônia de Pescadores Z9 de Piuma	100	NI	NI	NI
Associação dos Pescadores de Meaípe e Guaibura	21	10	5	6

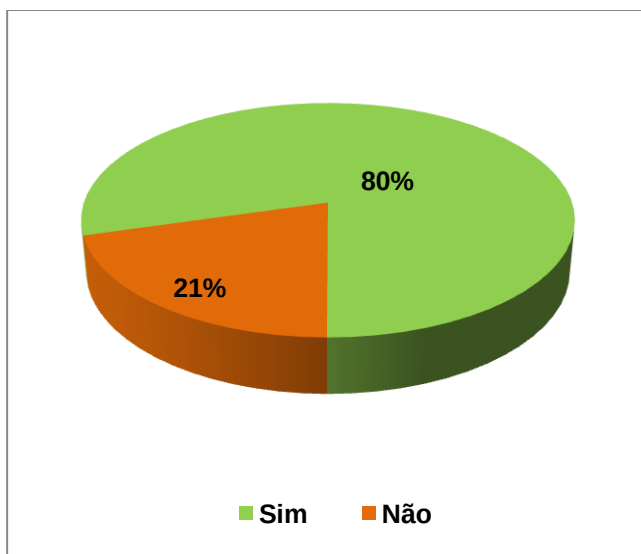


Figura 5.4.9.10-1: Nível de associativismo

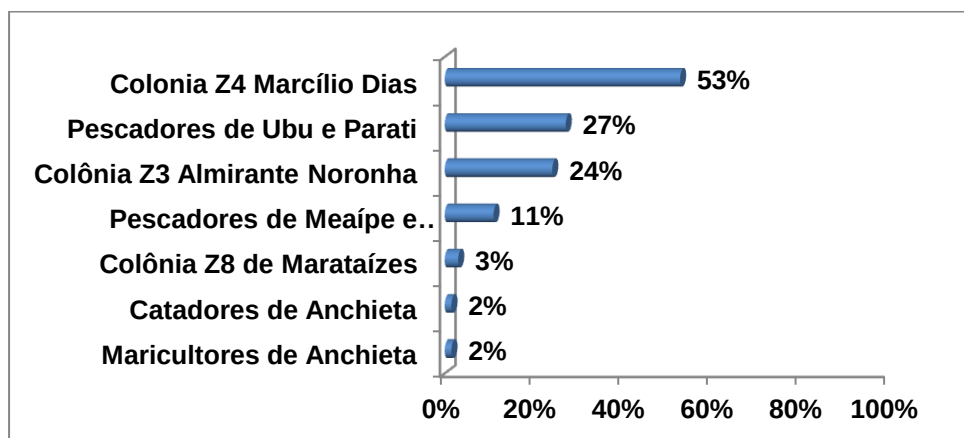


Figura 5.4.9.10-2: Entidades filiadas

5.4.9.10.1 As Colônias de Pesca e Associações

As Colônias de Pesca são as entidades de classe reconhecidas pela Lei nº 11.699, de 2008, responsáveis por representar e defender os interesses dos pescadores, marisqueiros, catadores e artesãos (construtores de pequenas embarcações), denominados pescadores artesanais. São associações de caráter corporativo que prestam assessoria e apoio ao pescador tradicional no sentido

de lhe garantir a regularidade da atuação frente à legislação formal, assim como o acesso a direitos reconhecidos tais como o seguro defeso e outros.

As Colônias de Pesca tendem a congregar os pescadores e demais profissionais relacionados à atividade pesqueira com moradia ou ancoradouro em seu município de atuação. No caso de Anchieta, os pescadores e marisqueiras de Ubu e Parati, comunidade do município que possui associação própria (APUP), estão vinculados a Colônia Z3 de Guarapari. Em relação a esta associação, as origens desta separação são bastante controversas e não se explicam por simples questões territoriais. Segundo declarações do presidente da Colônia Z4, o Sr. Jaldemar, o motivo da filiação em Guarapari deve-se ao fato de as localidades terem pescadores de lagosta, que no Espírito Santo tem a pesca controlada, permitindo apenas que os pescadores que possuem autorização possam extrair o recurso. De outro lado, a presidente da Colônia Z3, a Sra. Marcilene (Pretinha) afirma que a migração dos pescadores de Ubu e Parati, deve-se ao fato de que o presidente da Associação dos Pescadores de Ubu e Parati (APUP), Sr. Adilson (Russo) fez um movimento para cadastrar não pescadores na colônia e assim conseguir a obtenção da carteira de pescador profissional, o que permite a obtenção do seguro defeso de forma irregular. Segundo as declarações do Sr. Adilson, a filiação à Z3 em Guarapari deve-se ao fato de que a gestão da colônia Z4 não estava empenhada em defender os interesses dos pescadores de Ubu e Parati, frente a construção, não somente do terminal portuário, mas também do gasoduto oceânico, já em operação e localizado na Praia do Além.

a) Colônia de Pescadores Z4 Marcílio Dias

A colônia de pesca Z4 em Anchieta conta hoje com cerca de 820 associados entre pescadores, marisqueiros e catadores. Além disso, existem cerca de 230 embarcações já cadastradas. A maior dificuldade encontrada neste trabalho foi encontrar cadastros sistematizados e disponíveis para consulta destas informações, tanto no que se refere à quantidade de pescadores, marisqueiros e catadores, assim como a quantidade exata de embarcações e suas qualificações quanto ao porte, autonomia e outras características que definem a quantidade de pescado extraído, a autonomia no mar e o quanto de recursos podem ser trazidos após um cruzeiro.



Figura 5.4.9.10.1-1: *Barcos ancorados na Colônia Z4 de Anchieta (Fonte: Danilo Madjarof Sertorio)*



Figura 5.4.9.10.1-2: Barcos ancorados na Colônia Z4 de Anchieta (Fonte: Danilo Madjarof Sertorio)

A Colônia Z4 e seus representantes demonstraram grande descontentamento, num primeiro momento, assim como, certa resistência em atender os pesquisadores. Sua principal alegação, no sentido de negar informações, é que tanto pescadores como a própria colônia e suas associações têm se colocado muito à disposição de diversas empresas, institutos e outras entidades que vem realizando os mais variados levantamentos, estudos, pesquisas e etc, e que não devolveram uma única informação ou resultado dos levantamentos até então produzidos.

A Colônia Z4 Marcílio Dias tem acompanhado boa parte dos levantamentos e estudos, pois diversos empreendimentos da região afetarão seus associados tanto como moradores como em áreas de extrativismo e cultivo de recursos. As entrevistas e conversas com os representantes apontam para o seguinte problema: tanto a população em geral como as lideranças das associações não tem idéia de quantos e quais são todos os empreendimentos em questão, e acabam por

confundir os processos e licenciamentos. Em relação ao terminal marítimo, existe uma confusão sistemática com a implantação da CSU, ou também com a UTG, ou ainda o Gasoduto oceânico.

Quanto à questão do terminal marítimo da Petrobras, a visão das lideranças é superficial. Segundo os interlocutores a construção do porto deverá afetar os pescadores de Ubu e Parati, entretanto o conhecimento sobre os reais impactos, no que tange à questão pesqueira, é colocado de forma muito superficial. O pouco envolvimento da Z4 nas questões de impacto da construção do porto é em parte explicado pelo baixo envolvimento e sinergia entre as associações de Parati e Ubú com a colônia Z4 e o pouco diálogo entre suas lideranças.

b) Colônia de Pescadores e Agricultores Z3 Almirante Noronha

Tabela 5.4.9.10.1-1: Informações da colônia Z3

ASSOCIADOS	2.250 entre pescadores, marisqueiros e catadores de caranguejo.
ABRANGÊNCIA	Guarapari, Anchieta, Vila Velha e Vitória.
EMBARCAÇÕES	Mais de 150, entre barcos costeiros e de alto mar. Preponderância de barcos de alto mar; pescadores mais velhos ficam mais próximos da costa.
TIPOS DE PESCA	Linha, espinhel, arrasto, covo.
PESCADOS	Dourado, robalo, camarão.

A entrevista com a direção da Colônia de Z3 Almirante Noronha, em Guarapari, demonstrou como principal resultado o baixo conhecimento sobre a construção do terminal marítimo da Petrobras e o impacto que este pode causar junto aos seus representados. Pode-se notar que existe uma grande resistência no diálogo com a liderança da APUP. A liderança da colônia acusa o principal

representante da associação de forjar o registro de falsos pescadores junto aos órgãos competentes com o único objetivo de se obter a documentação do Seguro Defeso.

Em relação às questões pertinentes aos pescadores de Meaípe a liderança da colônia indicou um de seus secretários e presidente da Associação de Pescadores de Meaípe e Guaibura para falar em nome dos pescadores possivelmente afetados pelo empreendimento.

“Eu já tive problemas aí, não assim direto com ele [Russo], mas com pescador querendo trazer um documento, e queria que eu fizesse, mas eu não vou fazer o documento de uma pessoa que eu não to vendo. A Colônia vai fazer o documento de pesca, no caso ela leva pra Vitória, então se eu for fazer o seu documento eu quero te ver. Ele queria trazer pra cá pra Colônia os documentos pra eu poder levar pra Vitória, ele pegava lá e eu preenchia aqui, e ele ganhava o dinheiro dele lá como associação. E sendo que ele como associação tem o direito de fazer. Eu falei pra ele que eu não ia ficar pegando o documento de pessoas que eu não vi, que eu não conheço, eu não sei quem é.”

Presidente da Colônia de pescadores e agricultores Z3 Almirante Noronha

“Pescaria aqui na costa ta precária. Devido à perfuração de petróleo, isso aí atrapalhou muito a pescaria por aqui. Na costa, o profundo não. Foi na época em que eles botaram aquela sonda pra medir, desde aquela época o peixe fugiu”.

Presidente da Colônia de pescadores e agricultores Z3 Almirante Noronha

c) *Colônia de Pesca Z9 de Piúma***Tabela 5.4.9.10.1-2: Informações da colônia Z9**

Fundação	25 de setembro de 1965.
Associados	Cerca de 800 entre pescadores e marisqueiras.
Embarcações	Cerca de 100 embarcações de pequeno porte, com até oito metros de comprimento, sendo a maioria motorizada.
Tipos de pesca	Principalmente rede de espera, rede de arrasto para camarão.
Pescados	Cação, bonito, chicharro, anchova, camarão.

A Colônia de Pesca Z9 de Piúma possui cerca de 800 pescadores associados, que se dividem entre as atividades de pesca marítima e a coleta de mariscos. Contabilizam-se por volta de 100 embarcações, com até oito metros de comprimento, sendo a maioria destas motorizadas, o que permite saídas de uma semana ou até 10 dias de duração. Não existe, no entanto, um cadastro atualizado destas informações.

Dentre as questões apontadas como pontos de interesse da Colônia e seus associados está o fato de que o volume de pescado extraído vem diminuindo nos últimos dez anos. Os pescadores atribuem este processo de escassez às operações de sondagem e perfuração realizadas para a construção das plataformas e portos próximos, assim como a passagem constante de embarcações de grande porte na região, que derramam óleo e outros produtos no oceano e afastam os peixes devido ao barulho e a perturbação que causam às águas. Esta situação é ainda mais agravada por conta do tipo de pesca realizada nesta área. A técnica da rede de espera, a mais popular dentre os pescadores da região, é extremamente prejudicada pela passagem de embarcações, que não

conseguem avistar as redes em suas rotas e acabam por levar embora toda a produção de pescado, assim como as redes em si, o que acarreta um grande prejuízo para os pescadores.

O Município de Piúma encontra-se em meio a rota de conexão entre a capital Vitória e o Estado do Rio de Janeiro, sendo esta também a delimitação das áreas de pesca dos associados à Colônia. O fluxo diário de embarcações é, portanto, um agravante para as condições da atividade pesqueira e a implementação de novos portos e plataformas como a da Petrobras coloca-se como motivo de preocupação para os pescadores. Em relação aos empreendimentos, existe uma confusão para com as empresas proponentes de cada um dos projetos, mas o conhecimento geral sobre as mudanças que irão ocorrer na região é bastante claro para a Colônia de Piúma.

Outro problema apontado pelo presidente da Colônia é o assoreamento do canal de acesso ao cais público do município, que só pode ser alcançado em momentos de maré alta. Esta condição dificulta a mobilidade das embarcações pesqueiras, que precisam adequar suas atividades ao movimento das marés.

Todas estas questões têm resultado em um relativo abandono da atividade pesqueira por parte das gerações mais jovens, que já não consideram a profissão uma opção viável de sustento em um futuro próximo. Mesmo os pescadores mais velhos deixaram de incentivar os jovens a adentrar a profissão, aconselhando-os a procurar cursos e outras possibilidades de sustento.

Recentemente a questão das drogas passou também a ser uma preocupação para o município, principalmente entre os jovens, que estão em contato com a maconha, a cocaína e o crack. Devido a um custo de vida relativamente baixo em

comparação aos municípios de Anchieta e Guarapari, Piúma tem sido procurada para abrigar as grandes levadas de trabalhadores que se ocupam da construção dos empreendimentos na região, fazendo com que sua população periodicamente aumente de tamanho e entre em contato com diversos problemas sociais antes desconhecidos.

“Aqui é rota [de navios]. Fica entre Vitória e Rio de Janeiro, é muito navio que passa. Sem parar aqui.”

Presidente da Colônia de Pesca Z9 de Piuma

“É muita embarcação, e que joga óleo, eles falam aí. E a plataforma mesmo, né, perfuração, aqueles navios doidos passando pelo fundo, dando explosão pelo fundo. Aí diz que espantou um pouco do peixe da gente aqui da nossa costa.”

Presidente da Colônia de Pesca Z9 de Piuma

“[O cais] é já dentro do rio. Não é praia, não, tá? Já entra dentro da Boca da Barra, tem uma Boca da Barra que a gente fala aqui, né? Que inclusive está até assoreada, tentaram fazer de tudo. Aqui só entra dentro do rio mesmo, dentro do cais mesmo, quando o mar está todo “cheião” mesmo, maré alta, né, que a gente fala aqui.”

Presidente da Colônia de Pesca Z9 de Piuma

“Olha, a população no período de obras aqui, dobra né? Dobra por que vem muita gente de todo o Brasil, né? Muita gente de todo o Brasil pra cá e a cidade nossa aqui se torna a cidade dormitório, né? Aí fica muita gente. É muita pousada por aqui, muita pousada, muito hotel, aí fica todo mundo por aqui”.

Presidente da Colônia de Pesca Z9 de Piuma

“Queria mais algum apoio, de alguma empresa privada pra nós aqui também, né? Em torno de cursos e alguma coisa. E a nossa colônia aqui é uma colônia simples, mas tem um espaço muito bom, tem uma sala boa aqui pra qualquer tipo de curso que for dar, por alguma empresa assim. Se a gente tiver o apoio dessas empresas assim, seria uma boa opção pra nós.”

Presidente da Colônia de Pesca Z9 de Piuma

d) Associação de Pescadores de Parati e UBU (APUP)

Tabela 5.4.9.10-3: Informações da APUP

Fundação	12/06/2006 (registro). Funciona desde 15/11/2005.
Associados	219 entre pescadores e marisqueiras (mais homens do que mulheres, coisa de 123 homens).
Abrangência	Bairros de Ubu e Parati, em Anchieta.
Embarcações	30% possuem embarcação com motor, possibilidade de pesca oceânica. Outros 70% se dividem entre proprietários de pequenos barcos costeiros e pescadores sem embarcação própria.
Pescados	Robalo, anchova, xixarro, moiteira, tararaca, pescado, pescadinho, corvina, xaréu, sarda, peroá, pargo.

A Associação tem como foco de atuação representar e defender os interesses dos pescadores das praias de Ubu e Parati, no município de Anchieta. A inserção nestas comunidades foi a que apresentou maior dificuldade em todo o trabalho. Os pescadores encontravam-se instruídos por sua liderança a não concederem nenhum tipo de entrevista ou a fornecer dados a qualquer empresa ou pesquisador. A autorização só foi conseguida após uma conversa informal com a liderança.



Figura 5.4.9.10.1-3: Praia de Ubu (Fonte: Danilo Madjarof Sertorio)



Figura 5.4.9.10.1-4: Pescadores e ex- pescadores de Parati (Fonte: Danilo Madjarof Sertorio)

A Associação tem em seu histórico uma longa luta tanto com a Samarco quanto com a Petrobras. Uma série de debates e conciliações já foi realizada com a Associação, que hoje busca uma alternativa para a construção do terminal

marítimo da Petrobras. Dentre as reivindicações estão antigas cobranças, como a construção do Centro de Convivência de Ubu, promessa da Petrobras que não foi cumprida e é lembrada como anteriormente mencionada pelo Promotor Público. Além disso, a associação reivindica um posicionamento para o projeto Bijupirá e uma pensão vitalícia aos pescadores de Ubu e Parati, por conta da construção do terminal marítimo.

O principal foco da luta dos pescadores de Ubu e Parati é o fato de a construção da base Portuária da Petrobras estar localizada numa área de pesca conhecida como Baixa Grande. O local é referência na região por ser um berçário de peixes e a fonte de sustento de muitos pescadores. Segundo a associação, o terminal será construído em cima desta área, o que condenará a pesca de quase todos os pescadores de Ubu e Parati. Além dos problemas no mar, a Associação enfrenta outra demanda. Empresas ligadas à implantação dos empreendimentos costumam contratar pescadores para trabalhos temporários, com a falsa promessa de efetivação junto à empresa. Terminado o período de obras, os ex-pescadores, com o seu registro de pesca inativo, são dispensados e ficam em uma situação delicada. Sem o registro de pescador profissional o pescador não tem como dar entrada para receber os benefícios do seguro defeso, deixando sua condição econômica bastante prejudicada.

“Fizemos uma demanda à Petrobras e fomos discutindo com eles um ano em ressarcir os pescadores em R\$500,00 mensal Durante os quatro meses de operação que ela fez. Quer dizer, um ano depois, você veja bem. Eles pagaram esse dinheiro em janeiro de 2008, e aí entrou mais uma vez a plataforma de Itapuã pra fazer mais dezenove furos na mesma Praia do Alem e ficou seis meses na praia do além. Depois entrou a Vale, mais três meses também perfurando, e em 2007 a Samarco tinha feito uma dragagem, aí danou tudo, aí complicou tudo. Então nós entendemos o seguinte, não temos como preservar a área, da Samarco até o Pontal vai ficar ocupado pelas empresas.”

Presidente da Associação de Pescadores de Ubu e Parati (APUP)

“Nós temos uma proposta que os pescadores fizeram prevendo essa situação do marisco, que morreu tudo. E os pescadores fizeram uma proposta às empresas, Samarco, Vale e Petrobras, que compensassem no período do impacto e, se depois que tudo estiver construído, não houver condições de conciliar o pescador com a empresa, que se faça uma renda mensal pra eles. Para os que atuam aqui! Porque nós temos da seguinte maneira: nós temos pescadores, esses aqui da beirada, e esses aqui da beirada que vão lá pra fora também, que tem alternativa. Porque tem uns que tem alternativa e outros que não tem jeito, é aqui mesmo.”

Presidente da Associação de Pescadores de Ubu e Parati (APUP)

“Mas aí você ta vendo, aqui os pontos pesqueiros estão sendo destruídos, então os pescadores não tem como sobreviver não, aquilo ali é o ganhapão deles mensal. Todos os pescadores da Associação pescam ali na Baixa Grande, porque ali é o seguinte, o peixe ta lá e aí vai todo lá. Quando tem o peixe, aí dá pra abastecer todo mundo.”

Presidente da Associação de Pescadores de Ubu e Parati (APUP)

“No momento do impacto em que eles estiverem construindo o porto tem que existir uma compensação pros pescadores, senão eles vão ter problemas, vão viver de que? Conciliou, deu certo, acabou. Se eles pararem o barulho, nós temos produção, o peixe vem, o peixe vem vindo e chega e fica. Enquanto tiver barulho nós não temos produção, é esse impacto nosso que não pode ficar sem alguém ter que ressarcir.”

Presidente da Associação de Pescadores de Ubu e Parati (APUP)

“Eles cobraram muito também da Petrobras nessa reunião, nessa última que nós fizemos um Centro de Convivência que até hoje não foi feito. Eu acho que a empresa também tem os seus problemas, é uma empresa grande, mas é muito importante que a empresa tenha um departamento, pessoas designadas pessoalmente pra isso, pra perder a credibilidade. Ninguém é obrigado a tratar, mas tratou é obrigado a cumprir. Ela tem que analisar isso antes de dizer que vai fazer.”

Promotor de Justiça, Ministério Público

“A empresa oferece condições pra eles trabalharem, esse é um grande problema pra nós. Chama o pescador pra lá, aí o pescador vai, aquela influência de crescer dentro da empresa, três meses depois é mandado embora. Ai ele perde a pesca, ele perde o defeso, porque é suspensa a carteira de pesca, imediatamente ela é suspensa pelo governo federal, ai você tem que depois reativar tudo de novo, refazer tudo outra vez, formulário todo, a associação tem que correr atrás do Ministério da Pesca em Vitória. Isso vem acontecendo desde 2008 pra cá. São empreiteiras que entram pra Samarco, empreiteira que vem fazer a usina, empreiteira que vem fazer a solda, os dutos, e isso é uma calamidade pra nós. A promessa é de crescer dentro da empresa, aí o cara vai naquela influência e chega ao final não é nada disso.”

Presidente da Associação de Pescadores de Ubu e Parati (APUP)

e) Associação de Pescadores de Meaípe e Guaibura

Tabela 5.4.9.10.1-4: Informações da Associação de Pescadores de Meaípe e Guaibura

Associados	50 pescadores.
Abrangência	Bairros de Meaípe e Guaibura, em Guarapari.
Embarcações	21, das quais 4 não exercem atividade pesqueira. A maioria de pequeno porte, para pesca costeira, mas algumas podem chegar a 25, 30 milhas de distância da costa.
Pescados	Corvina, pescadinha, pescada, caçonete, lagosta, anchova, xixá, baiacu.

A associação atua principalmente junto aos conflitos gerados entre os pescadores de Meaípe e as áreas de fundeio do terminal portuário da Samarco. As áreas de fundeio concorrem diretamente com as áreas de pesca desta comunidade, que são abaladas devido ao intenso tráfego de navios de grande porte. Para completar, os pescadores de Meaípe, segundo o presidente da associação, são pressionados a não pescarem mais ao norte por conta da concorrência com os pescadores de Guarapari, e ao sul, junto à área conhecida com Baixa Grande, em Ubu, o conflito é com os pescadores de Ubú. Nessa última área, o presidente acusa os pescadores de Ubú de roubarem os petrechos e redes dos pescadores de Meaípe.



Figura 5.4.9.10.1-5: *Tralhas de pesca dos pescadores de Meaípe (Fonte: Danilo Madjarof Sertorio)*



Figura 5.4.9.10.1-6: Praia de Meaípe (Fonte: Danilo Madjarof Sertorio)

Pela avaliação Meaípe é uma comunidade que sofrerá ainda mais com o trânsito de navios, pois com o fim da pesca junto à Baixa Grande suas áreas de pesca ficarão bastante diminuídas.

“O local ali que é nosso de pescar de rede de fundo ali, local de pegar corvina, pescadinha, pescada, na época em que começa a agitar o mar, o peixe vai para aquela região porque é tudo lama aquilo ali, tem uma outra pedra ali, então o peixe vai pra ali. Os navios levam as redes da gente com a âncora, e a gente fica a ver navios. A gente não pode fazer nada.”

Presidente da Associação de Pescadores de Meaípe e Guaibura

“Um dia eu cheguei lá pra pegar a rede minha lá e tava um navio da Petrobrás em cima da rede. Ele ancorou de noite, coitado, também nem viu. O comandante não viu, vai ficar vigiando bóia desse tamanho? Não, ele ancora de noite e acorda em cima. Sem querer também, que eu acho que ninguém vai prejudicar ninguém, mas acontece. É porque isso aqui ta virando área de fundeio, a Marinha deu a área de fundeio aqui para os barcos, mas ela esqueceu que tinha uma comunidade que pescava.”

Presidente da Associação de Pescadores de Meaípe e Guaibura

“Na região da Samarco a gente trabalha, direto, aquela região é nossa ali. Trabalhava né, agora é assim: encosta dois navios, um do lado do outro, então a gente sabe que vai demorar três dias eles ali, a gente vai trabalhar lá. Vai sair navio, navio ta carregando, ta quase terminando a carga, arranca os aparelhos, traz de volta. Atraca navio, vamos lá de novo, porque dá pra trabalhar. Dentro do canal a gente não arma aparelho não, mas sim na direção que eles saem, que lá é alto mar.”

Presidente da Associação de Pescadores de Meaípe e Guaibura

“Aonde vão fazer o porto da Samarco e da Vale é área de pesca nossa. Ali é local de peixe. Já ouviu falar na Baixa de Ubú, a Baixa Grande? Ali é local de peixe. Ontem meu irmão foi lá com meu amigo Gilberto, é um local que você mata anchova, eles mataram quarenta e duas anchovas em dois dias. São locais de pesca da gente. Aí vem a Vale dois quilômetros dentro da água, proibido a tantos metros, e nós estamos excluídos. Vamos fazer o que? Ai o pescador vai assim mesmo, vai brigar, mas vai. Aí vem a Petrobras, no local da gente trabalhar, vai meter o porto, vai porque é o progresso. Ele não vê quem vai ser prejudicado.”

Presidente da Associação de Pescadores de Meaípe e Guaibura

“A gente pesca de Ubú até a divisa de Guarapari, a gente não ultrapassa esse limite porque os barcos são de pequeno porte, e se você largar um aparelho seu lá eles roubam, então você não pode largar. Quando a lagosta foi liberada pra pescar de covos, nós pescávamos só na área de Ubu. Lá tinha lagosta de montão. Mas a gente botava o covo, ai dois dias depois vinha procurar não tinha mais, roubavam. Ai a gente ficava, vamos ficar restrito só naquela área nossa, porque aqui todo mundo conhece todo mundo, ninguém vai mexer no que é da gente. Mas lá em Ubú eles roubam a aparelhagem da gente, então nós paramos de botar lá. Ficamos restritos a nossa área aqui, ao sul de Guarapari e ao norte de Ubu.”

Presidente da Associação de Pescadores de Meaípe e Guaibura

f) Associação de Catadores de Caranguejo (ACATA)

Tabela 5.4.9.10.1-5: Informações da ACATA

Fundação	<i>Jul/2009 (registro), funcionando desde 2002.</i>
Associados	<i>50 famílias.</i>
Pescados	<i>Caranguejo-sapo, guaiamum.</i>

A Associação de Catadores de Caranguejo conta hoje com cerca de 50 associados residentes em Anchieta, Guarapari e Piúma. Seu representante é o Sr. Jadir. A associação tem hoje um foco de luta muito concentrado nas compensações e acordos em torno da implantação da Companhia Siderúrgica de Ubu (CSU). Segundo a liderança, a implantação da usina trará os seguintes impactos à comunidade dos catadores:

- A captação da água no Rio Benevente, para consumo da usina, diminuirá consideravelmente a vazão do rio e prejudicará a conservação do mangue, o que aumentará ainda mais o problema de assoreamento do estuário;
- A instalação da planta removerá por completo a comunidade de Monteiro, que segundo a liderança é um bairro de remanescentes de indígenas (não reconhecidos pela FUNAI);
- Além de Monteiro, a Chapada do A, outro bairro próximo e também de origens indígenas, segundo o projeto original deveria ser removido para a construção da CSU, conseguirem que o projeto contemple a manutenção do bairro e a construção da usina ao lado da localidade.

A principal reivindicação da associação é uma aposentadoria vitalícia as famílias que serão diretamente afetadas com a instalação da Usina.

“E até então, os nossos manguezais são ‘um’ dos manguezais mais intactos, mais preservados do Estado. Até porque o manguezal fica pra cima da cidade, né? E o afluyente deságua abaixo do manguezal. Nós não temos muito problema com lixo, a não ser os que vêm lá de cima, de Jabaquara. Mas em questão dos outros lugares que nós temos aqui, São Mateus, Vitória, Conceição da Barra, e outros lugares por aí que sofrem. Guarapari já aconteceu muito avanço dentro do manguezal, que está exterminando realmente o manguezal através de lixão e também de moradia, né. Então, graças a Deus aqui, nós não temos esse problema ainda não.”

Presidente da Associação de Catadores de Caranguejo (ACATA)

“E o nosso medo aqui é que, com essa instalação dessas empresas por aí fora, pode... não, vai causar danos, vai exterminar o nosso manguezal. Principalmente se for uma firma do porte dessa siderúrgica que estão querendo colocar aqui. E a nossa bacia hidrográfica, ela não comporta uma vazão de água para uma siderúrgica dessa. Na época da vazão, você olha o rio aqui embaixo, ele é bem largo. Você vai em Jabaquara, ele dá em torno de 10 metros de largura. Quando está seco, no mínimo dela, ela chega em torno de 6 metros de largura.”

Presidente da Associação de Catadores de Caranguejo (ACATA)

“E aí então pra comportar água pra essas empresas, não tem como. Até porque se uma empresa dessa entrar aí dentro, nós vamos perder a nossa água potável. Vai acabar com a nossa água e vai destruir o nosso manguezal. Vai destruir a renda familiar das nossas famílias catadoras de caranguejo e também dos pescadores artesanais. Vai destruir tudo. E os nossos catadores, até então, não sofrem de tantos danos. Ainda tem dado um bom retorno devido ao nosso manguezal, que ele é um dos manguezais mais preservados.”

Presidente da Associação de Catadores de Caranguejo (ACATA)

“Lá no Ubú, foi colocado uma plataforma lá, aí eles vem com aquele negócio de aumento de renda, de empregos, não sei o que lá mais, coisa e tal, isso e aquilo. Só os benefícios, os malefícios ninguém fala. Aí eles depois começaram a fazer uma exploração da perfuração e começaram a espantar os pescadores. Chegou barco da marinha lá e, com os pescadores em torno, dizendo que se não saísse, iriam afundar os barcos dos pescadores. Quer dizer, antes disso, não havia

ninguém pra atrapalhar. Aí as pessoas acabam perdendo seu sustento, acabam perdendo seu espaço de trabalho e a sua renda familiar.”

Presidente da Associação de Catadores de Caranguejo (ACATA)

“Ela degradou toda a minha casa e outras casas vizinhas também no bairro que eu moro e não voltou pra reparar danos. E voltou lá com um laudo comprado por ela, dizendo que não causou. Eles colocaram um pátio de máquinas do lado da minha casa. Quando eles passavam assim, que a vibração, passava aquela vibração que as painéis de dentro das prateleiras caíam tudo. As lâmpadas, tinha vez que quebravam de tanta vibração. E eles passaram, chegaram lá com um laudo esses dias agora dizendo que não causou, as máquinas não ‘causou’ a vibração do solo.”

Presidente da Associação de Catadores de Caranguejo (ACATA)

“Aquela região todinha, aquilo é loteamento [em Ubu, próximo a estrada]. Todo bonito. Você sabe quantos anos tem aquilo? Tem muito tempo que ele tá pronto, o loteamento ali. Ninguém compra aquilo ali. Por quê? Por causa da poluição da Samarco. Ninguém. E nisso aqui, Anchieta vai se tornar desse mesmo jeito porque essa CSU, no mínimo, ela vai jogar 600 quilos por hora, vai jogar 14 mil e poucos toneladas por dia, entendeu? E 14 toneladas e pouco por dia e vai jogar 5 milhões e duzentos e cinquenta e seis toneladas por ano.”

Presidente da Associação de Catadores de Caranguejo (ACATA)

“Eu tenho um jornal lá em casa, que o jornal, o próprio jornal está dizendo ‘a grande chama’, né, ‘a gigante chama da Petrobrás assusta moradores de Anchieta’, entendeu? Da minha casa da pra ver ela. Acho que uns dois quilômetros, mais ou menos. A gente sente o mau-cheiro da coisa da chaminé. E a Chapada do A está sendo muito afetada e alguns ‘lugar’ aqui também.”

Presidente da Associação de Catadores de Caranguejo (ACATA)

“Por que se eu sou um catador, o meu trabalho é pra trazer o sustento pra família. Então, se eu perco o meu trabalho, então a minha família perdeu a sua renda familiar, perdeu o sustento, perdeu a sobrevivência. Perdeu muita coisa, entendeu?”

Presidente da Associação de Catadores de Caranguejo (ACATA)

“Façamos um projeto que essas empresas, aonde as pessoas que elas ‘causou’ o dano, sustentar todas essas pessoas. Que seja feito uma forma de pagamento, entendeu? Uma compensação mensal do que essas pessoas tiravam. E isso é pra um prazo indeterminado. Por quê? Eles, numa forma de fazer uma indenização, isso não funciona. Por quê? Porque se eles ‘chegar’ e ‘indenizar’ as pessoas que trabalham lá dentro, essa indenização vai acabar. E eles vão continuar degradando. As pessoas vão voltar a sofrer aquele grande impacto, né? Então nesses casos aí, teria que ser uma compensação mensal em cima daquela base daquilo que eles faziam mensalmente.”

Presidente da Associação de Catadores de Caranguejo (ACATA)

“E esse negócio de medida compensatória de, vamos supor assim, renda familiar, montar projetos assim pra dar, pra aumentar a renda, pra mim isso é conversa. E a área? Você vai criar peixe onde?”

Presidente da Associação de Catadores de Caranguejo (ACATA)

5.4.9.11 Relacionamento entre as instituições

O poder de articulação das associações de pescadores apresenta um quadro de fragilidade institucional. As trocas de acusações, o desinteresse de certas lideranças na união de reivindicações e as brigas históricas pelas áreas de pesca, além do isolamento histórico das comunidades desarticula significativamente o debate. Não existe uma linha comum de propostas que traga unidade ao debate, e muito menos uma comunidade pesqueira unificada.

Pode-se destacar, no entanto, que existe uma reivindicação em comum: a conquista de uma compensação financeira em forma de aposentadoria tanto para os pescadores de Ubú, Parati e Meaípe, como para os catadores e marisqueiros. As lideranças apresentam muita resistência em discutir projetos alternativos que possam efetivamente agir em benefício da comunidade.

“Eles não falam em alternativas de trabalho, de geração de renda, de postos de trabalho. Eles não falam nisso, eles falam o seguinte: que dado o impacto que está claro, que um ano o baiacu não apareceu, teve outro peixe também que não apareceu mais; então ele diz o seguinte, que após essa drenagem, após essa sondagem que houve aqui, com as explosões e a coisa toda lá embaixo, o peixe desapareceu, e que pra pegar alguma coisa eles têm que ir mais longe, ter mais esforço físico, e que não adianta sair pro mar aquele monte de barquinho que todo mundo volta com um pouquinho que não dá às vezes pra vender, só dá às vezes pra eles almoçarem, jantarem e etc.”

Secretária, Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca de Anchieta

“Teve um dia que ele [Russo] chegou a falar lá [no Fórum de Ubu]: ‘Nem que demore vinte anos pra receber, porque a Petrobras lá no Estado do Rio acabou perdendo a ação’. Mas já recorreu, então acho que não é por aí.”

Promotor de Justiça, Ministério Público

“Eles não querem para os jovens. Eles querem pra esse pessoal mais de idade, eles querem receber tipo um pecúlio. Assim, na medida em que ele vai recebendo e recebendo e aí ele morreu, acabou. Não é uma compensação, porque compensação é a Petrobras pode ir lá e construir um mercado de peixe lá, vai se construir um centro de convivência muito grande, tudo isso é compensação. Mas isso eles não querem, eles querem dinheiro para a sobrevivência deles, pagar escola dos filhos e etc. Então ele vê isso como um pecúlio. Aqui na cidade, se você falar da Ponta de Castelhanos pra cá, ninguém está preocupado com isso. Eles estão preocupados em melhorar a maricultura, eles querem o projeto Bijupirá, que está só dependendo da Petrobras.”

Secretária, Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca de Anchieta

“A colônia de pescadores nossa aqui da região, que é a Z4, ela não dava suporte aos pescadores aqui de Ubú e Parati por questões dos impactos gerados pela Samarco. A Samarco desde o momento em que ela entrou aqui ela já começou a criar um problema pra nós na pesca.”

Presidente da Associação de Pescadores de Ubú e Parati (APUP)

“Mas aí como que é lá a gente quase não se mete aqui. A gente quase não se mete porque a gente acha que a Colônia de Anchieta também tem que vir até as outras pra se reunir. Parece que vai ter um impacto bastante grande para os

pescadores de lá, dizem que lá a situação não vai ficar muito boa, não, depois que fizerem esse negócio aí que querem fazer. Eu acho que eles deveriam pedir ajudar, porque a maioria dos pescadores deles de lá tão filiados aqui.”

Presidente da Colônia de pescadores e agricultores Z3 Almirante Noronha

“No defeso, sim. A Colônia Z3 apóia melhor do que a Colônia Z4. Nós tivemos um grande problema com a Z4 que foi na questão das carteirinhas de pesca, entendeu? Ia pra lá no Ministério da Pesca e ficava lá anos e anos. Eu perdi três anos de defeso por causa da minha carteira! Ficou na mão deles da Z4, três anos eu sem poder ver o defeso e regularizar meu documento. Aí cheguei lá na Z3, falei com a menina, em quinze dias chegou a carteira. Três anos na Z4, e com quinze dias na Z3 chegou a carteira. Então a diferença era grande, por isso o pessoal começou a ir pra Z3, pra regularizar o documento e fazer o defeso da lagosta.”

Presidente da Associação de Pescadores de Ubú e Parati (APUP)

“Tem um lá que não precisa dizer o nome, correu atrás da empresa pra pegar uma indenização. Pegaram a indenização, de 140 mil reais pra dividir pra setenta pessoas. Dois mil pra cada um. Isso acabou? Depois foram atrás? O que acontece com a indenização? Nós já pagamos pelo nosso direito daqui. Quer dizer, eles continuam degradando. Por isso que eu falo ‘não’. Esse negócio de indenização, essas coisas não funcionam. Tem que ser uma medida compensatória. Tem que ser um projeto que dá uma medida compensatória mensal.”

Presidente da Associação de Catadores de Caranguejo (ACATA)

5.4.9.12 Investigações Complementares

5.4.9.12.1 Rio Benevente

Na caracterização de um estudo sobre a pesca é fundamental compreender as diversas formações naturais de região estudada. O rio Benevente ajuda a

formar a baía do Benevente e assim formar um estuário que, na atividade pesqueira, é considerado um berço para a reprodução de muitas espécies de animais marinhos e fluviais. Segundo relatos das lideranças, o rio e seu mangue são um dos mais preservados do Espírito Santo.



Figura 5.4.9.12.1-1: Estuário do Rio Benevente (Fonte: Danilo Madjarof Sertorio)



Figura 5.4.9.12.1-2: Estuário do Rio Benevente (Fonte: Danilo Madjarof Sertorio)

O rio está no cerne de um grande conflito entre os empreendimentos e a comunidade local, principalmente entre os catadores de caranguejo, que extraem do mangue sua subsistência. Além disso, as condições atuais do Benevente não preocupam apenas os catadores. O estuário sofre um processo de assoreamento por conta de transformações que o rio sofreu na década de 50. O rio mudou de curso e perdeu suas curvas naturais para facilitar a captação de água para irrigação de propriedades rurais rio acima. Em consequência dessa mudança, os sedimentos que antes se acumulavam nas curvas naturais do rio chegam agora com muita facilidade ao estuário, diminuindo significativamente a profundidade do rio.



Figura 5.4.9.12.1-3: Sinalização do trapiche de desembarque do Mercado Municipal de Peixes de Anchieta (dir.). Mercado Municipal de Peixes de Anchieta (esq.). (Fonte: Danilo Madjarof Sertorio)

A circulação de barcos no trapiche de desembarque do mercado municipal, do embarque de gelo e no cais da colônia está altamente comprometido. Com a maré baixa, as embarcações de maior porte não podem aportar. Esta situação não afeta apenas o desembarque do pescado, pois o turismo é a atividade

secundária mais citada pelos pescadores, que alugam seus barcos para passeios durante a temporada.

Segundo o Secretário de Meio Ambiente de Anchieta, o estuário do Benevente deverá passar por um processo de dragagem para atenuar o problema da navegação. Entretanto, o processo de dragagem vai gerar um novo passivo ambiental para a região: o destino dos sedimentos retirados do leito do rio e a iminente fuga das espécies marítimas que ali habitam.

“O estuário ta cada dia pior, a tendência é dragar mesmo. Aí o problema quando você vai fazer dragagem é pra onde você vai mandar o material dragado, você tem que ter bota fora de um material dragado em área em que a contaminação não seja crítica. Aí começa uma cadeia sucessiva de desconfortos. Até porque a arte de pesca vai ficar prejudicada, né, já não consegue mais passar ali determinado tamanho de embarcação ou em determinada hora quando a maré ta baixa.”

Secretário, Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Anchieta

“[O rio Benevente] está numa situação crítica em função das técnicas agrícolas e da falta de conhecimento de alternativas de melhorias de técnicas e práticas agrícolas. Então você tem um carreamento muito grande de solo pra dentro do rio, porque eles fazem estradas, as ausências de curva de nível, ausência de terraceamento, de caixa seca, isso não é comum na região. Então o rio é quem sofre, no final dos vales é ele quem ta recebendo toda essa carga.”

Secretário, Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Anchieta

“No caso da usina da CSU, no começo a gente se preocupou bastante com isso, o volume de água captado para a usina é elevado, mas ele não é a nossa maior preocupação no comitê, não, a nossa maior preocupação é a gente continuar matando o rio. A quantidade captada ainda continua dentro dos limites outorgáveis do rio, dentro da capacidade outorgada do rio. O que nos preocupa é a ausência de mata ciliar, é a ausência de reservas legais nas propriedades, que seriam efetivamente infiltradores das águas pra recompor os lençóis e os

mananciais subterrâneos, ou a morte das nascentes, muitas nascentes morrendo, muitos rios acabando, muitos contribuintes acabando. Essa preocupação nossa é muito maior, que a gente acha que se a gente conseguir trabalhar na reversão desse quadro, essa questão da captação da água ela passa a ser bastante secundária. Hoje nós estamos preocupados muito mais com o que a gente faz do que com o que a indústria talvez pudesse fazer.”

Secretário, Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Anchieta

“A Samarco tem um vertimento de água que vem do mineroduto, depois de tratada, decantada, ela vai pra lá. Certamente ela vai com alguns componentes que não seriam desejáveis, entretanto que são monitorados pelo órgão ambiental, pelo órgão estadual.”

Secretário, Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Anchieta

5.4.9.12.2 Projeto Bijupirá

O Projeto Bijupirá é uma iniciativa de cultivo em fazendas aquáticas da espécie de peixe que dá nome ao projeto. O desenvolvimento e manejo deste peixe são estudados e aprimorados em diversas universidades e outras entidades da costa brasileira. No município de Anchieta o projeto também está em pauta, embora pouco se saiba sobre o seu andamento.

A Petrobras pesquisou uma série de alternativas de renda para a região e um dos únicos projetos até então considerados viáveis economicamente é do Bijupirá. O projeto entrou como alternativa de compensação dos impactos gerados pelos futuros empreendimentos na região. Entretanto, tanto o Instituto Estadual do Meio Ambiente (IEMA) como a prefeitura defendem que este projeto ganhe o status de condicionante para qualquer construção da Petrobras.

Segundo a Secretaria de Pesca e Agricultura, será formalizado um convênio com a Prefeitura de Anchieta, a Colônia de Pesca Z4 e a Petrobras, em meados

de fevereiro de 2011. O projeto entrará em funcionamento em caráter experimental na região de Ubu e Parati com 15 famílias cuidando desta produção, com cerca de R\$1.000.000,00 para sua implementação.

De acordo com o presidente da Colônia de pescadores Z4, o projeto estaria em conflito por conta da posição radical da APUP. Por outro lado, a APUP afirma que este projeto foi abandonado. Segundo o presidente da Associação, o estudo foi realizado onde a Petrobras pretende instalar o terminal.

“Porque também a empresa, no caso aí a Samarco, que propôs isso aí [Projeto Bijupirá], não vai investir um dinheirão pra perder tudo. Se ela quer implantar a criação do Bijupirá é porque ela tem um estudo. Vai queimar dinheiro? E não vai ter o nome comprometido com um projeto fracassado.”

Promotor de Justiça, Ministério Público

“Aí que o pessoal já fez o seguinte, planejamos o projeto Bijupirá, desde 2006 viemos trabalhando prevendo a seguinte maneira, nós não vamos ter essa área pra pescar, então vamos aproveitar o projeto Bijupirá, porque aí a implantação dele é boa e a produção é muito boa, dá pra nós vivermos sem dúvida nenhuma. Trouxemos o pessoal da CEPEMAR aqui, eles fizeram pra gente apresentação do projeto, e corremos em cima da Samarco e Petrobras. Até hoje não temos resposta. O projeto é muito bom, mas não deram seguimento.”

Presidente da Associação de Pescadores de Ubu e Parati (APUP)

“Indenização em dinheiro não é a única solução, o problema é o seguinte: nós questionamos o Bijupirá desde 2006, pra que hoje tivéssemos com produção. Olha bem, 2006 nós tivemos problema, 2007 tivemos problema, 2008 problema, 2009 problema, 2010 problema, e eles não fizeram nada. Petrobras disse o seguinte: em 2007 tivemos a Ciranda Capixaba, projeto de uma peixaria, Centro de Apoio à Ubú e Parati, isso foi aprovado em agosto de 2007, nós fomos selecionados no meio de mil e tantos projetos. Mandou preparar o terreno, porque já íamos iniciar em dezembro. 2007. Até hoje não foi feito o convênio ainda, quanto mais iniciar a obra. Em 2008 ressarcir os pescadores e ganharmos o

Centro de Convivência, pra fazer aqui o que seria transformado na costura industrial para as esposas e filhos de pescadores por perder a área de pesca, a área do marisco. Até hoje não temos, em noventa dias era pra estar pronto. Nossos projetos que poderiam estar dando produção, não foram iniciados. Eles não fizeram nada pra que o pescador ganhasse com o que vai acontecer daqui a dois anos. Depois de dois anos eles falam em um projeto pra mais dois anos.”

Presidente da Associação de Pescadores de Ubu e Parati (APUP)

Consultada sobre o assunto, a Petrobras esclareceu que no decorrer dos anos de 2007 e 2008, por ocasião do desenvolvimento do projeto conceitual da Base Portuária do E&P no Espírito Santo, considerando a alternativa de sua localização na Praia do Além, em Ubu, município de Anchieta, houve a necessidade de levantamento de dados geotécnicos do local, por meio da realização das atividades de sondagem marítima, visando identificar a locação das estruturas da Ponte de Acesso e Porto. Naquela época, o processo visando o licenciamento ambiental do empreendimento havia sido formalizado junto ao Instituto Estadual do Meio Ambiente – IEMA (Processo nº 38182092) e, no âmbito desse processo, foram analisadas as solicitações da Petrobras para a realização da atividade de sondagem marítima, que culminaram com a emissão da Autorização Ambiental nº 065/08.

A referida Autorização estabeleceu entre as suas condicionantes o atendimento de uma medida compensatória pelos impactos ocasionados pela atividade de sondagem no substrato marinho (condicionante n.º 02), prevendo a implantação de um recife artificial marinho na região de Anchieta-ES.

Após várias discussões técnicas mantidas entre a Petrobras e o IEMA visando o atendimento da referida condicionante, contemplando alternativamente a possibilidade de apoiar um projeto de interesse da comunidade pesqueira de

Anchieta, chegou-se ao consenso quanto à implementação do Projeto de maricultura do espécime Beijupirá, em sua fase experimental (piloto) com duração prevista de 2 (dois) anos, conforme proposto pela Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca de Anchieta, como compensação ambiental estabelecida para a atividade de sondagem marítima, realizada em 2008 para o Projeto Base Portuária da Petrobras.

Entretanto, como informou a Petrobras, após a decisão do Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA quanto a sua competência para conduzir o licenciamento ambiental da Base Portuária do E&P no Espírito Santo a ser implantada pela Petrobras em Anchieta-ES, houve o arquivamento do processo anteriormente instaurado junto ao IEMA, sendo, entretanto, desmembrado do mesmo o compromisso da Petrobras com o atendimento dessa medida compensatória.

Atualmente, está prevista para o ano de 2011 a celebração de um Convênio entre a Petrobras e a Prefeitura de Anchieta visando o apoio financeiro à implantação do projeto experimental (piloto) de maricultura do espécime Beijupirá, assim como será de responsabilidade da Petrobras o licenciamento ambiental desse projeto, com a devida contratação do estudo ambiental e demais compromissos inerentes perante o IEMA.

Em relação a este assunto a equipe que conduziu este estudo ambiental, considera que uma iniciativa desta amplitude deveria ser amplamente difundida desde que o projeto tenha viabilidade e que seja de fato conduzido como compensação ou condicionante das atividades precedentes à construção da Base Portuária da Petrobras.

5.4.9.13 São Mateus

A comunidade de São Mateus localiza-se na zona rural de Anchieta. O bairro é constituído por aproximadamente 200 habitantes, distribuídos em 47 famílias. O bairro conta com uma boa infraestrutura, com posto de saúde e o programa de saúde na família. Diferentemente dos pescadores, as comunidades rurais são abertas para o diálogo e receberam bem a equipe de campo em todas as visitas realizadas.

A principal atividade na comunidade é o plantio de café, banana, mandioca e seringueira. Entretanto atualmente poucos habitantes da comunidade dedicam-se a vida no campo. Quase todas as mulheres e homens dedicam-se ao trabalho na cidade, sendo que apenas cerca de 10 pessoas da comunidade ainda trabalham na roça.



Figura 5.4.9.13-1: À esquerda Unidade de Saúde da Família São Mateus e Centro Municipal de Convivência. À direita a Comunidade de São Mateus, Anchieta – ES (Fonte: Danilo Madjarof Sertorio)

A população economicamente ativa do bairro desloca-se diariamente para a cidade. As mulheres trabalham como empregadas domésticas ou diaristas. Os

homens trabalham basicamente em postos de trabalho na indústria, como auxiliares, operadores de máquina etc. O interesse da atividade na roça tem diminuído com o tempo. A população tem trocado as atividades no campo por trabalhos que remuneram mais, na cidade.

A comunidade é atendida por um serviço de transporte público que leva e traz as pessoas até o centro da cidade duas vezes por dia. Além disso, as crianças contam com o transporte escolar para unidades de Ensino Infantil, Fundamental e Médio. A população de São Mateus reconhece que a vida na comunidade é tranqüila, sem maiores problemas ou transtornos.

As principais queixas dirigem-se a conservação das estradas de acesso, todas não pavimentadas. Em dias de chuvas mais fortes, os serviços de transporte coletivo não conseguem atender a população.

A comunidade conta com uma tradição cultural muito forte e presente. O congo, dança de origem africana, com forte sincretismo católico, é muito celebrado. O mestre do grupo até 2010 era o Sr. Valentim, hoje com 96 anos, passou ao seu sobrinho a condução das festividades. A comunidade e principalmente o Sr. Valentim já receberam diversos prêmios, certificações e menções sobre a promoção e manutenção do Congo junto à comunidade por muitas décadas.

O congo faz parte da tradição da comunidade. No quintal de seu Valentim estão colocados os tambores, construídos de forma rústica e principal instrumento utilizado nas danças e celebrações. O terreiro também possui uma capela em homenagem a São Benedito, o santo padroeiro da comunidade e intimamente ligado às tradições afrobrasileiras.



Figura 5.4.9.13-2: Sr. Valentim, antigo mestre do congo e tambores usados nas celebrações do congo (fonte: Danilo Madjarof Sertorio)

A vida em comunidade determina a condução das festividades. Na época da coleta de dados, na comunidade, seriam realizadas na comunidade as celebrações do Dia de Reis como parte do calendário. Entretanto, as festividades estavam suspensas, por conta do falecimento de um membro da comunidade. Com a comunidade de luto, todas as celebrações e festas foram suspensas, em respeito à família do falecido.

No dia das entrevistas, previamente agendadas com as lideranças comunitárias e agentes comunitários, São Mateus estava vazia. Na noite anterior, outra pessoa com fortes vínculos junto aos moradores também falecera. Quase todas as pessoas estavam no velório, o que, neste dia, inviabilizou qualquer coleta de entrevistas.



Figura 5.4.9.13-3: Comunidade de São Mateus (fonte: Danilo Madjarof Sertorio)

No geral a comunidade de São Mateus, mantém alguns laços que ajudam a manter a tradição da vida em comunidade em funcionamento, principalmente pela celebração do congo, motivo de orgulho e receptividade em São Mateus. Porém, é perceptível que o trabalho na roça perdeu muito da sua importância. A oferta de outras atividades faz com que os moradores procurem por melhores oportunidades profissionais na cidade. Esse fenômeno coloca em dúvida a total eficiência dos programas de apoio às atividades rurais do município, quanto à permanência dos jovens nas atividades do campo. Apesar da vulnerabilidade social dos moradores de São Mateus ser bem menor que a das comunidades pesqueiras, pode-se notar que a presença de tantos empreendimentos chama a atenção para todas novas oportunidades de emprego e incremento de renda.

“Nós trabalhamos na lavoura. Lavoura de milho, feijão, arroz, sempre trabalhava com milho, feijão, arroz; plantava mandioca; criação de porco, galinha.”

Morador da comunidade de São Mateus

“A comunidade, sempre foi uma comunidade carente, né? Mas, eu acho que de certos tempos pra cá a vida melhorou. Antigamente, a gente só vivia da lavoura, né? Agora, depois que o pessoal, as crianças cresceram, o pessoal ‘começaram’ a estudar – naquele tempo não tinha capacidade de ninguém estudar quase. Agora, a vida melhorou porque todo mundo estuda, muitos já são empregados, têm seu ‘servicinho’. Quase as pessoas mais velhas agora que vivem da lavoura,”

Morador da comunidade de São Mateus

“As ‘mulhé’ trabalha na cidade e de tarde vem todo mundo embora pra suas casas, né? Na cidade, as “mulhé” trabalha” em casa particular. Os homens, aqueles que ‘trabalha’, ‘trabalha’ nas firmas. Tem empreiteira, construção, essa coisa da Samarco.”

Morador da comunidade de São Mateus

“Aqui são quarenta e sete famílias. Umas duzentas pessoas, mais ou menos.”

Morador da comunidade de São Mateus

“O que nós temos de necessidade aqui... só que o projeto eu acho que já está por aí, que é a estrada, né? A nossa coisa aqui é estrada porque quando chove paralisa, as crianças não ‘estuda’, o transporte. Muitos não ‘pode’ sair.

Morador da comunidade de São Mateus

“Ginásio, não. Só primeira à quarta série. Depois que ‘tirou’ a quarta série aqui vai pra Anchieta, e paralisa no tempo de chuva.”

Morador da comunidade de São Mateus

“não tinha estrada, não tinha nada. A estrada era um trilhozinho aqui de ir pra Anchieta. Tinha que ir a pé, de cavalo.”

Morador da comunidade de São Mateus

“Já lá pro lado da Bahia é Candomblé. Mas aqui é diferente, aqui é Congo. Se você for na casa de seu Valentin vai ver o mastro enfincado. Aí elas ‘faz’ a festa do Congo, vêm pessoas de Anchieta, é muita gente. Mas é uma festa grande mesmo, chega a reunir mais de quinhentas pessoas. Aí, eles ‘bate’ o tambor;

quando chega três horas é a ‘enfincada’ do mastro. Nesse dia tem mastro, o padre benze o mastro, é bonito.”

Morador da comunidade de São Mateus

5.4.9.14 Cultura e Tradições

Anchieta é uma cidade que possui em seu calendário uma série de festas tradicionais que se dividem entre as tradições do campo e dos pescadores. A festa com maior importância na cidade, por conta da comunidade de pescadores, é a festa de São Pedro, santo conhecido como o protetor dos pescadores e das viúvas. A festa acompanha o calendário dos santos juninos e ocorre em 29 de junho.

A festa é na cidade é muito importante e conta com o apoio da Secretarias de Agricultura e Pesca e da Secretaria de Cultura, ambas de Anchieta. Além disso, conta com o apoio da Colônia de Pescadores de Anchieta – Z4. É possível observar que diversos pescadores sempre estão vestindo camisetas com o tema da festa. Por conta das comemorações os pescadores organizam uma procissão marítima e a praça central da cidade recebe barracas de comidas e típicas e artesanato da região.

No período de coleta de dados foi possível visualizar uma série de eventos e festas ligadas as tradições do local. Alguns organizadores estavam preocupados com o sucesso destas festividades, mas segundo relatos de algumas pessoas ligadas a organizações religiosas estavam determinando a proibição da comercialização de bebidas alcoólicas. A medida preocupava os comerciantes, pois com essa proibição a procura pelas festas poderia diminuir.

5.4.9.15 Percepção sobre a Vulnerabilidade Social

A percepção sobre a vulnerabilidade social é um importante indicador para a compreensão de o quanto as comunidades podem sofrer por fatores que prejudiquem a vida comunitária. Anchieta é um município de praias recortadas, separadas pela geografia da região. A vida nas diferentes localidades, principalmente na costa, apresenta um espírito comunitário muito presente. Dessa forma, o reconhecimento dos problemas sociais sempre está ligado à sua localidade.

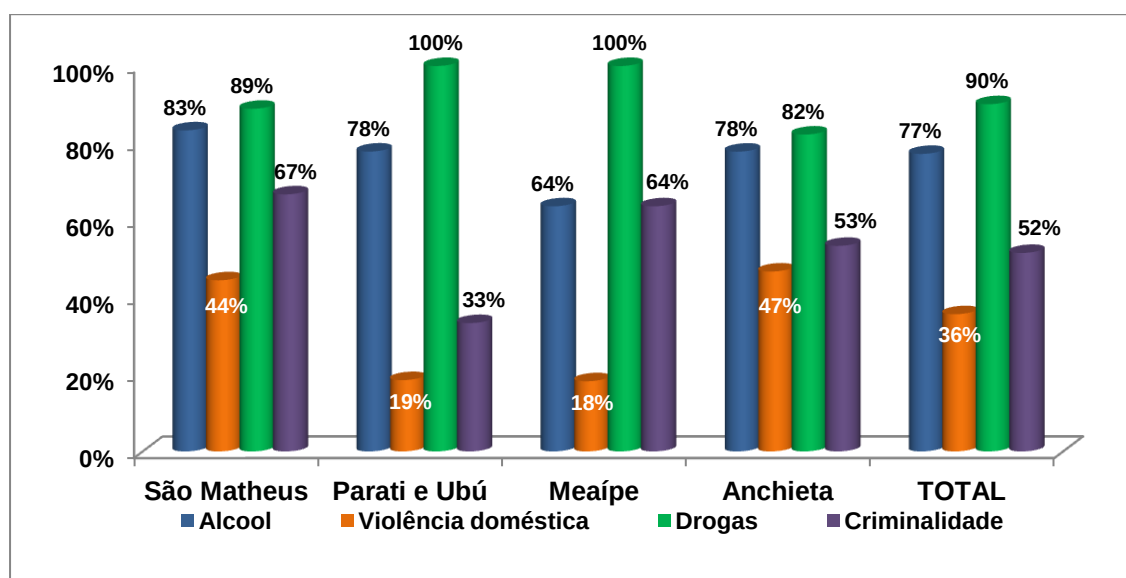


Figura 5.4.9.15-1: Percepção da vulnerabilidade social

Dentre os itens avaliados pela população, o dado mais alarmante se refere à presença de drogas. Segundo a percepção dos entrevistados 90% das comunidades de Anchieta e Guarapari enfrentam problemas dessa natureza. A presença é mais alarmante ainda junto à população das comunidades

diretamente afetadas pela construção do empreendimento com 100% de declaração da presença e problemas referentes ao consumo de drogas. A presença de drogas em comunidades tradicionais isoladas mostra que parte dessa população tornou-se dependente química por diversos fatores, dentre eles pode-se destacar: baixas taxas de escolarização e acesso a informação; a falta de expectativa de futuro, principalmente com o cenário que a pesca oferece hoje para o jovem trabalhador que, em parte, é também desestimulado pelos pais e amigos a investir na profissão; e a ociosidade de parte da população jovem que não encontra uma ocupação para seu tempo.



Figura 5.4.9.15-2: *Pescador visivelmente alcoolizado, praia de Parati (Fonte: Danilo Madjarof Sertorio)*

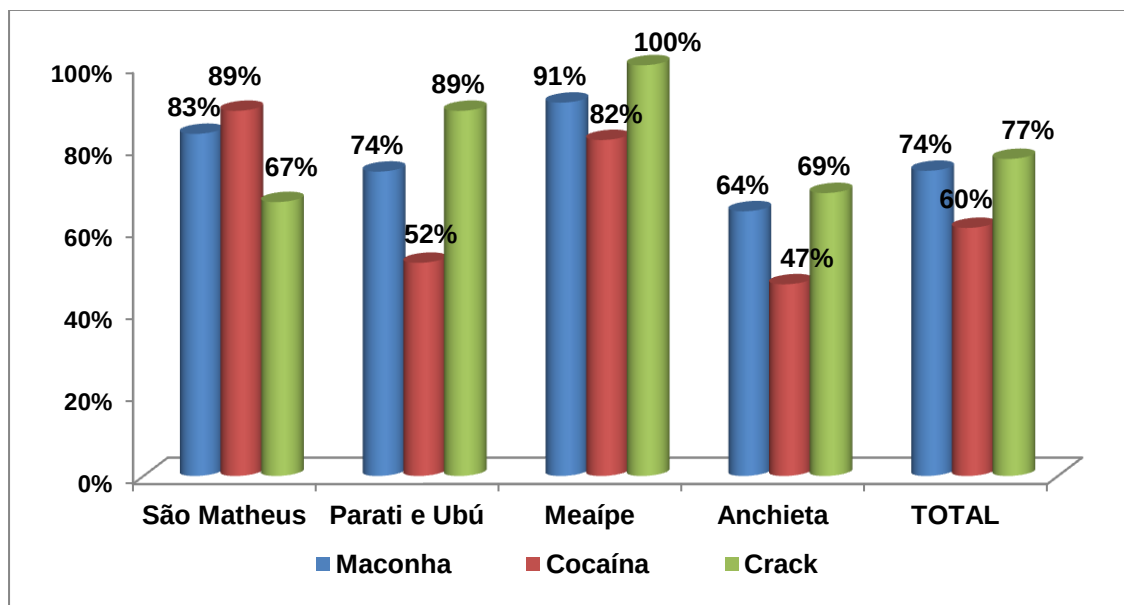


Figura 5.4.9.15-3: Tipos de drogas presentes nas comunidades

Entre as drogas citadas pela população as principais ocorrências foram registradas no consumo de maconha e crack. Entre os pescadores a presença destas drogas apresenta conotações diferentes. A maconha, por várias vezes, não é considerada droga, principalmente entre os pescadores. A presença da maconha junto às essas comunidades é mais antiga. Apesar de todos os malefícios que a maconha traz ao usuário, por seu consumo prolongado, seus efeitos não são percebidos tão rapidamente e existe, de certa forma, uma aparente aceitação social do seu uso. O crack, por sua vez, aparece de outra forma. A droga é recente junto a essas comunidades e o seu consumo tem aumentado rapidamente, durante a coleta de dados, o crack foi citado como a primeira e mais comuns das drogas consumidas na região. A capilaridade e o baixo seu baixo valor para compra fizeram que esta droga fosse disseminada rapidamente nas comunidades. O crack é uma droga que degenera seu usuário

rapidamente, levando-o a um estado físico e mental de incapacidade em pouco tempo.

O alcoolismo é um problema histórico em populações tradicionais em contato com agentes transformadores. Segundo os entrevistados, 77% da população conhecem pessoas, famílias e comunidades com problemas com o alcoolismo. No caso do álcool a situação é motivo de maior preocupação para os moradores de São Mateus. Algumas brigas e pequenos incidentes são atribuídos ao consumo do álcool, mas assim como a maconha tem o seu consumo social, mais aceito que o crack.

“Droga tem. Não muita, mas tem. A gente pode dizer que tem pontos aqui já, eles trazem pra cá. Isso é complicado, a gente já sabe que tem e a tendência é aumentar mais. Eles falam muito no crack. Maconha já é normal, né, até dentro de casa eles tão usando, mas o crack tá sendo difícil pra caramba, aí. Isso vem exatamente na questão de mudanças na comunidade, no município, questões de empresas, muitas pessoas vindo de fora. Porque na realidade aqui dentro ninguém tinha conhecimento, e até isso foi vindo. E a tendência é chegar mais, a gente vê que vai acontecer, não tem dúvida, né.”

Presidente da Associação de Pescadores de Ubu e Parati (APUP)

“O que mais pega na cidade aqui é esse problema de droga, né? Isso eu acho que é geral, né? Não é só em Piúma não, esse problema de droga. [...] Ah, é todos os tipos de drogas. Agora é o tal do crack, maconha, cocaína... praticamente aqui, eu acho que não tem como combater não. O negócio aqui é feio. É mais a juventude, tá?”

Presidente da Colônia de Pesca Z9 de Piuma

Com a presença dos empreendimentos na região, a população forasteira, principalmente a mão de obra operacional incentivará o aumento da procura por drogas ilícitas, álcool e prostituição. Nesse sentido a região será pólo de atração

de traficantes e pessoas ligadas a outras formas de contravenção. A estrutura que se desenvolverá para atender a estas novas demandas também poderá forçar a instabilidade social junto às comunidades, haja vista que estas práticas ilícitas precisam estabelecer um mercado consumidor para viabilizar o seu negócio e, com o término das obras vão precisar de consumidores que mantenham o seu negócio.

“A Samarco fez um monte de coisas no Mãe-Bá como compensação. Assinou conosco um termo de ajuste e conduta por danos causados ao meio ambiente, construção de várias coisas. Fizeram estação de tratamento de esgoto, tudo compensação. Mas o que eu penso? O futuro; lá tem uma escola, 200 e poucos alunos. Como é que nós vamos fazer? No início do ano passado a Samarco falou que tem que passar, mudar de ano, mesmo que não tenha capacidade, falou claramente, não estou inventando nada, todos os órgãos de imprensa viram isso. E tem que falar aí, não está preparado, chega lá na frente, não tem competência, não arranja emprego. E outra coisa: reclamação de drogas e todos os problemas sociais. Então esse projeto é o seguinte: uma experiência que eu tive de uma forma um pouco diferente, atingiu uma faixa etária maior, de 12 a 16 anos, minto, de 7 a 16 anos – fizemos uma pesquisa: fora do horário da escola, você gostaria de ter outra atividade? 98% disseram que sim, dos alunos. Aqueles que os pais reclamavam que ficavam perambulando pela comunidade já começaram a usar drogas, a participar de pequenos furtos.”

Promotor de Justiça, Ministério Público

A percepção da criminalidade na AID tem aumentado. A população relata que antigamente a criminalidade estava ligada ao período de temporada com relato de brigas e pequenos furtos e assaltos. Entretanto, segundo os moradores a situação tem piorado. A população declara que os assaltos e furtos aumentaram consideravelmente e a ocorrência de crimes que não eram comuns na região.

Segundo os moradores, esse aumento deve-se ao aumento da população forasteira atraída pelos empreendimentos e pelo aumento do consumo de drogas.

Tabela 5.4.9.15-1: Percepção das Ocorrências em Anchieta e Região

Crimes frequentes	São Mateus	Parati e Ubú	Meaípe	Anchieta	Total
Homicídios	56%	19%	9%	18%	25%
Roubo / furto de casas	28%	19%	18%	13%	19%
Roubo / furto de bicicleta	6%	4%	9%	7%	7%
Roubo / furto outros	0%	15%	46%	33%	24%
Tráfico de drogas	11%	7%	9%	2%	6%
Nenhum	6%	0%	0%	0%	1%
Não Sabe	0%	0%	0%	2%	1%
Bases	18	27	11	45	101

A violência doméstica foi um dos itens de menor incidência na amostra, mesmo assim os 36% dos entrevistados que declaram a existência de maus tratos domésticos é um índice alto. A incidência maior deste tipo de violência é mais presente em São Mateus e nas demais localidades de Anchieta e tem uma alta ligação com a incidência do consumo de álcool o que, de certa forma, pode justificar a violência doméstica.

5.4.9.16 Conhecimento sobre Possíveis Mudanças no Município

Avaliou-se junto à amostra o nível de sensibilidade e o conhecimento sobre mudanças no município. A informação gerada é um indicativo das expectativas que a cidade possui tendo em vista todos os empreendimentos que estão em estudo na cidade. A partir daí, pode-se ter uma idéia da dimensão da opinião dos munícipes e a capacidade de mobilização em torno da construção de reivindicações que podem ser geradas pela sociedade civil.

Tabela 5.4.16-1: Conhecimento de possíveis mudanças no município

	São Mateus	Parati e Ubú	Meaípe	Anchieta	Total
Não Sabe	33%	48%	46%	60%	50%
Construção da CSU	22%	19%	9%	13%	16%
Instalação de novas empresas	22%	11%	0%	9%	11%
Cais do porto da Petrobras	0%	19%	36%	0%	9%
Crescimento da cidade	11%	4%	0%	9%	7%
Construção da 2ª UGT	0%	4%	9%	9%	6%
Construção da 4ª Usina da Samarco	0%	4%	18%	4%	5%
Aumento do emprego	0%	4%	9%	4%	4%
Impactos ambientais, poluição	0%	4%	0%	4%	3%
Melhorias no município	11%	4%	0%	0%	3%
Aumento da População	0%	4%	0%	2%	2%
Linha férrea	11%	0%	0%	0%	2%
Exploração de petróleo	0%	0%	0%	2%	1%
Pavimentação de ruas	0%	0%	0%	2%	1%
Porto da vale	0%	4%	0%	0%	1%
Nenhuma	0%	4%	0%	0%	1%
Bases	18	27	11	45	101

O que se pode notar é que o conhecimento sobre os novos empreendimentos ainda é heterogêneo, variando de acordo com a localidade.

Quando o questionamento é feito de forma espontânea a maior incidência de resposta é o “não sabe”. Seguido pela construção da CSU que tem equipes que realizam um amplo trabalho de divulgação junto às lideranças das comunidades da região e é um tema que gera muita polêmica junto às comunidades.

A terceira maior incidência é a “instalação de empresas” de forma vaga, denotando uma imprecisão na informação.

O quarto item é a construção do Terminal Portuário da Petrobras citado basicamente entre os pescadores de Parati, Ubu e Meaípe. Comunidades diretamente afetadas por este empreendimento e que tem membros de suas comunidades prestando serviços à Petrobras.

Quanto aos demais comentários pode-se perceber que as citações são as mais diversas possíveis e, quando citam empreendimentos, os comentários tendem a serem concentradas nas localidades próximas a estes ou que podem devem ser afetadas diretamente pelos empreendimentos.

5.4.9.17 Conhecimento Sobre os Novos Empreendimentos

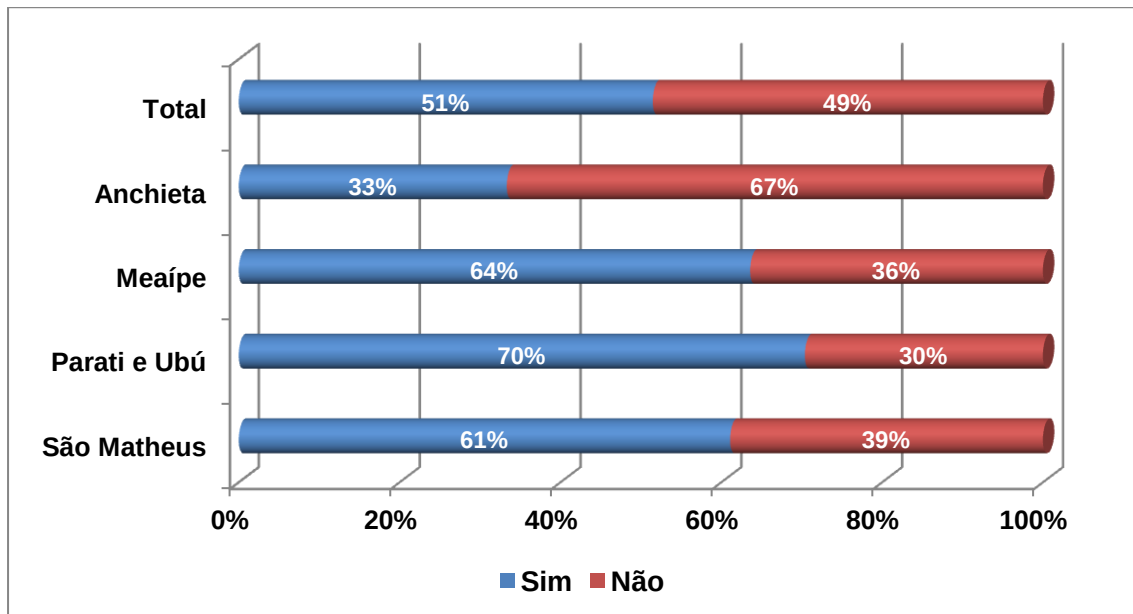


Figura 5.4.9.17-1: Conhecimento sobre os novos empreendimentos

Quando o questionamento especifica o conhecimento sobre novos empreendimentos, o nível de desconhecimento geral cai para em 10% sendo que a grande maioria dos pescadores de Anchieta ainda desconhece os empreendimentos na região. Esta proporção se inverte nas comunidades de Ubú, Parati e Meaípe, no litoral e em São Mateus, na zona rural, as comunidades encontram-se na área de influência de outros empreendimentos já em processo de estudo.

Tabela 5.4.9.17-1: Empresas responsáveis pelo empreendimento

Empresa responsável	São Mateus	Parati e Ubú	Meaípe	Anchieta	Total
Petrobras	22%	56%	64%	16%	33%
Vale	28%	59%	36%	18%	33%
Samarco	17%	37%	55%	13%	25%
CSU	0%	15%	18%	4%	8%
Não sei	17%	7%	9%	4%	8%
Outra	6%	7%	0%	4%	5%
Baustil	0%	4%	0%	4%	3%
Bases	14	23	9	18	64

A Petrobras e a Vale são as empresas com maior numero de menções, seguidas pela Samarco. O índice de multiplicidade (média de citações por entrevistado) é de 1,8%, ou seja, quase todos os entrevistados citaram pelo menos duas empresas por entrevista. Isso confirma o quanto os habitantes da cidade têm uma alta exposição sobre os empreendimentos. O número de empreendimentos pode colaborar com uma confusão que a população tem de cada empreendimento e o impacto de cada um deles.

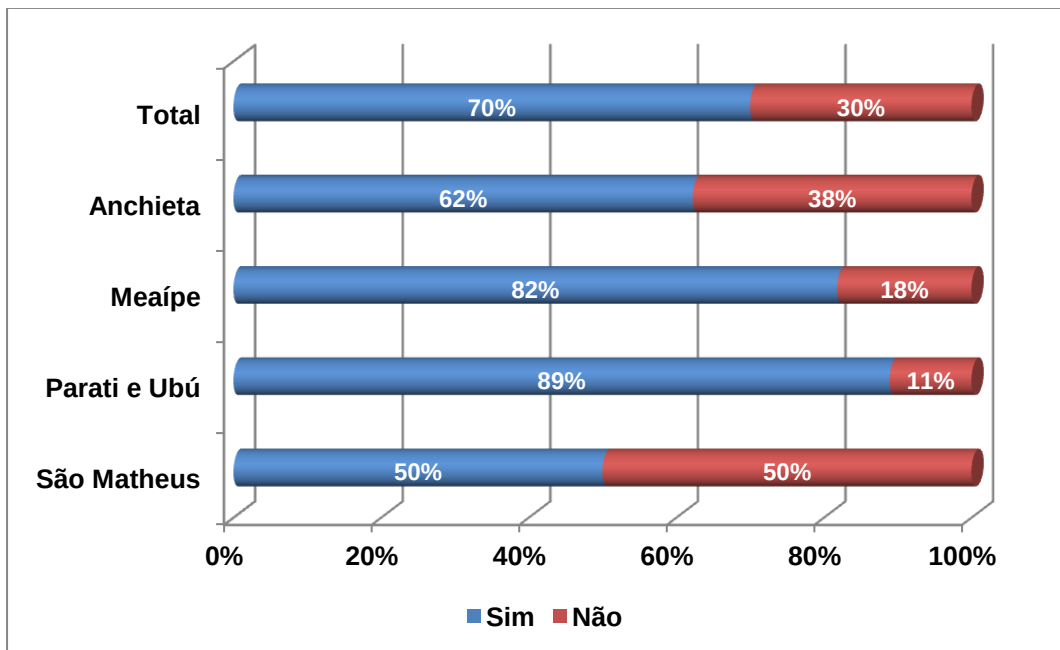


Figura 4.5.9.17-2: Conhecimento sobre o novo porto da Petrobras

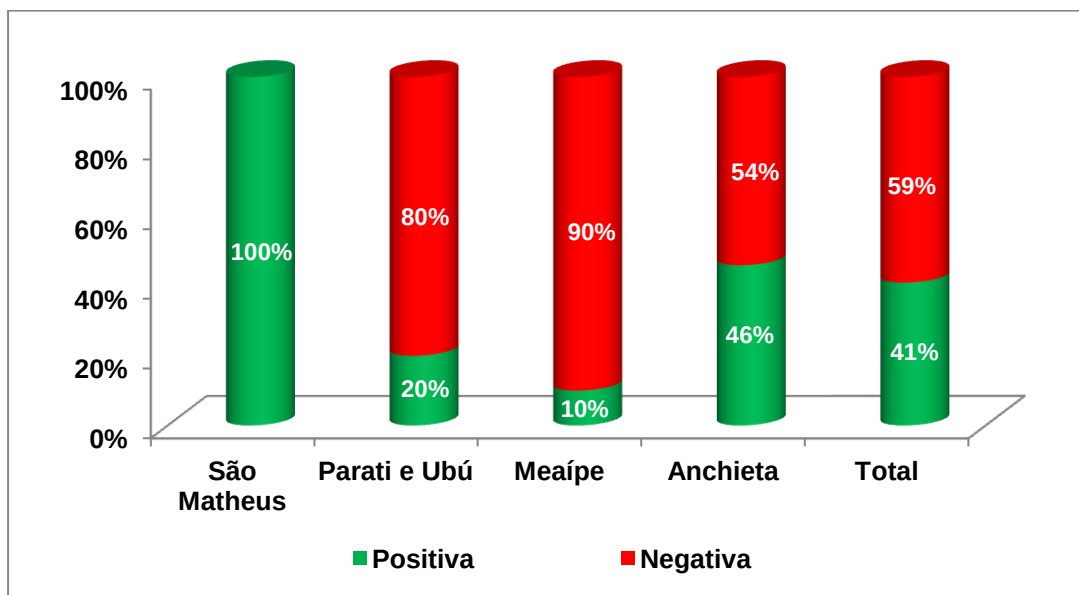


Figura 5.4.9.17-3: Posicionamento perante a construção do novo Porto em Ubu

A construção da Base Portuária da Petrobrás divide opiniões, sendo que 41% dos entrevistados consideram a obra como positiva. Entretanto, deve-se observar que esta opinião é carregada pelo desconhecimento dos impactos gerados nas

áreas de pesca em Parati, Ubu e Meaípe, que apresentam visões opostas sobre a construção.

Verifica-se que, mesmo entre os pescadores que não terão a sua área de pesca afetada, pois pescam em outros lugares e não conseguem vislumbrar os demais desdobramentos do impacto em outras regiões existe também a visão que o empreendimento é garantia de colocação profissional junto às empresas que irão se instalar na região.

“Eu acho que ela vai crescer de forma tal [a economia do município] que não vai ser bom pra nós, não. Tomara que seja com organização, mas nós estamos vendo já aí que o próprio município não tem estrutura pra organizar esse crescimento da maneira que vai vir. Nós estamos preocupados com esse crescimento e com esse desenvolvimento que tá vindo aí, e pode atrapalhar até na questão financeira, as coisas encarecer de forma tal. A comunidade de Ubú, o que tá sofrendo com esse crescimento, a gente já fica preocupado com o futuro.”

Presidente da Associação de Pescadores de Ubu e Parati (APUP)

“Hoje a gente tem uma postura, de certa forma estamos favoráveis a instalação de todos os empreendimentos, estamos convictos da mudança de categoria econômica dentro do próprio município, de uma dependência turística sazonal e uma economia baseada também na exportação de minério, pra uma coisa um pouco mais ampliada e estabelecida a partir de dois segmentos estratégicos: um deles é o destino de petróleo e gás e o outro de mineração e transformação na área de siderurgia.”

Secretário, Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Anchieta

“O que a gente tá vendo hoje é que esses empreendimentos têm um potencial muito bom de melhoria de receitas, de melhoria de uma série de coisas; entretanto a gente sempre sabe que essas melhorias elas não vem dissociadas dos impactos relacionados, e todos esses impactos estão sendo tratados de uma maneira bem estratégica. A gente tem observado, a gente tem feito análises, porque nenhum, tirando a siderúrgica que ainda está em discussão, os

empreendimentos da Samarco e da Petrobras não são os primeiros no município, as empresas já tiveram outros empreendimentos aqui. Então a gente tem trabalhado em cima da correção dos equívocos dos processos anteriores.”

Secretário, Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Anchieta

Apesar da opinião favorável à construção do Terminal Portuário da Petrobras, o empreendimento é considerado uma fonte de problemas para a cidade para 74% dos entrevistados, esses valores aumentam em mais de 80% nas comunidades de Ubu, Parati, Meaípe e São Mateus e são minimizados junto aos demais pescadores de Anchieta. As razões de impacto são diretamente atribuídas ao movimento gerado pela construção, com a chegada de pessoas de fora da cidade e os problemas que estas, eventualmente poderão trazer ao município.

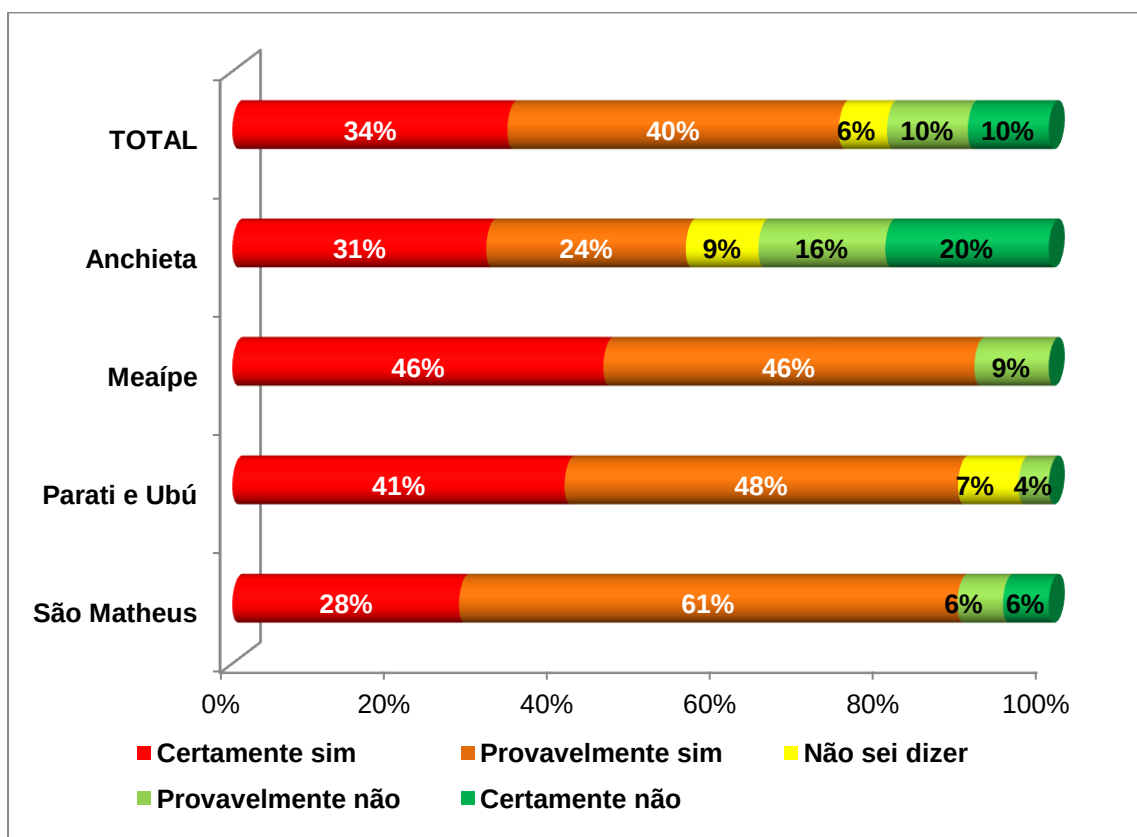


Figura 4.5.9.17-4: Expectativa de problemas com a construção do porto

Os itens com maior frequência são atribuídos diretamente ao período de construção do Terminal, tais como: o aumento da criminalidade, presença de forasteiros, crescimento desordenado da população, tráfico de drogas, déficit de infraestrutura nos serviços públicos. Todo este processo de implantação deve ser observado para que estes impactos sejam minimizados.

Tabela 5.4.9.17-2: Possíveis Problemas

	São Mateus	Parati e Ubú	Meaípe	Anchie ta	Total
Criminalidade	31%	62%	40%	36%	44%
Presença de forasteiros	31%	54%	50%	12%	36%
Crescimento da população	19%	42%	40%	24%	31%
Tráfico de drogas	19%	29%	10%	20%	23%
Falta de infraestrutura municipal	19%	29%	30%	12%	21%
Poluição do ar	31%	8%	10%	12%	15%
Problemas na pesca	0%	13%	20%	20%	13%
Prostituição	0%	4%	10%	8%	5%
Acidentes ou catástrofes ambientais	6%	4%	10%	4%	5%
Falta de água potável	6%	0%	0%	8%	4%
Trafico de veículos pesados	6%	0%	0%	4%	3%
Poluição sonora	0%	0%	10%	4%	3%
Problemas de saúde	0%	4%	0%	4%	3%
Lixo	6%	4%	0%	0%	3%
Não Sabe	13%	0%	0%	4%	3%
Bases	16	24	10	25	75

5.4.9.18 Conclusões

O resultado da investigação junto às comunidades tradicionais da área de influência direta do empreendimento, considerando os pescadores e quilombolas revelaram aspectos de relevância para a implantação da Base portuária E&P em Anchieta, Espírito Santo, que serão detalhadas a seguir.

O primeiro aspecto deste diagnóstico a ser levado em consideração é o desgaste das comunidades por conta dos inúmeros levantamentos e estudos na região, sendo a nossa primeira recomendação no sentido de promover a apresentação dos resultados de forma sintética dos estudos realizados pela Petrobras às comunidades envolvidas.

A apresentação do projeto da Base Portuária às comunidades é de suma importância. A falta de delineamento claro sobre quais os projetos de responsabilidades da Petrobras e das demais empresas atuantes na região colabora para que as o quadro de informações desencontradas permaneça, o que pode propagar, ainda mais, uma imagem negativa da empresa.

A pressão por informação pode inviabilizar, no futuro, os demais levantamentos necessários para a conclusão do licenciamento. A iniciativa também encontraria ressonância no envolvimento da comunidade no processo de licenciamento, sendo a sugestão que essas apresentações ocorram no Fórum de Ubú e que as principais lideranças das comunidades de pescadores tradicionais, Ministério Público e representantes dos poderes públicos locais sejam convidadas e envolvidos.

A Petrobras deve desenvolver um Plano de Comunicação em Anchieta, Guarapari e Piúma, de forma ampla no sentido de informar as características da construção e operação da Base Portuária, assim como das medidas de mitigadoras e compensatórias propostas, de forma a estabelecer as bases de negociação e diálogos futuros junto às comunidades e com a imagem da empresa frente à sociedade capixaba.

No que se refere à pesca, a condição encontrada em Anchieta é bastante controversa com os posicionamentos resistentes ao empreendimento, por parte dos pescadores de Ubú, Parati e Meaípe, que apresentam uma situação muito mais sensível que os demais pescadores. Isso decorre do fato destas comunidades já terem sido alvo de impactos diretos em suas atividades, causados pela movimentação do terminal marítimo da Samarco, desde a década de 80 e, na atual década, com a realização de dragagem pela mesma empresa, assim como com a construção do gasoduto destinado à UTG-Sul e outras movimentações investigativas (sondagem marítimas) para o terminal portuário da Vale e da Petrobras na região.

Assim, enquanto os pescadores das demais localidades apresentam relatos de que a pesca na região, nos últimos anos, foi muito proveitosa, as comunidades de pescadores de Parati, Ubú e Meaípe têm sofrido um processo de reinserção de seu trabalho e essa movimentação merece um cuidado especial.

Alguns donos de embarcações motorizadas são contratados pelas empresas atuantes na região para atuar no apoio nas operações. Entretanto essa absorção não ocorre de maneira agregadora, apenas os pescadores com as embarcações adequadas podem concorrer a essas vagas e estes sofrem menos impacto com o

empreendimento e muitos já possuem outros meios de subsistência além da pesca.

O maior problema, junto aos pescadores, ocorre com aqueles que possuem embarcações mais simples que não podem atender os requisitos básicos para serem incorporados à frota de apoio e os chamados pescadores embarcados. Neste caso, segundo relatos das lideranças, estes pescadores são contratados por empreiteiras e outras empresas como trabalhadores temporários com a “falsa promessa” da possibilidade de constituir uma carreira profissional e estável junto a essas empresas. Ocorre que findado o serviço que a empreiteira foi contratada ela dispensa o antigo pescador. Dependendo de sua condição o retorno à pesca fica comprometido. O primeiro problema é a burocracia que o pescador encontra para obter novamente a Carteira de Pescador Profissional, sem este documento o pescador não pode receber o benefício do seguro defeso. O segundo problema é a reinserção na atividade pesqueira, se o pescador for embarcado, ele deverá procurar uma vaga em outra embarcação. O “engodo” da promessa de uma carreira estável e de um futuro profissional acaba por se refletir na contratante. Durante a coleta de dados foi possível ouvir diversos relatos deste tipo, e a “falsa promessa” acaba sendo diretamente ligada a imagem da empresa responsável pela implantação ou operação do projeto, ou seja, a Petrobras.

As comunidades de Parati, Ubú e Meaípe são comunidades diretamente afetadas pela construção da Base Portuária, sendo provável que, se considerada a viabilidade ambiental do projeto na localidade proposta, cerca de 250 pescadores e suas famílias serão diretamente afetadas em sua atividade pesqueira em virtude do empreendimento: os pescadores que possuem

embarcações motorizadas com maior autonomia terão seus custos de produção elevados; os proprietários de pequenas embarcações perderão sua área de pesca da região e a fonte de seu sustento; as marisqueiras que vivem da cata do sururu na Praia do Além poderão ter sua fonte de renda ainda mais aviltada; os pescadores embarcados sofrerão com a diminuição ou extinção de vagas na pesca.

Verificou-se que, entre essas comunidades diretamente afetadas pelo empreendimento, o discurso predominante é a compensação por meio de pagamento de pecúlio, aposentadoria vitalícia. Verificou-se ainda que as estão muito resistentes à proposição de ações compensatórias alternativas. Nesse sentido, é importante um trabalho de aproximação com a comunidade por meio da apresentação dos estudos, assim como a apresentação do projeto da Base Portuária como base para as iniciativas que farão parte do processo de diálogo e propostas de compensação ambiental decorrentes dos impactos ambientais do empreendimento considerado não mitigáveis no presente EIA.

5.4.10 Patrimônio Histórico, Arqueológico e Cultural

5.4.10.1 Introdução e Objetivos

Os tempos contemporâneos exigem novos posicionamentos das Ciências Sociais, em relação aos seus objetos de estudo. No caso da Arqueologia, já na década de 1980 a corrente pós-processualista alertava sobre sua responsabilidade ética sobre o passado. Estas mudanças levaram a Arqueologia a conquistar novos espaços, que ampliam seus horizontes de atuação, dando maior robustez e consistência ao seu papel social e, também, gerando novas interfaces de trabalho, ou determinando novas configurações àquelas já existentes.

Hoje, as mais recentes referências de preservação, que ampliam os conceitos e abrangência de patrimônio¹ ao agregar novos valores a serem preservados², também contribuem para a extensão da abrangência científica da Arqueologia. Não há como pensar na pesquisa arqueológica sem uma perspectiva

¹ A própria definição de patrimônio, presente na Constituição, artigo 216, retrata a abrangência deste conceito uma vez que o define como o conjunto de bens materiais e imateriais que se referem à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira: as formas de expressão; os modos de criar, fazer, viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

² Sobre esses valores, "(...) o patrimônio cultural brasileiro não deve se restringir aos grandes monumentos, aos testemunhos da história oficial, mas devem incluir também manifestações.

transdisciplinar para o trato à preservação do patrimônio cultural, em seu sentido lato.

Dessa forma, as ações sociais da Arqueologia tornaram-se cada vez mais comuns, com os pesquisadores preocupados em tratar o relacionamento entre a pesquisa, o manejo de bens culturais e os grupos sociais envolvidos.

Estas atitudes contribuem na medida em que há o fortalecimento de vínculos existentes entre a comunidade e seu passado, ampliando o interesse da sociedade sobre o patrimônio e criando, paralelamente, a sustentação necessária às atividades de preservação.

Nesse sentido, o arqueólogo tem um papel social a exercer, em seu significado mais amplo. De nada adianta pesquisas extremamente complexas e abrangentes, se a comunidade a que pertence este passado ou que, pelo menos, está indiretamente relacionada a ele, não participar das pesquisas e desconhecer os seus resultados. Assim, embora o passado tenha espaço na pesquisa científica do arqueólogo, o seu papel social leva a realizar ações que envolvem a compreensão do presente, visto como história contínua e não uma história do “outro”, e do futuro.

Neste enfoque, a Arqueologia contribui na busca da sociedade em descobrir a relação com o seu passado envolvendo inúmeras dimensões, as quais, muitas vezes, refletem tensões e dinâmicas sociais mais amplas. Elas dizem respeito aos procedimentos de identificação, incorporação, negação, preservação, destruição, promoção, recuperação ou esquecimento dos marcos históricos e culturais presentes na região, que dependem das populações locais para se manterem

vivos. Isso quer dizer que cada item do patrimônio se envolve em tramas específicas das sociedades exigindo, portanto, tratamento diferenciado e singular.

Os diferentes patrimônios de uma determinada comunidade, bairro, região etc., envolvem a análise dos PROCESSOS CULTURAIS da sociedade, ou seja, suas histórias, tradições, manifestações, costumes etc. Como defende a UNESCO, é preciso conhecer profundamente o processo de produção desses bens culturais. É preciso compreender as práticas culturais, identificá-las, conhecer sua relação com a cidade, os lugares, o meio ambiente. É preciso conhecer os atores do processo cultural, seja no papel de produtores, de consumidores ou de gestores, pois somente na medida em que reconhecemos esses bens culturais enquanto pertencentes à nossa história e memória, é que garantimos sua valorização e proteção.

Neste longo caminho o arqueólogo, trabalhando com a comunidade, tem o papel de estimular o sentido de pertencimento às diversas histórias, aos variados passados, aos diferentes bens culturais, de forma a orientar as pessoas como gestoras de seu próprio futuro, visando não somente o desenvolvimento sustentável, mas também o desenvolvimento cultural da sociedade, independente de seu grupo social.

Eusébio Leal, um dos responsáveis pelo projeto de gestão pública desenvolvido no centro histórico de Havana que envolve amplo trabalho com as comunidades locais, em uma entrevista cedida ao jornal Tribuna de La Habana, relata que:

“Confesso-lhe que somos formados como intelectuais puros, como especialistas que, desde nossos gabinetes ou laboratórios, nos ocuparíamos, preferentemente, dos museus, monumentos e sítios arqueológicos (...). A vida, entretanto, nos levou a considerar – e hoje afirmamos rotundamente – que em nossos países, possuidores de um vasto legado patrimonial, é impossível atuar nos campos da preservação se isso não contempla uma vocação de desenvolvimento social e comunitário.”

Dentro desta perspectiva, fundamentada na importância das ações de Arqueologia Pública desenvolvida com a comunidade, a Educação Patrimonial tem papel indispensável, já que a sua prática tem como foco transcender o esforço escolar regular e alcançar a sociedade em geral, no intuito de contribuir para o estreitamento de vínculos dos atores sociais com o seu patrimônio.

Finalmente, a conceituação teórica da pesquisa está apoiada no tratamento de Paisagens Culturais, voltada para a análise dos processos e formas de apropriação do espaço ao longo do tempo. Dentre a polissemia que atualmente permeia o tema, paisagem é definida por Bertrand (apud Conti 2003:59) como sendo “o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, em uma determinada porção do espaço, de elementos físicos, biológicos e antropológicos, os quais, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem dela um conjunto único e indissociável em perpétua evolução”. Sob esse aspecto, a paisagem deve ser entendida como um conjunto de elementos articulados em determinada porção do espaço, constituindo um fenômeno em constante processo de transformação, seja por fatores naturais ou culturais.

Por outro lado, a paisagem representa um espaço definido pela percepção do observador incorporando, portanto, uma série de perspectivas simbólicas. Tal

percepção vincula simbolicamente o lugar e o observador refletindo, desta forma, não apenas as características físicas do lugar, mas, também, a visão de mundo do observador. Em seu artigo “A Paisagem como fato cultural”³, Ulpiano T. Bezerra de Meneses (2002) bem abordou as questões de percepção e apropriação da paisagem. Segundo este autor “... não há paisagem sem um observador. Desta forma, a percepção visual é uma condição fundamental para a existência cultural da paisagem (Meneses 2002:32).

Da mesma forma, a abordagem holística vai além da interdisciplinaridade, adotando o princípio da transdisciplinaridade, que visa à compreensão da realidade estabelecendo uma relação de complementaridade entre ciência e tradição. Como não podia deixar de ser a Arqueologia, situada na confluência das disciplinas humanas e naturais e, por isso mesmo, dotada de uma vocação intrínseca para a interdisciplinaridade, acabou por se constituir no campo ideal para a convergência de todas estas perspectivas.

Em síntese, considerando que a paisagem não é estática e está sujeita a constantes processos de transformação, sobretudo pela ação do homem, ela pode ser considerada como fonte de conhecimento histórico. Apresenta várias assinaturas antrópicas que constituem, em conjunto ou separadamente, o objeto de estudo da denominada Arqueologia da Paisagem. Nessa perspectiva, os estudos buscam contar com o envolvimento da comunidade diretamente relacionada à área de pesquisa, sobretudo no reconhecimento e identificação dos

³ Este trabalho foi publicado na obra *Turismo e Paisagem* (2002) sob a organização de Eduardo Yázigi, reunindo uma série de artigos que tratam da relação paisagem/turismo.

vários elementos constituintes da paisagem, nos quais se incluem ainda componentes do patrimônio cultural imaterial.

Assim, o meio ambiente onde se prevê a implantação do empreendimento será analisado a partir do enfoque ecossistêmico, segundo o qual existe um conjunto de relações mútuas entre os fatores de um meio ambiente e os seres vivos que nele se encontram, caracterizando um conjunto de interações entre os sistemas ambientais e os sistemas sociais e econômicos que delinearam o cenário de implantação da área em estudo. Dessa maneira, a abordagem ecossistêmica encontra relação com a perspectiva holística, pois, ao invés do estudo individualizado de cada componente do sistema ambiental, procura tratar da interação entre estes componentes (Christofolletti 1999:45).

O entendimento do design da ocupação humana no âmbito da região de estudo deverá propiciar reconstituições ambientais e paisagísticas a partir da análise das formas de apropriação do meio ambiente físico-biótico em relação ao contexto sócio-cultural e econômico das comunidades correlatas à área de pesquisa. Para tanto, deverão ser considerados seus limites temporais e territoriais e realçada a convergência Patrimônio Natural e Patrimônio Cultural.

Em resumo, as pesquisas objetivam propiciar uma melhor compreensão sobre a formação e evolução histórica da área prevista para o empreendimento, enfocando as alterações na paisagem em função da ocupação do local e do conjunto de relações sociais, econômicas e culturais que delinearam e nortearam as características de apropriação do espaço estudado. E é neste contexto que se insere também, certamente, as obras em tela, que integram o conjunto de fatores relativos à dinâmica sócio-cultural regional.

Os objetivos gerais deste Programa podem ser sintetizados em quatro grandes itens:

- Realizar as pesquisas referentes à Etapa de Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural do empreendimento, em atendimento ao escopo definido para a fase de Licença Prévia (LP);
- Atender à legislação brasileira no que se refere à proteção e intervenção junto a este patrimônio;
- Produzir conhecimento científico sobre a área, contribuindo para a ampliação do conhecimento da cultura nacional;
- Envolver a comunidade no desenvolvimento dos trabalhos, visando contribuir na valorização e preservação do patrimônio arqueológico, histórico e cultural brasileiro.

5.4.10.2 Metodologia

Conforme apontado anteriormente e considerando as especificidades científicas apresentadas, este Programa de Diagnostico está baseado em duas frentes de atuação, a saber:

- Estudos arqueológicos, visando reconhecer vestígios que materializem a ocupação pretérita da área de estudo;
- Estudos de patrimônio histórico/cultural em seus aspectos materiais (históricos, etno-históricos) e imateriais (fontes orais, mitologias,

festividades e saberes) das comunidades envolvidas. Integra esta frente de atuação os estudos de patrimônio arquitetônico, edifícios e partidos construtivos existentes na área de pesquisa.

Embora cada uma dessas frentes de atuação possua procedimentos e metodologias específicas, apresentadas em seus capítulos correspondentes no corpo do presente estudo, foram tratadas de forma integrada e interdisciplinar durante todo o tempo de realização do Programa, uma vez que têm o mesmo objetivo comum, ou seja, a reconstrução de um contexto sistêmico de formação da identidade histórica e cultural da população ser abrangida pelo empreendimento.

Neste sentido, a proposta do Programa é mais coerente com a indagação de uma pesquisa diagnóstica, e diz respeito à capacidade dos sujeitos sociais de transformar e utilizar a natureza. Compreendemos natureza a partir de uma perspectiva "monista", ou seja, uma perspectiva que não denota um dualismo metodológico nem ontológico entre cultura e natureza, mas, sim, que vê o processo cultural como parte de um desenvolvimento da mesma natureza em diversas manifestações de tipificação (MORIN, 1996, 2005).

O conceito de desenvolvimento aqui utilizado não significa "controle", ou seja, a maior ou menor capacidade de utilizar e transformar a natureza podem ser um indicativo de maior ou menor desenvolvimento, mas em nenhum caso de controle. Os exemplos estão à vista: muitas das intervenções exercidas pelo ser humano no sistema biótico geral, mesmo das sociedades mais desenvolvidas (com maior capacidade de transformar e utilizar a natureza) são nefastas e incontroladas em termos das consequências que provocam. Outras sociedades, seja por sua

organização social, seja por sua visão sobre o meio que habitam, planejam outras estratégias de intervenção que resultam menos influentes sobre o esquema da biosfera, mas que igualmente geram desenvolvimento. Esta perspectiva obriga a deixar de fora qualquer abordagem que abarque estereótipos essencializantes ao objeto de estudo. Dessa forma, o pesquisador deve contextualizar e relacionar as “ações para o desenvolvimento” (tal qual e como é entendido pelos agentes de desenvolvimento descritos) com o fim de cristalizar o quadro descritivo adequado para a estratégia metodológica.

No que se refere à metodologia, geralmente o diagnóstico é confundido, em ciências sociais, com a pesquisa avaliativa de impacto. Na presente perspectiva este é um erro fundamental. A proposta, aqui, é mais parecida ao funcionamento da medicina alopática no momento de enfrentar um paciente. Neste sentido, os componentes lógicos de uma pesquisa diagnóstica devem ser:

1 - **Descrever** pertinentemente a situação problemática em termos de quais são os atores, meios, fins e condições envolvidas nesta intervenção social ou intervenções. A descrição deve ser a mais ampla possível, tratando de juntar os dados primários com os secundários, plantando problemáticas de pesquisa, espaços de indagação científica e processos-chave para analisar.

2 - **Avaliar** a situação problemática em termos da relação existente entre a visão de desenvolvimento dos atores envolvidos. O mais difícil, neste caso, é a construção de um modelo avaliativo competente. Geralmente, os modelos avaliativos são construídos a partir de três perspectivas:

a) pelos mesmos pesquisadores que determinam quais serão os modelos ideais que serão comparados com a descrição anterior;

b) pela “comunidade do objetivo”, ou seja, considerando que o modelo deve ser totalmente êmico, e que esta informação deve ser comparada posteriormente com a descrição inicial;

c) em relação dialética entre o que o pesquisador identifica e a visão êmica envolvida no processo. Neste caso será fundamental a comparação com situações ocorridas em contextos similares.

Na perspectiva do presente Programa, certamente a terceira opção é a mais correta, não obstante, a mais complexa. A distância entre a descrição contundente do problema e o modelo avaliativo configurado será a magnitude do problema de pesquisa, o qual dá fundamentos para, posteriormente:

3 - **Explicar** - através de causas e associações - as razões que convertem as estratégias dos agentes de desenvolvimento em conflitos no interior das comunidades. A explicação deve ir mais além que a mera explicação testemunhal do fenômeno, senão, também, dever-se-ia construir metodologicamente aspectos relacionados com a prática experimental e as análises integradas das associações concomitantes do fenômeno.

4 - Por último, embora não menos importante, é necessário **oferecer recomendações** que tenham por fim dar solução à problemática apresentada, entendendo que o problema seja comprovado empiricamente. Neste caso deve existir uma **racionalidade da ação**, a qual é a relação lógica e equilibrada entre a descrição do modelo avaliativo (a identificação do problema) e as recomendações. As recomendações devem ter coerência interna e a possibilidade de aplicação lógica no contexto descrito. Este é o processo mais

cuidadoso e delicado, e sua maior ou menor aderência depende da solidez que as demais etapas da pesquisa diagnóstica tenham sido realizadas.

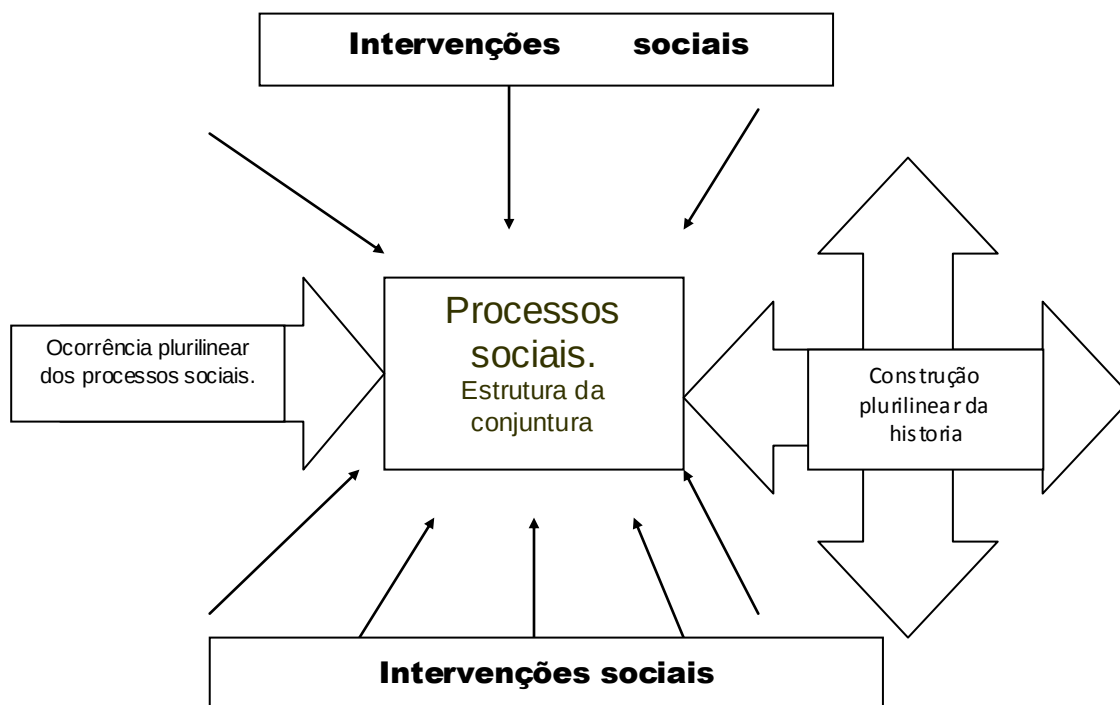


Figura 5.4.10.2-1: Processos Sociais. Estrutura da Conjuntura.

5.4.10.3 O Contexto Regional de Ocupações Humanas

O objetivo maior do presente Programa é desenvolver pesquisas junto ao Patrimônio Arqueológico e Histórico presente na área das obras de Implantação da Base Portuária E&P. Todavia, só é possível conferir uma validade científica a estas análises se elas tiverem como referência o contexto mais amplo de ocupações humanas em que a área se insere. Assim sendo, é preciso procurar no *vestígio arqueológico* (possíveis sítios, artefatos e quaisquer outros traços

materiais de atividade cultural presentes na área) seu *conteúdo sociológico*. Os remanescentes da cultura material são tratados enquanto documentos, vetores de informação que conduzem principalmente às atividades cotidianas, mas que, em última análise, só podem ser entendidos no contexto sócio-cultural de que fazem parte.

É este contexto que permite, em primeiro lugar, identificar e classificar os vestígios existentes na área, tanto no tempo como no espaço. A partir daí, é possível conceder-lhes um significado histórico/ cultural, definindo a existência do que se denomina como “patrimônio cultural”.

Com base nestes conceitos foi realizado um amplo levantamento documental (bibliográfico, cartográfico e iconográfico), objetivando elaborar um Quadro Regional de Ocupações Humanas que servisse de referência e contextualização aos eventuais vestígios arqueológicos/ históricos presentes na área. Este Quadro é formado por diferentes Cenários, cada um deles correspondendo a uma frente de ocupação humana que se desenvolveu na região, ao longo do tempo.

Para cada cenário foram obtidos dados sobre cronologia, evidências conhecidas na região de entorno da região, caracterização histórica, tipologia do patrimônio envolvido e traços de cultura material, fornecendo uma síntese dos contextos que poderiam ocorrer na área de interesse deste Programa. A **(Tabela 5.4.10.3-1)** traz uma listagem dos sítios arqueológicos até o momento conhecidos no município de Anchieta e, também, nos municípios adjacentes à área diretamente afetada pelo empreendimento, a partir de pesquisas realizadas junto ao Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos/IPHAN.

Tabela 5.410.3-1: Listagem dos sítios arqueológicos já registrados. Fonte: CNSA/IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Nome do sítio	Município	Tipo	Data de registro	Arqueólogo responsável
Chapada da "A"	Anchieta	Sítio Pré-Colonial	10/10/1995	Celso Perota
Rio Una I	Anchieta	Sítio Pré-Colonial	10/10/1995	Celso Perota
Rio Una II	Anchieta	Sítio Pré-Colonial	20/10/1995	Celso Perota
UTGS 1	Anchieta	Sítio Pré-Colonial	18/01/2007	Celso Perota
Ruínas do Rio Salinas	Anchieta	Sítio Histórico	18/09/1995	Celso Perota
Rio Una III	Anchieta	Sítio Pré-Colonial	02/11/1995	Celso Perota
Missão do rio Salinas	Anchieta	Sítio Histórico	18/09/1995	Celso Perota
Dona Mariinha	Anchieta	Sítio Pré-Colonial	21/04/2008	Christiane Lopes Machado
Casarão Vila dos Adolfo	Anchieta	Sítio Histórico	-	Lilian Panachuk de Sá
Ruínas da Igreja de Nossa Senhora da Conceição	Guarapari	Sítio Histórico	09/10/1995	Celso Perota
Areal de Guarapari	Guarapari	Sítio Pré-Colonial	30/12/1899	Christiane Lopes Machado
Areinha de Viana	Viana	Pré-Colonial	29/07/2008	Christiane Lopes Machado
Pedra do Campo	Domingos	-	-	-

	Martins			
ES-GU nº2	Itapemirim		15/01/1969	Rosana P. Najjar
Sítio do Canavial	Itapemirim	Histórico	14/08/2008	Divaldo Rocha Sampaio
Casarão Fazenda Santa Helena	Itapemirim	Histórico	09/07/2010	Alexandre Garcia
Usina Santa Tereza	Santa Leopoldina	-	30/12/1899	-
ES-VI nº1	Serra	-	23/01/1969	Celso Perota
ES-VI nº2	Serra	-	05/02/1969	Celso Perota
ES-VI nº3	Serra	-	30/09/1970	Celso Perota
ES-VI nº4	Serra	-	30/09/1970	Celso Perota
ES-VI nº5	Serra	-	30/09/1970	Celso Perota
ES-VI nº 6	Serra	-	30/09/1970	Celso Perota
ES-VI nº7	Serra	-	30/07/1970	Celso Perota
Sambaqui do Queimado	Serra	Pré-Colonial	12/01/2005	Christiane Lopes Machado
Sítio do Cachimbo	Serra	Pré-Colonial	26/11/2007	Christiane Lopes Machado
Polidores do Alphaville	Serra	Pré-Colonial	26/11/2007	Christiane Lopes Machado
Sambaqui do Morro	Serra	Pré-Colonial	26/11/2007	Christiane Lopes Machado
Lascas do Areal	Serra	Pré-Colonial	26/11/2007	Christiane Lopes Machado
Sambaqui de Carapina	Serra	Pré-Colonial	10/10/2005	Christiane Lopes Machado
Sambaqui do Pércles I	Serra	Pré-Colonial	24/11/2007	Christiane Lopes Machado

Sambaqui do Péricles II	Serra	Pré-Colonial	24/11/2007	Christiane Lopes Machado
Sambaqui Jacuhy	Serra	Pré-Colonial	24/11/2007	Christiane Lopes Machado
Sambaqui do Apicum	Serra	Pré-Colonial	30/12/1899	Christiane Lopes Machado
Lagoa do Juara	Serra	Pré-Colonial	30/06/2008	Christiane Lopes Machado
ES-VI nº15	Fundão	-	05/03/1970	Rosana Najjar
Forno Indígena	Bom Jesus Itabapoana	-	30/12/1899	Simonne Teixeira
Lapa Puri Campos	Bom Jesus Itabapoana	-	30/12/1899	Rosana P. Najjar
Sítio Marambaia	Natividade	-	20/12/1973	Ondemar Dias Jr.
Sítio do Triunfo	Natividade		20/12/1973	Ondemar Dias Jr.
NATIVIDADE 1	Natividade	Pré Colonial -	05/11/2008	Anderson B. A. Pereira
NATIVIDADE 2	Natividade	Pré Colonial -	07/11/2008	Anderson B. A. Pereira
NATIVIDADE 3	Natividade	Histórico	08/11/2008	Anderson B. A. Pereira

Conforme apresentado na (**Tabela 5.4.10.3-1**), os municípios tratados demonstram uma diversidade de vestígios, relacionados a diferentes cenários de ocupação humana que ali se desenvolveram, ao longo do tempo. É certo que estes sítios não constituem o total de patrimônio arqueológico/histórico regional, uma vez que trazem o resultado das pesquisas até o momento realizadas. Assim, a continuidade de levantamentos certamente ampliará o quadro apresentado, tanto em termos qualitativos como quantitativos.

O texto que segue detalha os cenários de ocupação regional a que estes sítios se relacionam, organizados em cenário arqueológico e cenário histórico.

A) O contexto Arqueológico regional

De um modo geral, as ocupações humanas pré-coloniais do Estado do Espírito Santo podem ser sintetizadas em três cenários distintos, a saber: grupos construtores de sambaquis/acampamentos conchíferos, e grupos ceramistas (relacionados às tradições Tupiguarani, Una e Aratu).

Os primeiros registros a respeito de sítios arqueológicos localizados no território entre os rios Mucuri e Piraquê-açu, como os também localizados dessas regiões à Baía de Vitória, foram obtidos a partir da década de 1930⁴.

Uma primeira publicação ocorreu no ano de 1936, quando Meyer descreve os aspectos dentários de esqueletos encontrados em sambaquis localizados na Baía

⁴ TEIXEIRA, L. C. A malha paralela no levantamento arqueológico regional: Um estudo de caso na Planície litorânea do Norte Capixaba – Brasil. Dissertação de Mestrado. São Paulo, 2002. p. 31 – 34.

de Vitória. Na década de 1960, Cunha também cadastrou a existência de sambaquis na Baía de Vitória.

Com o início do PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisa Arqueológica), o arqueólogo Celso Perota passou a desenvolver diversas pesquisas, principalmente na região central do Espírito Santo. A partir desse momento foram definidos determinados aspectos no que tange à cronologia e classificação dos sítios arqueológicos do Espírito Santo. Sob orientações dos arqueólogos norte-americanos Clyfford Evans e Betty Meggers o PRONAPA visava, entre outras coisas, definir um quadro das ocupações pré-históricas em todo o território nacional. No estado do Espírito Santo não foi diferente.

B) O contexto dos sítios concheiros

No que tange aos estudos dos padrões de ocupações dos sítios concheiros identificados em regiões do Espírito Santo, vale ressaltar que serão discutidos, juntamente, as duas classes de sítios: acampamentos conchíferos e os sambaquis, de acordo com o próprio tratamento dado pela bibliografia consultada.

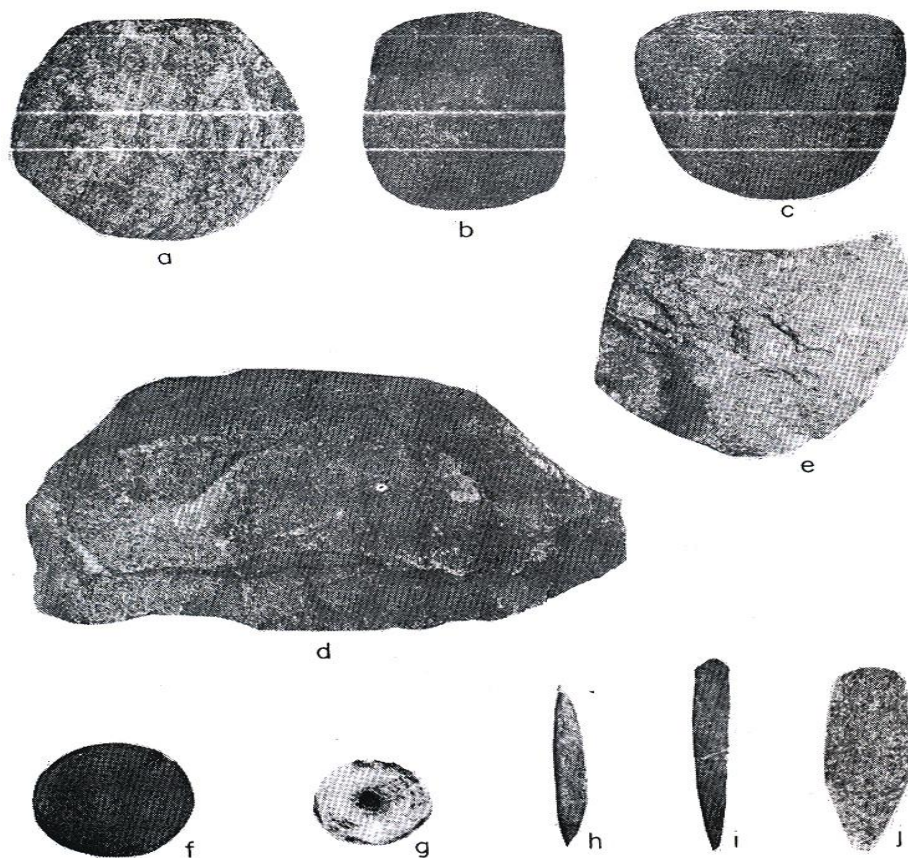
Os sítios sambaqui ocorrem principalmente nas áreas de paleolagunas, sobre terraços e ilhas arenosas. Os acampamentos conchíferos, embora se encontrem em regiões semelhantes as dos sambaquis, localizam-se preferencialmente nos cordões arenosos mais externos, distribuídos ao longo das margens externas da paleolaguna e próximos aos rios que correm próximos às praias (Teixeira, 2002).

Nas últimas décadas o estudo sobre sítios sambaqui tem ampliado a concepção arqueológica sobre sua estrutura e funcionalidade. Deixaram de ser

compreendidos como simples acúmulo de restos de comida, ou conchas, e passaram a ser analisados, também, como estruturas construídas com intenções monumentalísticas, apresentando elementos simbólicos associados à sociedade que os construiu.

Em análises de sítios sambaquis e acampamentos conchíferos no Vale do Suruaca, de acordo com Teixeira (2002) tem-se bastante clara a orientação para a exploração, desses grupos, de recursos localizados em ambientes costeiros. Seus assentamentos encontram-se sempre associados a grandes corpos d'água onde há, geralmente, grande produção de biomassa. Assim, esses grupos construtores do litoral norte do Espírito Santo se apropriaram de um ambiente de alta produtividade, combinando tanto elementos alimentícios oriundos da água doce (rios, lagoas) quanto da água salgada. A alta pluviosidade da região possibilitava um aporte elevado de nutrientes nas águas das lagoas. Já no ambiente terrestre, aves e mamíferos seriam caçados por esses grupos nas margens das lagoas.

Nestes sítios ocorrem, além das camadas de conchas de mariscos, também artefatos em ossos e em pedra (polida e lascada). Exemplos podem ser visualizados na **(Figura 5.4.10.3-1)**.



Artefatos líticos e ósseos de sambaquis. *a*, Machado semipolido. *b*, Machado polido. *c*, Quebra-côco e batedor. *d*, Talhador. *e*, Raspador com função de faca. *f-g*, Vértebras trabalhadas. *h-i*, Pontas-de-flecha de osso de animal. *j*, Ponta-de-flecha de osso de balçia.

Figura 5.4.10.3-1: Artefatos líticos e ósseos de Sítios Sambaquis identificados no Espírito Santo (Fonte: PEROTA, Celso. Dados parciais sobre a arqueologia Norte Espírito Santense. Publicações Avulsas, 15. Belém. 1971.)

C) O contexto cerâmico

C.1 - Tradição Tupiguarani

No Estado do Espírito Santo tem-se registro de mais de 300 sítios da tradição Tupi-Guarani. Segundo Perota (1971) essa tradição é representada pelas fases Cricaré (a.D. 895) e Tucum (a.D 1390 +- 70) da Sub-tradição Pintada, fases estas que se estendem por todo litoral e interior do Espírito Santo.

A fase Tucum é considerada bastante recente, com sítios apresentando materiais com características que remetem ao período do contato entre as populações indígenas e o colonizador português.

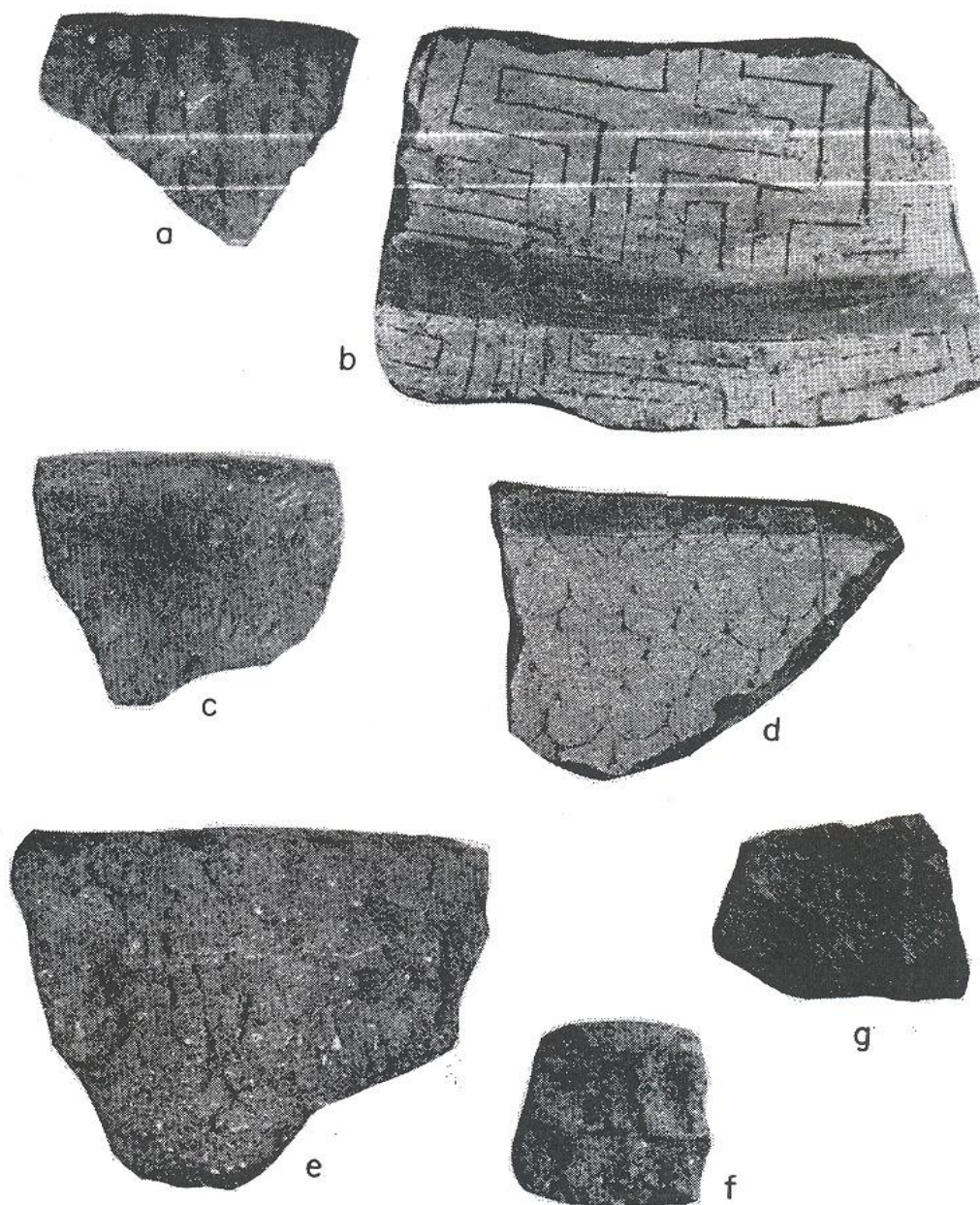
Também estudos desenvolvidos por Machado (1994) indicaram a presença de sítios com indústria cerâmica associada à tradição Tupiguarani no Baixo Rio da Seca.

A fase Cricaré, de Sub-tradição Pintada, foi identificada em sítios localizados em estirões de 100 a 1.500 m das margens dos rios (Perota, 1971). As formas das cerâmicas identificadas, de acordo com Perota, são de tigelas, pratos, grelhas, urnas carenadas e peças de boca irregular, de acordo com Perota (1971).

No que se refere à fase Tucum, em estudos do ano de 1974 Perota identificou sítios dessa fase sempre situados próximo de mangues e em terrenos arenosos. Os vestígios cerâmicos identificados nessas pesquisas *“teve como técnica Figura 5.4.10.3-2 de confecção o arcodeamento, o antiplástico foi o quartzo e cerâmica triturada, a cor geralmente é marrom escura, tanto na*

superfície como no núcleo” (Perota, 1974, p.131). Ainda nesses estudos foram reconstituídas 17 formas de recipiente, com predomínio de bacias e tigelas com bordas arredondadas. Também foram recolhidos fragmentos de urnas funerárias. O material lítico, nessa fase, é pouco representativo.

De acordo com análises do pesquisador Celso Perota (1971), as fases Tucum e Cricaré, ambas distinguem entre si, principalmente pelo tipo de *habitat*, profundidade dos refugos, frequência dos tipos decorados e motivos de desenhos na decoração pintada. Apresenta a fase Tanguí, com data de a.D 810, com sítios concentrados no sul do Estado. Segundo Perota (1974), essa fase possui enterramentos localizados em abrigos sob rocha.



Cerâmica decorada da fase Cricaré. a, c, Ungulado. b, d, Pintado. e-f, Corrugado leve. g, Escovado.

Figura 5.4.10.3-2: Materiais cerâmicos da fase Cricaré, tradição Tupiguarani. (Fonte: PEROTA, Celso. Dados parciais sobre a arqueologia Norte Espírito Santense. Publicações Avulsas, 15. Belém. 1971.)

C.2 - Tradição Una

Tem como método de manufatura o acordelamento, notando-se algumas bases modeladas. Foram reconstituídas 6 formas de vasilhas, que se apresentavam, geralmente, globulares, tigelas fundas e rasas. As bordas caracterizavam-se por serem, em maioria, com os lábios arredondados.

Além dos materiais cerâmicos, verificou-se também a presença de pontas projéteis e diversos ossos de mamíferos com ranhuras de cortes intencionais. A indústria lítica inclui batedores, quebra-cocos e lascas de quartzo em grande quantidade (Perota, 1974).

A fase Tangui apresenta características próprias que a diferencia das fases Mucuri, Ururaí e Ipuca (Estado do Rio de Janeiro e Guanabara). Na hipótese de Perota (*op. cit*) os abrigos sobre rocha dessa fase eram utilizados como acampamento de caça, com espaço reduzido (não chegando a abrigar 10 pessoas), considerando a pouca quantidade de material ali dentro encontrado.

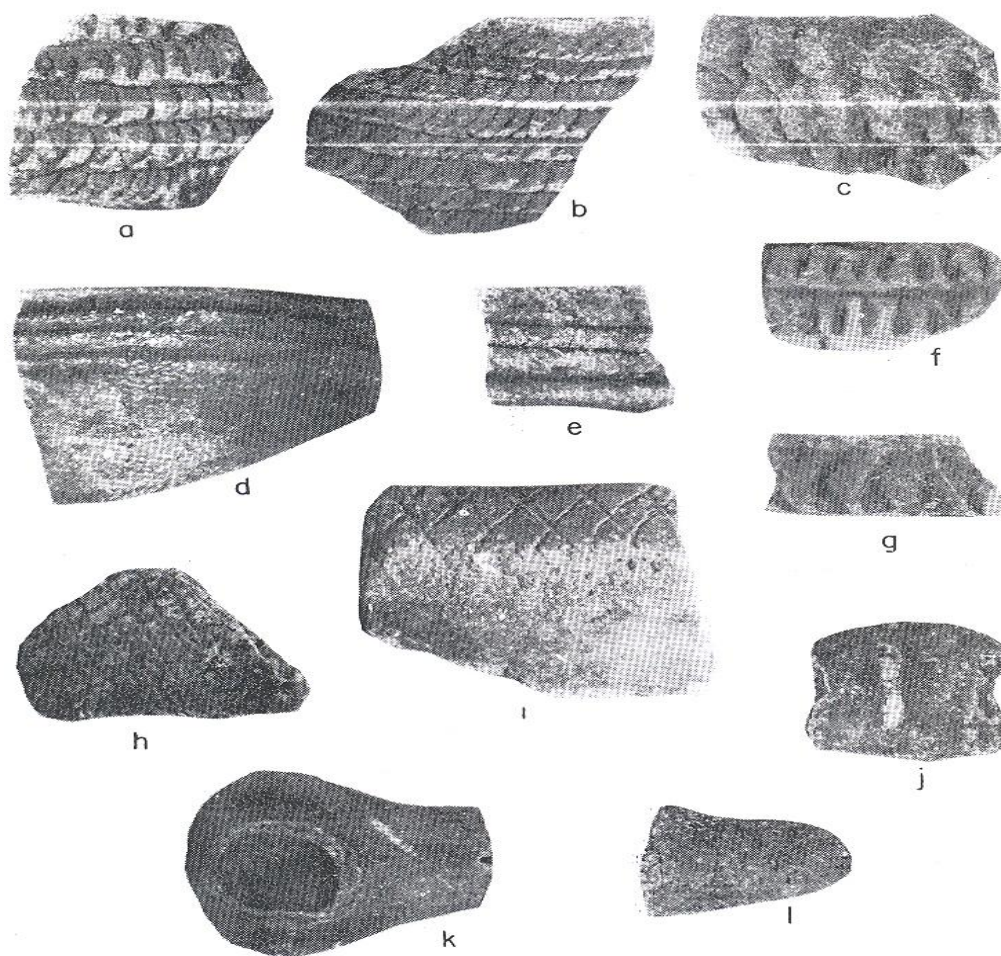
C.3 - Tradição Aratu

Apresenta-se no Estado por duas fases: Jacaréipe e Itaúnas (Teixeira, 2002). Os sítios da fase Jacaréipe aparecem localizados perto de zonas alagadas ou de mangues, caracterizando-se por possuir entre os tipos cerâmicos mais comuns o Jacaréipe Simples (tempero grosso), Piraem Simples (tempero fino), Jacaréipe Vermelho, Jacaréipe Corrugado Simples, Jacaréipe Corrugado Ungulado, Jacaréipe Pontado, Jacaréipe Roletado e Jacaréipe Ungulado.

Já a fase Itaúnas (**Figura 5.4.10.3-3**) é caracterizada por sítios com uma estratigrafia que apresenta conchas, ossos de peixes e de animais misturados com grande quantidade de terra, formando um pacote arqueológico com até 40 cm de espessura.

No ano de 1971, Celso Perota localizou 20 sítios arqueológicos desta fase, entre 50 a 100 metros das margens dos rios, sempre em pequenas elevações.

Para essa fase, de acordo com Perota (1971) há duas datações: a.D. 1730 e a.D. 1870. Os sítios dessa fase localizam-se em localidades secas e elevadas, podendo apresentar grandes urnas piriformes e o uso da grafita como antiplástico e como elemento de tratamento de superfície e decoração.



Cerâmica da fase Itaúnas. *a-b*, Corrugado ungulado. *c*, Corrugado 1 (leve). *d-e*, Roletado. *f*, Entalhado. *g*, Ungulado. *h-i*, Inciso. *j*, Asa aplicada. *k-l*, Fragmentos de cachimbos.

Figura 5.4.10.3-3: Materiais cerâmicos da fase Itaúnas, tradição Aratu. (Fonte: PEROTA, Celso. Dados parciais sobre a arqueologia Norte Espírito Santense. Publicações Avulsas, 15. Belém. 1971.)

5.4.10.4 Breve caracterização da etnologia e da história regional

A penetração dos colonos portugueses no interior do Espírito Santo e a complexa relação entre os indígenas da região e os homens brancos.

Segundo a bibliografia, no Estado do Espírito Santo foram encontradas diversas tribos indígenas durante todo o período colonial e nos períodos posteriores. Estes grupos viram-se cada vez mais ameaçados pelas ações dos colonos e, também, pela insistência das missões católicas. Parte dos nativos adentrou no território, alcançando terras longínquas, sobretudo a partir do século XIX. Outra parte foi convertida ou escravizada, passando a integrar o trabalho forçado nas propriedades agrícolas.

Inúmeros relatos informam que o litoral era ocupado por tribos tupiniquins (família Tupi), de densidade expressiva, principalmente na região do baixo rio São Mateus⁵. Grande parte das informações sobre as populações do litoral vem de descrições sobre conflitos entre brancos e indígenas. Já no primeiro contato ficaram claras as dificuldades que aguardavam os novos colonos: os índios se colocaram armados em grupos na praia, mostrando-se dispostos a impedir o desembarque. Os portugueses alcançaram a praia após disparos de canhão, o que intimidou os nativos, fazendo-os fugir para a floresta (Oliveira, 2008).

⁵ TEIXEIRA, L. C. A malha paralela no levantamento arqueológico regional: Um estudo de caso na Planície litorânea do Norte Capixaba – Brasil. Dissertação de Mestrado. São Paulo, 2002, p. 34 – 49.

Os portugueses tiveram, desde muito cedo, certeza quanto à valentia dos nativos do Espírito Santo. Durante todo o período colonial vão estar preocupados com os ataques indígenas, construindo fortificações em locais onde a defesa fosse mais fácil.

Muitas expedições ocorreram com o intuito de trazer índios escravos para trabalhar na terra. Algumas tiveram sucesso, outras não. Os Aimoré, os Goitacá e os Tupiniquim ofereceram resistência. As primeiras batalhas causaram muitos danos aos portugueses, que viram grandes fazendas serem destruídas e parte dos seus morrerem (Teixeira, 2002).

Em 1557 os colonos pediram auxílio para a capitania da Bahia, na luta contra os indígenas da região. Viram-se cercados na vila de Vitória, a beira da rendição. Mem de Sá reuniu homens mandando-os para a capitania ameaçada. Seu filho foi escolhido para liderar as tropas combatentes, e acabou morto em batalha. Após muitos conflitos os colonos conseguem vencer as tribos indígenas. Essas populações perdem um número gigantesco de pessoas, com tribos inteiras destruídas. Esse fator foi mencionado por Mem de Sá com o rei: *“Fica a capitania do Espírito Santo agora muito pacífica e o seu gentio tão castigado: mortos tantos e tam principais: que parece que não alevantaram a cabeça tao cedo”*. (Sá, Carta, I, 225)

Os jesuítas logo deram início ao projeto de catequização dos indígenas. Missões e aldeamentos foram feitos rapidamente. Impor ao gentio determinados valores ocidentais, meta jesuíta, foi sempre muito complicado, como relata padre Anchieta em uma de suas cartas. *“Su inconstancia e poca firmeza, tienese acá muy poca confiança en ellos, porque son muy mudables”*. Alguns, após terem

recebido o primeiro sacramento, haviam fugido para os matos e *“andan después allá peores que dantes, y tórnanse a meter em sus vicios y a comer carne humana”*. (Brás, *Cartas*, I, 274).

O processo de penetração dos portugueses nos territórios do “Novo mundo” provocou extensas migrações das tribos indígenas pelo interior das capitanias, fazendo com que se deslocassem de seu lugar natural. Como exemplo, sabe-se que índios Puri saíram das regiões praianas rumo às serras e matas fechadas, fugindo dos ataques do homem branco (Oliveira, 2008).

Os índios não litorâneos tiveram contato com os colonos quando esse passou a adentrar no território. Tais grupos foram denominados pelos brancos, em um primeiro momento, de “Tapuias”, com maior ênfase sobre os Aimoré. Ficaram conhecidos também como Pataxó, Aturari, Puri, entre outros.

Na ocupação do sertão leste, entre os atuais Estados da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo, houve diversos enfrentamentos entre os portugueses e tribos indígenas. Acredita-se que existiam seis grandes grupos vivendo nessas regiões: os Tupiniquim, os Kamakã-Mongoió, os Botocudo, o Puri, os Pataxó e os Maxakali (Teixeira, 2002).

O grupo de maior resistência teria sido o Botocudo. Eram assim chamadas pelo fato de utilizarem botoques nas orelhas e nos lábios. Pertencentes ao grupo lingüístico Macro-Jê eram constituídos por grupos nômades de tradições guerreiras. Foram também conhecidos desde o século XVI como Aimoré ou Coroados, por rasparem as cabeças em círculos, ou Tapuia (palavra tupi que significa inimigo, bárbaro). Entre as diversas tribos temos a Inkutera, os Nak na nuk, os Nak hérée, os Krenaks, os Gut krak (Duarte, 2002).

Acredita-se que estas populações migraram de outras regiões, para os rios Pardos, das Contas, Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus e Doce, devido à maior penetração dos colonos na região, a partir da segunda metade do século XIX. Em 1808 o governo reeditou leis autorizando a guerra ofensiva, considerada justa, e o direito de escravização do indígena. Os ataques se intensificaram, dizimando muitas tribos, a fuga foi uma alternativa viável para escapar da morte e do trabalho forçado (vide **Figura 5.4.10.4-1**).

Uma importante fonte de conhecimento sobre os indígenas da região é a literatura deixada pelos viajantes europeus, sobretudo pelos naturalistas do século XIX. Estes percorreram grande parte do território ainda não ocupado, na esperança de encontrar informações acerca deste novo mundo (Oliveira, 2008).



Figura 5.4.10.4-1: *Pintura do artista francês Jean Baptiste Debret (1768-1848) de 1834, retratando uma família de índios botocudos.*

Nos dias atuais, um reduzido número de índios ainda procura manter viva sua cultura e tradição. Vivem em reservas situadas ao norte da capital Vitória, sendo Caieiras Velhas, no município de Aracruz, a mais representativa. Nessas reservas as práticas de agricultura de subsistência e artesanato são muito comuns. Mas muitos indivíduos, dada a dificuldade de sobrevivência nas reservas, migram para os grandes centros urbanos capixabas para trabalhar em ofícios mal remunerados ou em ocupações marginais.

A população indígena do Estado ficou reduzida a um total de 884 habitantes, divididos em três grupos (Caieiras Velhas, Camboios e Pau Brasil), que ocupam área total de 4.492 hectares, já demarcada pelo governo federal, por intermédio da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). O censo de 2000, realizado pelo IBGE, verificou que o total da população indígena no estado era 0,4% do total, estimado em 2.598.231 de pessoas.

O texto abaixo traz um cenário de localização geográfica histórica dos grupos indígenas nas regiões do Estado do Espírito Santo e proximidades⁶:

- Litoral: Tupiniquins/Tupinambás
- Rio Cachoeira, Pardo, Jequitinhonha, Jucurucu, Itanhém, Peruípe, Mucuri, Cricaré e Doce: Botocudos (grens, aimorés).
- Curso Médio dos rios de Contas, do Pardo, Jucurucu, Jequitinhonha, Mucuri, Cricaré, e Itaúnas: Pataxós
- Curso médio dos rios Jequitinhonha, Mucuri e Cricaré: Kumanaxó/Comanaxó/Cumanachó

⁶ TEIXEIRA, L. C. A malha paralela no levantamento arqueológico regional: Um estudo de caso na planície litorânea do Norte Capixaba. Dissertação de Mestrado. São Paulo. 2002. p 47 – 48.

- Rios Pardo, Jequitinhonha e Doce: Kutaxó/Cotoxó
- Baixo curso dos rios Jequitinhonha, Mucuri e Doce: Monoxó/Manaxó/Mapoxó/Momaxó/Makaxó
- Entre os rios contas, Jequitinhonha, Mucuri e Doce: Kopoxó/Copoxó/Gotoshós
- Vale das cabeceiras do Jucuruçu: Kutato
- Rios Jequitinhonha, Itanhem, Jucuruçu, Mucuri e Doce:
- Maxakali/Machacalizes/Machacaris/Machacalizes/Malakaxi/Malakaxeta
- Médio curso dos rios: Jequitinhonha, Mucuri, Cricaré, e Doce: Malali/Malalizes
- Rios Jequitinhonha mucuri e Doce: Panhame/ Bonito
- Bacias do Jequitinhonha, Mucuri, Cricaré e Doce: Makoni/Maconés/Macunis/Makuinins/ Maquaris/Bakoani/Maconcugi
- Afluentes da margem direita do rio Doce: Puris

A) Os processos de formação da Capitania do Espírito Santo

Como mencionado anteriormente, durante os anos primordiais de colonização na América Portuguesa, em se tratando de deixar a faixa litorânea, inúmeras expedições percorriam os territórios brasileiros, compreendendo investidas desarticuladas com interesses distintos e específicos. Os colonos portugueses buscavam pelo conhecimento do território e realizavam sondagens em

determinadas áreas, visando, entre outras coisas, encontrar metais preciosos e populações indígenas a serem escravizadas (Valderez, 2004).

O território da capitania do Espírito Santo, durante o período inicial da colonização, despertou interesse da Coroa Portuguesa, e diversas expedições percorriam o Rio Doce na busca por ouro. Torna-se necessário compreender que, dentro desse complexo contexto em que haviam diversas investidas exploratórias nas regiões da América Portuguesa, a capitania do Espírito Santo estava inserida por possuir, aos olhos dos colonizadores, condições propícias para o enriquecimento da Metrópole.

No ano de 1535, quando a Capitania do Espírito Santo foi fundada por Vasco Fernandes Coutinho, seu território estendia-se por cinquenta léguas desde a ponta Sul do Rio Muricy, ao Norte, até o rio Itabapoana, ao Sul⁷. Durante os primeiros anos da capitania, sob gestão do donatário Vasco Coutinho, de acordo com relatos da época, existia diversos problemas de ordem administrativa nessa capitania.

Os primeiro jesuítas chegaram à capitania apenas no ano de 1551 e a primeira igreja construída foi denominada de Santiago, localizava-se na vila de Vitória. A partir de então, os jesuítas partiram a colonizar o restante do litoral da capitania (Najjar, 2005).

O fim decadente do donatário Vasco Coutinho, excomungado se seu posto por má administração acabaria servindo como ponto inicial para a construção de um imaginário sobre a capitania do Espírito Santo, vista como decadente e sem

⁷ SILVEIRA, M. C. B. O Contestato Espiritossantense (1889 - 1963): O processo de consolidação dos limites Territoriais do Estado do Espírito Santo. Disponível em: <http://www.nilsonfraga.com.br/anais/SILVEIRA_Maria_C_lia_Barros_da_1.pdf> Acessado em: 18 de janeiro de 2011

relevância para a Coroa Portuguesa e para as demais capitanias da colônia a partir do século XVI. No livro “Raízes do Brasil” Sérgio Buarque de Holanda (1994), ao tratar sobre os portugueses que vieram habitar as terras do Brasil colônia durante os primeiros anos de ocupação, afirma que os mesmos tiveram de se habituar a novas maneiras de viver no Novo Mundo:

“Procurando recriar aqui o meio de sua origem, fizeram-no com uma facilidade que ainda não encontrou, talvez, segundo exemplo na história. Onde lhes faltasse o pão de trigo, aprendiam a comer o da terra, e com tal requinte, que - afirmava Gabriel Soares - a gente de tratamento só consumia farinha de mandioca fresca, feita no dia. Habitaram-se também a dormir em redes, à maneira dos índios. Alguns, como Vasco Coutinho, donatário do Espírito Santo, iam ao ponto de beber e mascar fumo, segundo nos referem testemunhos do tempo.”⁸

Após a decadência de Vasco Coutinho a capitania permaneceu nas mãos da família Coutinho até o ano de 1674. Nesse ano o donatário Antônio Gonçalves da Câmara Coutinho conseguiu obter alvará de licença para renunciar e vender as terras da capitania para Francisco Gil Araújo, que recebeu a carta de doação no ano de 1675. Nesse momento inicia-se um novo ciclo de administração por donatários, encerrado no ano de 1718 com a venda da Capitania, por Cosme de Moura Rolim para D. João V. A partir desse período a capitania do Espírito Santo passou a ser anexada à capitania da Bahia e governada por Vices Reis.

⁸ HOLANDA, S. B. Raízes do Brasil. 16 ed. São Paulo. Companhia das Letras, 1994, p. 47.

Até janeiro de 1721 o capitão-mor, João de Velasco Molina, governou a capitania do Espírito Santo. Nesse mesmo ano foi sucedido pelo capitão-mor Antonio de Oliveira Mandail, que era governador subalterno do governo da Bahia. A partir de abril de 1722, por provisão do conselho Ultramarino, a capitania ficou aos cuidados do Ouvidor do Rio de Janeiro, no que se refere ao foro judicial.

Nesses períodos de sequenciais trocas de governantes responsáveis pela capitania do Espírito Santo, vale destacar o contexto histórico no qual boa parte do território do Brasil Colônia estava inserido: o “ciclo do ouro”. Tal ciclo, em sua ascensão e decadência, viria a influenciar em todos os aspectos sociais, políticos e econômicos a capitania do Espírito Santo.

B) As Minas Gerais e as regiões do Espírito Santo, povoamento e tentativas controle sob os territórios

A descoberta dos metais preciosos em território da América Portuguesa, que passou a ser denominado de Minas Gerais, causou a interiorização do povoamento, rápido crescimento populacional em determinados locais do território e ampliação da escravidão. Essas descobertas localizavam-se em terras contidas nos limites traçados nas cartas de doação à Capitania do Espírito Santo, em um lugar muito distante do litoral.

No decorrer do século XVII, a coroa portuguesa encarregou e autorizou que alguns de seus representantes, como Marcos de Azevedo Coutinho (1614) e José Gomes de Oliveira (1664), a descobrir se nas regiões da capitania do Espírito Santo havia ouro ou pedras preciosas. Foi no final desse mesmo século que

ocorreu a primeira descoberta: Antonio Rodrigues Arzão notificou a existência de ouro nas margens do Rio Doce

No começo do século XVIII, ano de 1702, ocorreu descoberta de novas minas de ouro. Foram construídas novas estradas de acessos para as Minas Gerais. A descoberta dessas minas provocou enorme interesse dos moradores, o que fez com que o governo geral ordenasse ao capitão-mor a entrega do governo para os “Oficiais da Câmara da Vila do Espírito Santo” e que seguisse para as minas a fim de evitar o contato com as minas de São Paulo.

Crescimentos populacionais em determinadas localidades sem o controle do governo central fez com que esse governo assumisse medidas de controle, como ordenar, no ano de 1704, um recolhimento dos moradores das lavras à Vitória e evitar que essas pessoas fossem para as Minas.

No ano de 1709 foi criada a Capitania Geral de São Paulo e Minas, desarticulada do território da capitania do Espírito Santo e independente do governo do Rio de Janeiro. Nos primeiros momentos a nova capitania obteve rápido crescimento populacional, dessa forma, foi necessário o governo definir táticas de organização populacional nas regiões da capitania, principalmente no que se refere ao pagamento de impostos. Em 1720 a Capitania de São Paulo foi desmembrada das Minas do Ouro, e o novo território recebeu o nome de Capitania das Minas Gerais.

Até o ano de 1770 o limite de definição das capitanias permanecia impreciso e havia conflitos entre seus habitantes. Dessa forma, por exigências do capitão-mor Governador foi chamado o ouvidor do Rio de Janeiro com o intuito de demarcar a capitania do Espírito Santo, ao Norte e Sul, a Leste e a Oeste do

litoral. Por mais que as antigas divisas estabelecidas no ano de 1534 na carta régia fossem mantidas, a capitania do Espírito Santo perdeu parte considerável de seu território para as Minas Gerais.

No ano de 1781 foram descobertas minas de ouro na margem do rio Manhuaçu, afluente do rio Doce. Nesse mesmo ano, através de uma carta régia, foi ordenado aos Ouvidores de Comarcas e a determinados representantes da capitania do Espírito Santo que fossem encaminhadas, todos os anos para o governo central, em Lisboa, os ocorridos importantes e informações sobre os novos estabelecimentos que fossem construídos nas regiões das minas. Essas medidas assumidas pelo governo tinham como um de seus objetivos o estabelecimento de uma relação de controle e ordem da Metrópole, sob um ciclo econômico que estava se estruturando e consolidando, o ciclo do Ouro.

Ainda sobre as medidas de controle da Coroa Portuguesa sobre o ouro encontrado nas Minas Gerais, dentre tais medidas estava a proibição do estabelecimento de estradas que ligassem as capitanias de Minas Gerais e Espírito Santo. Essa ação da Coroa contribuiu para que a região da capitania do Espírito Santo ficasse “isolada” de outras Capitanias da Colônia e do próprio governo central, em Lisboa.

Nesse primeiro momento de exploração da coroa Portuguesa nas regiões do Brasil, a região do Espírito Santo constituiu-se de um povoamento pequeno e limitado entre o Mar e uma densa Mata Atlântica, transformada em uma barreira de proteção para as áreas da mineração.

A capitania do Espírito Santo permaneceu até o século XIX como associado à da Bahia. Situação que continuou até 1810, quando obteve novamente autonomia política.

C) As vilas da capitania

Em análises de inventários da capitania do Espírito Santo entre os anos de 1790-1820⁹, Elaine Flauzina Carvalho estuda aspectos da sociedade das regiões centrais do Espírito Santo e afirma serem essas sociedades eminentemente agrárias e escravistas, com uma produção que se destinava ao abastecimento da própria capitania, sem deixar de participar das dinâmicas comerciais que aconteciam entre as capitanias do Brasil Colônia nesse período (Carvalho, 2005).

Este estudo traz, portanto, visões distintas no que tange aos estudos da história regional do Estado do Espírito Santo, uma vez que indica para um Espírito Santo atrasado economicamente até meados do século XIX, por conta das medidas tomadas pela Coroa Portuguesa com o intuito de proteger os ouros encontrados nas Minas Gerais. Percebem-se presente, também, estudos que se aprofundam nas pequenas sociedades formadas, nesse período, em regiões centrais do Espírito Santo. Pode-se utilizar como exemplo a vila de Vitória, onde

⁹ CARVALHO, E. F. Comércio Varejista em Vitória de 1790 a 1820. Projeto de pesquisa financiado pelo CNPq, tendo como orientadora Adriana Ferreira de Campos. A linha de pesquisa é sociedade e política. Curso de História. Vitória/ES. 2005. Disponível em: http://www.cchn.ufes.br/nudes/DOC/Pdf/2006/RFinal_Enaile_%202006.pdf> Acessado em: 17 de janeiro de 2011

havia economia ativa e constantes trocas comerciais entre essa vila com outras capitâneas da colônia.

Nos territórios do Espírito Santo existia uma ligação intensa entre o meio rural e urbano. Era fator comum que donos de terras, proprietários de plantações e rebanhos possuísem na vila de Vitória estabelecimentos comerciais e formas de vendas, “*como casas de aluguel, comércios de secos e molhados, embarcações dinheiro a juros, escravos de ganho, botica entre outros*” (CARVALHO, 2005, p. 8). Além desses, vendiam diversos produtos alimentícios, “*especiarias, utensílios, ferramentas, tecidos, roupas, jóias, materiais de construção etc.*” (Carvalho, 2005, p. 8).

No final do século XVII a vila de Vitória apresentava-se interessante aos olhos de visitantes que nessa região desembarcavam. Nas primeiras décadas do século XVIII o francês Auguste Saint-Hilaire, em suas visitas às terras que ficavam às margens do Rio Doce, registrou suas idéias a respeito da organização social dos habitantes de parte alta Ilha de Vitória¹⁰.

“As ruas de Vitória são calçadas, porém mal; têm pouca largura, não apresentando qualquer regularidade. Aqui, entretanto, não se vêem casas abandonadas, como na maioria das cidades de Minas Gerais. Dedicados à agricultura, ou a um comércio regularmente estabelecido, os habitantes da Vila da Vitória não estão sujeitos aos mesmos reveses dos cavadores de ouro e não têm motivo para abandonar sua terra natal. Cuidam bem de preparar e embelezar

¹⁰ MOTTA, C. S. **Infância negra: aspectos da vida cotidiana das crianças escravas na Vila de Vitória**. Quarto encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Curitiba. 2009. Disponível em: <<http://www.labhstc.ufsc.br/ivencontro/pdfs/banners/KatiaSausendaMotta.pdf>> Acesso em: 16 de janeiro de 2011

suas casas. Considerável número delas tem um ou dois andares. Algumas têm janelas com vidraças e lindas varandas trabalhadas na Europa. A vila da Vitória não tem cais; ora as casas se estendem até a baía, ora se vê, na praia, terreno sem construção, que tem sido reservado para embarque de mercadorias. A cidade também é privada de outro tipo de ornato: não possui, por assim dizer, qualquer praça pública, pois a existente diante do palácio é muito pequena, e com muita condescendência é que se chama de praça a encruzilhada enlameada que se prolonga da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia até a praia. Há, na vila da Vitória, algumas fontes públicas, que também não concorrem para embelezar a cidade, mas, pelo menos, fornecem aos habitantes água de excelente qualidade. (Saint Hillaire, 1794: p. 45)".

Nesse caso, tal descrição da Vila de Vitória foi realizada por um viajante Europeu, portanto, sua caracterização aproxima-se com comparações feitas a partir das realidades existentes nas cidades européias. De qualquer modo, é importante destacar sua descrição das casas que, de acordo com Auguste, se estendiam, por vezes, até a região do mar, como mostra a **(Figura 5.4.10.4-2)**.



Figura 5.4.10.4-2: *Contornos desenhados da Barra da Ilha de Vitória no início do século XIX.*

Vitória apresentava um contingente populacional formado por vários grupos sociais: mulatos, pardos, crioulos, imigrantes, homens livres, escravos entre outros. Os moradores da vila dedicavam-se às atividades relacionadas com a agricultura, com a criação de animais e com a pesca. Em seus aspectos demográficos, maior parte da população era constituída por negros. Na última década do século XVIII indicam-se 2.327 indivíduos livres (32,2%), 4.898 pessoas cativas, escravos (67,8%) (Motta, 2009).

No final do século XVIII a capitania do Espírito Santo inseria-se em uma situação econômica favorável, associada com a exportação de produtos tradicionais, madeira e açúcar, para o Rio de Janeiro, além de sacas de algodão sendo transportadas para Lisboa¹¹. O café, introduzido por Francisco Alberto Rubim, já era cultivado por algumas localidades no entorno da vila de Vitória e, no

¹¹ JESUS, R. Fortunas Capixabas: Posses de terras e escravos em Vitória (1850-1872). Vitória. Universidade federal do Espírito Santo. 2007.

nesse momento, começava a se destacar como produto de exportação. Esses produtos eram transportados em carros de boi e bestas até localidades situadas em margens dos rios onde eram conduzidos, por canoas, aos depósitos ou às embarcações marítimas que praticavam comércios com outras províncias como Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro.

D) A província do Espírito Santo e seus meios de integração com o Reino

No ano de 1827, a denominação de Comarca servia para definir determinada divisão judiciária que reunia duas ou mais vilas ou cidades de uma Província. Em um primeiro momento havia a Comarca de Espírito Santo, que fora estabelecida no ano de 1832. Essa Comarca abrangia as seguintes vilas: Itapemirim, Benevente, Guarapari, Espírito Santo (atual Vila Velha) e Nova Almeida, além do aldeamento de São Pedro D'Alcântara, em Comboios, Rio Doce. Já no ano de 1878 haviam 7 Comarcas que constituíam a Província. Essas divisões judiciárias variavam de acordo com o aumento da população e com a necessidade de desafogar os serviços das antigas comarcas.

A independência do Brasil trouxe alguns avanços para a região, como a instalação de uma assembléia provincial, no ano de 1835. Porém, as mudanças planejadas encontraram grandes barreiras, principalmente pela falta de recursos da província. Na segunda metade do século XIX, os principais produtos continuavam sendo agrícolas. Ao Norte da Província destacava-se a farinha de mandioca, enquanto o açúcar começava a ser substituído pelo café, na cidade de Vitória e suas vizinhanças.

Além da realização de atividades essencialmente agrícolas, na vila de Vitória e seus arredores, no decorrer de todo século XIX, havia confecção de manual de redes na Vila Velha ou Vila do Espírito Santo. Além de ser uma produção regular, as redes eram exportadas para outras províncias do Império.

Quanto à produção do café, a expansão desse produto no Brasil foi estimulada no final do bloqueio continental, pela crescente compra por parte dos Estados Unidos da América e dos países Europeus. O Espírito Santo possuía, no início do século XIX, grande parte de suas terras desabitadas, além de ter parte de seu território localizado próximo ao vale do Paraíba. Portanto, não ficou isento desse novo ciclo econômico que se expandia.

Ao sul da Província haviam imensas áreas destinadas ao plantio do café, que foram povoadas por imigrantes estrangeiros vindos do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Em meados do século XIX, outras regiões foram atraídas para o cultivo do café, com intensidades distintas em cada localidade.

E) A era do café: organização social e econômica do Espírito Santo

No decorrer do século XIX tem-se a expansão das fronteiras agrícolas em todo território do Espírito Santo. No primeiro quarto de século grande parte da população (cerca de 20 mil pessoas) estava empenhada na produção de algodão, açúcar e milho. (Cogô, 2009).

Grande parte do território pertencia a uma zona isolada em relação à economia da Coroa. Com exceção dos núcleos de povoamento no litoral, quase tudo era dominado pela mata virgem, ainda pouco explorada. As atividades

econômicas eram compostas, em sua maioria, por comerciantes que realizavam trocas entre si e, também, com outras províncias do Império. Será o café o responsável pela mudança desse panorama social e econômico. (Cogô, 2009).

O município de Itapemirim foi o principal núcleo cafeeiro, onde a expansão dos cafezais foi mais rápida e dinâmica. O trabalho escravo nesta região obteve crescimento considerável, tendo em vista que foi a principal mão de obra utilizada pelos grandes cafeicultores.

Os quilombos eram preocupação constante dos fazendeiros, que atribuíam o declínio da produção às fugas constantes dos escravos. Estas tendiam a agravar o problema da lavoura, pois diminuía os braços na produção. A colonização imigrante veio como uma resposta para esses problemas. Os fazendeiros começam a incentivar o projeto imigrantista no Estado, pois viam este como uma solução para a falta de mão de obra, que ameaçava comprometer os rumos da produção. O trabalho escravo começava a ser mal visto, e já definhava, principalmente após o fim do tráfico negreiro em 1830. A vinda dos imigrantes foi um marco para todo o Espírito Santo, pois estes auxiliariam a compor a diversidade cultural capixaba, com suas especificidades em relação a outras regiões do país.

O exemplo das províncias do sul, no Espírito Santo, essa experiência colonizadora por imigrantes, baseou-se na pequena propriedade agrícola que logo se estendeu ao longo da zona serrana central, em contraste com as áreas do sul daquela região, onde predominava a grande propriedade.

A imigração de europeus foi significativa, sendo mais marcante a presença de portugueses, italianos, suíços, alemães e holandeses. Algumas colônias foram

criadas a partir deste movimento imigratório, como a do Rio Novo (1854), de Santa Isabel (1855), Santa Leopoldina (1856), Rio Doce (1857), entre outras. A agricultura passou por um aumento significativo de sua produção, pois terras desabitadas passaram a produzir. Mas a adaptação na nova terra não foi fácil, muitos problemas foram enfrentados, como a constante ameaça indígena, marcante nas regiões do interior da província (Oliveira, 2008).

A cultura do café foi, aos poucos, substituindo às outras, passando a ocupar a centralidade na agricultura capixaba. Foi o principal suporte para a economia do Estado, que passou por uma significativa evolução, possibilitando diversos avanços na infra-estrutura da região. O advento das estradas de ferro trouxe maior circulação para a produção, melhorando a circulação do comércio cafeeiro, trazendo mais lucros para os produtores (Cogô, 2009).

A cidade de Vitória foi grande beneficiada com a expansão do café. Mesmo fora de sua zona produtiva central, recebeu um capital que possibilitou diversos avanços, como a criação de uma imprensa própria, e estudos para a construção de um porto para escoar as mercadorias. A cidade teve grande expansão, crescendo cada vez mais.

F) Espírito Santo nos anos da República

Na primeira República, o poder estava distribuído entre os coronéis, donos de grandes propriedades agrárias. Eram eles que controlavam a vida política de suas regiões, legitimados pelo voto de cabresto. Havia uma confusão quanto às

fronteiras entre o público e o privado, o apoio do governo central dava liberdade para que as oligarquias governassem com certa folga. Neste contexto, o Presidente Campo Sales inaugura a política dos governadores, substituindo o poder da província. Com esta medida há um enfraquecimento do poder municipal de Vitória. A eleição dependeria de todo o Estado, não apenas de uma capital. (Rostoldo, 2008).

No final do século XIX havia grande apoio de parcelas da população ao movimento abolicionista, sobretudo pelas elites intelectuais, que vão liderar os movimentos de abolição da escravatura. A libertação dos escravos será combatida por deputados capixabas durante todo o século XIX, pois, se conquistada, traria prejuízos para as finanças da região, que tinha o trabalho escravo como base do sistema econômico. A economia do Espírito Santo vê-se, dessa forma, em crise com o advento da república.

Após os tempos de crise, na última década do século XIX, uma série de medidas serão tomadas para reanimar a economia do Estado. Como consequência a arrecadação irá subir, chegando a cinco vezes o valor obtido anteriormente. O café impulsionará a economia, sendo o responsável pela melhora significativa. O trabalho imigrante vai aos poucos apresentando resultado, auxiliando para ampliar os horizontes financeiros de todo o Estado.

No início da república as cidades capixabas tinham ainda um estrutura colonial. O grande desafio republicano seria modernizar as bases da sociedade em geral. Para isso contariam com governos mais liberais. Será na primeira república que esse espaço urbano começa a mudar, chegando à segunda década do século XX com uma modernização maior, mas não completa (Oliveira, 2008.).

O crescimento da cultura cafeeira na Província do Espírito Santo, a partir de 1870, tornou saturado o porto de Itapemirim, então utilizado para escoamento agrícola, essencialmente de cana-de-açúcar. Como alternativa, foram previstos embarques em outro atracadouro, denominado Cais do Imperador, na parte sul da ilha de Vitória.

Em 1906 o governo autoriza a construção do porto de Vitória, essencial para o escoamento do café do Espírito Santo. Devido a uma série de problemas e atrasos, o porto foi inaugurado apenas em 1940. Mas foi determinante para o desenvolvimento da infra-estrutura do Estado, sendo o seu complexo um dos mais importantes do país até os dias atuais.

Outro importante acontecimento para todo o Estado foi à criação, em 1945, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), sob o governo de Jones dos Santos Neves. Marco do ensino superior possibilitou a capacitação de parte da população, que não precisaria mais recorrer a outras regiões do país. Esse evento aumentou a mão de obra qualificada nas regiões capixabas.

Com o início da aviação em grande escala, o Estado precisou de um aeroporto para atender a demanda aérea. Na década de 1930 o local onde, atualmente, é o aeroporto de Vitória, funcionava o Aeroclube da capital, com uma pista de terra batida. Este local foi escolhido para a construção de uma pista de cimento, que seria ampliada posteriormente. O Aeroporto de Vitória fez parte da relação de aeroportos participantes do convênio firmado entre os governos do Brasil e EUA, pelo qual o Brasil cedia, durante o período de guerra, a utilização dessas áreas para as Forças Armadas dos EUA. Em 1943, mesmo ano da conclusão das primeiras obras, o U.S. Engineer Office, repartição do exército dos

EUA, elaborou um projeto para o recém construído aeroporto a ampliação da pista para 1500 metros de comprimento por 45 metros de largura, o projeto foi consolidado pela diretoria de obras do Ministério da Aeronáutica tendo sido concluído em 1946, que é a data oficial da inauguração do aeroporto. A posição privilegiada de Vitória possibilitou que o aeroporto fosse uma das rotas da segunda grande guerra.

Pela primeira vez em sua história, a Capital do Estado elegeu seu Prefeito em 1955. O escolhido foi o escritor e jornalista Adelfo Poli Monjardim, herdeiro de nome tradicional na vida pública do Espírito Santo. Sua passagem pela direção do município metropolitano ficou assinalada, entre outras obras, pela construção de amplas avenidas, que auxiliaram na integração das regiões de Vitória (Oliveira, 2008).

Para ampliar a exportação de minério de ferro oriundo de Minas Gerais a Companhia Vale do Rio Doce construiu o porto de Tubarão, em Vitória, com capacidade para estocar um milhão de toneladas de minério, receber navios de até cem mil toneladas e carregá-los a um ritmo de seis mil toneladas por hora. As obras foram iniciadas em 1966 e terminadas em tempo recorde. Situado a dez quilômetros ao norte da capital, é um dos maiores portos de minério do mundo. Com a transferência para Tubarão da maior parte da exportação de minério de ferro, o porto de Vitória ficou liberado para outras aplicações

Até 1960 o café era à base da agricultura capixaba. Após o declínio dos preços no mercado internacional este panorama começa a mudar. Com a piora do mercado cafeeiro haverá uma política de erradicação dos cafezais, levando muitos trabalhadores ao desemprego. Isso acarretará em uma grande migração

para Vitória, pois sua região metropolitana possuía melhores condições de trabalho, devido aos novos empreendimentos industriais.

A crise levava à erradicação de 220 milhões de pés de café (1966-68), o que acarretou no deslocamento de cerca de 30.000 famílias, ou seja, 180.000 pessoas, das quais 30.000 emigraram para outros Estados, 20.000 se marginalizaram como subempregados no meio rural e 10.000 no urbano.

A indústria será, a partir da década de 1960, uma alternativa à economia cafeeira, mas a atividade industrial foi incapaz de absorver toda a demanda crescente por emprego na Grande Vitória. Isso provocou o crescimento do emprego em atividades terciárias de baixa produtividade caracterizadas como emprego informal e subemprego. O incremento populacional da Grande Vitória atingiu altas proporções, enquanto nas áreas rurais o índice populacional declinava. Esta condição agravou-se a partir da década de 1970 quando a agricultura nacional passou por um processo de transformação profunda chamado de industrialização do Campo. Cresce a ocupação irregular de terrenos e dos morros, devido ao empobrecimento da população.

Os governos da segunda metade do século XX iriam se preocupar com a reestruturação do Estado, criando políticas que favorecessem a modernização de suas bases. Terão grandes investimentos áreas como o saneamento básico, construção de estradas, melhora dos sistemas de ensino e de saúde, habitações populares, entre outras (Oliveira, 2008).

Ao campo foi ministrado tratamento especial, promovendo o cooperativismo, a inseminação artificial dos rebanhos, a mecanização agrícola, a preparação da

carta de solos, a intensificação da política creditícia, o uso de sementes selecionadas, reflorestamento e emprego de adubos.

Todas as regiões do Espírito Santo começam a ser vivificadas por um desenvolvimento através da construção de estradas, abrindo caminho aos grandes centros econômicos do País como Rio de Janeiro, S. Paulo, Minas Gerais, Bahia, Nordeste e, principalmente, à Capital do Estado e ao Porto de Vitória, o que promoveu uma benéfica integração econômica, político-administrativa e cultura (Oliveira, 2008).

5.4.10.5 Estudos de Patrimônio Histórico e Cultural

5.4.10.5.1 Os Municípios da AII

O texto que segue traz uma sintética descrição histórica dos municípios que abrangem a Área de Influência Indireta (AII) da Base Portuária do E&P no Espírito Santo, para fins desta fase de Diagnóstico dos Aspectos Históricos e Culturais, a saber, Guarapari, Piuma, Itapemirim, Marataízes, Presidente Kennedy e São Francisco de Itabapoana.

A) Guarapari

O Município de Guarapari possui um território de 595 Km² e uma população aproximada de 106 mil habitantes. Seu território foi habitado por índios das tribos

Goitacás. Em 1585 o padre José de Anchieta levantou uma capela, dedicada a Santana, e construiu residências destinadas aos catequistas da Companhia de Jesus, dando início a ocupação da região. Os índios passaram a residir junto à igreja e o aldeamento foi crescendo com a presença também de portugueses. Foi freguesia em 1655. Teve foros de Município a 1.º de março de 1670 (a delimitação municipal só foi realizada em 1878). Em 1677, o donatário da capitania, Francisco Gil de Araújo, construiu uma igreja dedicada a Nossa Senhora da Conceição (atual padroeira) e em 1679 criou a vila. O primeiro nome foi Vila dos Jesuítas, depois, Aldeia de Nossa Senhora, Aldeia de Santa Maria de Guaraparim, Guaraparim, Goaraparim e finalmente, Guarapari, vocábulo de origem indígena, derivado (segundo Montoya e Saint Hilaire) de guará-pássaro de arribação, que aparece à beiramar de variadas cores. E pari, significando lugar onde se armam redes para apanhar guarás.

B) Piúma

As terras hoje compreendidas pelo atual município de Piúma eram ocupadas pelos índios Goitacá, habitantes do litoral sul espírito-santense. Os primeiros colonizadores da região fundaram no local em que está localizada a sede municipal, o povoado de Piúma, de onde partiram para a conquista e desbravamento das terras férteis da hinterlândia. Estabeleceram, em meados do século XIX, a povoação de Iconha, que passou a constituir o principal centro comercial da região.

Em face da lei provincial nº 14, de 04-05-1883, o povoado de Piúma foi elevado à sede de distrito, com a denominação de Nossa Senhora da Conceição de Piúma. Em 1891 foi criado o município de Piúma, com território desmembrado de Anchieta. O topônimo é derivado do vocábulo Tupi, que significa pele negra.

Em 1904, a sede municipal foi transferida para a Vila de Iconha e, em 1924, por força da lei nº 1428, de 03 de julho, o município passou a chamar-se Iconha. Pela mesma lei, Piúma passou a ser distrito.

A lei nº 1908, de 24-12-1963, criou o atual município de Piúma, com território desmembrado de Iconha. A instalação se deu a 06-07-1964.

C) Itapemirim

O Município de Itapemirim, anteriormente à criação do município de Cachoeiro de Itapemirim, abrangia todo o sul do Estado do Espírito Santo até a fronteira com Minas Gerais. Ocupava justamente a região do baixo rio Itapemirim, que com seu afluente, o rio Muqui do Norte e teve importância decisiva na vida sócio econômica da região. A mais antiga referência sobre povoamento do atual município remonta a 1539, quando Pedro da Silveira estabeleceu-se próximo a foz do Itapemirim com uma fazenda.

A região, entretanto, permaneceu até ao século XVIII sem nenhuma maior ocupação. Somente após o ataque dos indígenas Puris, em 1771, que os mineradores da região da Serra do Castelo, vieram se estabelecer na foz do Rio Itapemirim. Dois destes mineradores, Pedro Bueno e Capitão Baltazar Caetano Carneiro, adquiriram os direitos de Inácio Cacundo a uma fazenda com engenho

de açúcar, que fora fundada em torno de 1700 por Domingos de Freitas Bueno Caxangá. Esta propriedade, denominada Fazendinha, localizava-se onde é a cidade de Vila de Itapemirim. Entre os fugitivos dos puris estava o vigário do Arraial de Santa Ana de Castelo, padre Antônio Ramos e Macedo, que trouxe para a então capela da Fazendinha as imagens de Nossa Senhora da Conceição, São Benedito, a pia batismal e o sino que serviram para a nova paróquia, depois dedicada a Nossa Senhora do Amparo.

A região progrediu com o surgimento de novas fazendas. A concessão de sesmarias e a legalização das propriedades, no período final do século XVIII e início do século XIX, possibilitaram o desenvolvimento. Toda vida econômica baseava-se na cultura da cana e na produção de açúcar e aguardente. O progresso tornou-se tal que, pelo Alvará de 27 de julho de 1815, foi criado o município de Vila de Itapemirim, sendo o patrimônio da Câmara demarcado pelo Ouvidor José Líbano de Souza, numa área de meia légua quadrada e instalada a nove de agosto de 1815. Nesta época havia nove engenhos de açúcar, desde a foz do Rio Itapemirim até as cachoeiras, onde hoje fica a cidade de Cachoeiro de Itapemirim.

A importância da região devia-se aos seguintes fatores: grandes propriedades agrícolas produtoras de cana-de-açúcar e posição estratégica da Vila de Itapemirim, que além de servir de porto escoadouro da produção, situava-se no encontro entre a chamada Estrada Geral, que unia pelas praias de Vitória ao Rio de Janeiro, e a ligação com o interior, especialmente com a estrada do Rubim na Serra do Castelo.

O progresso regional estava intimamente ligado à produção de cana-de-açúcar e aguardente. Este trabalho agrícola exigia mão-de-obra escrava, que nem sempre foi pacífica, dadas às ordens e os tratos recebidos. Exemplo disso foi o levante de escravos de 1831, que atingiu grandes proporções. Mesmo após a lei que proibia o tráfico de escravos, tentou-se em Itapemirim o desembarque deles, em 1851 e 1852, com os navios negreiros Sociedade Feliz e Segundo, ambos foram rendidos. O Barão de Itapemirim era acusado de ser o principal protetor dos traficantes de negros escravos do Espírito Santo.

Uma estatística de 1851 mostra o poderio econômico de Itapemirim. Nesta fase máxima, em seu território, produzia-se mais da metade de todo o açúcar e aguardente do Espírito Santo. Havia 22 engenhos com 1.348 escravos produzindo 78.700 arrobas de açúcar, 12 estabelecimentos produzindo 622 pipas de aguardente, além de 13 grandes fazendas, com 415 escravos rendendo 18.600 arrobas de café. Este notável desenvolvimento econômico, produzido pelo cultivo de cana-de-açúcar, resultou no período de maior projeção do Município de Itapemirim, que foi entre 1850 e 1870.

Já em 1852 o porto de Itapemirim era ligado por navegação regular a vapor com Anchieta (Benevente), Guarapari, Vitória, Santa Cruz, São Mateus, Caravelas (BA) e exportava principalmente o açúcar, a aguardente e o café da região. Desde o período são grandes os casarões de fazenda, hoje desaparecidos em quase toda sua totalidade, inclusive o que tinha forma de Castelo da Fazenda Santo Antônio de Muqui, pertencente ao Barão de Itapemirim. São desta época também os casarões que enriqueceram a paisagem

urbana da Vila de Itapemirim e a Igreja de Nossa Senhora do Amparo, que é a terceira construída no local.

Boa parte das construções na Vila de Itapemirim teve como material as pedras que vinham nos navios, servindo de lastro, que eram despejadas para dar lugar ao açúcar para embarcar.

Após a decadência do açúcar, ocorre a emancipação, a 25 de março de 1867. O município de Itapemirim ficou reduzido a uma breve faixa costeira. Assim, iniciou-se um processo lento, mas contínuo de decadência, pois o açúcar já não mais tinha grande representação econômica e a região do café, que gerava riqueza, ficou toda anexada ao novo município de Cachoeiro de Itapemirim. Em 1871 havia no município de Itapemirim 4.680 habitantes livres e 2.013 escravos. No ano seguinte, em função da necessidade de exportar o café produzido no interior, o capitão Henrique Deslandes teve a concessão para explorar a navegação a vapor entre o porto de Itapemirim e Cachoeiro. Esta navegação iniciou-se em três de abril de 1876, com quatro vapores acrescidos posteriormente de mais quatro outros, sendo um exclusivo de passageiros.

A navegação do Rio Itapemirim prosseguiu, com algumas dificuldades até que, em 1881, o Capitão Deslandes transferiu ao Português Simão Rodrigues Soares a concessão. Nesta nova fase, com a subvenção oficial de 18 contos de reis por ano, restabeleceu-se, ampliou-se a navegação, que atingiu também portos vizinhos e fez desenvolver no porto da barra de Itapemirim um novo centro urbano, a Barra de Itapemirim, com imponente do Trapiche, construído em 1866, e de outros casarões e igrejas do final do século. Mas a região empobreceu e servia apenas de entreposto comercial para o interior que sucessivamente

aumentava sua produção cafeeira. No governo de Muniz Freire (1892 a 1896) foi feito um contrato para estabelecer um engenho central em Itapemirim, entretanto somente no Governo Jerônimo Monteiro (1908 a 1912) houve a efetivação de medida, com a criação da Usina Paineiras, destinada a modernizar e ampliar a produção de açúcar, substituindo os velhos e antieconômicos engenhos.

No início do século, com o desmatamento do vale, o Rio Itapemirim começou a apresentar sérias dificuldades para a navegação devido ao assoreamento de seu leito. Também, nesse período, iniciou-se a construção da Estrada de Ferro Itapemirim, que ligava o Porto da Barra do Itapemirim até a Usina Paineiras e, posteriormente (1920), de Paineiras até Cachoeiro. Com a ligação ferroviária de Cachoeiro de Itapemirim ao Rio de Janeiro (1903) a Vitória (1910) e o assoreamento da foz do rio, o porto da Barra de Itapemirim, que era o principal e único fator de riqueza no município foi desativado. Itapemirim também servia de entreposto da Colônia do Rio Novo e a ela era ligado por um canal artificial, denominado Canal do Pinto, construído pelo engenheiro Pinto. Este canal perdeu sua função a partir da construção da Estrada de Ferro do Litoral, em 1928, que ligava Rio Novo do Sul a Paineiras, e da Estrada de Ferro Itapemirim. Entretanto, com a abertura rodoviária ligando Cachoeiro ao Rio de Janeiro e à Vitória, via Rio Novo, a Estrada de Ferro do litoral perdeu sua razão de ser e foi extinta. Conseqüentemente, o Município de Itapemirim ficou isolado do desenvolvimento até que muito recente, com as aberturas de vias de comunicação (estradas), houve sua reintegração ao progresso regional.

Atualmente Itapemirim tornou-se uma cidade com grande potencial turístico, é um dos raros recantos do sul onde a proximidade entre o mar e a montanha é

menor. O calor das areias das praias de Itaipava, Itaóca e Ilha dos Franceses contrastam com o clima ameno do Frade e a Freira, às margens da BR-101. A exuberante natureza granítica fez dela o ponto alto dos esportes de aventura, como o vôo livre, rapel e trilhas. No Frade e a Freira ou no Monte Aghá, de frente para o mar, a vista panorâmica nos remete às longas distâncias apresentadas pelo nascer do sol ou da lua.

A lagoa Guannandy ou mais conhecida como lagoa do Gomes tem seu potencial turístico crescente. Cada vez mais, turistas de todo o estado vem desfrutar de uma imensidão de água doce.

Todo o distrito de Itaipava localiza-se em uma APA (Área de Preservação Ambiental), compreendendo desde a foz do rio Itapemirim, na divisa com o Município de Marataizes, até grande parte do município limítrofe ao norte, a cidade de Piúma.

A economia local gira em torno da cana-de-açúcar, o leite e a pesca. Itapemirim possui uma das maiores empresas de exportação do Brasil, situada no distrito de Itaipava, a Atum do Brasil, que possui uma complexa estrutura para recepção e envio de pescados, beneficiando mais de 2000 famílias que sobrevivem da pesca, e também, a usina Paineiras, Situada no Bairro de Paineiras, movimenta a economia local com o beneficiamento da cana de açúcar.

D) Marataízes

Marataízes partilha sua origem histórica com o município de Itapemirim, cujo povoamento se iniciou em 1539, quando Pedro da Silveira estabeleceu uma

fazenda perto da foz do rio Itapemirim. Em 1700 chegavam da Bahia, Domingos Freitas Bueno Caxangá, Pedro Silveira e outros, que se ocuparam da cultura da cana-de-açúcar, dando continuidade à construção do povoado.

Em 1771, quando os índios Puris atacaram as Minas do Castelo (atual município de Castelo), seus moradores se refugiaram na foz do rio Itapemirim, fundando, naquele local, a Freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio, hoje Barra do Itapemirim. Devido às facilidades de transporte e à segurança oferecida pelo ancoradouro interno a pequenas embarcações, a Freguesia progrediu rapidamente. Foi, sem dúvida, o ponto de partida de toda a colonização do Sul do Espírito Santo. O Porto da Barra do Itapemirim era a porta de saída de produtos da terra e a entrada dos primeiros colonizadores. Pela Barra do Itapemirim entraram homens e as máquinas, o progresso, a civilização, a cultura e a arte. Pelo porto entraram os vagões da Estrada de Ferro e saiu toda a produção de açúcar, aguardente e café, que já em 1852 era superior em cem mil arrobas, ou seja, mil e quinhentas toneladas.

Em 1º de agosto de 1887 foi inaugurada a iluminação pública na Barra do Itapemirim, à base de querosene. Em 1901 o engenheiro Emílio Stein iluminou sua oficina e o Trapiche com energia elétrica gerada por um dínamo movido a vapor. Foi a primeira usina elétrica do Estado.

O velho “Trapiche”, é um precioso patrimônio arquitetônico da segunda metade do século XIX, construído pelo Barão de Itapemirim entre 1860 e 1883, com a finalidade de armazenar os produtos agrícolas e colaborar com o desenvolvimento das atividades portuárias, dando suporte para a exportação de produtos e traduz um ‘algo mais’ da história da origem de Marataízes, pois nesse

local também estava instalado o escritório da Coletoria Estadual de Impostos. Com a construção da Estrada de Ferro Leopoldina e, depois, estradas de rodagem, o Trapiche foi caindo em desuso, até ser desativado nos anos 50. Hoje só restam as ruínas, tombadas pelo tempo. Outras construções que retratam parte de sua história são as do Palácio das Águias, do século XIX e da Igreja de Nossa Senhora dos Navegantes, do século XVIII.

O município esteve ligado a Itapemirim até 14 de janeiro de 1992, quando recebeu a emancipação pela Lei nº 4.619, desmembrado de Itapemirim, e instalado em 10 de janeiro de 1997.

Marataízes concentra sua história na Barra do Itapemirim, com antigos casarios. São igrejas e casarões seculares. Entre os seus atrativos, merecem destaque as ruínas do Trapiche, o Porto da Barra, a Igreja de Nossa Senhora dos Navegantes, a Oficina da Antiga Estrada de Ferro, o Palácio das Águias, além de vários casarões ainda habitados. Indo em direção ao centro da cidade, nas proximidades da Praia do Iate, a antiga Estação Ferroviária é outra atração histórica, atualmente sediando a Secretaria de Turismo e Cultura local.

Além dos pontos históricos, a cidade é conhecida por contar com belas praias e lagoas que são atração para uma enorme quantidade de turistas.

E) Presidente Kennedy

O município de Presidente Kennedy possui uma área de 587 Km² e uma população de aproximadamente 11 mil habitantes. Tem sua origem na localidade de Muribeca, onde começou verdadeiramente com a chegada dos Padres

Jesuítas para catequizar nossa gente. Ali habitavam indígenas dos grupos Puri, Goitacazes e Botocudo. Os primeiros imigrantes foram: Átila, Vivácqua, Vieira, Ulisses Fontão, João e Sátiro Henrique, entre outros.

O nome original do município era Batalha, sendo, quando de sua emancipação, por sugestão do Deputado Adalberto Simões Nader, então Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, em 1964, mudado para Presidente Kennedy.

F) São Francisco de Itabapoana

O município de São Francisco de Itabapoana nasceu do território desmembrado do município de São João da Barra, entre a foz dos rios Paraíba do Sul e Itabapoana, na divisa com o Estado do Espírito Santo.

No ano de 1995, São Francisco de Itabapoana ganhou sua autonomia através da edição da Lei n.º 2379, de 18 de janeiro. São Francisco do Itabapoana ocupa uma área de 1.111,335 km², sendo o segundo maior município do Estado do Rio de Janeiro em extensão territorial. O município, instalado em 1º de janeiro de 1997, teve o seu primeiro prefeito com mandato entre 1997 e 2000 e o segundo entre 2001 e 2004, o terceiro mandato terminou em dezembro de 2008, tendo o atual Prefeito assumido o quarto mandato.

Possui ainda um dos maiores perímetros de litoral do país, em termos municipais, com mais de 62 quilômetros de extensão. É atendido pela rodovia RJ-224, que alcança a BR-101 já no município de Campos; por outra via em leito natural, a RJ-204, além de outra rodovia costeira, a RJ-196. Segundo o último

censo, são 47.247 habitantes (IBGE/2008) para 1.111,335 km² de extensão territorial.

Possui como balneários mais conhecidos: Gargaú, Tropical, Santa Clara, Sossego, Guaxindiba, Buena, Manguinhos, Lagoa Doce e Barra do Iatubapoana.

5.4.10.6 Município de Anchieta

O Município de Anchieta localiza-se na região sul do Estado do Espírito Santo. No século XVI, esta localidade denominava-se Aldeia de Reritiba. A data de fundação da Aldeia é incerta. É indicado por Balestrero o ano de fundação em 1565. Basílio Daemin afirma ser no ano de 1569 a fundação da aldeia de Reritiba, pelo padre José de Anchieta. Serafim Leite, estudioso da Companhia de Jesus, afirma que por volta de 1571 já haviam visitas de religiosos na aldeia. De acordo com o Padre Manuel Pires, a data que mais se aproxima da fundação da aldeia é 15 de agosto de 1579, dia dedicado à Nossa Senhora da Assunção, padroeira da cidade.

O pesquisador Motta afirma que a fundação da Aldeia pode ter acontecido durante o período em que o José de Anchieta foi Provincial: entre os anos de 1577 a 1586. Levando em conta a data apontada por Motta, pode-se dizer que o período de fundação da Aldeia está entre os anos de 1565 a 1588. Durante o período colonial, a região em que hoje é o município de Anchieta consistiu em um

importante reduto missionário. Aldeia em que os jesuítas catequisavam os indígenas da região.¹²

Em dezembro de 1595 o Padre José de Anchieta escreve em uma carta que a aldeia que ele escolhia para morar era Reritiba, de acordo com Motta, no ano de 1596 o padre vai para a aldeia, onde permanece até o ano de 1597, ano em que morre. O padre foi enterrado na vila de Vitória.

No ano de 1600 residiam em Reritiba, além dos padres Diogo Fernandes e Jerônimo Rodrigues, os padres Antônio Dias e Sebastião Pinto. No ano de 1604 morre o padre Diogo Fernandes, o mesmo é enterrado na Igreja Nossa Senhora da Assunção. Este dado, induz a acreditar que nesse ano já existia essa igreja na Aldeia.

Saint-Hilaire visitou a província do Espírito Santo, dentre outras do Brasil, entre o ano de 1816 e 1822 e informa que a província do Espírito Santo contava com quatro redutos indígenas, formado por jesuítas: as de Reritiba (naquele período já denominada Vila de Benevente); Guarapari; São João e Reis Magos. Ele ainda afirma que, no tempo em que a aldeia pertencia aos jesuítas, havia em Reritiba ou Benevente cerca de 12.000 indígenas.

A Aldeia de Reritiba foi elevada à categoria de vila antes da expulsão dos jesuítas no Brasil, com o governo pombalino. Provavelmente, o desenvolvimento da aldeia motivou essa transformação ainda no período dos jesuítas.

Segundo Saint-Hilaire, era enorme a população indígena da Vila de Benevente nos primeiros anos de catequização, sendo 9.000 aproximadamente.

¹² NAJJAR, R. P. M. Construtores de Igrejas: Um estudo arqueológico da presença da Companhia de Jesus no litoral Brasileiro. Tese de doutorado. São Paulo. 2005, p. 70 – 71.

Dessa forma, pode-se entender que o número de indivíduos que habitavam na Vila no ano de 1759 era muito superior à 9.000, tendo em vista que os indígenas compõem uma parcela da população, entre europeus e africanos que lá residiam (NAJJAR, 2005). No momento em que os jesuítas são expulsos muitos indígenas fogem para o meio das matas.

Segundo o príncipe Neuwied Maximiliano (1958), no ano de 1815 a população da vila Benevente era de 1.400 almas. De acordo com o mesmo autor a vila tinha algumas casas boas, diversas embarcações em seu porto e uma maioria da população indígena que produzia, dentre outros elementos, o açúcar (NAJJAR, 2005).

Auguste Saint-Hilarie faz uma visita à vila Benevente no ano de 1818. Descreve em seu diário que a vila possuía em torno de 100 casas, uma sociedade baseada na agricultura. Contudo, o autor afirma que o que estraga o desenvolvimento da região é o medo dos habitantes da vila dos ataques dos indígenas Botocudos.

No ano de 1865, Carlos Frederico Hatt, geólogo canadense que visita a Vila de Benevente, consta que a foz do rio Benevente é um dos mais bem frequentados. Afirma que a vila é pequena e seus moradores se dedicavam ao comércio de madeiras, construção de embarcações e cultivo de café.

O imperador D. Pedro II visita no ano de 1860 a vila e descreve que o convento, fundado pelos jesuítas está ao alto e que a igreja que serve de matriz é bonita (Igreja Nossa Senhora da Assunção).

No ano de 1759 foi elevado a Vila de Benevente e, mais tarde, pela lei provincial número 6, do ano de 1887, a Vila passou a ser cidade, denominada de

Anchieta. O nome da cidade Anchieta homenageia o Padre José de Anchieta, tendo em vista que o mesmo fundou a Aldeia de Reritiba.

O texto seguinte traz uma breve descrição sobre um dos patrimônios histórico e cultural da cidade de Anchieta:

- *Igreja Nossa Senhora de Assunção*

A Igreja Nossa Senhora de Assunção foi construída no morro principal da Aldeia de Reritiba, junto à foz do Rio Benevente, entre os anos de 1587 e 1600. Um dado importante já é a entronização da imagem da santa padroeira, que ocorreu no ano de 1590. O responsável por sua construção foi o padre fundador da Aldeia, José de Anchieta.

Os jesuítas saíram da vila no ano de 1759 e, nesse mesmo ano, a Igreja Nossa Senhora de Assunção torna-se matriz da vila de Benevente e a Residência passa ter uso civil, abrigando a Câmara Municipal, a Cadeia Pública, o Fórum e também tem a função de aposentos aos juizes da vila e aos viajantes que ali se hospedavam.

Em se tratando dos aspectos físicos da Igreja, a bibliografia passa a mencioná-lo a partir do século XVIII (NAJJAR, 2005). Em 1760 a igreja apresentava um chão sem assoalho, ou por nunca ter sido posto ou por não ter sido conservado.

No ano de 1860 parte de uma das residências havia desabado, em 1867, há menções, a partir do padre Manuel Pires Martins, da necessidade de vedar o vão de porta que ligava a igreja e o convento. Nesse mesmo documento o padre

indica que as paredes do convento estão em ruínas e que as mesmas necessitavam ser demolidas para dar espaço ao cemitério da cidade, que era naquele local. A área original da ala do convento serviu de cemitério da cidade até meados do século XIX. Houve pesquisas arqueológicas que, de fato, identificaram centenas de esqueletos nesse local (NAJJAR, 2005).

No ano de 1993, a 6ª Sub-Regional da 6ª Superintendência Regional do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) realizou a restauração da Igreja e parte da residência (Igreja Nossa Senhora de Assunção nos dias atuais). Atualmente, a Igreja permanece erguida na cidade de Anchieta. Seu tombamento ocorreu no ano de 1943, pelo IPHAN.

5.4.10.7 O Patrimônio Histórico/Cultural na AID e AII

No desenvolvimento do Programa foram realizados levantamentos dos bens tombados, edificados, paisagísticos e imaterial, abrangendo a cidade de Anchieta e outros municípios da AII. As (**Tabelas 5.4.10.7-1 a 5.4.10.7-4**) trazem uma listagem de exemplares destes bens e suas principais características.

No que se refere aos bens tombados, conta-se com o conjunto edificado formado pela Igreja Nossa Senhora de Assunção e residência, protegido pelo IPHAN. Outro bem tombado (pelo Estado) em Anchieta é a atual Casa de Cultura, edifício do século XIX. Têm-se, ainda, bens tombados em municípios próximos. Outros importantes bens edificados do município de Anchieta, embora não

tombados, compreendem capelas, colégios, praças, igrejas, entre outros, com estilos arquitetônicos variados.

No que se refere ao patrimônio paisagístico, o destaque fica por conta das praias. Finalmente, no que se refere ao patrimônio cultural imaterial conta-se com uma grande variedade de manifestações abrangendo artesanato sobre diferentes matérias primas (madeira, conchas, coco, vime, argila, escamas de peixe etc.), culinária tradicional (com destaque para diferentes pratos à base de peixe e doces) e festas.

Tabela 5.4.10.7-1: Bens tombados (AID e entorno)

FOTO	ITEM	MUNICÍPIO	DESCRIÇÃO	PROTEÇÃO LEGAL
	Igreja Nossa Senhora da Assunção e Residência	Anchieta	A igreja original foi construída no ano de 1579, erigida pelo Padre José de Anchieta, na localidade chamada, originalmente de Reritiba; próxima ao rio Benavente e, em 1887, foi elevada a categoria de cidade. Em 1921, a cidade foi rebatizada com o nome de Anchieta. É uma construção feita em pedra e cal, de fachada simples, a qual é a única restante do conjunto original, mesmo assim, já alterada nas janelas. O frontão toma toda a parte superior da fachada, enquanto o coro possui uma pequena janela de formato circular.	Federal/IPHAN

	Prédio da Casa da Cultura	Anchieta	Antiga prefeitura construída em 1887.	Tombada pelo Conselho Estadual de Cultura do ES.
	Igreja Matriz Nossa Senhora do Amparo.	Itapemirim.	Construída em 1855 pelos Capuchinhos, toda em estilo barroco, remete o visitante a época do Brasil Império.	Tombada pelo Conselho Estadual de Cultura do ES, em 7/01/2011.
	Rua das Palmeiras.		Século XIX.	Rua localizada em frente da Matriz. Foi tombada junto com a igreja pelo CEC do Estado do Espírito Santo, no dia 17/01/2011.

Tabela 5.4.10.7-2: Exemplares de bens edificados (AID e AII). Fonte - Brasil Chanel e Plano Diretor Municipal de Anchieta

Foto	Bem material	Localização	Período	Descrição
	Capela Nossa Senhora da Penha	Centro de Anchieta	Século XIX	Construída em 1873 como promessa à virgem da Penha para que acabassem as epidemias de varíola que aterrorizavam a população no período.
	Colégio Maria Mattos	Centro de Anchieta	Século XX	O Colégio Carmelita foi fundado em 1932 por Dom Helvécio Gomes de Oliveira e foi a primeira escola construída no interior do Estado.

Foto	Bem material	Localização	Período	Descrição
	Hotel Anchieta	Centro de Anchieta		
	Praça dos Imigrantes	Centro de Anchieta	Século XX	

Foto	Bem material	Localização	Período	Descrição
	Casa da Cultura	Guarapari.	Séc. XIX.	Hoje é um espaço para exposições e também um posto de informações turísticas de Guarapari. O prédio tem mais de 150 anos e já foi sede da Prefeitura, Câmara dos vereadores e cadeia pública.
	Velha Matriz.	Guarapari.	Séc. XVII.	Atualmente a igreja é o Museu Sacro de Guarapari, peças e imagens de santos do século XVII estão expostos no local.
	Ruínas da Igreja.	Guarapari.	Séc. XVII.	Ruínas de uma igreja dedicada a Nossa Senhora da Conceição, que nunca foi inaugurada por ter sido local de incêndio. A torre já serviu como cadeia.

Foto	Bem material	Localização	Período	Descrição
	Casa do Artesão.	Guarapari.	Séc. XX.	Estão expostos trabalhos de 40 artistas de Guarapari. Entre eles, artesanato em conchas, palha, renda de bilro, barro, crochê, madeira, cestaria e muitos outros.
	Igreja Nossa Senhora da Imaculada Conceição.	Piúma.	Século XIX.	A Igreja foi fundada sob os auspícios da lei Provincial nº 14 de 04/05/1883, com o antigo nome de Nossa Senhora da Conceição de Piúma quando Piúma ainda era distrito de Anchieta.

Foto	Bem material	Localização	Período	Descrição
	Centro de formação de Pescadores.	Piúma.	Século XX.	A Escola de Ensino Fundamental e de Pesca - ESCOPESCA localizada no Município de Piúma é um Pólo de Educação Ambiental que atende a crianças e adolescentes de diversas comunidades pesqueiras da região. Sua criação começou a ser discutida em 1990, mas somente em 28/jul/1992 passou a funcionar como centro ECOPECA.
	Casa do Barão de Itapemirim. (Prédio da Câmara Municipal)	Itapemirim.	Século XIX.	Prédio Histórico reformado, atualmente abriga a câmara municipal. Nele se encontram duas importantes telas uma de Bom Pedro I e a Outra da Imperatriz Tereza Cristina.

Foto	Bem material	Localização	Período	Descrição
	Trapiche.	Marataízes.	Século XIX	Prédio de dois pavimentos teve uma construção à base de materiais importados. Referencial da indústria pesqueira do município. Guarda traços arquitetônicos que remontam à memória da região.
	Palácio Das águas.	Marataízes.	Século XIX	Construído na primeira metade do século XIX, em estilo colonial português, marca do início da colonização e desenvolvimento da localidade. Foi completamente restaurado no ano de 2010.

Foto	Bem material	Localização	Período	Descrição
	Igreja Nossa Senhora dos Navegantes.	Marataízes.	Século XVIII.	Construção imponente em um altiplano na foz do rio Itapemirim, edificada em 1771, é uma das mais antigas da região. Seus altares neogóticos são de rara beleza.
	Oficina da Estrada de Ferro Itapemirim.	Marataízes.	Século XX.	Monumento histórico e cultural, foi construída no ano de 1937, possui grande importância na história do município, pois servia para manutenção dos trens da região.
	Casarios antigos.	Marataízes.	Século XVIII e XIX.	Localizados na área central de Marataízes e na Barra. Encontram-se, principalmente, no entorno da Praça Antônio Jacques Soares, no centro da Barra, e na Rua Capitão Miguel.

Foto	Bem material	Localização	Período	Descrição
	Igreja das Neves.	Presidente Kennedy.	Século XVII.	A Igreja das Neves foi construída em meados do século XVII onde havia a igreja de madeira. Por volta de 1694, com ajuda de índios catequizados e escravos, o novo templo foi erguido. A imagem de Nossa Senhora das Neves veio de Portugal em 1750.
	Igreja de São Sebastião.	São Francisco de Itabapoana.	Sec. XXI.	A Paróquia de São Sebastião foi fundada em 27 de abril de 2003. Pertence ao Regional Norte. Conta com aproximadamente 45.140 habitantes; 20 Capelas; 10 Pastorais e Movimentos.

Foto	Bem material	Localização	Período	Descrição
	Poço do Coimbra	Anchieta	Século XVII	Abastecia a Vila, construído no século XVII.
	Ruínas da Salina	Anchieta	Século XVI	Construção de 32 colunas de pedras formada pelos jesuítas, fundadores da Aldeia de Reritiba.
	Casarão de Quarentena da Imigração Italiana	Anchieta	Século XIX	Construído por volta de 1875 para hospedar os imigrantes que chegavam pelo porto do rio Benevente e que eram enviados às colônias do sul do Estado.

Foto	Bem material	Localização	Período	Descrição
	Armazéns do Porto	Anchieta.		
	Construção Antiga	Centro de Anchieta		Casa lindeira com presença de porão e telhado duas águas, decorações na fachada

Foto	Bem material	Localização	Período	Descrição
	Construção Antiga	Centro de Anchieta		Antigo comércio, fachada pouco modificada
	Construção Antiga	Anchieta		Sobrado antigo

Foto	Bem material	Localização	Período	Descrição
	Construção Antiga	Anchieta		Casa lindeira com presença de porão e telhado duas águas
	Construção Antiga	Anchieta		Galpão de pesca as margens do Rio Benevente

Tabela 5.4.10.7-3: Exemplos de bens paisagísticos (AID e AII)

Foto	Bem Paisagístico	Localização	Descrição
	Praia de Ubu	Localiza-se na sede de Anchieta	O nome é oriundo da palavra indígena “Ubu”, que significa homem caído.
	Praia de Guanabara	Bairro de Catelhanos	No ano de 1910 o navio Guanabara afundou próximo à praia, dando origem a seu nome. Seus destroços permanecem no fundo do mar. Apresenta uma vegetação de restinga. O local é protegido por projetos de preservação ambiental, devido a desovas de tartarugas.

Foto	Bem Paisagístico	Localização	Descrição
	Balneário de Iriri	Localiza-se na divisa com Piúma	Formado por três praias - Santa Helena, dos Namorados e Costa Azul. Possui mar calmo e água cristalina. a areia é dourada.
	Praia Inhaúma	Anchieta/ES	A praia de Inhaúma com 4km de extensão, apresenta uma vila de pescadores e uma enseada coberta por costões.

Foto	Bem Paisagístico	Localização	Descrição
 Fonte - MaCamp - Guia de cidades turísticas	Praia do Coqueiro	Anchieta/ES	A praia do coqueiro é uma enseada com pedras nas extremidades e margeada por coqueiros e castanheiras.
	Praia do Balanço	Localiza-se ao lado da praia do coqueiro.	Praia semi deserta localizada ao lado da praia do coqueiro

Foto	Bem Paisagístico	Localização	Descrição
	Manguezal do Rio Benevente.	Localiza-se em uma aldeia de pescadores, a 9 km da cidade de Anchieta.	Através do Rio Benevente tem-se acesso ao Manguezal, com rica fauna e flora marinha.
	Rio Benevente	Anchieta/ES	

Foto	Bem Paisagístico	Localização	Descrição
	Rio Salinas	Anchieta/ES	
	Três Praias.	Guarapari.	Conjunto de pequenas praias separadas por rochedos, praticamente sem ondas, com areia fina e escura. A água é esverdeada e transparente, boa para mergulho e pesca submarina. Possui uma extensa área de lazer, sombreada por árvores e coqueiros.

Foto	Bem Paisagístico	Localização	Descrição
 Ipê fotos	Santa Mônica.	Guarapari.	Praia com areias amarronzadas e ondas fracas. Os condomínios que a rodeiam funcionam como clubes de férias.
 Ipê fotos	Praia de Setiba Pina e Setiba.	Guarapari.	A primeira é a preferida dos surfistas, tem faixa de areia inclinada e castanheiras. Liga-se por uma estrada de terra à praia de Setiba, que tem águas calmas e boas para a pesca. Uma ilha de formação rochosa separa as duas principais praias de Setiba.

Foto	Bem Paisagístico	Localização	Descrição
	Praia das virtudes.	Guarapari.	Ganhou este nome por ser a praia preferida das freiras. Localizada no centro de Guarapari, é cercada por edifícios de alto padrão. Tem água esverdeada e areia clara e fofa. Paredões de pedra contornam a praia dos dois lados.
	Praia D'Ulé.	Guarapari.	Tem ondas grandes e areia fofa. É geralmente freqüentada por turistas. Trilhas que partem da praia levam até a Lagoa Vermelha, assim denominada devido à coloração que as raízes dão à água.

Foto	Bem Paisagístico	Localização	Descrição
	Praia do riacho	Guarapari.	Com ondas fortes, areia clara, grossa e solta, é pouco freqüentada e boa para a pesca. Seus 5,5 km de extensão ainda não foram urbanizados.
	Praia de Muquiçaba	Guarapari.	Mini-enseada com mar tranquilo e areia escura. Serve de ancoradouro natural para os barcos de pesca.
	Perocão.	Guarapari.	Um reduto de pescadores artesanais. Do pequeno porto pesqueiro partem barcos para passeios nas Três Ilhas. Escondida por um recanto de pedras fica a praia do Boião, com mar aberto ao fundo, que formam piscinas naturais na maré baixa.

Foto	Bem Paisagístico	Localização	Descrição
	Enseada Azul.	Guarapari.	Formada pelas praias de Guaibura, Bacutia e Mucumã, interligadas por areias brancas e finas. O mar é calmo e as águas formam um espelho esverdeado. No lado oposto existe um mirante, no alto de um morro. A água cristalina possibilita mergulhar a 8m de profundidade, e encontrar o cargueiro alemão que naufragou em 1942, a 300 m da areia.

Foto	Bem Paisagístico	Localização	Descrição
	Praia de Meiaipe.	Guarapari.	Esta aldeia de pescadores é hoje um dos lugares mais badalados do Estado. A 6 km do centro da cidade, com acesso pela Rodovia do Sol (ES-60), esta praia já foi considerada uma das dez mais bonitas do Brasil pela Revista Quatro Rodas. As ondas são fracas e a areia grossa é contornada por castanheiras. Point dos modismos de verão, a vida noturna é agitada. Os restaurantes do local preparam os melhores frutos do mar do município.
	Ilha do Gambá.	Piúma.	A Ilha do Gambá integra um conjunto de ilhas de Piúma - formado pelas ilhas do Meio e dos Cabritos e ainda a Ilha dos Franceses. É refúgio de aves e animais marinhos.

Foto	Bem Paisagístico	Localização	Descrição
	Ilha do Meio.	Piúma.	A Ilha do Meio, localizada entre as Ilhas do Gambá e a dos Cabritos, é rica em bromélias, orquídeas e árvores nativas.
	Monte Aghá.	Itapemirim.	Com cerca de 300 metros de altura, é um importante ponto turístico da região. Em seus pés estão localizadas duas praias: Itapava e Piúma.
	Ilha dos Franceses.	Itapemirim.	Possui uma área de aproximadamente 2000m², em seu ponto mais elevado foi erigido um misterioso farol. Serviu de esconderijo para os franceses durante a invasão do Estado, por isso ganhou essa denominação.

Foto	Bem Paisagístico	Localização	Descrição
	Lagoa Guannandy.	Itapemirim.	Por sua composição serve de estudos para biólogos. Hoje é utilizada como reservatório natural para abastecer os distritos de Itaoca/Itaipava.
	Praia de Itaipava.	Itapemirim.	Conta com um terminal pesqueiro que é a maior concentração de barcos do Espírito Santo. Tem formato de enseada e possuindo inúmeros quiosques e restaurantes.

Foto	Bem Paisagístico	Localização	Descrição
	Praia de Itaoca.	Itapemirim.	Praia de mar calmo, com grandes faixas de areia branca e fofa. Conta com inúmeros quiosques, bares, restaurantes.
	Frade e a Freira.	Itapemirim.	Um dos principais cartões-postais do Espírito Santo, são comuns nessas montanhas a pratica de esportes radicais, como rapel e escaladas.
	Porto da Barra.	Marataízes.	A foz do rio Itapemirim, localizada na Barra, foi o principal porto fluvial para escoamento agrícola do Espírito Santo até o início do século XX

Foto	Bem Paisagístico	Localização	Descrição
	Praia do centro.	Marataízes.	Praia de areia fofa e mar de águas calmas, dispõe de quiosques, bares e restaurantes em sua orla. Na extremidade norte da praia existe um pequeno terminal pesqueiro.
	Praia do Siri.	Marataízes.	Mar de ondas fracas com uma lagoa separada do mar por uma estreita faixa de areia, ideal para a prática de esportes náuticos e pesca.
	Praia dos Cações.	Marataízes.	Uma das praias mais populares do município possui uma belíssima paisagem, muito aproveitada nos dias de alta temporada.

Foto	Bem Paisagístico	Localização	Descrição
	Lagoa do Siri	Marataízes.	A Lagoa do Siri é a mais visitada do município e fica a apenas nove quilômetros da sede. Possui excelente estrutura de bares e restaurantes.
	Mangue.	Presidente Kennedy.	É uma das maiores áreas do país. São 300 hectares cercados de Mata Atlântica e restinga. Destaque para as capivaras, macacos, jacarés.
	Mata de restinga.	Presidente Kennedy.	São 9 km entre as praias de Marobá e das Neves. A vegetação densa abriga cactos e árvores de até 5 metros de altura. Praia das Neves.

Foto	Bem Paisagístico	Localização	Descrição
	Praia de Manguinhos.	São Francisco de Itabapoana.	Esta praia tem uma extensão de 4 km e 30 m de largura aproximadamente. A vegetação local é completamente fechada, constituída por arbustos de pequeno e médio porte.
	Praia de Tatagiba.	São Francisco de Itabapoana.	Sua extensão é de aproximadamente três quilômetros e largura de 30 metros. Na praia pode ser encontrada uma vegetação de gramíneas, salsinha e batata da praia.
	Praia de Guriri.	São Francisco de Itabapoana.	A praia de Guriri tem uma extensão aproximada de três quilômetros e largura de 40 metros de largura, o local é formado de casas de pescadores.

Tabela 5.4.10.7-4: Exemplos de bens imateriais.

Foto	Bem cultural	Localização	Período	Descrição
	Rendas de Bilro.	Guarapari/ES.	Atual.	A renda de bilro surgiu na Itália, passou pela França e Portugal. Com a colonização portuguesa, esse artesanato chegou e se espalhou pelo Brasil. Em Guarapari as rendas têm posição de destaque e fazem muito sucesso entre os turistas. Algumas rendeiras utilizam bilro feito de coquinhos.
	Artesanato em conchas	Guarapari/ES	Atual.	Vários tipos de artesanato com conchas são feitos em Guarapari. As artesãs fazem bichinhos, cascatas, grutas com as conchinhas e também colares, pulseiras, prendedores de cabelos, entre outros.

Foto	Bem cultural	Localização	Período	Descrição
	Panelas de Barro.	Guarapari/ES.	Atual.	Os índios utilizam muitos artesanatos feitos de barro, hoje as panelas de barro viraram tradição em Guarapari. As panelas muito usadas para pratos de fruto do mar, e são pintadas com raízes de mangue. Em Guarapari, as paneleiras colocam seu artesanato a venda ao longo da Rodovia do Sol, ou no centro da cidade, na Praça de Artesanato.
	Vime e Taquara.	Guarapari/ES.	Atual.	Esteiras, tapetes, cestos, peneiras, abajures e até cortinas de vime e taquara são tradicionais em Guarapari. Eles podem ser encontrados na Praça de Artesanato ou no calçadão da Praia das Castanheiras.

Foto	Bem cultural	Localização	Período	Descrição
	Em coco.	Guarapari/ES.	Atual.	Botões, prendedores de cabelo, brincos, colares e broches são feitos da casca de coco lixada. Estes produtos podem ser encontrados na orla das praias ou na Praça de Artesanato.
	Entalhe em madeira.	Guarapari/ES.	Atual.	No calçadão da Praia das Castanheiras, o artesão Itamar Borges de Souza expõe suas esculturas em madeira. Outros trabalhos do gênero podem ser encontrados na Praça de Artesanato.
	Barco em miniatura.	Guarapari/ES.	Atual.	Em Enseada Azul, o artesão Davi Almeida expõe seus barcos em miniatura, feitos com madeira de camará. Ele constrói barcos, canoas baleeira e traineiras, com ou sem motor.

Foto	Bem cultural	Localização	Período	Descrição
	Pesca.	Piúma/ES.	Atual.	A pesca é a segunda principal fonte de renda de Piúma, depois do turismo. A cidade conta com um Centro de Formação de Pescadores.
	Artesanato em conchas.	Piúma/ES.	Atual.	O artesanato em conchas de Piúma é notoriamente conhecido, chegando mesmo a ser exportado para os EUA, países da América do Sul e Europa.
	Carnaval.	Piúma/ES.	Atual.	Piúma recebe cerca de 500 mil turistas durante o verão, sendo 300 mil apenas no carnaval que é considerado um dos melhores do Estado.

Foto	Bem cultural	Localização	Período	Descrição
	Produção de Cestarias.	Marataízes/ES.	Atual.	Artesanato que melhor identifica Marataízes, por ser o mais predominante, com artesãos que se espalham em comunidades ao Sul do município, principalmente na região da Lagoa do Siri.
	Flores de Escamas de Peixe.	Marataízes/ES.	Atual.	Produção de flores através da escama dos peixes da região. São confeccionadas pelas mãos das mulheres dos pescadores, que também tecem as redes utilizadas na pesca. É um comum adorno para as casa do município.

Foto	Bem cultural	Localização	Período	Descrição
	Peças de Decoração e Bijuterias em Conchas.	Marataízes/ES.	Atual.	O ofício de criar peças de adorno com conchas é repassado de geração em geração. Existindo hoje em dia, uma demanda crescente de visitantes no balneário que querem levar de Marataízes uma lembrança de expressão cultural de sua população.
	Bijuterias de sementes.	Marataízes/ES.	Atual.	É grande em todo o município o número de artesãos que confeccionam bijuterias em sementes. O processo de confecção das peças não agride a natureza local e as sementes são utilizadas naturais ou tingidas.

Foto	Bem cultural	Localização	Período	Descrição
	Calçados em Taboa.	Marataízes/ES.	Atual.	São produzidos pelo Núcleo de Artesãos Revoada das Garças, formado por dezenas de artesãos de várias localidades do município. A base é a taboa e os adornos ficam por conta de sementes e conchas. Os modelos variam de acordo com a estação do ano.
	Aniversário de emancipação da cidade.	São Francisco de Itabapoana/RJ.	Atual.	Cerimônia em homenagem aos anos de emancipação político administrativa.

Foto	Bem cultural	Localização	Período	Descrição
	Festa de São Sebastião em Barra.	São Francisco de Itabapoana/RJ.	Atual.	Em São Francisco de Itabapoana todo ano é programada uma semana e meia de atrações para comemorar o dia de São Sebastião, padroeiro da localidade de Barra do Itabapoana. Há uma programação social e religiosa.
	Atum em conserva.	Itapemirim/ES.	Atual.	Modo único e especial de se conservar esse tipo de peixe.
	Moqueca de dourado.	Itapemirim/ES.	Atual.	Deliciosa moqueca, com preparo e tempero únicos da região.

Foto	Bem cultural	Localização	Período	Descrição
	Atum grelhado ao molho de Alcaparras.	Itapemirim/ES.	Atual.	Prato típico da região, desenvolvido através da pesca do atum local.
	Peroá no azeite.	Itapemirim/ES.	Atual.	Prato típico da região de Itapemirim.
	Artesanato feito de conchas.	Itapemirim/ES.	Atual	Tipo de artesanato realizado pelo grupo das marisqueiras.
	Artesanato com fibras de coco.	Itapemirim/ES.	Atual	Tipo de artesanato realizado pelo grupo tramas do sol.

Foto	Bem cultural	Localização	Período	Descrição
	Artesanato feito de sementes e bucha vegetal.	Itapemirim/ES.	Atual.	Tipo de artesanato realizado pelo grupo mulheres do Guannandy.
	Farinheiras.	Presidente Kennedy/ES.	Atual.	A tradição artesanal de fazer farinha caseira continua em algumas comunidades do município. Tudo começou com os índios e a ajuda do beato Anchieta, que construiu na região a primeira Casa de Farinha.
	Moqueca capixaba	Espírito Santo	Atual	A moqueca capixaba pode ser feita com uma grande variedade de peixes. A receita tradicional é feita em uma panela de barro, com coentro, tomate, cebola, cebolinha verde e óleo de urucum (diferente da moqueca bahiana que leva óleo de dendê).

Foto	Bem cultural	Localização	Período	Descrição
	Doce de Jaca	Espírito Santo	Atual	Doce feito a partir da fruta Jaca.
	Artesanatos	Anchieta/ES	Atual	Os artesanatos em Anchieta são variados podendo ser confeccionados em conchas, escamas, madeira, cipó, semente, fibra, linha, tecido, metal, coco, semente e resina.
	Festa do Congo de São Benedito	Anchieta/ES	Atual	É um festejo em homenagem a São Benedito, mistura tradições afro-descendentes com coisas da natureza e do cotidiano. As mulheres cantam e dançam enquanto os homens tocam tambores e pandeiros

Foto	Bem cultural	Localização	Período	Descrição
	Jongo de São Benedito	Anchieta/ES	Atual	Assim como o Congo também é em homenagem a São Benedito. Tocam tambores, mulheres e homens dançam e fazem jogos e brincadeiras.

5.4.10.8 Comunidades envolvidas e Conhecimentos Tradicionais

Na continuidade dos estudos patrimoniais desse diagnóstico foram realizados levantamentos diretamente junto às comunidades envolvidas pela possível implantação do empreendimento, compreendendo um inventário amostral de suas referências culturais e privilegiando, sobretudo, testemunhos do “saber fazer” regional, em consonância com as diretrizes da UNESCO, que define o patrimônio cultural e imaterial como sendo o conjunto das manifestações culturais, tradicionais e populares, fruto da criação coletiva que emana de uma comunidade.

No contexto do patrimônio cultural imaterial alguns exemplares, mesmo sendo desconhecidos ou não reconhecidos pela população, são identificados e adequadamente registrados como áreas de significativa representatividade no âmbito dos modernos conceitos de Patrimônio Histórico Cultural. De fato a área estudada, por seus remanescentes culturais ou naturais, caracteriza-se por um elevado potencial quando se pretende abordar as esferas do patrimônio ali existente. Assim, os levantamentos são voltados para a identificação dos “saberes” e *modus vivendi* das comunidades locais, considerando especialmente os povoados e vilarejos que têm suas atividades econômicas, sociais e culturais relacionadas com a área de abrangência do Projeto.

Por outro lado, considerando que as comunidades atribuem valores a determinados cenários paisagísticos, procura-se ainda na esfera do patrimônio imaterial proceder ao registro de lugares que, para a população local, incorporem valor simbólico e/ou afetivo, constituindo referência cultural e valor agregado à sua identidade. Para tanto, durante os trabalhos de campo foram realizadas

entrevistas com representantes da comunidade visando à integração dos conhecimentos (**Anexo 5.4.10.8-2**).

Durante os trabalhos de campo foram realizadas entrevistas com representantes da comunidade, em especial, as “pessoas de saber”, via de regra pessoas mais velhas que detém memórias sobre o passado local e conhecimentos tracionais. Nas páginas que seguem apresenta-se uma síntese das entrevistas, seguida pela transcrição sucinta dos depoimentos de pessoas entrevistadas (**Anexo 5.4.10.8-1**) apontando elementos importantes presentes no município de Anchieta.

Como um dos resultados das entrevistas foi possível elaborar uma síntese da própria vila de Ubu, abaixo transcrita.

Ubu começa sua história como uma vila de pescadores, com grande parte de suas atividades e referências para a pesca e o mar.

Caminhando pela estreita faixa de areia que compõe a paisagem da região, poucos são os barcos de pesca artesanal que podem ser avistados na praia. Conversando com a artesã e familiar de pescadores, Sra. Dilma Neves de Brito, podemos analisar esse fato partindo de dois pontos. Seu marido e filhos trabalham em embarcações de grande porte, passam muitos dias no mar e, ao que parece, a pesca artesanal tem sido substituída por novas técnicas. Esse movimento tanto é fruto do aumento no consumo do pescado, como da escassez de peixes que hoje assola a região. É partindo dessa escassez que entramos no segundo ponto, quando a Sra. Dilma conta sobre sua infância: uma das lembranças que ela narra de forma mais nostálgica é a abundância de peixes que

podiam ser encontrados nas águas de Ubu. Eram pilhas de peixes por toda a extensão da praia.

Os pescadores tradicionais parecem preocupados com esse “novo” panorama que se instaurou na região. “Novo” porque, de acordo com a própria comunidade, esse movimento não é tão recente, até por se apresentar de forma gradual.

A grande preocupação é o desemprego, embora com a chegada da empresa SAMARCO em Ubu, por volta de década de 1970, outras oportunidades profissionais surgiram na região. Todavia, grande parte dos pescadores artesanais que habita a região já está em idade avançada, o que dificulta também a inserção nesse novo mercado de trabalho.

A chegada de empresas nem sempre é vista com bons olhos pela população local, seja pelo impacto da poluição gerada (que, segundo os moradores, é uma das responsáveis pela escassez dos peixes), ou pela nova lógica tanto nas relações humanas, sociais e culturais que esse tipo de mudança causa na comunidade, as críticas são sempre ácidas.

Outra queixa da população local é quanto aos turistas. Dilma conta que na sua infância as casas eram grandes com quintal e hoje a ocupação do espaço em Ubu mudou. Os turistas compraram boa parte dos terrenos, segundo ela os melhores terrenos, e as casas estão menores.

Ainda sobre a pesca, o ofício não é só uma forma de sustento como uma identidade para essa comunidade. Alguém que sempre foi pescador e que se conhece não só pela prática dessa atividade, como também por essa denominação, não consegue facilmente se desligar dessas raízes. E tudo leva ao

mar. O artesanato local, feito na praia de Parati, vizinha de Ubu e tradicionalmente produzido pelo Sr. Elias, tem como matéria prima as conchas e outros produtos vindos do mar, até mesmo espinhas de peixe.

O restaurante mais famoso da região, que pertence à família Garcia, a mais antiga de Ubu, serve a famosa moqueca capixaba, que pode ser feita com uma grande diversidade de peixes, muitos deles pescados em Ubu, ou que um dia já puderam ser pescados ali. A moqueca ainda existe, e ainda é típica da região, mas peixes como o peroá ou um tipo de marisco conhecido como sururu hoje são trazidos de fora ou são de criadouro. Na época da fundação do restaurante, pelo pai de Dona Maria da Penha, em 1964, os peixes eram comprados na própria Vila.

Dilma fala que, das festas que aconteciam na sua infância, a única que ainda existe é a Congada. Conta com saudosismo da festa de quadrilha e a folia de reis, que hoje já não acontecem mais.

O Sr. Pedro atualmente é o único da região que trabalha com manutenção de barcos. Conta que já construiu muitos barcos também, mas que a procura se tornou pequena, pelos preços que são altos e pela diminuição na pesca.

Hoje, ao sair à noite nas ruas de Ubu e, principalmente, em Parati, ainda é possível ver pessoas sentadas nas frentes das casas conversando. O Sr. Elias comenta que isso é comum e sempre foi um dos costumes locais que ainda sobrevive.

5.4.10.9 Estudos de Patrimônio Arqueológico

Conforme previsto foram desenvolvidas atividades de campo compreendendo prospecções amostrais pela ADA do empreendimento proposto, tanto em seu ambiente terrestre como no ambiente aquático, a saber:

- Em ambiente terrestre: uma estrada de acesso, com 3,2 km de extensão; uma área de estacionamento, de 1,5 hectares; uma Retroárea de 98,4 hectares; e uma área de Pré-embarque Terrestre, de 6,4 hectares.
- Em ambiente aquático, a área marítima correspondente à futura localização da Passarela de Acesso do Pré-embarque Marítimo.

O texto que segue traz seus procedimentos e resultados.

5.4.10.10 Prospecções em Ambiente Terrestre

- *Zoneamento Arqueológico Preditivo*

Dentro dos trabalhos de pesquisa arqueológica são analisadas variáveis físico-paisagísticas da área empreendida, para que um quadro teórico de sensibilidade arqueológica possa ser montado a partir destas informações. Desta forma, obtém-se um modelo prévio que auxilie na definição da metodologia empregada nos trabalhos de campo que, por sua vez, analisarão este modelo

inicial adequando-o ao quadro arqueológico final. Com isso, os cruzamentos dos dados do meio físico com os dados das pesquisas de campo objetivam gerar um quadro contextual de relações entre os padrões arqueológicos e as características físico-paisagísticas da área em estudo.

Além do contexto físico-paisagístico, o Modelo Preditivo em Arqueologia combina informações sobre a posição geográfica de sítios arqueológicos, com vistas a investigar a existência de um padrão locacional de ocupação humana em períodos pretéritos. Existindo correlação, em termos paisagísticos, da localização desses sítios arqueológicos, as propriedades daquele setor de terreno são extrapoladas para áreas de configuração similar dentro dos limites do empreendimento em questão, sugerindo a predição de eventuais sítios arqueológicos de acordo com o padrão de ocupação específica da região em análise.

Tratando-se do projeto em questão, foi elaborado um modelo simplificado utilizando como base primária as curvas de nível da Área Diretamente Afetada (ADA), a qual gerou uma Carta de Declividade com valores divididos em cinco categorias. Sobre imagem de satélite, foi elaborada uma Carta de Uso do Solo, destacando áreas de exposição de solo, que facilitariam a observação de eventuais vestígios arqueológicos; áreas já intensamente perturbadas em superfície e subsuperfície e geralmente utilizadas para uso público, como estradas e outras vias; e corpos d'água.

Foi também utilizado o resultado da pesquisa dentro do quadro do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do IPHAN sobre sítios arqueológicos nas imediações do empreendimento, bem como no Sistema de Informações de

Naufrágios (SINAU). A localização exata dessas ocorrências (desconsiderando a localização estimada, pois os dados obtidos são inconclusivos) indica que as mesmas estão a mais de quatro quilômetros da área. A saber, essas ocorrências são o naufrágio Guanabara, a 4,92 km de distância do empreendimento, e o “Sítio lito-cerâmico do Lixão”, a 5,90 km.

A cada categoria de dados foram atribuídos pesos, em ambiente GIS, que foram cruzados de modo a fornecer um potencial arqueológico, ainda que hipotético. Esse zoneamento foi dividido em categorias de baixo, médio e alto potencial arqueológico, conforme pode ser visualizado na **Figura 5.4.10.10-1**.

As zonas de alto e médio potencial devem merecer atenção especial das equipes de campo, incluindo prospecções de sub-superfície, enquanto as áreas de baixo potencial devem ser vistoriadas para análise conclusiva de seu potencial e providências cabíveis de pesquisa. Conforme apontado anteriormente, trata-se de uma ferramenta preditiva de análise do terreno.

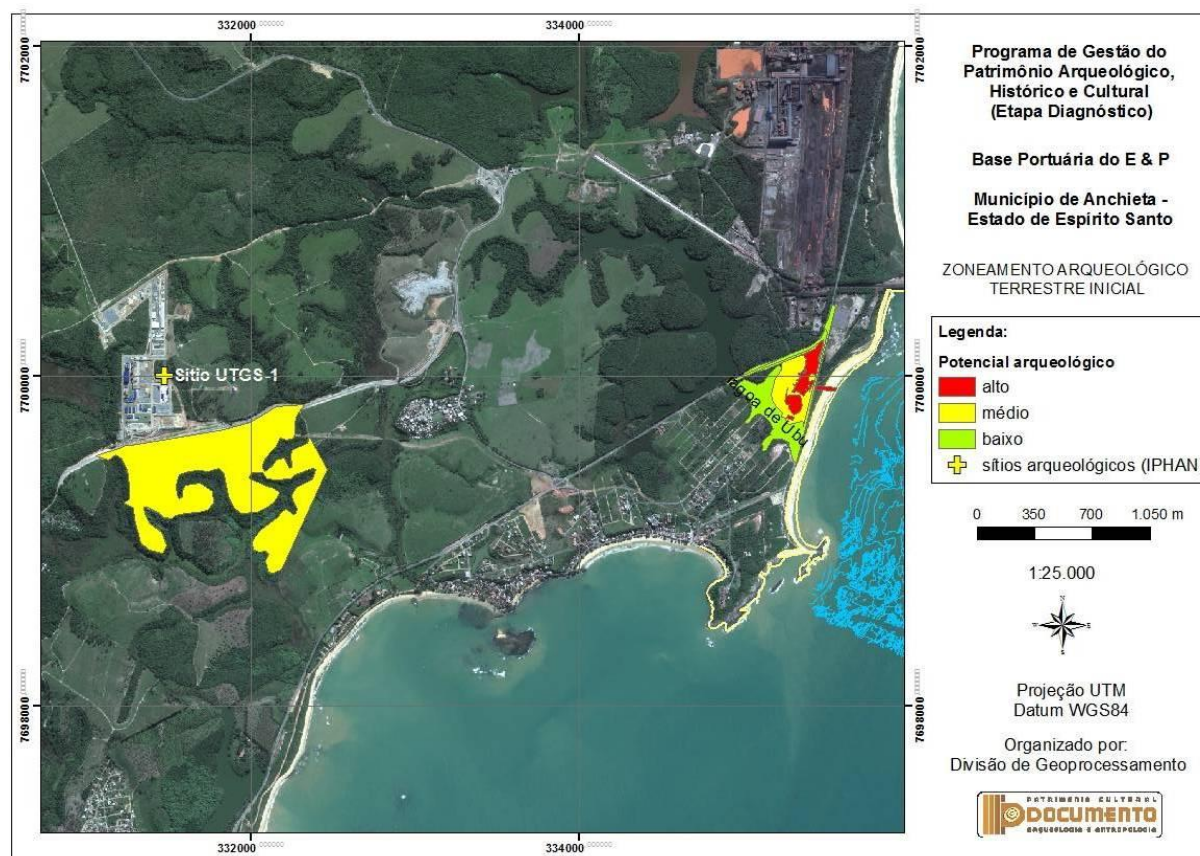


Figura 5.4.10.10-1: Zoneamento Arqueológico Preliminar

- *Levantamentos de campo*

A primeira atividade em campo compreendeu um reconhecimento inicial do terreno com uso de GPS, incluindo a área de pré-embarque e Retroárea. Foram percorridos os terrenos previamente analisados através do Zoneamento Arqueológico Preditivo, de forma a detalhar aspectos locais e aprimorar a estratégia metodológica de atuação. Os levantamentos foram realizados nos três segmentos de área definidos pelo Zoneamento (alta, média e baixa potencialidade), compreendendo investigações tanto em superfície como em subsuperfície.

As investigações em superfície foram realizadas através de caminhamentos extensivos cobrindo os segmentos indicados. Buscou-se privilegiar terrenos com solos ou estratigrafias expostas, ampliando a visibilidade arqueológica. As rotas dos caminhamentos foram registradas nos aparelhos GPS e podem ser acompanhadas pelas Figuras 17 e 18.

Já as investigações em subsuperfície compreenderam a abertura de poços-teste em locais que apresentaram maior potencial arqueológico ou, também, nos pontos onde através das prospecções de superfície localizaram-se vestígios arqueológicos. Esta atividade detalhou e ampliou o quadro de prospecções, conforme metodologia definida pelo Projeto inicial. Compreenderam a abertura de 24 poços-teste (PT's), cujas coordenadas geográficas são apresentados na forma de listagem pela **Tabela 5.4.10.10-1**.

Nas páginas seguintes pode ser vista a imagem geral de satélite da área prospectada, bem como os pontos assinalados no GPS para caminhamentos e abertura de PT's na ADA do empreendimento (**Figuras 5.4.10.10-2 e 5.4.10.10-3**).

As páginas que seguem trazem as fichas de prospecção de cada um dos três Segmentos percorridos.

Como resultado, foram identificados vestígios arqueológicos em 3 pontos da ADA, sendo em dois deles material lítico lascado e, no outro, material cerâmico. Foram denominados de Áreas de Ocorrência Arqueológica (AOAs). Suas descrições e detalhamentos de pesquisa são apresentados no Ítem **5.4.10.12**.

Tabela 5.4.10.10-1: Listagem das coordenadas de localização dos poços-testes

Nº PT	Fuso	Coordenadas	
PT 01	24K	331.414	7.699.330
PT 02	24K	331.386	7.699.320
PT 03	24K	331.338	7.699.303
PT 04	24K	331.298	7.699.332
PT 05	24K	331.254	7.699.359
PT 06	24K	331.223	7.699.320
PT 07	24K	331.250	7.699.275
PT 08	24K	331.419	7.699.298
PT 09	24K	331.436	7.699.251
PT 10	24K	331.449	7.699.202
PT 11	24K	331.473	7.699.157
PT 12	24K	331.566	7.699.138
PT 13	24K	331.443	7.699.332
PT 14	24K	331.485	7.699.365
PT 15	24K	331.415	7.699.367
PT 16	24K	331.428	7.699.420
PT 17	24K	331.438	7.699.460
PT 18	24K	331.407	7.699.328
PT 19	24K	331.402	7.699.326

PT 20	24K	331.398	7699325
PT 21	24K	331.069	7.699.103
PT 22	24K	331.064	7.699.049
PT 23	24K	335.537	7.700.003
PT 24	24K	335.559	7.700.015

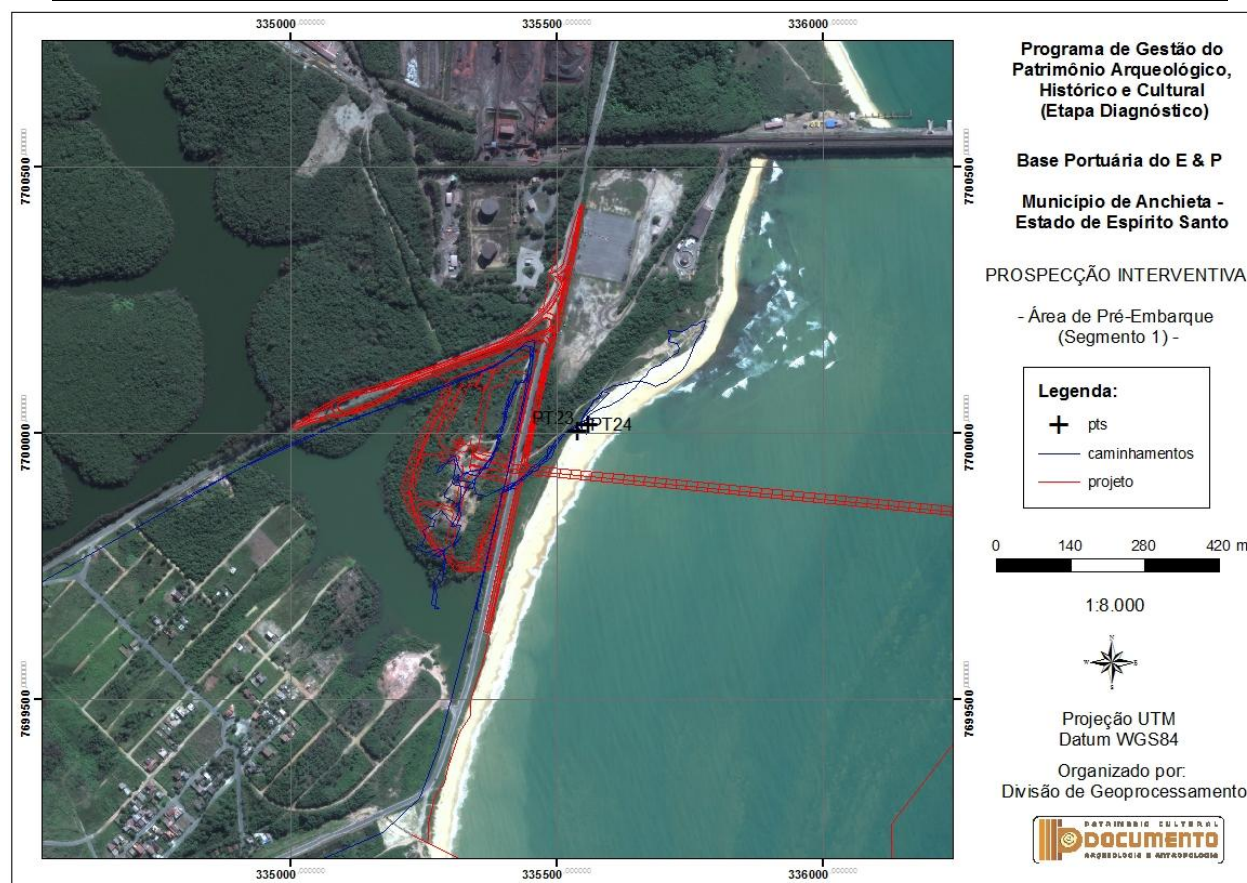


Figura 5.4.10.10-2: Localização dos Poços-teste na área de Pré-embarque

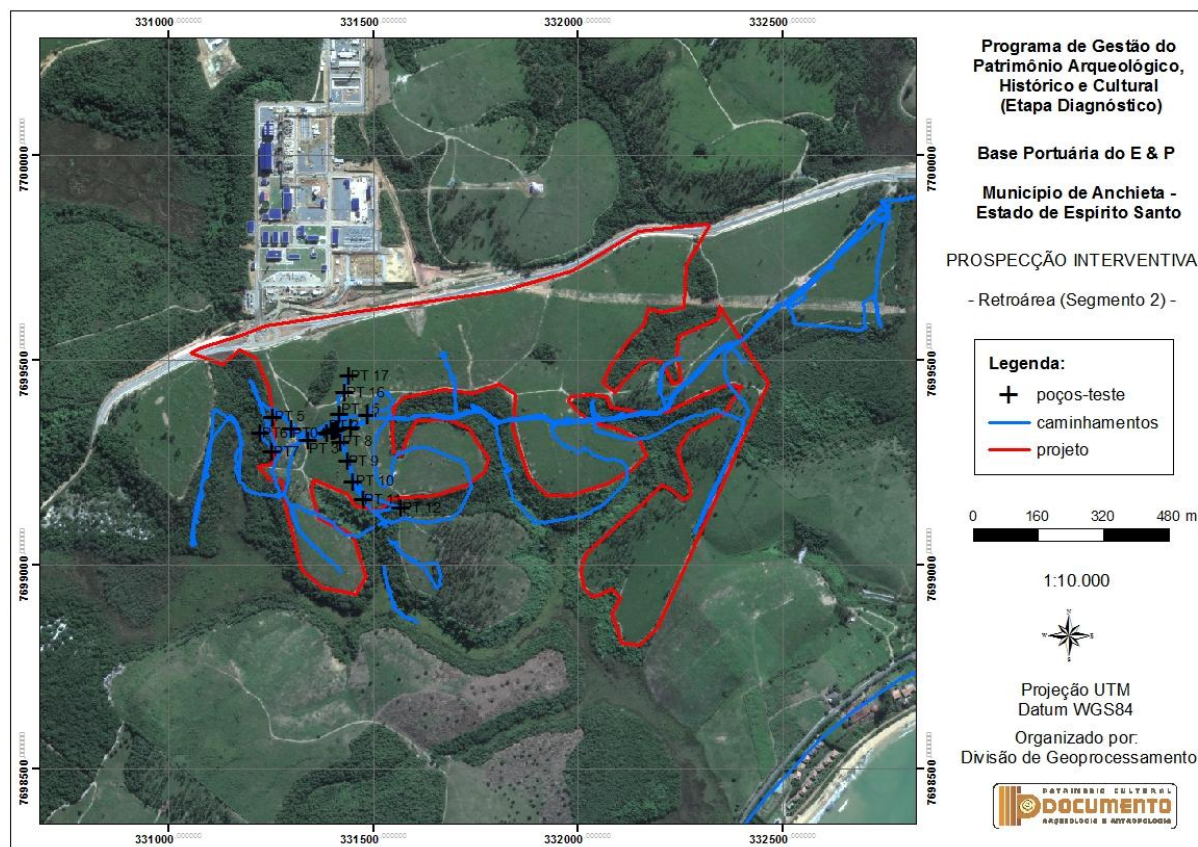


Figura 5.4.10.10-3: Caminhamentos e localização dos poços-teste na Retroárea.

5.4.10.11 Prospecção em ambiente subaquático

As prospecções arqueológicas na ADA aquática compreenderam a realização de testes geofísicos para averiguação de possíveis pontos de interesse presentes no fundo marinho. Para tanto foi utilizado sonar de varredura lateral, aplicado em malha com linhas paralelas com distância variada, dependendo do alcance regulado no aparelho (**Figura 5.4.10.11-1**).

Para os trabalhos foi utilizado aparelho de sonar com potência de 300 kHz, instalada na embarcação Rei dos Atlantes, específica para mergulho e estudos marinhos, com 14 metros de comprimento.

A partir de um reconhecimento inicial da área, foram projetadas previamente 12 linhas paralelas, eqüidistantes 50 metros entre si e comprimento de 850 metros. O sonar foi ajustado para uma varredura de 50 metros para cada lateral fazendo, assim, com que as leituras ficassem sobrepostas (**Figura 5.4.10.11-2**). Deve-se considerar que o balanço da embarcação provoca pequenos desvios e eventuais faixas sem verificação, aplicáveis em estudos amostrais de Diagnóstico.

Salienta-se que estes trabalhos contaram também com informações obtidas junto às comunidades, uma vez que, durante as entrevistas, buscou-se obter dados de possíveis naufrágios ou outras estruturas conhecidas pela população local. Com isto obteve-se a informação da presença de um afloramento rochoso no fundo marinho, popularmente conhecido como “Baixa Grande”, que se localiza na área de estudo e não permite navegação. Assim, as linhas projetadas de sonar tiveram de ser ali adequadas (**Figura 5.4.10.11-3**).

O sonar indicou a presença de um fundo com predominância de areia e afloramento rochoso pontual na área da “Baixa Grande”. A profundidade mínima registrada foi de 2 metros e a máxima de 16,5 metros.

Como resultados destes levantamentos não foram encontradas feições que sugerissem algum naufrágio ou outro tipo de estrutura de interesse arqueológico.

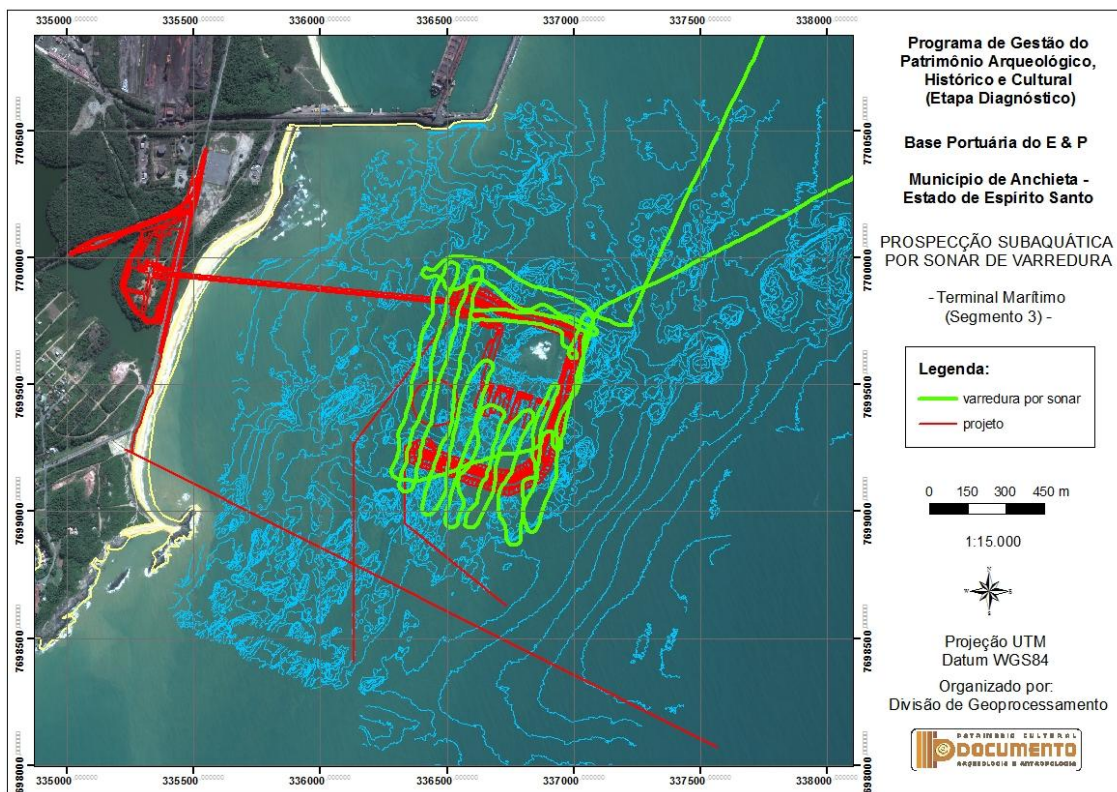


Figura 5.4.10.11-1: Testes geofísicos na prospeção subaquática

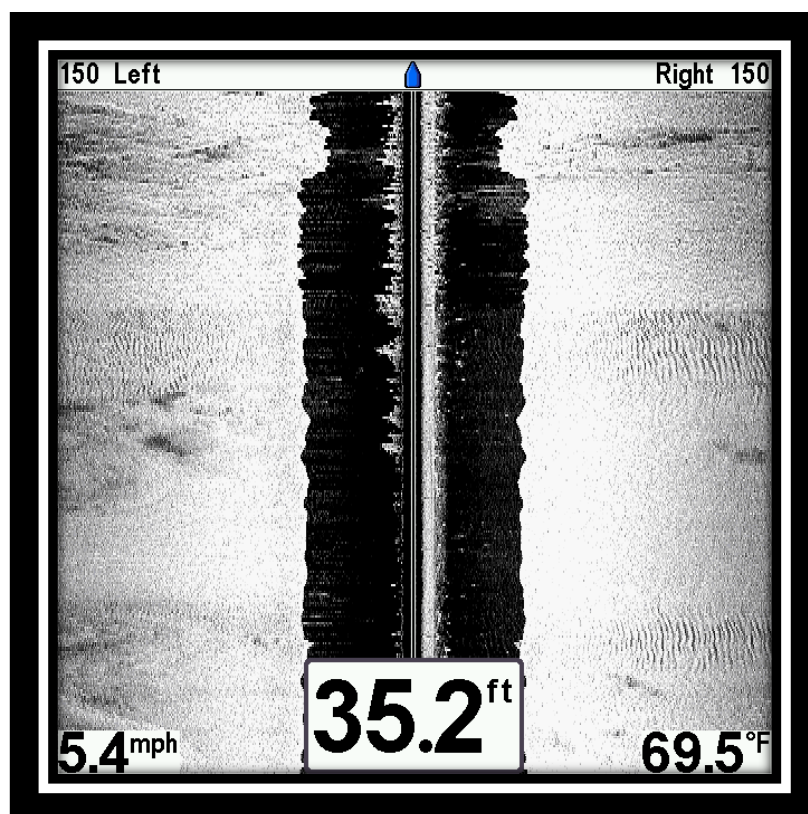


Figura 5.4.10.11-2: Destaca-se na figura o fundo de areia sem anomalias.

Atividade de campo com sonar



Atividade na área de estudo



Figura 5.4.10.11-3: Registro de atividade de campo.

5.4.10.12 Os vestígios arqueológicos identificados

Como resultado das prospecções arqueológicas na ADA (**Figura 5.4.10.12-1**) proposta para o empreendimento foram identificados três pontos com vestígios arqueológicos (denominadas Áreas de Ocorrência 1 a 3), sendo duas delas com material lítico lascado e uma com material cerâmico, conforme listagem na **Tabela 5.4.10.12-1**.



a

Área de Ocorrência Litos 2



b

Área de Ocorrência Cerâmica 1



c

Figura 5.4.10.12-1: Registro de trabalhos de campo. (a, b, c)

Em relação aos sítios do empreendimento, as ocorrências líticas estão localizadas no terreno proposto para a implantação da Retroárea, enquanto que a ocorrência cerâmica foi constatada na área próxima do Pré-embarque Terrestre.

O texto que segue traz uma síntese de cada uma destas ocorrências.

Tabela 5.4.10.12-1 – Áreas de Ocorrência Arqueológica

Ocorrência arqueológica	Coordenada
Ocorrência Lítica 1	24 k 0331248/7699378
Ocorrência Lítica 2	24 k 0331415 / 7699332

Ocorrência Cerâmica 1	24 k 0335539 / 7700014

Nome: Ocorrência Lítica 1

Tipo: Lítico

Coordenadas: 24 k 0331248 / 7699378

A Ocorrência Lítica 1 está localizada no município de Anchieta, Estado do Espírito Santo. A vegetação no local caracteriza-se por um pasto derrubado a menos de 10 anos. O solo é caracterizado por ser areno-argiloso, marrom amarelado. A hidrografia mais próxima da área da Ocorrência está a cerca de 100 m. Foram identificadas no local material lítico formado por lascas de quartzo.

Nome: Ocorrência Lítica 2

Tipo: Lítico

Coordenadas: 24 k 0331415 / 7699332

A Ocorrência Lítica 2 está localizada no município de Anchieta, Estado do Espírito Santo. A vegetação caracteriza-se por um pasto derrubado a menos de 10 anos. O solo é caracterizado por ser areno-argiloso, marrom amarelado. A Hidrografia mais próxima da área da Ocorrência está a cerca de 100 m. Foram identificadas lascas de sílex encontrado em leito de caminho da fazenda, com formato de pederneira.

Nome: Ocorrência Cerâmica 1

Coordenadas: 24 k 0335539 / 7700014

A Ocorrência Cerâmica¹ está localizada no município de Anchieta, Estado do Espírito Santo.

Em se tratando da implantação da paisagem, o relevo regional apresentase por Planície litorânea. A vegetação caracteriza-se por Restinga (Prancha 18).

O solo é caracterizado por ser areno-siltoso. A hidrografia mais próxima da área da Ocorrência é à cerca de 30 m próximo ao mar. A área é de visibilidade boa.

Foram identificados dois fragmentos de cerâmica com queima rústica, com o núcleo todo negro, tem a face interna alisada.

5.4.10.13 Reavaliação do Zoneamento Arqueológico e modelo de prospecção

O modelo preditivo em Arqueologia desenvolvido em etapa anterior às atividades de campo, conforme indicado, objetivou a delimitação de um quadro teórico que apontasse áreas com possível potenciais de detecção de vestígios arqueológicos por meio de variáveis dependentes e independentes. Essa medida hipotética atuou como balizadora da metodologia de prospecção interventiva e não-interventiva aplicada durante os trabalhos de campo, que visaram percorrer a totalidade da área verificando a compatibilidade de tendências do modelo preditivo inicial com as condições reais de paisagem, a qual garante ou não a identificação de recursos arqueológicos em superfície e subsuperfície. Assim, o Zoneamento Arqueológico Terrestre, em sua versão inicial, apontou determinadas áreas com um alto potencial de detecção de vestígios arqueológicos, em função

de sua configuração morfológica (tratando-se de fatores geomorfológicos, pedológicos e de vegetação).

Este modelo teórico proposto foi refinado a partir da investigação acerca do uso e ocupação do solo efetuada em campo por meio de observação local da superfície e confirmação de intervenções através de fontes orais. Desse modo, a adequação do Zoneamento Arqueológico Preditivo em sua versão pré-investigativa foi efetivada por refinamento com apoio naqueles dados obtidos em campo, refletindo um novo modelo de representação da realidade, que aborde com maior precisão a influência dos impactos promovidos por intervenções em camadas superficiais sobre o fator arqueológico, e que possa apoiar etapas futuras de pesquisa na área (especialmente a Etapa de Prospeção) (**Figura 5.4.10.13-1**).

Diferentemente da posição inicial proposta para a “Área de Pré-Embarque Terrestre”, a avaliação dos impactos mencionados sobre o topo aplainado atribuído como área de alto potencial indicou que, sendo a área tomada como empréstimo de solo em momento pretérito, a camada superficial onde estariam depositados eventuais vestígios arqueológicos teria sido, senão totalmente removida, intensamente perturbada, reduzindo a um potencial baixo a ocorrência daquela espécie de material. Já as vertentes médias da mesma “Área de Pré-Embarque Terrestre” permanecem com a classificação de médio potencial por não terem sido notadas intervenções de impacto significativo sobre suas camadas superficiais.

Um pequeno eixo do projeto, situado sobre praia, foi inicialmente assumido como de alto potencial, mas sua classificação prévia foi alterada para médio

potencial. Embora tenha sido localizado um fragmento de tipologia cerâmica com interesse arqueológico no local, o mesmo está à mercê da influência do regime de marés, que podem ter degradado o local de modo a deslocar vestígios arqueológicos ali depositados ou, mesmo, depositar vestígios arqueológicos provindos de outras origens.

Já a “Retroárea” permaneceu com uma classificação de médio potencial, em função da identificação de duas ocorrências líticas durante as prospecções não-interventivas. Em prospecção anterior, efetuada pelo pesquisador Celso Perota em 2007 para o empreendimento UTG-SUL, a 400 metros ao norte da Retroárea, foi identificado um sítio arqueológico com vestígios da mesma natureza, apesar da área em questão apresentar suas feições originais já bastante alteradas. Assim, existe a expectativa de localização de mais vestígios na área e entorno, mantendo-se o médio potencial de sensibilidade arqueológica.

Desta maneira, o quadro hipotético final para a área do empreendimento em questão é o seguinte:

a) Área de Pré-Embarque Terrestre:

- baixo potencial: topo de colina aplainado, com vegetação rasteira, variando entre 0 e 3°; Lagoa de Ubu e margens (adjacentes ao limite do projeto) e vias pavimentadas do eixo do projeto.
- médio potencial: pequeno eixo do projeto sobre área de praia; médias vertentes de colina, declividade suave variando entre 6° a 12°;

b) Retroárea:

- médio potencial: área de declividade suave, existência de cursos fluviais no entorno, sítio arqueológico cadastrado no IPHAN no raio de 500 metros, ocorrências arqueológicas identificadas durante as prospecções não-interventivas no escopo desse Programa.

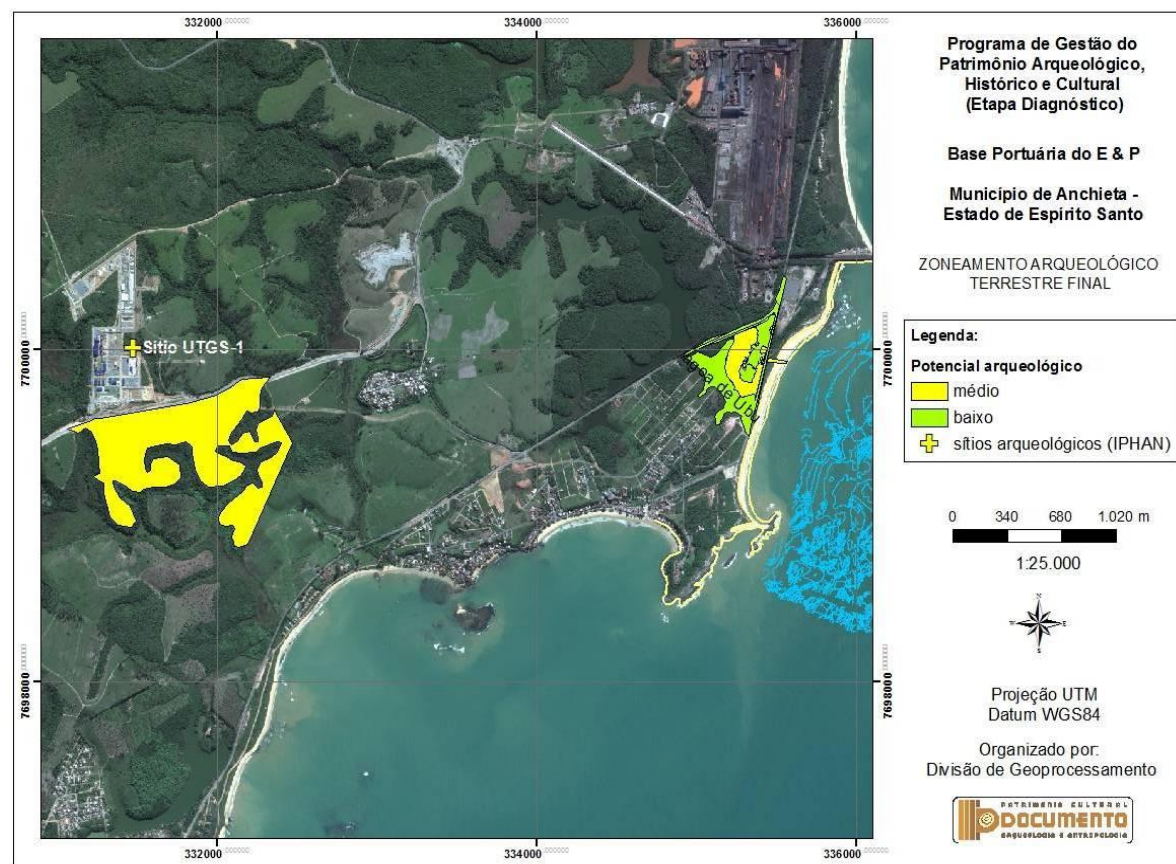


Figura 5.4.10.13-1: Zoneamento Arqueológico Final

5.4.10.14 Discussão

Os estudos realizados apontam a presença de um patrimônio arqueológico, histórico, cultural e paisagístico positivo para a região do empreendimento. Esta situação já era esperada, considerando o rico contexto de ocupações humanas que se desenvolveu na área, ao longo de tempo, desde o período pré-colonial até os dias atuais.

Os levantamentos arqueológicos resultaram na identificação de vestígios líticos lascados (em 2 pontos distintos da área) e vestígios cerâmicos, em um terceiro ponto. Como compreenderam baixa quantidade de vestígios, foram registrados como Áreas de Ocorrência Arqueológica. Detalhamentos de pesquisa, que fogem ao escopo do presente estudo Diagnóstico, devem definir a natureza destas áreas: se compreendem sítios arqueológicos, ou se constituem vestígios efetivamente isolados.

Considerando que os levantamentos realizados para este estudo são de teor diagnóstico, em consonância aos procedimentos definidos pela Portaria IPHAN nº 230/02 e Resolução CONAMA nº 01/86, é possível que o conjunto de bens arqueológicos e históricos aqui tratados não abranja o total de patrimônio que a área possui. A área pode, inclusive, reunir vestígios relacionados a outros contextos pré-históricos e históricos de ocupação, ainda não representados como, por exemplo, sítios sambaqui ou sítios de grupos ceramistas Tupiguarani, apontados pela bibliografia. Entrevistas com a comunidade também reforçam este

potencial, situação que, de resto, é ainda largamente confirmada pela bibliografia especializada e pelo Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos/ IPHAN.

Por outro lado, a área apresenta um rico patrimônio histórico, cultural e paisagístico envolvendo diferentes manifestações tradicionais e populares, tanto de natureza material como imaterial. Ressalte-se, aqui, o patrimônio cultural das comunidades pescadoras que habitam a região da AID e AII, e que apresentam um extenso conhecimento e memória tradicional.

Diante dos cenários apresentados, enumeram-se abaixo os impactos previstos para a implantação e operação do empreendimento. Salienta-se que estes impactos são previstos para todas as fases que envolverem tanto ações físicas no terreno (revolvimento de terras que possa impactar sítios arqueológicos, dragagens ou aterros em ambiente aquático, por exemplo), quanto impactos de natureza histórica e cultural junto às comunidades presentes na AID e AII.

Impacto: Alteração e/ou destruição de patrimônio arqueológico/ histórico. Comprometimento de estudos regionais de ocupação humana e memória nacional.

As atividades de limpeza e preparação do terreno, terraplenagem, aterros e movimentação de terra, escavação e dragagem para a implantação do empreendimento, ao provocarem intervenções no terreno (revolvimentos, cortes, aterros etc.), caso não sejam realizadas as medidas mitigadoras propostas, resultarão em alterações de possíveis sítios ou contextos arqueológicos/históricos ali presentes. Isto se fará sentir em todos os locais onde houver intervenções, tanto na área do empreendimento em si (incluindo instalações e acessos em

ambiente terrestre e aquático), como em todas as áreas de apoio previstas como canteiros e alojamentos, áreas de empréstimo e bota-fora, entre outros.

A alteração e/ou destruição do patrimônio arqueológico e histórico presente na área do empreendimento deverá provocar a perda de informações importantes para o conhecimento da Memória Nacional. Assim como o meio ambiente, o patrimônio arqueológico de uma nação é finito e a destruição de seus vestígios compromete a realização de estudos mais amplos de ocupação humana (história regional / história nacional).

Tabela 5.4.10.14-1: Avaliação do Impacto

Natureza	Negativo
Origem	Direto
Duração	Permanente
Temporalidade	Curto Prazo
Abrangência	Local
Reversibilidade	Irreversível
Possibilidade de Mitigação	Mitigável
Probabilidade de Ocorrência	Certa
Magnitude	Grande
Cumulatividade ou Sinergismo	Sim
Significância	Grande
Local de Ocorrência	ADA

Impacto: Alteração de Patrimônio Cultural e Paisagístico

A implantação do projeto e conseqüente alteração do uso e ocupação do solo deverá comprometer bens culturais regionais, especialmente afetando práticas tradicionais das comunidades habitantes na área de seu entorno (AID e AII). A região é utilizada como área de captação de recursos e (como consequência) integra o conjunto de paisagens e ambiências ligadas a práticas tradicionais e aspectos histórico/culturais, especialmente de pescadores e turistas. Sendo assim, deverão ser adotadas medidas de valorização e preservação deste patrimônio, conforme sintetizado abaixo.

5.4.10.14-2: Avaliação do Impacto

Natureza	Negativo
Origem	Direto
Duração	Permanente
Temporalidade	Curto Prazo
Abrangência	Regional
Reversibilidade	Irreversível
Possibilidade de Mitigação	Mitigável
Probabilidade de Ocorrência	Certa
Magnitude	Grande
Cumulatividade ou Sinergismo	Sim
Significância	Grande
Local de Ocorrência	AID e AII

5.4.10.15 Conclusão

Em função das ocorrências arqueológicas indicadas para a ADA do empreendimento proposto pela Petrobras, assim como dos aspectos levantados na discussão exposta no tópico anterior, salientando os potenciais impactos de sua implantação que afetam o patrimônio histórico, arqueológico e cultural, como medida preventiva deve ser proposto o desenvolvimento de um Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural (Etapas Prospeção e Resgate), cuja estruturação, abrangência, diretrizes e conteúdo geral estão descritos no referido programa, que se inclui no item 8 deste Estudo de Impacto Ambiental.

O referido Programa está proposto de forma consentânea com as exigências do IPHAN, conforme legislação vigente (Portaria IPHAN nº 230/02) no que concerne à realização da prospecção e resgate arqueológico.

5.4.11 Síntese do Diagnóstico Socioeconômico

Um Território em Transformação

Nos últimos anos, o Estado do Espírito Santo tem sido escolhido por grandes empreendedores para abrigar suas plantas; por suas condições geográficas que favorecem as atividades portuárias; por sua posição estratégica, próximo aos grandes centros econômicos do país; além da abundância de recursos minerais disponível em seu território, recentes jazidas de petróleo descobertas na região sudeste reforçam esta afirmação. Estes e outros fatores iniciaram um período de investimentos dirigidos por empresas mineradoras e de energia, com suas respectivas plantas de logística portuária. Consolidando a chegada das indústrias ao Estado, a partir da metade do século passado, com mais intensidade nas décadas mais próximas.

Anchieta foi escolhida como sede de grandes empreendimentos, tanto no setor de logística voltada para a exploração mineral, atividades siderúrgicas e mineração, quanto no setor energético, este último capitaneado pela Petrobras. É importante destacar que obras desta magnitude têm afetado a rotina do pequeno município que hoje possui pouco mais de 24 mil habitantes, segundo dados do Censo 2010 (IBGE¹), também como consequência dos estudos e licenciamentos necessários para a instalação destas plantas.

As condições de vida em Anchieta e nas cidades vizinhas passam por um intenso processo de transformação por conta dos empreendimentos que chegam

¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

à região. A população, em sua maior parte, dedica-se à pesca, à agricultura familiar, ao pequeno comércio e serviços básicos que atendem uma população pequena. Atividades destinadas ao turismo também mobilizam as cidades, principalmente na temporada de verão.

De acordo com Abe (2006), as transformações físico-territoriais, conseqüentes das plantas industriais a serem implantadas em Anchieta, geram impactos territoriais urbanos, ambientais, naturais, econômicos, sociais e culturais oriundos do desenvolvimento econômico acelerado. Com isto, afirma Alvarenga (2010), há o aumento descontrolado na malha urbana ocasionando espaços desordenados e irregulares, aumento de lixo doméstico, de transporte coletivo e individual, que somado à especulação imobiliária, gera problemas históricos como práticas de injustiça social, urbanizações ambientalmente comprometedoras, socialmente excludentes, de periferização das populações de baixa renda e de condomínios de luxo para as classes mais abastadas.

Este novo modelo econômico trazido à região traz também alterações na dinâmica das populações. A urbanização das últimas décadas ampliou consideravelmente a utilização dos recursos naturais, o que tende a comprometer a qualidade ambiental e paisagística, levando-se em conta o caráter naturalmente frágil da zona costeira. Os grupos populacionais da região, caracterizados basicamente pela presença maciça de imigrantes europeus, remanescentes quilombolas e pescadores artesanais, receberão interferências de populações migratórias que começam a chegar à região.

Para o presente estudo, entendeu-se que as áreas de influência direta e indireta (AID e AII) do empreendimento compreendem a microrregião expandida

sul, a saber: Alfredo Chaves, Guarapari, Iconha, Piúma e Anchieta. A previsão é que Anchieta tenha o dobro de sua atual população no prazo de 10 anos e chegue a mais de 100 mil habitantes até 2025, segundo o Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025 (2006). O referido Plano aponta também que Guarapari e Piúma sofrerão um grande impacto em seu crescimento populacional. Espera-se ainda que a vocação destes municípios possa ser alterada, tornando-se cidades dormitórios de Anchieta, com concentração de população urbana, segundo os dados do Censo do IBGE (2010).

Segundo os órgãos municipais de Guarapari, o Município já sente as alterações em sua população, por caracterizar-se nos últimos anos como cidade dormitório de Vitória, processo que deve ser mantido com o surgimento de novas indústrias em Anchieta. Nesta dinâmica, o Município teve seu maior pico de crescimento até 2006, decrescendo e retornando a crescer a partir de 2008.

Tabela 5.4.11-1: Crescimento Populacional da Área de Influência do Empreendimento

Município	População		
	1991	2009	Crescimento (%)
Alfredo chaves	12647	14585	15,32
Anchieta	14934	20226	35,44
Guarapari	61719	104534	69,37
Iconha	10172	11901	17,00
Piúma	9430	17212	82,52

Fonte: IBGE. Estimativa de População

Mantidas as atuais perspectivas de aumento na densidade populacional na região da AID e AII, os municípios que as compõem terão problemas na absorção do incremento populacional previsto, uma vez que essa absorção exigirá a

abertura de novas áreas para urbanização e moradias, com custos sociais proporcionais às densidades previstas. Esta situação será mais evidente em Anchieta, que deve se tornar o principal pólo gerador de demanda e concentração de mão-de-obra. Observa-se que, os municípios de Guarapari e Piúma, desde já, começam a perceber os impactos advindos dessa especulação, com aumento no número de loteamentos clandestinos e invasões, que recebem migrantes procedentes do interior e principalmente de estados vizinhos, como Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro.

Em relação às questões de renda, de acordo com o trabalho do IPEA² (2006 in IJSN, 20113) os fatores mais importantes para a redução da pobreza e desigualdade social na região, seriam a redução das diferenças de renda do trabalho e as transferências governamentais como aposentadorias, pensões públicas e o programa Bolsa Família. Dentro da área de influência direta da Base Portuária, os municípios de Anchieta e Guarapari apresentam melhor distribuição de renda. Nestes municípios a maior parcela das famílias recebe entre 2 a 10 salários mínimos, 55,2 % das famílias em Anchieta e 51,9% em Guarapari (IBGE, op.cit.). Este fato é justificado pelo incremento da atividade do setor de serviços em Guarapari, sendo que, em Anchieta, a melhoria dos rendimentos e da ampliação no número de empregos se deve principalmente ao setor industrial.

² Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

³ Instituto Jones dos Santos Neves – Desigualdade de renda e classes sociais, Nota 17 – Vitória: 2011: 20p.

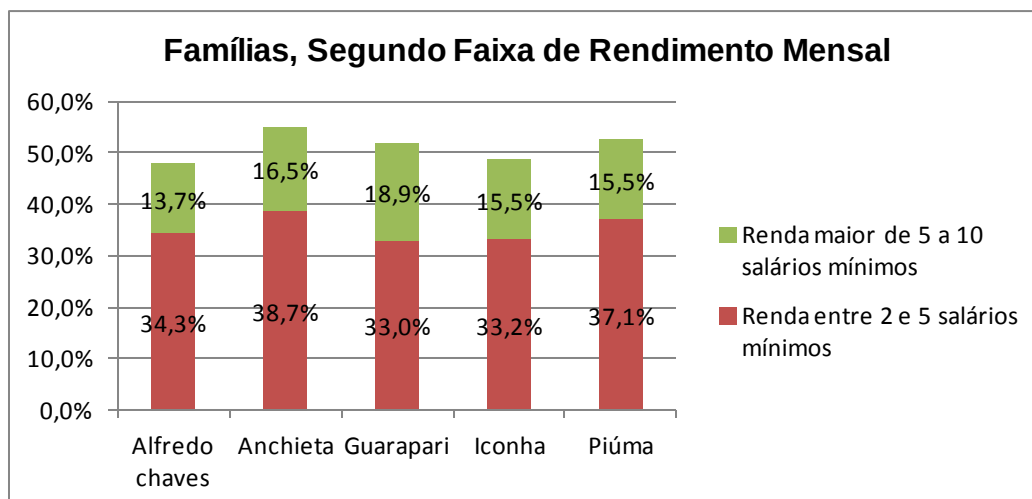


Figura 5.4.11-1: Famílias, segundo faixa de rendimento mensal (Fonte: IBGE. Microdados do Censo).

Conforme dados do SEBRAE/ES (2006)⁴, o setor agropecuário de Anchieta caracteriza-se por pequenas propriedades com produção diversificada, com pouco emprego de tecnologias mais avançadas. Predomina a agricultura familiar em 85% das propriedades, como se pode observar, por exemplo, nas localidades de Alto Pongal, Baixo Pongal e Córrego da Prata, o restante são propriedades médias e grandes, presentes nas comunidades de Itapeúna, Arerá e Itaperoroma.

O transporte regional é atendido pelas rodovias vias BR-101 (Translitorânea) e ES-060 (Rodovia do Sol). A primeira atravessa o Espírito Santo longitudinalmente, incluindo os municípios de Guarapari, Anchieta e Iconha. Em Iconha, a rodovia corta a cidade na região central, sendo utilizada como avenida e em suas margens situam-se comércios, casas, igrejas e demais estabelecimentos. Por ela transitam, diariamente, cerca de 10 mil veículos, número que vem aumentando na proporção de 10% ao ano. A Rodovia Estadual ES-060 liga Vitória ao sul do Estado pelo litoral, com restrição do fluxo em todo o

⁴ Dados obtidos no site do SEBRAE / ES <http://www.sebrae.com.br/uf/espírito-santo> acessado em 10/01/11.

sistema, de 15 toneladas para caminhões com 02 eixos, por se tratar de rodovia com foco turístico. O fluxo medido pelo DER, mostrou movimento em 2009 de 69.000 veículos no Km zero e de 8.700 no Km 30, representando um aumento de cerca de 22% em relação a 2006.

O transporte coletivo é realizado em 80% dos bairros estudados. Porém, cerca de 30% da população opta pelos serviços particulares de Vans que abrangem poucas localidades, de maneira irregular. A utilização de táxi é citada apenas por 12% da população entrevistada neste trabalho.

O serviço de abastecimento de água e o sistema de coleta e tratamento do esgoto doméstico nos municípios de Anchieta, Guarapari e Piúma são realizados pela Companhia Espírito-Santense de Saneamento – CESAN, mediante delegação do Governo do Estado e de contratos de concessões com os municípios. A empresa opera, predominantemente, nas áreas urbanas das sedes municipais, deixando a Praia de Castelhanos e algumas residências na faixa litorânea sem atendimento. Estas se utilizam de sistemas de abastecimento privado ou ainda poços individuais como única fonte de suprimento de água.

No interior do município, a Prefeitura opera 19 sistemas de abastecimento, poucos dotados de estação de tratamento convencional, sendo a maioria solução alternativa com captação em poços freáticos e simples desinfecção. Existem ainda, na zona rural, poços freáticos individuais localizados em áreas inundáveis, o que representa risco de contaminação. Há insatisfações quanto ao abastecimento de água potável em algumas regiões do interior e do litoral⁵.

⁵ Agenda 21 do Município de Anchieta.

Em parceria com a Prefeitura de Anchieta, a CESAN está construindo, no centro da cidade, uma parte do sistema sanitário de esgoto, que permitirá a coleta e tratamento em 25% dos imóveis localizados na área. A empresa investiu, entre 2008 e 2009, na construção de uma estação de tratamento de esgoto, quase 12 quilômetros de redes coletoras e 3,4 quilômetros de emissário de esgoto bruto. Também foram implantadas seis estações elevatórias e 973 ligações prediais, beneficiando sete mil habitantes.

Na área rural do município de Anchieta, na Vila de Jabaquara, há um sistema completo que terá suas operações iniciadas assim que concluídas as obras da estação de esgoto e as ligações prediais.

O município de Guarapari apresenta uma infraestrutura sanitária insuficiente para o atendimento da população, sobretudo se considerada a variação sazonal da demanda, pelos deslocamentos de turistas ao território. O suprimento de água é realizado por sistemas integrados, tendo como principais fontes os rios Jaboti, Conceição, Iguape, Oratória e Benevente, sendo este último utilizado apenas no verão.

Quanto ao saneamento em Piúma, o índice de atendimento de esgoto é de 75%, com 6.344 residências ligadas à rede coletora. Em Alfredo Chaves a empresa capta água para o abastecimento do Rio Benevente e do Córrego Caeté, realizando o tratamento convencional e distribuição por gravidade. O número de residências atendidas é de 1.900.

Em Iconha, a água é captada no Rio Iconha e atende 100% da área urbana com tratamento e distribuição. A rede de esgoto é responsável pelo tratamento de

70% do esgoto gerado. Na zona rural, as famílias utilizam, em geral, as nascentes para abastecimento de água e o esgoto é mantido em fossas.

A coleta do lixo é outro importante indicador da oferta e funcionamento da infraestrutura de saneamento existente nos municípios que compõem a área de influência do empreendimento. Em geral, os serviços de coleta, transporte e destinação dos resíduos sólidos, domiciliares e públicos são de responsabilidade das Prefeituras, operados pela administração e/ou empresas contratadas.

Pelos dados da Secretaria de Desenvolvimento do Estado, Piúma tem o melhor desempenho, entre os municípios que integram a área de influência do empreendimento, com 95% dos domicílios atendidos por coleta, seguida por Guarapari (86,2%), Anchieta (77,9%). Iconha (64,7%) e Alfredo Chaves (45,1%). Ainda encontra-se grande quantidade de lixo queimado ou enterrado onde o índice de população na zona rural é mais alto, como em Alfredo Chaves. No Município de Anchieta, o serviço é terceirizado e a empresa Estrutural é responsável pela varredura de ruas e praias e pela coleta domiciliar. A destinação dos resíduos sólidos coletados, dos cinco municípios é o aterro sanitário de Vila Velha, não havendo na região outras opções para o descarte deste material.

Quanto à reciclagem, os trabalhos ainda são incipientes. Em Anchieta, no Bairro Nova Esperança, o projeto “Unidade Primária de Materiais Recicláveis”, realizado pela Associação de Recicladores, desde 2008, fabrica e comercializa diversos produtos, a partir do aproveitamento de materiais reciclados.

O déficit de saneamento básico nos municípios, evidenciado nas informações apresentadas neste estudo, gera impactos socioeconômicos negativos principalmente na área da saúde. Existe uma relação direta entre saneamento

inadequado, pobreza e ocorrências de doenças causadas por veiculação hídrica, que levam a um grande número de internações e óbitos⁶. É preciso considerar os problemas ambientais resultantes do lançamento de esgotos na rede pluvial ou mesmo diretamente nos recursos hídricos e nas praias. Nas cidades com fluxo turístico acentuado durante o verão o problema se evidencia, tanto para o fornecimento de água quanto para o escoamento do esgoto.

Em relação ao sistema de saúde nos municípios de Anchieta, Guarapari, Piúma, Iconha e Alfredo Chaves, todos apresentam baixa tecnologia e nem sempre possuem as especializações necessárias para o atendimento dos pacientes. Em casos mais graves, os pacientes são obrigados a deslocarem-se para outras cidades com melhores infraestruturas. Não existe articulação entre os municípios, de modo a configurar uma rede de atenção à saúde. Todos eles estão contemplados pelo Programa de Saúde da Família - PSF e Programa Agente Comunitário de Saúde - PACS, com amplo trabalho de cadastramento e acompanhamento da população, que alimenta com dados consolidados o Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB) do Ministério da Saúde.

A reflexão sobre o cenário futuro torna tangível o problema social a ser enfrentado depois de uma previsível migração e acomodação dessa população na região, atraída pela dinâmica econômica nos primeiros anos de implantação do empreendimento. Quando às infraestruturas, que hoje já possuem deficiências, terão que atender um número muito maior de usuários somados ao tradicional incremento populacional de veraneio. Segundo a SETADES⁷, não existe ainda,

⁶ http://www.tratabrasil.org.br/novo_site/cms/files/trata_fgv.pdf. Acesso em: 16 de janeiro de 2011.

⁷ Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social.

nenhum horizonte futuro que contemple projetos de grande porte no Estado do Espírito Santo, que possa garantir a absorção desta mão-de-obra potencial pós-implantação de todos os empreendimentos em Anchieta. Embora existam possibilidades de adaptação das atividades econômicas tradicionais em relação ao novo modelo econômico, essa transição deve contemplar a qualificação da mão-de-obra e a dinamização dos setores afins com os novos empreendimentos.

Um ponto importante que deve ser ressaltado relaciona-se à disponibilidade de água para abastecimento da população servida pela Bacia do Rio Benevente. O manancial que abastece o território e que em breve terá sua demanda multiplicada enfrenta dificuldades com relação à agricultura praticada na região, principalmente para produção do café, da banana, de verduras, além das pastagens nas encostas, que degradam o solo. O esgoto doméstico dos municípios, muitas vezes, é lançado sem tratamento no rio e seus afluentes, comprometendo sua qualidade. A bacia vem sofrendo também, em sua parte baixa, um processo muito rápido de ocupação.

Segundo o SEAMA⁸, a demanda de água, como um dos principais recursos naturais, é um fator sensível, pois estudos de especialistas apontam que as águas do Rio Benevente, não serão suficientes para abastecer o complexo industrial a ser instalado. Por sua vez a CESAN realizou suas previsões de demanda para abastecimento de água nos municípios de Piúma, Anchieta e Guarapari. O estudo considera a incorporação dos empreendimentos previstos na região, tais como Unidade de Tratamento de Gás – UTG-Sul, a 4ª Usina da Samarco e a Base Portuária do E&P, com exceção da Companhia Siderúrgica de Ubu, mas incluindo

⁸ Secretaria de Estado do Ambiente e Recursos Hídricos. Disponível na internet em www.meioambiente.es.gov.br. Consultado em 10/08/2010.

o aumento populacional decorrente do processo de industrialização, com horizonte em 2023. Segundo a proposta, o sistema de abastecimento contempla, além da Base Portuária da Petrobras, demais indústrias ligadas a esta, bem como a população de Anchieta (sede e Ubu).

Sobre o déficit ocupacional referente à área urbana⁹, para os municípios de Anchieta, Piúma e Guarapari, somavam-se 1.964 unidades, correspondendo a 4,5% do déficit urbano apresentado para o Estado. Considerando a soma dos déficits rural e urbano, o ranking estadual para os municípios apresenta em 9º lugar o município de Guarapari, em 31º Piúma e em 49º Anchieta.

No que diz respeito à capacidade da malha rodoviária do entorno, esta deverá levar em consideração a implantação de todos os empreendimentos previstos, já comentados. Segundo informações da ADERES – Agência de Desenvolvimento em Redes do Estado do Espírito Santo e do Departamento de Estradas de Rodagem – DER-ES, deverão ser considerados os volumes de tráfego gerados na fase de implantação e operação dos empreendimentos. Assim como devem ser analisadas e aprovadas pelo DER a implantação da transposição do viaduto da Base Portuária da Petrobrás na ES-060 (acesso ao Pré-embarque Terrestre) e as intervenções viárias oriundas da expansão da Samarco e da implantação da CSU.

Quanto ao tráfego local em Anchieta, já são evidenciados problemas de circulação viária, sobretudo por não haver um sistema tecnicamente organizado e uma estrutura de gestão e operação da circulação. Na área dos novos empreendimentos, há projetos das próprias empresas para estruturação do

⁹ IJNS. Instituto Jones dos Santos Neves. Déficit e Infra-estrutura Habitacional, 2000, editado no ano de 2004, com base nos microdados amostrados Censo 2000.

sistema de ligação local entre as obras e para as rodovias do entorno, visando à obtenção de materiais e o escoamento da produção.

Economia Tradicional

O município de Anchieta caracteriza-se por uma economia baseada na atividade rural e pesqueira, além da indústria do setor de mineração, representada pela Samarco, que possui usinas de pelotização de minério de ferro e um terminal portuário desde a década de 1970. O território conta com grande bagagem histórica ligada com os primórdios da colonização e formação do Brasil. Abriga diversas comunidades tradicionais, caracterizadas pela presença de remanescentes de quilombolas, remanescentes indígenas (não reconhecidos pela FUNAI) e pescadores artesanais.

No município de Anchieta, a atividade pesqueira congrega cerca de 600 famílias, com uma produção média em torno de 2.800 ton/ano. Estima-se um número de 1.250 pescadores profissionais ligados diretamente à atividade de captura, distribuídos nas sete comunidades litorâneas do município (ANCHIETA, 2006).

Dentre os pescadores artesanais, é comum notar a presença de pessoas que possuem mais de um ofício ou ocupação. Dentre estas atividades, o turismo é uma das poucas atividades que podem oferecer uma alternativa de incremento da renda. No geral, 64% dos pescadores trabalham com o turismo. Os 36% restantes dedicam-se, na mesma época, a trabalhos que demandam esforço físico e não oferecem ganhos menores.

A questão do seguro defeso é um ponto de grande polêmica na atividade pesqueira. A burocracia para a aquisição da carteira de pescador e o cadastro junto ao seguro é alvo de grandes problemas que acontecem em dois níveis distintos. O primeiro deles tem relação com a burocracia envolvida no processo para aquisição da carteira de pesca. Existem relatos de pescadores que há anos esperam a expedição de seus documentos pelo Ministério de Pesca. Atualmente, muitos de pescadores não têm acesso aos benefícios do seguro defeso por conta da burocracia vigente. Por outro lado existem “não pescadores” que possuem a carteira de pesca, sem de fato exercerem o ofício. No cômputo geral, existem pescadores coniventes com as fraudes e outros que vêem que parte de seus pares ainda não conseguiram que o documento fosse expedido, gerando sentimento de revolta e insatisfação.

O alcoolismo é um problema histórico e muito freqüente junto a estas comunidades. Além disso, a maconha e o crack¹⁰ são cada vez mais freqüentes junto a estas populações. O uso de drogas e a ausência de programas de assistência social promovem uma série de problemas nestas comunidades, tais como: a violência doméstica, a criminalidade e o ócio improdutivo, que nestes casos apresenta um componente extremamente negativo neste tipo de organização: a falta de identidade enquanto trabalhador. O caiçara dependente químico sofre uma dupla exclusão: como pescador e como viciado.

Destacam-se como áreas que serão diretamente afetadas pela implantação do porto as seguintes comunidades pesqueiras: Ubu e Parati, em Anchieta, e Meaípe, em Guarapari. Nestas localidades a organização associativa dos

¹⁰ Substância entorpecente feita a partir da mistura de pasta de cocaína com bicarbonato de sódio.

pescadores é frágil e fragmentada. Em Anchieta, há uma separação clara entre as próprias comunidades de pescadores. O primeiro nível de reconhecimento desta população é sua comunidade, bairro de origem: Ubu, Parati, Meaípe, Inhauma, Floriano Peixoto, Iriri, Coqueiros, etc.. Pode-se perceber uma melhor articulação entre as associações de bairro, junto aos empreendimentos, quando se comparadas com as comunidades de pescadores.

Em Anchieta, a Colônia de Pescadores Z4 possui cerca de 800 associados, divididos entre pescadores, marisqueiros e catadores. A colônia possui profissionais de diversas localidades de Anchieta, com exceção de Parati e Ubu, que por sua vez estão ligadas a Colônia Z3, de Guarapari.

A condição da pesca encontrada em Anchieta é bastante controversa. Os pescadores de Ubu, Parati e Meaípe apresentam uma situação muito mais sensível que os demais pescadores. Isso ocorre por estas comunidades já sofrem os impactos causados pela movimentação do Terminal Marítimo da Samarco, a construção do gasoduto e outras atividades na região. Os pescadores das demais localidades apresentam uma situação um pouco diferente e, conforme os relatos neste estudo, a pesca na região nos últimos tempos foi muito proveitosa.

Outra luta dos pescadores de Ubu e Parati é o fato de a construção do Pré-embarque Marítimo da Petrobras ter sua localização prevista numa área de pesca conhecida como Baixa Grande. O local é referência na região por ser um berçário de peixes e a fonte de sustento de muitos pescadores. Segundo a Associação dos Pescadores de Ubu e Parati, o terminal da Petrobras será construído em cima desta área, o que condenará a pesca para quase todos os pescadores dessas comunidades. Além dos problemas no mar, a Associação enfrenta outra

demanda, relacionada à atração de pescadores pelas empresas ligadas à implementação dos empreendimentos para trabalhos temporários, com a falsa promessa de efetivação futura. Terminado o período de obras, os ex-pescadores, com o seu registro de pesca inativo, são dispensados e ficam em uma situação delicada. Sem o registro de pescador profissional o pescador não tem como dar entrada para receber os benefícios do seguro defeso, deixando sua condição econômica bastante prejudicada.

Entre as comunidades afetadas pelo empreendimento o discurso predominante é a compensação por meio de pagamento de pecúlio, na forma de uma aposentadoria vitalícia. As localidades mostraram-se muito resistentes à proposição de ações alternativas. Nesse sentido, é importante um trabalho de aproximação com a comunidade, por meio da apresentação dos estudos, assim como a divulgação do projeto a ser implantado, iniciativas que ajudarão no processo de diálogo e planos de compensação para a atividade pesqueira.

Em Guarapari, a condução das políticas voltadas à pesca apresentou-se de forma bastante distinta, não revelando o poder público um conhecimento acerca dos empreendimentos na região de Anchieta e dos possíveis conflitos e impactos relatados pela comunidade de Meaípe, que já sofre com a movimentação de embarcações resultante da atividade do Porto da Samarco. A Prefeitura iniciou recentemente um processo de cadastramento de embarcações e pescadores.

No município de Piúma, a Secretaria de Serviços engloba as atividades de Agricultura, Pesca e Artesanato do Campo e do Mar e, portanto não há um órgão especificamente voltado para a discussão das questões pesqueiras. Não existe também um cadastro que informe o número de pescadores ou de embarcações.

Em 2010 iniciou-se a produção de um documento com estas características, porém ainda não foi concluído. Quanto às condições gerais de trabalho, os pescadores são afetados pela falta de estrutura do setor pesqueiro local. Apenas algumas localidades estudadas possuem estaleiro e/ou carpintaria para construção, reforma e manutenção de embarcações. A bordo, os pescadores exercem muitas atividades sob condições precárias das embarcações e quando desembarcam a produção, sobra uma pequena parcela para eles como pagamento, o que dificulta ainda mais suas condições de vida.

No cerne de outro grande conflito que já se evidencia entre os empreendimentos e a comunidade local, principalmente de Anchieta, está o Rio Benevente, tanto no que diz respeito à demanda criada pelos empreendimentos em concorrência com os demais usos públicos em relação à capacidade hídrica outorgável da bacia hidrográfica, quanto no que se refere às interferências indiretas sobre o estuário do Benevente, de importância vital para os catadores de caranguejo, que extraem do mangue sua subsistência. O estuário sofre um processo de assoreamento por conta de transformações que o rio vem sofrendo desde a década de 1950. O rio mudou de curso e perdeu suas curvas naturais para facilitar a captação de água para irrigação de propriedades rurais rio acima. Em consequência dessa mudança, os sedimentos que antes se acumulavam nas curvas naturais do rio chegam agora com muita facilidade ao estuário, diminuindo significativamente a profundidade do rio.

Foi observado que, em algumas localidades, houve uma mudança das atividades tradicionais durante as últimas décadas, devido ao aparecimento do turismo, da especulação imobiliária, da poluição ambiental, entre outros fatores,

que têm resultado na expulsão e/ou deslocamento dos pescadores de seus tradicionais pontos de pesca. Já se observa uma mescla da atividade pesqueira com o turismo, principalmente no Município de Guarapari.

Comunidade Quilombola – São Mateus

A comunidade rural de São Mateus foi abordada neste estudo com o propósito de apresentar características gerais de uma população que se localiza na zona rural de Anchieta. O bairro é constituído por aproximadamente 200 habitantes, distribuídos em 47 famílias. O bairro conta com uma boa infraestrutura, com posto de saúde e o programa de saúde na família. A principal atividade na comunidade é o plantio de café, banana, mandioca e seringueira. Entretanto, atualmente poucos habitantes da comunidade dedicam-se a vida no campo. Quase todas as mulheres e homens dedicam-se ao trabalho na cidade, sendo que apenas cerca de 10 pessoas da comunidade ainda trabalham na roça. A comunidade conta com uma tradição cultural muito forte e presente, que tem no congo uma forte expressão do sincretismo católico com uma dança de origem africana.

Comunidade Recanto do Sol

Trata-se da comunidade mais próxima ao empreendimento que surgiu há aproximadamente 17 anos, segundo informações coletadas com moradores. Inicialmente, formou-se por migrantes vindos especialmente de Camacã, Bahia.

Atualmente, o bairro está constituído por muitos habitantes do próprio município de Anchieta e proximidades, não se caracterizando por ser um bairro de migrantes baianos, como anteriormente era conhecido. Dados municipais indicam a existência de cerca de 950 habitantes na localidade. No entanto, pelos dados da entidade comunitária local, haveria aproximadamente 2000 pessoas residindo na Comunidade Recanto do Sol.

A comunidade é atendida pelos principais serviços públicos essenciais, como abastecimento de água, luz e coleta de lixo, porém, a rede de esgoto não atende nenhuma das casas. Contam ainda com um posto de saúde, duas escolas, de nível primário e médio, e um centro comunitário.

De uma maneira geral, o comércio local vem se beneficiando pela dinâmica econômica dos últimos anos, incorporando, inclusive atividades ligadas ao turismo, com a presença de uma pousada e um restaurante à beira da estrada, dentro da localidade.

O projeto da Base Portuária não deve representar impactos significativos à Comunidade Recanto do Sol, pois, apesar da proximidade, não haverá interface entre as operações realizadas no empreendimento e o cotidiano da localidade. Sobretudo pela existência de uma via de acesso exclusivo entre os diferentes sítios da Base Portuária, evitando o tráfego compartilhado entre veículos de carga e o tráfego local. Eventualmente, a implantação e operação da Base Portuária poderão representar aumento na renda da população, decorrente de empregos criados direta ou indiretamente. Este impacto, por sua vez pode provocar o crescimento e desenvolvimento urbano na comunidade.

Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico

Neste aspecto, o estudo revelou que a história do Espírito Santo possui uma relação bastante estreita com a colonização brasileira pelos portugueses, sendo palco de missões e bandeiras que desbravaram o território do novo mundo. Seguindo em direção ao foco principal deste estudo, o município de Anchieta, local escolhido para a implantação da Base Portuária da Petrobras no Espírito Santo, obrigatoriamente temos que passar pela história de Guarapari.

O território habitado por índios das tribos Goitacás recebeu, em 1585, o padre José de Anchieta, um dos fundadores de São Paulo, considerado como Apóstolo do Brasil e declarado beato pelo Papa João Paulo II. Construiu ali uma capela, dedicada a Santana, além de residências destinadas aos catequistas da Companhia de Jesus, dando início a ocupação da região.

No século XVI a localidade, que hoje compreende o município de Anchieta denominava-se Aldeia de Reritiba, cuja data de fundação é incerta. Durante o período colonial, a região consistiu em um importante reduto missionário. Aldeia em que os jesuítas catequizavam os indígenas da região. Em dezembro de 1595 o Padre José de Anchieta escreve uma carta onde descreve a escolha de morar em Reritiba, permanecendo até 1597, ano em que morre. O padre foi enterrado na Vila de Vitória.

No ano de 1759 a aldeia foi elevada a Vila de Benevente e, mais tarde, no ano de 1887, a Vila passou a ser cidade, denominada de Anchieta, homenageando o Padre José de Anchieta, fundador da Aldeia de Reritiba.

Levando-se em conta esta riqueza da região em termos de patrimônio histórico e cultural, a realização de estudos ambientais necessários para apontar a viabilidade ambiental do empreendimento em questão, contemplou um Diagnóstico de Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural, que apontou a presença de uma situação já esperada, considerando o rico contexto de ocupações humanas que se desenvolveu na área, ao longo de tempo, desde o período pré-colonial até os dias atuais.

Os levantamentos arqueológicos resultaram na identificação de vestígios líticos lascados (em 2 pontos distintos da área) e vestígios cerâmicos, em um terceiro ponto. Como compreenderam baixa quantidade de vestígios, foram registrados como Áreas de Ocorrência Arqueológica. O prosseguimento da pesquisa, com a realização da prospecção arqueológica, que foge ao escopo do diagnóstico, deve definir a natureza destas áreas: se compreendem sítios arqueológicos, ou se constituem vestígios efetivamente isolados.

Em consonância aos procedimentos definidos pela Portaria IPHAN nº 230/02 e Resolução CONAMA no 01/86, é possível que o conjunto de bens arqueológicos e históricos diagnosticados não abranja o total de patrimônio que a área possui. A área pode, inclusive, reunir vestígios relacionados a outros contextos pré-históricos e históricos de ocupação, ainda não representados como, por exemplo, sítios sambaqui ou sítios de grupos ceramistas Tupiguarani, apontados pela bibliografia. Entrevistas com a comunidade também reforçam este potencial, situação que, de resto, é ainda largamente confirmada pela bibliografia especializada e pelo Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos/ IPHAN.

Por outro lado, a área apresenta um rico patrimônio histórico, cultural e paisagístico envolvendo diferentes manifestações tradicionais e populares, tanto de natureza material como imaterial. Ressalte-se, aqui, o patrimônio cultural das comunidades pescadoras que habitam a região da AID e AII, e que apresentam um extenso conhecimento e memória tradicional.

Um aspecto importante diagnosticado e que deve ser levado em consideração é o desgaste das comunidades por conta dos inúmeros levantamentos e estudos da região. A falta de delineamento claro sobre quais os projetos, de responsabilidades da Petrobras e das demais empresas atuantes na região, colabora para que o quadro de informações desencontradas permaneça, desgastando a imagem das empresas. Esta pressão por informação sobre a população pode inviabilizar, no futuro, os demais levantamentos necessários para a conclusão do licenciamento. Esta constatação torna fundamental a realização de programas de parceria com a comunidade, em suas distintas representações, a través da execução dos programas de comunicação social e educação ambiental, estreitando a relação entre empreendedor e sociedade.